



Fabiola Andréa Silva

ETNOGRAFANDO A ARQUEOLOGIA

Dado Etnográfico, Prática Etnográfica e
Conhecimento Arqueológico





ETNOGRAFANDO A
ARQUEOLOGIA

Dado Etnográfico, Prática Etnográfica
e Conhecimento Arqueológico



Universidade de São Paulo

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-Reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Diretor: Eduardo Góes Neves
Vice-Diretor: Camilo de Mello Vasconcellos

Comissão Editorial

Maria Cristina Nicolau Kormikiari
Vagner Carvalheiro Porto

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação

Isac Santos | Tikinet

Revisão

Fabíola Andréa Silva

Direitos da Capa

Detalhes da casa comunal (*tavyva*) do povo Asurini do Xingu (Fotos: Fabíola Andréa Silva)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silva, Fabíola Andréa

Etnografando a arqueologia : dado etnográfico, prática etnográfica e conhecimento arqueológico / Fabíola Andréa Silva -- São Paulo : Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2024.

434 p. ; il. color.

ISBN: 9788560984701

DOI: 10.11606/9788560984701

1. Arqueologia. 2. Etnografia. 3. Etnoarqueologia. I. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Monica da Silva Amaral - CRB/8-7681

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada



Para todas, todos e todes (ex)alunes e (ex)orientandes
por me ensinarem a ser professora

Para meu pai Luiz Fábio (*in memorian*) e minha mãe Marlisa,
meus melhores professores

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história. Agora, no começo do século XXI, algumas colaborações entre pensadores com visões distintas originadas em diferentes culturas possibilitam uma crítica dessa ideia. *Somos mesmo uma humanidade?*

(Ailton Krenak, *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, 2020, p.12)

Sumário

Etnografando a Arqueologia	11
Sobre o trabalho	14
Agradecimentos	19
Uma História da Arqueologia	23
Contando uma história da arqueologia	29
Diferenças e similaridades entre arqueologia e antropologia	50
Analogia Etnográfica	55
A arqueologia evolucionista e a analogia etnográfica geral ou indireta	64
Arqueologia histórico-cultural e a analogia histórica-direta	73
A ‘Nova Arqueologia’ e a nova analogia etnográfica geral	89
O uso da analogia etnográfica na atualidade	99
Arqueologia e analogia etnográfica no Brasil	110
Considerações finais	144
Etnoarqueologia	147
As diferentes perspectivas da etnoarqueologia	153
Metodologia da pesquisa etnoarqueológica	190
Analogia etnográfica, modelos, leis e teorias de médio-alcance	198
Apontamentos críticos e contribuições da etnoarqueologia	218
Etnoarqueologia no Brasil	228
O futuro da etnoarqueologia	245

**Arqueologias, Prática Etnográfica
e Colaboração251**

Arqueologias e prática etnográfica256

Arqueologia e colaboração276

As arqueologias indígenas e colaboração280

Sobre arqueologias, prática etnográfica e colaboração304

Arqueologias, prática etnográfica e colaboração no Brasil305

Outras arqueologias, práticas etnográficas e colaborações321

Arqueologias, pessoas, coisas arqueológicas329

Conclusão 333

Referências Bibliográficas351

Uma História da Arqueologia351

Analogia Etnográfica358

Etnoarqueologia382

Arqueologias, Prática Etnográfica e Colaboração410

Conclusão429

Etnografando a Arqueologia

“O uso do dado etnográfico tem uma longa história na interpretação arqueológica” (Miriam Stark, 1993, p. 93).

A GÊNESE DA PRÁTICA ETNOGRÁFICA PODE SER REMONTADA À ÉPOCA RENASCENTISTA, quando a expansão colonialista europeia possibilitou que ‘a vida dos nativos’ fosse revelada através dos relatos dos viajantes, dos missionários, dos naturalistas, dos documentos administrativos, dos relatórios das expedições científicas e das práticas de colecionismo. No entanto, foi somente a partir do século XIX que os princípios da etnografia, enquanto uma prática de pesquisa científica, começaram a ser delineados em consonância com o desenvolvimento da antropologia.

Na arqueologia, a etnografia sempre foi tida como uma contribuição importante para o desenvolvimento do conhecimento arqueológico. No entanto, ela foi sendo incorporada pela(o)s arqueóloga(o)s de um modo bastante peculiar que, por sua vez, é revelador das transformações teórico-metodológicas da arqueologia, no decorrer do tempo. Analogia etnográfica, etnoarqueologia, arqueologia do presente, etnografia arqueológica, arqueologia etnográfica e etnografia da arqueologia são termos que exemplificam essas transformações e este modo próprio de compreender o que vem a ser a prática etnográfica, na arqueologia.

Etnografia é uma palavra de muitos sentidos. A antropologia é a disciplina que a consagrou e há quem diga que ‘fazer etnografia’ é o que especifica o ofício de antropóloga(o). Desde o século XIX até a atualidade, antropóloga(o)s vêm refletindo a respeito da prática etnográfica, e têm buscado definir o que é etnografia em termos epistemológicos e hermenêuticos. Neste ínterim, etnografia vem sendo entendida como uma metodologia, uma experiência de pesquisa, um modo de imersão em uma dada realidade, uma prática (auto)reflexiva sobre a alteridade, uma representação textual da experiência etnográfica. Independentemente dos sentidos que possa assumir é inegável que a etnografia está no cerne do processo de construção do campo antropológico. Nas últimas décadas, a etnografia – como metodologia, ou prática de pesquisa – foi incorporada por outras disciplinas, em distintas áreas do conhecimento (p.ex. saúde, educação, psicologia, direito, geografia) ampliando, para além da antropologia, a sua contribuição na construção do conhecimento sobre a diversidade e complexidade da vida social.

Na arqueologia, em um primeiro momento, a etnografia não foi compreendida como uma prática de campo arqueológica. No entanto, os dados etnográficos e etno-históricos produzidos por diferentes indivíduos (p.ex. viajantes, naturalistas, missionários, etnólogos) foram vistos como uma referência para a interpretação dos dados arqueológicos, e a este modo de construir o conhecimento arqueológico se deu o nome de analogia etnográfica. Cabe dizer que a analogia etnográfica foi comum à arqueologia europeia e americana, no século XIX, e nas primeiras décadas do século XX, embasada pelos pressupostos de que existiriam similaridades comportamentais e situacionais entre o que se observava etnograficamente e nos contextos arqueológicos (analogia comparativa geral), ou ainda, de que havia uma conexão histórica ou continuidade cultural entre aqueles que produziram determinados registros arqueológicos e populações conhecidas histórica e/ou etnograficamente (analogia histórica específica ou abordagem histórica direta). Estas formas de analogia estavam embasadas teoricamente no evolucionismo cultural, bem como no difusionismo e historicismo alemão, respectivamente.

A partir da década de 1950, se começou a defender a necessidade de que a(o)s própria(o)s arqueóloga(o)s coletassem os dados etnográficos de relevância para a interpretação arqueológica e, assim, foi se consolidando

a chamada etnoarqueologia, que teve sua maior produção entre os anos de 1970-1990. Este campo da pesquisa arqueológica se definiu pela preocupação em investigar e compreender a relação entre o comportamento humano e seus correlatos materiais, com vistas a contribuir na interpretação do registro arqueológico. Neste caso, a etnografia foi entendida como um método de investigação que possibilitava a compreensão dos processos de produção, uso, armazenagem e descarte da cultura material levados a cabo por populações, no presente, sendo uma ferramenta para a produção de dados etnográficos originais relevantes para a construção de teorias, hipóteses e modelos interpretativos sobre a formação do registro arqueológico.

De lá para cá, muita coisa mudou no cenário da arqueologia e, na atualidade, um novo sentido é dado para a etnografia, tanto em termos da prática etnográfica, como da sua tradução textual. Diferentes autora(e)s evidenciam a importância de se fazer uma arqueologia do presente no sentido de se investigar etnograficamente a materialidade das populações contemporâneas, em termos das dinâmicas históricas, sócio-econômicas, políticas e ideológicas, nas quais elas estão inseridas, sem uma preocupação *a posteriori* de estabelecer conexões e analogias com os registros arqueológicos. Ou ainda, de empreender uma arqueologia da ‘supermodernidade’ que permita aos arqueólogos e arqueólogas revelarem histórias alternativas sobre o que ocorreu e ocorre no mundo, desde um passado recente até os dias de hoje. Além disso, tem-se procurado fazer uma etnografia arqueológica no sentido de compreender os modos de apreensão da materialidade do passado, no presente.

Nos últimos anos, se multiplicaram as chamadas arqueologias colaborativas que compreendem a prática etnográfica como condição *sine qua non* para a construção do conhecimento arqueológico. Neste caso trata-se de uma prática arqueológica (auto)reflexiva que implica na relação dialógica com as populações locais no que se refere à interpretação e gestão dos patrimônios arqueológicos, sob o pressuposto de que existem múltiplas arqueologias e que estas não dizem respeito exclusivamente ao passado, mas remetem ao presente e futuro dos coletivos humanos. Assim, a fala das ‘pessoas do lugar’ é, ao mesmo tempo, objeto da pesquisa arqueológica e um modo alternativo, e não menos legítimo, de conhecer e dar significado

ao que se convencionou chamar de patrimônio arqueológico. Cabe dizer que esses novos tempos da prática etnográfica na arqueologia implicam na imersão de arqueólogas e arqueólogos em diferentes realidades, abrindo caminho para uma arqueologia mais comprometida, em termos sociais e políticos, com as populações contemporâneas. E, segundo certa(o)s autora(e)s, uma possibilidade de transformação da disciplina rumo a uma prática decolonial.

Sobre o trabalho

“*Etnografando a Arqueologia: Dado Etnográfico, Prática Etnográfica e Conhecimento Arqueológico*” é a versão revisada de minha Tese de Livre Docência, defendida junto ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, no ano de 2021, para a ascensão ao cargo de Professor Associado. Este trabalho trata da importância dos dados etnográficos e da prática etnográfica na construção do conhecimento arqueológico. Ao longo dessas páginas busco mostrar como, na história da arqueologia, os dados etnográficos e a pesquisa etnográfica vêm sendo apropriados e entendidos pela(o)s arqueólog(o)s. Assim, cada capítulo inicia com uma breve revisão sobre como a etnografia foi sendo compreendida pela antropologia, e se desenvolve mostrando o modo como a(o)s arqueóloga(o)s foram dela se apropriando na sua prática e produção científica. Nesta revisão da produção arqueológica, minha atenção foi dedicada a(o)s autora(e)s e trabalhos que influenciaram a minha trajetória científica, especialmente, aqueles que trataram de temas como tecnologia, paisagem, espacialidade, formação do registro arqueológico e a noção de patrimônio arqueológico. Temas esses que são do meu interesse, desde a década de 1990, como pode ser constatado nas pesquisas que tenho desenvolvido, orientado ou supervisionado sobre diferentes povos indígenas (p.ex. Asurini do Xingu, Xikrin-Kayapó, Kaingang, Terena, Laiana, Kinikinau, Guaikuru, Kayabi, Xoklém/Laklãnõ, Wai-Wai, Cinta Larga, Arara, Wauja, Karajá/Ynë, Apiacá) e outras populações (p.ex. sertanejas, quilombolas, pastoras, camponesas) no Brasil, Peru e Argentina. Portanto, este trabalho se constitui de uma versão muito particular da história da relação entre etnografia e arqueologia.

No capítulo *‘Uma História da Arqueologia’* faço uma reflexão sobre a importância de se escrever sobre a história da ciência arqueológica e, em especial, sobre a história do uso dos dados etnográficos e da apropriação da prática etnográfica na construção do conhecimento arqueológico. Defendo o argumento de que este exercício permite aguçar a nossa capacidade de avaliar a arqueologia, em termos dos seus pressupostos teórico-metodológicos, diante dos desafios contemporâneos que enfrentam as disciplinas humanistas, no geral. Ao longo do capítulo, procuro mostrar como vem se dando a relação entre arqueologia e antropologia (etnologia), em termos mais gerais e no nosso país, explicitando o caráter cambiante desta relação e algumas consequências disso para a construção do conhecimento arqueológico.

O capítulo intitulado *‘Analogia Etnográfica’* inicia com uma breve revisão bibliográfica sobre a gênese da etnografia no âmbito da expansão colonialista europeia e da história da disciplina antropológica, e de como os modos de vida dos povos ditos ‘nativos’ inspiraram as interpretações sobre as evidências arqueológicas, desde antes do surgimento da arqueologia como disciplina, propriamente dita. Na sequência procuro demonstrar como os dados etnográficos, desde o século XIX, foram apropriados pela arqueologia como um subsídio para a interpretação de evidências arqueológicas ou, em outras palavras, para a realização de analogias específicas e/ou generalistas sobre os modos de vida das populações no passado ‘pré-histórico’. Ao tratar dos diferentes tipos de analogia (analogia histórica-direta e analogia geral), procuro mostrar os seus embasamentos teóricos, no século XIX, na primeira metade do século XX e, na atualidade, evidenciando as conjunturas científicas, nos contextos europeu, americano, africano e na oceania. Neste capítulo, dedico uma atenção especial ao contexto norte-americano e, especialmente, às conjunturas científicas do surgimento da ‘Nova Arqueologia’ que revigorou a noção de analogia geral, defendendo uma ‘nova analogia etnográfica’. Finalizo o mesmo, tratando do tema da analogia etnográfica, no contexto brasileiro e, especialmente, no âmbito da arqueologia pré-colonial, nos séculos XIX, XX e XXI.

No capítulo *‘Etnoarqueologia’*, novamente inicio com uma breve revisão bibliográfica sobre a noção de etnografia, entre os anos de 1920 e 1970, destacando a noção de observação-participante, bem como as reflexões

sobre a ‘virada hermenêutica’, a autoridade etnográfica e a escrita etnográfica. Tento mostrar como este período da história da etnografia é crucial para que se possa compreender o direcionamento da prática etnográfica, no âmbito da etnoarqueologia. Ao longo do capítulo, trato da construção deste campo da pesquisa arqueológica que teve como objetivo inicial a elaboração de modelos preditivos/interpretativos e teorias de médio-alcance, sobre a relação dos coletivos humanos com o mundo material. Ao mesmo tempo, evidencio as suas transformações no tempo, em termos de objetivos, aportes teóricos e percepções a respeito da prática etnográfica. Para contar esta história da etnoarqueologia reviso trabalhos processualistas e pós-processualistas que trazem uma diversidade de temas, povos e modos de vida, resumindo alguns de seus resultados para a pesquisa arqueológica. Além disso, dedico parte deste capítulo ao debate científico sobre as contribuições da pesquisa etnoarqueológica, bem como sobre as suas decepções e críticas. No final do capítulo, trato da etnoarqueologia no Brasil, em termos da sua história e contribuição teórico-metodológica.

No último capítulo, ‘*Arqueologias, prática etnográfica e colaboração*’, a proposta é evidenciar que, nessas últimas décadas, a prática etnográfica assumiu um papel ainda mais relevante na *práxis* arqueológica, deixando de ser apenas um subsídio para a elaboração de referências analógicas, teorias de médio-alcance, modelos ou leis sobre a formação do registro arqueológico, para se tornar constitutiva da prática e reflexão arqueológica sobre a materialidade, em diferentes tempos e lugares. Procuro ressaltar que a arqueologia acompanhou o debate antropológico iniciado na década de 1980 e que redefiniu a etnografia como uma tradução textual e (auto)reflexiva da experiência de campo. Neste capítulo, trato das chamadas arqueologias do/no presente, apresentando alguns trabalhos que demonstram que a prática etnográfica é uma possibilidade para a(o)s arqueóloga(o)s obterem um entendimento mais amplo dos significados da materialidade e, ao mesmo tempo, de transformar a arqueologia em uma ciência sobre o presente e não apenas sobre o passado dos coletivos humanos. A reflexão sobre o tema da materialidade continua no item que diz respeito à definição de etnografia arqueológica, e no qual são apresentados alguns trabalhos de autora(e)s que estão interessada(o)s sobremaneira no debate sobre as

diferentes formas de compreensão e apropriação do que se convencionou chamar de patrimônio arqueológico. Na continuidade do capítulo, trato da etnografia da arqueologia, mostrando que a etnografia também se tornou fundamental para a compreensão da própria prática arqueológica e de seus desdobramentos sociais, políticos e econômicos na contemporaneidade. Na última parte do capítulo, resalto a importância da etnografia no âmbito das pesquisas arqueológicas colaborativas com os povos originários. Neste caso, faço uma revisão bibliográfica do que vem sendo entendido como o movimento de descolonização da arqueologia, bem como sobre o debate a respeito das potencialidades e contradições das práticas colaborativas. Além disso, faço algumas considerações sobre a arqueologia comunitária e sobre as arqueologias que vêm sendo realizadas com outras populações (p.ex. afrodiáspóricas, ribeirinhas, camponesas, sertanejas, pescadoras, urbanas). Toda esta reflexão considera tanto o contexto internacional como o contexto brasileiro.

Na ‘*Conclusão*’ tento mostrar a diversidade do cenário teórico da arqueologia, na atualidade, chamando a atenção para o modo como a arqueologia brasileira tem se inserido neste debate. Para finalizar o trabalho faço uma breve reflexão sobre um possível futuro para a arqueologia, chamando a atenção para o fato de que o futuro da arqueologia, neste século XXI, certamente será definido pelo seu comprometimento em revelar os diferentes significados do que chamamos de patrimônio arqueológico e, conseqüentemente, as diferentes trajetórias históricas e culturais dos coletivos humanos, em todos os lugares e em todos os tempos.

Todos os capítulos, bem como a conclusão podem ser lidos de forma independente, pois tentei escrevê-los na forma de artigos acabados sobre cada um dos temas abordados; a bibliografia, inclusive, foi separada por capítulo para facilitar a consulta de leitora(o)s. O trabalho é, em última instância, uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema da relação entre etnografia e arqueologia, e pretende servir como um referencial de leituras para estudantes e outrem interessada(o)s no tema da relação entre arqueologia e etnografia. Não tive a pretensão de produzir uma reflexão teórica pessoal e original sobre o tema, mas em várias partes do texto, explicito meus posicionamentos e ‘tomo o partido’ de algumas ideias.

Cabe dizer que os capítulos estão ilustrados com fotos, sendo que essas não têm, necessariamente, o objetivo de complementar o que vem dito no texto. Há fotos minhas, de amigos, de interlocutores de pesquisa e de (ex) orientada(o)s em seus contextos de pesquisa. Portanto, essas imagens são antes um texto à parte que conta um pouco de minha trajetória como estudante de arqueologia, pesquisadora e docente. Nessas imagens aparecem colegas da arqueologia e amiga(o)s que compartilharam comigo vários momentos importantes, na minha trajetória acadêmica.

Obviamente, este trabalho não esgota a bibliografia e nem tampouco a reflexão sobre a relação entre etnografia e arqueologia. Tenho consciência de que deixei muitos textos de fora desta revisão, assim como negligenciei ou referendi pouco, alguns campos de pesquisa arqueológica mais específicos (p.ex. arqueologia do mediterrâneo, arqueologia do oriente, arqueologia feminista, arqueologia histórica, arqueologia da repressão, arqueologia pré-colombiana) que também se utilizam de dados etnográficos e/ou da prática etnográfica.

No entanto, com todas as suas eventuais limitações acredito que o trabalho que ora apresento permite vislumbrar a importância, as transformações e alguns resultados desta relação entre etnografia e arqueologia, para a construção do conhecimento arqueológico. Além disso, penso que o trabalho também mostra algumas características e tendências da disciplina, ao longo do tempo. Por exemplo, as genealogias e linhagens acadêmicas da(o)s pesquisadora(e)s tida(o)s como referências internacionais e nacionais para a disciplina, a influência do contexto histórico e científico para o surgimento de determinadas escolas teóricas, as motivações para as escolhas teóricas e de temas de pesquisa de certa(o)s pesquisadora(e)s, o androcentrismo de determinadas escolas teóricas e de certos temas de pesquisa, os modos de reprodução do conhecimento hegemônico, a preeminência da língua inglesa na literatura arqueológica e a tensão entre visões críticas (pessimistas?) e conciliatórias (otimistas?) da(o)s arqueóloga(o)s sobre a disciplina e o seu futuro. Obviamente, este trabalho reflete, principalmente, a minha trajetória pessoal na disciplina, evidenciando a minha linhagem acadêmica, influências intelectuais, escolhas teóricas, (auto)críticas e pontos de vista. Para mim, particularmente, ele mostra o que eu sei bem, o que eu sei menos e o que eu ainda preciso aprender sobre arqueologia e etnografia.

Agradecimentos

Maria Dulce Gaspar, Márcia Bezerra de Almeida, Manuel Ferreira Lima Filho, Camilo de Mello Vasconcellos e Eduardo Góes Neves, integrantes da banca do concurso de Livre Docência, fizeram uma leitura atenta e generosa da minha tese, incentivando a sua publicação. Eu sou muito grata pelas suas críticas e sugestões. Quando eu estava escrevendo a Tese de Livre Docência, Camilo de Mello Vasconcellos me emprestou o seu Memorial de Livre Docência e me deu todas as informações de que eu precisava para organizar a documentação para o concurso de Livre Docente. Obrigada por ter sido um colega tão querido e prestativo.

Verônica Wesolowski de Aguiar e Santos, Marília Xavier Cury, Maria Cristina Oliveira Bruno, Beatriz Florenzano, Eduardo Góes Neves e Fábio Santos, outros colegas do MAE/USP, escreveram mensagens de apoio e/ou se prontificaram a me auxiliar no que fosse necessário para concluir a tarefa de produzir a Tese de Livre Docência. Obrigada a vocês pelo apoio e disponibilidade. Cleberson Henrique de Moura, também colega de instituição, foi a pessoa que me auxiliou a completar minha inscrição no concurso de Livre Docência, sendo que este foi um auxílio crucial no último momento do processo. Muito obrigada pela paciência e disposição em me auxiliar. O MAE/USP é a instituição que tem sido a minha casa, nos últimos 20 anos, e eu agradeço a toda(o)s docentes e funcionária(o)s que comigo compartilharam e colaboraram (n)esta trajetória.

Colegas do Centro de Estudos Ameríndios (CEstA) têm me instigado com suas pesquisas, textos e palestras há mais de uma década. Sou grata pelo seu acolhimento, respeito e inspiração.

Meliam Viganó Gaspar, Juliana Freitas, Igor Morais Mariano Rodrigues, Marcony Lopes Alves, Diego Teixeira Mendes e Luiz Vinícius Sanches Alvarenga realizaram o árduo trabalho de organizar as referências bibliográficas que constam deste trabalho. Lorena W. L. Gomes Garcia, Patrícia Rodrigues-Nui e Francisco Forte Stuchi forneceram dados fundamentais para eu escrever o item sobre colaboração e arqueologia de contrato. Paty Marinho, Dé Leonel Soares, Milena Acha, Juliana Freitas, Juliana Salles Machado, Lorena W. L. Gomes Garcia, Francisco

Forte Stuchi, Igor Morais Mariano Rodrigues, Eduardo (Chumbinho) Bepalez, Diego Teixeira Mendes, Márcia Arcuri, Fábio Guaraldo Almeida e Daniella Magri Amaral, Silvia Cunha Lima, gentilmente, me cederam suas fotos de pesquisa para que eu pudesse ilustrar e contar nossa história junta(o)s, na disciplina. Muito obrigada a toda(o)s vocês pelo esforço, compreensão e colaboração.

Minhas amigas do ‘saia justa’, Márcia Arcuri, Silvia Cunha Lima e Adriana Schmidt Dias não cansaram de me incentivar a escrever e finalizar a Tese de Livre Docência. Elas também ficaram ao meu lado ‘virtualmente’ durante todo o concurso para a obtenção do título de Livre Docente, dando o seu caloroso apoio. Muito obrigada a vocês por tudo.

Circe Flesh, Esther Castro, Lucilene Arruda do Nascimento, Francisca Gomes da Silva amigas de quase uma vida, também estiveram sempre de prontidão. Obrigada a vocês queridas, e obrigada a toda(o)s a(o)s demais amiga(o)s e colegas que me incentivaram a escrever a Tese de Livre Docência e que não estão nominalmente mencionada(o)s nessas páginas.

Fabiano Daniel Silva e Thomas Josué Silva, meus irmãos que sempre foram os incentivadores do meu trabalho e os meus melhores amigos. Muito obrigada por tudo que vocês têm me dado ao longo da vida.

Francisco Silva Noelli foi a pessoa com quem eu compartilhei grande parte de minha trajetória acadêmica, bem como as ideias que estão postas neste trabalho, sendo que ele foi a pessoa mais insistente para eu escrever a minha tese de Livre-Docência. Ela está feita e defendida Chico, obrigada.

É preciso dizer que este trabalho é, fundamentalmente, dirigido e dedicado para todas, todos e todes alunes (Graduação e Pós-Graduação) de Arqueologia. Sou antes de tudo uma professora, e são elas/eles/elus que me inspiram e me fazem ver sentido em continuar refletindo e aprendendo sobre esta ciência para a qual venho me dedicando, há mais de 30 anos.

Finalmente, não posso deixar de mencionar os povos indígenas com quem tenho tido a satisfação de trabalhar nesses anos todos, e com quem tenho aprendido muito, inclusive, ‘outras’ arqueologias. Obrigada aos Asurini do Xingu, Xikrin-Kayapó, Terena, Kinikinau, Laiana, Guaikuru, Kayabi, Kaingang, Karajá/Ynÿ e aos Karipuna, Palikur e Galibi da região do rio Oiapoque. Em especial, agradeço ao pajé Moreyra Asurini que me

ensinou muito sobre a indigenidade. Ele faleceu em 2020, levando consigo muita sabedoria sobre ‘as coisas dos mundos’.



Pajé Moreyra Asurini foi um grande entusiasta da pesquisa (etno)arqueológica na T. I Koatinemo. Aldeia Tapipiri, igarapé Piranhaquara, 2013 (Foto: Lorena Gomes Garcia/Acervo LINTT-MAE/USP).

Uma História da Arqueologia

“...a história da arqueologia nos permite perceber, ao menos, que as abordagens, conceitos e categorias que consideramos naturais não são necessariamente os únicos adequados para a realização de nossos objetivos e que, muitas vezes, precisam ser desmistificados antes de podermos compreender sua influência em nosso pensamento”
(Tim Murray e Matthew Spriggs, 2017, p. 153)

NESSAS ÚLTIMAS DÉCADAS, SE OBSERVA UM CRESCENTE INTERESSE NA BUSCA PELA COMPREENSÃO DA NATUREZA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO OCIDENTAL E, NESTE ÍTERIM, pesquisadora(e)s mundo afora têm desenvolvido reflexões sobre a nossa disciplina. A história da arqueologia tem sido tratada em termos da sua constituição como uma ciência moderna, e da origem de determinados conceitos, problemas e perspectivas teórico-metodológicas.

Recentemente, Tim Murray e Matthew Spriggs (2017) editaram um volume do periódico *World Archaeology* cujos artigos tratam de diversos aspectos e temas da história da ciência arqueológica. Na introdução do mesmo, esses autores afirmam que a importância de se investir nesse tipo de reflexão reside no fato de que isso possibilita um maior entendimento do modo como as teorias e conceitos são construídos, e as metodologias desenvolvidas e aplicadas na disciplina. Fundamentalmente, possibilita compreender como se dá a construção do conhecimento arqueológico, permitindo fazer uma avaliação crítica da disciplina.

Em diversos trabalhos sobre a história da arqueologia, se pode observar que são enfatizados alguns achados e eventos arqueológicos, iluminadas certas obras e pesquisadores, bem como ressaltadas a produção arqueológica de certos países e destacada a relevância de algumas escolas

teóricas. Quando lemos tais trabalhos, bem como os obituários e depoimentos de arqueóloga(o)s que fizeram parte da história da ciência arqueológica o que fica evidente é que esta disciplina sempre atendeu a diversos interesses e expectativas, e que a prática arqueológica, irremediavelmente, resulta de escolhas motivadas por diferentes questões pessoais, sociais, políticas, econômicas e científicas (p.ex. BARRETO, 1999/2000; DANIEL, 1975; DELAGE, 2017; FERREIRA, 2010; FUNARI, 2008; GOSDEN, 1999; GRAVES et al., 2016; MILISAUKAS, 2011; MOSHENSKA, 2017; MURRAY, 2017; POLITIS, 2003; PROUS, 2019; SCHNAPP, 2013; TRIGGER, 1992; WATSON, 2009; WILLEY; SABLOFF, 1980).

Na história da nova arqueologia ou arqueologia processual contada por O'Brien, Lyman e Schiffer (2005) fica demonstrado que ela surgiu a partir de um movimento na arqueologia americana cuja gênese está na propagação das ideias do estrutural-funcionalismo britânico, desde os anos de 1930, com a presença de Radcliffe-Brown e Malinowski, nos EUA, no período da II Guerra Mundial. Aquela(e)s pesquisadora(e)s que lideraram este movimento, nos primeiros anos, (p.ex. Lewis Binford; Kent Flannery; Frank Hole; Carol Kramer; William Longacre; Charles Redman; Patty Jo Watson) faziam parte de um mesmo ambiente acadêmico e eram herdeira(o)s de pesquisadores (p.ex. Leslie White, Robert Braidwood) que haviam se distanciado da abordagem histórico-cultural e se interessado por uma perspectiva sistêmica, ecológica e neo-evolucionista de estudo das evidências arqueológicas. Ou ainda, de pesquisadores que defendiam a necessidade de tornar a arqueologia uma ciência positivista (p.ex. Albert Spaulding)¹. Além disso, a arqueologia processual se desenvolveu na conjuntura do espalhamento da disciplina nos departamentos das universidades, nos anos de 1960-1970, e o seu fortalecimento aconteceu em consonância com a aprovação da

¹ Lewis Binford, considerado um dos principais expoentes do processualismo foi aluno de Leslie White e Albert Spaulding, na Universidade de Michigan. Patty Jo Watson, William Longacre e Charles Redman eram todos alunos na Universidade de Chicago que se tornou o reduto inicial do processualismo, especialmente, a partir do ingresso de Binford no quadro docente, nos anos de 1960. William Longacre era aluno de Paul Martin que foi um arqueólogo da 'velha geração' que apoiou os 'novos arqueólogos', considerando este movimento uma verdadeira mudança de paradigma na arqueologia americana. É importante dizer, também, que Patty Jo Watson, Charles Redman e Steven Le Blanc são os autores do livro intitulado *Explanation in Archaeology* (1971), um manual da arqueologia processual. Além disso, juntamente com Kent Flannery, Frank Hole e Carol Kramer pesquisavam no Oriente Médio, sob os auspícios de Robert Braidwood (GRAVES et al., 2016; MARTIN, 1972; O'BRIEN et al., 2005; WATSON, 2009).

legislação sobre a preservação e gestão do patrimônio arqueológico, quando a arqueologia e, em especial, a arqueologia de salvamento, se tornou uma expertise científica a serviço do Estado. Segundo autora(s), a consolidação do processualismo garantiu às arqueólogas e arqueólogos, especialmente, no mundo anglo-saxão, a autoridade científica para participar no estabelecimento das diretrizes, dos conceitos e das políticas e legislações sobre o patrimônio cultural (p.ex. JAMESON JR, 2008; SMITH et al. 2010).

Michael Schiffer (1995, p. 46-54), ao fazer seu relato pessoal sobre a origem da arqueologia comportamental, também mostrou que as suas experiências e relações acadêmicas foram fundamentais para o surgimento do seu interesse em investigar os processos de formação do registro arqueológico². Nos anos de 1970, ele e seus colegas William Rathje e Jeff Reid, todos treinados na escola processualista, começaram a desenvolver, na Universidade do Arizona, esta proposta de arqueologia com o objetivo de reiterar a perspectiva processual, mas ao mesmo tempo, de superar o que eles consideravam deficiente na ‘nova arqueologia’, propondo um novo redirecionamento para a disciplina. Eles passaram a defender que a arqueologia deveria ser o estudo da relação entre o comportamento humano e a cultura material em todos os tempos e lugares. Neste contexto, foram emblemáticos o desenvolvimento do *Garbage Project*, dos estudos de cultura material contemporânea (sociedades industriais e não-industriais) e de arqueologia experimental. Schiffer não se interessava em construir as grandes narrativas sobre o passado humano, pois queria investigar a relação entre pessoas e artefatos e, assim, se dedicar à construção de modelos de inferência sobre os processos de formação do registro arqueológico, a partir da observância das regularidades comportamentais, em termos do papel dos artefatos na vida das pessoas (GIFFORD-GONZALEZ, 2011; PLOG, 2011; REID; SKIBO, 2011; SCHIFFER, 1995).

Ian Hodder, ao dar um depoimento sobre o surgimento da arqueologia pós-processual, em entrevista ao *Norwegian Archaeological Review* rememora a sua trajetória acadêmica, ao longo de 40 anos, dizendo do quanto foi

² Michael Schiffer fez sua graduação na Universidade da Califórnia (UCLA), quando foi aluno de Binford, e seu Doutorado foi desenvolvido na Universidade do Arizona, com Longacre como seu orientador e cujo incentivo foi fundamental para que ele publicasse o livro *Behavioral Archaeology* (1976) que se tornou o manifesto da arqueologia comportamental. Ele, também, participou dos trabalhos de campo no sudoeste americano sob a coordenação de Paul Martin (GRAVES et al., 2016; SCHIFFER, 1995; PLOG, 2011).

influenciado, em um primeiro momento, pela arqueologia analítica de David Clarke e as publicações da ‘nova arqueologia’³. Ele afirma que a sua adesão ao processualismo nos seus primeiros trabalhos ocorreu porque, naquele momento, ele entendia que seria possível a separação entre o cientista e o cidadão tendo em vista que o processualismo não promovia o engajamento político e social da arqueologia. Esta convicção, no entanto, não se manteve à medida que aumentava a efervescência das reflexões, no mundo acadêmico, sobre as implicações morais, éticas e sociais da pesquisa científica. Assim, segundo ele, o surgimento da arqueologia pós-processual foi uma reação a este cenário crítico, e inspirada pelo revisionismo de perspectivas teóricas como o estruturalismo e o marxismo, através de trabalhos como os de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. Esta nova escola de pensamento foi gestada em parceria com alguns de seus colegas de arqueologia, na Universidade de Cambridge (p.ex. Michael Shanks, Christopher Tilley), com o objetivo de desenvolver uma prática arqueológica crítica à proposição da neutralidade científica que era defendido pelos processualistas. Hodder diz que ele e outros arqueólogos, impulsionadores do pós-processualismo, estavam convictos de que era possível fazer ‘boa ciência’ com engajamento político e social (HODDER, 2003; HODDER et al., 2008).

No livro organizado por Pedro Paulo Funari e colegas (DOMINGUEZ et al., 2009), no qual arqueólogas e arqueólogos brasileira(o)s dão seu depoimento a respeito do seu ingresso na disciplina e trajetória acadêmica, também fica evidente o quanto a sua base teórico-metodológica e os seus interesses de pesquisa resultaram do ambiente acadêmico no qual se formaram, de suas relações com certa(o)s pesquisadora(e)s e da sua inserção e experiência de pesquisa em determinados contextos arqueológicos. Aquela(e)s das primeiras gerações (p.ex. André Prous, Maria Beltrão, Igor Chmyz, Pedro Ignácio Schmitz), por exemplo, salientaram a importância da presença de pesquisadora(e)s francesa(e)s (Missão Franco-Brasileira) e norte-americano(a)s

³ Segundo Ian Hodder quando ele iniciou sua graduação em arqueologia na *University College London (UCL)* predominavam naquele meio acadêmico os enfoques histórico-cultural e ecológico, sendo que o debate teórico não era algo relevante naquela instituição. Por isso, a leitura dos trabalhos de processualistas foi crucial para a sua formação, pois segundo ele, a arqueologia processualista trazia uma proposta “de transformar o mundo da arqueologia”, na medida em que reiterava o compromisso público da disciplina de produzir conhecimento sobre o passado, e de contribuir para a preservação do patrimônio arqueológico, porém, com uma nova perspectiva de rigor teórico-metodológico (HODDER et al., 2008, p. 27).

(PRONAPA/Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), nos anos de 1950 e 1960, para a sua formação como arqueólogo(a)s, bem como para o seu ingresso nas universidades e instituições de pesquisa científica⁴. Os depoimentos de arqueólogas de uma geração mais jovem (p.ex. Maria Dulce Gaspar, Denise Pahl Schaan) e que adentraram na disciplina nos anos de 1980 e 1990 evidenciaram outro aspecto importante, ou seja, a influência do processualismo nas suas pesquisas, bem como o seu interesse na antropologia e, em especial, na etnologia indígena e no tema da materialidade⁵. Seus depoimentos mostraram, portanto, que se tratava de um outro contexto científico e acadêmico da arqueologia, neste país.

Na história da arqueologia, também são interessantes e reveladores os depoimentos de arqueólogos e arqueólogas indígenas que adentraram no universo da disciplina, promovendo as chamadas arqueologias indígenas e colaborativas. Essas arqueologias surgiram no contexto da globalização da arqueologia, da reivindicação dos movimentos sociais para participar na gestão dos patrimônios arqueológicos, e a partir da crítica pós-colonial da produção do conhecimento científico. Esses arqueólogos e arqueólogas entendem que tais arqueologias são fundamentais para a construção de um contradiscurso que ecoe em contraposição aos discursos arqueológicos hegemônicos – ‘colonialismo científico’ – sobre o passado. Ao mesmo tempo, elas possibilitam transformar as metodologias ocidentais, permitindo que os conhecimentos locais possam ser acionados no âmbito das

⁴ André Prous nasceu na França, mas se radicou no Brasil, a partir de 1971, atuando como arqueólogo. Ele foi aluno de André Leroi-Gourhan, vindo para o Brasil participar da Missão Franco-Brasileira liderada por Annete Laming-Emperaire e Joseph Emperaire cuja influência determinou sua ida para Minas Gerais. Maria Beltrão foi estagiária de Luiz de Castro Faria, no Museu Nacional, onde ela se fixou e desenvolveu a sua carreira acadêmica. Igor Chmyz ingressou na arqueologia pelas mãos de Oldemar Blasi, no Museu Paranaense, onde permaneceu até a sua aposentadoria. Pedro Ignácio Schmitz adentrou na arqueologia como assistente de Balduino Rambo (S.J.), e foi herdeiro das pesquisas de Alfredo Rohr (S.J.), em Santa Catarina, sendo membro e, depois, diretor do Instituto Anchieta de Pesquisas, desde 1957. Todos essa(e)s arqueólogo(a)s falam da influência que as chamadas escola americana e escola francesa tiveram na sua formação científica e/ou inserção acadêmica. Porém, o que me parece interessante é que apesar desta sua formação, tais arqueólogo(a)s não depositaram grande esforço no debate teórico, mas sim, se preocuparam em produzir dados arqueológicos e desenvolver as metodologias de trabalho de campo e laboratório.

⁵ Maria Dulce Gaspar fez sua graduação e mestrado em antropologia, tendo sido apresentada à arqueologia processualista por Ulpiano Bezerra de Meneses, seu orientador de doutorado na Universidade de São Paulo. Denise Pahl Schaan foi apresentada ao processualismo pelo seu professor Klaus Hilbert, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS). Além disso, a influência do seu orientador José Justiniano Proenza Brochado e a leitura dos trabalhos de Anna Roosevelt e Antonio Porro definiram o seu interesse pela arqueologia amazônica. Ambas as pesquisadoras evidenciaram que tinham uma preocupação com o debate teórico que estava ocorrendo na arqueologia e na antropologia, no Brasil e no mundo, e elas buscaram em suas teses analisar os dados arqueológicos a partir de um referencial teórico explícito.

atividades de campo e interpretação dos dados. Além disso, para tais pesquisadora(e)s indígenas assumir uma perspectiva decolonial na disciplina possibilita a efetivação de uma prática arqueológica mais ética e socialmente engajada. Importante dizer, ainda, que para muita(o)s dessa(e)s indígenas o fazer arqueológico implica na realização de uma auto-arqueologia na medida em que o que investigam é a sua própria herança cultural (p.ex. BRUCHAC et al., 2010, p. 79-86, 153-162; NICHOLAS, 2010)⁶.

A história da arqueologia, se pode dizer, é constituída de muitas histórias que envolvem pessoas, acontecimentos, diferentes cenários acadêmicos e o desenrolar, no tempo, de um acirrado debate teórico-metodológico entre pesquisadora(e)s.



Com minhas colegas e amigas arqueólogas 'gaúchas', Valéria Assis, Gislene Monticelli, Beatriz Landa, Sirlei Hoeltz, Adriana Dias e eu. Porto Alegre, nos anos de 1990. (Foto: acervo pessoal).

⁶ Sonya Atalay (povo Anishinaabe) afirma que sua experiência de se tornar arqueóloga se traduz como um enfrentamento de lutas emocionais, espirituais e intelectuais para ser uma pessoa real e um ser completo capaz de fazer o trabalho necessário nas comunidades e, em termos mais abrangentes, no mundo (Atalay, 2010, p. 45).

Contando uma história da arqueologia

Obviamente, toda proposta de fazer uma reflexão sobre a história de uma ciência implica em percorrer um determinado caminho, direcionar o olhar e, portanto, contar uma versão desta história. Assim, este trabalho cujo objetivo é mostrar como tem se dado a relação entre prática etnográfica, dado etnográfico e construção do conhecimento arqueológico, deve ser entendido como uma versão deste aspecto da história da arqueologia. Neste caso, trata-se da minha versão desta história que foi elaborada a partir de uma seleção de autora(e)s, de uma determinada compreensão da bibliografia, de escolhas teóricas, interesses de pesquisa, colaborações e orientações acadêmicas e, acima de tudo, de uma trajetória particular na disciplina. Digo isto porque outra(o)s arqueóloga(o)s já se debruçaram sobre este problema que, em última instância, remete à relação entre arqueologia e antropologia que tem sido cheia de nuances e ritmos, com aproximações e distanciamentos.

Antropologia e arqueologia

Como tem sido demonstrado em vários trabalhos, essas disciplinas se consolidaram no século XIX, na esteira do colonialismo e compromissadas com os pressupostos evolucionistas. Ambas estavam empenhadas em compreender os estágios da evolução cultural humana, em todos os tempos e lugares. A antropologia, a partir dos dados etnográficos, tratava os modos de vida das populações ‘nativas’ que haviam sido ‘descobertas’ pelo mundo europeu, como evidência dos estágios iniciais de uma progressiva evolução da humanidade. A arqueologia, através das evidências materiais procurava mostrar as semelhanças entre os modos de vida das populações do passado longínquo e aquelas que constituíam o objeto de estudo da antropologia. Os materiais arqueológicos e as coleções etnográficas produzidos pela(o)s profissionais dessas disciplinas eram incorporados por museus que, por sua vez, se encarregavam de mostrar essas descobertas ao público⁷ (GOSDEN, 1999; STOCKING, 1968, 1983; THOMAS, 2012).

⁷ Como por exemplo: o Museu da Universidade de Oxford – atualmente Pitt-Rivers Museum – que abrigou as coleções de objetos arqueológicos e antropológicos de Pitt-Rivers, em 1834; o Museu de Antropologia e Arqueologia da Universidade de Cambridge que recebeu as coleções etnográficas de Haddon, formadas durante a sua expedição à Torres Straits, em 1898 (GOSDEN, 1999, p. 15-32).

Quando o evolucionismo cultural começou a repartir a preeminência da cena teórica com o difusionismo e o historicismo, a arqueologia e a antropologia também foram mudando o seu interesse científico, e isso se tornou algo definitivo, a partir do final do século XIX. Na Europa, a arqueologia se aliou às demandas ideológicas e políticas dos emergentes Estados-Nação, para buscar as origens de suas formações sociais. Na América, influenciada pela antropologia boasiana, a arqueologia investigava as histórias culturais das populações nativas que, por sua vez, não tinham relação com aquelas que haviam colonizado o continente⁸. Assim, em ambos os continentes se efetivou a chamada arqueologia histórico-cultural.

Neste ínterim, a antropologia continuava investigando os modos de vida dos povos colonizados e, para além das histórias culturais e dos processos de mudança e difusão cultural, alguns antropólogos britânicos (p.ex. Malinowski e Radcliffe-Brown), a partir de uma perspectiva sincrônica, se interessavam em compreender os sistemas sociais, o que deu origem a chamada antropologia social britânica (GOSDEN, 1999; STOCKING, 1995, 1986; THOMAS, 2012).

Durante toda a primeira metade do século XX, a arqueologia e a antropologia continuaram alinhadas na América, tanto pela influência boasiana como pelo contato com as ideias do funcionalismo britânico. Por um lado, a(o)s arqueóloga(o)s buscavam compreender as histórias dos diferentes povos ‘nativos’ americanos, os seus contatos culturais, migrações e mudanças culturais no tempo; por outro, começavam a investigar a relação entre essas populações do passado e o seu meio ambiente. Na Europa, o historicismo e o difusionismo foram a inspiração teórica das sínteses arqueológicas de V. Gordon Childe sobre a dinâmica de ocupação e de transformação cultural no Velho Mundo, mas também, a perspectiva marxista, nas suas reflexões sobre as revoluções neolítica e urbana. Ao mesmo tempo, o funcionalismo, especialmente malinowskiano, se fazia presente na arqueologia de enfoque

⁸ Este alinhamento das disciplinas nos EUA se traduziu no modelo dos quatro campos da antropologia (antropologia cultural/social, arqueologia, antropologia física, linguística) levado a cabo por Boas e seus discípulos. Este modelo pressupunha que a antropologia deveria tratar de diferentes aspectos (social, cultural, material, biológico) relativos à humanidade. Ele foi especialmente persistente na antropologia americana até a segunda metade do século XX, e Boas e Kroeber foram os pesquisadores que melhor personificaram esta ideia de uma antropologia dos 4 campos. Ao longo deste período a arqueologia e a antropologia continuaram ligadas aos museus, e devido a influência boasiana, as coleções (antropológicas e etnográficas) não eram mais entendidas como testemunhos de um quadro evolutivo das culturas, mas sim, como referências da diversidade cultural e das distintas trajetórias históricas dos povos nativos (BALÉE, 2009; GILLESPIE et al., 2003).

ecológico de Grahame Clark. No entanto, antropóloga(o)s, principalmente ingleses, não mais se interessaram pelo diálogo com a arqueologia e, com o tempo, a(o)s arqueóloga(o)s também foram se distanciando da antropologia.

Pode-se dizer que, no século XIX, e nas primeiras décadas do século XX, a relação entre a arqueologia e a antropologia se desenvolveu, principalmente, a partir de um interesse comum na história humana que se traduzia na ideia de que havia semelhança (estágios evolutivos) ou continuidade (relação histórico-cultural) entre as populações do passado e do presente⁹. Neste sentido, se justificava a prática da arqueologia de interpretar as evidências materiais do passado a partir de analogias com o presente etnográfico: analogia etnográfica geral (arqueologia evolucionista) e analogia histórica-direta (arqueologia histórico-cultural).

No final dos anos de 1950, Gordon Willey e Philip Phillips (1958, p. 2) escreveram a frase, “arqueologia americana é antropologia, ou ela é nada”. Sem dúvida, uma afirmação que marcaria a prática arqueológica, a partir dos anos de 1960 e, principalmente, com o surgimento da arqueologia processual. Desde o início, arqueóloga(o)s processualistas defenderam que a arqueologia era uma disciplina que precisava contribuir para o conhecimento antropológico, mais geral. Tanto é assim, que tais arqueóloga(o)s propuseram uma arqueologia antropológica, ou ainda, uma “arqueologia como antropologia” para suplantar as deficiências da arqueologia histórico-cultural que, segundo ele(a)s, era por demais descritivista e historicista (p.ex. BINFORD [1962] 1972). Assim, adotaram uma perspectiva sistêmica para abordar as sociedades do passado – influência do funcionalismo – e com o compromisso de produzir explicações sobre os sistemas sócio-culturais do passado, e os processos de mudança cultural. Embora reconhecessem que arqueóloga(o)s não podiam escavar um sistema social, uma terminologia de parentesco ou ideologias, a(o)s processualistas defendiam que eles poderiam escavar os materiais que “funcionavam junto com esses elementos mais comportamentais, dentro de sub-sistemas culturais apropriados” (i.e. tecno-econômico, social, ideológico) e, a partir deles, formular uma explicação sobre

⁹ No entanto, é preciso lembrar que no contexto teórico do evolucionismo, o interesse histórico estava em compreender a evolução cultural humana a partir de uma comparação generalista entre as culturas, no espaço-tempo. Na perspectiva histórico-cultural, trava-se de compreender os processos históricos de culturas particulares, enfatizando uma comparação local, no espaço-tempo.

a totalidade dos “sistemas culturais extintos” (BINFORD, [1962] 1972, p. 219). Inspirada(o)s pelo neo-evolucionismo de Leslie White e a ecologia cultural de Julian Steward essa(e)s arqueóloga(o)s também se comprometeram em explorar em profundidade a relação das populações com o meio-ambiente (p.ex. GRAVES et. al, 2016). Foi no âmbito da arqueologia processual que nasceu a etnoarqueologia, a partir da qual a relação entre a antropologia e a arqueologia foi considerada como sendo fundamental para entender a estática do registro arqueológico (BINFORD, 1991). Uma investida em pesquisas etnográficas foi realizada, por parte de arqueóloga(o)s processualistas, para registrar o comportamento humano em relação ao mundo material, e trazer subsídios para a interpretação arqueológica a partir de analogias etnográficas, modelos e teorias de médio-alcance. No decorrer dos anos de 1970, esta arqueologia antropológica foi preeminente nos Estados Unidos, apesar de haver uma certa dúvida, por parte de certa(o)s pesquisadora(e)s, se a arqueologia deveria, efetivamente, ser entendida como antropologia e se a realidade etnográfica de fato poderia fornecer dados adequados para a interpretação das evidências arqueológicas (p.ex. THOMAS, 2012).

Na Europa, nas décadas de 1960 e 1970, apesar da proeminência dos enfoques histórico-cultural e ecológico, também havia uma produção arqueológica e, especialmente, na Inglaterra, identificada com os pressupostos do processualismo no que se referia a compreender os processos de formação do registro arqueológico. Porém, era um processualismo que se traduzia na emblemática frase de David Clarke (1968, p.13) “arqueologia é arqueologia, é arqueologia, é arqueologia”. Assim, não se entendia “arqueologia como antropologia”, no contexto britânico, embora houvesse interesse na arqueologia antropológica americana. Neste sentido, é importante mencionar o seminário organizado por Colin Renfrew (1973a) que tinha como proposta afirmar uma arqueologia social¹⁰, e debater o tema da mudança cultural, trazendo para este debate arqueóloga(o)s ingleses, antropóloga(o)s e a(o)s ‘nova(o)s arqueóloga(o)s’

¹⁰ A arqueologia social que Renfrew propunha tinha como objetivo compreender as organizações sociais do passado e suas transformações no tempo. Ele era influenciado pela ‘nova arqueologia’ e pela antropologia neo-evolucionista americana. No trabalho apresentado durante o seminário ele buscou demonstrar que a distribuição dos monumentos e de outras evidências arqueológicas (p.ex. cerâmica, lítico), na região de Wessex, atestavam o desenvolvimento de chefaturas, no Neolítico. Para sustentar sua interpretação ele se utilizou de analogias etnográficas e dos modelos antropológicos de Sahlins e Service sobre chefaturas (p.ex. Renfrew 1973).

americana(o)s¹¹. Segundo Gosden (1999, p. 6-8), apesar deste interesse pela arqueologia processual, a posição da arqueologia antropológica naquele contexto acadêmico era bastante complicada. Havia arqueóloga(o)s que não queriam o diálogo com a antropologia, estando mais interessada(o)s no diálogo com a história e com o desenvolvimento de explicações mais locais e menos generalistas¹². Além disso, havia um distanciamento teórico entre a arqueologia e a antropologia britânicas, sendo que isto pode ser notado nas palavras provocadoras do antropólogo Edmund Leach que participou do seminário organizado por Colin Renfrew. Ele disse, na sua fala de encerramento dos debates, que a(o)s arqueóloga(o)s estariam referenciando um funcionalismo ingênuo, ignorando que o estruturalismo era o paradigma preponderante entre os antropólogos sociais (LEACH, 1973, p. 762).

Alguns autores sugerem que esta relação diferenciada entre as disciplinas, na América e na Europa, determinava uma distinção entre as arqueologias desenvolvidas nesses dois lados do Atlântico: na América, uma arqueologia como antropologia; no Velho Mundo, uma arqueologia como história¹³ (p.ex. GOSDEN, 1999; THOMAS, 2012; TRIGGER, 1992). É interessante observar que esta distinção também ocorria no que se refere à prática etnográfica e ao uso do dado etnográfico. Os arqueólogos europeus faziam uso da analogia etnográfica, menos como um meio para interpretar o registro arqueológico, e mais como uma ferramenta para confrontar as suposições sobre o passado que eram geradas, no presente. Eles reconheciam que a profundidade temporal da ocupação humana no Velho Mundo era maior que na América e, portanto, certos contextos arqueológicos não teriam paralelos, no presente. Portanto, os dados etnográficos serviam para explicitar o quanto não se conhecia

¹¹ Este seminário reuniu em torno de 67 pesquisadora(e)s, mas a presença feminina foi quase inexpressiva (p.ex. P.J. Watson; Jenifer Keighley; Barbara Ottaway; Ruth Whitehouse).

¹² Estou dando destaque à arqueologia britânica, mas o mesmo pode ser dito sobre a arqueologia francesa que embora dialogasse com a antropologia e, em especial com a etnologia, conforme se pode notar em alguns trabalhos (p.ex. BALFET, 1965; LEROI-GOURHAN, [1964] 2007, 1965, 1983; LEROI-GOURHAN; BRÉZILLON, 1972) não defendia uma “arqueologia como antropologia”. A história do conceito de ‘cadeia operatória’, por exemplo, mostra este diálogo, evidenciando que se tratava de uma via de mão-dupla de influências entre disciplinas que eram, no entanto, consideradas distintas (p.ex. DELAGE, 2017). A arqueologia francesa, em realidade, tinha um forte vínculo com a história, entendendo que o seu objeto de investigação era a pré-história e os “longínquos predecessores” (LEROI-GOURHAN, [1955] 1983:9) dos atuais ocupantes do continente.

¹³ É importante dizer que esta diferença entre as arqueologias desses continentes diz respeito, principalmente, à arqueologia pré-histórica/pré-colonial, pois no que se refere à arqueologia histórica, a relação interdisciplinar percorreu caminhos distintos (p.ex. MAYNE, 2008; TRIGGER, 1992).

sobre o passado (GOSDEN, 1999; HODDER et al., 2008; THOMAS, 2012). Cabe dizer, no entanto, que a pesquisa etnoarqueológica, no continente europeu foi, majoritariamente, conduzida como subsídio para a construção de conexões históricas e culturais entre as populações do passado e do presente (p.ex. MARCIANIAC; YALMAN, 2013); algo que persiste até a atualidade.

A década de 1980, inaugurou um novo momento nesta relação entre arqueologia e antropologia. Nos Estados Unidos, o modelo dos 4 campos da antropologia estava em crise devido ao crescimento da produção científica nas diferentes disciplinas (antropologia social/cultural; antropologia biológica, linguística, arqueologia) e à especialização da(o)s pesquisadora(e)s. Havia um crescente descrédito nesta abordagem unificada, ou em um objeto comum transpassando os 4 campos (BALÉE, 2009; GILLESPIE et al., 2003, p. 159). Junto com isso, se estava vivenciando uma nova estruturação dos departamentos nas universidades, separando a arqueologia da antropologia. Além disso, enquanto a antropologia americana estava imersa no debate teórico pós-moderno, a arqueologia continuava interessada no funcionalismo, na ecologia cultural e no neo-evolucionismo, o que também contribuía para o distanciamento entre as disciplinas (GOSDEN, 1999, p. 6). Finalmente, cabe dizer que a arqueologia processual estabeleceu uma interlocução, nunca antes vista, com as ciências físicas, da terra e biológicas, o que fez com que vários campos da pesquisa arqueológica (p.ex. geoarqueologia, zooarqueologia, arqueometria) se destacassem, promovendo a formalização e especialização de diferentes métodos e técnicas de trabalho de campo e laboratório. A arqueologia adquiriu uma dimensão, de fato, de “*hard science*” e houve uma descaracterização da arqueologia, ‘apenas’, como antropologia.

Enquanto na arqueologia americana estava acontecendo este distanciamento disciplinar e institucional, na arqueologia europeia e, especialmente, na Grã-Bretanha e Escandinávia, se observava uma ‘virada antropológica’ na disciplina que desembocou na arqueologia pós-processualista. Como reação crítica à arqueologia processualista, ela foi levada a cabo a partir de uma nova proposta de reflexão teórica na disciplina. Como já foi dito anteriormente no texto – no depoimento de Ian Hodder –, a arqueologia pós-processualista se contrapunha ao positivismo e ao adaptacionismo processualista, buscando se alinhar com o debate neo-marxista

e neo-estruturalista, nas ciências sociais. Neste caso, a relação da arqueologia com a antropologia foi no sentido de privilegiar uma abordagem contextual, de ressaltar a agência e os significados simbólicos da cultura material e de compreender o trabalho de campo etnográfico como uma experiência subjetiva. Ainda, buscando entender o contexto arqueológico, o pós-processualismo não abriu mão do uso de dados etnográficos, desenvolvendo uma infinidade de trabalhos etnoarqueológicos.

Durante a década de 1990, arqueóloga(o)s pós-processualistas, nos dois lados do Atlântico, buscaram fortalecer e atualizar o diálogo teórico com a antropologia, tanto em termos da pesquisa arqueológica pré-histórica/pré-colonial como da arqueologia histórica. A prática etnográfica e os dados etnográficos deixaram de ser pensados apenas em termos da interpretação do registro arqueológico, e a questão da reflexividade no processo de produção do conhecimento assumiu fundamental importância nas pesquisas dessa(e)s arqueóloga(o)s (p.ex. HODDER, 2000).

Neste ínterim, a crítica pós-colonial atingiu em cheio a arqueologia, desencadeando o que alguns autores chamaram de uma ‘virada etnográfica’ (p.ex. CASTAÑEDA; MATTHEWS, 2008) na disciplina que assumiu diversas perspectivas: arqueologia etnográfica, etnografia arqueológica, arqueologia do presente. Nas últimas décadas, foi se configurando a chamada arqueologia pós-colonial que apregoa práticas arqueológicas multivocais e inclusivas. No seu escopo se inserem as arqueologias indígenas, das populações afrodiáspóricas e colaborativas, a partir das quais, arqueóloga(o)s têm compartilhado com antropólogo(a)s o objetivo de apreender os regimes de conhecimento, verdade e historicidade dos diferentes coletivos humanos (p.ex. LYDON; RIZVI, (ed.), 2010). Em termos mais amplos, se poderia dizer que a crítica pós-colonial tem aproximado a arqueologia e a antropologia em termos da (auto)reflexão sobre como ambas disciplinas contribuem para a colonialidade e decolonialidade, no que se refere à enunciação do conhecimento sobre as realidades do passado e do presente (p.ex. COLWELL, 2016; GNECCO, 2009; GNECCO; HERNÁNDEZ, 2008; HABER, 2016).

Também estamos em um momento da prática arqueológica, no qual arqueóloga(o)s não mais se ocupam apenas do ‘arqueo’, mas também, do estudo da materialidade, no presente. A arqueologia do mundo contemporâneo

rompe com a noção de que a arqueologia é uma ciência que estuda apenas o passado, propondo que ela seja uma ‘arqueologia de nós’, das superfícies e das coisas do contemporâneo. Neste sentido, ela redefine o próprio marco ontológico da disciplina arqueológica: a escavação estratigráfica. Esta arqueologia investiga, por exemplo, espaços urbanos, complexos industriais, aterros de lixo urbano, contextos de catástrofes e desastres, grafites e murais urbanos. Trata-se de um campo da pesquisa arqueológica que transita entre a antropologia e outras ciências humanas (p.ex. GRAVES-BROWN et al., 2013).

Nos últimos anos, a arqueologia também se engajou no debate sobre o pós-humanismo e na crítica ao antropocentrismo. O resultado disso é que “as coisas não são mais o que costumavam ser” na visão de vária(o)s arqueóloga(o)s (THOMAS, 2015, p. 1288).

As coisas são percebidas como entidades que precisam ser compreendidas em si mesmas¹⁴ e, ao mesmo tempo, como entidades relacionais. Neste sentido, na pesquisa arqueológica, tem se buscado compreender o que as coisas são, e como as coisas e humanos se entrelaçam, relacionam e afetam mutuamente. As coisas são vistas como agentes dotados de intencionalidade, assumindo um papel primordial na vida das pessoas não apenas porque evidenciam ou simbolizam modos de existência, mas porque os corporificam e, ao mesmo tempo, atuam na sua definição e transformação. Além disso, as coisas arqueológicas (p.ex. artefatos, ecofatos, biofatos, materiais) e os processos técnicos são tidos como tendo qualidades intrínsecas e em constante devir, se relacionando mutuamente, independentemente da ação, ou presença humana. Esta ‘virada material’ veio definir uma arqueologia das ontologias que do mesmo modo que a antropologia das ontologias pretende compreender o entrelaçamento de humanos e não-humanos (p.ex. Alberti, 2016; BOYD, 2017; INGOLD, 2011).

Ao considerar a capacidade relacional das coisas, arqueóloga(o)s também estão refletindo sobre a própria produção do conhecimento arqueológico, sobre a interação entre pesquisadores e realidade arqueológica, e têm

¹⁴ As coisas sendo vistas como a fonte de sua própria significação: p.ex. um barco é significativo por causa das suas qualidades (de barco) que dizem respeito aos conhecimentos, habilidades e materiais nele agregados, sua persistência e capacidades em termos de velocidade, estabilidade, domínio dos ventos, e pelas atividades que ele possibilita realizar tais como transportar, pescar, caçar, lutar, e também pela sua beleza e pelo desfrute e prazer que ele proporciona (OLSEN, 2012, p. 23).

argumentado que a noção de reversibilidade – no sentido definido por Roy Wagner (1981) – não está restrita ao contexto da pesquisa antropológica, pois arqueóloga(o)s também inventam culturas assim como antropóloga(o)s. A materialidade arqueológica afeta a(o)s arqueólogo(a)s quando ela(e)s se engajam com ela, do mesmo modo que as pessoas ‘nativas’ afetam a(o)s antropólogo(a)s, e vice-versa. Assim, o dado arqueológico não é um dado *em si*, mas sim, um constructo resultante de uma relação entre coisas e pessoas. Ainda em termos da noção de reversibilidade, tem-se procurado demonstrar que ‘outras’ pessoas também fazem arqueologias, assim como o(a)s arqueólogo(a)s, e que ambas as arqueologias podem se afetar mutuamente (p.ex. ALBERTI et al., 2011; HOLTORF, 2002).

Antropologia e arqueologia no Brasil

No século XIX, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos em 1808, o país se transformou no destino de viajantes e naturalistas que para cá se dirigiram com a intenção de explorar, observar, descrever e interpretar as riquezas naturais e as populações originárias deste vasto território, ainda quase desconhecido, bem como coletar os testemunhos desta diversidade natural e humana. Tais viajantes que possuíam formações intelectuais e expertises diversas vinham imbuídos do cientificismo de seu tempo, e traziam consigo as teorias e os métodos que eram norteadores da produção do conhecimento, no continente europeu, sobre a história natural e da humanidade. No decorrer de suas expedições, registraram uma variedade de dados e formularam interpretações sobre esta diversidade natural e humana que possibilitaram, à época, a construção de uma imagem do Brasil, das suas paisagens e da sua população, bem como produziram inúmeras coleções etnográficas para os museus europeus¹⁵. Descreveram e reproduziram, iconograficamente, com minúcia, a flora e a fauna das diferentes regiões que estavam sendo exploradas, e se detiveram em mostrar

¹⁵ Durante toda a expansão colonialista nas Américas e, principalmente, a partir da segunda metade do século XVIII, coleções de objetos foram formadas por viajantes naturalistas, com o intuito de preservar e classificar os mais diversos elementos da natureza e dos modos de vida dos povos que viviam no continente (p.ex. plantas, animais, minerais, artefatos). Isto perdurou ao longo do século XIX, dando origem aos grandes museus enciclopédicos ancorados no paradigma evolucionista da história natural e da história cultural, e tendo como pressuposto o inevitável desaparecimento das culturas nativas pela força e superioridade da civilização europeia (RIBEIRO; VELTHEM, 1998; VELTHEM, 2012).

os modos de vida das populações indígenas e não-indígenas com as quais se depararam. No caso das primeiras, teceram considerações sobre a sua origem e diversidade cultural e, comparando-as com a civilização europeia, ressaltaram a sua primitividade. O olhar e as impressões dessas pessoas sobre o Novo Mundo estavam impregnadas pelas ideias de pensadores europeus que, desde o século XVIII, defendiam ser a América e seus habitantes ‘nativos’ um exemplo da infância e/ou da degeneração da humanidade¹⁶. Portanto, para tais viajantes conhecer a natureza e os povos ‘primitivos’ deste continente era um modo de adentrar na antiga história da humanidade e, neste sentido, as evidências arqueológicas que eram encontradas e registradas eram os testemunhos desse tempo das origens (KURY, 2001; MENDONÇA DE SOUZA, 1991; SALLAS, 2010; SCHWARTZ, 2000)¹⁷.

Neste ambiente de expedições e desvelamento de paisagens, povos indígenas e evidências arqueológicas, Peter Wilhelm Lund, um naturalista dinamarquês, iniciou suas pesquisas em grutas na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais (1835-1844), descobrindo remanescentes ósseos humanos associados com vestígios de megafauna. Tratava-se da primeira investigação, propriamente arqueológica, em nosso país, sendo que essas descobertas conduziram este pesquisador a elaborar a hipótese da contemporaneidade de humanos e grandes mamíferos extintos ou, em outras palavras, da possibilidade de existência de um ‘homem antediluviano’, no continente americano. Esta hipótese foi apresentada à comunidade científica europeia, em 1844. Tal hipótese de Lund sobre a antiguidade do

¹⁶ Dentre esses naturalistas destaco Karl Friedrich Philipp von Martius que, junto com Johan von Spix e Johannes Natterer, integrou a Expedição Austríaca, também conhecida como Missão Pohl (1817-1835), que foi organizada por ocasião da vinda da arquiduquesa e futura Imperatriz Leopoldina, ao Brasil. Ele percorreu a região sudeste e nordeste (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão), chegando até o alto Amazonas, nos anos de 1817-1820, realizando investigações de interesse arqueológico, etnológico, filológico e botânico (AUGUSTAT, 2012). Ele endossou a tese monogenista sobre a origem asiática das populações nativas deste continente que havia sido formulada, anos antes, pelo naturalista Alexander von Humboldt (1799-1803). Além disso, propôs uma classificação linguística para as populações indígenas, e formulou uma teoria degeneracionista sobre os povos Tupi embasada nas ideias de pensadores europeus como o Conde de Buffon e Cornelius De Pauw. Aspectos importantes na sua argumentação sobre a degeneração desses povos indígenas eram o determinismo ambiental e a miscigenação (NOELLI; FERREIRA, 2007; SCHWARTZ, 2000).

¹⁷ Viajantes e naturalistas europeus que realizaram expedições de interesse arqueológico e antropológico em território brasileiro no século XIX são, por exemplo: Príncipe Maximilian Wied Neuwied (1815-1817), Saint-Hilaire (1816-22), Karl Friedrich Philipp von Martius e Johan von Spix (1817-1820); Georg Heinrich von Langsdorf (1824-1829), Príncipe Adalberto da Prússia (1842), Karl von den Steinen (1884 – 1887), Paul Ehrenreich (1884-1885, 1888-1889), Henri Codreau (1883-1885, 1887-1889, 1889-1891, 1895-1899).

homem na América questionava tanto a visão corrente, na época, de uma humanidade recente datada do tempo bíblico, como a teoria catastrofista defendida por Georges Cuvier, seu antigo mestre. O seu trabalho teve uma repercussão positiva nos círculos científicos europeus, tendo sido citado por figuras eminentes (p.ex. Charles Darwin). No Brasil, parte do seu material humano foi estudado, no âmbito do Museu Nacional, por João Baptista de Lacerda e José Rodrigues Peixoto, em 1876, sendo que para eles a morfologia craniana dos indivíduos de Lagoa Santa se assemelhava a de alguns crânios de indígenas botocudos que haviam sido exterminados por tropas imperiais, no século XIX. Os achados de Lund, também levaram à proposição de uma ‘raça de Lagoa Santa’. Enquanto a repercussão do trabalho de Lund continuava, D. Pedro II se mostrou interessado em incentivar a pesquisa científica no país, abrindo espaço para a arqueologia e a etnologia, no Museu Nacional, promovendo e apoiando expedições de viajantes do Brasil e exterior (BARRETO, 1999/2000; KEULLER, 2012; LUNA FILHO, 2007; MENDONÇA de SOUZA, 1991; PROUS, 2019, p. 15-42)¹⁸.

Na segunda metade do século XIX, a arqueologia amazônica e a arqueologia de sambaquis tiveram um grande incentivo e destaque no cenário de pesquisas arqueológicas, especialmente, pela sua monumentalidade. Neste contexto, é preciso destacar as investigações de João Barbosa Rodrigues e de Domingos Soares Ferreira Penna sobre as culturas amazônicas Miracanguera e Maracá, respectivamente. Ambos defendiam uma degeneração ascendente das populações indígenas do passado, tomando como base a diferenciação dos registros arqueológicos na estratigrafia (i.e. artefatos refinados nos estratos inferiores em contraposição aos conjuntos artefatuais rudimentares nos estratos superiores). Outro destaque é a *Thayer Expedition* (1865), liderada por Louis Agassiz e integrada por James Orton e Frederick Hartt¹⁹, que também teve grande importância no início da arqueologia científica, na região

¹⁸ Cabe dizer que desde o início do século XIX, os monarcas incentivaram as expedições científicas com o objetivo de expandir as fronteiras de exploração econômica para o interior do território brasileiro, e também, definir uma genealogia da nação. Portanto, conhecer as regiões, suas vias fluviais e terrestres, os seus recursos, as populações indígenas que nelas habitavam e as evidências arqueológicas era condição fundamental para levar a cabo tal projeto expansionista, colonialista e nacionalista (FERREIRA, 2006, 2010; SCHWARTZ, 2000).

¹⁹ Frederick Hartt investigou o sambaqui da Taperinha, nas proximidades da cidade de Santarém, em 1871, sendo que este sítio arqueológico recebeu destaque nas pesquisas de Anna Roosevelt (1980-1990) e notoriedade no meio científico pela antiguidade da cerâmica nele encontrada (PAPAVERO; OVERAL, 2011, p. 95-112, 413-16).

amazônica. Louis Agassiz era um poligenista que defendia a autoctonia dos povos indígenas americanos. Importantes foram, também, as pesquisas arqueológicas no sul e sudeste realizadas em sambaquis, por Carlos Frederico Rath, Carlos Wiener e Roquette Pinto que trouxeram subsídios para o debate sobre a origem (natural e artificial) dessas evidências arqueológicas. Essas pesquisas resultaram na proposição de que haveria um ‘homem dos sambaquis’ que, juntamente com a ‘raça de Lagoa Santa’, inflamaria o debate entre monogenistas e poligenistas, sobre a origem da ocupação humana e diferenciação das raças, na pré-história do continente americano²⁰. Desta época é o trabalho do então diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto, intitulado *Investigações sobre a Archeologia Brasileira* (1885), tido como a primeira tentativa de sistematizar os conhecimentos arqueológicos então disponíveis, no país (BARRETO, 1999/2000; KEULLER, 2012, p. 51-61; MENDONÇA DE SOUZA, 1991; PROUS, 2019, p.15-42).

Neste mesmo período, as expedições científicas de cunho etnológico continuavam sendo realizadas em diferentes regiões do país, cabendo destacar a presença de viajantes e naturalistas alemães. Esses indivíduos tinham em comum a preocupação de realizar pesquisas etnográficas sistemáticas e com um rigoroso protocolo metodológico. Seus temas de interesse eram a cultura material, a arte, a religião, a mitologia e as línguas indígenas. Eles procuravam percorrer vastas regiões e investigar várias populações indígenas, em um só tempo. A produção de coleções etnográficas também era uma característica fundamental do trabalho desses viajantes e naturalistas e, neste caso, tanto para organizar novas coleções como para readequar aquelas já existentes nos museus. Eles aprimoraram o conhecimento sobre as populações indígenas que aqui viviam, definindo novas direções para os estudos etnológicos (HARTMANN, 1993; SCHADEN, 1993; VERMEULEN et al., 2019)²¹.

²⁰ Naquele momento, as ideias do evolucionismo darwinista já se faziam presentes no cenário científico brasileiro, e contribuíam para reforçar a posição defendida pelos monogenistas de que havia um único ancestral humano, em contraposição ao posicionamento dos poligenistas, que defendiam a ideia de distintos ancestrais (Keuller, 2012, p. 116-135).

²¹ Dentre esses viajantes naturalistas cabe destacar Karl von den Steinen e Paul Ehrenreich que percorreram a região do rio Xingu, na década de 1880. Inspirados pelas ideias do etnólogo alemão Adolf Bastian e na linguística comparativa de Wilhem von Humbolt, eles propuseram uma classificação de línguas e culturas indígenas – redefinindo a de K.F.P. von Martius – bem como estabeleceram um quadro de distribuição espacial e de migrações das populações indígenas, a partir dos dados que estavam disponíveis na época (Schaden, 1993; Viertler, 2019).

Esses etnólogos de origem germânica estiveram muito presentes em nosso país, até o final da Primeira Guerra, caracterizando-se pelo empirismo e pela preocupação salvacionista. Eles não estavam alheios às ideias evolucionistas, porém, a sua principal influência teórica vinha de intelectuais do cenário científico alemão e austríaco (p.ex. Adolf Bastian, Wilhelm Schmidt, Friedrich Ratzel) que estavam engajados no debate sobre a unidade psíquica e o desenvolvimento espiralar ou multilinear da humanidade, os círculos culturais, a história cultural e o difusionismo. Por isso, eles buscavam compreender a relação entre a distribuição espacial de línguas e povos indígenas, para inferir os centros de origem e as rotas de migrações dessas populações e, também, comparavam ‘traços culturais’ de povos ocupando determinadas áreas geográficas a fim de reconhecer processos regionais de desenvolvimento e contatos culturais, e compreender histórias culturais. É importante dizer que esses etnólogos alemães mantinham relações com vários intelectuais brasileiros, tendo também coletado dados e produzido interpretações de interesse arqueológico (KRAUS, 2019; MENDONÇA DE SOUZA, 1991; PETSCHLIES, 2019; THIEME, 1993; VERMEULEN et al., 2019)²².

Como se pode observar, as décadas finais do século XIX e o início do século XX se caracterizaram como sendo um período de efervescência de ideias e debates no âmbito das pesquisas arqueológicas, etnológicas e de antropologia física, no país. O povoamento do território, a primitividade, o degeneracionismo, as diferenças raciais e culturais dos povos indígenas e a miscigenação eram os problemas de investigação recorrentes naquele cenário científico influenciado pelas teorias raciais²³ e pelos pressupostos evolucionistas e difusionistas. Ambas as disciplinas estavam alinhadas no esforço de buscar compreender a origem e a antiguidade do ‘homem americano’, bem como tentavam explicar as razões da diversidade racial e cultural dos habitantes

²² Viajantes e etnólogos estrangeiros que realizaram investigações de interesse arqueológico e antropológico entre 1880 e 1950: Karl von den Steinen (1884, 1887-1888), Paul Ehrenreich (1884-1885, 1888-1889); Hermann Meyer e Karl Ranke (1896-1898), Max Schmidt (1900-1901, 1910, 1914, 1926-1928), Theodor Koch-Grünberg (1903-1905, 1911-1913), Fritz Krause (1908-1909), Nils Erland Nordenskiöld (1913-1914).

²³ Nas primeiras décadas do século XX, a questão racial assumiu uma enorme importância no cenário mundial devido à relação deste tema com as discussões sobre as consequências do imperialismo europeu e o futuro das nações e das identidades nacionais, dado os deslocamentos humanos e o contato entre distintas sociedades. Neste contexto, o problema da miscigenação definiu uma agenda de estudos para a etnologia e antropologia física e, especialmente, em países onde ela era uma característica marcante na constituição da sociedade (Souza, 2016, p. 612).

‘nativos’. Porém, a etnologia e a antropologia física também começavam a se interessar pela população negra e por outros ‘tipos humanos’ que ocupavam as diversas regiões do país como, por exemplo, a população sertaneja (BARRETO, 1999; FERREIRA, 2006, 2009; KEULLER, 2012; SCHWARTZ, 2000; SOUZA, 2016).

Neste período, também ocorreu a institucionalização da arqueologia e da antropologia, no âmbito dos museus. Precisamente, no Museu Nacional (1818), Museu Botânico do Amazonas (1884), Museu Paraense (1866), Museu Paranaense (1876), Museu Paulista (1894). Essas instituições abrigariam as primeiras gerações de profissionais dedicados à antropologia e à arqueologia, sendo que essas foram as responsáveis pela formação de maior parte dos seus acervos²⁴. Esta institucionalização se caracterizou pela relação dessas disciplinas com a mundialização da ciência, os ideais nacionalistas e o colonialismo. Intelectuais como Ladislau de Souza Mello Neto, Edgard Roquette Pinto, João Barbosa Rodrigues, Emílio August Goeldi, Hermann von Ihering são alguns dos nomes proeminentes da pesquisa arqueológica e antropológica, nesses museus, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX; período que foi definido como a ‘era dos museus’ (FERREIRA, 2009, 2010; KEULLER, 2012).

A partir do final da Primeira Guerra Mundial, os museus e, consequentemente, as pesquisas arqueológicas e antropológicas sofreram pela falta de recursos. No caso da arqueologia, a continuidade das investigações foi levada a cabo por iniciativas isoladas de arqueólogos autodidatas que continuaram empenhados em desvelar a pré-história das populações nativas, tentando esclarecer suas origens (raciais e geográficas) e os processos de migração e difusão, de evolução ou degeneração cultural. A pesquisa em sambaquis (regiões amazônica, sul e sudeste) se desenvolvia a partir do debate sobre a sua origem e formação (natural, artificial, mista), a das culturas arqueológicas amazônicas em termos da sua origem (local ou externa), e os registros rupestres experimentavam as mais distintas interpretações. Apesar

²⁴ As instituições museológicas adentraram o século XX impregnadas pelos paradigmas evolucionista e difusionista, e portanto, se dava ênfase às descrições, classificações e tipologias dos objetos arqueológicos e etnográficos, bem como à sua distribuição espaço-temporal e aos aspectos relativos à difusão cultural. Além disso, no Brasil, desde o final do século XIX, até a primeira metade do século XX, o colecionismo se caracterizou pela reificação da alteridade dos povos indígenas e por uma ênfase preservacionista, estando relacionado também com o indigenismo de Estado (Abreu, 2005; Bruno, 2005; Grupioni, 1998).

disso, nos anos de 1930, temos novas sínteses sobre arqueologia brasileira – *Introdução a arqueologia brasileira*, de Angione Costa (1934) e *Pré-história brasileira*, de Anibal Mattos (1938) – e as primeiras investidas em direção à preservação do patrimônio arqueológico – Decreto Lei 25 de 30/11/1937 –, em consonância com o movimento modernista (BARRETO, 1999, 1999/2000; MENDONÇA de SOUZA, 1991; PROUS, 2019:15-42).

Neste período, no que se refere à etnologia indígena, a presença dos etnólogos alemães começou a declinar²⁵ e as pesquisas relativas ao problema do contato (indígenas e sociedade nacional), da miscigenação e da aculturação assumem uma proeminência na agenda de pesquisas, sob a influência teórica da escola culturalista norte-americana²⁶. Essas pesquisas, juntamente com os estudos sobre as populações negras e de comunidades, tiveram destaque na etnologia até os anos de 1950²⁷. Os ‘estudos de comunidades’ abriram caminho para os ‘estudos regionais’ que tratavam de temas como, por exemplo, o campesinato, as fronteiras de expansão, os assalariados rurais, os trabalhadores urbanos. Paralelamente, pela influência do estrutural-funcionalismo britânico, também se iniciaram os estudos de sociedades indígenas sobre estrutura social e organização social²⁸ (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1985; CORRÊA, 1997; MELATTI, 1984).

²⁵ A partir da década de 1920, a falta de recursos das instituições museológicas europeias dificultou a vinda de estudiosos alemães para o nosso país, no entanto, eles continuaram em contato com os intelectuais brasileiros. Para alguns autores, foi exatamente esta rede de contatos que possibilitou que a influência da etnologia germânica se estendesse até os anos de 1950, através dos trabalhos de etnólogos como Herbert Baldus, Emilio Willems, Egon Schaden e Harald Schultz. É preciso mencionar ainda Curt Unkel Nimuendajú (1905-1945) que era alemão, naturalizado brasileiro, e que realizou pesquisas de interesse antropológico e arqueológico, ao longo de 40 anos (1905-1945), entre diferentes populações indígenas e regiões do Brasil (FRANÇOZO, 2005; PETSCHLIES, 2019; SCHRÖDER, 2019; VERMEULEN et al., 2019).

²⁶ Deste período são as obras de Gilberto Freyre intituladas *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mocambos* (1936). No âmbito da antropologia física, o debate sobre as teorias raciais continuava, em um cenário marcado pelas oposições e defesas ao racismo científico. Destaca-se a figura de Roquette-Pinto que ao se envolver neste debate assumiu uma postura antirracista, apesar de não abandonar os pressupostos mendelianos de definição de raça. Ele se engajou no projeto de buscar reafirmar a viabilidade da formação mestiça do Brasil, estando ligado “à tradição antropológica criada no Museu Nacional que de maneira geral se caracterizou por visões positivas sobre a miscigenação racial e a formação da nação” (SOUZA, 2016, p. 611).

²⁷ Nos anos de 1930 foram criadas várias instituições (p.ex. Universidade de São Paulo, Escola de Sociologia e Política, Universidade do Distrito Federal), com a contratação de professores estrangeiros (p.ex. Roger Bastide, Emilio Willems, Claude Lévi-Strauss, Herbert Baldus, Donald Pierson) que foram responsáveis pela formação de vários cientistas sociais brasileiros. Além desses, Radcliffe-Brown também esteve no Brasil, nos anos de 1942 a 1946, como professor visitante na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (COELHO dos SANTOS, 1997).

²⁸ Deste período se pode destacar os trabalhos de Florestan Fernandes intitulados “*Organização Social dos Tupinambá*” (1949) e a “*A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*” (1951).

Pode-se dizer que até os anos de 1930, a etnologia ditou a agenda de pesquisas arqueológicas e, especialmente, no que concerne aos povos Tupi. A partir da década de 1940, porém, com o crescente declínio da influência da etnologia alemã e a mudança de interesses de investigação da etnologia, a arqueologia e a antropologia começam a se distanciar uma da outra em termos de diálogo e agenda comum de pesquisas²⁹. No que tange à arqueologia se inicia a criação de centros de pesquisa e de capacitação profissional em arqueologia e se investe em campanhas preservacionistas do patrimônio arqueológico. Intelectuais como Luiz de Castro Faria, Paulo Duarte e José Loureiro Fernandes foram grandes incentivadores do debate sobre a importância da pesquisa e preservação dos sítios arqueológicos, atuando para a promulgação e regulamentação de legislações de proteção do patrimônio arqueológico (BARRETO 1999/2000)³⁰. É criada a Comissão de Pré-História (1952), por empenho de Paulo Duarte, que viria a ser a precursora do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo. Deste mesmo período é o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (1956) da Universidade Federal do Paraná.

As décadas de 1950 e 1960 se caracterizaram pela presença de pesquisadora(e)s estrangeira(o)s, no cenário da arqueologia brasileira, sendo que essa(e)s atuaram na formação teórica e metodológica de toda uma geração de arqueólogos. Estou me referindo aos arqueólogos franceses Anette Laming-Emperaire e Joseph Emperaire (1954) que lideraram a Missão Francesa (franco-brasileira) e aos arqueólogos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans (1964) que instituíram o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA).

A Missão Francesa tinha como objetivo investigar outras culturas pré-históricas na América Latina, para além das altas culturas andinas e mesoamericanas. Ela enfatizou o estudo de contextos arqueológicos

²⁹ A exceção, neste período, foi o projeto do *Handbook of South American Indians* que propiciou um diálogo entre as disciplinas, desenvolvendo uma agenda comum de problemas de pesquisa; tratarei melhor sobre isso no próximo capítulo.

³⁰ A preocupação com o patrimônio arqueológico já havia se feito presente através do projeto de lei elaborado por Mário de Andrade, em 1936, na esteira das proposições do Movimento Modernista (1922). O Decreto Lei nº 25 de 30/11/1937 determinava a proteção de bens “de valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (e) monumentos naturais”. A preservação do patrimônio arqueológico, ou antes, do passado, se tornou uma política de Estado, a partir do Estado Novo de Getúlio Vargas (BARRETO, 1999/2000, p. 40; SILVA, 2011). No entanto, foram as campanhas lideradas por Luiz de Castro Faria, Loureiro Fernandes e Paulo Duarte, desde a década de 1940 que culminaram na promulgação da Lei Federal 3924, de 1961, que não apenas definiu os parâmetros de proteção do patrimônio arqueológico, em nosso país, mas também, as diretrizes para a pesquisa do mesmo; ou seja, o objeto de estudo da arqueologia foi definitivamente burocratizado no âmbito da administração estatal.

pré-cerâmicos, se utilizando de uma metodologia de escavação em superfícies amplas e buscando reconstruir os níveis naturais/culturais de ocupação dos sítios. Além disso, ela se dedicou às análises artefatuais e de arte rupestre com o objetivo de compreender diversos aspectos da vida e das tecnologias das populações pré-históricas.

O PRONAPA que vigorou entre os anos de 1965-1970 tinha como objetivo definir as tipologias e as cronologias de distribuição dos conjuntos artefatuais arqueológicos a fim de entender o passado pré-colonial em termos da distribuição, no tempo e no espaço, das culturas arqueológicas, sendo essas traduzidas em categorias como tradições e fases. Ele se utilizou, principalmente, de uma metodologia prospectiva e exploratória nas diferentes regiões do país³¹ (BARRETO, 1999/2000; DIAS, 1995; HILBERT, 2007; PROUS, 2019, p.15-42).

Cabe dizer que durante a atuação dessas missões científicas, a arqueologia brasileira finalmente se profissionalizou, com pesquisadores/as de diferentes áreas das ciências humanas, da terra e biológicas, se institucionalizando nos museus e, também, nas universidades. Funari (1999) chamou esta institucionalização e profissionalização da arqueologia como sendo o desenvolvimento de um *establishment* arqueológico que teria sido responsável pela hierarquização e pelo controle da prática arqueológica, em nosso país. Por influência dessas missões, a arqueologia brasileira também se configurou como uma disciplina extremamente técnica e descritiva, que não se ocupava em desenvolver um debate teórico e, tampouco, demonstrava interesse pelas continuidades históricas entre as populações indígenas, do presente e as do passado. Ela tratava de “artefatos, camadas estratigráficas e sítios arqueológicos, ao invés de culturas, períodos históricos e assentamentos humanos” (BARRETO, 1999, p. 208); pode-se dizer que esta configuração foi uma característica preeminente da arqueologia brasileira até os anos de 1980³².

³¹ Em 1956, o arqueólogo Wesley Hurt liderou uma missão americana-brasileira, mas que segundo alguns autores, trouxe mais controvérsias e conflitos do que propriamente contribuiu para a formação e profissionalização dos arqueólogo(a)s brasileira(o)s (MENDONÇA DE SOUZA, 1991, p. 94; PROUS, 2019, p. 23).

³² Cristiana Barreto (1999) ao refletir sobre a arqueologia brasileira deste período destaca que esta sua configuração poderia ser explicada a partir de distintos aspectos: falta de internacionalização da produção científica; desinteresse internacional pela pesquisa realizada no Brasil devido à carência de monumentalidade no registro arqueológico, e às condições logísticas desfavoráveis para a pesquisa; um certo provincianismo e a constituição de ‘feudos’ acadêmicos e de espaços de pesquisa. Pedro Paulo Funari (2008), por sua vez, diz que durante o regime militar, a arqueologia caiu nas mãos de funcionários burocráticos, e que sua

Enquanto se desenvolvia a pesquisa no âmbito da arqueologia pré-colonial, a arqueologia histórica dava seus primeiros passos. Nos anos de 1960-1970, ela se ocupava em estudar, no litoral nordestino, os chamados sítios de contato, datados do século XVI. Além disso, investigava a materialidade dos colonizadores (p.ex. cachimbos, louças), as relações entre indígenas e europeus, no âmbito das missões jesuítas e a partir da noção de aculturação, e os sítios militares. Esses estudos estavam alinhados com uma perspectiva histórico-culturalista e tinham como objetivo identificar e delimitar, no espaço-tempo, os diferentes conjuntos artefatuais, associando os mesmos a determinadas populações e contextos específicos (LIMA, 1993; GASPAR, 2003).

Os anos de 1970, testemunharam o acirramento do regime ditatorial militar. Neste contexto, a arqueologia pré-colonial seguiu sua agenda de pesquisa, reproduzindo o que havia sido definido nas décadas anteriores pela(o) s pesquisadora(e)s das missões francesa e americana. Ou seja, ela continuou dedicada em tornar conhecido o potencial arqueológico do território brasileiro, se dedicando à pesquisa de campo e à análise dos materiais arqueológicos, buscando compreender a distribuição espaço-temporal das culturas arqueológicas. Na arqueologia histórica, continuaram os estudos dos sítios de contato e missioneiros, se investindo na investigação de estruturas monumentais (p.ex. igrejas, fortes, prédios coloniais). A partir do final da década de 1970, se iniciaram as pesquisas sobre a diáspora africana, os quilombos e de outros grupos sociais subalternizados (indígenas pós-missioneiros, camponeses), bem como sobre contextos domésticos e públicos ocupados por diferentes classes sociais. Assim, apesar da preeminência da abordagem histórico-culturalista, já se fazia sentir uma tímida influência da arqueologia processual, na prática da arqueologia histórica, em nosso país (SOUZA, 2013; SYMANSKI, 2009, 2014).

Na antropologia, os anos de 1960-1970, testemunharam uma mudança nos estudos sobre a aculturação, sendo que esses foram reorientados para o estudo do tema da fricção interétnica e da etnicidade. Além disso, a década de

produção foi tanto protegida e tolerada, como proibida. As questões levantadas por Barreto e Funari são bastante interessantes, e mostram que a história da arqueologia brasileira, entre os anos de 1960-1980, ainda precisa ser melhor estudada do ponto de vista documental e da memória daqueles que atuaram durante este tempo a fim de que possamos entender, de modo mais preciso e conjuntural, as razões pelas quais a arqueologia brasileira assumiu um viés descritivista e de quase isolamento (teórico e de produção), em relação ao que acontecia na arqueologia da América Latina e no resto do mundo.

1970, se caracterizou pelo desenvolvimento da chamada ‘antropologia da ação’ – integrada às pautas do indigenismo – e pela crescente influência do estruturalismo francês, na etnologia indígena (COELHO dos SANTOS, 1997; MELATTI, 1984)³³.

Pode-se dizer que entre os anos de 1950–1980, a arqueologia ficou quase alienada dos conhecimentos produzidos pela antropologia e, ao mesmo tempo, se afastou das lutas dos povos indígenas. Da mesma forma, a antropologia se desinteressou pelo diálogo com a arqueologia e passou a se dedicar à investigação de temas que não diziam respeito às histórias indígenas e à compreensão da materialidade.

Este cenário começou a se transformar a partir da década de 1980 quando a arqueologia processual começou a exercer sua influência entre alguns arqueólogos e arqueólogas brasileiras que passaram a se interessar pela teoria antropológica. Este foi o caso de Irmhild Wüst ([1983] 2019) que desenvolveu sua dissertação sobre o padrão de assentamento de populações ceramistas, na região Centro-Oeste, a partir de um repertório conceitual e de uma metodologia processualista, enfatizando a abordagem da análise espacial, além de inaugurar o campo da etnoarqueologia, no Brasil. Ainda, nos anos de 1980, José Joaquim Justiniano Proenza Brochado (1984) defendeu sua tese, nos Estados Unidos, sobre o tema da expansão dos povos Tupi e, neste trabalho, ele se utilizou de dados arqueológicos, históricos, linguísticos e antropológicos para construir sua argumentação sobre a relação entre cerâmica, língua e povos indígenas, propondo o seu modelo ecológico da expansão dos povos Tupi³⁴, e definindo a arqueologia como uma disciplina que trata das histórias indígenas. A meu ver esses dois trabalhos definiram novos rumos para a pesquisa, no âmbito da arqueologia pré-colonial, a partir deste período, no Brasil³⁵; eles mostraram como o diálogo entre arqueologia e antropologia, e outras disciplinas, podia ser extremamente profícuo.

³³ Além disso, as décadas de sessenta e setenta foi o período da criação dos primeiros programas de pós-graduação para a formação de antropólogos e arqueólogos (COELHO dos SANTOS, 1997).

³⁴ É importante dizer que o trabalho de Brochado não foi muito influente entre os pares da sua geração. No entanto, ele teve uma enorme influência nas gerações seguintes, juntamente com os trabalhos de seu orientador, Donald Lathrap. Esta influência foi crucial não apenas para um redirecionamento da arqueologia dos povos Tupi, mas também, da arqueologia amazônica, a partir dos anos de 1990, no Brasil

³⁵ Em 1991, Irmhild Wüst (1991) defendeu sua tese de etnoarqueologia Bororo que também foi desenvolvida a partir de um referencial processualista. Porém, nesta tese ela também defendeu a arqueologia como sendo uma disciplina que trata das histórias indígenas.

Nos anos de 1980, a antropologia também mostrou um novo interesse pela história indígena e, ao mesmo tempo, pelo que os historiadores e arqueólogos tinham a dizer sobre ela, sendo que este diálogo se materializou na publicação do livro *História dos Índios no Brasil* (CARNEIRO da CUNHA (org.), 1992) e, nas décadas seguintes, em outros trabalhos (p.ex. FAUSTO, 2000; FRANCHETTO; HECKENBERGER (orgs.), 2001; RAMOS; CAYÓN, 2014). Além disso, ela retomou o estudo das tecnologias e das artes indígenas, reafirmando a sua importância, e isso gerou um novo interesse da(o)s arqueóloga(o)s nesta produção antropológica, e uma aproximação entre a antropologia e a arqueologia da arte rupestre que pode ser constatada na publicação do livro *Grafismo Indígena* (VIDAL (org.), 1992). Essa aproximação se intensificou nesses últimos anos, e pode ser observada nos trabalhos sobre o universo estético e simbólico de populações arqueológicas, e que têm tratado de temas como o xamanismo, a corporalidade e as ontologias ameríndias (p.ex. BARRETO, 2014; GOMES, 2012).

A partir da década de noventa, a arqueologia brasileira se diversificou teoricamente e, especialmente, pela influência do pós-processualismo. As pesquisas etnoarqueológicas se intensificaram, e algumas delas foram desenvolvidas em diálogo com a antropologia das técnicas e da antropologia da arte (p.ex. BAPTISTA da SILVA, 2001; SILVA, 2000). Além disso, alguns arqueólogos estabeleceram um diálogo não apenas com a antropologia, mas também, com a etnohistória, a linguística, a etnobiologia e, para esses, a arqueologia pré-colonial passou a ser compreendida como 'história indígena na longa duração' (p.ex. NOELLI, 1993, 1999; NEVES, 1998, 1999, 2011; EREMITES de OLIVEIRA 1996, 2002). No que se refere à arqueologia histórica esta, também, se diversificou teoricamente, desenvolvendo estudos embasados nas abordagens histórico-culturalista, processualista e pós-processualista. Para além dos estudos descritivos e classificatórios sobre artefatos, o(a)s praticantes da arqueologia histórica também passaram a se dedicar ao estudo dos processos de uso e descarte dos artefatos em diferentes tipos de unidades espaciais, aos comportamentos e padrões de consumo e, também, se debruçaram sobre temas como relações de poder e de gênero, afirmações identitárias, e sobre construções e significação das paisagens; apenas para citar alguns exemplos (SYMANSKI, 2009).



José Joaquim Justiniano Proenza Brochado e seu (ex)aluno, amigo e interlocutor Francisco Silva Noelli. Porto Alegre, nos anos de 1990 (Foto: acervo pessoal)

Nesses últimos anos, o diálogo entre as disciplinas vem se tornando mais constante, sendo que a arqueologia brasileira complexificou e diversificou ainda mais o seu escopo teórico-metodológico e seus temas de pesquisa. Além disso, vivenciamos uma ‘virada etnográfica’ na arqueologia brasileira, pois muito(a)s arqueólogo(a)s estão desenvolvendo trabalhos no âmbito da etnoarqueologia, etnografia arqueológica, arqueologia do presente, arqueologia etnográfica e antropologia da arqueologia. Nesses trabalhos, o diálogo com a antropologia ocorre não apenas no que se refere à prática etnográfica, mas principalmente, no que tange às interpretações sobre a materialidade (p.ex. ABREU e SOUZA, 2015; BEZERRA, 2017; POUGET, 2010; RODRIGUES, 2020; L. SILVA, 2019). Vários desses trabalhos contribuem com a antropologia da arte, antropologia das técnicas e da materialidade no que se refere à reflexão sobre os significados, a personalidade e a agência das coisas.

A intensificação das pesquisas arqueológicas colaborativas, com diferentes populações (p.ex. indígenas, quilombolas, ribeirinhas, sertanejas, camponesas), também têm contribuído para intensificar o diálogo entre as disciplinas na medida em que, nesses últimos anos, ambas têm estado

envolvidas com demandas de pessoas em estado de vulnerabilidade, ou que se encontram engajadas em disputas e lutas por auto-determinação e/ou soberania territorial. Essas práticas colaborativas levadas a cabo por ambas as disciplinas vêm resultando na formulação de agendas comuns de pesquisa e, também, na complementaridade de conhecimentos sobre determinadas evidências e realidades (p.ex. ANDRELLO (org.), 2012). Finalmente, se poderia dizer que arqueóloga(o)s e antropóloga(o)s têm estado junta(o)s – com diferentes coletivos sociais –, buscando alternativas para a realização de políticas públicas inclusivas e democráticas relativas aos patrimônios culturais do passado e do presente.

Diferenças e similaridades entre arqueologia e antropologia

Na sua provocadora declaração durante o simpósio organizado por Colin Renfrew (1973), o antropólogo Edmund Leach afirmou que, considerando a imensa variedade de culturas humanas e a natureza fragmentada dos dados arqueológicos, a arqueologia jamais poderia alcançar o entendimento dos sistemas sociais do passado e suas mudanças, mesmo se utilizando de analogias etnográficas. Continuando, ele disse ainda que os arqueólogos deveriam reconhecer suas limitações e que os dados arqueológicos não entrariam em absoluto na alçada dos antropólogos sociais. Portanto, arqueologia e antropologia seriam campos de inquérito muito menos relacionados do que se poderia supor (LEACH, 1973, p. 761-62, 764, 767). Cabe dizer que esta crítica se dirigia para a arqueologia processual e, especialmente, para a concepção binfordiana de ‘arqueologia como antropologia’.

Desde a primeira metade do século XX, autora(e)s têm se dedicado a refletir, de modo mais sistemático, sobre a relação entre arqueologia e antropologia. Para alguns, dizer que ‘arqueologia é antropologia’ é condenar a disciplina a uma posição subalterna e ignorar a singularidade de comportamentos e eventos, do passado, e que só a arqueologia tem as ferramentas teórico-metodológicas necessárias para investigar e interpretar (p.ex. FAHLANDER, 2004). Outros, defendem que o objeto da arqueologia, seus métodos e reflexões teóricas são específicos desta disciplina, e que esses não podem ser amalgamados ou confundidos com os da antropologia (p.ex. NATIV, 2018). Por outro

lado, há autores que defendem que a arqueologia seria inimaginável sem a contribuição da produção antropológica, compartilhando temas de pesquisa, métodos e teorias com esta disciplina (p.ex. GOSDEN, 1999). Ou ainda, que a relação entre arqueologia e antropologia é inquestionável, na medida em que a arqueologia é um ‘tipo de antropologia’ na longa duração, dada a sua especificidade de apreender fenômenos culturais de grande profundidade temporal (p.ex. GILLESPIE et al., 2003).

Neste debate, também se reflete sobre o modo como se entende a natureza, simétrica ou assimétrica, da relação entre arqueologia e antropologia. Neste caso, a assimetria entre as disciplinas estaria em se posicionar a arqueologia como sendo a disciplina que fornece dados fragmentados sobre uma determinada realidade, e que consome teorias antropológicas, pois é ineficiente em produzir suas próprias reflexões teóricas. A simetria entre elas estaria em posicionar a arqueologia como uma disciplina capaz de produzir dados próprios sobre uma determinada realidade e reflexões teóricas próprias sobre a materialidade arqueológica – compreendida para além das coisas do passado –, e que contribuem para um conhecimento interdisciplinar (i.e. arqueológico e antropológico) sobre a relação entre pessoas e coisas (p.ex. GARROW; YARROW, 2010; HODDER et al.; 2008).

Para alguns autores não existem simetrias ou assimetrias entre as disciplinas, mas antes, diferenças em termos das suas ontologias e epistemologias. Assim, a fragmentação dos dados no contexto arqueológico – aspecto que definiria a assimetria entre as disciplinas – não é sinônimo de ausência de conhecimento, mas ao contrário, é o que determina o modo específico da arqueologia de produzir conhecimento. Em outras palavras, se está defendendo que a arqueologia produz conhecimento a partir dos fragmentos, das ausências (p.ex. de pessoas, de eventos, de materiais e objetos). Além disso, se ressalta que as coisas arqueológicas evocam um presente ausente que, convencionalmente, é chamado de passado. As ausências, portanto, definem a arqueologia, são a sua motivação, a sua obsessão, e são aquilo que a tornam uma disciplina diferente da antropologia (p.ex. YARROW, 2010; LUCAS, 2010).

Para outros autores, são essas diferenças entre as disciplinas que implicam na sua complementaridade, ou ainda, na existência de zonas fronteiriças entre elas. Tim Ingold (1992:694) chegou a afirmar que “a antropologia



Valéria Assis, Deise Lucy Montardo, Gislene Monticelli, Dione Bandeira, Claudia Macedo e eu.
VI Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro, 1991. (Foto: acervo pessoal)

social/cultural, a bioantropologia e a arqueologia formam uma unidade necessária”. Para ele, a temporalidade da paisagem é um dos temas que unifica a antropologia e a arqueologia, pois ambas se interessam em compreender a vida humana em seu engajamento com as paisagens, na passagem do tempo. Para Gavin Lucas (2010), ambas as disciplinas entendem a realidade como uma rede híbrida entre pessoas e coisas, mas cada uma adentra esta rede em diferentes pontos.

Uma relação cambiante

Ao longo do tempo, a antropologia e a arqueologia estiveram sempre imbricadas uma na outra, ora aliadas, ora em oposição retórica, em uma relação cambiante, como escreveu Cris Gosden (1999). Esta relação, por sua vez, vem sendo pensada de maneira multifacetada: a partir de uma origem comum; de um determinado campo científico de investigação; de uma relação de assimetria ou simetria; de semelhanças e diferenças em termos de objeto de estudo, teorias e métodos.

Particularmente, me posiciono como alguém que reconhece as particularidades dessas disciplinas e, neste caso, que entende que “arqueologia é arqueologia, é arqueologia, é arqueologia” (CLARKE, 1968, p.13). Porém, isto não me impede de encontrar entre a arqueologia e a antropologia afinidades – de temas, reflexões teóricas e métodos – tendo em vista que ambas as disciplinas tratam de questões relativas às experiências humanas no seu engajamento com o mundo, e será a partir deste posicionamento que contarei a minha versão sobre a relação entre prática etnográfica, dado etnográfico e construção do conhecimento arqueológico, na história da arqueologia.



Participantes do Seminário Internacional *Enfoques Etnoarqueológicos para Análise Cerâmica* que foi organizado pela Prof^a Dr^a Adriana Schmidt Dias, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, em 2004. No centro da foto está James Skibo, arqueólogo estadunidense, que se dedicou ao estudo de tecnologia cerâmica, com uma contribuição destacada no que se refere ao tema da funcionalidade e das marcas de uso de/em vasilhas cerâmicas. Ele faleceu, no ano de 2023, enquanto participava das atividades de pesquisa de campo, de um projeto de arqueologia subaquática, pela Wisconsin Historical Society. James Skibo era um arqueólogo processualista que defendia a relação entre arqueologia e antropologia, sendo um dos autores, juntamente com Michael W. Graves e Miriam T. Stark, do livro *Archaeological Anthropology. Perspectives on Method and Theory* (2007), dentre outros (Foto: acervo pessoal, 2004).

Analogia Etnográfica

“...inferência analógica ou analogia etnográfica está no cerne de grande parte da teoria arqueológica contemporânea”
(Alain Schnapp, 2013, p. 3)

NA HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA, ATÉ A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, O EMPREENHIMENTO de descrever os modos de vida de povos ‘nativos’ era realizado, principalmente, por indivíduos que não vinham do campo científico e que, muitas vezes, não tinham o preparo teórico e nem um método definido para realizar a coleta desses dados. Tratava-se de missionários, viajantes, exploradores, funcionários administrativos, oriundos de diferentes países europeus, que por razões diversas mantinham contato com as pessoas originárias de diferentes lugares. Esses eram vistos como ‘*men on the spot*’, e sua atitude em campo era a de observadores que compilavam informações etnográficas, se valendo do auxílio das pessoas do lugar, sendo essas tratadas como tradutoras e informantes. Essas informações embasaram as reflexões de autores como, por exemplo, J.F. McLennan (*Primitive Marriage*, 1865), E.B. Tylor (*Primitive Culture*, 1871), e L.H. Morgan (*Ancient Society*, 1877), que são considerados referências da antropologia evolucionista. Eles se dedicavam a ler criticamente a variedade de dados sobre os modos de vida dos chamados ‘povos primitivos’ ao redor do mundo e, a partir disso, elaboravam as suas sínteses comparativas sobre a evolução cultural humana.

Nessa época, antropólogos raramente coletavam seus próprios dados etnográficos, porém se ocupavam de melhorar a qualidade e controlar a quantidade daqueles que eram coletados por outrem. Uma das iniciativas para isso foi a elaboração da obra intitulada *Notes and Queries on Anthropology, for the Use of Travellers and Residents in Uncivilized Lands*, pela British Association, em 1874, na qual E. B. Tylor desempenhou um proeminente papel intelectual. Tratava-se de um roteiro de perguntas que deviam ser aplicadas junto às populações locais (STOCKING, 1983, p. 71-72 e 1995, p. 15). Outra iniciativa foi a troca de correspondência e o cultivo de relações com certos ‘*men on the spot*’ que se revelavam competentes observadores e interessados nas questões investigadas pelos antropólogos e, neste caso, se sobressaíam os missionários que tinham uma grande experiência com determinados povos ‘nativos’. E.B. Tylor e L.H. Morgan se relacionaram por vários anos com os missionários R.H. Codrington e L. Fison, que participavam ativamente do processo de reflexão etnológica, debatendo ideias e escrevendo trabalhos sobre suas observações etnográficas. Estes missionários, inclusive, escreveram sobre as dificuldades da prática etnográfica e as limitações do conhecimento etnográfico (STOCKING, 1995, p. 17-44). Grosso modo, nesta tradição conhecida como ‘*armchair anthropology*’, etnógrafo e antropólogo eram pessoas com atividades distintas, sendo que a prática etnográfica não era entendida como uma condição *sine qua non* para o antropólogo desenvolver suas reflexões e sínteses antropológicas; portanto naquele momento havia uma distinção entre etnografia e antropologia (CLIFFORD, 1998, p. 17-26; STOCKING, 1983, p. 71-75; 1995, p. 15-46).

Este cenário começa a mudar na década de 1880, quando vários pesquisadores se engajaram na realização de expedições e pesquisas etnográficas entre povos originários, em diferentes regiões do mundo: indígenas no sudoeste americano (p.ex. F.H. CUSHING, 1879-1889, J.W. FEWKES, 1890-1893); indígenas no noroeste do Canadá e do Pacífico norte (p.ex. F. BOAS, 1883-1901); povos melanésios no Estreito de Torres (p.ex. A. C. HADDON, 1888-1899); aborígenes na Austrália central (p.ex. W. B. SPENCER, 1894-1897); indígenas na América do Sul (p.ex. K. VON DEN STEINEN, 1884-1887). Para alguns autores, essas investidas foram emblemáticas para o desenvolvimento da prática etnográfica, pois tais pesquisadores não apenas coletaram dados, mas também,

contribuíram para a formulação e crítica da teoria antropológica, no final do século XIX (p.ex. COLE, 1983; HINSLEY, 1983; STOCKING, 1983, p. 73-80).

Desde 1879, nos Estados Unidos, o *Bureau of American Ethnology* enviava investigadora(e)s para junto das populações indígenas e, dentre essa(e)s, se destacou Frank H. Cushing que, entre 1880 a 1889, se dedicou à pesquisa etnográfica junto ao povo Zuni, no sudoeste americano. Seu trabalho de campo se caracterizou pela preocupação em registrar e compreender de forma holística uma determinada cultura – língua, organização social, arte, mitologia – sendo que a sua etnografia era uma combinação de linguística, observação cotidiana e intuição interpretativa. Ele liderou a *Hemenway Southwestern Archaeological Expedition* (1886-1888) que tinha como objetivo compreender a história pré-colonial do sudoeste americano e sua relação com as culturas da América Central e da América do Sul. Esta expedição foi organizada a partir de quatro eixos de pesquisa: etnografia, documentação histórica, antropologia física e arqueologia. Em 1888 ela passou a ser liderada por Jesse W. Fewkes, que prosseguiu com os trabalhos até 1894, quando passou a se dedicar à pesquisa etnográfica entre o povo Hopi. Este pesquisador que ficou conhecido por seu rigor científico, rotina de pesquisa e produção científica prolixa, foi pioneiro em se utilizar da chamada analogia etnográfica em arqueologia. Para alguns autores, Cushing e Fewkes fizeram emergir os padrões e o estilo do que viria a ser a pesquisa etnográfica no sudoeste americano, a partir de 1880 (COLWELL-CHANTHAPHONH, 2010, p. 52-55; HINSLEY, 1983).

Em 1888, inspirada pela ação do *Bureau of American Ethnology*, a *British Association* estabeleceu um comitê “com o propósito de investigar e publicar relatórios sobre os caracteres físicos, línguas e condição social e industrial das Tribos do Noroeste do Domínio do Canadá” (STOCKING, 1995, p. 85). O objetivo era enviar investigadores para residirem junto com essas populações, a fim de realizarem estudos filológicos e antropológicos. Esta iniciativa começou nos moldes do roteiro *Notes and Queries*, com a preparação de uma *Circular of Inquiry* a ser repassada para funcionários, missionários, viajantes e indivíduos que pudessem fornecer informações confiáveis sobre esses povos e que, posteriormente, seriam editadas e sintetizadas em termos antropológicos. No entanto, já se previa

que em alguns lugares onde os resultados dos inquéritos tivessem sido mais promissores haveria a atuação de pessoas antropologicamente habilitadas para realizar um trabalho de *survey*. Franz Boas foi um dos escolhidos para esta tarefa a partir do seu trabalho de campo entre os esquimós na ilha *Baffin* (1883-1884) e entre os indígenas na ilha de *Vancouver*, em 1886. Convivendo por um ano com populações esquimós, Boas foi um dos pioneiros na realização de um trabalho de campo intensivo. Ele se dedicou ao aprendizado da língua e à coleta de informações etnográficas minuciosas sobre a relação dessas populações com o seu meio-ambiente, suas atividades de subsistência, cultura material e oralidade – esta experiência definiu toda a sua prática científica posterior. Uma peculiaridade do seu método de campo era registrar, na língua original, as narrativas dessas populações pois, segundo ele, este era um modo de se chegar ao significado do material cultural a partir da perspectiva indígena. Ele trabalhou para a *British Association*, de 1888 a 1897 e, quando foi nomeado para o Museu Americano de História Natural, deu continuidade às suas pesquisas na Costa Noroeste com a *Jesup North Pacific Expedition* (1897-1902). Boas foi sempre tido na literatura antropológica como um “homem de campo” que evidenciava a importância da imersão etnográfica como condição essencial para a formulação de um consistente discurso antropológico, sendo que seus trabalhos são considerados fundamentais para a definição dos rumos da etnografia, na antropologia anglo-americana, no início do século XX (CLIFFORD, 1998, p. 23; COLE, 1983; STOCKING, 1983, p. 73-74, 1999, p. 111-159).

Outro pesquisador que se destacou neste período foi Walter Baldwin Spencer, um biólogo que integrou a *Horn Expedition*, conduzida entre povos aborígenes, no deserto central da Austrália, de 1894 a 1897. Ao longo de suas pesquisas, ele se aliou a um residente local chamado Francis J. Gillen, funcionário do serviço telegráfico e que tinha uma relação de proximidade com o povo Arunta, sobre o qual havia registrado, ao longo de anos, uma miscelânea de dados sobre seu modo de vida. Juntos, eles produziram uma riqueza de dados etnográficos sobre a vida ritual deste povo, tendo sido parceiros de pesquisas por vários anos, realizando trabalhos de campo em diferentes regiões australianas. O livro de Spencer *The Native Tribes of Central Australia* (1899), baseado em suas observações contextuais das

cerimônias *engwura* e suplementado por dados fornecidos por informantes locais, teve grande importância para a teoria antropológica. Spencer permaneceu na Austrália, realizando pesquisas etnográficas até a década de 1920 e, neste ínterim, atuou como ‘*man on the spot*’ de James Frazer, coletando dados que foram por ele utilizados na elaboração de sua obra *The Golden Bough* (1890-1915). No entanto, apesar desta relação com um integrante da chamada ‘*armchair anthropology*’, alguns autores apontam que a prática etnográfica de Spencer, que buscava articular os dados empíricos e a reflexão teórica, tinha ares ‘modernos’, revelando seu comprometimento com a observação *in loco* da totalidade da *performance* cultural; apesar disso, ele não deixou herdeiros acadêmicos. A obra de Emile Durkheim, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse* (1912), é um exemplo de trabalho inspirado pelos dados etnográficos australianos (STOCKING, 1983, p. 78-80, 1995, p. 87-98).

Outra pesquisa fundamental neste momento da história da prática etnográfica foi a de Alfred Cort Haddon, junto a povos melanésios. Em 1888, ele foi até a região do Estreito de Torres com o interesse de estudar a fauna, a estrutura e o modo de formação dos corais, pois estava inspirado pelas ideias darwinistas, à época. No entanto, seus primeiros dias de convivência com as pessoas da ilha de Mabuaig fizeram-no perceber que havia ali uma oportunidade de pesquisa etnográfica imperdível. Ele se dedicou ao estudo da cultura material, à formação de uma coleção de objetos etnográficos e ao registro de dados etnográficos gerais. De volta ao Reino Unido ele conquistou um posto de professor em Cambridge que lhe deu estabilidade para planejar seu retorno ao Estreito de Torres, com uma expedição de caráter estritamente antropológico. Em 1898 ele e um grupo de pesquisadores (p.ex. C. G. SELIGMAN, W. H. R. RIVERS, C. MYERS) iniciaram uma série de pesquisas etnográficas com diferentes povos melanésios no âmbito da *Cambridge Anthropological Expedition to Torres Straits*. Eles produziram uma grande quantidade de dados etnográficos em curtos episódios de tempo e, também, coletaram dados etnográficos de segunda mão produzidos por residentes locais (p.ex. missionários, professores). Do ponto de vista do método etnográfico eles não inovaram e, de certa forma, reproduziram a atitude documentária que caracterizava as práticas tradicionais da etnografia na época – a não ser pelo desenvolvimento

do ‘método genealógico’ de Rivers¹ (CLIFFORD, 1988, p. 25; STOCKING, 1983, p. 75-77, 1995, p. 98-115).

No entanto, esta expedição foi vista como um marco na antropologia social britânica, o impulso para o que veio a ser conhecida como a Escola de Cambridge, que inaugurou uma nova fase para a pesquisa de campo etnográfica, nos primeiros anos do século XX, com o desenvolvimento da distinção entre ‘trabalho de survey’ e ‘estudo intensivo de áreas limitadas’. Rivers e Seligman se tornaram figuras emblemáticas como antropólogos de campo e contribuíram no treinamento de toda uma geração de antropólogo(a)s – incluindo Radcliffe-Brown e Malinowski – no chamado ‘estudo intensivo’². Quando, em 1912, a *British Association* definiu o comitê para realizar a revisão e quarta edição de *Notes and Queries*, vários membros da Escola de Cambridge dele fizeram parte (p.ex. Haddon, Rivers, Myers e Seligman). Esta nova edição ainda era dirigida para não antropóloga(o)s e trazia o tom inquiridor das edições anteriores, no entanto, era inovadora na proposta de sistematização da prática etnográfica. A contribuição de Rivers foi crucial para estabelecer a distinção entre ‘trabalho de survey’ e ‘estudo intensivo’. Em seus apontamentos chamou a atenção para a necessidade do conhecimento da língua ‘nativa’, a relevância de se buscar os dados sobre a formação e natureza das classificações sociais ‘nativas’, a preferência pelas informações dadas voluntariamente pelas pessoas, a importância de abordá-las com tato e de construir com elas uma relação de simpatia e confiança. Nesta nova edição se defendia a necessidade da etnografia ser conduzida por pessoas treinadas, ou com experiência nos métodos científicos, de preferência, dedicadas unicamente a este trabalho e com

¹ Usando algumas categorias básicas da nomenclatura ocidental de parentesco (p.ex. pai, mãe, filho, marido, esposa), Rivers procurou compreender como as pessoas se conectavam umas às outras em termos do parentesco biológico. Num primeiro momento, ele desconsiderou as categorias ‘nativas’ de parentesco por achar que elas obscureciam as “reais” relações biológicas. Ele se tornou convicto da ideia de que a estrutura social elementar de uma população se revelaria em sua terminologia de parentesco e que os sistemas de relações poderiam ser traçados em profundidade histórica ao ponto de se identificar as condições sociais primordiais da regulação do casamento e das relações sexuais. O método genealógico ou método concreto de Rivers foi uma contribuição fundamental para os futuros estudos de parentesco na escola antropológica britânica (STOCKING, 1983, p. 86-87).

² O estudo intensivo foi definido por Rivers como aquele “em que o trabalhador viveria por um ano ou mais entre uma comunidade de talvez 400 ou 500 pessoas, estudando todos os detalhes da sua vida e cultura; em que ele se tornasse pessoalmente conhecido por todos os membros da comunidade; em que ele não se contentasse com a informação generalizada, mas estudasse todas as características da vida e costumes em detalhe concreto e na linguagem vernacular” (STOCKING, 1995, p.123).

um olhar voltado para todos os aspectos da cultura. Aqui estava lançada a semente para a especialização do trabalho de etnógrafo(o) e de sua transformação de inquiridor(a) para a de observador(a) e participante da cultura (STOCKING, 1983, p. 80-93; 1995, p.113-123).

Normalmente, a narrativa sobre a história da antropologia é bastante androcêntrica e, especialmente, em se tratando do final do século XIX e início do XX, dando pouco destaque às mulheres que fizeram parte deste processo de constituição da disciplina e que contribuíram para a consolidação da etnografia como uma prática especializada. No entanto, existem trabalhos que têm procurado mostrar esta contribuição feminina, destacando as biografias e as obras de antropólogas como Elsie Clews Parsons, Alice Cunningham Fletcher, Matilde Cox Stevenson, dentre outras (p.ex. BEHAR; GORDON (eds.), 1995; SCHERER; DEMALLIE (eds.), 2013; MILLER, 2007; PAREZO (ed.), 1993). No contexto brasileiro, se pode citar as pesquisas de Mariza Côrrea que mostram as contribuições de mulheres como Leolinda Daltro, Emilia Snethlage e Ruth Landes para a formação da antropologia, em nosso país (p.ex. CORRÊA, 2003).

Resumindo, é importante dizer que no final do século XIX e início do XX, a coleta de dados etnográficos começa a ser realizada por cientistas com treinamento acadêmico, e que se definiam como antropóloga(o)s. Tais pesquisadora(e)s seriam precursora(e)s do movimento que deflagrou a chamada ‘etnografia profissional’, a partir da década de 1920, e que se tornou emblemática para a disciplina, tendo na noção de observação-participante, uma de suas principais perspectivas metodológicas (CLIFFORD, 1998, p. 22-25).

Neste ínterim, a arqueologia também estava se constituindo como disciplina científica e definindo suas perspectivas teórico-metodológicas. Desde antes do Renascimento, “*dilettanti*”³ já se perguntavam sobre a origem das antiguidades que estavam a sua volta e, também, sobre aquelas que eram trazidas do além mar. Deste interesse surgiu o chamado antiquarismo humanista que, para alguns autores, estaria na origem da disciplina arqueológica (p.ex. DANIEL 1975, p. 17; SCHNAPP, 1996, p. 179-219; 2008, p. 392-407; STENHOUSE, 2013, p. 295-316).

³ A palavra *dilettanti* teria surgido na Itália, no final do século XV, para designar as pessoas interessadas em desfrutar e coletar as artes e antiguidades (DANIEL, 1975, p. 17).

Entre os séculos XVI e XVIII e nos inícios do XIX, antiquaristas no continente europeu protagonizaram os estudos sobre o desenvolvimento da trajetória humana a partir da cultura material, textos escritos (históricos e literários) e tradições orais. Em um primeiro momento, se empenharam nos estudos da antiguidade clássica e, posteriormente, nos contextos arqueológicos relacionados ao paleolítico e neolítico europeus e, também, das antiguidades do mundo oriental⁴. Formularam descrições e classificações de conjuntos artefatuais e monumentos, empreenderam escavações e elaboraram propostas de análise estratigráfica e cronologia relativa das evidências arqueológicas. Até o final do século XVIII e início do XIX, no entanto, ainda eram preeminentes as ideias de que a antiguidade da humanidade não se estendia para além de 4.000 a.C. – conforme a tradição bíblica – e que a interpretação dos materiais arqueológicos deveria ter como referência os textos escritos⁵ (CESERANI, 2013, p. 317-342; DANIEL, 1967, p. 33-56; 1968, p. 27-33; 1975, p. 13-28; HARRIS, 1988, p. 126; LYNCH; LYNCH, 1968; MILLER, 1996, p. 67-87; SCHNAPP, 1996, p. 179-274; TRIGGER, 1992, p. 36-76, 90).

As primeiras décadas do século XIX, no entanto, colocaram à prova essas convicções e isto foi crucial para o desenvolvimento da arqueologia e, em especial, da arqueologia pré-histórica. Primeiramente, surgiram novas evidências para o reconhecimento da antiguidade da humanidade através de achados estratigráficos que associavam restos faunísticos e conjuntos artefatuais líticos. Além disso, em contraposição à teoria do catastrofismo⁶ foi

⁴ Alguns dos trabalhos destes precursores da arqueologia europeia são: *Britannia* (1587) de William Camden; *An Essay Towards the Description of the North Division of Wiltshire* (1659-1670) de John Aubrey; *Archaeologia Britannica* (1707) de Edward Lhwyd; *Geschichte der Kunst des Alternum* (1764) de Johann Winckelmann; *Description de l’Égypte* (1809-1813) de pesquisadores franceses que integraram a expedição de Napoleão Bonaparte ao Egito (1798) e contribuíram para a fundação do Instituto Francês, no Cairo. Cabe destacar que em 1662 foi fundada a Cátedra de Arqueologia, na Universidade de Uppsala, na Suécia, e em 1770 o primeiro periódico chamado *Archeologia* foi publicado pela *Society of Antiquaries of London* que havia sido constituída em 1718 (DANIEL, 1967, p. 33-41; 1975, p. 16-24; SCHNAPP, 1996, p. 199).

⁵ Segundo alguns autores, até o início do século XIX, era difícil que antiquaristas se desprendessem completamente da cronologia bíblica e da convicção de que todos os dados sobre o passado da humanidade somente poderiam ser alcançados através de registros escritos oriundos, principalmente, do Oriente Próximo, da Grécia e do Egito. Isto se explicava, em parte, pela força do dogmatismo religioso cristão e pela autoridade atribuída ao texto bíblico (p.ex. DANIEL, 1968, p. 9-26; 1975, p. 27; SCHNAPP, 1996, p. 221-274; 2008, p. 392-405; TRIGGER, 1992, p. 40-43, 76, 92-93). No entanto, pensadores como o Conde de Buffon, no século XVIII, já haviam proposto uma cronologia mais estendida para a história da Terra e da humanidade e, além disso, alguns vestígios arqueológicos tinham sido interpretados à luz de analogias com os instrumentos utilizados por povos indígenas (LYNCH; LYNCH, 1968, p. 36; 57-59).

⁶ O catastrofismo é uma teoria científica elaborada pelo naturalista Georges Cuvier e difundida em sua obra *Discours sur les Révolutions de la Surface Du Globe et sur les Changemens qu’elle ont Produits dans*



Na aldeia Djudjê-Kô, T.I. Kayapó-Xikrin do Cateté, 1996 (Foto: acervo pessoal)

desenvolvida a teoria geológica do uniformitarismo⁷, e arqueólogos dinamarqueses elaboraram um método de cronologia relativa para as coleções arqueológicas, e que ficou conhecido como o Sistema das Três Idades. Finalmente, em 1859, Charles Darwin publicou seu livro *The Origin of Species*, dando um impulso derradeiro na teoria evolucionista. Neste cenário, o estudo da pré-história pode finalmente se desenvolver e a arqueologia como disciplina científica se consolidar em definitivo (DANIEL, 1967, p. 57-143; 1968, p. 29-43; 1975, p. 13-67; SCHNAPP, 2008, p. 392-405; TRIGGER, 1992, p. 77-143).

Le Règne Animal (1825). De acordo com este princípio científico a configuração geológica e biológica da Terra – incluindo a extinção de determinadas espécies – seria o resultado de uma série de grandes efeitos catastróficos. Criacionistas incorporaram esta teoria para explicar o chamado Dilúvio Universal, considerado como a última catástrofe de âmbito mundial (DANIEL, 1968, p. 31-33; 1975, p. 36-38; TRIGGER, 1992, p. 90-94).

⁷ O uniformitarismo é um princípio científico proposto por James Hutton – considerado um dos precursores da Geologia – no livro *Theory of the Earth: or an Investigation of the Laws Observable in the Composition, Dissolution, and Restoration of Land upon the Globe* (1785) e, posteriormente, desenvolvido por Charles Lyell em seu trabalho *Principles of Geology* (1833). Este princípio preconizava que fenômenos geológicos observados no presente não eram distintos daqueles que teriam ocorrido no passado, pois ambos seriam regidos pelos mesmos processos e forças da natureza (DANIEL, 1968, p. 31-33; 1975:36-38; TRIGGER, 1992, p. 89-96).

Na segunda metade do século XIX, a arqueologia europeia estava totalmente envolvida no debate evolucionista e incorporava de forma sistemática as informações etnográficas sobre as populações habitantes de diferentes regiões do mundo, a partir de uma perspectiva analógica, corroborando as sínteses sobre os estágios evolutivos da humanidade. Este modo de apropriação dos dados etnográficos ficou conhecido na disciplina como analogia etnográfica.

A arqueologia evolucionista e a analogia etnográfica geral ou indireta

A partir do século XVI, as inúmeras expedições colonialistas pela América, África e regiões do Pacífico fizeram com que a comunidade europeia se deparasse com uma diversidade de povos e modos de vida até então desconhecidos. Com o tempo, embora a arqueologia pré-histórica ainda não existisse enquanto campo científico, a circulação das descrições sobre as práticas culturais desses povos como, por exemplo, da sua produção e uso de instrumentos líticos incitou a reformulação das interpretações correntes sobre objetos semelhantes achados no continente europeu. Assim, de objetos resultantes de fenômenos naturais e/ou de agências sobrenaturais, eles passaram a ser considerados como uma produção humana e dotados de uma considerável antiguidade, pois oriundos de um tempo anterior à prática da metalurgia. Este uso comparativo do dado etnográfico não se restringiu à comparação entre os tipos de artefatos. Além de utilizarem os mesmos instrumentos, acreditava-se que as populações antigas da Europa também deveriam ter tido as mesmas necessidades e, conseqüentemente, os mesmos modos de vida desses povos recém-descobertos. Ao longo do século XIX, tais semelhanças foram entendidas, por um lado, como uma evidência da estagnação ou degeneração moral e tecnológica desses últimos e, por outro, como evidência da sua inferioridade em termos raciais. A primeira visão era respaldada pela doutrina monogenista que apregoava que todas as raças humanas tinham uma origem comum, mas se haviam diferenciado em função de um processo histórico que precisaria ser desvendado. A segunda visão era defendida pela doutrina poligenista que rechaçava a origem comum das raças humanas, defendendo que as diferenças raciais eram inatas, sendo este determinismo

racial a explicação para as diferenças entre as populações (CHARLTON, 1981, p. 133-134; HARRIS, 1988, p. 67-76; TRIGGER, 1992, p. 58-61).

Desde o século XVIII, essas doutrinas raciais (monogenismo e poligenismo) influenciaram o pensamento científico ocidental no que se refere ao estudo das populações originárias das terras colonizadas. Elas eram vistas como degeneradas e/ou inferiores porque não apresentavam as características e os feitos das grandes civilizações. Ao mesmo tempo, consideradas inábeis para progredir tecnologicamente, moralmente e intelectualmente e, portanto, estagnadas em relação à progressista civilização europeia. Cabe dizer ainda que os processos de degradação cultural e a inferioridade dessas populações do Novo Mundo eram atribuídos – pelos adeptos de um pensamento naturalista determinista – às condições desfavoráveis do meio-ambiente neste continente que, por sua vez, teriam limitado as possibilidades dessas populações de terem tido um adequado desenvolvimento cultural (GERBI, 1996, p. 19-131). Cabe dizer que essas doutrinas vêm na esteira da tese formulada pelo Iluminismo de que o progresso é a característica primordial da história da humanidade, sendo responsável pelo aperfeiçoamento da natureza humana, definindo todos os aspectos da vida humana. A partir disso se estabeleceu a assertiva de que as populações humanas se desenvolveriam a partir de uma sequência universal de estágios evolutivos e que as diferenças culturais e de desenvolvimento tecnológico poderiam ser explicadas pelas condições do meio ambiente e pelas contingências históricas (TRIGGER, 1992, p. 63-64).

Na Europa, o estudo da pré-história europeia contribuiu de maneira decisiva para a afirmação desta tese evolucionista e para que se estabelecesse definitivamente a convicção na antiguidade da humanidade, para além dos registros e da cronologia bíblicos. Os achados de Boucher de Perthes, no rio Somme, publicados em 1841 são os mais destacados na história da arqueologia no que se refere a este tema. Ele encontrou artefatos líticos (bifaces) em associação com ossos de fauna extinta, sendo que a autenticidade desses achados foi corroborada por eminentes antiquários da época, como Sir John Evans e Sir John Prestwich. Além disso, em 1863, Charles Lyell publicou *Antiquity of Man* onde ele reuniu as várias evidências arqueológicas, antropológicas, geológicas e linguísticas conhecidas na época, e que mostravam a

contemporaneidade entre utensílios humanos e animais extintos. Este trabalho é considerado decisivo para dar fim às objeções a respeito da antiguidade da humanidade (DANIEL, 1967, p. 59-78; HARRIS, 1988, p. 125-126).

Paralelamente, movimentos de intelectuais em diferentes países europeus se empenhavam para definir conceitualmente as periodizações do desenvolvimento cultural da humanidade. Em 1836, o estudioso dinamarquês Christian J. Thomsen publicou um guia de classificação para as coleções arqueológicas do Museu Nacional de Copenhague no qual estabelecia, através do método de seriação, uma cronologia dos objetos. Ele propôs que a partir de suas características, os conjuntos artefatuais deveriam ser divididos em ‘Idade da Pedra’, ‘Idade do Bronze’ e ‘Idade do Ferro’; posteriormente, a ‘Idade da Pedra’ foi dividida em paleolítico e neolítico⁸. Este foi o início do estabelecimento dos métodos de cronologia relativa das evidências arqueológicas, envolvendo a correlação entre tipologias artefatuais e estratigrafias (DANIEL, 1967, p. 57-86; 1968, p. 27-43; GRÄSLUND, 1987; TRIGGER, 1992, p. 76-89).

Na segunda metade do século XIX, os trabalhos de Charles Darwin e de Herbert Spencer⁹ deram um novo impulso aos estudos da pré-história, tendo sido apropriados para respaldar uma proposta de correlação entre o desenvolvimento biológico e o desenvolvimento cultural. John Lubbock, um intelectual cujas obras¹⁰ influenciaram toda a arqueologia pré-histórica da época foi um dos que se apropriou dessas teses evolucionistas para se contrapor em definitivo às teorias degeneracionistas. A partir disso, ele buscou consolidar a ideia de que as populações humanas se diferenciavam não apenas do ponto de vista cultural, mas também, do ponto de vista biológico no que se refere às suas capacidades para produzir cultura e progredir. Consequentemente, as populações europeias deveriam ser vistas como o

⁸ No final do século XIX, estas propostas foram aperfeiçoadas pelo método tipológico do arqueólogo sueco Gustav O. Montelius que se transformou em um expoente do modelo difusionista europeu (TRIGGER, 1992, p. 150-156).

⁹ O filósofo e sociólogo Herbert Spencer é o nome proeminente do evolucionismo social, no século XIX, e alguns autores buscaram demonstrar que os seus trabalhos foram tão fundamentais para compreender a questão da evolução das sociedades quanto foram os trabalhos de Darwin para compreender a evolução biológica (p.ex. CARNEIRO, 1973; FREEMAN, 1974).

¹⁰ *Pre-historic Times, as Illustrated by Ancient Remains, and the Manners and Customs of Modern Savages* (1865) e *The Origin of Civilization and the Primitive Condition of Man* (1870).

ápice do resultado de uma evolução cultural e biológica intensa enquanto que as novas populações descobertas eram inferiores na escala evolutiva humana e fadadas ao desaparecimento pela proeminência da civilização europeia. Essas ideias reforçaram as bases ideológicas e econômicas dos projetos colonialistas e favoreceram ainda mais as analogias etnográficas na interpretação dos materiais arqueológicos (DUNNELL 1980:66-73; HARRIS, 1988:130-132; TRIGGER 1992:110-118).

Essas analogias etnográficas se embasavam, portanto, no pressuposto de que os modos de vida das populações ‘nativas’, no presente, eram semelhantes àqueles das populações arqueológicas, no paleolítico e neolítico, pois ambas estariam no mesmo estágio de evolução cultural (HARRIS, 1988, p. 129-138). Em outras palavras, que essas populações eram estáticas em termos culturais, uma espécie de ‘fósseis vivos’ de modos de vida do passado. Nas tentativas de interpretação dos materiais arqueológicos, a partir dessas analogias, eram comparados os aspectos formais dos artefatos (p.ex. instrumentos líticos) de populações etnograficamente conhecidas (p.ex. caçadores coletores australianos, africanos ou esquimós) com os de populações arqueológicas (p.ex. caçadores-coletores paleolíticos). Este uso ilustrativo e simples da analogia etnográfica para interpretar os vestígios do passado – que já era corrente no contexto europeu, desde o século XVIII – tornou-se mais sistemático, estimulado pela crescente convicção nos estágios biológicos e culturais de evolução da humanidade, e embasado no princípio do uniformitarismo (ASCHER, 1961, p. 317-318; STAHL, 1993, p. 237-242; TRIGGER, 1992, p. 77-103).

Gavin Lucas em seu texto intitulado ‘*Archaeology and modernity*’ (2004) procurou mostrar que a modernidade marcou uma ruptura com um determinado modo de acessar o passado, ou seja, com uma tradição que via nos relatos escritos e orais a fonte preeminente de acesso ao passado. Segundo ele, esta ruptura com a tradição implicou na consolidação do antiquarismo e na relevância da cultura material como uma nova fonte para acessar o passado. Como relatei anteriormente, o antiquarismo europeu se empenhou no estudo, descrição e classificação das coisas materiais produzidas pela humanidade, incluindo aquelas que remetiam a um passado distante, sem referências orais e escritas. Para Lucas, foi a combinação entre a classificação e a observação estratigráfica desta cultura material antiga que possibilitaram o

surgimento da pré-história que, para além de um período cronológico, ou um determinado tempo, remetia a uma ontologia. Ela dizia respeito a um passado perdido na tradição, sem relato escrito ou falado, um passado que só existia pela materialidade. Segundo este autor, portanto, foi o antiquarismo que estabeleceu a relevância da cultura material antiga como uma reminiscência de modos de vida de sociedades do passado europeu, ao mesmo tempo, em que a descoberta de outros povos além-mar que possuíam objetos parecidos com aqueles encontrados na Europa foi a confirmação da origem humana desta cultura material. Neste sentido, a pré-história se tornou um simulacro do presente: a pré-história era povoada por sociedades semelhantes às aquelas ‘selvagens’ contemporâneas. Para Lucas, portanto, foi através da cultura material que o passado e o presente foram articulados, tendo a arqueologia se colocado como a orquestradora desta articulação, corroborando o tropo da modernidade de um tempo unilinear e universal.

A arqueologia evolucionista norte-americana e o uso da analogia etnográfica

No contexto norte-americano, entre os séculos XVI e XVIII, foram produzidos alguns trabalhos envolvendo temas arqueológicos, mas pouco se realizou em termos de escavações arqueológicas e de constituição de coleções sistemáticas de materiais arqueológicos¹¹. Neste período, esses estudiosos americanos se interessavam sobremaneira em compreender a origem da população que ocupou o Novo Mundo, antes da colonização europeia. Baseados nos preceitos teológicos, eles especulavam que tal população poderia descender dos iberos, dos cartagineses, dos israelitas, dos cananeos, dos tártaros, dos sobreviventes da lendária Atlântida, ou ainda, de povos asiáticos. Em 1589, na *Historia Natural y Moral de las Indias*, o jesuíta José de Acosta sugeriu que populações de caçadores-coletores teriam cruzado o Estreito de Bering, oriundos da Sibéria, dando origem às populações indígenas americanas, e que este movimento teria ocorrido 2000

¹¹ Este período é definido como especulativo, sendo que alguns trabalhos podem ser citados como exemplos: *Travels Through the Interior Parts of North America in the Years 1766, 1767 and 1768*, de Jonathan Carver (1779); *Travels Through North and South Carolina, Georgia, East and West Florida, the Cherokee Country, the extensive Territories of the Muscogulges or Creek Confederacy and the Country of the Chactaws*, de William Bartram (1791); *New Views of the Origin of the Tribes and Nations of America*, de Benjamin Barton (1797); a escavação de um contexto funerário, na Virgínia, empreendida por Thomas Jefferson, em 1784 (WILLEY; SABLUFF 1980, p. 14-33).

anos antes da colonização europeia do continente (TRIGGER, 1992, p. 73-74; WILLEY; SABLOFF, 1980, p. 12-33).

Até meados do século XIX, a arqueologia norte-americana continuava preocupada com o problema da origem e antiguidade das populações ameríndias e, também, se interessava pela identidade e antiguidade dos construtores dos grandes *mounds* que haviam sido descobertos no Meio-Oeste americano (p.ex. nos vales dos rios Mississipi e Ohio)¹². O objetivo primordial da pesquisa era definir e compreender o que teria sido o paleolítico americano em consonância com o paleolítico europeu. Neste sentido, embora tivessem sido produzidas descrições sobre as populações nativas americanas, desde o século XVI, naquele momento, as analogias etnográficas não foram preponderantes nas interpretações arqueológicas. Isto se explica porque as populações indígenas eram vistas como ocupantes antigas do continente americano, porém, diferenciadas das populações arqueológicas do paleolítico em termos dos seus modos de ocupação. Elas também não eram associadas às populações de *moundbuilders*, pois se considerava que elas não teriam tido a capacidade de erigir estruturas tão monumentais. Inclusive, a tese dominante naquele cenário científico era a de que as populações indígenas viventes teriam exterminado as populações de *moundbuilders* e isto contribuía para a legitimação do seu extermínio nos territórios que estavam sendo colonizados¹³ (MELTZER, 1983, 1985; TRIGGER 1980:665-666; 1992:118-127).

A partir da segunda metade do século XIX, a arqueologia norte-americana adotou as teorias evolucionistas e raciais que estavam em voga no cenário científico europeu tendo em vista que elas reforçavam as proposições de que as populações indígenas eram culturalmente e biologicamente inferiores e se assemelhavam às populações do passado pré-colonial não tendo sofrido mudanças significativas ao longo do tempo. Ou seja, de que elas eram reminiscências de modos de vida do passado. Porém, ainda havia uma tendência

¹² *Description of the Antiquities Discovered in the State of Ohio and other Western States* (1820), de C. Atwater e *Ancient Monuments of the Mississippi Valley* (1848), de G. Squier e E.H. Davis são exemplos de trabalhos que buscaram refletir sobre a origem dos construtores desses *mounds*, defendendo a teoria de que eles seriam de uma raça distinta daquela dos nativos americanos (WILLEY; SABLOFF, 1980, p. 29-38).

¹³ Apesar do extermínio indígena ser uma ideia bastante corrente no contexto do colonialismo interno norte-americano surgiram trabalhos que se manifestavam críticos a ela como, por exemplo, de S.F. Haven que publicou *Archaeology of United States* (1856) e de H.R. Schoolcraft que publicou *Historical and Statistical Information Respecting the History, Condition, and Prospects of the Indian Tribes of the United States* (1854) (WILLEY, SABLOFF, 1980, p. 38-40).

de distanciá-las das populações que haviam originado os contextos paleolíticos e daquelas que haviam construído os *mounds* monumentais (TRIGGER, 1980, p. 662-666).

A partir de 1880, a influência do *Bureau of American Ethnology* (BAE) implicou no estreitamento da relação entre arqueologia e etnologia, e os povos indígenas passaram a ter um novo papel na interpretação arqueológica. Integrantes do BAE viam a investigação sobre o paleolítico e os *moundbuilders* como algo interligado, sendo os povos indígenas os sobreviventes desta história que se iniciara nos tempos pré-históricos, um elo entre o passado e o presente. Portanto, o que se encontrava nos registros arqueológicos deveria ser interpretado à luz dos dados etnográficos¹⁴. Naquele momento, a analogia etnográfica era utilizada para compreender, em termos gerais e continentais, a evolução cultural das populações ameríndias. Esta analogia geral, de inspiração anglo-saxônica, estava orientada pelo pressuposto do uniformitarismo e, portanto, se entendia que aquilo que era observado no contexto arqueológico não seria sobremaneira distinto do que era observado no presente etnográfico (MELTZER, 1981; 1985).

A crise da arqueologia evolucionista e da analogia etnográfica geral

No final do século XIX, o pensamento evolucionista começa a ser alvo de críticas, e na América, as ideias do antropólogo Franz Boas ganham força. Ele tinha restrições ao uso que se fazia do método comparativo e, ao mesmo tempo, defendia que cada cultura deveria ser entendida em seus próprios termos e através de sua trajetória histórica particular. Boas considerava ser extremamente determinista a equivalência que os evolucionistas estabeleciam entre as culturas do presente e aquelas do passado, em termos dos estágios de evolução cultural. Ignorava-se, segundo ele, a diversidade cultural dos povos, a multiplicidade de estratégias por eles empregadas na sua relação com o meio-ambiente e as prováveis transformações culturais que eles teriam sofrido ao longo de suas trajetórias históricas particulares motivadas por processos como, por exemplo, a difusão e a migração. Em outras

¹⁴ Pesquisadores proeminentes deste período de consolidação da arqueologia norte-americana foram C. Thomas, integrante do BAE, e F. W. Putnam, curador do *Peabody Museum* que através de suas pesquisas colocaram um fim na teoria da “raça perdida de *Moundbuilders*” (WILLEY; SABLOFF, 1980, p. 41).

palavras, ele via como limitadas as interpretações evolucionistas de que as semelhanças culturais entre os povos do passado e do presente seriam o resultado de leis universais de evolução cultural, regendo o comportamento humano. Ele apregoava que era necessário empregar um método histórico para investigar as possíveis conexões e as trajetórias culturais entre/das diversas populações. Era preciso entender os processos históricos e culturais que teriam gerado as similitudes entre populações humanas do presente e do passado (BOAS, 1940, p. 270-280; TRIGGER, 1992, p. 146-150).

A arqueologia foi afetada pela crescente postura anti-evolucionista sendo que as analogias etnográficas gerais começaram a ser vistas como insuficientes para alcançar uma interpretação mais profunda das evidências arqueológicas e dos modos de vida das populações no passado. De fato, a arqueologia evolucionista não conseguiu formular uma metodologia sistemática, menos impressionista e pontual para engendrar as comparações entre os dados arqueológicos e etnográficos. Ou seja, não conseguiu empreender comparações sistemáticas entre várias culturas e, a partir disso, identificar elementos comuns resultantes dos mesmos processos adaptativos e/ou desenvolvimentos tecno-econômicos. Neste sentido, a arqueologia evolucionista ficou demasiado dependente dos dados etnográficos e, com o tempo, isto produziu uma sensação de estagnação da mesma no sentido de que a interpretação dos dados arqueológicos não se dava pela pesquisa arqueológica em si, mas a partir da pesquisa etnográfica. Além disso, na Europa, a crise do evolucionismo também foi acompanhada da crescente relevância do tema da etnicidade que, por sua vez, estava relacionado com a descrença na infalibilidade e benefícios do progresso tecnológico, e com o nacionalismo emergente que preconizava a etnicidade como um fator primordial na história dos diferentes povos. Neste cenário, a pesquisa arqueológica se convertia em subsídio para compreender as trajetórias históricas dos grupos étnicos constitutivos dos emergentes Estados-Nação europeus (ASCHER, 1961; TRIGGER, 1992, p. 141-143).

A arqueologia norte-americana se consolidou como disciplina neste período e, nos anos derradeiros do século XIX, a analogia etnográfica foi deixando de ter uma perspectiva generalista para se tornar mais específica. Correlações entre dados arqueológicos e etnográficos foram propostas

a partir do pressuposto da continuidade histórica entre determinadas populações do passado e do presente. Assim, vários paralelismos etnográficos foram sendo sugeridos, especialmente, nas regiões que apresentavam uma abundância de sítios preservados e a presença de diferentes populações indígenas que ainda estariam vivendo de modo semelhante às populações arqueológicas e que, portanto, poderiam ser descendentes das mesmas (COLWELL-CHANTHAPHONH, 2010, p. 51-56; WILLEY; SABLOFF, 1980, p. 83-109). Exemplo disso são os trabalhos de F. Cushing (1888) e de J. W. Fewkes (1896) – integrantes do BAE – que se caracterizaram pelo uso de analogias etnográficas na interpretação do registro arqueológico, nos territórios da região sudoeste norte-americana ocupados por povos como os Zuni e os Hopi. Este modo de conduzir as analogias etnográficas resultou no que ficou definido, nas primeiras décadas do século xx, como a abordagem histórica-direta.

Nessas primeiras décadas do século xx, tanto na Europa como na América a ênfase da pesquisa arqueológica estava na elaboração de classificações taxonômicas dos conjuntos artefatuais e na definição da sua distribuição geográfica e cronológica e possível relação com povos historicamente e etnograficamente conhecidos. Definitivamente, os materiais arqueológicos não eram mais analisados em termos dos estágios da evolução cultural humana, mas em termos de variações regionais de caráter histórico e/ou étnico. As semelhanças e continuidades no espaço-tempo entre/nos conjuntos artefatuais arqueológicos eram explicadas como resultantes dos processos de interação e transmissão cultural, e da história de um determinado povo. As transformações e diferenças dos/entre conjuntos arqueológicos no espaço-tempo, como o resultado do contato, da interação ou do distanciamento histórico e cultural entre diferentes povos. Ou seja, semelhanças e diferenças nos/entre conjuntos arqueológicos no espaço-tempo passaram a ser explicadas, principalmente, a partir das noções de endoculturação e difusão. Assim, nas primeiras décadas do século xx, a arqueologia evolucionista deixou de ser preeminente, dando lugar à arqueologia histórico-cultural (JONES, 1997:15-29; TRIGGER, 1992, p. 147-178; WILLEY; SABLOFF, 1980, p. 83-120; WEBSTER, 2008, p. 11-20).



Apirakamy Asurini e eu, aldeia Kwatinema, T.I. Koatinemo, 1996 (Foto: acervo pessoal)

Arqueologia histórico-cultural e a analogia histórica-direta

Na Europa, a partir da segunda metade do século XIX, o envolvimento sistemático da arqueologia com as ideologias nacionalistas e com os anseios de diferentes povos e Estados-Nação, de revelar o seu passado arqueológico foi fortalecendo o interesse de suas/seus praticantes pelo tema da etnicidade como algo fundamental para se compreender as variações na cultura material arqueológica e sua relação com os movimentos e as trajetórias históricas dos diferentes povos europeus. Esta nova conjuntura conduziu ao desenvolvimento da arqueologia histórico-cultural que tinha como pressuposto que as culturas arqueológicas poderiam ser relacionadas historicamente às culturas do presente (DIETLER, 2008; FOWLER, 2008, p. 105-111; MURRAY, 2017; TRIGGER, 1992, p. 144-146; 167-178).

A noção de cultura arqueológica foi formulada a partir de uma perspectiva normativa e ideativa de cultura. Ou seja, a cultura seria um constructo mental, consistindo de padrões comportamentais aprendidos e transmitidos

de geração em geração, ao longo do tempo. Assim, as diferentes culturas seriam unidades circunscritas e particularizadas em termos de suas características e histórias específicas, bem como situadas geograficamente, constituindo tipos culturais. Ao mesmo tempo, a partir de processos diversos de interação e contato cultural (p.ex. migração, redes de trocas, processos de colonização e conquista), elas também poderiam ser fluidas – no sentido de que seus traços característicos poderiam se dispersar para outras áreas e serem apropriados por outras culturas – ou se transformar, no decorrer do tempo, a partir de processos de difusão, emulação e inovação. Cabe dizer que a arqueologia histórico-cultural foi influenciada pelas ideias que a etnologia alemã vinha desenvolvendo, desde o século XIX, sobre as noções de círculos culturais e difusionismo (DANIEL, 1975, p. 242-243; JONES, 2001, p. 46). A partir desta concepção de cultura, os materiais arqueológicos deveriam ser compreendidos como o produto das ideias das populações do passado. Em outras palavras, as culturas arqueológicas seriam a materialização das normas culturais das populações do passado e, também, índices de etnicidade (JONES, 1997, p. 15-55; MURRAY, 2017; TRIGGER, 1992, p. 178-186; WEBSTER, 2008, p. 11-16).

No trabalho de Gustaf Kossina – entre 1895 e 1931 – sobre a pré-história do povo germânico é possível constatar, muito claramente, o emprego da noção de cultura arqueológica. Nos seus estudos sobre a expansão germânica, ele buscou demonstrar que nos territórios historicamente ocupados por esses povos podiam ser encontrados tipos específicos de enterramentos e artefatos. Para ele, esta concomitância entre os dados históricos e a cultura material era uma evidência de que territórios e fronteiras culturais poderiam ser determinados pela distribuição espaço-temporal das culturas arqueológicas. Suas ideias contribuíram para reforçar o nacionalismo alemão durante a Primeira Guerra Mundial na medida em que ele afirmava que o direito de um povo sobre determinado território estava relacionado com a ancestralidade de sua ocupação do mesmo. Posteriormente, suas ideias subsidiaram os pressupostos racistas e geopolíticos da arqueologia nazista (ARNOLD, 2008; KLEJN, 2008; JONES, 1997, p. 1-5; 15-16; TRIGGER, 1992, p. 156-166).

Vere Gordon Childe – que ao contrário de Kossina rechaçava qualquer conotação racial para o registro arqueológico – empregou a noção

de cultura arqueológica quando descreveu a pré-história europeia como um mosaico de culturas. Paralelamente, ele desenvolveu a noção de fósil-guia usada para definir os artefatos considerados característicos de cada uma dessas culturas, ou seja, os artefatos que particularizavam e identificavam um determinado conjunto artefactual arqueológico, como uma cultura arqueológica¹⁵. Em suas obras da década de 1920 (p.ex. *The Dawn of European Civilisation*, 1925; *The Danube in Prehistory*, 1929), ele teve por objetivo apresentar dados arqueológicos que evidenciassem tais unidades culturais no tempo e no espaço, explorando suas origens, processos migratórios, transformações ao longo do tempo e relações com outras culturas. Seu objetivo não se resumia à descrição das culturas arqueológicas, na medida em que ele buscava compreender também os modos de vida dos povos, no passado. Nos seus primeiros trabalhos, Childe evidenciou a variabilidade dos materiais arqueológicos, as inserções das diferentes culturas arqueológicas no espaço-tempo, as inovações locais e regionais dessas culturas e suas relações e movimentos – esses últimos aspectos explicados a partir de uma perspectiva difusionista e de migrações (JONES, 1997, p. 15-19; PATTERSON; ORSER (eds.), 2004; TRIGGER, 1992, p. 156-166)¹⁶.

Nas primeiras décadas do século XX, vários *surveys* arqueológicos foram produzidos em diferentes países do continente europeu (p.ex. Espanha, Dinamarca, Inglaterra, Escócia, Irlanda, país de Gales, Alemanha). A partir deles, se propôs uma diferenciação, no espaço e no tempo, de unidades ou tipos culturais, e a descrição e significação de sequências regionais de ocupação cultural. Este período se caracteriza pela consolidação da

¹⁵ Segundo Trigger (1992:163), Childe definiu cultura arqueológica, em seu trabalho *The Danube in Prehistory* (1929), como “certos tipos de vestígios – recipientes, implementos, ornamentos, ritos funerários, tipos arquitetônicos – que aparecem constantemente de uma maneira recorrente”. A noção de cultura arqueológica – com uma conotação étnica – vai ser preeminente na pesquisa e interpretação dos materiais arqueológicos durante toda a primeira metade do século XX, evidenciando um entendimento das culturas como unidades, entidades ou mônadas, essencialmente conservadoras, e cuja transformação deveria ser explicada a partir de influências externas (JONES, 2000, p. 15-39; SHENNAN, 1989, 5-14).

¹⁶ Para vários autores, os trabalhos de Childe são emblemáticos para se entender o desenvolvimento da arqueologia histórico-cultural europeia, na primeira metade do século XX. No entanto, desde a década de 1920, ele já se utilizava de noções funcionalistas e neo-evolucionistas nas suas interpretações sobre os materiais arqueológicos, e que foram referenciais na arqueologia processualista. Ele também foi o precursor da arqueologia marxista e da arqueologia social, tanto na Europa como no continente americano, e suas ideias não inspiraram apenas arqueóloga(o)s de seu tempo, mas foram revisitadas, criticadas e transformadas, por arqueóloga(o)s das gerações que o sucederam (p.ex. HARRIS (ed.), 1994; PATTERSON; ORSER (eds.), 2004; TRINGHAM, 1983).

abordagem histórico-cultural na arqueologia europeia que, desde o final do século XIX, já tinha por objetivo identificar as origens, movimentos e interações, ao longo do tempo, daqueles povos considerados como os antecessores e/ou ancestrais dos povos europeus modernos. Neste período, também se definiu o compromisso da arqueologia histórico-cultural em compreender as conexões entre cultura material, povo e língua. Assim, de estudo das etapas do desenvolvimento humano, a disciplina se transformou no estudo da trajetória histórica e cultural dos povos europeus (DANIEL, 1975, p. 228-258; JONES, 2001, p. 15-47).

Arqueologia histórico-cultural norte-americana e a analogia histórica-direta

Nas primeiras décadas do século XX, o culturalismo e relativismo boasianos se firmaram no cenário científico, e as noções de migração e difusão eram tidas como as causas principais da mudança cultural (p.ex. BOAS 1902; 1920; 1924). Em decorrência disso, a arqueologia histórico-cultural acabou por dominar a arqueologia norte-americana, bem como a ideia de que os povos nativos eram os herdeiros das populações que haviam produzido os diferentes contextos arqueológicos.

Para alguns autores, este período se caracterizou como aquele em que a metodologia arqueológica passou a ter uma maior sistematização, no continente americano. Ou seja, foram incrementadas as escavações com uma preocupação no controle estratigráfico dos materiais arqueológicos, se priorizou o registro sistemático e tridimensional dos dados, e foram desenvolvidas as primeiras propostas de seriação para o estabelecimento da sequência cronológica dos materiais e seus contextos¹⁷. As proposições, na arqueologia norte-americana, sobre as circunscrições geográficas de determinados conjuntos artefatuais – que já vinham sendo formuladas desde o século XIX – e a crescente preocupação com o controle cronológico desses

¹⁷ Nels C. Nelson, Alfred V. Kidder, Alfred L. Kroeber e Leslie Spier são nomes comumente citados neste contexto pioneiro da arqueologia histórico-cultural (p.ex. KIDDER; KIDDER, 1917; KROEBER, 1914). Eles desenvolveram as primeiras propostas de seriação de tipos e de frequência das cerâmicas arqueológicas, buscando estabelecer cronologias relativas para esses materiais e possíveis conexões entre os povos indígenas do passado e aqueles conhecidos historicamente e etnograficamente (LYMAN et al., 1997, p. 33-72; 2001, p. 313-316; WILLEY; SABLOFF, 1980, p. 89-93). A obra de Kidder (1924) *An Introduction to the Study of Southwestern Archaeology with a Preliminary Account of the Excavations at Pecos* é considerada por alguns autores como a primeira síntese histórico-cultural da arqueologia, na região do sudoeste americano (p.ex. LYMAN et al., 1997, p. 33-72; TRIGGER, 1992, p. 179; WILLEY; SABLOFF, 1980, p. 89-93).

achados arqueológicos resultou em uma maior sistematização na definição dos tipos de cultura e sua distribuição espaço-temporal e, conseqüentemente, na delimitação de áreas culturais (p.ex. LYMAN et al., 1997, p. 33-72; WILLEY; SABLÖFF, 1980, p. 83-104).

Até a primeira metade da década de 1940, a arqueologia norte-americana foi devotada à elaboração de tipologias e classificações artefatuais descritivas. Ou seja, os materiais arqueológicos eram classificados em termos de matérias-primas, técnicas de manufatura e de acabamento de superfície e morfologias e, a partir disso, eram ordenados em categorias como tipos, classes, sub-classes e séries de artefatos. Essas categorias serviam tanto para distinguir os artefatos uns dos outros, a partir de seus atributos e propriedades físicas, como para identificar e agregar conjuntos de artefatos tipologicamente semelhantes. A partir disso, eram definidos tipos de cultura, ou seja, unidades culturais (p.ex. sítios ou unidades de ocupação) que se caracterizavam por um conjunto específico de materiais arqueológicos (p.ex. classes de artefatos cerâmicos). A ordenação espaço-temporal dos conjuntos artefatuais e, conseqüentemente, das culturas arqueológicas era também um objetivo importante dessa arqueologia histórico-culturalista, possibilitando tanto definir as áreas culturais como interpretar a continuidade e a mudança cultural ao longo do tempo e no espaço geográfico. Neste caso, a noção de difusão e os processos de migração, expansão e contato das populações foram apropriados como sendo as causas principais das continuidades e mudanças culturais. Para dar conta desses objetivos foram propostas categorias como tipo, componente, fase, foco, horizonte-estilo e tradição¹⁸ que se constituíram em ferramentas explicativas fundamentais para ordenar e explicar os dados arqueológicos (FLANNERY, 1972; FORD, 1938; PHILLIPS; WILLEY, 1953; ROUSE, 1953; 1955; TRIGGER, 1992, p. 178-186; WEBSTER, 2008; WILLEY, 1953a). É importante dizer que subjacente a essas categorias estava

¹⁸ O *tipo* comporta os atributos distintivos de determinados artefatos em relação aos de outros artefatos; o *componente* é uma unidade arqueológica básica que define os conjuntos de artefatos que compõem um nível estratigráfico, ou sítio; a *fase* é uma unidade arqueológica básica que define um complexo cultural que se distingue de outros complexos anteriores, posteriores ou contemporâneos e que é circunscrito em termos geográficos e temporais; *horizonte* é uma unidade arqueológica integrativa que define uma continuidade espacial de traços e conjuntos culturais cuja natureza e modo de ocorrência pressupõem uma ampla e rápida dispersão espaço-temporal; *tradição* é uma unidade arqueológica integrativa que define uma continuidade ou persistência temporal de traços culturais (FORD, 1938; ROUSE, 1955; WILLEY; PHILLIPS, 1958, p. 11-43; WILLEY; SABLÖFF, 1980, p. 173-175).

a noção de estilo que era entendido nesse contexto teórico da arqueologia como um fenômeno passivo, código diagnóstico de etnicidade, delimitado no espaço e no tempo. Portanto, apropriado para estabelecer cronologias relativas e definir semelhanças e diferenças entre os conjuntos artefatuais; o estilo residiria na morfologia e decoração/acabamentos de superfície dos artefatos (CONKEY; HASTORF, 1990; DIAS; SILVA 2001, p. 97-100; HEGMON, 1992).

No âmbito da arqueologia histórico-cultural se desenvolveu a abordagem histórica- direta¹⁹ que se embasava na assertiva de que para conhecer o passado arqueológico era necessário partir do que era conhecido etnograficamente (CHARLTON, 1981, p. 137-139; LYMAN et al., 2001, p. 308-323; STEWARD, 1942; STAHL, 1993, p. 242-245; WILLEY, 1953a, p. 372-373; WILLEY; SABLOFF, 1980, p. 108-109). Ela foi formalmente definida e sistematicamente utilizada a partir da década de 1930 tendo como pressuposto que a analogia entre o passado arqueológico e o presente etnográfico era possível tendo em vista haver uma continuidade histórica e cultural entre as populações arqueológicas e aquelas registradas historicamente e/ou conhecidas etnograficamente (WEDEL, 1938). Alguns autores afirmam que a sua formulação já aparecia nos trabalhos de arqueologia norte-americanos, desde os primeiros anos do século XX (p.ex. LYMAN et al., 2001, p. 308), e outros ressaltam que as pesquisas realizadas por integrantes do BAE, no século XIX, foram precursoras desta abordagem (p.ex. MELTZER, 1985; TRIGGER, 1980). Independentemente de quando ela tenha surgido, a abordagem histórica-direta se efetivava a partir da comparação de dados históricos, linguísticos, etnográficos e arqueológicos, e da proposição de uma ligação histórica e cultural entre determinadas populações do passado e do presente (p.ex. DIXON, 1913; FENTON, 1940; HEIZER, 1941; KROEBER, 1916; STRONG, 1940; WEDEL, 1940).

Conjuntos artefatuais etnográficos, históricos e arqueológicos, tipologicamente semelhantes – em termos dos seus atributos – e correlacionados geograficamente eram compreendidos como uma evidência dessa relação entre as culturas arqueológicas e as culturas do passado histórico e do presente etnográfico. As semelhanças eram explicadas a partir da

¹⁹ A abordagem histórica-direta corresponde ao que foi posteriormente definido na literatura arqueológica como analogia histórica específica ou analogia histórica direta (p.ex. WILLEY, 1953b; ASCHER, 1961).

noção de transmissão cultural que, por sua vez, teria determinado a reprodução, no tempo, de determinados ‘traços culturais’ (p.ex. tipos cerâmicos, modos de enterramento, padrões de subsistência e de assentamento). Ou seja, acreditava-se que as características comuns entre os conjuntos artefatuais poderiam ser indicativas de uma origem, história e etnicidade comuns e, neste caso, uma abordagem histórica-direta possibilitava atribuir identificação étnica aos materiais arqueológicos (LYMAN; O’BRIEN, 2001, p. 310-313; STAHL, 1993, p. 242-245). Assim, as primeiras gerações de arqueólogo(s) histórico-culturalistas se utilizaram da abordagem histórica-direta na proposição de histórias de culturas regionais, buscando a conexão entre determinadas culturas arqueológicas (p.ex. Hohokan, Anazasi, Pueblo, Nebraska, Oneota, Lower Loup) e povos histórica e etnograficamente conhecidos (p.ex. Hopi, Zuni, Navajo, Sioux, Pawnee) (p.ex. FARMER, 1942; GRIFFIN, 1936/37; KIDDER, 1917; KROEBER, 1914; STRONG, 1933, 1936; WEDEL, 1938).

No trabalho de Wedel (1938), sobre a arqueologia Pawnee foram comparados os ‘traços culturais’ de três culturas distintas, sendo duas arqueológicas (Lower Loup e Oneota Aspect) e uma etnográfica (Pawnee). O autor comparou 120 ‘traços culturais’ – agrupados nas categorias: arquitetura e aldeamento; cerâmica; horticultura e coleta; complexo militar e de caça; vestimenta, têxteis e adornos; complexo cerimonial; miscelânea – dentre as quais a cultura Pawnee apresentava 80 traços, Lower Loup 82 traços e Oneota Aspect 74 traços. O autor identificou que as três unidades culturais compartilhavam 39 traços entre si, Pawnee e Lower Loup, 55 traços, Pawnee e Oneota Aspect, 42 traços e Lower Loup e Oneota Aspect, 48 traits. A partir disso, ele propôs que a cultura Lower Loup teria uma relação mais direta com a cultura Pawnee, do que a cultura Oneota (idem: 11). Para reforçar esta proposta, o autor também ressaltou os seguintes aspectos: 1) a sobreposição territorial dos assentamentos históricos Pawnee – registrados nos mapas e na documentação histórica – e dos sítios proto-históricos identificados como Lower Loup; 2) a presença de material histórico nos sítios da cultura Lower Loup que indicava a sua ocupação pós-contato; 3) o fato da tradição oral Pawnee relacionar este povo aos vários sítios proto-históricos identificados como Lower Loup (ibidem: 20).

Além de atribuir uma identificação étnica para o fenômeno arqueológico a partir da comparação entre ‘traços culturais’ do presente e do passado, a abordagem histórica-direta também era vista como uma possibilidade de se vislumbrar as permanências e mudanças desses ‘traços culturais’ no tempo. Em outras palavras, ela poderia servir como um cronômetro para apreender a passagem do tempo (LYMAN et al., 2001, p. 313-316). Assim, diferentes tipos artefatuais de culturas etnográficas eram selecionados a fim de que se pudesse perceber a ocorrência e frequência de seus atributos, ao longo do tempo. A partir disso, se buscava identificar quais desses tipos artefatuais e aspectos etnográficos apareciam em conjuntos artefatuais arqueológicos. O pressuposto subjacente a esta comparação era o de que as semelhanças entre eles denotariam uma relação cronológica de ancestralidade/descendência entre essas culturas do passado e do presente, como também evidenciariam os contatos culturais e as mudanças culturais no tempo, desses povos (p.ex. KROEBER, 1916; STRONG, 1940). Kroeber, por exemplo, através de uma seriação cronológica de tipos cerâmicos encontrados na área de ocupação do povo Zuni, no sudoeste americano, definiu a ocorrência de dois períodos estilísticos que, segundo ele, poderiam ser a evidência de duas levadas migratórias para aquela área. Ou seja, uma leva migratória que era representada por uma cerâmica do tipo preto-sobre vermelho, e uma outra representada pelas cerâmicas do tipo preto-sobre branco e do tipo branco, sendo que este estilo teria sido repassado pelo primeiro, ao longo do tempo (WILLEY; PHILIPS, 1980, p. 95-96)²⁰.

Cabe lembrar que era um objetivo primordial da arqueologia histórico-cultural compreender os processos migratórios e expansionistas, os contatos culturais e outros eventos que teriam definido e/ou caracterizado as histórias culturais das populações ‘nativas’, desde o período pré-colonial até o presente. Assim, para além da seriação de conjuntos artefatuais

²⁰ A amostra cerâmica foi obtida a partir de uma coleta de superfície em sítios localizados nas proximidades do Pueblo Zuni. Essas cerâmicas apresentavam acabamento de superfície pintado do tipo preto-sobre vermelho, preto-sobre branco e branco. Os sítios que apresentavam, predominantemente, o acabamento do tipo preto-sobre vermelho haviam sido historicamente ocupados pelos Zuni. Por outro lado, os sítios com predominância de cerâmicas com os acabamentos do tipo preto-sobre branco e do tipo branco não tinham associações históricas com este povo. Por isso, o autor entendeu que os tipos cerâmicos com acabamento preto-sobre vermelho deveriam ser colocados no topo da seriação, enquanto os demais na base. Os sítios que apresentavam os três tipos cerâmicos eram vistos como intermediários nesta sequência cronológica (p.ex. KROEBER, 1916).

cerâmicos, a abordagem histórica-direta permitia correlacionar outros dados arqueológicos (p.ex. estruturas de habitação, de sepultamento, material lítico) com os dados históricos, etnográficos e linguísticos, e a partir disso traçar os movimentos das populações e identificar os processos de aculturação, assimilação e transformação cultural que elas teriam vivenciado no espaço-tempo. Populações de determinadas famílias linguísticas – p.ex. iroquesa, algonquin, sioux, cadoana – foram estudadas com o intuito de compreender suas histórias específicas, seus deslocamentos, seus contatos culturais e as causas de sua localização geográfica no período histórico. Em alguns desses trabalhos, se demonstrou que populações iroquesas, algonquins e sioux haviam ocupado, no passado arqueológico, regiões distintas daquelas ocupadas historicamente. Esta constatação foi feita a partir da comparação entre os ‘traços culturais’ destas populações com os ‘traços culturais’ de culturas arqueológicas do tipo Nebraska e Woodland (p.ex. BUSHNELL, 1940; FENTON, 1940). Esta comparação permitiu, também, que se interpretasse a semelhança entre determinados atributos das cerâmicas dos povos Arikara, Pawnee e Mandan, das famílias linguísticas cadoana e sioux, e de culturas arqueológicas do tipo Upper Republican e Arzberger, como uma evidência dos contatos entre elas, no tempo e no espaço (p.ex. Arikara e Mandan), das suas relações de descendência (p.ex. Pawnee e Arzberger; Arikara e Upper Republican) e das transformações nos estilos cerâmicos dos povos ‘nativos’, desde a pré-história até o período histórico (p.ex. STRONG, 1940).

A abordagem histórica-direta também era utilizada para que a(o)s arqueóloga(o)s pudessem interpretar o uso de determinadas estruturas e materiais arqueológicos, ou ainda, compreender quais atividades humanas teriam produzido determinados vestígios arqueológicos. Um exemplo desta utilização pode ser encontrado no trabalho de Kehoe (1958) que propôs uma interpretação para as estruturas conhecidas como “*tipi rings*”, círculos de pedra encontrados na região das Grandes Planícies, com 3m a 9m de diâmetro. Este autor sugeriu que estes eram o registro arqueológico de antigas cabanas em formato circular, normalmente ancoradas com pedras, para garantir sua maior estabilidade frente às intempéries. Para amparar esta analogia foram utilizadas informações dos povos Blackfoot e Cree, habitantes das

Planícies do Nordeste que empregavam estruturas de pedras semelhantes em suas cabanas. Esta mesma analogia foi realizada por Wedel (1938, 1940) em sua comparação das estruturas circulares – neste caso com marcas de esteios – encontradas nos contextos das culturas arqueológicas Upper Republican e Nebraska, com aquelas registradas historicamente como estruturas de habitação entre os Pawnee.

É importante destacar que a abordagem histórica-direta era entendida como um modo de aproximação entre a arqueologia e a etnologia tendo em vista serem ambas compreendidas, naquele contexto científico, como ciências antropológicas, ou ciências da cultura. Se a etnologia se ocupada em compreender os modos de vida dos povos indígenas, no presente, a arqueologia podia tratar das trajetórias históricas específicas desses povos e suas transformações culturais, em termos de uma profundidade temporal não alcançável pela etnologia (STEWART, 1942; STEWARD; SETZLER, 1938; WILLEY; SABLOFF, 1980:108-109). Para alguns arqueólogos histórico-culturalistas esta relação era imprescindível para fazer uma história cultural (i.e. história de culturas), e isto era demonstrado tomando como exemplo o caso da região central das Grandes Planícies. Até a década de 1930 prevalecia a proposta da etnologia – inspirada nas informações etnográficas e históricas – de que esta região teria sido ocupada, eminentemente, desde o período pré-histórico, por populações de caçadores-coletores, sendo que este modo de vida teria se tornado ainda mais preeminente com a adoção do cavalo, após a chegada do europeu (WISSLER, 1914). A arqueologia destruiu esta interpretação, mostrando que a região também havia sido ocupada por populações sedentárias e agricultoras. Partindo da correlação entre os dados etnográficos, históricos e arqueológicos, arqueólogos demonstraram que certos conjuntos artefatuais arqueológicos podiam ser associados a povos historicamente conhecidos, e que esta região central das Grandes Planícies se caracterizava por ter sido ocupada, numa sequência temporal, por culturas distintas com padrões de mobilidade e subsistência diversos (p.ex. STRONG, 1936, 1953; WEDEL, 1938).

Para a arqueologia histórico-cultural o estabelecimento das semelhanças e diferenças entre as culturas do passado e do presente, bem como a identificação das relações interculturais e da distribuição no espaço e no tempo das

culturas arqueológicas eram objetivos de fundamental importância para se entender a história e a mudança cultural dos povos nativos (STEWART, 1942; STRONG, 1953; WILLEY, 1953a). Neste sentido, a abordagem histórica-direta era essencial na medida em que possibilitava atribuir etnicidade às culturas arqueológicas, identificar a passagem do tempo nos atributos dos conjuntos artefatuais arqueológicos e evidenciar as similaridades entre os comportamentos humanos do presente e do passado (DEAL, 2017, p. 31-32; LYMAN et al., 2001, p. 308-323; STAHL, 1993, p. 242-243).

Críticas à arqueologia histórico-cultural e ressalvas à abordagem histórica-direta

Na Europa, as críticas à arqueologia histórico-cultural foram motivadas pela influência do estrutural-funcionalismo britânico, da história econômica e do ressurgimento do pensamento evolucionista na pesquisa arqueológica²¹. A partir dos anos de 1930, alguns trabalhos arqueológicos apresentaram explicações sobre o funcionamento sistêmico das sociedades do passado, especialmente, da relação entre essas e o meio-ambiente, enquanto outros enfatizaram a relação entre o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento econômico das sociedades do passado. A noção de cultura passou a ser definida como um sistema adaptativo, e o objetivo da arqueologia, o de explicar como viviam os seres humanos nos tempos pré-históricos através da reconstrução de sua economia, organização social e política e sistemas de crenças. O interesse pelas tipologias artefatuais foi diminuindo, a etnicidade deixou de ser o *leitmotiv* da pesquisa arqueológica e as analogias consideradas relevantes eram aquelas realizadas entre sociedades com um mesmo nível de desenvolvimento tecnológico, ou entre artefatos individuais (p.ex. CLARK, 1962; TRIGGER, 1992, p. 230-253).

Nos Estados Unidos, desde os anos de 1930, alguns autores afirmavam que a arqueologia histórico-cultural deveria fortalecer os seus laços com a etnologia a fim de construir em conjunto com esta disciplina o

²¹ Na Europa o estrutural-funcionalismo britânico se consolidou através da publicação das obras de Radcliffe-Brown e Malinowski, a partir da década de 1920. Por outro lado, a retomada do pensamento evolutivo na arqueologia nos anos de 1930 foi motivada especialmente pela arqueologia soviética. No entanto, este pensamento se propagou no restante da Europa, principalmente, através dos trabalhos de V. Gordon Childe que após ter se distanciado do enfoque histórico-cultural buscou replicar o enfoque da história econômica no estudo da pré-história, e depois de ter tido contato com a arqueologia soviética procurou elaborar uma proposta marxista própria sobre a evolução cultural (TRIGGER, 1992: 236-247; TRINGHAM, 1983).

conhecimento sobre a distribuição espaço-temporal das culturas, suas manifestações e desenvolvimento ao longo do tempo (p.ex. PARSONS, 1939/1940; STEWARD; SETZLER 1938). Naquele momento criticava-se a ênfase excessiva nos aspectos técnicos da escavação e nos procedimentos metodológicos da descrição e classificação dos materiais arqueológicos, e se reivindicava que dados arqueológicos deveriam ser traduzidos em termos de comportamento, processo e evolução cultural e, também, em termos da interação entre cultura e meio-ambiente; o que já vinha sendo realizado em alguns trabalhos no âmbito da arqueologia histórico-cultural (p.ex. STRONG, 1933; 1935).

Essas críticas continuaram no decorrer dos anos de 1940, ressaltando que a arqueologia histórico-cultural não demonstrava uma preocupação com os aspectos funcionais e adaptativos inerentes aos conjuntos artefatuais que integravam as chamadas culturas arqueológicas, e nem tampouco tinha desenvolvido uma reflexão mais apurada sobre o significado da variabilidade quantitativa dos diferentes tipos de artefatos nesses conjuntos, embora tivesse apontado a relevância da semelhança quantitativa de determinados tipos para as classificações desses materiais. Neste ínterim, alguns arqueólogos se propuseram a desenvolver abordagens mais contextuais e a tratar de modo funcional a variabilidade dos conjuntos artefatuais. Buscaram demonstrar que os artefatos revelavam comportamentos culturais (p.ex. manufatura, uso, subsistência, mobilidade, sedentarismo) e que os ‘traços culturais’ não tinham significado se não fossem descritos em termos do seu contexto social (p.ex. BENNETT, 1943/44; LINTON, 1943/44). Assim, a partir da segunda metade da década de 1940, a arqueologia histórico-cultural foi instigada a se ocupar não apenas com a ordenação espaço-temporal dos tipos artefatuais e das culturas arqueológicas, mas também, com a explanação sobre a relação entre o contexto (social e ambiental) e a funcionalidade dos artefatos (WILLEY; PHILLIPS, 1980, p. 133-146).

O trabalho de Walter W. Taylor intitulado *A Study of Archaeology* (1948) é emblemático no que se refere às críticas à arqueologia histórico-cultural. Segundo este autor, a arqueologia norte-americana desta primeira metade do século XX era meramente descritiva, classificatória e distribucional no que se refere aos conjuntos artefatuais, estruturas, cronologias e no estabelecimento das relações entre os conjuntos artefatuais e sítios. Os artefatos



Taimira Asurini e eu, aldeia Kwatinema, T.I. Koatinemo, 1998 (Foto: acervo pessoal)

(p.ex. cerâmica) eram usados para estabelecer relações temporais e culturais entre os sítios, mas não se refletia sobre como esses estavam inseridos na vida das populações do passado, ou seja, não se fazia uma análise contextual desses materiais e tratava-se o ambiente como uma entidade separada da cultura. Ele, inclusive, criticou a noção de história cultural que estava sendo produzida, dizendo tratar-se apenas de um ordenamento das culturas no espaço-tempo, uma mera crônica que não possibilitava o entendimento dos contextos culturais e tampouco as dinâmicas das relações entre as culturas, ou seja, não possibilitava uma compreensão mais holística das culturas, no passado (TAYLOR, 1967, p. 43-92).

Como alternativa a esta maneira de conduzir a pesquisa arqueológica, este autor vai propor uma ‘abordagem conjuntiva’ que ele divide em níveis e sub-níveis de procedimentos (delimitação do problema; coleta, estudo e apresentação dos dados; estabelecimento de cronologias; realização de síntese contextual em termos historiográficos e etnográficos; reflexão comparativa em termos culturais e cronológicos; estudo do funcionamento da cultura). Segundo ele, a pesquisa arqueológica precisaria estar definida a partir de

um problema, sendo que a partir dele se definiriam os sítios para investigação, as metodologias e as propostas interpretativas. Além disso, se fazia necessário assegurar o registro o mais completo possível dos dados arqueológicos e gerar informações sobre o contexto paleoambiental, descrevendo os materiais espacialmente articulados entre si e com o meio; estabelecer as cronologias dos materiais em termos contextuais e locais; recolher informações históricas e etnográficas relacionadas ao contexto investigado, gerando hipóteses interpretativas a partir da análise dos dados e que deveriam ser testadas com relação aos novos dados; elaborar análises comparativas e contextuais de/entre todos os elementos do registro arqueológico a fim de compreender as culturas do passado de maneira integrada; formular explicações sobre os comportamentos e processos culturais do passado (TAYLOR, 1967, p. 150-200).

A década de 1940, também testemunhou um crescente interesse no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas ecologicamente orientadas, estando essas relacionadas com o debate sobre a importância do meio ambiente e dos aspectos tecnológicos e econômicos para a interpretação dos fenômenos culturais e de suas configurações no tempo e no espaço (p.ex. STEWARD, 1937, 1947; WEDEL, 1941). Estudos sobre padrão de assentamento começaram a ser realizados com o intuito de compreender o modo como as populações se relacionavam com o meio ambiente em que viviam, em termos de estratégias de apropriação de recursos, nível tecnológico, habitação e interação e controle social – o trabalho de Willey (1953) intitulado “*Prehistoric Settlement Patterns in the Virú Valley*” é considerado pioneiro nesta abordagem. Cabe dizer que a importância do ambiente havia sido subestimada pela arqueologia histórico-cultural até este período, pois na maioria dos trabalhos prevaleciam as descrições ambientais ao invés de interpretações sobre o ambiente enquanto um fator ativo na configuração cultural (WILLEY; SABLOFF, 1980, p. 146-155; 159-173). Assim como aconteceu na Europa, a influência do estrutural-funcionalismo britânico e a retomada do pensamento evolucionista no cenário científico dos anos de 1930-1940 foram os fatores que impulsionaram arqueóloga(o)s norte-americana(o)s para o estudo da relação sistêmica entre ambiente e cultura²².

²² As ideias funcionalistas se popularizaram nos Estados Unidos pela influência de Radcliffe-Brown e Malinowski que lecionaram, respectivamente, na Universidade de Chicago (1931-1937) e na Universidade

A arqueologia histórico-cultural adentrou a década de 1950 tendo de lidar com um crescente de críticas à sua forma de abordar os fenômenos arqueológicos e, ao mesmo tempo, dividindo a cena arqueológica com essas novas propostas teóricas que estavam sendo desenvolvidas. Tais críticas se dirigiam ao que era considerada a principal limitação da arqueologia histórico-cultural, ou seja, sua abordagem indutiva e normativa de tratar os fenômenos arqueológicos, e sua incapacidade de explicar como funcionavam e se transformavam as culturas do passado. Entendia-se que os tipos artefatuais, as fases, estilos e tradições deveriam ser vistos como unidades artificiais e não reais, e que não se deveria delimitar tipos de culturas como se fossem mônadas. Somado a isso, o avanço nos métodos de datação absoluta e a percepção de inovações culturais independentes em diferentes partes do mundo tornavam insuficientes, para explicar a mudança cultural, fatores como a difusão, a migração e os contatos culturais.

Neste ínterim, a abordagem histórica-direta foi criticada nos seguintes termos: 1) na medida em que aumenta a distância temporal entre as culturas arqueológicas e as históricas/etnográficas, menos eficiente é a possibilidade de comparação entre os seus traços culturais, pois as culturas não se mantêm estáticas nas suas características e nem tampouco em termos da sua localização geográfica; 2) apenas traços culturais, especificamente e estruturalmente similares, podem ser considerados historicamente relacionados, no entanto, traços não homólogos poderiam apresentar semelhanças resultantes de convergência; 3) os traços culturais podem evoluir diferentemente uns dos outros e tomar direções imprevisíveis e, portanto, traços culturais que têm descendência ou relação entre si podem ser identificados como distintos uns dos outros no decorrer do tempo (LYMAN; O'BRIEN, 2001, p. 317). As críticas salientavam ainda que a abordagem histórica-direta teria se constituído em uma forma meramente ilustrativa ou descritiva de analogia, ou seja, de projeção do presente no passado, a partir do pressuposto de que haveria uma semelhança necessariamente positiva entre a realidade etnográfica e a evidência arqueológica (STAHL, 1993). Começava a se desenvolver uma proposta

de Yale (1938-1942) (TRIGGER, 1992, p. 257). Por outro lado, foi o descontentamento de alguns pesquisadores com as perspectivas boasianas sobre a reprodução e transformação cultural que motivaram o ressurgimento do pensamento evolucionista na antropologia e arqueologia norte-americana com o desenvolvimento do neoevolucionismo e da ecologia cultural (p.ex. WHITE, 1943, 1947; STEWARD, 1929, 1947, 1949).

de analogia etnográfica comparativa, no sentido de se buscar identificar não apenas similaridade entre o dado etnográfico e a realidade arqueológica, mas uma correlação entre artefato-comportamento. Ou seja, se propunha comparar um tipo de artefato com um contexto etnográfico e ecológico similar, tentando identificar semelhanças entre técnicas, uso, atividade cultural e modo de vida. Entendia-se que ao se comparar um tipo artefactual e não apenas um objeto individual, se podia realizar uma inferência contextual e, ao mesmo tempo, identificar não apenas as semelhanças, mas também, as diferenças ou descontinuidades comportamentais entre as realidades do passado e do presente (p.ex. THOMPSON, 1956). Além disso, se começava a incentivar que arqueóloga(o)s desenvolvessem pesquisas entre as populações vivas, com uma orientação teórico-metodológica própria, para observar e coletar dados sobre as relações entre os seres humanos e o mundo material (p.ex. KLEINDIENST; WATSON, 1956).

Apesar de todas essas críticas alguns arqueólogos não abandonaram a sua preocupação com a organização dos materiais arqueológicos a partir de unidades classificatórias e integrativas (p.ex. tipo, modo, componente, fase, horizonte-estilo, tradição) e a elaboração de sínteses histórico-culturais, e nem tampouco se furtaram de continuar defendendo a utilidade da abordagem histórica-direta (p.ex. PHILLIPS; WILLEY, 1953; STRONG, 1953; ROUSE, 1955; WILLEY, 1953). Poderia se dizer que a década de 1950 marca um período de transição na arqueologia norte-americana e o trabalho de Willey e Phillips (1958) é um exemplo interessante para se vislumbrar isso tendo em vista que esses autores ainda se utilizavam das unidades classificatórias e integrativas para ordenar os materiais arqueológicos e, ao mesmo tempo, propunham uma ordenação e caracterização de estágios culturais para a pré-história do Novo Mundo. Eles estavam atentos às críticas à arqueologia histórico-cultural, entendendo que era necessário explicar de modo mais complexo os processos culturais relacionados com a variabilidade/variação dos materiais arqueológicos e as causas da mudança cultural.

Além disso, naquele momento, questões relevantes para a arqueologia – p.ex. a adaptabilidade e o desenvolvimento das populações de homínidos; a relação entre estratégias de subsistência e preferências alimentares dos povos caçadores-coletores e sedentários; o crescimento e o decréscimo

populacional dos grupos humanos no passado; a diferença entre cultura arqueológica e período cultural arqueológico; os aspectos definidores dos diferentes estágios de evolução cultural; a compreensão dos materiais arqueológicos em termos de contexto, distribuição geográfica e funcionalidade – estavam sendo debatidas no meio científico a partir de uma perspectiva ecológica que procurava interrelacionar os ambientes, as estratégias de subsistência e as tecnologias para se compreender os modos de vida das populações arqueológicas e suas transformações no tempo (p.ex. TAX et al., 1953). Neste caso, quando se tratava de relacionar dado etnográfico e evidência arqueológica entendia-se que era preciso se voltar “para grupos em um nível comparável de tecnologia, praticando uma forma similar de economia e vivendo na medida do possível sob as mesmas condições ecológicas” (CLARK, 1953, p. 241; WILLEY, 1953, p. 229).

No final dos anos de 1950, a percepção de que as tipologias artefatuais e as suas ordenações espaço-temporais não revelavam todo o potencial interpretativo dos conjuntos artefatuais arqueológicos, as críticas à abordagem/analogia histórica-direta, a crescente importância dada ao ambiente como fator explicativo da cultura, a revitalização do pensamento evolucionista e a constatação da insuficiência dos fatores externos para explicar as mudanças culturais foram as questões que desencadearam o surgimento de uma nova abordagem teórica de investigação arqueológica que, nos anos de 1960, ficou conhecida como a ‘Nova Arqueologia’.

A ‘Nova Arqueologia’ e a nova analogia etnográfica geral

A ‘Nova Arqueologia’ surgiu como uma oposição à arqueologia histórico-cultural, buscando qualificar a arqueologia como uma ciência antropológica cujo objetivo era compreender o comportamento humano em termos de processos culturais específicos e gerais e, ainda, explicar as causas das mudanças culturais. Embasada teoricamente no funcionalismo, neo-evolucionismo e ecologia cultural, esta ‘Nova Arqueologia’ – depois chamada de arqueologia processual – buscou aproximar definitivamente a arqueologia da antropologia e, ao mesmo tempo, desenvolver uma nova perspectiva para investigar o que ficou definido como o ‘registro arqueológico’.

Arqueólogo(a)s processualistas criticaram o que definiram como sendo uma noção normativa de cultura – um corpo de ideias, valores e normas compartilhados por um grupo de pessoas – que, na arqueologia, teria resultado no pressuposto da relação entre tipos de artefatos e normas culturais. Para a(o)s processualistas, a cultura deveria ser compreendida como um meio extra-somático de adaptação humana ao ambiente (p.ex. BINFORD, 1972a, p. 94)²³. Deste modo, o objetivo do estudo arqueológico deixava de ser as culturas arqueológicas – um conjunto de traços específicos circunscritos em termos espaciais e cronológicos – e passava a ser os sistemas culturais do passado – estruturas constituídas pela integração de indivíduos e unidades sociais, nas quais se articulam e influenciam mutuamente os subsistemas social, tecnológico e ideológico. Tratava-se de redirecionar o foco da arqueologia: do estudo da história das culturas, para o estudo dos processos e das mudanças culturais; da identificação e descrição das culturas arqueológicas, para a reconstrução e explicação dos modos de vida do passado (p.ex. BINFORD, 1968, 1972A, 1972B, 1972C, 1972D; CALDWELL, 1959; FLANNERY, 1972; LEONE, 1972; MARTIN, 1972)²⁴.

Nos seus intentos de explicar os processos culturais e a mudança cultural, a ‘Nova Arqueologia’ ou arqueologia processual se embasou na ‘teoria geral dos sistemas’. Tratava-se de um corpo conceitual originado na biologia e na matemática que buscava explicar o comportamento de diferentes entidades (p.ex. termostatos, glaciares, sistemas sócio-culturais) entendidos como sistemas, ou seja, como totalidades que funcionam como tal a partir da interação de suas partes, e segundo determinadas regras predizíveis (TRIGGER, 1992:283-292; WATSON, et al. 1971, p. 61-87). A aplicação da ‘teoria geral dos sistemas’ deu ainda mais plausibilidade às proposições, de inspiração funcionalista, da arqueologia processualista, de analisar sistemicamente

²³ Esta definição de cultura está embasada na perspectiva de Leslie White que pode ser lida no seu trabalho intitulado “*The concept of culture*” (1959).

²⁴ Cabe dizer que a proposta da ‘Nova Arqueologia’ não era totalmente nova, pois a visão sistêmica de cultura e a proposta contextual de pesquisa do registro arqueológico vinham sendo formuladas na arqueologia norte-americana desde os anos de 1940 como, por exemplo, no trabalho *A Study of Archaeology* ([1948] 1967) de Walter Taylor. Inclusive, em um artigo intitulado *Old wine and new skins: a contemporary parable*, este autor retoma os princípios de sua abordagem conjuntiva, comparando-a com as perspectivas teóricas da ‘Nova Arqueologia’. A partir desta comparação ele concluiu que muitos anos tiveram de passar para que sua abordagem fosse finalmente compreendida e seus princípios incorporados pela arqueologia norte-americana (TAYLOR, 1972).

os registros arqueológicos a fim de explicar as mudanças culturais. As noções de *input* (estímulo) e *output* (produto), as noções de homeostase e morfogênese, e ainda, a ideia de *feedback* foram apropriadas para explicar o funcionamento dos sistemas em termos da sua estabilidade ou equilíbrio (*feedback* positivo) e das suas instabilidades ou mudanças (*feedback* negativo). O *feedback* era entendido na arqueologia processual como um mecanismo preciso e quantificável para entender as interrelações entre os diferentes componentes de um sistema e para explicar as mudanças em um sistema (p.ex. FLANNERY, 1972).

Além de adotar uma visão sistêmica de cultura, a ‘Nova Arqueologia’ também evidenciou a relação sistêmica entre cultura e meio-ambiente, incorporando o enfoque ecológico e o conceito de ecossistema para interpretar os registros arqueológicos em termos intra-sítio (perspectiva contextual) e inter-sítios (perspectiva regional), intensificando os estudos de padrão de assentamento e de subsistência (WATSON et al., 1971, p. 80-107). Assim, as mudanças nos sistemas culturais eram compreendidas “como respostas adaptativas às alterações ocorridas no meio ambiente ou nos sistemas culturais adjacentes e competidores” (TRIGGER, 1992, p. 277), e a explanação da mudança era realizada tomando-se como referência a articulação entre os subsistemas culturais nos registros arqueológicos estudados, bem como as relações de interdependência entre diferentes sistemas culturais, no passado. Além disso, eram enfatizadas as continuidades dos sistemas culturais a partir das mudanças, ressaltando os processos de transição cultural e a capacidade humana para a inovação (p.ex. BINFORD, 1972a, p.97-101; COE; FLANNERY, 1964; FLANNERY; COE, 1972). Explicações como a migração e a difusão foram colocadas em segundo plano enquanto causas das transformações observadas nos registros arqueológicos na medida em que implicavam, de acordo com o processualismo, na ideia de descontinuidade dos sistemas culturais e na desvalorização da capacidade de inovação dos coletivos humanos. Assim, ao enfatizar um enfoque ecológico, a arqueologia processualista buscou rever temas relacionados com as formas de interação das diferentes populações no passado, entre si (p.ex. comércio, trocas e fronteiras) e com o ambiente, problematizando

a noção de área cultural e desenvolvendo, por exemplo, as noções de esfera de interação e de área adaptativa²⁵ (p.ex. STRUEVER, 1972).

O interesse de estudo na arqueologia processualista estava direcionado para questões como, por exemplo: 1) a relação entre a distribuição espacial de conjuntos artefatuais intra e inter-sítios e a organização social, o padrão de residência e os modos de interação social (p.ex. DEETZ, 1972A; HILL, 1966; LONGACRE, 1966, 1972); 2) a relação entre variabilidade/variação dos conjuntos artefatuais e a função (social, ideológica, econômica) e eficiência técnica dos artefatos (p.ex. BINFORD, 1972A; BINFORD, 1972); a relação entre os contextos ambientais e as estratégias de subsistência e os padrões de assentamento (p.ex. BINFORD, 1972; COE; FLANNERY, 1964; FLANNERY, 1972); a relação entre determinados tipos de materiais e estruturas arqueológicas e aspectos como produtividade econômica, densidade populacional, interação e complexificação social (p.ex. STRUEVER, 1972). Obviamente, o problema da mudança cultural permeava todas essas questões.

Para dar conta desse programa investigativo era necessário que fossem realizados procedimentos e ações para melhor acessar o registro arqueológico e possibilitar o entendimento das condições que tornaram possível a sua formação, transformação e configuração final. Assim, além do investimento sistemático no diálogo com as ciências físicas e naturais, o processualismo também se caracterizou pelo aprimoramento da metodologia arqueológica e pelo desenvolvimento de uma sistemática de análise dos dados. Havia uma preocupação em refletir sobre as estratégias de pesquisa de campo, os procedimentos de amostragem dos materiais arqueológicos e a análise destes em termos qualitativos e quantitativos (p.ex. BINFORD, 1972b, 1972c).

Uma importante estratégia metodológica incorporada e desenvolvida na arqueologia processual foi a abordagem regional na qual, além de se localizar os sítios, se buscava compreender a inserção dos mesmos no meio ambiente e a sua articulação com os recursos ambientais disponíveis – os estudos de padrão de assentamento já haviam mostrado a relevância desta abordagem

²⁵ Uma esfera de interação seria definida como sendo uma matriz espaço-temporal de articulações inter-sociedades caracterizada pela ocorrência de bens culturais estilisticamente similares, não implicando em um compartilhamento de princípios sócio-culturais entre essas distintas sociedades – esta noção foi desenvolvida inicialmente por Caldwell (1962) em um trabalho intitulado “*Interaction spheres in prehistory*”. Uma área adaptativa se caracterizaria pela ocorrência de artefatos comuns usados para atuar sobre determinados tipos de ambiente (BINFORD, 1972c, p. 131-132).

(TRIGGER, 1992, p. 262-269). Houve, também, um investimento na sistematização das estratégias de amostragem (p.ex. parciais, totais, randômicas) e de coleta dos materiais (p.ex. superfície, sub-superfície). A investigação e análise dos sítios eram realizadas em termos do seu contexto deposicional e pós-deposicional (p.ex. processos naturais e culturais de formação do registro arqueológico), da sua história deposicional (p.ex. distribuição temporal dos tipos de materiais), das suas áreas de atividades (p.ex. domésticas, armazenagem, públicas, descarte), da sua funcionalidade (p.ex. habitação, cerimonial), da sua dinâmica cultural (p.ex. caracterização dos sistemas culturais). Além dos sítios também se buscava identificar e analisar os ecofatos, ou seja, os aspectos ambientais culturalmente transformados ou culturalmente relevantes para as populações do passado (p.ex. BINFORD, 1972b; COE; FLANNERY 1964; FLANNERY, 1972; HILL 1968; REDMAN; WATSON, 1970). Na análise dos conjuntos artefatuais arqueológicos se intensificaram os métodos quantitativos (p.ex. estatísticos) e o diálogo interdisciplinar (p.ex. arqueometria), e na sua interpretação eram enfatizados os seus aspectos funcionais e contextuais, pois isto permitiria não apenas identificar aqueles que os produziram e usaram, mas principalmente, compreender os comportamentos culturais e, ao mesmo tempo, o modo como teriam funcionado os diferentes sistemas culturais do passado (p.ex. HEIZER; COOK, 1956).

Em seu emblemático texto intitulado “*Archaeology as Anthropology*”, publicado em 1962, Lewis Binford propôs uma categorização para os artefatos para fins de uma análise contextual e funcional: 1) artefatos técnicos são aqueles cuja função primária está relacionada com as potencialidades e limitações do meio-ambiente e das matérias-primas e sua variabilidade é explicável em termos de adaptabilidade e eficiência tecnológica; artefatos sociotécnicos são os que têm sua função primária relacionada com o subsistema social do sistema cultural e que possibilitam a articulação dos indivíduos entre si e com outros sistemas sociais, no sentido de manterem a coesão dos grupos e a sua eficiência na manipulação das tecnologias, sendo sua variabilidade explicada em termos de mudanças nas estruturas dos sistemas sociais e de processos de mudança social; artefatos ideotécnicos são aqueles cuja função primária está relacionada ao universo ideológico e simbólico, sendo sua variabilidade explicada como sendo o reflexo de mudanças nas estruturas

da sociedade. Todas estas categorias de artefatos apresentariam características estilísticas que seriam uma propriedade formal adjunta não relacionada diretamente às características das matérias-primas, tecnologias de produção e variabilidade na estrutura social e tecnológica dos sistemas culturais. Essas características estilísticas serviriam para possibilitar a solidariedade grupal e embasar o reconhecimento identitário (BINFORD, 1972a, p. 95-97).

Como é possível perceber a arqueologia processualista se desenvolvia a partir de uma perspectiva explanatória, sendo que a pesquisa deveria partir de problemas e hipóteses a respeito do comportamento humano, e essas deveriam ser testadas no decorrer da investigação dos registros arqueológicos. A partir de um raciocínio hipotético-dedutivo que se contrapunha ao empiricista-indutivo da arqueologia histórico-cultural, o processualismo buscava responder como e porque determinados eventos e fatos arqueológicos haviam acontecido e/ou sido produzidos no passado, visando explicar a variabilidade e a variação dos registros arqueológicos. Além disso, almejava identificar as regularidades comportamentais e adaptativas das populações humanas a partir das características estruturais e funcionais dos diferentes sistemas culturais, tendo como objetivo final a formulação de leis sobre a dinâmica cultural. Neste sentido, entendia-se que por detrás da infinita variedade de fenômenos culturais e situações históricas específicas existiria um número limitado de processos culturais gerais. Além de buscar compreender os registros arqueológicos em si – em termos das atividades e comportamentos que teriam sido responsáveis pelas suas configurações – a arqueologia processualista pretendia tratar de questões mais amplas – em consonância com as ciências sociais – sobre os seres humanos e seus comportamentos sócio-culturais (BINFORD, 1972a, 1972b, 1972c, 1972d; FRITZ; PLOG 1970; MELTZER; 1979; SPAULDING; 1972; TRIGGER, 1992, p. 276-283; WATSON, 2008; WATSON et al., 1971; WILLEY; SABLOFF, 1980, p.185-196) .

No entanto, apesar das críticas à arqueologia histórico-cultural, a ‘Nova Arqueologia’ ou arqueologia processual continuou afirmando a relação da arqueologia com a antropologia e não abandonou o uso da analogia etnográfica. No entanto, ela procurou redefinir a abordagem histórica-direta e a analogia etnográfica geral em termos dos seus pressupostos teórico-metodológicos.

A nova analogia etnográfica

Em um artigo publicado no início dos anos de 1960, Robert Ascher fez uma síntese a respeito do uso que estava sendo feito da analogia etnográfica na interpretação arqueológica, no Velho Mundo. Segundo ele, tanto a abordagem histórica-direta como a analogia etnográfica geral eram empregadas nos dois continentes²⁶. A primeira, em situações em que havia uma comprovada continuidade histórica entre as populações arqueológicas e etnográficas. A segunda, nas situações em que esta continuidade não podia ser demonstrada ou fosse inexistente e, neste caso, se defendia que a comparação deveria ser realizada entre culturas que vivessem em ambientes similares e que tivessem estratégias de subsistência e desenvolvimento tecnológico similares (p.ex. CLARK, 1953, 1962; WILLEY, 1953a, 1953b). Ao mesmo tempo, este autor também demonstrou que apesar do uso dessas duas perspectivas de analogia ser amplamente reconhecido na arqueologia não havia um consenso científico quanto à aplicação e eficácia da analogia etnográfica geral para a interpretação arqueológica. Ele identifica três posições distintas com relação a este problema: 1) a analogia etnográfica deve ser restrita aos aspectos da subsistência e da tecnologia, por serem os domínios em que a ação humana é levada a cabo de maneira mais similar, independentemente do grupo cultural; 2) a imensa variabilidade do comportamento humano inviabiliza qualquer tipo de interpretação através do uso da analogia etnográfica; 3) as interpretações do registro, através do uso da analogia etnográfica, são sempre subjetivas e dependentes de cada autor (ASCHER, 1961, p. 319-322).

No sentido de tentar contribuir para a resolução desta falta de consenso e defendendo que a analogia etnográfica geral deveria ser entendida como um recurso primordial para a interpretação arqueológica, ele propõe algumas estratégias para colocar o que ele chamou de ‘nova analogia’ sobre uma base sólida: 1) selecionar no infinito conjunto de possibilidades analógicas aquela que oferece a melhor solução para o problema pesquisado, buscando comparar sistematicamente os elementos arqueológicos e etnográficos; 2) realizar um inventário sistemático da literatura etnológica, principalmente, no que se refere aos processos de produção dos itens materiais;

²⁶ No Velho Mundo a abordagem histórica-direta era chamada de *folk-culture approach* (Ascher, 1961, p. 318).

3) coletar essas informações nos próprios contextos etnográficos, privilegiando a observação dos processos de transformação contínua a que são submetidos os materiais, no cotidiano das populações (p.ex. processos de produção, uso, reuso, descarte e decomposição dos elementos)²⁷ (ASCHER, 1961, p. 322-324).

A meu ver, o que é relevante neste debate sobre a analogia etnográfica geral, nos anos de 1960, é o modo como o seu uso estava sendo compreendido no processo de interpretação do registro arqueológico. Alguns autores entendiam que a analogia etnográfica era o meio pelo qual se podia alcançar o conhecimento da realidade arqueológica, porém este conhecimento dependia da subjetividade de cada arqueóloga(o) (p.ex. CHANG, 1967; THOMPSON, 1956). Fazendo uma crítica a estes argumentos Lewis Binford (1967b, 1968, 1972d) defendia que a analogia deveria ser entendida como um instrumento, um complemento na interpretação arqueológica. Para ele, atrelar a interpretação arqueológica ao uso de analogias seria o mesmo que fazer uma projeção direta do presente no passado, partindo do pressuposto de que os comportamentos e modos de vida do passado teriam sido necessariamente os mesmos do presente. Isto impediria a arqueologia de compreender sistemas culturais sem análogos no presente. Para ele, a arqueologia e a antropologia tinham o objetivo comum de explicar as diferenças e semelhanças culturais nos diversos tempos e lugares. Portanto, arqueóloga(o)s deveriam se utilizar dos dados etnográficos de modo a construir modelos interpretativos e comparativos sobre a variabilidade do registro arqueológico. Em outras palavras, os dados etnográficos deveriam permitir a identificação de correlatos comportamentais em termos, por exemplo, das tecnologias de produção e uso dos itens materiais, das estratégias de subsistência, dos padrões de assentamento. Por isso, era preciso se utilizar do método hipotético-dedutivo para construir hipóteses em relação aos dados arqueológicos e etnográficos, de modo independente. Portanto, Binford defendia que o conhecimento arqueológico não era dependente da inferência analógica, mas que os dados etnográficos eram úteis na formulação de proposições a respeito dos comportamentos humanos e possibilitavam

²⁷ Segundo Stiles (1971:90), este artigo de Robert Ascher é fundamental por ter sido a primeira sistematização do que viria a ser conhecido posteriormente como Etnoarqueologia.



Chiquinha, Lu e eu, amigas para toda a vida, aldeia Kwatinema.
T.I. Koatinemo, 1997 (Foto: acervo pessoal)

testar de modo objetivo essas proposições em relação aos dados arqueológicos. Para ele, o “entendimento do passado não é simplesmente uma questão de interpretar o registro arqueológico através da analogia com sociedades vivas”, pois era necessário que fossem desenvolvidos métodos que permitissem “relacionar os fenômenos arqueologicamente observados às variáveis que, embora observáveis de diferentes formas entre as populações vivas, tenham valor explanatório” (BINFORD, 1968, p. 269). FREEMAN (1968) fez eco às colocações de Binford, dizendo que o uso da analogia etnográfica implicava em forçar a integração dos dados arqueológicos nas estruturas de referência da antropologia, sendo que esta estudava populações modernas e, portanto, distintas das populações arqueológicas.

Neste ínterim, vários trabalhos foram produzidos, apresentando interpretações que se utilizavam da comparação entre dados etnográficos e arqueológicos (p.ex. BINFORD, 1967a; DEETZ, 1972b; LONGACRE, 1972; HILL, 1966, 1972). Ao mesmo tempo, pesquisas etnográficas foram conduzidas

no sentido de contribuir para a interpretação dos registros arqueológicos, e esta prática era entendida por alguns autores como ‘arqueologia etnográfica’ (p.ex. LEONE, 1972, p. 26). Tratava-se, principalmente, de pesquisas sobre padrões de subsistência e assentamento, organização social da produção e utilização da cultura material (p.ex. ASCHER, 1962; FRIEDRICH, 1970; LONGACRE; AYRES 1972; WHITE; 1967; HEIDER, 1967; LEE, 1968; GOULD, 1968).

Naquele momento, a abordagem histórica-direta – chamada na arqueologia processualista de analogia histórica-direta ou específica – ainda era considerada o modo mais confiável de se reconstruir as características específicas dos comportamentos culturais das populações do passado. Apesar disso, a analogia etnográfica geral estava se consolidando, assumindo um viés comparativo e não mais ilustrativo, como nas arqueologias evolucionista e histórico-cultural, tendo o seu uso embasado no princípio de que haveria um padrão de ocorrências – observável em diferentes culturas – no que se refere à relação causal entre comportamento humano e registro material (STAHL, 1993; THOMPSON, 1956). Na arqueologia processualista o uso da analogia etnográfica geral tinha o objetivo de gerar hipóteses sobre o comportamento humano e, ao mesmo tempo, permitir a identificação dessas regularidades na relação entre determinados comportamentos humanos e vestígios materiais.

A analogia histórica-direta ou específica tratava de evidenciar uma relação de homologia (descendência) entre a evidência arqueológica e a realidade etnográfica. A analogia etnográfica geral estabelecia uma similaridade entre estas duas variáveis, restaurando o debate evolucionista sobre o problema da convergência e do paralelismo para explicar as similaridades entre culturas não relacionadas historicamente. A analogia etnográfica geral pressupunha que a comparação deveria ocorrer entre sistemas culturais que estivessem situados em ambientes similares e, também, que manipulassem tais ambientes de modos comparáveis em termos de subsistência e tecnologia. Em última instância, a comparação deveria ocorrer entre culturas que estivessem em um mesmo estágio evolutivo, ou de desenvolvimento. Estágio entendido como um determinado padrão econômico, tecnológico e social de existência e resultante de estratégias adaptativas específicas (LYMAN; O'BRIEN, 2001, p. 323-329).

Independentemente do tipo de analogia etnográfica – específica ou geral – a ser empregado na interpretação dos registros arqueológicos, os anos de 1960 se encerraram com arqueólogo(s) processualistas convencida(o)s de que era necessário um investimento – no âmbito da disciplina arqueológica – na coleta de dados etnográficos. Um campo investigativo se consolidaria a partir de então, e este recebeu o nome de etnoarqueologia.

O uso da analogia etnográfica na atualidade

No importante seminário “*The Explanation of Culture Change: Models in Prehistory*”, Bryony Orme (1973) inicia seu texto ressaltando a divergência radical de posicionamentos que havia, na disciplina, a respeito do uso da analogia etnográfica. Segundo ela, uma parte da comunidade arqueológica defendia as analogias etnográficas como sendo essenciais para a interpretação arqueológica, enquanto a outra minimizava a sua importância na busca de entender o passado. Na sequência do artigo, a autora vai discorrendo sobre como os dados etnográficos foram empregados ao longo da história da arqueologia, desde o século XVI, e o seu argumento é que a partir do século XIX e, até aquele momento, esses dados teriam sido empregados a partir do modelo evolucionista, para buscar compreender universalismos e regularidades do comportamento humano. Ela também defende que a pré-história nunca teria existido sem a etnografia tendo em vista que os modelos interpretativos arqueológicos estavam embasados nas observações das sociedades não-ocidentais. No final do texto, ela sugere que embora paralelos específicos – p.ex. modos de fazer cerâmica – continuassem sendo úteis, a pré-história poderia se desenvolver mais “através de investigações mais gerais das regularidades do comportamento humano – ou da falta delas” (ORME, 1973, p. 490); cabe dizer que este seminário foi emblemático na história do processualismo.

Na década de 1970, a questão da analogia etnográfica foi muito debatida, especialmente, por arqueólogo(a)s que estavam desenvolvendo pesquisas etnoarqueológicas. Este debate se estendeu para os anos de 1980 e se caracterizou, segundo Alison Wylie (1985:84), como uma “nova reação contra a analogia”. Vários textos importantes foram produzidos neste período, nos quais

foram analisados, defendidos e/ou criticados os diferentes tipos de analogias (p.ex. simples, formal, direta, geral, relacional) que estavam sendo empregados na disciplina e, especialmente, a partir dos resultados das pesquisas etnoarqueológicas. Tratava-se de um debate sobre a pertinência do raciocínio analógico no âmbito das ciências, em geral, e da relevância da analogia etnográfica na arqueologia, em particular. Ao mesmo tempo, se debatia a própria noção de etnoarqueologia e de como o dado etnográfico obtido a partir deste campo de pesquisa deveria ser empregado, na interpretação do registro arqueológico. Nas últimas décadas, o debate sobre a analogia etnográfica extrapolou o universo da pesquisa e dos dados etnoarqueológicos, e seguiu tratando do problema da pertinência, ou não, desta ferramenta epistemológica para a disciplina, considerando também, o uso de dados antropológicos e históricos.

As críticas mais contundentes ao uso da analogia etnográfica, quase sempre, partem do argumento de que a realidade arqueológica teria sido muito mais diversa do que se evidencia na realidade etnográfica. Assim, o uso da analogia etnográfica, ao invés de ampliar, reduziria as possibilidades interpretativas das evidências arqueológicas (p.ex. DENBOW, 2016; FAHLANDER, 2004; FAULKNER, 2013; HISCOCK, 2008; WOBST, 2016). Argumenta-se, inclusive, que mesmo as analogias históricas-diretas seriam deficientes na medida em que negariam as histórias do colonialismo e as histórias locais, bem como as transformações culturais das populações, ao longo do tempo (p.ex. GOSDEN, 1999; SPRIGGS, 2008). Ou ainda, em certos casos, poderiam incorrer na afirmação de um essencialismo cultural, ou mesmo invocar o primordialismo de certas populações à semelhança da arqueologia evolucionista, no século XIX (PARGETER et al., 2016a, 2016b). Argumenta-se, também, que a definição de uma continuidade entre duas realidades – a arqueológica e a etnográfica – não deveria ser um pressuposto, mas sim, uma matéria de investigação arqueológica. Críticas também são dirigidas aos próprios dados etnográficos nos quais as analogias são embasadas, ressaltando que esses nem sempre são pertinentes, ou adequados para serem considerados tendo em vista as variáveis (subjetivas, contextuais, conjunturais, amostrais, históricas) que subjazem as pesquisas etnográficas (p.ex. BEDNARIK, 2011; FAULKNER, 2013:1-14; HISCOCK, 2008; SPRIGGS, 2008).

As críticas menos enfáticas ressaltam que as analogias históricas-diretas podem ser mais consistentes que as analogias indiretas, mas que ambas analogias deveriam ser usadas, principalmente, para formular hipóteses a serem investigadas e não como um recurso explicativo para as evidências arqueológicas (p.ex. BARNARD, 2016; WOBST, 2016). Argumenta-se, também, que o problema não é o uso das analogias etnográficas, em si, mas o embasamento dos dados a partir dos quais elas são propostas. Assim, diferentes autora(e)s propõe que as analogias devem ser embasadas em dados etnográficos e arqueológicos comparativos (p.ex. PEREGRINE, 1996, 2004; SHELLEY, 1999), ou ainda, levadas a cabo nos moldes do método comparativo desenvolvido por outras disciplinas como, por exemplo, a biologia (p.ex. CURRIE, 2016). Alguns arqueólogos propõem, ainda, a necessidade de incorporar os dados da arqueologia experimental como fontes para as analogias, especialmente, para explicar características específicas do material arqueológico (p.ex. marcas de uso) e dos comportamentos humanos (p.ex. técnicas de obtenção de alimento) (p.ex. DOMINGUEZ-RODRIGO 2008; RAVN 2011).

Neste cenário de críticas e posicionamentos diversos em relação ao uso de analogias etnográficas (diretas e indiretas), arqueóloga(o)s, em diferentes contextos pelo mundo afora, continuam se valendo dessa ferramenta, tanto para formular suas hipóteses de investigação, como para interpretar as evidências arqueológicas. As analogias são embasadas em dados etnoarqueológicos, etnográficos, históricos, museológicos e experimentais.

Na África, analogias diretas e indiretas têm sido propostas na interpretação da arte rupestre, de instrumentos, de estruturas, padrões de assentamento e subsistência, bem como do comportamento social e ritual de populações caçadoras-coletoras que teriam vivido, desde o final do pleistoceno, ao sul deste continente. Essas analogias são embasadas nas observações de povos caçadores-coletores africanos (p.ex. caçadores-coletores San) que, na maior parte das vezes, ocupam regiões nas quais se encontram esses materiais e contextos arqueológicos. Esses povos são considerados como tendo uma profunda conexão histórica e cultural com as populações do passado, ou ainda, como apresentando semelhanças em termos de comportamentos e adaptabilidade ambiental (p.ex. d'ERRICO, 2016; d'ERRICO et al., 2012; KORSMAN; PLUG 1992; WADLEY et al.; 2015). No que

se refere à arte rupestre, por exemplo, busca-se associar alguns signos rupestres, abstratos/geométricos, com signos produzidos e/ou descritos por xamãs San, durante os estados de transe. Ao mesmo tempo, associa-se esses signos aos chamados fosfenos, ou seja, imagens luminosas difusas e/ou geométricas que todos os seres humanos são capazes de ver por ocasião de um estímulo na retina, ou no córtex visual (p.ex. pressão dos olhos, uso de drogas alucinógenas). Assim, alguns pesquisadores têm procurado interpretar certos contextos de arte rupestre, localizados nos territórios ocupados por povos San, e onde aparecem signos pintados ou gravados, semelhantes aos fosfenos, como sendo lugares relacionados à vida ritual e às práticas xamânicas de populações caçadoras-coletoras, no passado (p.ex. LEWIS-WILLIAMS; CHALLIS, 2011).

Na região andina, se busca postular uma continuidade histórica entre as populações do presente e do passado, e existe uma tradição de estudos que têm conciliado dados arqueológicos, etnográficos e históricos. Predominantemente, são propostas analogias diretas na interpretação de técnicas, da funcionalidade de objetos e estruturas arqueológicas, bem como nas explicações de aspectos mais amplos como a organização social e econômica da produção, sistemas de troca e redes de comércio de itens materiais – com ênfase nos conjuntos artefatuais cerâmicos, na tecelagem e na metalurgia (p.ex. ANDRADE; RAMÓN, 2014; SHIMADA; CRAIG 2013; SILLAR; JOFRÉ 2016). No âmbito da arqueologia de *household* e da arqueologia da paisagem, andinistas usam de analogias diretas e indiretas para compreender os sistemas e padrões de assentamento, os registros arquitetônicos, o modo de uso dos espaços domésticos, aspectos relativos à configuração e organização residencial dos grupos domésticos e, também, a construção e significação dos lugares e das paisagens (p.ex. CHRISTIE, 2009; KUZNAR, 2001; NASH, 2009; NETHERLY, 2009). Além disso, analogias diretas são propostas para explicar as cosmologias das populações andinas do passado e, neste caso, são considerados os usos de determinados objetos (p.ex. *qeros*, *pachas*) de origem pré-hispânica, nos contextos rituais contemporâneos. Comparações também são realizadas entre a iconografia e as narrativas míticas e performances rituais de povos andinos atuais, com a estatuária e a iconografia

nos artefatos e nas estruturas arquitetônicas pré-hispânicas. As representações dos povos locais sobre os lugares e os elementos da paisagem também são usadas para tentar compreender o uso e significado dos lugares e a construção das paisagens, por parte das populações pré-coloniais (p.ex. ALLEN, 2002; QUILTER, 1996; PAISLEY; SAUNDERS, 2010).

Na Mesoamérica, maianistas entendem que determinadas populações que vivem na chamada área Maia – que engloba partes do México, Guatemala, Belize, Honduras e El Salvador – têm raízes culturais profundas no tempo e que, a despeito da colonização europeia, mantêm práticas sociais, de desde o período pré-colonial (p.ex. LAMOUREUX-ST-HILAIRE, 2020). Esta área é rica em dados históricos, etnográficos e etnoarqueológicos e, assim, analogias diretas são propostas, no âmbito de uma arqueologia da arte e do imaginário, para interpretar as cosmologias das populações do passado e, também, para apreender como essas cosmologias são reiteradas e vivificadas pelas populações do presente que se entendem como descendentes daquelas do passado (p.ex. CRISTENSON, 2009; KING ET AL., 2012; McANANY; WOODFILL, 2020; QUILTER, 1996). No âmbito da arqueologia da paisagem e de assentamentos, analogias diretas são propostas para interpretar como as populações do passado encontraram respostas para viver em determinados ambientes, e como elas teriam se organizado em termos sociais, nos assentamentos. Neste caso, também são realizadas analogias indiretas, comparando os contextos ambientais onde vivem(ram) as populações maias, com contextos ambientais semelhantes de outras regiões da América, onde vivem(ram) outras populações indígenas, ao longo do tempo (p.ex. MARCUS, 2004; SCHRODER, 2020). Analogias diretas e indiretas também são propostas na interpretação dos conjuntos artefatuais das populações maias pré-coloniais (p.ex. cerâmica e lítico). No que se refere aos conjuntos cerâmicos, as analogias diretas permitem atentar para as continuidades e mudanças no que se refere, por exemplo, aos materiais, às cadeias operatórias de produção, bem como à organização social, uso, demanda e distribuição da produção cerâmica (p.ex. ARNOLD, 2008; DEAL, 1998). No caso dos materiais líticos, se utiliza uma abordagem comparativa entre dados de diferentes populações caçadoras-coletoras e sedentárias, buscando compreender questões específicas como, por exemplo, a relação entre tipos de artefatos

e funcionalidade, e questões mais abrangentes como a organização tecnológica das populações do passado (p.ex. HOROWITZ, 2020). Analogias indiretas também são propostas para interpretar determinadas áreas de atividades (p.ex. mercados), processos de formação e abandono de assentamentos, e a concentração e dispersão de materiais cerâmicos nos sítios arqueológicos (p.ex. EPPICK, 2020).

Na região do Sudoeste dos Estados Unidos, analogias etnográficas diretas e indiretas são propostas para interpretar os sistemas religiosos de populações do passado, bem como para tratar das continuidades e transformações de conjuntos artefatuais cerâmicos, da funcionalidade de determinados sítios, da percepção da paisagem e dos lugares. No primeiro caso, o tema do xamanismo tem recebido muita atenção por parte de arqueóloga(o)s que se utilizam, de modo comparativo, de dados etnográficos sobre práticas rituais de povos específicos da região sudoeste norte-americana, e de outros povos na América e no mundo. Nessas propostas interpretativas é sugerido que, a partir de uma múltipla linha de evidências, se pode identificar práticas xamânicas, no passado, através de determinadas configurações dos contextos arqueológicos (p.ex. cavernas, lugares isolados ou de difícil acesso, áreas de atividades e estruturas rituais), dos materiais (p.ex. cachimbos, inaladores, tambores, plantas psicoativas) e dos motivos iconográficos (p.ex. grades, pontos, espirais, pontos, seres liminares) (p.ex. CAROL et al., 2004; VANPOOL, 2009; WHITLEY, 1998). No que se refere aos conjuntos artefatuais cerâmicos se busca interpretar através das analogias diretas, a relação entre usos e morfologias de vasilhas, ou ainda, os significados da sua iconografia e as transformações estilísticas da cerâmica, desde o período pré-colonial (p.ex. HARDIN, 1991; HARDIN; MILLS 2000). No que tange à funcionalidade de determinados sítios e à percepção dos lugares e da paisagem existem vários trabalhos arqueológicos que se utilizam da tradição oral de povos como os Hopi, Zuni e Navajo para interpretar contextos e acompanhamentos funerários, e para compreender os processos migratórios, os padrões de assentamento e a arte rupestre das populações pré-coloniais, bem como para atribuir significado simbólico e ancestral a determinados lugares e marcos paisagísticos (p.ex. BERNARDINI, 2008; SCHAAFSSMA; TSOSIE 2009; ZEDEÑO, 1997).

No Ártico, onde a pesquisa etnoarqueológica é bastante intensa e se tem muitas informações etnográficas e históricas sobre a ocupação indígena, analogias diretas são realizadas para interpretar contextos arqueológicos relativos à chamada cultura Classic Thule, ou seja, a cultura arqueológica pré-contato que estaria relacionada com os ascendentes dos povos Inuit. Neste caso, se busca compreender as tecnologias de produção e uso da cultura material desses povos antigos do Ártico, seus padrões de assentamento e subsistência, divisão sexual do trabalho, bem como aspectos relativos à sua cosmologia. Analogias diretas também são realizadas para interpretar os sítios pós-contato e a cultura material dos povos Inuit. Neste caso, se busca interpretar, por exemplo, a funcionalidade e os significados culturais dos sítios, a sua configuração espacial e a relação desta com a organização social e divisão sexual das atividades. Além disso, se procura entender os aspectos relativos à percepção e ocupação territorial dos Inuit, e como tais aspectos estão relacionados com o seu imaginário sobre a paisagem e os significados da cultura material, e por analogia, se tenta interpretar a implantação dos sítios arqueológicos na paisagem, bem como os significados sócio-cosmológicos, dos seus materiais (p.ex. FRISEN, 2012; GRIER; SAVELLE, 1994; NORMAN, 2015; PATTON; SAVELLE, 2006; SAVELLE, 2002; WHITRIDGE, 2004).

Na Europa, analogias indiretas têm sido usadas para interpretar a arte rupestre paleolítica. Assim, determinados motivos geométricos encontrados na arte rupestre paleolítica europeia são interpretados como sendo resultantes de experiências alucinógenas e práticas xamânicas, no passado. Para fazer tal interpretação, arqueólogos se valeram da teoria dos fosfenos e das analogias entre as práticas xamânicas e rituais de diferentes povos que ocupam territórios onde aparecem sítios com arte parietal e, na qual, se observa a recorrência de signos geométricos que poderiam ser a reprodução dos fosfenos (p.ex. CURRIE, 2016, p. 87-88; CLOTTES; LEWIS-WILLIAMS, 1996)²⁸.

²⁸ Pode-se dizer que as críticas mais radicais contra a analogia etnográfica são em relação às interpretações icônicas na arte rupestre, bem como em relação às interpretações mais generalistas sobre a sua associação com o xamanismo e as cosmologias das populações do passado. Tais críticas ressaltam que os significados das manifestações artísticas são sempre contextuais e circunscritos no tempo. Mesmo quando se busca atestar uma continuidade histórica entre populações do passado e do presente, como a que se propõe nos contextos sul-africanos e do sudoeste americano não se pode pressupor a continuidade dos significados das expressões artísticas das populações do passado, no presente. Segundo essas críticas, também, os povos contemporâneos que ocupam territórios com arte rupestre, ressignificam essas evidências arqueológicas. Além disso, mesmo considerando a possibilidade de existirem alguns universalismos

Outros materiais arqueológicos que têm sido interpretados à luz de analogias indiretas são os materiais líticos em termos das técnicas de produção e uso, os vestígios de animais no que se refere ao seu tratamento como recurso alimentar e as chamadas tecnologias perecíveis cuja visibilidade no registro arqueológico é mais tênue e de difícil percepção. Além disso, analogias são usadas para interpretar questões mais amplas como, por exemplo, a relação entre gênero e divisão sexual do trabalho, e a relação entre uso do espaço doméstico, organização social, status social e poder político (p.ex. ZUBROW; ANDOUZE; ENLOE (eds.), 2010; parte III).

Na região da Oceania, o uso de analogias etnográficas é bastante diversificado, estando presente em estudos sobre arte rupestre, produção e uso de artefatos e estruturas, padrão de assentamento e transformação da paisagem. Normalmente, a pesquisa arqueológica (p.ex. prospecções, escavações, datações, coletas, registros imagéticos, arqueometria, topografia, geoarqueologia, flotação, etc) vem associada com a pesquisa etnográfica e histórica sobre as populações originárias da região onde os contextos arqueológicos estão localizados. No caso da arte rupestre, as analogias etnográficas buscam compreender aspectos como o modo de realização e o significado social e simbólico das técnicas empregadas na feitura das imagens, os tipos (p.ex. moradia, ritual, logístico e oportunístico) e períodos (contato e pós-contato) de uso dos abrigos (p.ex. imagens que mostram aspectos relativos à colonização), os significados atribuídos às imagens pelos povos aborígenes (p.ex. GUNN et. al., 2017; MAY et al., 2017). No que se refere à produção e uso de artefatos e estruturas, padrão de assentamento e transformação da paisagem, as analogias contribuem na interpretação das técnicas de produção dos artefatos e as suas transformações no tempo. Elas permitem entender os usos e significados de determinados artefatos (p.ex. DENHAM et. al., 2017; GOLSON, 2017a, 2017b; HAYWARD, 2017; SULLIVAN et. al., 2017), a relação entre os conjuntos artefatuais encontrados nos sítios e os padrões de assentamento, bem como

em termos cognitivos e de percepção humana, esses são difíceis de tratar de um ponto de vista arqueológico. Neste sentido, propor explicações generalizantes como, por exemplo, associar a arte rupestre às manifestações xamânicas dos povos do passado seria uma simplificação da própria noção de xamanismo, ignorando a sua diversidade histórica e contextual, bem como a polissemia dessas práticas simbólicas (p.ex. BEDNARIK, 2011; LAYTON, 2000). É importante dizer que os trabalhos que citei acima, nos quais são propostas analogias etnográficas não ignoram essas críticas e, inclusive, apresentam posicionamentos contrários a elas e argumentos contextuais que reforçam suas propostas analógicas.

com as dinâmicas/consequências dos contatos coloniais e pós-coloniais (p.ex. GORECKI, 2017; GUNN et.al., 2017). Além disso, elas auxiliam na interpretação do modo de transformação e uso do espaço de/em determinadas estruturas (p.ex. casas) e a mudança das mesmas, no tempo (p.ex. GOLSON, 2017). As analogias também permitem compreender as ações antrópicas, de longo tempo, na configuração de determinados lugares e paisagens (p.ex. GOLSON et.al., (eds.), 2017).

Para finalizar este panorama, se pode mencionar os trabalhos que se apropriam de coleções etnográficas para subsidiar as analogias (diretas e indiretas) e, nesses casos, são comparados conjuntos artefatuais (arqueológicos e etnográficos) específicos (p.ex. pontas de projétil, objetos plumários), com o intuito de entender os modos de produção e uso dos artefatos arqueológicos e suas procedências, bem como as interações entre as populações arqueológicas, a sua mobilidade regional/territorial, adaptabilidade ecológica e transformações culturais, ao longo do tempo (p.ex. CHARLIN; GONZÁLEZ-JOSÉ 2018; NEWBURY, 2014).

É importante dizer que em regiões como os Andes, Mesoamérica, Sudoeste dos Estados Unidos e Oceania onde predominam as analogias diretas, essas são realizadas considerando as especificidades contextuais na qual as populações do passado e do presente vivem(ram) e as suas transformações culturais, no tempo. É dada muita atenção para as práticas sociais, no presente, em relação à materialidade e, neste sentido, a proposição de analogias etnográficas também permite mostrar quais são as diferenças entre passado e presente. Arqueóloga(o)s que trabalham nessas regiões assumem posturas bastante críticas e cautelosas ao tratar das continuidades históricas e culturais, enfatizando que os contextos culturais do presente, ou do passado recente, não são como uma amálgama uniforme para interpretar os períodos pré-coloniais (p.ex. BORGSTEDE; YAEGER 2008; LAMOUREUX-ST-HILAIRE, 2020; MACA, 2009; SILLAR; JOFRÉ, 2016). Grande parte dessas proposições de analogias etnográficas apostam na resiliência dos povos originários, sendo esta entendida não como estagnação cultural ou passividade, mas sim, como uma forma ativa de persistência dos conhecimentos locais e de luta desses povos pela sua autonomia política e soberania territorial, sendo comum a realização

de pesquisas em colaboração com esses povos. Cabe citar o movimento de ‘maianização’ que vem se desenvolvendo, nas últimas décadas, e que é entendido como uma manifestação da agentividade indígena no contexto mesoamericano, buscando fundamentar uma identidade pan-Maia através da ideia de uma continuidade histórica e cultural entre o passado pré-hispânico e o presente (p.ex. BORGSTEDE; YAEGER 2008). Nos Andes, comunidades locais têm procurado resgatar e reabilitar conhecimentos técnicos pré-coloniais a fim de se reconectarem com as ontologias de seus ancestrais e, ao mesmo tempo, retomarem um modo mais sustentável e socialmente engajado de se apropriar dos recursos ambientais (p.ex. WASSILOWSKI, 2011). No Sudoeste dos Estados Unidos, povos indígenas distintos têm se apropriado dos materiais e contextos arqueológicos de modo a (re)viver e afirmar sua história e seu pertencimento a determinados lugares e territórios (p.ex. MILLS e FOWLES (eds.), 2017). Na Austrália, os povos originários ainda se utilizam dos abrigos-sob-rocha para diferentes atividades, circulam pelos territórios onde se localizam esses sítios arqueológicos e mantêm uma relação de ‘donos’ tradicionais desses lugares e territórios, identificando-se e atribuindo significado com/aos materiais arqueológicos e com/às paisagens (p.ex. DAVID et. al., 2017).

Avaliando os trabalhos que apresentei acima, me parece que existem alguns pontos em comum entre a(o)s pesquisadora(e)s que defendem o uso da analogia etnográfica como, por exemplo: a percepção de que nem tudo é passível de ser comparado, dadas as transformações culturais no tempo; a convicção de que as analogias simples (vis-à-vis) não são consistentes para interpretar as evidências arqueológicas, sendo necessário adotar uma abordagem comparativa em termos dos dados etnográficos e investir em analogias relacionais; o posicionamento de que as analogias devem ser realizadas com cautela a fim de se evitar uma transposição acrítica da realidade etnográfica para o passado arqueológico; a preocupação de não violentar o passado através da suposição de uma universalidade das nossas próprias ontologias; a atenção para as críticas pós-coloniais que ressaltam a historicidade da realidade etnográfica, a diversidade das histórias locais e as particularidades dos contextos arqueológicos. Segundo a maianista Maxime Lamoureux-St-Hilaire (2020, p. 9), para que as analogias etnográficas sejam

consistentes é necessário “explicar a relevância da comparação intercultural em termos do contexto arqueológico que está sendo estudado; definir e contextualizar os termos usados na analogia; prestar atenção tanto nos elementos que são análogos como naqueles que são distintos entre as culturas que estão sendo comparadas; colaborar com especialistas para reforçar as analogias; buscar uma abordagem multivocal para que as analogias se tornem relevantes para um público diverso”.

Desde o surgimento da disciplina, a analogia etnográfica foi uma ferramenta epistemológica para compreender o passado e, na atualidade, apesar das críticas, advertências e reflexões sobre a sua pertinência, ou não, como ferramenta interpretativa, ela continua sendo utilizada por diferentes pesquisadora(e)s, de diferentes posicionamentos teóricos, e em diferentes contextos de pesquisa. Para alguns autores que refletem sobre a analogia etnográfica, a mesma se constituiria como um tipo específico de abordagem comparativa que tornaria o passado mais reconhecível para a arqueologia (p.ex. CURIE, 2016, PELEGRINE, 2004). Em outras palavras, os dados etnográficos e as analogias seriam instrutivos para a arqueologia, inspirando ideias a respeito dos processos do passado (RAVN, 2011).

A meu ver, a analogia etnográfica é uma ferramenta importante no processo de interpretação da materialidade arqueológica. No entanto, como tentei mostrar nesta revisão bibliográfica, ela precisa ser utilizada com cautela, evitando simplificações e, sempre, em associação com outras ferramentas epistemológicas; a analogia etnográfica não fornece todas as respostas sobre a materialidade arqueológica. Além disso, temos de ter atenção sobre o que significa comparar realidades do presente e do passado, pois como vimos as analogias podem resultar tanto em estereótipos e preconceitos, como em afirmação de identidades e resistência cultural.

É sempre preciso ter em mente algo que Ian Hodder ([1982] 2012, p. 39) ressaltou em seu trabalho intitulado “*The Present Past*” ao defender o uso das analogias. Segundo ele, ao interpretarmos nossas evidências arqueológicas à luz de nossas observações etnográficas existe sempre o risco de repetirmos os etnocentrismos de outrora e, por isso, é necessário que estejamos sempre atentos e críticos ao nosso ‘colonialismo intelectual’.

Arqueologia e analogia etnográfica no Brasil

Desde o período colonial, foram realizadas descrições sobre as populações indígenas que viviam nessas terras e, também, foi noticiada a existência de sítios e artefatos arqueológicos, recebendo destaque os chamados sambaquis – designados com esta palavra de origem Tupi desde o século XVI – e os registros rupestres. Como aconteceu em outros contextos americanos, no Brasil, os preceitos teológicos também embasavam as explicações sobre a origem e a antiguidade das populações indígenas e das evidências arqueológicas – p.ex. os sambaquis eram diluvianos; as inscrições rupestres, eram as marcas das pegadas de São Tomé; e as populações indígenas eram descendentes das tribos perdidas de Israel. Foi somente a partir do século XVIII, com o advento das expedições científicas, que tais explicações começaram a dar lugar às teorias que vinham apoiadas em dados arqueológicos, etnológicos e linguísticos (BARRETO, 1999/2000, p. 34-37; FERREIRA; NOELLI, 2007, p. 155; GASPAR, 2003, p. 32-36; JUSTAMAND, 2017; MENDONÇA DE SOUZA, 1991, p. 49-56; NOELLI; FERREIRA, 2007; PROUS, 1979/80, p. 11-13). Assim, embora houvesse a proposição da relação entre as populações indígenas e as evidências arqueológicas, a analogia etnográfica foi pouco utilizada para evidenciá-la, ou ainda, para interpretar os materiais arqueológicos, até o século XIX. Destaco alguns exemplos: o jesuíta Fernão Cardim, no final do século XVI, e o frei Gaspar da Madre de Deus, no século XVIII, imputaram aos indígenas e aos seus hábitos alimentares, a formação dos sambaquis (MENDONÇA DE SOUZA 1991: 50, 54); Alexandre Rodrigues Ferreira, no século XVIII, reuniu uma coleção de pontas de flechas líticas e as conferiu às antigas populações indígenas (PROUS, 2019, p. 15); Jean Baptiste Debret, na *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, atribuiu registros rupestres aos “selvagens tupis” e os interpretou como sendo caracteres de sua língua, tentando inclusive uma tradução (DEBRET, [1834-1839] 1965, p. 69).

Quando a pesquisa arqueológica se consolidou em nosso país e se institucionalizou, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e nos museus, o uso da analogia etnográfica se tornou mais sistemático entre os estudiosos da arqueologia. João Barbosa Rodrigues, por exemplo, adepto da teoria do uniformitarismo, defendia as analogias a partir do seguinte

pressuposto: “Como na geologia, na ethnographia, os factos modernos nos explicam os antigos” (BARBOSA RODRIGUES, 1876a, p. 102). Ele elaborou um sistema para ordenar e interpretar os registros arqueológicos (contextos e artefatos), na Amazônia, tendo como base os conhecimentos indígenas e os dados históricos e linguísticos. Seu método de investigação foi apoiado na sistemática e na classificação taxonômica, próprias das Ciências Naturais, e na perspectiva de que a matriz da maioria das línguas indígenas faladas no Brasil seria o Tupi, ou *abanheeng*²⁹. Este seu método foi influenciado pelas teorias de Karl P. von Martius e estava em consonância com os princípios do período classificatório-descritivo que definiu a arqueologia do século XIX, no mundo. Barbosa Rodrigues foi um evolucionista que buscava compreender o desenvolvimento tecnológico das populações, e que defendia uma continuação, ou estabilidade entre as produções das populações indígenas do presente e do passado e, por isso, a analogia era um aspecto relevante nas suas investigações (FERREIRA; NOELLI, 2009, p. 73-79).

Quando lemos os textos de Barbosa Rodrigues como, por exemplo, “*Armas e instrumentos de pedra*” e “*Arte cerâmica*” observamos que ele se utiliza da analogia, incorporando dados oriundos de diferentes fontes (p.ex. arqueológicas, históricas, etnográficas) e lugares para analisar os materiais arqueológicos. Ao tratar dos artefatos de pedra que ele coletou na região amazônica e das oficinas líticas que ele observou *in loco*, ele diz que esses registros arqueológicos são comparáveis a artefatos de pedra do norte da América e do sul do Brasil, bem como a artefatos normandos. Através de uma analogia indireta ele os separa em categorias de artefatos (p.ex. armas, machados, adornos), considerando suas características formais e possível função. Na comparação entre os artefatos (arqueológicos e etnográficos) e entre os seus atributos, ele busca identificar as continuidades e mudanças técnicas, as diferenças culturais e a origem, bem como os seus processos de produção. Assim, ele compara as pontas de sílex arqueológicas com as pontas de madeira, osso e taquara de diferentes povos indígenas para explicar os seus usos e mostrar as transformações na matéria-prima; descreve

²⁹ Esta designação foi proposta, em 1876, por Batista Caetano, um integrante do IHGB que acreditava serem o Tupi e o Guaraní uma mesma língua que poderia ser referida por esta designação “*abañeênga*” (CORRÊA, 2014, p. 40).

determinadas técnicas indígenas para trabalhar com a pedra, madeira e osso e, por analogia, tenta explicar os processos pelos quais se faziam os sulcos, furos e chanfros nos machados líticos; compara os muiraquitãs aos adornos de quartzo chamados “*chirimbitás*” usados em colares feitos por um povo indígena do Uaupés. Em “*Arte cerâmica*”, ele tratou do vasilhame cerâmico doméstico, das urnas funerárias, das esculturas zoomorfas, dos cachimbos, atribuindo esses artefatos às lides das mulheres, de acordo com suas observações etnográficas e fontes históricas e bibliográficas. No texto, ele descreve o processo de produção da cerâmica, em termos da cadeia operatória e, neste caso, utilizando-se de vários exemplos etnográficos. Ele trata dos tipos de argilas e antiplásticos e das matérias-primas empregadas na pintura das vasilhas; explica o processo de preparo da pasta de argila e dos pigmentos; enumera os instrumentos e descreve as técnicas de manufatura das vasilhas e de seus acabamentos de superfície; descreve o contexto espacial da manufatura e faz referência às técnicas corporais das oleiras; elenca as denominações indígenas para os grafismos incisos e pintados nas superfícies das cerâmicas; relata os processos de secagem e as técnicas de queima das vasilhas. Além de usar a analogia para explicar o processo de produção, ele também a empregou para interpretar os usos cotidianos e funerários dos tipos de vasilhas. Ao longo da descrição, ele compara algumas técnicas de indígenas amazônicos, com as de povos da América do Norte, da Europa e da antiguidade (p.ex. egípcios, gregos, etruscos, hebreus) (BARBOSA RODRIGUES 1876a; 1876b). É preciso dizer que algumas das analogias propostas por Barbosa Rodrigues buscavam corroborar as suas hipóteses migracionistas, de uma origem mediterrânica e asiática para as populações indígenas e, assim, ele também comparou cerâmicas da necrópole Miracanguera com cerâmicas nórdicas e chineses, os machados e sambaquis amazônicos com os dinamarqueses e afirmou que os muiraquitãs tinham uma origem asiática.

Segundo Ferreira e Noelli (2009), que analisaram vários trabalhos de Barbosa Rodrigues, a sua perspectiva analógica teve um aspecto bastante peculiar na medida em que ele se valia das informações e categorias classificatórias indígenas para formular não apenas as suas interpretações do registro arqueológico, mas também, a classificação do mesmo. Assim, nas suas comparações entre os materiais do passado e do presente, ele procurou

estabelecer uma etnoclassificação para as evidências arqueológicas (p.ex. tipos de contextos, materiais líticos e cerâmicos)³⁰. Em suas pesquisas ele conciliava a investigação arqueológica, botânica, etnográfica e linguística, e ele se utilizou da língua geral para se comunicar com as pessoas.

Emílio August Goeldi, outro nome proeminente da arqueologia brasileira deste período, também usou da analogia etnográfica para interpretar evidências arqueológicas. Ao analisar um contexto arqueológico com urnas funerárias encontrado na região do rio Cunani, norte do Amapá, em 1895, Goeldi comparou algumas de suas características (p.ex. cremação dos ossos) com as práticas funerárias dos indígenas Rucuyennes (Wayana), na serra do Tumucumaque. Ele também sugere que essas cerâmicas arqueológicas teriam sido produzidas por mãos femininas, considerando os relatos dos cronistas e os dados etnográficos da época. Mais tarde, com o acréscimo de pesquisas e dados arqueológicos na região, ele propôs que a provável origem dos indígenas da região do rio Cunani seria Nu-Aruak. Atento à documentação histórica e às propostas de etnólogos como Karl von Martius, Karl von den Steinen, Paul Ehrenreich e Lucien Adam, sobre a identificação e classificação das populações indígenas, Goeldi analisou outros conjuntos artefatuais cerâmicos oriundos de Marajó, norte e sul do Amapá (Guiana Brasileira) e baixo Amazonas, também defendendo a sua origem Nu-Aruak, baseando-se nas semelhanças estilísticas entre os conjuntos arqueológicos e etnográficos. Ele também comparou características estilísticas de urnas funerárias Maracá com traços estilísticos das cerâmicas de “algumas tribos caraíbas das Guianas”. Para além dessas analogias diretas, ele também propõe analogias indiretas entre materiais arqueológicos e etnográficos como, por exemplo: urnas antropomorfas Maracá e urnas funerárias dos Aturos do Orinoco; estatuetas de cerâmica de contextos Marajó e estatuetas de indígenas Karajá; estatuetas encontradas no rio Trombetas e estatuetas da cultura Nahua, da América Central. Nestes casos, ele fazia analogias em termos dos possíveis usos e significados simbólicos desses objetos, e não de uma possível origem comum (FERREIRA, 2009, 2010; GOELDI, [1900] 2009a, [1906] 2009b, SANJAD, 2009).

³⁰ Vide os quadros demonstrativos desta etnoclassificação no trabalho de Ferreira e Noelli (2009, p. 84-91).

Em seu texto *“Sobre o uso dos machados de pedra de índios sul-americanos, especialmente amazônicos, atualmente existentes”*, Goeldi trata do modo de uso dos machados de pedra arqueológicos, tomando como referência dados etnográficos sobre o uso de machados líticos entre os Bakairi, do alto Xingu, e entre povos indígenas do alto Amazonas. Ele faz a descrição do modo como esses indígenas se utilizavam deste instrumento lítico para derrubar árvores, tentando evidenciar as peculiaridades do processo, a habilidade dos indígenas e a eficácia do instrumento para a tarefa. No final do texto, ele diz não entender como nos “círculos científicos, por muito tempo, não se chegou a seguir com maior exatidão o rastro do manejo do machado de pedra entre os povos ainda existentes”, e ele acreditava que este seu relato poderia “estimular uma comparação e revisão mais cuidadosa referente à cultura da Idade da Pedra do Velho e do Novo Mundo” (GOELDI, [1906] 2009c, p. 133).

Os trabalhos de Goeldi mostram que ele tinha uma preocupação em contribuir para a estruturação/classificação que vinha sendo formulada, em termos etnolinguísticos, das populações indígenas, entendendo ser necessária a articulação entre os dados da etnologia, da arqueologia e da linguística (FERREIRA, 2009; SANJAD, 2009). Assim, o seu modo de fazer analogias implicava na descrição dos artefatos arqueológicos em termos das suas especificidades físicas e estilísticas, na comparação entre esses e os artefatos etnográficos a fim de verificar entre eles afinidades estruturais e no uso do raciocínio indutivo para definir uma origem cultural dos artefatos arqueológicos. Goeldi, assim como Barbosa Rodrigues, tinha um olhar para a história indígena da região amazônica e, neste sentido, ele propunha analogias diretas entre o passado e o presente etnográfico, seguindo a seguinte premissa: “se as coleções têm motivos semelhantes, se compartilham traços simbólicos e geométricos, é porque possuem uma única filiação etnológica” (FERREIRA, 2009, p. 86).

Outro pesquisador que, à semelhança de Barbosa Rodrigues e Goeldi se utilizou da analogia etnográfica, a partir de uma agenda de pesquisa arqueológica regional, foi Hermann von Ihering. Ele se interessou, especialmente, pelas populações indígenas das regiões sul e sudeste do Brasil e, no que se refere às suas pesquisas arqueológicas, ele se inseriu nos debates da época sobre a origem do ‘homem americano’, dos sambaquis e da filiação cultural

dos conjuntos artefatuais arqueológicos. Ele se empenhou na descrição e ordenação tipológica dos conjuntos artefatuais e na definição da sua distribuição geográfica ou na ‘circunscrição das culturas arqueológicas’ a fim de compreender as possíveis dispersões, migrações e contatos das populações indígenas, ao longo do tempo. Ele adotou uma perspectiva analógica que visava compreender os usos e a eficácia dos artefatos arqueológicos, bem como estabelecer paralelos entre os artefatos (arqueológicos e etnográficos) e identificar a etnogênese dos grupos pré-históricos e etnográficos. Hermann von Ihering privilegiava o uso da analogia direta em seus trabalhos para abordar comparativamente as ‘tradições históricas’ e as ‘antiguidades’, sendo que ele considerava que havia uma persistência das ‘tradições e costumes’ das populações do passado, nos modos de vida de populações contemporâneas (FERREIRA, 2010, p. 142-164).

No seu texto “*A civilização pré-histórica no Brasil meridional*”, Ihering (1895) chama a atenção para a necessidade de integração dos dados históricos, etnológicos, arqueológicos e linguísticos para se ter conhecimento da ‘história mais antiga’ das populações indígenas. No trabalho ele procura, em um primeiro momento, situar historicamente e geograficamente as populações indígenas desta região – na parte que ele chamou de ‘tradições históricas’, e onde ele trata dos povos Guaranis, Guayanás, Tapes, Minuanos, Charruas, Tupis, Bugres, Patos, Guanaos. Depois, ele trata das ‘antiguidades dos aborígenes’, descrevendo as características físicas dos artefatos arqueológicos encontrados nos territórios de ocupação das populações indígenas por ele citadas, na primeira parte do seu texto. Ao mesmo tempo, através de analogias diretas e indiretas, ele vai amalgamando dados históricos, linguísticos e etnográficos para explicar os usos e as possíveis filiações culturais desses artefatos arqueológicos e, também, para propor os seus possíveis lugares de origem e rotas de dispersão. Ele, também, propõe intercâmbios e rotas de migrações entre/das populações indígenas, no passado.

Segundo Ferreira (2010, p. 146-164), as analogias diretas de Ihering pretendiam evidenciar, por um lado, os contatos e processos diaspóricos das populações indígenas sul-americanas (p.ex. ao estabelecer a relação entre os povos Guarani e as populações andinas/subandinas) e, por outro, o primitivismo de certos povos (p.ex. ao associar os povos

Jê a uma herança arcaica, àsavas primevas de habitantes do continente). Para Ihering, os povos Tupi eram os únicos indígenas civilizáveis, dada esta sua origem nas altas culturas, se contrapondo aos Tapuia, indígenas famigerados, selvagens e incivilizáveis³¹.

É importante mencionar que, neste período, as analogias etnográficas diretas foram também muito utilizadas, no âmbito de uma ‘arqueologia dos povos Tupi’. No século XIX e início do XX, esses povos receberam uma atenção privilegiada no cenário científico, sendo vistos como os descendentes de uma população outrora gloriosa e relacionada com as chamadas ‘altas culturas da América’, tendo sido objeto de muitos estudos e reflexões em termos da sua origem, caracterização linguística, processos de dispersão territorial e degeneração³². Nos anos de 1844 e 1904, Karl von Martius defendeu em seus trabalhos que os povos Tupi eram originários dos Andes, descendentes dos incas, mas degenerados pela miscigenação com raças bárbaras e pelos efeitos do clima tropical. Ele também propôs um centro de origem para eles (Paraguai e sul da Bolívia), e definiu a cronologia e as rotas de sua expansão para o leste da América do Sul. Embora a associação entre determinados materiais arqueológicos e esses povos tenha sido sugerida desde os tempos coloniais foi somente a partir da segunda metade do século XIX que ela se tornou mais formalizada, sendo influenciada pelas proposições de Martius que buscava articular a filologia, a etnografia e a arqueologia para tratar da história desses povos. Vários foram os estudiosos que associaram determinados tipos de vasilhas cerâmicas, instrumentais líticos, adornos e remanescentes humanos aos povos Tupi, durante a segunda metade do século XIX e os anos de 1920. Além disso, foram também vários os estudiosos que propuseram – para além de Martius – um centro de origem para

³¹ Ferreira (2009, p. 80-88; 2010, p. 124-128, 146-154, 185) aponta que ao contrário de Barbosa Rodrigues, Goeldi e Ihering refutavam as hipóteses da arqueologia nobiliárquica, considerando-as imaginárias, infantis e especulativas. No entanto, eles empregaram, parcialmente, alguns de seus pressupostos teórico-metodológicos como, por exemplo, a descrição geométrica dos artefatos e sítios arqueológicos, o uso de analogias diretas e o difusionismo.

³² O interesse pelos povos Tupi esteve sempre presente no ideário científico e artístico do país, ao longo do período colonial, no Império e início da República. Esses povos foram os primeiros indígenas a serem (re) conhecidos pelos colonizadores, sendo que os cronistas escreveram muito sobre eles, e tais escritos embasaram e ainda embasam, até os dias de hoje, muitos estudos sobre esses povos. No século XIX, este interesse proeminente pelos povos Tupi recebeu a denominação de ‘tupimania’, um termo que foi cunhado por estudiosos críticos à atenção exagerada dada a eles, em detrimento do estudo de outros povos indígenas (CORRÊA, 2014, p. 24-88; FAUSTO 1992, 2000; FERREIRA 2010; NOELLI; FERREIRA 2007).

eles (CORRÊA, 2014, p. 36, 41-42; FERREIRA, 2010; HART, 1871; IHERING, 1895; MARTIUS, 1844, 1904; NOELLI, 1996a; NOELLI; FERREIRA 2007).

Outras analogias que eram propostas neste período buscavam relacionar, por exemplo: grafismos rupestres com a escrita fenícia, grega, hebraica e dos atlântidas, hieróglifos egípcios, tábuas astronômicas, os mitos e rituais indígenas; signos da cerâmica marajorara com cultos egípcios; conjuntos artefatuais amazônicos com povos descendentes dos incas; muiraquitãs, tipos cerâmicos e machados polidos de contextos arqueológicos amazônicos com povos asiáticos (japoneses e chineses), fenícios e gregos; instrumentos líticos dos sambaquis com instrumentos líticos da Europa, Ásia, África e América do Norte; zoólitos com esculturas andinas; instrumentos líticos de contextos do sul do Brasil com facas cerimoniais astecas (BARRETO, 1999/2000; FERREIRA, 2010; GASPAS, 2003; JUSTAMAND, 2017; LANGER, 1998, 2014; MENDONÇA DE SOUZA, 1991).

Etnólogos viajantes também propuseram analogias com o intuito de relacionar os povos indígenas que estavam contatando nas diversas regiões do país, com os vestígios arqueológicos (p.ex. arte rupestre, aterros, materiais líticos e cerâmicos) existentes nos territórios por eles ocupados. Por exemplo: Koch-Grünberg ([1909] 2005, p. 140, 173-174, 426, 440, 476) relacionou os petroglifos e os machados líticos que ele encontrou no transcorrer de suas viagens amazônicas com as populações indígenas locais que, por sua vez, atribuíam a esses vestígios diferentes usos e significados míticos; Max Schmidt ([1914] 1942, p. 119, 137) relacionou o povo Guató com as populações que haviam produzido os petroglifos e os aterros que ele havia localizado e investigado arqueologicamente, respectivamente, na região do lago Gaíba e rio Caracará (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, p. 80-84); Ehrenreich (1948, p. 27, 42, 83-93) relacionou grafismos rupestres e machados líticos encontrados na ilha dos Martírios, ao povo Karajá; von den Steinen ([1886] 1942, p. 334-337) interpretou grafismos rupestres encontrados na região do rio Paranatinga como uma escrita simbólica associada aos mitos do povo Bakairi.

Durante o Império, a arqueologia se caracterizou como nobiliárquica, corroborando um projeto político de constituição de uma identidade nacional que se pretendia dignificada desde as origens. Ferreira (2010) definiu a

arqueologia nobiliárquica como sendo uma arqueologia que procurava validar uma hipótese mediterrânica de povoamento do Brasil, ou ainda, que buscava a procedência dos vestígios arqueológicos nos povos nautas da antiguidade europeia, oriental e asiática. A arqueologia nobiliárquica tentava atribuir uma origem civilizada e um tipo de nobreza aos indígenas e, ao mesmo tempo, os mostrava como degenerados³³. Neste sentido, analogias indiretas atestavam as hipóteses de que o povoamento do continente tinha origem nas migrações de povos do mundo antigo, ou de navegadores europeus. Analogias diretas, por sua vez, contribuía para a consolidação dos interesses geopolíticos do Estado-Nação emergente, pois estabeleciam uma relação entre os materiais arqueológicos e as produções de povos indígenas que ocupavam determinados territórios e que falavam determinadas línguas; ou seja, corroboravam a perspectiva política de tratar os indígenas e o seu passado como parte da herança da nação³⁴.

O século xx iniciou com especulações sobre as cidades antigas que estavam sendo buscadas no Piauí (Piracuruca, Sete Cidades), na Bahia (rio das Contas, Piraguassu, Monte Alto), no Paraná (Vila Velha, Castro), na Amazônia (rio Madeira) e, neste ínterim, temos as expedições de Theodor Roosevelt, pelo rio da Dúvida – atual rio Roosevelt – e de P.H. Fawcett (1920/1924), no Mato Grosso. Além disso, os museus que eram os espaços majoritários da pesquisa arqueológica começaram a ceder lugar para os institutos e sociedades históricas e geográficas que se pulverizavam em território nacional, sendo que a década de 1920 considerada o momento final da chamada ‘era dos museus’ deu início a uma arqueologia mais popularizada (BARRETO, 1999/2000; LANGER, 1998; MENDONÇA de SOUZA, 1991). Neste cenário das pesquisas arqueológicas, se pode dizer que enquanto ainda eram conduzidos trabalhos que tentavam relacionar, por intermédio de analogias gerais, os vestígios arqueológicos com os povos da antiguidade, também se acirravam as críticas aos pressupostos da arqueologia nobiliárquica,

³³ A arqueologia nobiliárquica corroborava a tese de Karl P. von Martius (1844) de que as populações indígenas Tupi, de origem andina, haviam sofrido um processo de degeneração em função da sua inserção no ambiente tropical – determinismo ambiental – e pela miscigenação.

³⁴ Randall McGuire (1992) fez uma reflexão sobre esta questão, no contexto norte-americano, e é interessante observar as semelhanças, entre Brasil e Estados Unidos, no que se refere a esta relação entre a arqueologia e um determinado projeto geopolítico de Estado.

sendo que essas críticas se sintetizam, por exemplo, na obra de Anyone Costa, no ano de 1934, que tinha como objetivo tratar ‘de elementos indispensáveis ao estudo da arqueologia brasileira’. É interessante observar como este autor, por um lado, descreve criticamente o conhecimento arqueológico até então produzido e, por outro, se dedica em mostrar o estado dos conhecimentos antropológicos sobre os povos indígenas, ressaltando a importância desses dados para a pesquisa arqueológica – dando destaque àqueles sobre os povos Tupi³⁵.

Durante as primeiras décadas do século xx, os sambaquis e a arte rupestre receberam tratamento destacado nas pesquisas arqueológicas. No caso dos sambaquis havia a disputa entre as correntes naturalista, artificialista e mista para explicar a sua origem. Uma disputa que somente irá se concluir, no final dos anos de 1930, com o surgimento das explicações geomorfológicas que irão redirecionar a pesquisa sobre os processos de formação dessas estruturas. Com o tempo, aspectos como a variabilidade dos sambaquis, suas cronologias, características da ocupação e populações a eles associadas se tornarão os temas principais das pesquisas. No que se refere à arte rupestre, esta continuou sendo objeto de analogias, e as várias tentativas de interpretação dos grafismos, ora reiteravam as proposições de que esses tinham a sua origem nos povos da antiguidade, sendo um tipo de ‘escrita pré-histórica’, ora corroboravam as interpretações de que os mesmos eram produções dos povos indígenas, tratando-os como o resultado de atividades lúdicas, ou ainda, como representações de eventos e personagens míticos, ou como uma forma de escrita indígena (COSTA, 1934; FERREIRA, 2010:155-164; GASPAS, 2003; MENDONÇA DE SOUZA, 1991). A arqueologia amazônica também era um tema importante neste período, sendo que houve um investimento significativo no estudo de sítios localizados na ilha de Marajó, na região do Tapajós e do Amapá (Guiana Brasileira), e cabe dizer que ainda se mantinha um olhar nas altas culturas andinas e da América Central, para interpretar a origem dos conjuntos artefatuais cerâmicos. Neste contexto, porém, havia algumas pessoas que buscavam interpretar de um outro modo esses registros arqueológicos como, por exemplo, Heloisa

³⁵ Outras obras de síntese da arqueologia produzidas na primeira metade do século xx, e que foram críticas à arqueologia nobiliárquica são as de Gastão Cruls ([1942]1958) e Frederico Barata ([1952] s/d).

Alberto Torres que escavou no Pacoval (ilha de Marajó), em 1929, e que comparou a iconografia da cerâmica marajoara com as tramas da cestaria indígena, ressaltando o aperfeiçoamento técnico e valor estético das produções desses povos no passado, se opondo às teses degeneracionistas (BARATA, [1952] s/d, p. 64-71; CRULS, [1942] 1958, p. 219-228; MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2019, p. 35-36). Além dela, é preciso mencionar Curt Nimuendajú que nos anos de 1920 realizou pesquisas arqueológicas importantes na Amazônia. Ele escavou em áreas banhadas pelos rios Uaçá, Arucauá, Calçoene (Guiana Brasileira/Amapá), Tapajós (Alter do Chão, Santarém) Tocantins (rio Arapiuns, Lago Grande de Vila Franca), Trombetas (Óbidos e Oriximiná) Madeira e Urubu, nas ilhas de Marajó, Caviana, Mexiana, Tupinambarana, Carão, no lago de Silves e nas cidades de Maués e Itacoatiara. Dessas pesquisas quero destacar a que foi realizada na região do rio Tapajós tendo em vista que ele buscou interpretar os contextos arqueológicos que estava investigando, a partir das informações dos cronistas sobre os Tapajós, povo indígena que teria sucumbido, no século XVIII³⁶. Além desta, a pesquisa realizada no rio Uaçá e Arucauá, na qual ele associa sítios de enterramento, urnas e tipos cerâmicos arqueológicos aos ascendentes do povo Palikur e aos Aruã, povo descrito por cronistas, na região da foz do Amazonas. Destaco ainda, a pesquisa realizada no médio-baixo rio Xingu onde ele encontrou cerâmicas arqueológicas que ele associou aos conjuntos cerâmicos do povo Wajãpi que haviam sido identificados na região dos rios Oiapoque e Jari (MACHADO, 2014; NEVES, 2004; NIMUENDAJÚ, 1948; STENBORG (ed.), 2004, p. 42-52, 111-117). Nos trabalhos de Curt Nimuendajú, as analogias diretas foram preeminentes, pois ele buscava interpretar os dados arqueológicos levando em consideração as informações históricas sobre a ocupação indígena nas áreas por ele estudadas, bem como os dados etnográficos e as narrativas indígenas sobre os vestígios arqueológicos e sobre a sua história de ocupação territorial. Aliás, esta foi uma característica comum aos pesquisadores que conciliaram pesquisas etnográficas e arqueológicas

³⁶ Em carta à Gastão Cruls, datada de 26/11/1941, Nimuendajú explica que atribuiu a cerâmica de Santarém aos Tapajó e a de Silves aos povos aruaque porque, segundo ele, os vestígios arqueológicos deveriam ser atribuídos à “última tribo conhecida do lugar”, e porque acima delas se encontrava a “camada de cultura moderna” (Arquivo Curt Nimuendajú, Centro de Documentação de Línguas Indígenas, Museu Nacional da UFRJ) (ALVES, 2019, p. 55).

e, em especial, aos etnólogos/arqueólogos alemães filiados teoricamente à tradição histórico-cultural alemã.

Neste ínterim, alguns trabalhos etnológicos trouxeram subsídios importantes para a arqueologia e, especialmente, para a ‘arqueologia dos povos Tupi-Guarani’³⁷. Este é o caso da obra de Curt Nimuendajú – “*As lendas da destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani*” ([1914] 1987) – no qual ele propõe uma explicação para as migrações Guarani – i.e. a busca da terra sem mal – e, por analogia, pelo mesmo motivo, a ocupação da costa brasileira pelos Tupi-Guarani/Tupinambá. Esta explicação iria influenciar por décadas as interpretações etnológicas e arqueológicas sobre o processo de expansão desses povos Tupi-Guarani (CORRÊA, 2014:49; FAUSTO, 1992, p. 386-88; NOELLI, 1993, p. 47-53). Outros trabalhos que precisam ser destacados neste período são os de Alfred Métraux, intitulados, “*Migrations Historiques des Tupi-Guarani*” (1927) e “*La Civilisation Matérielle des Tribus Tupi-Guarani*” (1928). No primeiro, Métraux deu continuidade às proposições de Nimuendajú sobre a temporalidade das migrações dos povos Tupi-Guarani, e delineou uma proposta de rotas para essas migrações. No segundo, ele sistematizou uma variedade de informações existentes, à época, sobre esses povos, comparando dados antropológicos, históricos, linguísticos e arqueológicos de vários aspectos da sua cultura material. Segundo Noelli, em “*Civilization Matérielle*”, Métraux teria demonstrado uma homogeneidade dos povos Tupi-Guarani, nas suas técnicas e estratégias de subsistência, e com “*Migrations*” ele teria determinado os objetivos e as metodologias de várias pesquisas arqueológicas sobre os povos Tupi-Guarani, especialmente, a partir dos anos de 1950. Para este autor, até os anos de 1930, a pesquisa sobre os povos Tupi foi determinada pelas ideias e dados desenvolvidos no âmbito da etnologia, especialmente, no que se refere à origem e dispersão territorial desses povos (NOELLI, 1993, p. 38-46, 1996a, 2008).

³⁷ Desde o período colonial os povos Tupi eram designados pelos termos Tupi e Guarani, ora para designar diferentes modelos de colonização (portuguesa, espanhola), ora para designar as distintas distribuições geográficas desses povos (interior ou costa, região meridional ou setentrional), ora para designar os diferentes falantes da chamada ‘língua brasílica’. A partir do final do século XIX, o termo Tupi-Guarani também começa a ser utilizado para designar os povos falantes dessas línguas e produtores de uma determinada cultura material, sendo os anos de 1920 considerados, por alguns autores, o ‘divisor de águas’ na difusão e consolidação deste termo na literatura arqueológica e etnológica; vide detalhes e referências bibliográficas sobre o tema nos trabalhos de Corrêa (2014:41-78) e Noelli (1993:46-75, 1996:12).



Parakuja Asurini, Patuá Asurini e eu, aldeia Kwatinema.T.I.Koatinemo, 1998 (Foto: acervo pessoal)

Nos anos de 1940, ocorreu a publicação do *Handbook of South American Indians*, sob a coordenação de Julian Steward, que também foi uma obra que influenciou a ‘arqueologia dos povos Tupi’ tendo em vista a compilação de dados etnográficos sobre esses povos apresentada nos volumes 1 e 3 dedicados às ‘tribos marginais’ e às ‘tribos da floresta tropical’ (CORRÊA, 2013, p. 53; STEWARD, 1946, 1948). Destes volumes, destaco os textos “*The Guarani*” e “*The Tupinamba*”, de Alfred Métraux, sendo que no primeiro ele correlaciona o material cerâmico arqueológico encontrado em áreas historicamente ocupadas pelos Guarani, com cerâmicas dos Chiriguano, em termos das suas morfologias e usos (MÉTRAUX, 1948a) e, no segundo, ele correlaciona dados arqueológicos e históricos para descrever diferentes aspectos da vida dos Tupinambá (MÉTRAUX, 1948b). Em realidade, a publicação do *Handbook* foi uma obra que influenciou a arqueologia brasileira para muito além da ‘arqueologia dos povos Tupi’, e não apenas pelo volume de dados etnográficos que ela compilou, mas principalmente, pela propagação do modelo ecológico-cultural que correlacionava área ambiental e área cultural (NOELLI; FERREIRA, 2007, p. 1249-50).

Segundo Neves (1999/2000, p. 88-89), no que se refere à arqueologia amazônica, o trabalho desenvolvido por Julian Steward, nesta obra,

estabeleceu um modelo embasado em premissas ecológicas para se compreender a arqueologia da região, sendo que o conceito de ‘cultura da floresta tropical’ definia uma tipologia cultural e, ao mesmo tempo, assumia uma conotação evolucionista – as culturas da floresta tropical eram definidas pela ausência de determinados elementos ou marcadores culturais (p.ex. monumentalidade, metalurgia) e pela presença de outras características (p.ex. cultivo de tubérculos, técnicas efetivas de navegação)³⁸. Como demonstra este autor, Steward explicava o desenvolvimento das culturas da floresta tropical a partir de uma combinação de processos adaptativos locais e de influências externas, colocando a Amazônia como uma área periférica na história pré-colonial da América do Sul. Segundo Viveiros de Castro (2002), a síntese de Steward, no *Handbook* estabeleceu o chamado ‘modelo padrão’ que combinava “um esquema de áreas culturais, uma tipologia de ‘níveis de integração sócio-cultural’ e uma teoria da ação determinante do ambiente sobre o ‘núcleo cultural’ de cada sociedade” (idem:320).

A partir do *Handbook* foi construído um cenário no qual a Amazônia era vista como um ‘falso paraíso’, uma região imprópria para promover o desenvolvimento cultural e, por isso, teria recebido várias influências culturais externas. Neste cenário, as populações amazônicas do presente, apresentadas como uns pequenos grupos igualitários vivendo da caça, coleta e agricultura itinerante, eram vistas como as remanescentes de um processo de degeneração das culturas andinas, o produto das adversidades deste limitado ambiente tropical. Além disso, foi estabelecida uma dicotomia generalizante entre várzea e terra firme, uma assimetria entre as populações que ocupavam esses distintos ecótonos, e o passado arqueológico foi interpretado a partir de uma projeção etnográfica. Este ‘modelo padrão’ foi preeminente na etnologia e na arqueologia da região, até os anos de 1970, quando passou a ser criticado pela adoção de outros paradigmas teóricos nas pesquisas etnográficas, pela produção de novos dados e interpretações arqueológicas e pela obtenção de dados sobre a antropização das paisagens

³⁸ As ‘tribos da floresta tropical’ constituiriam “uma pequena constelação de aldeias autônomas, igualitárias, limitadas em suas dimensões e estabilidade por uma tecnologia simples e pelo ambiente improdutivo, incapazes, portanto de gerar o excedente indispensável à emergência da especialização econômica, da estratificação social e da centralização política presentes em outras áreas do continente” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 321).

(MEGGERS, 1977, 1979, p. 152-160; NEVES, 1999/2000; NOELLI; FERREIRA, 2007, p. 1249-50; ROOSEVELT, 1992, p. 53-58; VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 327-331).

A partir da década de 1950 – como mostrei no primeiro capítulo – a arqueologia brasileira tomou o rumo definitivo em direção à profissionalização e à afirmação de uma política pública para os bens arqueológicos. Além disso, as missões científicas estrangeiras (Missão Francesa, PRONAPA) redefiniram os parâmetros teórico-metodológicos da disciplina, no país, e esses foram seguidos pela(o)s arqueóloga(o)s brasileira(o)s, nas décadas seguintes. A Missão Francesa se definia teoricamente tanto pelo empiricismo, como pelo estruturalismo francês, no que se refere à investigação de campo, classificação e interpretação dos vestígios arqueológicos (Barreto, 1998, 1999). No que se refere ao PRONAPA, este se desenvolveu alinhando preceitos do histórico-culturalismo, do neo-evolucionismo e da ecologia cultural. Assim, através da definição das tradições e fases buscava identificar e circunscrever geograficamente, cronologicamente e tipologicamente as culturas arqueológicas e, ao mesmo tempo, procurava nesta ordenação estabelecer a relação entre área ambiental e área cultural (BARRETO, 1999, 1999/2000; DIAS, 1995, 2007; HILBERT, 2007).

Em se tratando do uso da analogia etnográfica, neste período, se destaca o trabalho desenvolvido por Annette Laming-Emperaire entre o povo Xetá, falante de uma língua Tupi-Guarani, que vivia na Serra de Dourados, no estado do Paraná. Trata-se de um trabalho que foca, principalmente, na tecnologia lítica deste povo e, em menor ênfase, na produção e uso de instrumentos ósseos e na formação do registro arqueológico. Durante o tempo em que ela permaneceu junto a este povo, esta arqueóloga observou a confecção de instrumentos líticos (p.ex. machados e instrumentos sobre lascas) e de resina (p.ex. tembetás), bem como de outros objetos de materiais perecíveis (p.ex. arcos e pontas de flechas) com o uso de ferramentas líticas e de osso. Ela também buscou comparar – em termos tipológicos – os objetos líticos produzidos pelos homens Xetá, com objetos líticos de coleções museológicas. Além disso, tentou definir a funcionalidade dos objetos líticos musealizados, tomando como referência as suas observações junto ao povo Xetá e as percepções desses indígenas sobre tais objetos. O objetivo mais amplo deste trabalho era o de produzir dados

etnográficos que pudessem contribuir para interpretar indústrias líticas arqueológicas (Laming-Emperaire et al. 1978). O interessante desta experiência relatada pela arqueóloga Annette Laming-Emperaire é que ela se enquadra tanto no âmbito da analogia etnográfica indireta como da etnoarqueologia. Esta experiência, no entanto, ficou sendo algo periférico no âmbito desta missão científica tendo em vista que o seu objetivo fundamental era introduzir e aplicar no contexto da arqueologia brasileira uma metodologia específica (francesa) de escavação e análise dos vestígios arqueológicos (p.ex. lítico, arte rupestre, sítios pré-cerâmicos e sambaquis) e, a partir disso, contribuir na formação de arqueólogo(a)s profissionais (BARRETO, 1999/2000). Em raríssimas situações foi realizada a associação entre os materiais e contextos arqueológicos e as populações historicamente conhecidas – p.ex. a associação da cerâmica do sítio José Vieira com o ‘Complexo Cerâmico Guarani’ (LAMING-EMPERAIRE, 1959 *apud* CORRÊA, 2014, p. 54). Segundo Noelli (1993, p. 40), na maioria das vezes, se optou em utilizar a denominação sítio cerâmico ou sítio lito-cerâmico para designar contextos arqueológicos relacionados aos povos Tupi.

No âmbito do PRONAPA não se observou experiência semelhante e, por sua influência, arqueólogo(a)s foram se distanciando dos conhecimentos produzidos pela história, linguística e etnologia indígenas e, conseqüentemente, abandonando o uso da analogia etnográfica para a interpretação das evidências arqueológicas. Inclusive, se pode destacar, no contexto ‘prona-piano’ da arqueologia, o fato *sui generis* que aconteceu em relação aos materiais arqueológicos relacionados aos povos Tupi-Guarani. Embora já fosse de reconhecimento amplo na arqueologia brasileira as correlações entre determinadas evidências arqueológicas – p.ex. conjuntos cerâmicos – e os povos Tupi-Guarani, o PRONAPA passou a designar essas evidências sob o termo de tradição Tupiguarani (sem hífen). Este termo foi esvaziado da conotação etnológica e linguística do termo Tupi-Guarani (com hífen) e, do mesmo modo, os materiais arqueológicos por ele designados. Assim, a tradição Tupiguarani, artificialmente, rompia a continuidade histórica entre essas populações Tupi do passado e do presente³⁹.

³⁹ Na Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica (Parte II), a tradição Tupiguarani é definida como uma “tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelho e ou preto sobre

No entanto, apesar desta influência das missões internacionais na arqueologia brasileira, em termos de não promover um grande interesse pelas analogias etnográficas foram realizadas algumas pesquisas com propostas interpretativas embasadas em analogias etnográficas diretas. Este foi o caso da pesquisa de Protásio Frickel (1961, 1964), junto ao povo Tiriyo (povo Karib), na qual ele se utilizou das suas narrativas orais para embasar as suas reflexões e interpretações sobre determinados tipos de sítios (p.ex. abrigo-sob-rocha e a céu-aberto) e vestígios arqueológicos (p.ex. registros rupestres, cerâmicas, monumentos de pedra) existentes no que hoje se constitui o Parque do Tumucumaque, no estado do Amapá. Para ele, a tradição oral seria “como um elo entre o passado e o presente, não só em termos de espaço e tempo, mas também culturalmente, como um elo entre tipos de culturas passadas e a atual, ou seja, entre a arqueologia e a etnologia” (FRICKEL, 1964, p. 471). Maria Conceição Beltrão e Roque de Barros Laraia (1969) também se utilizaram da analogia etnográfica no estudo de sítios arqueológicos localizados em Guaratiba, no então estado da Guanabara. Além de descrever a localização e algumas características dos sítios e dos materiais neles encontrados, Beltrão e Laraia se apropriaram de relatos de cronistas, do século XVI, para afirmar que esses sítios seriam remanescentes de aldeias Tupinambá, dos períodos anterior e posterior à chegada dos europeus. Em um segundo momento, à luz de dados etnológicos buscaram interpretar os vestígios arqueológicos (p.ex. cerâmica, estruturas, conchas, enterramentos) em termos dos aspectos da vida social e dos padrões de subsistência dessas populações.

Nos anos de 1970, os ensinamentos das missões científicas francesa e norte-americana ainda estavam direcionando os rumos da arqueologia brasileira que se dedicava, principalmente, ao trabalho prospectivo do território e à coleta, descrição e ordenação dos materiais arqueológicos⁴⁰. No entanto, em alguns trabalhos já se fazia sentir uma tênue influência da escola processualista, e para exemplificar esta afirmação destaco os

engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida, e, pelo uso de tembetás” (Terminologia, 1969, p. 8).

⁴⁰ Existem vários trabalhos que tratam da história da arqueologia neste período (p.ex. BARRETO, 1998, 1999, 1999/2000; MARTIN, 1997; MENDONÇA DE SOUZA, 1991, p. 109-135; NEVES, 1999/2000; NOELLI, 1999, 1999/2000, 2008b; PROUS, 1992, p. 14-18, 2019:25-31).

trabalhos de Tom Miller (1975, 1978, 1979) que pesquisou entre o povo Xetá (povo Tupi-Guarani) e o povo Kaingáng (povo Jê), no sul e sudeste do Brasil, sobre artefatos líticos e cerâmicos, e de Irmhild Wüst (1975) que pesquisou a tecnologia cerâmica dos povos Karajá e Bororo (povos Macro-Jê). A ênfase desses estudos foi o registro dos processos técnicos de produção desses artefatos, suas morfologias, usos, padrões de descarte e, também, dos processos de formação do registro arqueológico, todos demonstrando as possibilidades do uso da analogia etnográfica na compreensão dos contextos e materiais arqueológicos. Miller e Wüst ressaltaram a possibilidade que esses dados etnográficos ofereciam para a compreensão dos materiais arqueológicos dos ascendentes desses povos pertencentes aos troncos linguísticos Tupi e Macro-Jê, ou ainda, para elaborar analogias indiretas sobre a produção e uso de materiais líticos e cerâmicos arqueológicos⁴¹. É preciso dizer que naquele momento – ao contrário do que se observava para os povos Tupi – não havia a proposição de uma ‘arqueologia dos povos Macro-Jê’ e, apenas se delineava uma ‘arqueologia dos povos Jê meridionais’⁴². Por isso, considero esses trabalhos muito importantes tendo em vista que eles evidenciaram uma preocupação com a continuidade histórica desses povos, articulando um diálogo entre a arqueologia e a etnologia.

No que se refere à arqueologia Tupi, a década de 1970 foi muito importante sendo marcada pela divergência entre os modelos defendidos, de um lado, por Betty Meggers e Clifford Evans e, de outro, por Donald Lathrap para explicar o desenvolvimento das populações pré-coloniais, na Amazônia. Embora ambos partissem das premissas ecológicas inauguradas desde a publicação do *Handbook*, no modelo de Lathrap que vinha sendo elaborando

⁴¹ Segundo Politis (2015:53-54), os trabalhos de Anette Laming-Emperaire et al. (1978), Irmhild Wüst (1975, 1981/1982) e Tom Miller (1975, 1978, 1979) deveriam ser vistos como os precursores da etnoarqueologia no Brasil; tratarei disso no próximo capítulo.

⁴² Em realidade, ainda hoje uma ‘arqueologia dos povos (Macro)Jê’ não se concretizou, mas há esforços nessa direção. A ‘arqueologia dos povos Jê meridionais’, porém, é uma realidade, e cuja história remonta aos anos de 1960. Cabe lembrar que, naquela época, estavam sendo propostas e estudadas as tradições ceramistas arqueológicas Itararé, Casa de Pedra e Taquara, sendo que os seus materiais foram atribuídos aos povos Jê meridionais, dada a concomitância e/ou correspondência da localização geográfica desses materiais arqueológicos e dessas populações historicamente conhecidas. No entanto, ainda não se considerava de modo crítico e sistemático os dados produzidos pela etnologia e linguística a respeito dos povos Jê meridionais e, normalmente, incorporava-se apenas os dados etno-históricos nas reflexões sobre a origem desses materiais arqueológicos. Por algum tempo, inclusive, se defendeu que parte desses materiais poderia ter sua origem no processo de transformação de populações pré-ceramistas, do sul, em ceramistas (BAPTISTA da SILVA, 2001, p. 37-99; NOELLI, 1999, 1999/2000; SCHMITZ, 1968, 1988; SILVA; NOELLI; 2016).

desde os anos de 1960, e em contraposição ao de Meggers e Evans, a Amazônia oferecia condições para o desenvolvimento cultural e, em especial, nas áreas das planícies aluviais. Segundo ele, a Amazônia não era a periferia da história pré-colonial das populações indígenas sul-americanas, mas antes, era um lugar de inovação e difusão cultural como, por exemplo, de complexos cerâmicos e plantas cultivadas, e ele defendeu esta ideia em vários trabalhos, nos anos de 1970. Paralelamente a essas divergências, se desenvolveu o debate sobre a origem e a expansão dos povos Tupi. Lathrap relacionou esses povos à tradição Polícroma da Amazônia/sub-tradição Guarita, e propôs um modelo de expansão radial dos povos Tupi (proto-Tupi-Guarani), desde a Amazônia central, motivada pela pressão demográfica. Este modelo foi chamado de cardíaco tendo sido baseado nos dados arqueológicos até então disponíveis, bem como em informações da linguística histórica. Em contraposição à Lathrap, e também baseados nos dados arqueológicos e da linguística, Meggers e Evans propõem o centro de origem dos Tupi (fronteira Brasil/Bolívia, leste do rio Madeira) na área de maior concentração das famílias linguísticas do tronco Tupi, e atribuem às limitações ambientais, a migração desses povos, em direção ao sul, e depois para o norte (CORRÊA, 2014, p. 60-63; NEVES, 1999, 1999/2000; NOELLI, 1996a, 1998)⁴³.

Neste ínterim, em 1977, José Brochado publica o trabalho “*Alimentação na Floresta Tropical*” no qual ele se vale da analogia etnográfica para explicar a relação entre alimentação, morfologia e uso das cerâmicas arqueológicas Guarani e Tupinambá. Este trabalho exemplifica a transformação que estava se iniciando no modo de se tratar os conjuntos cerâmicos arqueológicos dos povos Tupi-Guarani e que se consolidaria, nas próximas décadas não apenas através de outros trabalhos de Brochado, mas também, através dos trabalhos de seus (ex)alunos e alunas, de colaboradora(e)s e de pesquisadora(e)s que foram influenciados pelas suas ideias. Em 1984, este pesquisador apresentou sua tese

⁴³ Detalhes sobre este debate – no que se refere, por exemplo: às proposições originais de Meggers e Evans e de Lathrap; às críticas aos dois modelos; à aplicabilidade e/ou revisão dos modelos a partir de novos dados arqueológicos; aos dados (linguísticos, arqueológicos e etnológicos) que subsidiaram tais modelos; aos princípios teórico-metodológicos que embasaram as proposições de relacionar dados linguísticos, arqueológicos, históricos e etnológicos para explicar a origem e a dispersão dos povos Tupi – podem ser encontrados em vários trabalhos sobre arqueologia amazônica, arqueologia e etnologia dos povos Tupi (p.ex. ALMEIDA; NEVES, 2015; CARNEIRO, 1995; CORRÊA, 2014, p. 109-128; FAUSTO, 1992; HECKENBERGER ET AL., 1998; MORAES; NEVES, 2012; NEVES, 1998, 2008, 2011; NOELLI, 2008a; ROOSEVELT, 1992; SILVA; NOELLI, 2017).

intitulada “*An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America*”, em consonância com as ideias de Donald Lathrap. Aliando dados etnográficos, históricos, arqueológicos e linguísticos ele apresenta um modelo explicativo para as causas e as rotas da dispersão de povos agricultores e ceramistas do leste da América do Sul. Ele inicia esta sua tese afirmando o compromisso da arqueologia com a construção da pré-história das populações indígenas históricas e atuais. Esta tese – conforme afirmei no primeiro capítulo – se tornou um divisor de águas na história da arqueologia brasileira e, especialmente, na história da ‘arqueologia dos povos Tupi’.

O debate sobre a origem e expansão dos povos Tupi e as proposições de Lathrap e Brochado sobre a importância da correlação de dados linguísticos, etnográficos, históricos e arqueológicos para se entender a trajetória histórica e cultural dessas populações inauguraram uma proposta alternativa às diretrizes que haviam sido colocadas pelo PRONAPA e pela missão franco-brasileira, para a prática e interpretação arqueológica, no país. Nesta proposta alternativa se buscava a relação entre os contextos e materiais arqueológicos e etnográficos dos povos Tupi e, por isso, se pode compreender a intensificação do uso de analogias etnográficas diretas, no âmbito da ‘arqueologia dos povos Tupi’, a partir dos anos de 1980.

Um dos temas de estudo na ‘arqueologia dos povos Tupi’ que utilizou sobremaneira da analogia etnográfica foi o da tecnologia (de produção e uso) das vasilhas cerâmicas arqueológicas. Nos anos de 1980, Brochado se dedicou à compilação de dados históricos sobre a funcionalidade das vasilhas entre os Tupinambá (p.ex. BROCHADO 1991; NOELLI e BROCHADO 1998), bem como ao estudo das vasilhas Guarani, em termos da cadeia operatória de produção, das morfologias e da funcionalidade, sendo que este estudo culminou no livro “*Cerâmica Guarani*”⁴⁴, em cooperação com Fernando La Salvia (BROCHADO; LA SALVIA, 1986; LA SALVIA; BROCHADO, 1989). Nele foram compilados dados arqueológicos, históricos e linguísticos, sendo apresentada uma taxonomia guarani para os tipos de cada classe de vasilhas. Este livro se constituiu em um verdadeiro manual, pois tratou da história da pesquisa

⁴⁴ Recentemente, foi editado um Dossiê na Revista *Habitus* que reúne uma série de artigos de pessoas que foram influenciadas pelas propostas teórico-metodológicas abordadas neste livro. O Dossiê pode ser visto como uma homenagem à J.J.P. Brochado e aos 30 anos de publicação deste seu manual, mostrando o quanto atuais são os seus ensinamentos sobre a cerâmica guarani; vide apresentação em Noelli et al. (2020).

sobre o tema e apresentou uma perspectiva teórico-metodológica para a análise deste tipo de cerâmica, além de mostrar o potencial do uso da analogia etnográfica na interpretação desses materiais. A partir dele foram desenvolvidos outros trabalhos que aperfeiçoaram tal proposta metodológica, sendo que esta acabou sendo utilizada não apenas para o entendimento dos conjuntos cerâmicos guaranis, mas também, de outros conjuntos artefatuais cerâmicos arqueológicos (p.ex. BROCHADO; MONTICELLI, 1994; BROCHADO et al., 1990). A partir desses trabalhos foi mostrado que, no caso dos povos Guarani, os tipos de vasilhas e seus acabamentos de superfície correspondem aos seus usos, que há classes de vasilhas específicas para determinados usos e que a construção do corpo das vasilhas ocorre a partir de uma correlação entre os diferentes atributos das mesmas (p.ex. diâmetro da boca, altura da vasilha), ou seja, foi possível evidenciar a reprodução de um estilo técnico das populações guaranis, no tempo.

No decorrer dos anos, pela influência das ideias de Brochado, se consolidou uma ‘arqueologia Guarani’, especialmente, no contexto da arqueologia do sul do Brasil, cujo objetivo é reconstruir as histórias das populações de língua guarani. No âmbito desta ‘arqueologia Guarani’ vários trabalhos vem sendo produzidos, respaldando, ou se utilizando de analogias etnográficas para tratar, por exemplo: de artefatos cerâmicos (p.ex. NOELLI; BROCHADO, 1998; NOELLI et al., 2018; MILHEIRA; SANTOS 2020; MONTICELLI 2007); de padrões e sistemas de assentamento e mobilidade (p.ex. DIAS; HOELTZ, 2011; NOELLI, 1993, 1997; PARELLADA, 2017; SCHNEIDER; MACHADO, 2020); de padrões de enterramento (p.ex. CRISTANTE, 2018; MONTARDO; NOELLI, 1996); de artefatos líticos (p.ex. DIAS; HOELTZ, 2011; MILHEIRA, 2011; NOELLI; DIAS, 1995; PARELLADA, 2017); de padrões de subsistência e captação de recursos (p.ex. NOELLI, 1993, 1997, 2019; MOTA, et al., 1996; PARELLADA, 2017); da arte gráfica (p.ex. PARELLADA, 2017; TOCHETTO, 1996); da organização social (p.ex. SOARES, 1997); das atividades de gênero (p.ex. LANDA, 1995); da territorialidade e do uso do espaço intra e inter-sítios (p.ex. DIAS; HOELTZ, 2011; MILHEIRA, 2014; MILHEIRA; SANTOS, 2020; SCHNEIDER; MACHADO, 2020; SILVA; NOELLI, 1996); apenas para citar alguns trabalhos⁴⁵.

⁴⁵ A arqueologia Guarani recebeu críticas de alguns autores que ressaltaram aspectos como, por exemplo: falta de contextualização e crítica das fontes históricas; produção de um Guarani genérico que desconsiderava

É importante ressaltar que a ‘arqueologia Tupinambá’ não se consolidou com a mesma intensidade que a ‘arqueologia Guarani’, porém há trabalhos nos quais se propõem relacionar e interpretar determinados contextos e materiais arqueológicos com as informações históricas sobre os Tupinambá (p.ex. ALMEIDA; GARCIA, 2008; ASSIS, 1996; BANDEIRA, 2015; BROCHADO, 1991; NOELLI; BROCHADO, 1998; BUARQUE, 2009; CORRÊA, 2009, 2020; CRISTANTE, 2018). No que se refere à ‘arqueologia dos povos Tupi’ e à ‘arqueologia dos povos Tupi-Guarani’, em termos mais amplos, também existem trabalhos que se utilizam da analogia etnográfica para interpretar os vestígios arqueológicos (p.ex. ALMEIDA, 2008, 2015; CORRÊA, 2014; GARCIA, 2017)⁴⁶.

A analogia etnográfica direta também foi sendo mais utilizada, no âmbito da arqueologia dos povos relacionados com o tronco linguístico Macro-Jê, a partir dos anos de 1980. Na região centro-oeste, Irmhild Wüst se dedicou à pesquisa etnoarqueológica e arqueológica para reconstruir a história pré-colonial e colonial de povos ceramistas na região, se valendo da analogia etnográfica – i.e. comparando dados arqueológicos, etnoarqueológicos, etnográficos e etno-históricos – para interpretar, por exemplo, sistemas e padrões de assentamento e conjuntos artefatuais cerâmicos arqueológicos que estariam relacionados com a

a particularidade das trajetórias históricas e culturais dos povos falantes desta língua; construção de uma visão essencialista de um Guarani a-histórico; comparações entre dados arqueológicos, históricos e etnográficos muito distantes no tempo e no espaço; desconsideração das perdas demográficas e das transformações sociais e culturais desses povos em decorrência do (des)encontro colonial; carência de uma prática etnográfica; desconsideração da auto-definição desses povos (p.ex. SOARES, 2003; EREMITES DE OLIVEIRA, 2007). Embora eu considere que os aspectos levantados nessas críticas sejam fundamentais, sendo que esses aspectos costumam ser elencados em todas as críticas que são feitas ao uso das analogias etnográficas, pelo mundo afora, eu discordo que a arqueologia Guarani esteja se desenvolvendo sem levar em consideração essa reflexão, e isso pode ser constatado na leitura de vários dos trabalhos que estão sendo produzidos no âmbito da mesma. Eles demonstram uma erudição e crítica das fontes por parte de muita(o)s de suas/seus autora(e)s, um tratamento comparativo dos dados históricos, etnográficos e arqueológicos, uma crítica interna, um diálogo com a realidade etnográfica e uma proposta implícita e/ou explícita de construir histórias regionais, locais e mais particularizadas sobre esses povos. Acima de tudo me parece que a maioria desses pesquisadores/as, influenciados/as pelos ensinamentos de Brochado, não têm negligenciado a busca pelo entendimento da complexidade da história das populações que ficaram conhecidas sob a designação ampla de Guarani. Obviamente, ainda carecemos de mais dados arqueológicos para fazermos comparações espaço-temporais dos materiais arqueológicos a fim de identificarmos as parcialidades dos povos designados ou falantes como/do Guarani. Além disso, necessitamos de um investimento maior na arqueologia do colonialismo e de um maior entrosamento entre arqueóloga(o)s e indígenas. No entanto, penso que a generalidade e o essencialismo têm sido menos uma proposta daquela(e)s arqueóloga(o)s que defendem uma arqueologia Guarani e mais daqueles/as que se utilizam de seus dados de um modo enviesado para deslegitimar, por exemplo, as reivindicações territoriais dessas populações, em diferentes regiões do Brasil meridional e central. Creio que são tais profissionais que merecem a crítica por estarem alienando os diferentes povos Guarani de sua própria história.

⁴⁶ Alguns desses trabalhos apresentam um levantamento de dados etnográficos e etno-históricos comparativos que podem ser utilizados, a partir de analogias, na interpretação dos registros arqueológicos.

história do povo Bororo, na bacia do rio Vermelho, no estado do Mato Grosso (p.ex. MUCCILLO; WÜST 1981/1982; WÜST, 1983, 1991). Em um trabalho realizado em parceria com Cristiana Barreto, ela também se utilizou da analogia etnográfica, desta vez, para elaborar hipóteses sobre o surgimento, configuração e desenvolvimento das aldeias circulares no Brasil central, especialmente, nos estados de Goiás e Mato Grosso (WÜST; BARRETO, 1999). Neste trabalho, Wüst e Barreto fazem uma crítica importante ao uso e entendimento da analogia etnográfica como uma mera projeção da realidade do presente, no passado. Elas mostram que, no seu caso de estudo, a analogia etnográfica serviu não apenas para tentar identificar e interpretar as semelhanças, mas também, as diferenças entre passado e presente. Ou seja, para constatar a variabilidade e as transformações na ocupação espacial, demografia, organização e complexidade social das populações indígenas, no Brasil central, ao longo do tempo. Irmhild Wüst já havia feito esta crítica em outro trabalho, apontando os desafios de se tentar compreender, a partir de um ponto de vista arqueológico e das analogias etnográficas, as relações de continuidade e descontinuidade entre povos historicamente e etnograficamente conhecidos, e aqueles que produziram os registros arqueológicos (WÜST, 1998).

Em consonância com essas propostas dos anos de 1980 e 1990, trabalhos recentes também têm buscado estabelecer um diálogo entre arqueologia, etno-história e etnologia para interpretar artefatos (p.ex. vasilhas cerâmicas, instrumentos líticos) e contextos arqueológicos associados aos povos falantes de línguas do tronco linguístico Macro-Jê e, especialmente, aos povos Jê setentrionais. Nesses trabalhos, são propostas analogias diretas e indiretas para correlacionar conjuntos cerâmicos arqueológicos (p.ex. Aratu-Sapucaí) aos povos Jê (Kayapó meridionais), explicar padrões de assentamento (p.ex. aldeias circulares) e mapear possíveis territórios, regionais e locais, de ocupação de populações Jê (p.ex. Krenakrore/Panará) (p.ex. MAGALHÃES 2019; RASTEIRO 2016).

No que se refere aos estudos arqueológicos relacionados aos povos Jê meridionais, o uso da analogia etnográfica também foi se tornando mais explícito e sistemático, a partir dos anos de 1990, e se pode destacar os trabalhos de Schmitz e Becker (1991), Lavina (1994) e Reis (1997). Schmitz e Becker, baseados em dados históricos buscaram tecer interpretações sobre

a demografia, o padrão de subsistência, as estratégias de captação de recursos, a territorialidade e mobilidade sazonal dos povos Jê meridionais, no período pré-colonial. Lavina, compilou dados etno-históricos e etnográficos sobre o povo Xoklém/Laklãnõ que, segundo ele, contribuíam para o entendimento dos registros arqueológicos relativos aos padrões de assentamento e subsistência, mobilidade e conjuntos artefatuais deste povo, nos períodos pré-colonial e histórico. Reis, por sua vez, compilou as informações históricas sobre as denominações atribuídas aos povos Jê, no sul do Brasil, bem como arrolou dados antropológicos e históricos sobre a sua ocupação territorial, mobilidade, sistema de assentamento, subsistência, tratamentos funerários, cosmologia, vida ritual e artefatos. A partir disso, elaborou uma reflexão crítica sobre o uso da analogia etnográfica para estabelecer a relação desses povos com determinados contextos arqueológicos que apresentavam estruturas subterrâneas, as quais ele se referiu como ‘buraco de bugre’, se apropriando de uma expressão popular.

Entre os anos de 1994-2004, alguns pesquisadores e pesquisadoras, dentre as quais me incluo, se reuniram para formar o Grupo de Trabalho (GT-ABA) “*Estudos interdisciplinares dos Jê do sul*”. Nós estávamos interessados em desenvolver uma abordagem interdisciplinar e ampliar a agenda de estudos sobre esses povos, sendo que este GT reuniu antropóloga(o)s, historiadora(e)s, arqueólogo(a)s, linguistas e outra(o)s especialistas. O nosso objetivo era o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares sobre temas relacionados aos povos Jê meridionais, a fim de superar a falta de diálogo que era evidente, no cenário acadêmico, entre essas nossas diferentes expertises. Desta iniciativa surgiram coletâneas nas quais foram apresentados diferentes dados sobre esses povos (NOELLI et al., 1998; MOTA et al., 2000; TOMMASINO et al., 2004). Ou seja, dados sobre conjuntos artefatuais cerâmicos, ocupação territorial e territorialidade, habitações, aspectos linguísticos, cosmologia e ritual, vida social, produção e manejo de recursos naturais, designações históricas, tradição oral, corpo e saúde. Do ponto de vista da arqueologia, este GT preconizava o desenvolvimento de uma ‘arqueologia dos povos Jê meridionais’, defendendo a relação histórica entre esses povos (Kaingang e Xoklém/Laklãnõ) e as populações que haviam produzido as evidências arqueológicas

designadas pelas tradições Taquara/Itararé/Casa de Pedra. Ao mesmo tempo, recomendava que tal arqueologia fosse conduzida a partir da perspectiva de uma história de longa duração dos povos Jê meridionais, e priorizando o diálogo interdisciplinar a fim de produzir uma reflexão abrangente sobre os processos históricos e culturais que teriam definido a trajetória – conjunta e particular – desses povos no passado, e até o presente. Assim, defendia o uso da analogia etnográfica direta para auxiliar na interpretação dos materiais e contextos arqueológicos atribuídos aos Jê meridionais (tradição Casa de Pedra/Itararé/Taquara) e, ao mesmo tempo, entendia que os dados produzidos por outras disciplinas poderiam constituir uma base para a (re)definição de temas de pesquisa arqueológica relevantes para esses povos, na atualidade (NOELLI, 1996b, 1999, 1999/2000; SILVA, 2000; SILVA; NOELLI, 1996, 2016). Depois de quase uma década de pesquisas e diálogos interdisciplinares, este GT se dissolveu, mas alguns de seus integrantes continuaram a produzir publicações concernentes com as suas propostas (P.EX. NOELLI; SOUZA 2017; SILVA; NOELLI 2016).

Em 2001, uma etnoarqueologia relacionada aos povos Jê meridionais foi proposta por Sérgio Baptista da Silva na sua tese intitulada “*Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang. Um Modelo Para a Compreensão das Sociedades Proto-Jê Meridionais*”⁴⁷ na qual se utilizou da analogia etnográfica para interpretar os grafismos observados nos conjuntos artefatuais cerâmicos arqueológicos (p.ex. tradições Itararé, Casa de Pedra e Taquara) e em contextos de

⁴⁷ Em trabalhos recentes, foram atualizadas e refinadas as proposições sobre a relação linguística entre os Jê meridionais e os demais povos Jê. Assim, foi proposto que o termo proto-Jê meridional designaria a língua original falada pelos Jê meridionais, desde a sua separação dos demais povos da família linguística Jê. Além disso, foi proposto que esta língua teria originado as línguas extintas Ingain e Kimdá (sub-grupo ocidental), e as línguas Xokleng, Kaingang e Kaingang Paulista (sub-grupo oriental), e que os Xokleng teriam se separado deste grupo ao redor de 1390 d.C. (D’ANGELIS 2008; JOLKESKY 2010). Também foi proposto que o termo proto-Kaingang deveria ser usado para se referir ao período anterior à formação das línguas Kaingang (e seus respectivos dialetos) (p.ex. D’Angelis 2008). Baptista da Silva (2001, p. 6-18), utilizou o termo proto-Jê meridional para designar os povos que antecederam, os historicamente conhecidos, Xokleng e Kaingang. Assim, ao usar o termo proto-Jê meridional ele estava se referindo “aos grupos populacionais com tradição tecnológica e cultural comum, mais ou menos homogênea, falantes de uma proto-língua Jê meridional” (BAPTISTA da SILVA 2001, p. 12). Ao mesmo tempo, ele usou os termos proto-Kaingang e proto-Xokleng para se referir “às sociedades indígenas Xokleng e Kaingang já plenamente constituídas e diferentes entre si a partir de um dado momento do período temporal anterior ao contato de seus membros com as populações de origem europeia” (idem p. 13). A meu ver este uso do termo proto-Jê meridional, no qual “o prefixo ‘proto’ sempre será empregado no sentido de primeiro, e sempre em relação a populações e não línguas” (BAPTISTA da SILVA, 2001, p.12) dificulta o diálogo entre a arqueologia e a linguística. Um diálogo que poderia favorecer um melhor entendimento sobre a trajetória histórica e cultural dessas populações indígenas, no sul do Brasil, que conforme mostram os estudos linguísticos – passíveis de serem testados pelos estudos arqueológicos (p.ex. SOUZA, 2011) – teriam estado ligadas em algum momento da sua história (proto-Jê meridional), e depois, seguido trajetórias distintas (proto-Kaingang, Kaingang, Xokleng).



Parakakūja Asurini, Murapi Asurini e eu, aldeia Kwatinema, T.I. Koatinemo, 1998
(Foto: acervo pessoal)

arte rupestre, na região sul do Brasil. Neste caso, para embasar a sua analogia, ele se utilizou dos seus dados etnoarqueológicos sobre os trançados Kaingang, bem como dos dados etnográficos e etnohistóricos sobre trançados, tecidos, pintura corporal, armas e outros objetos dos povos Kaingang e Xoklêng/Laklânõ (BAPTISTA da SILVA, 2001).

Anos mais tarde, foi organizado um seminário intitulado “*Arqueologia e Etnohistória. As Terras Altas do Sul do Brasil – Xoklêng 2860 a.C.*” que contou com a participação de arqueóloga(o)s do sul e sudeste e indígenas, para tratar dos resultados das pesquisas desenvolvidas sobre diferentes temas relativos à história dos povos Jê meridionais, na região sul (DEMASI, (org.), 2006). Foram apresentados trabalhos sobre padrão de assentamento e subsistência (p.ex. BEBER 2006; DEMASI, 2006; HEBERTS, 2006; LAVINA, 2006), artefatos cerâmicos (p.ex. BANDEIRA, 2006; SILVA, 2006), estruturas de habitação e uso do espaço intra-sítio (p.ex. SCHMITZ, 2006), distribuição geográfica de sítios arqueológicos com estruturas subterrâneas (p.ex. PANEK JR.; NOELLI, 2006), grafismos (p.ex. BAPTISTA da SILVA, 2006), indústrias líticas (DIAS, 2006). Nesses trabalhos, foram usados

dados etnográficos e etno-históricos para embasar as interpretações sobre os vestígios e contextos arqueológicos.

Em tempos recentes, uma destacada ‘arqueologia dos povos Jê meridionais’ está sendo desenvolvida em diferentes áreas, do sul e sudeste do Brasil, por diferentes equipes de pesquisadora(e)s, com variadas abordagens teórico-metodológicas (p.ex. CORTELETTI; DEBLASIS 2018, p. 134-138; SCHMITZ; ROGGE 2013; SILVA; AFONSO (orgs.), 2016). O elo comum dessas várias pesquisas é o pressuposto da relação histórica entre as populações que produziram os conjuntos artefatuais relativos às tradições arqueológicas Taquara/Itararé e os povos Jê meridionais. Os problemas de pesquisa dizem respeito aos sistemas e padrões de assentamento, às territorialidades, aos padrões de subsistência, às formas de organização social e política, às práticas funerárias, às construções e significações de paisagens. Esses problemas são tratados em escala local, territorial, regional e supra-regional.

Analogias históricas diretas são empregadas na busca pela interpretação de determinados contextos e materiais arqueológicos (p.ex. montículos funerários, estruturas anelares, acompanhamentos funerários, remanescentes humanos, painéis rupestres), possibilitando a elaboração de hipóteses sobre os significados (sócio-cosmológicos, políticos, territoriais) de estruturas, de materiais líticos e cerâmicos, da espacialidade nos sítios, das práticas funerárias, da implantação dos sítios nas paisagens, dos grafismos rupestres. Tais analogias são embasadas em dados linguísticos sobre a relação dos Jê meridionais com os povos Jê centrais e setentrionais e em dados históricos e etnográficos sobre os princípios ontológicos do dualismo Jê, as práticas funerárias, a mitologia, a arte gráfica, a morfologia social, a organização política e as antigas formas de habitação dos Jê meridionais (p.ex. BEBER, 2004; CORTELETTI; DEBLASIS, 2018; CORTELETTI ET AL., 2015; DEMASI, 2009; IRIARTE ET AL., 2013; PARELLADA, 2016; ROBSON, 2007, 2016; ROBINSON ET AL., 2017; SOUZA, 2012; SOUZA ET AL., 2016). Outras analogias diretas são propostas para tentar compreender os modos de produção e de manejo de recursos vegetais e, neste caso, os dados etnográficos e históricos são contrapostos aos dados arqueológicos (arqueobotânicos e paleoambientais) para identificar as recorrências e, também, as possíveis transformações, no tempo, nos padrões de subsistência dessas populações e nos

ambientes por elas ocupados (p.ex. expansão das matas de araucária). Essas analogias são baseadas em dados etno-históricos e etnográficos sobre a diversidade de recursos consumidos pelos povos Kaingang e Xoklég/Laklãnõ (p.ex. CORTELETTI et al., 2015)⁴⁸.

Analogias etnográficas diretas também foram empregadas em trabalhos que conciliaram a pesquisa etnoarqueológica e arqueológica sobre povos Tukano, Arawak, Karib e Guató; apenas para citar alguns exemplos. Eduardo Neves (1998, 1999) combinando dados linguísticos, históricos, etnográficos e arqueológicos (Arawak/Tukano) buscou compreender a história da ocupação territorial e o sistema regional de integração (redes de trocas) das populações indígenas no alto rio Negro, desde o período pré-colonial. Ele se utilizou, por exemplo, de dados da tradição oral, para investigar um dos sítios arqueológicos que estaria relacionado com a ocupação ancestral dos Tariana, na região do médio Uaupés. Michael Heckenberger (1996, 2001) se utilizando de dados etnoarqueológicos e etnográficos interpretou contextos arqueológicos (Karib/Arawak), no alto Xingu, evidenciando que o sistema multiétnico xinguno é pré-colonial. Ele também mostrou que as tecnologias de subsistência, os conjuntos artefatuais cerâmicos e a configuração das casas e das aldeias tem raízes profundas no tempo. Além disso, correlacionando as histórias indígenas e a arqueologia ele conseguiu identificar

⁴⁸ Em consonância com a proposição de Baptista da Silva, em alguns dos trabalhos citados aparece o termo proto-Jê meridional para designar populações relacionadas com as evidências arqueológicas Taquara/Itararé (p.ex. CORTELETTI et al., 2015, p. 49; IRIARTE et al., 2013, p. 75; ROBINSON et al., 2017, p. 2, 4; SOUZA et al., 2016, p. 197). Este termo é utilizado para evidenciar a relação entre essas populações arqueológicas identificadas nas terras altas do sul do Brasil e as populações historicamente conhecidas como Jê meridionais, ou seja, “para enfatizar a continuidade histórica desses grupos nas terras altas do sul do Brasil desde pelo menos o primeiro milênio A.D. até o presente” e também, para não tentar “conectar o registro arqueológico do Holoceno Tardio a qualquer grupo particular Jê meridional historicamente definido tal como Kaingang e Xoklég” (IRIARTE et al. 2013, p. 49). Reiterando o comentário que fiz na nota anterior e observando as proposições de analogia direta que aparecem nesses trabalhos, penso que o uso do termo proto-Jê meridional, em dissonância com a conotação dada pela linguística, não deixa claro o modo como essa(s) arqueóloga(o)s entendem a continuidade histórica entre aqueles que produziram os registros denominados como Taquara/Itararé e os povos Jê meridionais. Além disso, como argumentei em outro texto não faz sentido tratar todas as evidências arqueológicas relacionadas aos Jê meridionais, de modo atemporal, como proto-Jê meridional, pois não se pode esquecer que apenas uma parte dessas evidências foi produzida pelas ‘proto’ populações Jê meridionais, sendo há uma história Kaingang e Xoklég pré-colonial a ser investigada pela arqueologia. Afinal, considerando as proposições da linguística, a história desses povos não começou a partir do século XVI (SILVA; NOELLI 2016, p. 8-9, 12-13). Talvez, quando tivermos um corpo mais robusto de datações, de levantamentos de sítios arqueológicos, de contextos escavados e de evidências artefatuais entendidas na sua variabilidade (inter-conjuntos) e variação (intra-conjuntos) e uma autoarqueologia Kaingáng e Xoklég/Laklãnõ mais abundante de trabalhos possamos então falar de uma arqueologia dos proto-Jê meridional, dos proto-Kaingang, dos Kaingang e dos Xoklég/Laklãnõ (p.ex. ALMEIDA, 2021; SOUZA, 2011 e NOELLI; SOUZA 2017).

antigos assentamentos. Em outro texto, ele sugeriu que nos *layouts* dos assentamentos arqueológicos (localização, praças centrais, áreas residenciais, casas, caminhos, roças) estão reproduzidos os princípios estruturais da organização espacial xinguana que, por sua vez, está relacionada com as noções de genealogia, hierarquia social e ancestralidade (HECKENBERGER, 2007). Eduardo Bespalez (2014) no decorrer da sua pesquisa etnoarqueológica e arqueológica sobre a história de ocupação da T.I. Lalima (Arawak/Guaikuru/Guarani) se utilizou da analogia etnográfica para interpretar a possível filiação cultural dos conjuntos cerâmicos arqueológicos. Jorge Eremites de Oliveira (1994, 1996, 2020) se utilizou de dados históricos, etnográficos e etnoarqueológicos (Guató) para entender a gênese dos sítios de aterros, no Pantanal, bem como para interpretar as estruturas e materiais arqueológicos encontrados nesses sítios.

O uso de analogias indiretas também vem ocorrendo em trabalhos recentes da arqueologia brasileira como, por exemplo, para explicar processos de produção e uso de artefatos cerâmicos e líticos, sendo que nesses trabalhos se utiliza da arqueologia experimental (p.ex. GARDIMAN et al., 2016; MORAES et al., 2014; PANACHUK, 2016), para identificar estratégias de exploração de recursos (p.ex. WAGNER et al., 2020), ou ainda, para interpretar a iconografia de materiais cerâmicos.

No caso específico da iconografia, destaco os trabalhos de Anna Roosevelt e Denise Schaan sobre a iconografia da cerâmica marajoara. Roosevelt (1991, p. 76-97, 1992), ao propor uma interpretação da iconografia na cerâmica Marajoara se utilizou da analogia indireta, considerando dados históricos e etnográficos sobre as artes cerâmicas de povos amazônicos, pois para ela havia um compartilhamento e continuidade, no tempo, de imagens e conceitos entre as populações pré-coloniais e as atuais. Assim, por exemplo, ela viu semelhança entre os motivos geométricos da cerâmica marajoara e aqueles da cerâmica Shipibo-Conibo, propondo que os significados desses motivos poderiam ser também semelhantes, ou seja, relacionados com o simbolismo animal. Schaan (1997, 2003), por sua vez, analisou a iconografia da cerâmica Marajoara inspirada por trabalhos antropológicos de viés estruturalista, a respeito das artes indígenas amazônicas, sendo que buscou identificar unidades mínimas de significação nos motivos



Na aldeia Cateté-Xikrin, T.I. Kayapó-Xikrin do Cateté, 1997 (Foto: acervo pessoal)

iconográficos desta cerâmica e, a partir disso, desenvolveu uma proposta de interpretação. Ela propôs que um determinado motivo que aparece na cerâmica marajoara (p.ex. lagarto antropomorfizado) poderia ter tido a mesma importância estrutural nesta iconografia que os motivos *tayngava* e *taangap* possuem nas iconografias dos povos Asurini do Xingu e Kaiabi, respectivamente. Além disso, ela também procurou explicar a recorrência da serpente na iconografia marajoara e, especialmente, nos artefatos femininos, tomando como referência os significados atribuídos a esses seres nas mitologias de povos amazônicos. Para ambas as arqueólogas, a iconografia na cerâmica marajoara estaria relacionada ao repertório mítico e às práticas xamânicas das populações amazônicas pré-coloniais, bem como aos seus preceitos de gênero, de fertilidade e de reprodução social. Ela também seria a representação das noções de poder e prestígio social dessas populações, índice da sua complexidade social.

Cabe destacar que nos últimos anos, os estudos iconográficos sobre os materiais arqueológicos amazônicos têm mostrado um novo fôlego interpretativo. Vários trabalhos têm sido produzidos no sentido de buscar interpretar a iconografia presente em diferentes conjuntos cerâmicos

(p.ex. tapajônico/santarém, konduri, marajoara, tradição polícroma da Amazônia) a partir de uma perspectiva comparativa e dialógica com os dados produzidos pela etnologia amazônica (p.ex. sobre as artes indígenas) no que tange a determinados temas de importância para a arqueologia dos sistemas simbólicos (p.ex. xamanismo, corporalidade, ritual, cosmologia). As evidências arqueológicas (p.ex. vasilhas e urnas cerâmicas, estatuetas, apliques), também são tratadas a partir de uma perspectiva comparativa (p.ex. ALVES, 2020; BARRETO, 2010, 2014; GOMES, 2012, 2016; OLIVEIRA, 2020; OLIVEIRA et al., 2020; E. SILVA, 2020). Esses trabalhos, a meu ver, se enquadram dentro de uma tendência que vem se consolidando na disciplina, de pessoas que estão buscando se desvencilhar do estigma atribuído – especialmente pelo processualismo – à analogia etnográfica que sempre foi e continua sendo criticada, no âmbito dos estudos das evidências estéticas e simbólicas. São trabalhos que se utilizam de analogias comparativas (STAHL, 1993) e que se afastam das analogias indiretas simples que costumavam ser propostas neste campo de estudo, com comparações vis-à-vis entre a realidade etnográfica e a arqueológica. Na maioria desses trabalhos observa-se, principalmente, a apropriação e a aplicação de teorias e conceitos (p.ex. agência, perspectivismo ameríndio, predação) de uso comum na antropologia, para embasar o diálogo entre os dados etnográficos e os arqueológicos, e isso também é uma tendência da arqueologia dos sistemas simbólicos, em outros lugares do mundo.

É importante ressaltar que vários trabalhos de compilação e organização de dados históricos e etnográficos foram sendo produzidos, no âmbito das pesquisas arqueológicas, nessas últimas décadas. Tais trabalhos contribuíram na proposição de analogias etnográficas (diretas e indiretas) para a interpretação de diferentes contextos e materiais arqueológicos como, por exemplo: instrumentos líticos (p.ex. NOELLI; DIAS, 1995; ROCHA, 2011; SOUZA, 2012); conjuntos artefatuais cerâmicos (p.ex. NOELLI et al., 2018); estruturas de habitação (p.ex. VEIGA, 2016); práticas funerárias (p.ex. PY-DANIEL, 2015; VEIGA, 2016); recursos alimentares (p.ex. LANDA; NOELLI, 1997; NOELLI, 2019). Além disso, também foram desenvolvidas propostas de estudos de coleções etnográficas com vistas a contribuir na interpretação dos materiais arqueológicos e entender os processos de transformação cultural das populações indígenas, ao longo

do tempo (p.ex. BUENO, 2003, 2011; CORRÊA 2014; COSTA; LIMA, 2016; GASPAS, 2019; GASPAS; RODRIGUES, 2020; PARELLADA, 2017; ROBHRAN, 1997; SILVA, 2007).

Para finalizar, gostaria de ressaltar que, a meu ver, a retomada e intensificação no uso das analogias etnográficas diretas que se iniciou a partir dos anos de 1980 precisa ser entendida no âmbito da diversificação teórica na arqueologia brasileira, ou seja, em termos da influência do processualismo e do pós-processualismo, na prática da(o)s arqueóloga(o)s, desde aquele momento. Ou ainda, como uma decorrência da retomada de um diálogo interdisciplinar, e pela convergência de interesses da arqueologia, da etnologia e da história indígena – como já mencionei anteriormente. Cabe lembrar, também, que nos anos de 1980 foi iniciado o processo de redemocratização do país, o que permitiu o refortalecimento dos movimentos sociais, dentre os quais, do movimento indígena⁴⁹, sendo que esses povos passaram a reivindicar de modo ainda mais intenso o seu pertencimento a determinados territórios e o reconhecimento de seus patrimônios culturais. Talvez, este seja o aspecto mais importantes a ser considerado quando se quer compreender esta intensificação no uso da analogia etnográfica na arqueologia e, especialmente, das analogias diretas.

Refletindo sobre o uso da analogia etnográfica na arqueologia brasileira

Através desta síntese, que trata de uma mostra do imenso universo de trabalhos da arqueologia brasileira, se pode perceber que o uso das analogias etnográficas sempre é mais frequente quando a arqueologia e a etnologia estão em diálogo e, também, quando a arqueologia está mais interessada em tratar das histórias indígenas. Ao mesmo tempo, é possível perceber que o sentido que é dado à comparação entre as populações indígenas do passado e do presente, e a intenção de estabelecer continuidades históricas entre elas, sempre está em consonância com o contexto científico, histórico e social em que se desenvolve a arqueologia.

⁴⁹ A Constituição Federal de 1988 garantiu juridicamente aos indígenas, pela primeira vez na história do Brasil, a cidadania, o reconhecimento da diferença e a garantia e proteção das suas terras. Além disso, a partir dela se iniciou um processo de inversão no rumo da política estatal indigenista assimilacionista e tutelar que sempre caracterizou os governos republicanos no Brasil; sobre o indigenismo de Estado, pós-1910, vide Souza Lima (1992).

Apesar das questões e problemas que estão subjacentes ao uso das analogias etnográficas (p.ex. a natureza das fontes históricas; as transformações sociais e culturais das populações indígenas ao longo do tempo e, especialmente, devido ao (des)encontro colonial; os processos de etnogênese no passado; a diversidade social e cultural das populações indígenas no presente etnográfico; a eventual precariedade de dados arqueológicos; a possível falta de indicadores robustos sobre a continuidade histórica entre populações indígenas do passado e do presente; a auto-definição dos povos indígenas e suas concepções sobre o passado) penso que não podemos simplesmente abrir mão desta ferramenta epistemológica, com o risco de estarmos “jogando fora o bebê com a água do banho”. Afinal, não se pode descartar a possibilidade de que existe uma continuidade histórica entre populações indígenas do passado e do presente e que esta pode ser observada na cultura material.

Lembrando da crítica que foi feita à arqueologia Guarani (p.ex. EREMITES DE OLIVEIRA, 2007; SOARES, 2003), de fato, os rótulos que nós atribuímos aos povos indígenas, seja em termos linguísticos, antropológicos, históricos ou arqueológicos não necessariamente explicam ou definem quem eles são e, certamente, muitos desses rótulos não são reconhecidos por esses povos. Ao mesmo tempo, as relações que nós estabelecemos entre os povos do passado e do presente, a partir desses rótulos, não explicam, por si só, a trajetória histórica e cultural dos mesmos. No entanto, entendo que esses rótulos podem ser ferramentas importantes para se buscar estabelecer as primeiras aproximações entre as realidades etnográfica e arqueológica, mas obviamente, isso precisa ser debatido com os intelectuais indígenas.

Eu concordo com as ideias de que “a etnologia pode fornecer um olhar crítico às interpretações históricas e arqueológicas”, mas que para isso “deve-se explorar um plano de continuidades entre passado e presente que nem sempre é evidente” (FAUSTO, 2000, p. 9); que a arqueologia pode colocar “o presente etnográfico em uma perspectiva histórica” e, neste caso, deixando de “apenas testar hipóteses da Etnologia (para) apresentar diferentes possibilidades para o entendimento da configuração etnográfica” (NEVES, 1999, p. 328); e que uma “ênfase excessiva na distância entre as sociedades contemporâneas e antigas”, tem profundas implicações teóricas e ideológicas, “sobretudo em um momento em que os povos nativos vêm utilizando sua ligação histórica

com o passado para justificar sua presença na cena política mundial, e assim, assegurar seu futuro” (VIVEIROS de CASTRO 2002, p. 340-341).

Penso que somente investindo nesta relação/comparação entre passado e presente é que se pode entender as escolhas que as populações indígenas fizeram ao longo das suas histórias para continuar vivendo à sua maneira no mundo contemporâneo. Além disso, não me parece razoável que todos os povos indígenas tenham se transformado radicalmente por causa do contato, ou antes, tenham sido vítimas inertes das contingências históricas e do colonialismo. Negar as analogias entre o passado e o presente é, a meu ver, negar que os povos indígenas são agentes históricos e que as suas histórias são, também, histórias de resiliência e resistência.

Nesses últimos anos, o diálogo entre a arqueologia e a etnologia, no Brasil, tem sido mais consistente, sendo promovido por ambas as disciplinas. A produção científica da arqueologia brasileira também tem mostrado uma efervescência teórica como nunca antes vista, e que em nada se diferencia daquela que existe em outros países, vistos como dominantes em termos do debate teórico, na disciplina. Além disso, ela voltou a se internacionalizar e tem contribuído no debate de diferentes temas: antropoceno, processos de formação do registro arqueológico, monumentalidade, colonialismo, povoamento das Américas, decolonialidade e conhecimento arqueológico; apenas para citar alguns. Importante, no entanto, para a discussão que levei a cabo neste capítulo é referendar o crescente interesse e a participação de indígenas pela/na disciplina, e os efeitos disso na proposição de analogias etnográficas. Cada vez mais, a arqueologia tem se engajado nas pautas relativas à auto-determinação e soberania territorial dos povos indígenas tendo em vista que eles são constantemente ameaçados por projetos econômicos desenvolvimentistas e políticas assimilacionistas do Estado brasileiro. Neste ínterim, arqueóloga(o)s indígenas e não-indígenas e povos indígenas têm buscado estabelecer relações entre o passado arqueológico e o presente etnográfico. Assim, em vários trabalhos, as analogias etnográficas têm sido preconizadas em consonância com uma visão de arqueologia como história indígena de longa duração (p.ex. KATER; LOPES, 2021).

Considerações finais

Julian Thomas (2004) em seu livro “*Archaeology and Modernity*” procurou mostrar as diferenças no uso da analogia etnográfica entre processualistas e pós-processualistas. Segundo ele, a apropriação dos dados etnográficos no processualismo se deu a partir do princípio do uniformitarismo e de uma ênfase na ideia de similaridade entre passado e presente. Ao mesmo tempo, ele enfatizou a dicotomia entre, de um lado, a realidade arqueológica, e de outro, a realidade etnográfica, sendo que esta última deveria servir exclusivamente para ancorar as hipóteses e interpretações sobre a primeira. No que se refere ao pós-processualismo, ele diz que este se valeu das analogias etnográficas a partir de um contra-argumento uniformitarista e a partir da tríade comparativa entre realidade arqueológica, realidade etnográfica e realidade ocidental. Assim, a ênfase seria apontar as diferenças entre essas realidades e, especialmente, tratar de modo mais explícito as diferenças entre a realidade ocidental e as realidades arqueológicas e etnográficas. Neste sentido, as analogias etnográficas não serviriam como uma ferramenta geradora de explicações generalizantes sobre o passado, mas antes, serviriam como uma provocação, um alerta para arqueóloga(o)s da diversidade da experiência humana no passado e no presente.

Como vimos, o debate sobre a analogia etnográfica é de longa data na disciplina e, em última instância, trata da pertinência e/ou valor epistêmico e científico do raciocínio analógico, e do tipo de analogia mais adequado para a explanação arqueológica. Em seus trabalhos sobre filosofia da ciência e arqueologia, Alison Wylie (1982, 1985, 1988) tem mostrado a evolução deste debate e o quanto a analogia tem sido vista com desconfiança por diferentes pesquisadora(e)s, de tempos em tempos. Porém, ela também mostra que apesar disso a inferência analógica tem embasado inúmeras interpretações arqueológicas, inclusive, a de pesquisadora(e)s que criticam o seu uso. Segundo ela, a ideia de que inferências analógicas são radicalmente falhas é um equívoco, pois existem estratégias metodológicas que podem fortalecê-las e contribuir para eliminar o que ela chamou de ‘falsa analogia’. Ela, inclusive, define diferentes tipos de analogias: 1) analogia simples ou formal que é aquela que define uma avaliação vis-à-vis (ponto a ponto) das semelhanças entre as propriedades da

fonte (etnográfica) e o objeto (arqueológico) de análise (WYLIE, 1985, p. 94); 2) analogia relacional que é aquela que assume um conhecimento a respeito dos ‘princípios de conexão` subjacentes e estruturantes da fonte (etnográfica) e do objeto (arqueológico) e que assegura, a partir disso, a existência de outras semelhanças específicas entre ambos (WYLIE, 1985, 95). Para esta autora a inferência analógica não se reduz à simples transmutação do não conhecido em conhecido, mas sim, se traduz em possibilidade – sempre passível de crítica, teste e refutação – de discriminar as semelhanças e diferenças entre o passado e o presente que de outra forma seriam inacessíveis à arqueologia.

Alguns arqueólogos veem as analogias etnográficas como uma ferramenta epistemológica que remete à carência de conhecimento arqueológico, sendo que eles acreditam que com o crescente desenvolvimento das metodologias e técnicas arqueológicas, os materiais e contextos arqueológicos, ou antes, a realidade arqueológica se tornará cada vez mais diversa e acessível para nós, extrapolando as possibilidades de qualquer analogia etnográfica. Além disso, sugerem que se invista mais na construção e/ou apropriação de modelos teóricos – antropológicos e etnoarqueológicos – sobre as formas de apreensão da materialidade pelas diferentes populações humanas, com o intuito de interpretar a realidade arqueológica (p.ex. PAGETER 2016a, 2016b; RAVN 2011; ROSCOE 2009).

Para Alison Wylie, mesmo se/quando isto acontecer, nós certamente nunca poderemos chegar a uma única ou absoluta explicação teórica sobre a realidade arqueológica. Sem dúvida, a interpretação arqueológica é e sempre será um devir, um fluxo permanente de ideias, com ou sem o desenvolvimento de técnicas, metodologias e modelos teóricos, com ou sem o uso da analogia etnográfica.

Etnoarqueologia

“O objetivo da investigação em etnoarqueologia é, evidentemente, procurar definir as variáveis que condicionam a formação do registro arqueológico” (Lewis R. Binford 1991, p. 34).

A ANTROPOLOGIA ADENTROU O SÉCULO XX EMPENHADA EM AFIRMAR OS PARÂMETROS, as técnicas e a importância do trabalho de campo etnográfico e, nos anos que se seguiram, um indivíduo iria se destacar nesta empreitada: Bronislaw Malinowski. Este antropólogo polonês, treinado como etnógrafo no âmbito da Escola de Cambridge ficou conhecido, na história da antropologia, como uma referência na consolidação da prática etnográfica, na sua acepção moderna, enquanto o instrumento fundamental para a construção do conhecimento antropológico. Ele iniciou suas pesquisas de campo no contexto da Primeira Guerra Mundial e, entre os anos de 1915 e 1918, permaneceu nas ilhas Trobriand, na costa oriental da Nova Guiné, realizando o trabalho que se tornaria emblemático em sua carreira, e que lhe rendeu várias publicações. Dentre elas, a obra *“Argonauts of the Western Pacific. An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea”* (1922), na qual ele explicitou a sua preocupação com o método etnográfico, defendendo a objetividade da observação e o detalhamento da descrição dos modos de vida das populações nativas. Na introdução desta

publicação, Malinowski explicitou os princípios do que viria a ser definido na antropologia como ‘observação-participante’, um modo de se entender a prática etnográfica que influenciaria, por décadas, vários outros antropólogos e antropólogas em suas pesquisas. Ou seja, ele definiu o que considerava serem os aspectos fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho de campo etnográfico: ir para o campo com problemas/questões científicas a serem investigadas; permanecer um tempo no lugar e conviver com a população ‘nativa’; observar a cultura ‘nativa’ na sua totalidade, ou ainda, investigar como diferentes aspectos da cultura fazem parte desta totalidade, atentando para as diferentes camadas da realidade etnográfica; procurar se apropriar da língua ‘nativa’, de suas narrativas, palavras características; adotar determinadas estratégias de observação e descrição (p.ex. confrontar o que os ‘nativos’ dizem sobre determinadas coisas e o que eles efetivamente fazem, usar um diário de campo, usar métodos estatísticos de documentação, realizar o registro fotográfico dos fatos observados). Para Malinowski, o objetivo final da pesquisa etnográfica seria o de “apreender o ponto de vista dos nativos”, em termos do seu relacionamento com a vida, a “sua visão de seu mundo” (CLIFFORD 1998, p. 26-30; KUPER, 1978, p. 11-50; MALINOWSKI, 1984, p. 17-34; STOCKING, 1983, p. 70-120).

Ainda no contexto da antropologia britânica, dos inícios do século XX, é preciso citar Alfred Reginald Radcliffe-Brown que também foi treinado como etnógrafo no âmbito da Escola de Cambridge¹, e produziu os trabalhos intitulados “*Andaman Islanders*” (1922), resultante da sua pesquisa de campo, entre os anos de 1906 e 1908, nas ilhas Andaman, situadas no Golfo de Bengala, no Oceano Índico e “*The Social Organization of Australian Tribes*” (1931), a partir de sua pesquisa de campo, entre os anos de 1910 e 1912, com os aborígenes australianos. Radcliffe-Brown, diferentemente de Malinowski, era pouco inclinado ao trabalho de campo, privilegiando a articulação dos dados etnográficos com abstrações teóricas, sendo menos descritivista, e mais analítico e conclusivo, em termos dos fenômenos sociais

¹ Como já foi mencionado no capítulo anterior, Malinowski e Radcliffe-Brown fizeram parte da primeira geração de antropólogos britânicos treinados profissionalmente na prática de pesquisa de campo, no chamado ‘estudo intensivo’, tendo como seus mentores os antropólogos Seligman e Rivers (KUPER, 1978, p. 18-24).

observados². No entanto, o seu texto, embora não detalhado em termos metodológicos e da experiência de campo em si, também permitia vislumbrar a imagem de indistinção do antropólogo(a)-etnógrafa(o), e uma preocupação com o rigor descritivo dos fenômenos observados (CLIFFORD, 1998, p. 27-30; KUPER, 1978, p. 51-86).

Malinowski e Radcliffe-Brown, são tidos como os antropólogos que fizeram emergir a chamada antropologia social britânica que ficou conhecida como escola estrutural-funcionalista britânica, sendo considerados os responsáveis pela consolidação de uma ‘nova etnografia’, a partir dos anos de 1920. Cabe dizer, no entanto, que apesar do destaque que os manuais de antropologia costumam dar a esses antropólogos britânicos no que se refere à consolidação da prática etnográfica, no início do século XX, é preciso ter em conta que várias mulheres antropólogas – britânicas e de outras nacionalidades – também estavam realizando pesquisas de campo em diferentes lugares, contribuindo para a definição desta ‘nova etnografia’ (p.ex. BANK, 2016; BEHAR; GORDON (eds.), 1995; BLAIR, 2008; KUBICA, 2020; PAREZO (ed.), 1993).

Os cânones desta ‘nova etnografia’ podem ser vistos em diferentes monografias – ditas ‘clássicas’ – de antropólogos que foram treinados ou influenciados pela(o)s precursora(e)s desta antropologia social britânica. Por exemplo, nas monografias de Edward Evans-Pritchard “*Witchcraft, Oracles and Magic Among the Azande*, 1937 e *The Nuer: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People*”, 1940³; de Raymond William Firth “*We, the Tikopia: A Sociological Study of*

² Quando ele retornou para a Europa em 1908, a fim de elaborar sua tese sobre os ilhéus de Andaman, ele se aproximou da sociologia de Durkheim. Este fato foi fundamental no desenvolvimento da sua antropologia social que entendia as sociedades de modo sistêmico, como organismos, e enfatizava uma perspectiva de análise sincrônica dos fenômenos sociais, bem como defendia que o antropólogo-etnógrafo poderia compreender o todo cultural através do estudo de aspectos específicos – p.ex. a estrutura e a organização social. Para alguns autores, esta influência funcionalista durkheimiana se manifesta no seu interesse em compreender, em termos de uma sociologia comparada, o ‘processo social’, a ‘forma da vida social’, a ‘função social’ das instituições, a classificação tipológica dos ‘sistemas sociais’ (p.ex. KUPER, 1978, p. 51-86; STOCKING JR., 1995, p. 298-352).

³ Para Peirano (1995: 42-47), esses trabalhos de Evans-Pritchard – aluno de Malinowski e colaborador de Radcliffe-Brown na antropologia africanista – trazem as concepções deste autor de que a(o) antropólogo(a) é um(a) tradutor(a), a antropologia é comparativa, e o texto etnográfico resulta da adequação de uma reflexão teórica universalista, com fatos etnográficos novos, sensibilidade e aprendizado. Para a autora, essas concepções já evidenciavam a tese de que “a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticava quando desafia os conceitos estabelecidos pelo senso comum no confronto entre a teoria que o pesquisador leva para o campo e a observação entre os nativos que estuda” (idem 43).

Kinship in Primitive Polynesia”, 1936⁴; de Edmund Ronald Leach “*Political Systems of Highland Burma*”, 1954⁵. Tais trabalhos evidenciam o que era entendido naquele período como uma etnografia científica e eficiente baseada na perspectiva da observação-participante, pois elas mostram a presença etnográfica do autor e a evidenciação dos dados etnográficos. Além disso, através da observação e análise de um tema específico, elas buscavam trazer uma reflexão do todo cultural (CLIFFORD, 1998, p. 28-33; KUPER, 1978, p. 11-119, 169-196; STOCKING JR., 1995, p. 233-366).

Do outrolado do Atlântico, Margareth Mead e Ruth Benedict, herdeiras de Franz Boas, também produziram monografias clássicas como, por exemplo, “*Coming Age in Samoa*”, 1928 e “*Sex and Temperament in Three Primitive Societies*”, 1935; “*Patterns of Culture*”, 1934 e “*Chrysanthemum and the Sword: Patterns of Japanese Culture*” (1946). Elas conduziram estes seus trabalhos em diálogo com a teoria da aprendizagem, psicologia (Gestalt) e psicanálise, sendo que elas são nomes proeminentes da chamada Escola de Cultura e Personalidade⁶. É importante dizer que essas antropólogas usaram alguns métodos pouco convencionais, à época, nas suas pesquisas e, inclusive, foram criticadas por isso. Ruth Benedict escreveu o seu trabalho sobre o Japão sem a realização de uma pesquisa de campo etnográfica, propriamente dita. Ela se utilizou de dados secundários, ou seja, ouviu informantes que haviam vivido no Japão e japoneses que estavam vivendo na América, bem como consultou e analisou acervos imagéticos e documentos. Margareth Mead, por sua vez, fez pesquisas etnográficas, mas segundo seus

⁴ Segundo Lanna (1998, p. 21-71), Firth foi o mais fiel dentre os discípulos de Malinowski, mas sem ser submisso, pois buscava em seus trabalhos preencher as lacunas do trabalho do mestre. Ele também defende o trabalho de Firth como inovador tendo em vista que ele traz uma reflexão sobre a presença e posição da(o) antropóloga(o) no campo e, também, evidencia o lugar de onde a(o) antropóloga(o) faz as suas interpretações.

⁵ Embora esta monografia tenha sido publicada na década de 1950, a coleta dos dados se deu entre o ano de 1939 e o final da Segunda Guerra. A pesquisa de campo etnográfica foi realizada de um modo considerado não convencional para a época, pois Leach coletou seus dados enquanto transitava pelos territórios kachin, assam e yunnan – na Birmânia, atual Myanmar – como membro do exército britânico. Além disso, suas argumentações levaram em conta dados históricos e a sua própria memória, tendo em vista que ele se desfez de grande parte de suas anotações de campo, por motivos de segurança, quando estava por detrás das linhas inimigas. Ele foi orientando de Raymond Firth, mas participou das aulas ministradas por Malinowski, e em seus trabalhos foi um crítico contundente das proposições teóricas da época, especialmente, das de Radcliffe-Brown e de seus colaboradores (PEIRANO, 2014; SIGAUT, 1996).

⁶ Esta escola tinha como pressuposto que toda cultura é única e apresenta sua própria personalidade, sendo que todas as pessoas que crescem em uma determinada cultura apresentam determinados traços comuns de personalidade. Ou seja, que determinados traços da personalidade das pessoas são determinados pela configuração cultural na qual elas são enculturadas (HARRIS, 1988, p. 340-401).

críticos, ouvindo poucos informantes. Ela se utilizou do registro de histórias de vida, estudou os modos de aprender e utilizar a linguagem, fez pesquisa documental e de acervos imagéticos, bem como produziu filmes e fotografias⁷ (BENNET; NAGAI, 1953; GEERTZ, 1989; HARRIS, 1988, p. 340-401).

No âmbito da antropologia francesa, Marcel Mauss – embora não tenha sido um antropólogo de campo – defendia a etnografia como a observação e descrição intensiva da realidade etnográfica, como se depreende da leitura de seu “*Manuel d’Ethnographie*” (1947). Porém, este autor não faz uma defesa da preeminência da observação-participante individual, mas sim, incentiva o trabalho em equipe e o caráter documental da pesquisa de campo – uma peculiaridade da etnografia francesa em contraposição ao modelo anglo-americano. Este último aspecto do posicionamento de Mauss também se reflete na condução das pesquisas de campo de Marcel Griaule que liderou a Missão Dakar-Djibouti (1931-1933), no continente africano. Ele desenvolveu um método sistemático de documentação e coleta de dados (p.ex. mapas, imagens, documentos), no qual os objetos etnográficos assumiam um papel importante, dando a esta etnografia um caráter também museográfico. Griaule defendia que as contingências do contato entre etnógrafo(o) e ‘nativo’ precisavam ser controladas (p.ex. estratégias de interrogação, observações em equipe, visitas repetidas) e que somente a partir da coleta intensiva de dados é que se poderia chegar ao entendimento da cultura; no seu trabalho intitulado “*Méthode de l’Ethnographie*” (1957) ele procurou descrever os princípios e métodos desta sua prática de pesquisa etnográfica (CLIFFORD, 1998, p. 132-178).

É interessante destacar que, neste ínterim, a etnologia alemã que havia sido tão proeminente no final do século XIX, e cuja prática etnográfica se caracterizava pelos trabalhos de campo prolongados, pelo objetivo de registrar a totalidade cultural e pelo colecionismo, estava sentindo os efeitos da derrota do império austro-húngaro, na Primeira Guerra Mundial, bem como do desinteresse nazista nas populações ameríndias. Vários etnólogos

⁷ Mead rebatia as críticas sobre a escolha/quantidade dos informantes em campo, dizendo que mais importante do que o número de informantes era a sua contextualização em termos da sua posição social e cultural (HARRIS, 1988, p. 362-363). No que se refere à fotografia, ela entendia que somente esta permitia apreender, transmitir e comunicar aspectos da realidade etnográfica em termos interculturais. É preciso lembrar que a publicação da obra “*Balinese Character*”, de Mead e Bateson (1942) é considerada, por alguns autores, um marco no desenvolvimento da chamada antropologia visual (p.ex. MORPHY; BANKS, 1997).

alemães migraram neste período de Guerras e aqueles que ficaram careceram de financiamento para as suas pesquisas etnográficas (SCHRÖDER, 2015; VERMEULEN; PINHEIRO; SCHRÖDER, 2019).

Segundo alguns autores, o desenvolvimento, nos dois lados do Atlântico, de uma nova perspectiva com relação à etnografia, na primeira metade do século XX – não obstante as peculiaridades dos ambientes acadêmicos e das experiências de campo e produção textual particulares – possibilitou legitimar a autoridade da(o) antropóloga(o)-etnógrafa(o) não apenas no que se referia à coleta dos dados, mas também, no que dizia respeito à descrição e reflexão sobre os fenômenos sociais e culturais, no texto etnográfico. Uma autoridade que se embasava na premissa ‘do estar lá’, ou seja, da participação do(a) pesquisador(a) na vida dos ‘nativos’, da sua relação com eles, do seu contato com a língua ‘nativa’, da sua observação e descrição dos aspectos culturais – uma autoridade experiencial. Tratou também de legitimar o entendimento da observação etnográfica como imparcial e objetiva, enfatizando a sincronia dos fatos e acontecimentos etnográficos, ‘o presente etnográfico’. Esta prática etnográfica que enfatizava a observação-participante assumia que a(o) antropóloga(o)-etnógrafa(o) deveria ir para o campo preparada(o) teórica e metodologicamente, a fim de estudar temas específicos (p.ex. ritual, parentesco, infância, sistema político) que, *a posteriori*, serviriam para refinar/contestar as teorias antropológicas vigentes (CLIFFORD, 1998, p.17-33, 179-226).

Na arqueologia, a etnografia foi definitivamente apropriada como uma metodologia de pesquisa de campo, a partir da década de 1950. Isto ocorreu porque, como relatei no capítulo anterior, vários arqueólogos e arqueólogas passaram a considerar que as informações etnográficas contidas nos trabalhos antropológicos eram insuficientes e/ou inadequadas para embasar as interpretações do registro arqueológico. Assim, se lançaram na tarefa de observar e coletar dados etnográficos que consideravam pertinentes aos seus problemas de pesquisa. Neste sentido, é importante ter em mente que a apropriação da prática etnográfica, na arqueologia, foi bastante peculiar em comparação com o que vinha sendo feito na antropologia.

Foi neste contexto que surgiu a etnoarqueologia que, em termos amplos, vem sendo definida como uma sub-disciplina, um campo ou estratégia

de pesquisa que se caracteriza pelo estudo etnográfico da relação entre pessoas e o mundo material, a partir de problemáticas arqueológicas⁸. O seu desenvolvimento acompanhou as transformações e debates teóricos da disciplina arqueológica e se caracterizou pelo refinamento dos procedimentos metodológicos de obtenção dos dados etnográficos, pela ampliação do universo de fenômenos culturais a serem observados junto às populações do presente e, nas últimas décadas, pela reflexão e crítica de suas potencialidades, limitações e compromissos éticos (p.ex. GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009; GOSSELAIN, 2016; LANE (ed.), 2016).

As diferentes perspectivas da etnoarqueologia

Uma das questões debatidas por alguns arqueólogos norte-americanos, entre os anos de 1960 e 1980, dizia respeito à natureza, origem e preservação do registro arqueológico. Ele era compreendido como uma realidade contemporânea, tridimensional e constituída de materiais que, no passado, participaram de um contexto sistêmico⁹ e que desde então, se encontravam em constante transformação, no contexto arqueológico (p.ex. SCHIFFER, 1972, 1976, 1987). Tratar-se-ia do resultado parcial de atividades humanas pretéritas e, por isso, limitado em termos de seu potencial de informação (p.ex. ASCHER, 1961). Ou ainda, seria um fenômeno contemporâneo, mas resultante das operações de sistemas culturais do passado, sendo constituído de materiais que se formaram, alteraram e adquiriram as suas características observáveis, no decorrer do tempo (p.ex. BINFORD, 1972a, 1972b, 1972d, 1981).

⁸ Definições de etnoarqueologia podem ser lidas nos trabalhos de David e Kramer (2001, p. 2, 12); González-Ruibal (2003, p. 12); Kramer (1979b, p. 4); Lane (2006, p. 402); Politis (2015, p. 43-46); Schiffer (1978, p. 230); Skibo (2009, p. 33), dentre outros. Na literatura arqueológica, ao longo dos anos, várias designações foram dadas para este tipo de pesquisa: *action archaeology*, *living archaeology*, *archaeoethnography*, *ethnographic archaeology*, *archaeological ethnography* (p.ex. DAVID; KRAMER, 2001, p. 6-9; POLITIS, 2015, p. 44; RATHJE, 1978).

⁹ Schiffer (1987, p. 3-4) definiu o contexto sistêmico (dinâmico) em oposição ao contexto arqueológico (estático). Neste, os materiais estão depositados e interagindo apenas com os elementos do meio-ambiente, enquanto no sistêmico, os materiais participam de um sistema comportamental.



Gustavo Politis, Silvia M. Copé, Valéria Assis, Beatriz Landa, Sirlei Hoeltz, Eduardo Neves, Adriana Dias e eu, Simpósio de Etnoarqueologia, Porto Alegre, 2000 (Foto: acervo pessoal)

No emaranhado de reflexões sobre o registro arqueológico, o que se tornou preponderante, no decorrer do tempo, foi a percepção de que o registro arqueológico se tratava de uma realidade empírica contemporânea resultante, por um lado, de comportamentos e atividades humanas, no passado e, de outro, de constantes processos naturais e antropogênicos de transformação, ao longo do tempo. Junto disto veio a certeza de que arqueólogas e arqueólogos deveriam observar, investigar e compreender esses processos (naturais e culturais)¹⁰ de transformação responsáveis pela formação, estruturação e configuração do registro arqueológico, bem como estabelecer os ‘correlatos materiais’ das diferentes atividades e comportamentos humanos, ou ainda, as ‘assinaturas arqueológicas’ dessas atividades e

¹⁰ Os processos naturais (*n-transforms*) são todos e quaisquer processos deposicionais e pós-deposicionais relativos a ação dos fatores ambientais sobre os artefatos e depósitos arqueológicos, destruindo os mesmos ou, por outro lado, contribuindo para a sua preservação (p.ex. intemperismo, erosão, sedimentação, ação de agentes biológicos como fungos, bactérias e insetos). Os processos culturais (*c-transforms*) são os processos deposicionais relativos ao comportamento humano responsáveis pela retenção dos materiais no contexto sistêmico (p.ex. reuso, reciclagem, circulação, conservação), pela deposição dos materiais criando o registro arqueológico (p.ex. descarte e abandono), e também, os processos pós-deposicionais relativos à intervenção humana no registro arqueológico (p.ex. reocupação e/ou perturbação dos contextos, reciclagem e reuso dos materiais, atividades dos arqueólogos nos sítios e com os materiais arqueológicos) (SCHIFFER, 1987, p. 7).

comportamentos¹¹. Os chamados ‘estudos atualísticos’ foram aclamados como fundamentais para se alcançar tais entendimentos e, dentre eles, a etnoarqueologia foi entendida como a possibilidade para que fossem identificadas as condições dinâmicas responsáveis por determinados padrões materiais observados arqueologicamente (p.ex. BINFORD, 1991, p. 32-36; GOULD, 1978b; SCHIFFER, 1978, p. 230-234, 1995b, p. 70-71; WATSON, 1979B, 1980, p. 30-31; WILLEY; SABLOFF, 1980, p. 248-254).

Etnoarqueologia processual

A chamada ‘informação atualística’ contribuiu para as interpretações arqueológicas durante a formação da arqueologia norte-americana, sendo que o termo etnoarqueólogo (*ethno-archaeologist*) já havia sido empregado no trabalho de Jesse Fewkes (1900:579) sobre a chamada ‘cultura pré-histórica de Tusayan’. Além disso, de modo pioneiro, Thomson (1939) conduziu uma pesquisa de perspectiva etnoarqueológica entre um povo caçador-coletor australiano, sobre o seu instrumental lítico e padrão de assentamento. No entanto, a emergência da etnoarqueologia, como a conhecemos na atualidade, somente começa a ocorrer a partir do final da década de 1950, em decorrência dos debates que se desenvolviam na arqueologia norte-americana sobre o uso da analogia etnográfica na interpretação da realidade arqueológica, e sobre a necessidade dos arqueólogos colocarem a prática etnográfica a serviço da interpretação do registro arqueológico (p.ex. GOULD, 1978b, p. 3-8; KRAMER, 1979b, p. 1-6; SCHIFFER, 2009). O texto de Maxine Kleindienst e Patty Jo Watson (1956), intitulado “*Action archaeology*” é visto como o embrião deste campo de pesquisa, especialmente, porque essas autoras incitaram arqueólogos e arqueólogas a pesquisarem aspectos e comportamentos de interesse arqueológico (p.ex. variabilidade e funcionalidade artefactual, técnicas de subsistência) e, ao mesmo tempo, a refletirem sobre outros aspectos culturais (p.ex. organização

¹¹ Os correlatos são definidos como um tipo de ‘lei arqueológica’ que busca estabelecer as relações entre variáveis comportamentais e variáveis materiais – p.ex. determinadas propriedades de fratura em um artefato lítico são indicativas das técnicas empregadas na sua produção e/ou do uso ao qual ele foi submetido (p.ex. SCHIFFER, 1975). As assinaturas arqueológicas corresponderiam a determinadas características padronizadas de resíduos materiais que estariam ligadas a certos tipos de comportamento dentro de um sistema cultural. Ou seja, determinados vestígios materiais encontrados no registro arqueológico corresponderiam a determinados padrões de atividades e comportamentos (p.ex. GOULD, 1990, p. 190-192).

social), tentando verificar se esses poderiam ser inferidos a partir das informações etnográficas (DAVID; KRAMER, 2001, p. 6). A etnoarqueologia surgiu nos anos iniciais da arqueologia processual e, portanto, em consonância com a sua orientação teórica – i.e. estrutural-funcionalismo, neo-evolucionismo e ecologia cultural – e com os seus objetivos de compreender a relação das populações humanas com o meio-ambiente e os processos de formação do registro arqueológico.

Nos anos de 1960, várias pesquisas etnográficas foram conduzidas por arqueólogo(a)s em diferentes lugares, pelo mundo afora, com o objetivo de obter dados relevantes para auxiliar na interpretação arqueológica. Tais pesquisas foram direcionadas para o estudo de diversos temas (p.ex. padrão de assentamento, processos de produção, uso e etnoclassificação de artefatos líticos e cerâmicos, estratégias de subsistência e de mobilidade, uso do espaço e de estruturas), sendo que elas evidenciaram o quão diversos eram os modos de vida das populações humanas, no presente, e o quão diversas poderiam ser as interpretações sobre as realidades arqueológicas; *'cautionary tales'* foi a expressão utilizada pela comunidade arqueológica para chamar a atenção sobre este problema (p.ex. ASCHER, 1962; FRIEDRICH, 1970; GOULD, 1968; HEIDER, 1961; LONGACRE; AYRES 1972; STANISLAWSKI, 1969; WHITE, 1967). Cabe dizer que nesta década, também se desenvolveu o importante debate a respeito dos conjuntos artefatuais líticos do período musteriense (paleolítico médio)¹² e que motivou a realização de um dos mais emblemáticos trabalhos da

¹² Em 1968, Lewis e Sally Binford iniciaram uma pesquisa para compreender o significado da variabilidade desses conjuntos artefatuais líticos, tomando os dados oriundos do sítio Combe-Grenal, situado no sudeste da França, escavado por François Bordes. Os conjuntos do musteriense haviam sido definidos, em termos da morfologia e das técnicas de produção dos artefatos, como indústrias sobre lascas: p.ex. mousteriense de tipo acheulense, musteriense típico, musteriense denticulado, musteriense charretense. Esses conjuntos se distribuíam no tempo e no espaço de modo a se intercalarem nas sequências estratigráficas dos sítios. Ao mesmo tempo, esses conjuntos apareciam de modo concomitante e persistente em nível regional, nos sítios. Para Bordes, a presença desses diferentes conjuntos na sequência estratigráfica do sítio Combe-Grenal indicava uma diferenciação em termos étnicos, ou seja, de culturas arqueológicas. Porém, para o casal Binford a variabilidade desses conjuntos deveria ser entendida na relação com outros materiais (p.ex. restos faunísticos), pois seria o resultado de diferentes tipos de atividades e ações (p.ex. procura, preparação, consumo) relativas à subsistência desses grupos humanos no passado, bem como à sua organização tecnológica e mobilidade sazonal. Ou seja, esses diferentes conjuntos artefatuais seriam *tool-kits* e sua variabilidade estaria relacionada com a sua funcionalidade. No entanto, apesar deles terem organizado os dados oriundos do sítio Combe Grenal e conduzido os seus estudos sobre a estrutura do sítio e a co-variância na padronização dos itens e classes artefatuais e dos restos faunísticos, eles não conseguiram desenvolver uma explicação sobre a formação daquele registro arqueológico tendo em vista a alta variabilidade nos padrões da amostra faunística; ou seja, a variabilidade em termos das partes anatômicas dos animais presentes no registro. Diante disso, Lewis Binford decidiu realizar uma pesquisa etnoarqueológica,

etnoarqueologia processual, ou seja, a pesquisa de Lewis Binford entre os Nunamiut, um povo caçador-coletor do Ártico, entre os anos de 1969 e 1973. Finalmente, não se pode deixar de mencionar que, no ano de 1966, foi realizado o importante simpósio intitulado “*Man the Hunter*” no qual foram debatidos temas diversos sobre os modos de vida de populações caçadoras-coletores de vários lugares do mundo, reunindo arqueóloga(o)s e antropóloga(o)s de diferentes países, na Universidade de Chicago (LEE; DEVORE (eds.), 1968). Segundo Richard B. Lee (2012), um de seus organizadores, este simpósio foi um marco para o ressurgimento do interesse no estudo dessas populações, trazendo novas contribuições teóricas e proporcionando um diálogo interdisciplinar¹³. É importante dizer que ele foi coordenador, junto com Irven DeVore, do *Kalahari Research Project*, entre os anos de 1967 e 1973, que atuou em Botswana e na Namíbia, junto às populações caçadoras-coletoras Kung San, no sul da África. Este projeto contribuiu na formação de um grande número de estudantes e estimulou a realização de pesquisas etnoarqueológicas sobre populações caçadoras-coletoras, dentre as quais, as de John Yellen sobre padrão de assentamento e de Polly Wiessner sobre territorialidade e redes sociais de trocas (HITCHCOCK, 2012).

Esta efervescente década de debates e de pesquisas sobre populações caçadoras-coletoras e, em menor número, de ceramistas abriu o caminho para a consolidação da etnoarqueologia como um campo investigativo da arqueologia, na década de 1970; esta que foi considerada a sua “era de ouro” (SKIBO 2009:47).

escolhendo o povo Nunamiut tendo em vista que ele tinha a caça como base de sua dieta, consumia os mesmos animais e vivia em um ambiente semelhante àquele onde teriam vivido as populações do paleolítico médio (BINFORD 1983:65-69, 131-167; BINFORD E BINFORD 1983:71-124; BORDES E SONEVILLE-BORDES 1970).

¹³ É importante lembrar que este simpósio, à época, foi alvo de críticas feministas devido ao título androcêntrico e à suposta ênfase na importância do homem-caçador para a sobrevivência e evolução humana (p.ex. TANNER; ZIHLMAN, 1975). Nesta crítica foi tornado evidente que apesar do título do simpósio ter sido “*Man the Hunter*”, o que se observou a partir das pesquisas apresentadas foi a importância subestimada dos alimentos coletados (pelas mulheres) na dieta dessas populações; pelo menos para as populações que viviam fora das regiões do Ártico e Sub-Ártico. Richard Lee (2012), em um artigo no qual rememora a sua carreira, se diz agradecido por esta crítica tendo em vista que ela revelou a ironia e/ou incongruência do título do simpósio, evidenciou a necessidade de se considerar o problema da invisibilidade dos recursos vegetais nos contextos arqueológicos relativos a essas populações e, finalmente, mostrou a importância de se buscar abordagens de pesquisa não-patriarcais e pró-mulheres, nos estudos de populações caçadoras-coletoras. Ele, inclusive, agradece às autoras das críticas por essas terem reconhecido que o trabalho que ele desenvolvia não corroborava o androcentrismo que elas estavam criticando.

Neste período, temos a publicação de coletâneas de trabalhos etnoarqueológicos que apresentavam, além dos dados etnográficos, reflexões sobre a conceituação e os procedimentos metodológicos desta nova sub-disciplina (p.ex. DONNAN; CLEWLOW (ed), 1974; GOULD (ed.), 1978; KRAMER (ed.), 1979a) e, também, o surgimento de importantes monografias etnoarqueológicas (p.ex. BINFORD, 1978; GOULD, 1980; WATSON, 1979a, 2010; YELLEN, 1977). Além desses trabalhos, projetos etnoarqueológicos foram iniciados nos anos de 1970 e, dentre esses, se pode destacar o *Kalinga Ethnoarchaeological Project* (1973), nas Filipinas, dirigido por William Longacre (STARK; SKIBO, 2017), o *Coxoh Ethnoarchaeological Project* (1977), no México, encabeçado por Brian Hayden (HAYDEN 2017) e o *Garbage Project* (1973), nos Estados Unidos, coordenado por William L. Rathje (SCHIFFER, 2015; ZIMRING, 2015)¹⁴.

Ao se analisar essas coletâneas e monografias, as propostas desenvolvidas pelos projetos etnoarqueológicos e artigos publicados sobre os resultados das pesquisas realizadas durante este período, se percebe que a(o)s arqueóloga(o)s estavam buscando observar e registrar aqueles aspectos culturais que estavam relacionados: 1) aos processos adaptativos das populações humanas, tais como, a mobilidade, os sistemas de assentamento e as estratégias de subsistência (p.ex. BINFORD, 1978a; EBERT, 1979; GOULD, 1980; KIRCH, 1978; HOLE, 1978, 1979; PASTRON, 1974; YELLEN, 1977); 2) aos processos culturais de formação do registro arqueológico, e dentre eles, o uso do espaço e a formação das áreas de atividades intra-sítio e dos sítios de atividades específicas (p.ex. BINFORD, 1978b, 1983b; EBERT, 1979; KRAMER, 1979c; ROBBINS, 1973; YELLEN, 1977), as ações de descarte de artefatos e de restos de alimentos (p.ex. DEAL, 1998; DEBOER, 1974; EBERT, 1979; RATHJE, 1978), os eventos de perda de artefatos (p.ex. BINFORD, 1983b; EBERT, 1979), as estratégias de construção, abandono e reciclagem de estruturas de habitação e outras (p.ex. DAVID, 1971; DEAL, 1998; LANGE; RYDBERG 1972; ROBBINS, 1973), a reciclagem e o reuso de artefatos (p.ex. STANISLAWSKI, 1978). Ao mesmo tempo, estavam observando e registrando as atividades e comportamentos

¹⁴ Em alguns trabalhos se atribui à arqueologia comportamental e, em especial, ao *Garbage Project* a origem da chamada arqueologia do mundo contemporâneo. Além disso, o trabalho de Michael Schiffer é tido como fundamental para o campo dos estudos sobre a história da tecnologia (p.ex. GIFFORD-GONZALEZ, 2011; GRAVES-BROWN; HARRISON; PICCINI, 2013).

humanos em termos de suas consequências materiais ou ‘assinaturas arqueológicas’: 1) procura, seleção e processamento de matérias-primas (p.ex. ARNOLD, 1971, DEBOER; LATHRAP, 1979); 2) produção, uso e armazenagem de artefatos (p.ex. DEBOER; LATHRAP, 1979; GOULD et al., 1971; EBERT, 1979; O’CONNELL, 1974; PASTRON, 1974); 3) produção da variabilidade estilística dos artefatos (p.ex. HARDIN, 1979); 4) intercâmbios sociais e formas de distribuição dos conjuntos artefatuais (p.ex. LAUER, 1971). Nos estudos sobre os conjuntos artefatuais se enfatizava a cerâmica (p.ex. DEAL, 1998; DEBOER; LATHRAP 1979; HARDIN, 1979; STANISLAWSKI, 1974, 1978; STARK; SKIBO, 2007) e o instrumental lítico (p.ex. GOULD, 1978c; GOULD et al., 1971) das populações não-industrializadas, em detrimento de outros tipos de artefatos (p.ex. ROWLANDS, 1971), ou de conjuntos artefatuais das sociedades industrializadas (p.ex. RATHJE, 1978). Além disso, continuaram tratando do problema das taxonomias a fim de comparar as categorias ‘êmicas’ de classificação dos materiais com as categorias arqueológicas (p.ex. ARNOLD, 1971; HARDIN, 1979). Finalmente, é interessante destacar que alguns arqueólogos também realizaram estudos etnoarqueológicos sobre a configuração arqueológica de sítios abandonados, bem como sobre os processos naturais de formação do registro arqueológico (p.ex. GIFFORD, 1974; MCINTOSH, 1974, 1977; YELLEN, 1977).

Outro aspecto que fica evidente a partir da análise desta bibliografia é que a pesquisa etnoarqueológica, a partir dos anos de 1970, começou a tratar mais sistematicamente das populações agricultoras e pastoras, investindo na observação mais detalhada do espaço doméstico e das estruturas arquitetônicas (p.ex. WATSON, 1979A, 2010; HOLE, 1979; KIRCH, 1978; KRAMER, 1979c). Nesses estudos, a atenção também se voltava para diferentes aspectos sociais como, por exemplo, a morfologia social, as relações de gênero, as estruturas de ensino aprendizagem, as redes sociais e de trocas, a demografia (p.ex. HAYDEN, 2017; KRAMER, 1979c; STARK; SKIBO, 2007; WIESSNER, 1974). Além disso, eram registradas as transformações nos atributos e na distribuição dos artefatos e estruturas, no uso do espaço, nos padrões de mobilidade, assentamento e subsistência (p.ex. GOULD, 1971; LAUER, 1971; ROWLANDS, 1971).

É importante dizer que os estudos etnoarqueológicos realizados ao longo desses anos eram motivados tanto por problemas arqueológicos

específicos e locais¹⁵, como por problemas de escopo mais amplo e inter-cultural¹⁶. Neste sentido, o debate sobre a etnoarqueologia, naquele período, era concernente às perspectivas particularista e generalista a partir das quais estavam sendo conduzidas as pesquisas.

Desde o surgimento da nova arqueologia ou arqueologia processual, alguns arqueólogos ressaltavam que o grande desafio da arqueologia era compreender a dinâmica dos modos de vida do passado a partir da estática do registro arqueológico (p.ex. BINFORD, 1983a, p. 31-43, 49-51; GOULD, 1978a; SCHIFFER, 1976). Como ressaltai no início do capítulo, acreditava-se que a etnoarqueologia, juntamente com outros estudos atualísticos (p.ex. arqueologia experimental, estudos de tafonomia), possibilitaria evidenciar as variáveis e os processos que teriam resultado na formação dos registros arqueológicos e, por decorrência, identificar as ‘assinaturas arqueológicas’ das atividades e comportamentos humanos. A partir disso, seria possível a construção de modelos¹⁷, leis comportamentais¹⁸ e teorias de médio-alcance¹⁹ que permitiriam preencher as lacunas entre o presente e o passado, ou seja,

¹⁵ Por exemplo: testar as relações entre estilos cerâmicos, padrão de residência pós-marital e unidades sociais, no sudoeste norte-americano, tratadas pela arqueologia a partir da sociologia cerâmica (p.ex. STANISLAWSKI, 1978); entender os processos adaptativos responsáveis pela configuração dos sistemas agrícolas pré-históricos no arquipélago malaio, na Oceania (p.ex. KIRCH, 1978); entender o processo de transição de sistemas forrageiros para sistemas agrícolas e de domesticação e criação de animais, no sudoeste da Ásia, na longa duração (p.ex. HOLE, 1978, 1979); o modo de uso das estruturas arquitetônicas nos sítios arqueológicos das montanhas de Zagros, no Irã e Iraque (p.ex. KRAMER, 1979c; WATSON, 1979a).

¹⁶ Por exemplo: as causas da variabilidade dos conjuntos artefatuais cerâmicos em termos quantitativos, formais e espaciais (p.ex. DEBOER; LATHRAP, 1979); as variáveis responsáveis pela distribuição diferencial, nos sítios de caçadores-coletores, dos conjuntos artefatuais e restos faunísticos (p.ex. BINFORD, 1978a); a relação entre tipos de mobilidade caçadora-coletores e tipos de conjuntos artefatuais líticos (p.ex. EBERT, 1979); a relação entre padrão de descarte e padrão de consumo das populações humanas (p.ex. RATHJE, 1978); a relação entre comportamento humano, vestígio material e visibilidade arqueológica (p.ex. GOULD, 1978c, 1980).

¹⁷ Modelos científicos entendidos como abstrações simplificadas de um determinado fenômeno ou comportamento mais complexo. Na arqueologia foi utilizada a noção de modelo interpretativo e preditivo cujo objetivo seria descrever, explorar, testar ou prever determinados fenômenos culturais e comportamentos relacionados com a formação do registro arqueológico (p.ex. BINFORD, 1991; GOULD; YELLEN 1987).

¹⁸ Lei no sentido científico é entendida como uma regra, uma generalização que tem como base a observação da regularidade e persistência de um determinado fenômeno. A lei estabelece uma relação de causa e efeito entre determinadas variáveis. Na arqueologia, foi empregada a noção de lei empírica, ou seja, que possibilita explicar e prever fenômenos empíricos (p.ex. SCHIFFER, 1975).

¹⁹ A noção de teoria de médio-alcance foi originalmente desenvolvida no âmbito da Sociologia, por R.K. Merton, na década de 1940. Ela serve para guiar a investigação dos dados empíricos referentes às abstrações das teorias gerais. Trata-se de uma teoria que possibilita fazer generalizações sobre o comportamento humano, mas ao mesmo tempo, pode ser empiricamente verificada. Na arqueologia, a noção de teoria de médio-alcance foi apropriada com o objetivo de buscar compreender a estática do registro arqueológico a partir da observação das realidades etnográficas, e ainda, com o intuito de produzir generalizações, empiricamente testáveis, sobre como se forma o registro arqueológico (JOHNSON, 2010, p. 50-67; MASCHNER, 1996, p. 469; RAAB et al., 1984; TSCHAUNER 1996).

entre a dinâmica dos sistemas culturais do presente e a estática dos registros arqueológicos (BINFORD, 1983a:31-55; GOODYEAR et al., 1978; GOULD, 1974; POLITIS, 2015, p. 46-47; REID et al., 1975; SCHIFFER, 1975)

Schiffer (1972, 1975, 1976) entendia que a arqueologia era uma ciência comportamental²⁰ e dedicou vários trabalhos para explicar como atuam os processos de formação do registro arqueológico (*n-transforms* e *c-transforms*), ressaltando também, a importância de se identificar as relações recorrentes – correlatos – entre comportamento humano e registro material. Ele entendia os processos de formação e os correlatos comportamentais como leis arqueológicas, ou ainda, como ferramentas conceituais necessárias para a(o)s arqueóloga(o)s fazerem as inferências sobre os comportamentos humanos, no passado. Ao mesmo tempo, ele defendia que a pesquisa sobre esses processos e correlatos não precisaria se restringir ao universo das sociedades não-industrializadas. Por isso, ele foi um dos principais incentivadores do *Garbage Project* que se dedicou ao estudo da cultura material contemporânea, mostrando como os padrões e modos de consumo das populações humanas podem ser inferidos a partir do estudo do descarte (SCHIFFER, 2015)²¹. Binford (1983a, p. 31-55), por sua vez, definia a arqueologia como a ciência do registro arqueológico e, para ele, os processos de formação eram os elementos constitutivos das teorias de médio-alcance.

Neste cenário de reflexões teóricas no qual se buscava os caminhos para a interpretação do registro arqueológico, tendo como um de seus subsídios os dados produzidos pelos estudos atualísticos, alguns arqueólogos achavam que a etnoarqueologia não estava contribuindo com todo o seu potencial. Ou seja, que ela estava sendo direcionada para dar subsídios a temas e situações específicos e, por isso, produzia poucas afirmações de âmbito inter-cultural, se constituindo, principalmente, em uma fonte de dados

²⁰ A arqueologia comportamental começou a ser definida no início dos anos de 1970, tendo como seu principal proponente o arqueólogo Michael B. Schiffer. Tratava-se de uma abordagem arqueológica que visava compreender o comportamento humano do passado em termos do fazer, usar, armazenar, reter e descartar artefatos. Desde o seu início, a arqueologia comportamental buscou compreender os processos de formação do registro arqueológico, visando definir leis comportamentais. O artigo intitulado “*Archaeological context and systemic context*” é fundamental para se entender este primeiro momento da arqueologia comportamental e seus princípios e objetivos básicos (SCHIFFER, 1972, 1975, 1976, 1995a, 1995b).

²¹ É importante ter em mente que, naquele momento, os povos considerados mais interessantes para serem pesquisados etnoarqueologicamente eram aqueles que estavam vivendo em condições consideradas semelhantes às das populações do passado. Portanto, a proposta de William Rathje era bastante inovadora no âmbito da etnoarqueologia processualista.

etnográficos para a elaboração de inferências de tipo analógico sobre o registro arqueológico (p.ex. SCHIFFER, 1978). Outros, apontavam a limitação dos dados etnográficos em comparação com a realidade arqueológica, ou seja, entendiam que determinados comportamentos e modos de vida do passado não teriam simulacros na realidade contemporânea e, assim, consideravam excessivo o uso da etnoarqueologia para a interpretação do registro arqueológico (p.ex. WOBST, 1978). Ao mesmo tempo, em vários trabalhos etnoarqueológicos eram ressaltados os problemas concernentes à visibilidade arqueológica das atividades humanas e, por isso, se insistia na dificuldade de se fazer comparações entre os contextos do passado e do presente (p.ex. CRANSTONE, 1971; DAVID, 1971; ROBBINS, 1973; ROWLANDS, 1971; YELLEN, 1977). Para alguns pesquisadores, inclusive, as comparações mais confiáveis seriam aquelas em que se poderia vislumbrar as conexões históricas entre as populações do presente e do passado e, de fato, vários trabalhos foram realizados conjugando dados etnográficos, históricos e arqueológicos, buscando e demonstrando essas conexões (p.ex. GOULD, 1971, 1974; LAUER, 1971; MERWE; SCULLY, 1971). No entanto, ao mesmo tempo em que havia arqueólogos que se mostravam desapontados, céticos ou instigados com as contribuições da etnoarqueologia, havia aqueles que, em seus trabalhos, evidenciavam que os dados etnoarqueológicos permitiam apreender algumas regularidades comportamentais e a partir delas elaborar modelos e generalizações inter-culturais, para além das especificidades locais e culturais. Por exemplo, no que se referia aos modos de descarte e formação de resíduos materiais, à relação entre mobilidade, estratégias de subsistência e sistema de assentamento e aos efeitos da organização tecnológica na variabilidade artefactual (p.ex. BINFORD, 1978a, 1979; GOULD, 1978b, 1978c; YELLEN, 1977).

Independentemente dos posicionamentos diversos sobre as contribuições ou limitações da etnoarqueologia, o que fica evidente é que, nos anos de 1960 e 1970, esta estratégia de pesquisa havia permitido a obtenção de uma grande variedade de dados etnográficos pertinentes à problemática arqueológica. Ou ainda, teria mostrado a diversidade e complexidade da relação entre comportamento humano e realidade material, bem como a necessidade de se considerar as transformações das culturas, ao longo do tempo.

Carol Kramer (1985) escreveu um artigo intitulado “*Ceramic ethnoarchaeology*” no qual ela trata dessas questões, considerando especificamente, os estudos sobre a tecnologia e os artefatos cerâmicos realizados até aquele momento. Segundo ela, as pesquisas etnoarqueológicas teriam acabado com uma série de simplificações sobre esses artefatos e, ao mesmo tempo, mostrado que havia uma infinidade de comportamentos humanos relacionados com esta tecnologia. Por um lado, elas mostravam a diversidade de possibilidades interpretativas – às vezes discordantes – sobre a variabilidade desses conjuntos artefatuais e, por outro, evidenciavam alguns padrões que poderiam orientar as inferências arqueológicas sobre esses artefatos, no registro arqueológico. Segundo ela, tais pesquisas teriam trazido conhecimentos mais aprofundados sobre os processos de produção, uso, descarte, distribuição e mudança dos conjuntos artefatuais cerâmicos. Elesteriam produzido dados etnoarqueologicamente comparativos sobre, por exemplo: os fatores determinantes na escolha das matérias-primas (p.ex. disponibilidade, acessibilidade e propriedades dos recursos); os aspectos implicados na organização social da produção cerâmica (p.ex. gênero, idade, expertise individual, padrões de residência); as diferentes estruturas de ensino-aprendizagem (p.ex. horizontal, vertical, oblíqua); as escalas, demandas e processos de distribuição da produção cerâmica (p.ex. doméstica, especializada, local, regional, interregional); a relação entre padronização/variabilidade estilística e as diferentes formas de interação social (p.ex. relações de parentesco, trocas matrimoniais, comércio, migrações) materializadas na variabilidade/variação desses conjuntos artefatuais. Ao mesmo tempo, elas teriam apontado as direções e os temas a serem aprofundados nas pesquisas de etnoarqueologia cerâmica futuras (p.ex. taxonomia, morfologia e funcionalidade das vasilhas; ciclo de vida das vasilhas; distribuição espacial e processos de deposição das vasilhas e fragmentos cerâmicos; mudança das técnicas e dos artefatos cerâmicos), e ressaltado a necessidade de se rever as metodologias arqueológicas de amostragem e análise desses artefatos.

Nos anos de 1980, foram produzidos muitos estudos etnoarqueológicos sobre tecnologia cerâmica. As pesquisas versavam sobre temas como a variabilidade e a padronização desses conjuntos artefatuais (p.ex. ARNOLD, 1993, p. 188-196; GRAVES, 1991; HARDIN, 1991;

LONDON, 1991; LONGACRE, 1991), a escala e a organização social da produção (p.ex. ARNOLD, 1989; ARNOLD III, 1991, p. 26-34, 92-98; BANKES, 1985; DEAL, 1998, p. 23-77; LONDON, 1991; LONGACRE, 1991; NICHOLSON et al., 1985), a especialização social da produção (p.ex. COSTIN, 1991; LONDON, 1991), o consumo e a distribuição dos artefatos cerâmicos (p.ex. ARNOLD, 1993, p. 116-139; ARNOLD III, 1991, p. 61-79; DEAL, 1998, p. 79-114; GRAVES, 1991), a demanda e a organização espacial da produção (p.ex. ARNOLD, 1985, p. 127-167; ARNOLD III, 1991, p. 99-119), a inovação e a mudança nesses conjuntos artefatuais (p.ex. ANNIS, 1985; ARNOLD, 1985, p. 202-224; HARDIN, 1991) e a ecologia cerâmica (p.ex. ARNOLD, 1985, 1993)²². Obviamente, os processos técnicos, as questões relativas à taxonomia e aos processos de ensino-aprendizagem continuaram a ser temas relevantes na etnoarqueologia (p.ex. ARNOLD, 1989; HARDIN, 1983; HAYDEN; CANON, 1984b; LONGACRE, 1991).

Outras tecnologias e artefatos também receberam atenção por parte de etnoarqueóloga(o)s processualistas, podendo-se destacar a metalurgia (p.ex. DAVID; KRAMER 2001, p. 328-359), artefatos de madeira e osso, têxteis, cabaças, trançados (p.ex. DEBOER, 1991; HAYDEN; CANNON, 1984a, p. 83-128; SILVESTRE, 1986, 1994) e miçangas (p.ex. KENOYER et al., 1991) que foram estudados em termos da sequência produtiva, consumo, especialização e organização social da produção, tipologia e visibilidade arqueológica; essas pesquisas foram menos relevantes do ponto de vista quantitativo.

Neste período, a pesquisa etnoarqueológica sobre os processos de formação do registro arqueológico continuou enfatizando o tema da produção, uso, reuso, circulação, manutenção e descarte de conjuntos artefatuais líticos (p.ex. BINFORD, 1986; BINFORD; O'CONNELL, 1984; CARNEIRO, 1979; CLARK; KURASHINA, 1981; HAYDEN; NELSON, 1981; HAYDEN; CANNON, 1984a, p. 40-82), cerâmicos (p.ex. ARNOLD III, 1991; DEAL, 1998, p. 115-140; HAYDEN; CANON, 1983; NELSON, 1991) e industrializados (p.ex. ALLEN-WHEELER, 1981; SCHIFFER et al., 1981), bem como o problema da

²² Cabe destacar que a pesquisa de Dean Arnold, realizada entre os anos de 1970 e 1980, entre populações ceramistas da Guatemala, Peru e México foi inovadora para aquele período. Este autor desenvolveu uma abordagem que ficou conhecida como 'ecologia cerâmica', ou seja, ele mostrou a importância da relação entre produção cerâmica e meio-ambiente, associando etnoarqueologia e arqueometria. Segundo ele, a(o)s etnoarqueóloga(o)s haviam negligenciado a perspectiva ambiental em suas pesquisas sobre esses conjuntos artefatuais (p.ex. distribuição e exploração das fontes de matérias-primas, sazonalidade da produção, relação da produção cerâmica com outras atividades de subsistência), e isso era fundamental para se produzir generalizações inter-culturais (ARNOLD, 2011).

falência de estruturas (p.ex. DILLON, 1984). Os estudos sobre tecnologia lítica foram os menos recorrentes, pois poucos povos ainda faziam estes instrumentos (p.ex. DAVID; KRAMER 2001, p. 151-157). Ao mesmo tempo, foram ampliados os estudos sobre o tema do abandono de artefatos, estruturas e assentamentos, considerando diferentes populações (industrializadas e não-industrializadas) e modos de vida (caçador-coletor, agricultor, pastoril), e enfatizando as causas adaptativas e econômicas desses comportamentos. Nos estudos sobre abandono, também houve uma preocupação em se entender os processos naturais de formação do registro arqueológico (p.ex. AGORSAH, 1985; BINFORD, 1991, p. 137-178; DAVID; KRAMER, 2001, p. 110-113; GORECKI, 1985). Em trabalhos sobre subsistência, se tratou dos processos de formação, buscando ver os resíduos materiais de práticas como o aproveitamento e retalhamento da caça, o descarte e a quebra dos ossos de animais, o transporte e a deposição das carcaças e o descarte dos ossos de animais (p.ex. BUNN et al., 1988; O'CONNELL et al., 1988a, 1988b). Algumas pesquisas produziram informações úteis para se pensar sobre as dietas das populações humanas do passado e auxiliar na interpretação de restos faunísticos e florísticos (p.ex. JONES, 1983; VINCENT, 1985). Também foram pesquisados os modos de subsistência pastoril e agricultor, refletindo sobre a visibilidade arqueológica das atividades levadas a cabo no manejo de animais domesticados e no cultivo de plantas (p.ex. DAVID; KRAMER 2001, p. 132-135; DIPIAZZA, 1990; ERICKSON, 1985).

Em comparação com a década de 1970, os temas referentes ao uso do espaço inter e intra-sítios, e as reflexões sobre mobilidade e sistema de assentamento receberam ainda mais atenção por parte da etnoarqueologia (p.ex. KENT (ed.), 1987a). Assim, os registros sobre os tipos de sítios, as áreas de atividades e o uso de estruturas foram incrementados, bem como as observações sobre a demografia, as estratégias econômicas e as características da adaptabilidade dos diferentes grupos humanos ao meio-ambiente. Nos estudos sobre o uso do espaço intra-sítio de caçadores-coletores foram observados aspectos como a longevidade de ocupação dos sítios, a composição social dos grupos, as atividades por eles realizadas e a sua visibilidade arqueológica. Além disso, se abordou a relação entre a localização dos sítios e a disponibilidade de recursos, considerando as características sazonais desta

disponibilidade (p.ex. BINFORD, 1991, p. 179-242; BROOKS; YELLEN, 1987; GOULD; YELLEN, 1987; O'CONNELL, 1987; POOKAJORN, 1985). Nas pesquisas sobre o uso do espaço inter-sítios foi observada a mobilidade dos grupos de caçadores-coletores em diferentes ambientes, bem como as suas estratégias de captação de recursos para a produção de artefatos e subsistência. Também se evidenciou a relação dos sítios entre si em termos da sua funcionalidade (p.ex. habitação, matança, extração de matéria-prima, acampamento temporário), dinâmica ocupacional (p.ex. estação chuvosa, estação seca) e visibilidade arqueológica (p.ex. BINFORD, 1991, p. 137-178; POOKAJORN, 1985). Nos estudos sobre povos pastores se deu atenção ao modo distinto como eles se movimentavam e usavam a paisagem ao longo do ano, observando os tênues resíduos materiais de suas atividades relacionadas com o manejo dos rebanhos. Ao mesmo tempo, foram documentados os sítios resultantes dessas movimentações em termos de suas estruturas, localização e relação com os recursos ambientais (p.ex. KENT, 1984; HORNE, 1983; NANDRIS, 1985). No que se refere aos povos agricultores foram pesquisados os padrões de assentamento, tentando entender em que medida o modo gregário e sedentário de vida gerava sítios de maior visibilidade arqueológica. Além disso, também se observou o uso do espaço (público e doméstico), as estruturas e as atividades levadas a cabo nos assentamentos, bem como os padrões de subsistência e o uso da terra, para além dos assentamentos (p.ex. DEAL, 1985; KRAMER, 1982; HAYDEN; CANNON, 1983; HITCHCOCK, 1987). Em alguns desses estudos, a análise dos grupos domésticos (*household*), em termos de suas características sociais e econômicas foi enfatizada para explicar não apenas o uso do espaço, mas também, a frequência e a variabilidade dos artefatos nessas unidades sociais (p.ex. HAYDEN; CANNON, 1984a). Além disso, as estruturas em si foram tratadas com atenção em termos de sua localização, material de construção, características arquitetônicas, áreas de atividades, materiais, composição social, reciclagem e falência (p.ex. BIENKOWSKI, 1985; HORNE, 1983; KRAMER, 1982; ROE; SIEGEL, 1982; WILK, 1983).

Ainda na década de 1980, foram produzidos vários estudos sobre interações sociais e intercâmbio de bens materiais, um tema ainda pouco explorado no âmbito da etnoarqueologia. Foram pesquisados diferentes

tipos de interação e formas de intercâmbio e os seus efeitos em termos da circulação de bens materiais intra e inter-sítios, ou ainda, intra e inter-regiões. Assim, se considerou tipos de interações sociais como, por exemplo: 1) entre indivíduos com relações de parentesco, vivendo em um mesmo assentamento; 2) entre indivíduos com relações de parentesco, vivendo em assentamentos distintos e mesma região; 3) entre indivíduos sem relações de parentesco, vivendo em um mesmo assentamento; 4) entre indivíduos sem relações de parentesco, vivendo em assentamentos distintos e mesma região; 5) entre indivíduos sem relações de parentesco, vivendo em assentamentos e regiões distintos. No que se refere ao intercâmbio de bens, foram consideradas as seguintes formas: 1) dádiva; 2) empréstimo; 3) troca; 4) comércio. Houve um esforço em registrar como essas interações e intercâmbios se materializavam na distribuição dos itens materiais intra e inter-sítios, e intra e inter-regiões, e como elas se transformavam ao longo do tempo (p.ex. DAVID; KRAMER 2001, p. 361-377). Ao mesmo tempo, se buscava perceber em que medida se poderia inferir esses diferentes comportamentos através do estudo da variabilidade (formal, quantitativa, espacial) de conjuntos artefatuais (p.ex. cerâmicos) nos sítios arqueológicos, em nível local, regional ou inter-regional. Esses estudos também procuraram evidenciar as diferentes causas sociais, políticas, econômicas e culturais desses intercâmbios de bens materiais e, também, como eles estavam intrinsecamente relacionados com a organização, escala e demanda de produção dos artefatos (p.ex. ARNOLD, 1993, p. 130-139; BANKES, 1985; DEAL, 1998, p. 79-114; GRAVES, 1991; KRAMER, 1991). Um aspecto importante dessas pesquisas foi a observação e descrição das relações entre as populações agricultoras, pastoras e caçadoras-coletoras, em alguns contextos regionais e, ao longo do tempo (p.ex. MURTY, 1985). Essa etnoarqueologia das interações sociais e do intercâmbio de bens materiais permitiu aprofundar as reflexões sobre a relação entre variabilidade estilística dos artefatos, identidade e fronteiras sociais, um tema caro para a arqueologia, desde o início da pesquisa sobre os conjuntos artefatuais do passado.

No âmbito da arqueologia processual o estilo era entendido como um elemento ativo que poderia ser utilizado, pelos diferentes grupos sociais, para transmitir mensagens sobre vários aspectos das suas vidas

(p.ex. organização social, identidade social e étnica, fronteiras sociais). Martin Wobst (1977) foi o pesquisador que desenvolveu esta teoria iconográfica do estilo como troca de informação, sendo que uma de suas proposições era a de que o nível de visibilidade dos atributos estilísticos nos artefatos seria determinante na transmissão das mensagens dos grupos sociais (CARR; NIETZEL 1995, p. 6-8; DAVID; KRAMER, 2001, p.168-189). Na década de 1980, arqueólogos como Lewis Binford e James Sackett travaram um intenso debate sobre a noção de estilo a partir do qual assumiram posições antagônicas sobre a natureza do estilo e de onde ele reside nos artefatos, bem como sobre a relação entre estilo e função na constituição de um artefato (DIAS; SILVA 2001:97-100). Binford (1986, 1989) defendia que o estilo é ativo, residual e independente, residindo no que ele chamou de ‘forma adjunta’, ou seja, naqueles atributos não relacionados com os aspectos técnicos e funcionais dos artefatos e, portanto, nos aspectos decorativos. Em seus trabalhos etnoarqueológicos sobre populações caçadoras-coletores ele procurou mostrar que a variabilidade artefactual não podia ser explicada, invariavelmente, como estilística e, portanto, índice de etnicidade, mas precisava ser entendida em termos da funcionalidade dos artefatos e atribuída às condições situacionais que determinavam as escolhas de determinadas formas artefatuais (p.ex. BINFORD, 1978a, 1978b, 1979, 1983b, 1983c). Sackett (1982, 1986) por sua vez, entendia o estilo como passivo, tratando-se de “um modo de fazer alguma coisa, próprio de um tempo e lugar” e, portanto, indicativo de etnicidade. Para ele o estilo residia em todos os atributos dos artefatos, estando embebido no próprio processo de produção dos mesmos e, assim, sendo parte integral das suas dimensões técnica e funcional. Ele também entendia que a variabilidade estilística resultava de “escolhas isocrésticas”²³ que eram determinadas pelo processo de endoculturação dos indivíduos e, portanto, também diagnóstico de etnicidade. A etnoarqueóloga Polly Wiessner (1983, 1984), em seus trabalhos sobre os caçadores-coletores San, no deserto do Kalahari demonstrou como a variabilidade estilística de suas pontas de projétil possibilitava diferenciar seus fabricantes em termos de identidade étnica (estilo emblemático) e pessoal (estilo assertivo). No entanto, ela chamou

²³ Trata-se de um neologismo que se origina das palavras gregas *isos* = igual e *chretikós* = bom para o uso; útil; usual; que sabe servir de; habilitado para servir de (BAILLY, 1990, p. 2154).

a atenção de que apenas alguns atributos das pontas eram de fato significativos para fazer esta distinção dos indivíduos. Ela também mostrou que quanto maior era a integração social, mais sutis eram as diferenças entre esses artefatos. Além de identificar os artesãos, a variabilidade estilística das pontas San informava, principalmente, sobre as diferenciações linguísticas de seus fabricantes, tanto em termos do contexto local como do regional e, neste caso, distinguindo os grupos linguísticos San²⁴. É importante dizer que para o processualismo, o estilo era ativo porque comunicava ou refletia as características e intencionalidades daqueles que produziam os itens materiais. Ou seja, tratava-se de uma perspectiva simbólica e comunicativa sobre a noção de estilo.

As pesquisas etnoarqueológicas processualistas foram conduzidas em diferentes lugares do mundo (p.ex. América do Norte e do Sul, Ártico, Ásia, África, Europa, Mesoamérica, Oceania), e diferentemente das décadas anteriores, a maioria delas buscou ressaltar – para além das especificidades locais – as possíveis generalidades inter-culturais na relação entre comportamento humano e registro material. Além disso, alguns pesquisadores e pesquisadoras fizeram uma aproximação mais sistemática com a arqueometria, a paleobotânica e a geoarqueologia; aproximação essa que contribuiu para fortalecer determinadas generalizações inter-culturais.

Importante dizer que enquanto a etnoarqueologia processual se firmava, na década de 1980, como uma estratégia fundamental para a interpretação arqueológica, ao mesmo tempo, emergia uma nova perspectiva de arqueologia, ou seja, a arqueologia pós-processual e junto com ela um outro entendimento sobre como se deveria conduzir a pesquisa etnoarqueológica.

²⁴ Sacket (1985) fez uma crítica a este trabalho, afirmando que a variabilidade estilística das pontas de projétil San deveria ser interpretada como uma variação isocréstica e, portanto, como demonstração da natureza passiva do estilo, pois resultava do processo de endoculturação dos indivíduos. Ele também criticou o fato da pesquisadora ter salientado que apenas alguns atributos das pontas eram estilísticos. Wiessner (1985) rebateu as críticas, afirmando que a variabilidade estilística no caso das pontas de projétil dos San não poderia ser vista como uma variação isocréstica, pois resultava de um comportamento deliberado de demarcação de identidades e fronteiras sociais. No transcorrer do debate, Wiessner (1993) acaba concordando que a variabilidade estilística das pontas de projétil dos San poderia ser vista como uma escolha isocréstica, pois elas seriam equivalentes em uso. Porém, ela ressalta que nem sempre essa escolha é inconsciente e os San seriam uma prova disso. Sacket (1993) concordou que em determinados contextos alguns atributos estilísticos podem ser apropriados conscientemente pelos indivíduos para transmitir mensagens específicas. Finalmente, ambos pesquisadores defenderam a perspectiva de que a dicotomia estilo e função não era pertinente para explicar a variabilidade artefactual.



No acampamento de roça de Murawu Asurini, proximidades da aldeia Kwatinema.
T.I. Koatinemo, 2005 (Foto: acervo pessoal)

De volta à etnografia

A partir dos anos de 1970, se instaurou a chamada ‘virada hermenêutica’, na antropologia, que desencadeou uma reformulação nos parâmetros da prática e escrita etnográficas, ou seja, da etnografia. Um dos expoentes deste novo momento na disciplina antropológica foi o antropólogo norte-americano Clifford Geertz que na sua obra “*The Interpretation of Cultures*” (1973)²⁵ preconizou uma ‘antropologia interpretativa’, que estaria à busca dos significados das práticas sociais. Ele definia as culturas a partir de uma perspectiva semiótica, como (con)textos, sistemas entrelaçados de significados, ou ainda, enquanto ‘teias de significados’ a serem interpretados. A etnografia, por sua vez, era entendida como uma experiência subjetiva, e que estaria para além da observação e descrição dos fatos etnográficos, sendo um esforço intelectual para apreender esses fatos, interpretá-los e traduzi-los em texto. A etnografia seria um empreendimento para uma ‘descrição densa’ que possibilitaria compreender as estruturas significantes

²⁵ Nesta mesma época, Roy Wagner publicou “*Invention of Culture*” (1975), e neste trabalho propôs a noção de ‘antropologia reversa’ que tem inspirado muitos trabalhos arqueológicos relacionados com a ‘virada etnográfica’ na arqueologia, inclusive, na arqueologia brasileira.

emaranhadas na ação social. Assim, a antropologia buscaria a interpretação das culturas, sendo esta essencialmente inacabada e contestável, interessada no saber local, no alargamento do discurso humano (CLIFFORD 1998, FISCHER 1984, GEERTZ, 1978).

A antropologia interpretativa contribuiu para o desencadeamento do que veio a ser chamada de ‘crítica pós-moderna na antropologia’, que deslocou o foco na interpretação das culturas como textos, e passou a refletir sobre a representação das culturas e as formas de produção textual, na antropologia. Ela engendrou um debate crítico sobre as ideias de objetividade, de cientificidade, de explicações totalizantes e de realismo etnográfico que caracterizavam o que se definia como a ‘etnografia clássica’. Neste cenário, a ideia de etnografia como método foi abalada, a noção de observação-participante como descrição objetiva foi reformulada, sendo que esta passou a ser entendida como uma dialética entre experiência e interpretação. Além disso, foram questionados os limites do saber antropológico e a autoridade etnográfica (CLIFFORD 1998a, 1998b; TAVEIRA 1988; TRAJANO 1986).

Tal reflexão crítica se deteve em questões como, por exemplo, a presença do autor no texto etnográfico, os recursos retóricos do texto etnográfico e as suas características (monológico, dialógico, polifônico), a eficácia simbólica da retórica etnográfica, e o entendimento dos textos etnográficos como textos literários resultantes da visão de um autor. Esta crítica tinha como uma de suas proposições que a interpretação da realidade etnográfica não deveria ser ‘sobre’ um grupo, mas antes, uma negociação ‘com’ o grupo que estaria sendo estudado e, portanto, uma expressão da intersubjetividade da experiência de campo, revelando a multiplicidade de vozes envolvidas nesta experiência. A própria noção de cultura seria redefinida, portanto, como sendo algo sempre relacional. Outra proposição era de que o texto etnográfico não deveria ser monológico, mas impregnado de outras vozes, subjetividades e linguagens, ou seja, ele deveria ser dialógico e polifônico. Assim, a autoria do texto seria dispersa, sendo que o(a) antropólogo(a) não mais seria o sujeito cognoscente privilegiado, mas antes, igualado ao ‘nativo’, e nisso se dispersaria também a autoridade etnográfica. Essas críticas também buscaram atentar para as circunstâncias e conjunturas políticas do fazer etnográfico, com o

objetivo de promover, em termos mais amplos, uma crítica cultural²⁶. Alguns trabalhos emblemáticos desta reflexão crítica são, por exemplo, a coletânea intitulada “*Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*”, organizada por Clifford e Marcus (1986), bem como os trabalhos de Clifford ([1983] 1998a, [1986] 1998b), Marcus e Cushman (1982); Marcus e Fischer (1986); Geertz ([1988] 2005). Cabe lembrar que, em resposta a coletânea “*Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*”, considerada por demais androcêntrica, Ruth Behar e Deborah Gordon (1995) editaram a coletânea intitulada “*Women Writing Culture*” que buscou fazer uma crítica feminista ao modo como as contribuições das mulheres estavam sendo marginalizadas na disciplina antropológica, inclusive, na proposição crítica pretendida pela antropologia pós-moderna.

Etnoarqueologia pós-processual

A arqueologia pós-processualista que se projetou no cenário acadêmico, a partir dos anos de 1980 foi, em parte, influenciada pela antropologia interpretativa²⁷. Ela se identificou com a crítica à objetividade do conhecimento e com a perspectiva contextual e particular da pesquisa etnográfica, e com a relevância na busca pelas estruturas significantes implicadas na ação social. Esta arqueologia emergiu em contraposição ao processualismo, buscando inspiração em diferentes autores e teorias (p.ex. estruturalismo e pós-estruturalismo, neo-marxismo, teoria crítica, teoria da prática, teoria da estruturação). Ela abrigou arqueóloga(o)s com distintas perspectivas

²⁶ Algumas críticas apontam que o pós-modernismo na antropologia tem se caracterizado mais por um trabalho de desconstrução de textos etnográficos clássicos e de apropriação de alternativas textuais do que pela produção de etnografias que conduzam efetivamente a uma crítica cultural, ou que deem conta das novas regras pretendidas de produção etnográfica. Também se coloca que esta crítica pós-moderna deveria ser entendida no âmbito da economia política da academia norte-americana, na qual ela se originou (p.ex. CALDEIRA 1988; TRAJANO 1986).

²⁷ Nos anos de 1980, a principal influência teórica na (etno)arqueologia pós-processualista vinha do estruturalismo, e isto pode ser observado nas obras *The Present Past* (HODDER [1982] 2012), *Symbols in Action* e *Symbolic and Structural Archaeology* (HODDER (ed.), 1982a, 1982b). A influência da antropologia interpretativa, por sua vez, pode ser observada nos trabalhos *The Archaeology of Contextual Meanings* (HODDER (ed.) 1987b) e *Material Culture and Text* (TILLEY, 1991). No entanto, segundo Hodder (1991), até os anos de 1990, uma arqueologia interpretativa, propriamente dita, ainda não havia se concretizado de fato, no âmbito do pós-processualismo, pois a preocupação ainda era, predominantemente, com a teoria e menos com os contextos do passado e seus significados contextuais e históricos. No que se refere à crítica pós-moderna, se pode dizer que esta não foi fortemente assimilada pela arqueologia pós-processualista, nos anos de 1980, embora tenham surgido alguns trabalhos que se ocuparam de fazer uma reflexão sobre a escrita arqueológica (p.ex. HODDER, 1989).

teóricas, mas que defendiam uma agenda comum no que se refere à produção do conhecimento arqueológico, ou seja, enfatizar o estudo dos aspectos simbólicos e ideológicos da experiência humana, ressaltando o papel significativo e ativo da cultura material. A arqueologia pós-processual rejeitava a perspectiva adaptativista e nomotética da arqueologia processual, sendo que o seu objetivo era compreender as realidades arqueológicas a partir de uma perspectiva particularista, contextual e histórica (HARRIS et al., 2017; HODDER (ed) 1982a, 1982b; HODDER, 1985; HODDER; HUTSON 2003, p. 206-235; SHANKS, 2008). Ela preconizava a multi-dimensionalidade da variabilidade dos objetos, enfatizando o engajamento mútuo entre as pessoas e o mundo material, entendendo cultura como um código simbólico e comunicativo, e a cultura material como um texto; daí a importância de se adotar uma perspectiva contextual para abordar as realidades arqueológicas (p.ex. HODDER (ed.), 1987)²⁸.

Para a arqueologia pós-processual um mesmo objeto poderia ter distintos e contraditórios significados, dependendo de quem dele se apropriava, em um determinado contexto de produção e/ou uso. Por isso, o entendimento da variabilidade artefactual precisaria ir além das definições de tipos ou categorias como tecnômico, ideotécnico ou sociotécnico – como preconizava o processualismo – e do enquadramento dos materiais arqueológicos em estilos, culturas, sistemas ou estruturas. Era preciso buscar entender a relação entre estrutura e prática, indivíduo e sociedade, reconhecendo o papel ativo dos sujeitos na percepção da variabilidade da cultura material (HARRIS et al., 2017; HODDER; HUTSON 2003, p. 207-217; JOHNSON, 2010, p. 102-121; TRIGGER, 1992, p. 306-342; YOFEE; SHERRAT, 1993).

Além disso, ao invés de apreender o passado como uma categoria objetiva, singular e cognoscível empiricamente – do modo como propunha a arqueologia processualista – ela defendia que o passado era plural, uma interpretação e construção subjetiva no/do presente realizada por diferentes agentes sociais, incluindo os próprios arqueólogos e arqueólogas. Assim, ela se preocupou em demonstrar como se misturam as políticas do presente no inquérito

²⁸ Cabe ressaltar que a(o)s arqueóloga(o)s pós-processualistas, ao longo do tempo, se apropriaram das ideias de Alfred Gell sobre a agentividade dos objetos e de Bruno Latour sobre a noção de redes de associações entre pessoas e coisas. Além disso, incorporaram a crítica feminista e se apropriaram da fenomenologia, especialmente, em seus estudos sobre a paisagem (HARRIS, et al., 2017; HODDER, 2012; HODDER; HUTSON, 2003).

arqueológico sobre ‘os passados’. Refletindo criticamente sobre a ética da pesquisa arqueológica, o condicionamento histórico e as relações de poder na produção do conhecimento arqueológico, a arqueologia pós-processual enfatizou o papel social e político da prática arqueológica, bem como a necessidade de reflexividade na pesquisa, e do engajamento da disciplina com as comunidades e minorias estudadas. Finalmente, ela passou a tratar a questão do patrimônio arqueológico como um tema de pesquisa para além da ideia de conservação e gestão, entendendo o mesmo como um aspecto fundamental para se entender a percepção dos diferentes coletivos sociais sobre a herança cultural e histórica (HARRIS et al., 2017; HODDER, 1985; HODDER; HUTSON 2003, p. 217-233).

A etnoarqueologia pós-processual também se caracterizou pela incorporação de novos temas de pesquisa, desenvolvendo uma agenda de estudos que não buscava explicações generalistas sobre a relação das populações humanas com o mundo material, mas sim, enfatizava a diversidade da experiência humana com a materialidade, tentando compreender em termos contextuais e específicos os fenômenos estudados. Assim, etnoarqueóloga(o)s pós-processualistas buscavam entender o modo como a cultura material estava significativamente emaranhada nas escolhas de vida das populações estudadas. Do ponto de vista comparativo, enquanto processualistas procuravam identificar regularidades interculturais – em termos de adaptabilidade e comportamento – na relação das pessoas com o mundo material, pós-processualistas buscavam apreender os princípios estruturantes e os significados culturais desta relação, considerando a especificidade e historicidade de cada contexto sócio-cultural (p.ex. DAVID, 1992; HODDER (ed.), 1982b; HODDER, 1985; STARK, 1993).

Trabalhos importantes na história da etnoarqueologia pós-processual são os de Ian Hodder (1977, 1979, 1982a, 1982b, 1991) sobre povos africanos do Quênia, Zâmbia e Sudão (p.ex. Ilchamus, Tugen, Pokot, Dorobo, Samburu, Lozi, Nuba). Neles, o autor buscou mostrar como a cultura material não era apenas um reflexo passivo dos comportamentos e princípios culturais, mas antes, um elemento ativo na comunicação de conteúdos simbólicos e ideológicos e nas práticas sociais. Suas etnografias a respeito da produção, uso, distribuição, estilo decorativo e descarte de itens da cultura



Tivandemi Arara e eu sob um *tapiri* na *área de roça*, proximidades da aldeia Kwatinema, T.I Koatinemo, 2005 (Foto: acervo pessoal)

material evidenciavam a natureza simbólica dos objetos e sua importância para expressar, reforçar e estruturar as relações entre as pessoas em termos das suas estratégias sociais, políticas e econômicas e de suas ideologias²⁹.

Esta percepção do caráter simbólico e do papel ativo da cultura material que caracterizou a etnoarqueologia pós-processual possibilitou que fossem tornados relevantes para a pesquisa arqueológica

²⁹ No seu estudo sobre as cabaças entre os Ilchamus - um povo pastor do Quênia cuja regra de residência pós-marital é a virilocalidade -, este autor demonstrou que o seu uso e decoração comunicavam determinados conteúdos simbólicos, atuando nas estratégias de diferenciação social. Elas eram decoradas e usadas pelas mulheres para nutrir de leite as crianças e ordenhar as vacas. O leite, considerado um alimento essencial para os Ilchamus e sinônimo de satisfação e contentamento, remetia ao gado e à riqueza econômica que são domínio dos homens adultos, e às noções de fertilidade e reprodução que são associadas ao gênero feminino. Tais objetos decorados reiteravam ainda, segundo o autor, princípios estruturais relativos às concepções de mundo deste povo: a superfície interna das cabaças - enegrecida e que continha o leite branco - representaria o mundo doméstico, o interior da casa, os fogos e as cinzas domésticos, a vagina e o útero feminino; a superfície externa decorada - com incisões e avermelhada - evidenciaria o mundo exterior, o guerreiro, o sangue, o perigo e a competição entre homens jovens e adultos por mulheres e pelo gado; a junção de ambas as superfícies afirmaria a posição social das mulheres que faziam e usavam essas cabaças, e que sendo de fora, dada a regra da virilocalidade, eram simbolicamente tornadas de dentro, sendo responsáveis pela nutrição e continuidade da sociedade (p.ex. HODDER, 1988, p. 127-143).

aspectos culturais pouco abordados e/ou negligenciados pela (etno) arqueologia processualista (p.ex. gênero, identidade, etnicidade, poder, cosmologia), reforçando a dimensão particularista e histórica das culturas, e a importância de uma abordagem contextual nos estudos arqueológicos (p.ex. HODDER (ed.), 1982a, 1982b).

No que se refere aos estudos sobre os conjuntos artefatuais, esses não foram entendidos apenas do ponto de vista funcional, econômico, adaptativo ou da organização social, mas também, do ponto de vista das perspectivas culturais de significação do mundo material e das pessoas. No caso dos conjuntos cerâmicos há trabalhos que procuraram mostrar que as vasilhas corporificavam os princípios da categorização social, em determinados contextos. Neste sentido, o entendimento da variabilidade cerâmica (p.ex. formal e quantitativa) poderia contribuir para entender questões relativas à posição social, status, riqueza, identidade social e etnicidade daqueles que produziam e usavam tais artefatos. Além disso, que vasilhas cerâmicas estariam relacionadas com diferentes significados simbólicos e concepções cosmológicas a respeito dos materiais, alimentos, alteridades extra-humanas, podendo desempenhar papéis rituais. Assim, esses artefatos e seus atributos seriam veículos discursivos, transmissores de mensagens e, ao mesmo tempo, teriam o papel ativo de reiterar os princípios estruturais de identidade e alteridade e dos domínios cósmicos (p.ex. DAVID et al., 1988; MILLER, 1982).

Outras tecnologias como a metalurgia também foram estudadas, especialmente, no continente africano onde esta tecnologia se caracterizava como uma atividade de importância simbólica e onde os seus praticantes apresentavam um status diferenciado nas comunidades (DAVID; KRAMER 2001, p. 328-356; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003, p. 46-52). Nesses estudos, os princípios ontológicos relacionados com os materiais e as técnicas metalúrgicas, bem como a relação das práticas da metalurgia e dos seus produtos com os temas da fertilidade, da sexualidade humana, dos papéis de gênero e do ciclo de vida das pessoas foram bastante descritos, sendo de interesse nessas pesquisas demonstrar como esses conteúdos simbólicos poderiam ser materializados através da presença e/ou distribuição de determinados objetos nos contextos arqueológicos (p.ex. CHILDS, 1991; HODDER, 1982a, p. 59-68; REID; MACLEAN, 1995).

No que se refere à tecnologia lítica, a etnoarqueologia pós-processualista teve uma contribuição menos expressiva do que a processualista, especialmente, porque nos anos de 1980 pouquíssimas populações ainda se utilizavam de instrumentos líticos. De qualquer modo, alguns trabalhos foram realizados no sentido de mostrar que este tipo de tecnologia também estava entremeado de significações para além das razões práticas, envolvendo as estratégias de subsistência. Ou seja, que aos materiais líticos poderiam ser atribuídos significados mágico-religiosos e sociais, sendo esses utilizados por algumas populações em contextos rituais, como ofertas matrimoniais e compensações de morte. Além disso, que a própria produção desses instrumentos implicava em determinadas prerrogativas sociais e a observação de prescrições por parte de seus praticantes. Alguns etnoarqueólogoa(o)s entendiam que isto explicaria a dispersão de certos tipos de instrumentos feitos com determinadas rochas, por amplas áreas durante, por exemplo, o paleolítico europeu (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003, p. 30-38); cabe dizer que pesquisas processualistas já haviam demonstrado esta atribuição social e simbólica de determinadas rochas entre povos caçadores-coletores (p.ex. GOULD, 1980).

No que se refere ao tema do uso do espaço, os estudos pós-processualistas procuraram evidenciar que este podia ser concebido de modo significativo pelas diferentes populações. Sendo assim, a própria noção de paisagem foi redefinida, passando a ser entendida como algo apreendido e construído culturalmente. Neste caso, se buscou mostrar que as formas de assentamento, a mobilidade e os processos de abandono de estruturas e sítios, bem como o modo de se apropriar dos lugares eram comportamentos carregados de significados, estando relacionados não apenas com necessidades adaptativas e de obtenção de recursos, mas também, com questões sociais e afetivas (p.ex. morte de parentes) e simbólicas (p.ex. GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003, p. 56-66, 97-110). Ao mesmo tempo, eles evidenciaram que a percepção e ordenação do espaço intra-sítio e nas estruturas (p.ex. habitação, rituais) estavam relacionadas com aspectos relativos à organização sócio-política das populações e, portanto, entremeadas com questões como o parentesco e o status social e político das pessoas. Princípios culturais relativos, por exemplo, às noções de fertilidade, prosperidade, profano, sagrado, pureza, impureza, perigo, identidade e alteridade, também determinavam

o uso do espaço. Tais representações do espaço determinariam ou estariam subjacentes não apenas ao modo de uso, mas também, aos padrões de descarte de itens materiais e de restos de alimentos (p.ex. DONLEY, 1982; HODDER, 1982a, p. 125-184, 1987; MOORE, 1982). Além disso, essas pesquisas também chamaram a atenção de que esses aspectos culturais eram fundamentais para se pensar a relação entre área de assentamento e densidade populacional. Ou seja, que era preciso considerar aspectos como hierarquia social, diferenciação de status e riqueza e frequência de interação entre as pessoas. Alguns trabalhos mostraram que a densidade maior de pessoas em um determinado assentamento poderia estar relacionada com a organização mais centralizada dos processos de interação e troca de informações entre as pessoas, a facilidade e especialização de serviços e de atividades e as conexões políticas do mesmo (p.ex. HODDER, 1982b, p. 117-138). Algo importante na etnoarqueologia pós-processual foi a relevância dada às questões de gênero na análise do uso do espaço, mostrando por exemplo, a relação entre os papéis masculino e feminino, a diversidade das áreas de atividades e estruturas de habitação, os modos de deposição de itens materiais e restos de alimentos, nos assentamentos³⁰ (p.ex. HODDER, 1987; MOORE, 1982). Houve também interesse pelas questões relativas aos enterramentos e, neste caso, nas representações sociais sobre a morte e os mortos, e de como isto se materializava nos tratamentos e nas formas diversas de deposição dos corpos. Alguns trabalhos procuraram relativizar as interpretações processualistas de que a variabilidade nas práticas mortuárias (p.ex. tratamento do corpo, disposição dos enterramentos, acompanhamentos funerários) era um reflexo direto da ordem social (p.ex. complexidade social, hierarquia social, laços de parentesco, status e identidade social). Alguns pesquisadores demonstraram que os enterramentos podiam

³⁰ Susan Kent (1984), em seu trabalho etnoarqueológico sobre o padrão de assentamento e áreas de atividades entre os Navajo já havia se preocupado com esta questão de gênero, considerando a organização do espaço doméstico em relação aos papéis de gênero e aos aspectos ideológicos sobre o próprio uso do espaço. É importante dizer que esta autora, embora seja normalmente identificada com a escola processualista tinha, uma perspectiva muito particular sobre o objetivo das pesquisas etnoarqueológicas. Ela entendia a etnoarqueologia como a possibilidade de obter dados para a realização de comparações inter-culturais, a fim de se encontrar princípios universais que pudessem explicar a formação do registro arqueológico, porém, tais princípios não necessariamente diziam respeito às questões adaptativas e econômicas. Assim, ela entendia que a pesquisa etnoarqueológica deveria buscar compreender os diferentes aspectos sociais e culturais que definiam a relação dos coletivos humanos com o mundo material (CASEY, 2013; KENT, 1987).

representar inversões da ordem social, ou ainda, afirmar preceitos sócio-culturais sobre gênero, status e identidade social, cosmologia e vida ritual (p.ex. HODDER, 1982b, p. 139-146; 159-172; MOORE, 1982; PEARSON, 1982).

A etnoarqueologia pós-processualista também se dedicou ao estudo das estratégias de subsistência em diferentes populações caçadoras-coletoras, pastoras e agricultoras. As diferentes estratégias foram tratadas não apenas do ponto de vista das necessidades adaptativas e da distribuição dos recursos, mas também, em termos dos significados simbólicos atribuídos aos recursos de subsistência e dos aspectos sociais (p.ex. gênero, idade, identidade, status e laços de parentesco) relacionados com a sua produção, criação, processamento e consumo (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003, p. 67-82). Alguns trabalhos mostraram que para certos povos, determinados animais estavam relacionados com diferentes preceitos simbólicos que, por sua vez, se manifestavam nas técnicas de seu processamento, nos modos de consumo e tabus alimentares e na forma de deposição de seus restos e dejetos³¹. Alguns autores evidenciaram, também, que os animais se inseriam nas práticas religiosas, reiterando e atualizando as relações entre diferentes tipos de pessoas que habitam os diferentes domínios cósmicos (p.ex. BEAVITT, 1989).

Outro tema importante no âmbito da etnoarqueologia pós-processual foi o das interações sociais e intercâmbios de bens materiais e, neste caso, se buscou compreender, de modo contextual e particularista, a relação entre estilo e etnicidade. Ian Hodder, desde o final da década de 1970, vinha realizando uma reflexão importante sobre a noção de estilo, a partir dos seus trabalhos de campo entre povos africanos. Este autor mostrou a relação entre a variabilidade estilística na cultura material e as diferenciações de gênero, identidade e status social. Além disso, evidenciou que essa variabilidade era fundamental na negociação de fronteiras sociais e econômicas entre os povos e, neste caso, chamando a atenção de que a distribuição de objetos com determinados traços estilísticos nem sempre

³¹ Este é o caso dos Nuba, do Sudão, que associam os porcos às mulheres e à noção de impureza, enquanto que o gado é relacionado aos homens e carrega significados simbólicos relativos à noção de fertilidade. Eles também atribuem a determinados ossos de animais (p.ex. mandíbulas e crânios) um uso apotropaico. Pode-se citar ainda, os pastores Ilchamus, de Baringo, para quem a quantidade de fezes de cabras depositada na entrada central de seus complexos habitacionais é vista como um símbolo da riqueza dos homens que neles habitam (p.ex. HODDER, 1982a, 1987b).



Milena Acha e Guadalupe. Etnoarqueologia do pastoreio e da paisagem da transumância. Santa Maria, Província de Catamarca, Argentina, 2015 (Foto: cortesia Milena Acha)

é sinônimo de distribuição de povos na medida em que alguns objetos circulam mais do que outros, intra e inter-regiões (p.ex. HODDER, 1977, 1979, 1982a). Ou ainda, que o estilo pode ser empregado de modo ativo nos processos de categorização das pessoas, como seria o caso da variabilidade das vasilhas cerâmicas para determinados povos na Índia central, onde determinadas morfologias e decorações são relacionadas com a diferenciação das castas e, também, de gênero – p.ex. determinados tipos de vasilhas (*chayra doni*) não são usados por indivíduos das castas inferiores, e vasilhas com pinturas vermelhas são de uso preeminente das mulheres (p.ex. MILLER 1982). Neste contexto de pesquisas pós-processualistas sobre estilo é relevante citar o *Mandara Project* (1984), desenvolvido na região norte de Camarões e Nigéria que surgiu com o objetivo de produzir uma teoria preditiva do estilo que deveria ser aplicável na arqueologia (p.ex. DAVID et al., 1988). Outro aspecto importante desses estudos sobre o

estilo foi a incorporação da noção de estilo técnico³², especialmente, porque isso fez com que se apreendesse como estilísticos não apenas os aspectos visuais da cultura material (p.ex. morfologia e decoração), mas também, aqueles não perceptíveis a olho nu (p.ex. técnicas de manufatura, anti-plástico), dando-se ênfase a uma noção de estilo como processo e não apenas como produto final – algo que já vinha sendo defendido por James Sackett. Assim, trabalhos foram desenvolvidos no sentido de mostrar como a reflexão sobre estilo deveria incorporar o estudo sobre os processos de endoculturação e socialização dos indivíduos, inclusive, para se conseguir demonstrar a constituição de estilos locais de produção dos itens materiais (p.ex. DIETLER; HERBICH, 1989). Para o pós-processualismo, o estilo era ativo porque engendrava ações e possuía uma qualidade relacional e, neste sentido, tratava-se de atribuir não apenas comunicabilidade, mas principalmente, agentividade à variabilidade estilística da cultura material.

Finalmente, é interessante destacar que no final da década de 1980 foi lançada uma coletânea de trabalhos arqueológicos e etnoarqueológicos que tratava comparativamente do tema da inovação tecnológica (VAN DER LEEUW; TORRENCE (eds.), 1989). Tratava-se de um conjunto de estudos desenvolvidos em diferentes regiões do mundo, e que tinham como objetivo analisar as condições sociais, econômicas e culturais responsáveis por processos de inovação tecnológica na produção cerâmica, na metalurgia e em atividades econômicas como o pastoreio, a pesca e o manejo da terra. Os trabalhos pós-processualistas buscaram mostrar que as mudanças nas tecnologias ocorriam por outras razões além das adaptativas, econômicas e sociais, podendo responder às motivações pessoais (habilidade, criatividade), políticas (p.ex. liderança, prestígio, poder) e ideológicas (p.ex. abandono de preceitos ideológicos) daquela(s) que inovam, sendo específicas de cada contexto. O tema da inovação recebeu novo fôlego no âmbito da etnoarqueologia pós-processual, sendo entendida como um processo cultural que implica na dialética entre o novo e o pré-existente, na reorganização dos

³² O estilo técnico é a dimensão estilística que se refere ao modo como as pessoas realizam suas atividades técnicas, ou seja, ele remete às escolhas que elas fazem dos materiais, das técnicas, dos instrumentos e da forma - sequencial e/ou concomitante – como as ações técnicas devem ser conduzidas ao longo da cadeia operatória (HEGMON, 1992, p. 518, 1998, p. 266-69; CARR, 1995a, 1995b; GOSSELAIN, 2002, p. 10-12). É importante dizer, que a noção de estilo técnico já havia sido abordada por Lechtman (1977) em seus trabalhos sobre a tecnologia da metalurgia andina.

princípios socioculturais da produção, utilização e distribuição dos bens materiais. Segundo pesquisadora(e)s pós-processualistas toda a inovação seria motivada por escolhas técnicas (individuais ou coletivas) engendradas no contexto das práticas sociais de produção e reprodução cultural; tal proposição se fundamentou no conceito de *habitus*³³ (p.ex. GOSSELAIN, 2008; DIETLER; HERBICH, 1998, 2008).

Como se pode observar, a etnoarqueologia pós-processual resultou da crítica aos pressupostos processualistas de buscar leis gerais e universais sobre o comportamento humano e à ideia de que a etnoarqueologia deveria ter como objetivo último a formulação de teorias de médio-alcance. Assim, etnoarqueóloga(o)s pós-processualistas, buscaram entender a relação entre comportamentos, atividades e materialidade levando em conta a diversidade das culturas e as suas contingências históricas. Com o tempo, pós-processualistas passaram a defender que a etnoarqueologia deveria contribuir não apenas para as interpretações arqueológicas, mas também, para uma reflexão teórica mais ampla, no âmbito das ciências humanas, sobre a relação entre pessoas e coisas, tanto no passado como no presente.

É preciso dizer que a etnoarqueologia pós-processual não ficou imune às críticas de processualistas. Nessas críticas foi apontado que a perspectiva por demais simbolista e particularista desta etnoarqueologia dificultava a comparação inter-cultural dos dados etnográficos e, portanto, inviabilizava uma contribuição efetiva da mesma para a interpretação arqueológica. Ou seja, se criticava o fato de que ela não conseguia estabelecer as ligações entre a realidade etnográfica e a arqueológica em termos dos significados simbólicos da cultura material. Ela não explicava como se poderia identificar, no registro arqueológico, efetivamente, os correlatos materiais relativos, por exemplo, às estratégias sociais de afirmação de poder, às relações de gênero, às diferenças identitárias, às cosmologias. Em outras palavras, como se

³³ O *habitus* é definido como sendo “um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso seja o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro” (BOURDIEU, 1977, p. 72). Cabe lembrar que a noção de *habitus* aparece na antropologia desde o trabalho seminal de Mauss ([1936] 1974, p. 214) sobre as técnicas corporais, para explicar a padronização de gestos e posturas corporais em diferentes sociedades.



Igor Rodrigues, Jaime Xamén Wai Wai e Amanã realizando os procedimentos para a pintura do arumã. Etnoarqueologia dos trançados Wai Wai, região do Mapuera, 2019 (Foto: cortesia Igor Rodrigues)

poderia estabelecer analogias entre os contextos etnográficos e arqueológicos em se tratando desses fenômenos culturais. Também se criticava o fato de que a etnoarqueologia pós-processualista negligenciava a apresentação de dados quantitativos, oferecendo pouca base empírica para as suas teorias (p.ex. STARK, 1993; WATSON; FOTIADIS 1990).

Apesar dessas críticas, a (etno)arqueologia pós-processual se consolidou, quebrando – segundo Trigger (1995, p. 449) – o monopólio do empiricismo e do positivismo da (etno)arqueologia processualista no cenário da disciplina. Assim, as pesquisas pós-processualistas têm se dedicado em contribuir para o debate teórico mais amplo sobre a relação entre pessoas e coisas, ou seja, em refletir sobre o tema da materialidade.

A etnoarqueologia a partir da década de 1990

A partir da década de 1990, processualistas e pós-processualistas passaram a conviver lado a lado, evidenciando a diversidade teórica e de objetos de pesquisa da etnoarqueologia. É interessante observar, no entanto, que em alguns trabalhos se afirmava que essas diferentes abordagens etnoarqueológicas tinham uma certa convergência tendo em vista que ambas tinham como objetivo produzir uma base de dados etnográficos que poderiam subsidiar

as interpretações arqueológicas e, ao mesmo tempo, ressaltavam princípios universais do comportamento humano: processualistas, a partir de um enfoque ecológico e adaptativista, e pós-processualistas a partir de uma perspectiva estruturalista. A convergência também se dava pelo fato de que ambas etnoarqueologias se preocupavam em descrever e preservar os conhecimentos de populações cujos modos de vida estavam ameaçados por investidas neo-colonialistas (p.ex. STARK, 1993). Outros, diziam que elas não eram de todo irreconciliáveis e que poderiam ser até complementares na medida em que cada uma delas se propunha a investigar com mais ênfase determinados temas e aspectos culturais (p.ex. DAVID, 1992).

Enquanto a etnoarqueologia processualista procurava mostrar as regularidades interculturais no comportamento humano e identificar os seus correlatos materiais, a pós-processualista tentava entender os princípios estruturais subjacentes à relação das populações humanas e o mundo material, específicos em cada contexto cultural. Processualistas se utilizavam de um enfoque ecológico-funcionalista para estudar, especialmente, aqueles aspectos culturais que eram entendidos como sendo mais previsíveis em termos da associação entre comportamento e registro material, ou ainda, da formação do registro arqueológico (p.ex. sistemas de assentamento e subsistência, produção e utilização da cultura material). Pós-processualistas, por sua vez, adotavam uma perspectiva hermenêutica para interpretar os significados da cultura material (p.ex. identitários, sociais, políticos, cosmológicos), para além dos aspectos adaptativos e funcionais. A meu ver, nesses anos que se seguiram à década de 1990, vários trabalhos etnoarqueológicos têm transitado entre as perspectivas processual e pós-processual na coleta, apresentação e interpretação dos dados (p.ex. ARNOLD, 2018; SNEAD et al. (eds.), 2009; STARK (ed.), 1998; STARK et al. (eds), 2008; STEWART et al., 2004; ZEDEÑO, 1997); a minha pesquisa etnoarqueológica também transitou entre o processualismo e o pós-processualismo (p.ex. SILVA 2000).

Outro aspecto interessante a partir deste período é que arqueóloga(o)s de língua francesa passaram a se destacar de modo muito expressivo no âmbito das pesquisas etnorqueológicas e, especialmente, aquela(e)s que se dedicaram ao estudo das tecnologias, e se utilizaram da noção de cadeia

operatória, estabelecendo um diálogo com a antropologia da tecnologia³⁴ e com os estudos experimentais. Dentre as arqueólogas, gostaria de destacar Valentine Roux que vem desenvolvendo pesquisas com o objetivo de mostrar as regularidades que unem objetos (p.ex. miçangas, vasilhas cerâmicas) e diferentes aspectos das tecnologias (p.ex. técnicas, habilidades artesanais, organização da produção)³⁵. Ela tem procurado mostrar que existem regularidades em termos, por exemplo, da relação entre duração do aprendizado e especialização artesanal e que estas são determinadas por fatores culturais e bio-comportamentais. Ao longo dos anos, ela também vem pesquisando outras regularidades inter-culturais e, neste caso, buscando identificar as etapas da cadeia operatória em que aspectos identitários são determinantes (p.ex. ROUX, 2003, 2013a, 2016).

Além dela, Olivier Gosselain também tem tido um trabalho muito relevante na antropologia e etnoarqueologia das técnicas. Ele estudou a variabilidade das tradições técnicas entre ceramistas de Camarões, mostrando como a tecnologia poderia ser um lugar de expressão estilística e, neste sentido, dando muita ênfase à noção de estilo técnico e propondo a noção de identidade técnica. Ou seja, ele mostrou que determinadas etapas da cadeia operatória poderiam ser mais prescritivas que outras (p.ex. a manufatura do corpo da vasilha) devido ao fato de que nos processos de aprendizagem o conhecimento ser corporificado pelo aprendiz, sendo essas etapas aquelas mais reveladoras de uma identidade técnica. Ao mesmo

³⁴ A antropologia da tecnologia ou das técnicas é inspirada na tradição teórica inaugurada por Marcel Mauss ([1935]1991) e trazida para a arqueologia por Leroi-Gourhan (1964, 1965, 1984a, 1984b). No seu artigo seminal sobre as técnicas corporais, Mauss refletiu sobre a arbitrariedade cultural de nossos comportamentos mais casuais (p.ex. andar, nadar, posicionar as mãos, correr, etc), definindo o corpo como “o primeiro e mais natural objeto técnico e, ao mesmo tempo, meio técnico do homem” (MAUSS, 1991, p. 342). Ele demonstrou que todos os comportamentos corporais, por mais naturais que possam parecer são o resultado de processos sociais de aprendizagem e que variam de uma sociedade para outra. Assim, se todo o comportamento é socialmente adquirido, aquele que envolve instrumentos ou outros objetos e que se poderia chamar de comportamento técnico não deve ser uma exceção. Neste sentido, a ‘antropologia da tecnologia’ procura compreender os processos técnicos como fatos sociais e a arbitrariedade cultural das escolhas técnicas – desde a obtenção das matérias-primas até a elaboração do produto final – vislumbrando a tecnologia como um fenômeno que se constitui a partir de uma complexa teia de associações e relações significativas entre o mundo material, o social e o universo simbólico dos diferentes coletivos humanos (p.ex. CRESSWELL, 1996; INGOLD, 2000, p. 289-419; LEMONNIER, 1986, 1992, 1993; PFAFFENBERGER, 1988, 1992).

³⁵ Valentine Roux é uma pesquisadora que tem uma identificação com a perspectiva logicista de etnoarqueologia, defendida por outros autores franceses como Gally (1990), e que se aproxima da perspectiva processualista (positivista e nomotética) de encontrar regularidades interculturais sobre a relação dos coletivos humanos com o mundo material. Porém, para alguns autores, ela não pode ser vista apenas como uma logicista tendo em vista o seu interesse pelos aspectos sociais das tecnologias no que se refere, por exemplo, à relação entre cadeia operatória de produção dos objetos e identidade cultural (p.ex. GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003, p. 22).

tempo, ele demonstrou como essas práticas são constantemente acasadas e reajustadas a medida que os indivíduos interagem com outros indivíduos. Nos últimos anos, em vários de seus trabalhos etnoarqueológicos pelo continente africano, ele também tem procurado mostrar a relação entre diferenciações técnicas e fronteiras sociais e linguísticas (p.ex. GOSSELAIN, 1992, 2000, 2002, 2008).

Nesta produção etnoarqueológica de francesa(e)s também cabe destacar os nomes de Anne-Marie Pétrequin e Pierre Pétrequin (1993, 1999) que desenvolveram estudos importantes sobre tecnologia lítica e cerâmica, e de Allain Gallay (1991, 1992) que tem desenvolvido reflexões teóricas sobre o campo da etnoarqueologia.

Esta perspectiva a respeito do fenômeno tecnológico atraiu etnoarqueóloga(o)s, tanto na Europa como na América, sendo que nas últimas décadas muitas pesquisas estão sendo desenvolvidas com o objetivo de compreender as diferentes dimensões da variabilidade artefactual, para além da funcionalidade e adaptabilidade. Essas pesquisas estão evidenciando como a variabilidade artefactual está entrelaçada com aspectos de ordem social e ideológica, mostrando a relação entre as tradições e estilos técnicos e as fronteiras sociais e linguísticas (p.ex. STARK (ed.), 1998; HAOUR et al., 2010; STARK et al., 2000). Além disso, têm sido incrementados os estudos sobre a relação entre os processos culturais de ensino-aprendizagem das técnicas e aspectos como diferenciação de gênero e idade, corporalidade, identidade e status social, parentesco e etnicidade. Mais recentemente, tem sido desenvolvido um debate muito profícuo sobre a noção de comunidades de prática, ou seja, sobre grupos de pessoas que compartilham conhecimentos por uma variedade de razões e de diferentes maneiras, ao longo de sua convivência. Está se buscando compreender como essas comunidades de prática podem ser apreendidas em termos de registro material (p.ex. GOSSELAIN, 2018; STARK; BOWSER; HORNE (eds.), 2008; WENDRICH (ed.), 2012). Esses estudos sobre tecnologia também têm trazido novas perspectivas sobre os fatores que levam à persistência e/ou transformação de tradições tecnológicas, e como isso se articula com outros aspectos relativos às transformações e/ou persistências sociais e culturais (p.ex. GOSSELAIN, 2008, 2018; LEMONNIER (ed.), 1993; ROUX, 2013b; ROUX et al., 2017).

Outro tema que recebeu destaque nas pesquisas etnoarqueológicas das últimas décadas foi o das paisagens, sendo explorado de forma muito recorrente a partir de um referencial fenomenológico³⁶. Segundo Paul Lane (2008), a etnoarqueologia da paisagem tem sido fundamental para refinar o conhecimento arqueológico sobre o modo como as pessoas se relacionam com o meio ambiente, atribuindo a ele significados e construindo paisagens. Esses estudos têm demonstrado que essas paisagens construídas são multifacetadas (p.ex. econômicas, políticas, sociais, históricas, cosmológicas), sendo transformadas a partir de vivências humanas específicas e, por isso, constituídas de lugares significativos, sendo concebidas como territórios, através da ideia de pertencimento de um determinado grupo de pessoas a esses lugares (p.ex. CARROL et al., 2004; STEWART e al., 2004; FERGUSON; COLWELL-CHANTHAPHONH, 2006; WHITRIDGE, 2004; ZEDEÑO, 1997).

Além disso, a etnoarqueologia da paisagem tem mostrado que a própria mobilidade das diferentes populações deve ser compreendida a partir de razões que vão além da adaptabilidade, tendo a ver com a apreensão dos caminhos, das estradas, das rotas e dos lugares enquanto espaços carregados de conteúdos simbólicos que remetem e atualizam princípios culturais, conhecimentos, memórias e histórias (SNEAD et al. (eds.), 2009). Vários trabalhos tentam mostrar que os movimentos das populações implicam em produzir conexões (p.ex. entre diferentes tipos de pessoas, entre lugares, entre lugares e pessoas), podendo ocorrer em diferentes escalas (p.ex. local, regional, continental) e por diferentes razões (p.ex. sagradas, bélicas, comerciais). Esses estudos buscam compreender como a mobilidade pode, por exemplo,

³⁶ Vários desses estudos etnoarqueológicos sobre paisagem dialogam com as proposições do antropólogo Tim Ingold que há algum tempo publicou um artigo intitulado “*The Temporality of Landscape*” onde procurou demonstrar que a vida é um processo que envolve a passagem do tempo e, ao mesmo tempo, de formação de paisagens. A paisagem para ele seria a forma de realização da *taskscape* que ele definiu como sendo o entrelaçamento das atividades que são constitutivas do habitar (*dwelling*), e cuja temporalidade é eminentemente social e reside na rede de interrelações entre os múltiplos ritmos da vivência. Temporalidade e historicidade, portanto, se fundem na experiência daqueles que, em suas atividades, conduzem o processo da vida social. Assim, a paisagem seria uma construção em movimento e se constituiria como um registro duradouro de – e testemunho para – vidas e atividades de gerações passadas que tenham vivido nela e assim fazendo tenham deixado alguma coisa de si mesmas nesta paisagem. Para o arqueólogo, segundo Ingold, a paisagem conta uma história na medida em que está impregnada com o passado e é preciso um engajamento com esta paisagem para que se possa apreender este passado. A experiência arqueológica seria ela própria uma experiência de *dwelling* (habitar) e o objeto de estudo da arqueologia seria a temporalidade das paisagens (INGOLD 1993).

contribuir na formação de identidades territoriais (p.ex. SNEAD et al., 2009; FERGUSON et al., 2009; ZEDEÑO et al., 2009).

Alguns trabalhos recentes também mostram que desde a publicação do texto de Lewis Binford intitulado “*The Archaeology of Place*” (1983c), muita coisa se transformou no que se refere ao entendimento da noção de ‘lugar’ na arqueologia. Naquele artigo, baseado em suas pesquisas etnoarqueológicas junto às populações caçadoras-coletoras, este autor estabeleceu parâmetros para a análise dos sítios arqueológicos como lugares de atividades humanas cuja configuração e variabilidade seriam resultantes das atividades econômicas e sociais de captação e processamento dos recursos disponíveis no ambiente, ao longo do tempo. Na atualidade, alguns autores se dedicam a estudar os lugares para além de suas funções em termos da organização e logística sócio-econômica. Os lugares são descritos como significativos, adjetivados de várias maneiras (p.ex. sagrados, perigosos) e estudados em termos de suas biografias, significados metafóricos e metonímicos, políticas, lógicas, redes, transformações e persistências (p.ex. BROWN, 2004; WHITRIDGE, 2004). Esta etnoarqueologia do lugar busca entender como as pessoas criam lugares através de suas experiências com o meio (tangível e intangível), dando significados a eles e produzindo conhecimento sobre os mesmos. Ela mostra que os lugares têm uma dimensão individual e social, bem como agência para modelar e influenciar as ações das pessoas. Ou ainda, que os lugares são irremediavelmente ligados à história e à memória das pessoas e, por isso, podem servir para atualizar princípios identitários e de pertencimento aos lugares (p.ex. BOWSER; ZEDEÑO (eds.), 2009).

Pode-se dizer que nos últimos trinta anos, a etnoarqueologia tem persistido como um campo da pesquisa arqueológica, sendo que os trabalhos publicados demonstram a diversidade teórica de pesquisadora(e)s ao abordar temas como paisagem (p.ex. SNEAD; ERICKSON; DARLING (eds), 2009; BOWSER; ZEDEÑO (eds.), 2009), mobilidade e subsistência (p.ex. BARNARD; WENDRICH (eds.), 2008; SELLET; GREAVES; PEI-LIN (eds.) 2006), abandono (p.ex. CAMERON; TOMKA (eds.) 1993), estilo (p.ex. CARR; NEITZEL (eds.) 1995), arquitetura (p.ex. LYONS, 2007; CARRER, 2017), transformação cultural (p.ex. DIETLER; HERBICH, 1998; ARNOLD, 2008) e tecnologia (p.ex. ARTHUR, 2006; HERBICH; DIETLER, 2008; GOSSELAIN, 2000; LEMONNIER, (ed.), 1993; LONGACRE;



Eduardo Bsepalez, Josué Lipo de Souza e Manoel de Souza Neto. Etnoarqueologia da história de formação territorial, Aldeia Lalima, T.I. Lalima, 2012 (Foto: cortesia Eduardo Bsepalez).

SKIBO (eds.), 1994; KRAMER, 1997; MAYOR, 1994; SHOTT, 2018; SKIBO, 1992), sendo que neste tema a cerâmica ainda é o objeto privilegiado da pesquisa, principalmente, entre processualistas. Cabe dizer, que alguns etnoarqueólogos e etnoarqueólogas desenvolveram pesquisas com a preocupação de compreender a história cultural dos povos estudados, associando dados etnográficos, históricos, linguísticos e da tradição oral (p.ex. ANAWAK, 1994; KUS, 1997; LYONS, 1998; STEWART et al., 2004). Cabe mencionar que o *Mandara Archaeological Project*, iniciado no ano de 1984, tinha como objetivo construir uma história cultural das populações locais, e os trabalhos que foram realizados versavam sobre diferentes temas (p.ex. tecnologias, construção de paisagens, subsistência, arquitetura, práticas mortuárias, etnicidade, cosmologia) (p.ex. DAVID et al., 1988; LYONS, 1998; MACEachern, 1998).

É interessante observar também que, nestas últimas décadas, a arte rupestre passou a ser um tema mais frequente nos estudos etnoarqueológicos e, especialmente, no que se refere ao tema das práticas rituais e do

xamanismo. Assim, tem se buscado documentar as performances rituais de diferentes populações, a materialidade que está relacionada a essas performances, bem como se as populações do presente se utilizam dos sítios rupestres na sua vida ritual e/ou o modo como elas se referem a eles na sua tradição oral (p.ex. LEWIS-WILLIAMS; CHALLIS, 2011; WITHLEY, 1998).

Para finalizar, gostaria de ressaltar o desenvolvimento da etnoarqueologia de gênero. Esta se caracteriza pela tentativa de desconstruir as narrativas androcêntricas sobre a materialidade arqueológica. Além disso, busca demonstrar como se constroem as noções de gênero nas diferentes sociedades e como elas definem valores, prerrogativas e modos de ser. Ao mesmo tempo, como isso tudo se materializa, ou ainda, como a cultura material assume relevância na construção e manutenção das identidades de gênero e nas próprias estratégias de negociação (p.ex. poder político, status social) e resistência entre as diferentes pessoas (p.ex. BOWSER, 2000; HODDER, 1991; JARVENPA; BRUMBACH (eds.), 2006; JONES, 2009; LYONS, 1998). Gostaria de destacar as pesquisas etnoarqueológicas que vem sendo realizadas entre povos caçadores-coletores do Ártico tendo em vista que elas têm desconstruído o estereótipo ‘homem caçador *versus* mulher coletora’ que se consolidou, especialmente, a partir das pesquisas de Lewis Binford. Essas pesquisas evidenciam a falácia deste modelo androcêntrico tendo em vista que elas trazem dados que mostram a dinâmica e a complementaridade entre homens e mulheres para a realização das atividades cotidianas. Mais especificamente, elas mostram como as mulheres também controlam tecnologias complexas, e são agentes sociais fundamentais na estocagem e distribuição de recursos, bem como nas atividades de caça e pesca.

Metodologia da pesquisa etnoarqueológica

Etnoarqueóloga(o)s não costumam ser muito prolixos em se tratando da descrição de seus métodos e técnicas de pesquisa. Além disso, não se pode dizer que exista um consenso entre essa(e)s pesquisadora(e)s sobre o que vem a ser a metodologia da pesquisa etnoarqueológica. Certamente, isto se deve ao fato de que a etnoarqueologia abarca diferentes perspectivas teóricas e, portanto, diferentes estratégias de pesquisa.

Normalmente, a metodologia empregada em campo é estabelecida de acordo com o tema e o problema de pesquisa que são definidos na estruturação do trabalho (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003, p. 22-25).

Em termos gerais, a pesquisa etnoarqueológica desenvolve-se a partir de uma articulação entre a prática etnográfica e os métodos e técnicas da pesquisa de campo arqueológica, sendo tal estratégia utilizada tanto por processualistas, como pós-processualistas. Conforme a bibliografia, há aspectos e procedimentos que são considerados fundamentais do ponto de vista metodológico: 1) reunir informações (históricas, etnográficas, geográficas, conjunturais) sobre o contexto e objeto da pesquisa; 2) definir e elencar as técnicas quantitativas e qualitativas de coleta dos dados; 3) estabelecer os critérios de seleção e o modo de interação com as populações locais; 4) definir o tempo de permanência na área de pesquisa em função do objeto de estudo (DAVID; KRAMER, 2001, p. 63-84).

Portanto, conforme demonstram vários trabalhos, uma proposta de pesquisa etnoarqueológica não necessariamente se restringe aos dados etnográficos, podendo incluir pesquisa bibliográfica e documental, de coleções museológicas, experimental e arqueométrica. Na bibliografia etnológica e documental (p.ex. arquivos históricos, acervos fotográficos, fotos aéreas), se procura resgatar informações a respeito do contexto (p.ex. ambiental, espacial, geopolítico) onde se realiza a pesquisa, bem como sobre modo de vida das populações estudadas no que se refere, por exemplo, à produção e significado dos seus objetos, padrão de subsistência e assentamento, uso do espaço, deslocamentos territoriais, interações com outras populações (p.ex. bélicas, comerciais, de reciprocidade, eventuais), características linguísticas, trajetória histórica e transformações sócio-culturais. Nas coleções museológicas, se busca informações sobre a fabricação e o uso de seus artefatos, bem como sobre as transformações no tempo, dos seus processos produtivos, morfologia, decoração e uso. Com a pesquisa experimental, se tenta replicar, sob condições controladas, a produção e o uso de determinados artefatos, bem como os diferentes processos de preservação e transformação que poderiam afetar e condicionar a formação do registro arqueológico (p.ex. ARONSO et al., 1994; GOSSELAIN, 2000; HARDIN, 1979, 1991; HARDIN; MILLS, 2000; HAUOR et al., 2010; KRAMER, 1979; KUS, 1997; SILVESTRE, 1986; SKIBO, 1994; STILES, 1971; TANI, 1994).

No entanto, é durante a pesquisa de campo etnográfica que se adquire as informações detalhadas e atuais sobre o objeto de estudo. Para alguns autores, inclusive, é esta experiência que define uma pesquisa como sendo etnoarqueológica (p.ex. POLITIS, 2015). Nos anos de 1970, foi empregada a noção de *living archaeology* para explicitar este “esforço empreendido por um(a) arqueólogo(a) ou etnógrafo(a) de realizar um trabalho de campo em sociedades vivas, dando especial atenção à padronização arqueológica do comportamento naquelas sociedades” (GOULD, 1977, p. 360).

Perspectivas da pesquisa de campo etnográfica

Em um primeiro momento, influenciada(o)s por uma perspectiva funcionalista de fazer etnografia, etnoarqueóloga(o)s processualistas adotaram a noção de ‘observação participante’ em suas pesquisas etnográficas. Ou seja, incorporaram a premissa de que para conhecer uma determinada cultura é preciso ‘estar lá’, ficar junto a um determinado povo durante um certo tempo, observando e participando de suas atividades, no dia-a-dia. No entanto, alguns desses processualistas defenderam que a pesquisa de campo etnoarqueológica seria “um tipo peculiar de etnografia” (GOULD, 1978a, p. 4), pois tratava-se de “observação participante arqueologicamente orientada”, preocupada em observar e descrever aspectos culturais usualmente negligenciados na pesquisa antropológica e, ao mesmo tempo, utilizando também os métodos e técnicas próprios da pesquisa arqueológica. Neste sentido, este tipo de pesquisa etnográfica produziria uma especificidade de dados de interesse fundamental para a reflexão arqueológica, ou seja, dados relativos aos processos de formação do registro arqueológico (p.ex. BINFORD, 1991; GOULD, 1978b, 1978c; SCHIFFER, 1978, 1987). Segundo Gould (1990), a pesquisa etnoarqueológica deveria ser desenvolvida a partir de uma abordagem ‘ética’ e ‘êmica’ para apreender os fenômenos a serem estudados. Para ele, a ‘abordagem ética’, deveria ser adotada para obter dados materiais quantitativos relativos aos modos de vida das populações humanas (p.ex. quantidade de unidades habitacionais nos assentamentos, quantidade de vasilhas cerâmicas por unidade doméstica), independentemente do contexto estudado. A ‘abordagem êmica’, por sua vez, deveria ser adotada para que se pudesse apreender os mecanismos e significados culturais que estariam subjacentes às atividades

das pessoas em um determinado contexto. O que este autor procurava salientar com essas noções de 'ético' e 'êmico' é que, durante a pesquisa, se precisaria estar atento às diferentes dimensões que os comportamentos ou atividades poderiam ter, ou seja, que esses poderiam ser motivados tanto por questões de ordem prática e contingente, como por questões de ordem social, política e ideológica, contextualmente significativas. Para ele, porém, a pesquisa etnográfica realizada no âmbito da etnoarqueologia não teria um fim em si mesma, ou seja, não buscaria compreender a realidade etnográfica em si. Ela teria, em última instância, o objetivo de buscar subsídios para compreender o registro arqueológico (GOULD, 1989).

O tempo das pesquisas de campo etnográficas de processualistas tem variado em termos de meses, semanas e dias, podendo ocorrer em encontros periódicos, ou ocasionais, com determinadas pessoas selecionadas (p.ex. BINFORD, 1978a, 1986). Há situações, inclusive, em que elas perduram durante anos, entre uma mesma população (p.ex. ARNOLD, 2018, p. 30-48; STARK; SKIBO, 2017). Além disso, no âmbito dos projetos de pesquisa, a prática etnográfica pode ser conduzida como uma atividade sistemática (p.ex. *Kalinga Ethnoarchaeological Project*, *Coxoh Ethnoarchaeological Project*), ou restrita a uma etapa, estando inserida em um programa de multi-estágios de investigação (p.ex. *Kalahari Project*, *Iranian Prehistoric Project*).

Ao longo dos anos, a etnoarqueologia processualista tem privilegiado a observação e o registro em detalhe das atividades de produção, uso, armazenagem, descarte e abandono de artefatos, da configuração e uso das estruturas (intra-sítios) e da obtenção e processamento dos recursos alimentares, atentando para o registro material resultante de todos esses comportamentos e atividades. Paralelamente, vem se empenhando em compreender o modo como as pessoas se organizam espacialmente, em seu dia a dia, e ao longo do ano, para realizar as suas atividades. Neste caso, o universo de observação extrapola para além dos assentamentos (p.ex. acampamentos, sítios de atividade específica, *locations*) a fim de ser possível ter uma percepção da territorialidade, mobilidade e processos de reocupação de sítios (p.ex. ARTHUR, 2006; BINFORD, 1991; YELLEN, 1977; SELLET et al., 2006; SHOTT, 2008).

Quando a etnoarqueologia pós-processualista entrou em cena, imediatamente se passou a criticar o modo processualista de levar a cabo a

pesquisa etnográfica. Segundo Hodder (1987b), para que uma pesquisa de campo etnográfica fosse de fato efetiva arqueologicamente era necessário permanecer em campo durante um longo tempo, buscar aprender a língua local e exercitar um olhar etnoarqueológico amplo e não restrito a determinados aspectos culturais. Ou seja, tudo deveria ser considerado de interesse arqueológico e, portanto, a etnografia precisava ser conduzida com os mesmos parâmetros da pesquisa de campo antropológica. Inspirados pela antropologia interpretativa (p.ex. GEERTZ 1978), etnoarqueólogo(a)s pós-processualistas pretendiam *ao fim e ao cabo* realizar uma ‘descrição densa’ dos contextos culturais que estavam sendo pesquisados. Assim, desde o início de suas pesquisas tiveram esta preocupação em não recortar o universo da observação etnográfica (p.ex. DAVID et al., 1988; HODDER, 1982a, 1982b; LYONS, 1998). Ou seja, buscaram registrar os processos de produção, uso, armazenagem e descarte da cultura material, do mesmo modo que descreveram a vida ritual e outros aspectos do universo simbólico das populações estudadas. Ao mesmo tempo, deram muita atenção ao registro das narrativas orais das pessoas que viviam nos lugares que estavam sendo pesquisados, e se preocuparam em compreender os significados das categorias nativas de classificação dos artefatos, e não apenas registrá-las como costumava ser feito na etnoarqueologia processualista. Nos projetos etnoarqueológicos pós-processualistas, a prática etnográfica sempre foi considerada fundamental e realizada de modo constante. Além disso, alguns desses projetos (p.ex. *Mandara Archaeological Project*) foram idealizados com o objetivo de entender os contextos culturais em seus próprios termos, enfatizando as histórias de longa duração das populações em uma determinada região (p.ex. DAVID, 1992; LYONS; CASEY, 2016).

Pode-se dizer que sempre houve uma diferença de entendimento entre processualistas e pós-processualistas a respeito do modo como deveria ser conduzida a prática etnográfica. Processualistas costumam realizar suas pesquisas de campo etnográficas de modo mais distanciado e objetivo, focando, preferencialmente, nos aspectos culturais que tem maior possibilidade de apresentar visibilidade arqueológica. Pós-processualistas, ao contrário, defendem que a prática etnográfica deve contemplar, também, os aspectos que não tem visibilidade material. Além disso, ressaltam que é preciso fazer

uma imersão na realidade estudada, interagindo o mais possível com as pessoas em suas atividades a fim de compreender com profundidade os seus modos de vida.

Outras formas de registro e técnicas de coleta e controle dos dados

Na pesquisa etnoarqueológica também se costuma utilizar as técnicas de entrevistas (estruturadas e semi-estruturadas) para interagir com as populações locais e obter dados específicos sobre os fenômenos estudados. Ou ainda, se aplica questionários a fim de obter dados quantitativos e comparativos sobre os mesmos (p.ex. ARTHUR, 2006; DEAL, 1998; GOSSELAIN, 2002; STARK, 1994).

São realizados *surveys* oportunistas, com o auxílio de pessoas experientes em termos da geografia local a fim de identificar lugares relevantes do ponto de vista da territorialidade, mobilidade e subsistência das populações estudadas (p.ex. assentamentos antigos, sítios de atividades específicas), empregando mapas e fotos aéreas existentes para as regiões investigadas. Através dessas técnicas é possível identificar, também, a distribuição dos recursos ambientais e as áreas de exploração de matérias primas e de obtenção de alimentos, bem como os lugares considerados significativos do ponto de vista das histórias, memórias e tradição oral dos povos estudados. Alguns etnoarqueólogos e etnoarqueólogas, inclusive, acompanham as pessoas em suas atividades de subsistência e coleta de matéria-prima e, a partir disso produzem mapas e croquis contendo todas essas informações (p.ex. BINFORD, 1980; CARROL et al., 2004; HOLE, 1979; POLITIS, 2007; STEWART et al., 2004).

Outra(o)s etnoarqueóloga(o)s também utilizam da técnica de percorrer trajetos pré-determinados nos assentamentos, em diferentes horas do dia, durante vários dias da semana, e sazonalmente. A partir disso, conseguem observar, descrever e registrar as atividades cotidianas que podem ocorrer nestes períodos, bem como a configuração e distribuição dos registros materiais resultantes das mesmas. Trata-se de obter uma compreensão mais detalhada das transformações no uso do espaço, no que se refere aos aspectos relacionados com a multi-funcionalidade e sazonalidade de uso das áreas de atividades (p.ex. SCHIFFER, 1978).

Outra técnica utilizada é a da marcação (tarja ou inscrição) dos artefatos para identificar seu modo, contexto e tempo de uso. Isso permite controlar melhor as informações, às vezes imprecisas, das pessoas que usam os artefatos, a respeito da vida útil dos mesmos (p.ex. NEUPERT; LONGACRE, 1994).

Investigar assentamentos, estruturas e áreas de descarte (em desuso e/ou abandonados) também é uma estratégia que vem sendo empregada nas pesquisas. Neste caso, se busca comparar as características do registro material nos mesmos, com as características do registro material em assentamentos, estruturas e áreas de descarte em funcionamento. A partir disso, se tenta identificar e registrar quais comportamentos e atividades humanas, nestes contextos específicos, tem visibilidade material. Ao mesmo tempo, se procura observar os processos naturais de formação do registro arqueológico e, neste caso, são empregados métodos oriundos de diferentes especialidades das ciências da terra e das ciências naturais (p.ex. geoquímica, tafonomia) (p.ex. CARRER, 2015; GORECKI, 1985; MCINTOSH, 1977).

Realizar experimentos no campo e no laboratório, especialmente, no que se refere à produção dos artefatos e suas marcas de uso, também é um procedimento recorrente nas pesquisas. Neste caso, em laboratório, são empregados métodos arqueométricos (p.ex. BINFORD, 1986; KOBAYASHI, 1994; SKIBO, 1994).

No que se refere às formas de registro se pode destacar o uso de fichas para registrar, por exemplo, as características de diferentes estruturas em termos de seus aspectos arquitetônicos (p.ex. moradia, ritual), ou ainda, para fazer inventários sobre as características, utilização, ocorrências e quantidades dos conjuntos artefatuais nos contextos estudados (p.ex. GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003, p. 24; GOULD; YELLEN, 1987; SHOTT, 2018, p. 58). Além disso, tabelas são produzidas para organizar dados etnográficos como, por exemplo, sobre os tipos de materiais e técnicas empregados na produção dos artefatos e a sua distribuição intra e inter-localidades e/ou regiões (p.ex. DEBOER; LATHRAP, 1979; GRAVES, 1991; HAOUR et al., 2010). Ou ainda, para evidenciar dados demográficos e compreender as relações de parentesco e as estruturas de ensino aprendizagem das técnicas, no âmbito de diferentes unidades sociais (p.ex. grupos domésticos, clãs, grupos locais) (p.ex. ARNOLD, 2008; DEAL, 1998; STARK; SKIBO, 2007). Todos os dados quantitativos costumam ser organizados

e processados estatisticamente. Inclusive, isso é considerado fundamental para tornar o mais transparente possível os dados amostrais.

A realização de croquis e mapas de distribuição de estruturas e artefatos também é uma forma de registro muito comum nos trabalhos etnoarqueológicos, servindo para demonstrar, por exemplo, a variabilidade quantitativa e espacial dos conjuntos artefatuais em termos das diferentes áreas de atividades intra-sítios e áreas deposicionais e a distribuição das estruturas (p.ex. habitação, armazenagem, preparação de alimentos, etc) (p.ex. BINFORD, 1991; DEBOER; LATHRAP, 1979; SHOTT 2018, p. 51-69), ou ainda, para entender preceitos culturais relativos à espacialidade (p.ex. HODDER, 1987).

Os diários de campo, fotografias, gravações em áudio e vídeo são as formas comuns de registro e documentação na pesquisa etnoarqueológica.

Sobre interlocutores e assistentes de pesquisa

O auxílio de ‘informantes’ é bastante recorrente nas pesquisas etnoarqueológicas e, quase sempre, essas pessoas possuem grande conhecimento a respeito dos temas investigados. Ou ainda, têm as qualificações e a experiência para realizar determinadas atividades e falar a respeito delas. Normalmente, sua escolha é definida levando-se em consideração aspectos como a idade, o gênero, as relações de parentesco, o status social e político (p.ex. ARTHUR, 2006; BINFORD, 1991; HOLE, 1979; O’CONNELL et al., 1988a; SHOTT, 2018, p. 60-69).

A contratação de assistentes de pesquisa também tem sido uma prática comum na etnoarqueologia. Tais assistentes costumam acompanhar ou realizar as entrevistas com as pessoas locais, estabelecendo contatos e intermediando as relações entre elas e o pesquisador ou pesquisadora – isto é muito frequente nos casos em que esses não dominam a língua local. Além disso, assistentes também atuam como guias, orientando e facilitando os deslocamentos de quem está realizando a pesquisa, pelos territórios e lugares investigados. Na escolha de assistentes de pesquisa também se costuma levar em consideração aspectos como idade, gênero, relações de parentesco e status social e político. Em alguns projetos etnoarqueológicos, estudantes atuam como assistentes de pesquisa se responsabilizando, por exemplo, de aplicar questionários e fazer entrevistas junto às pessoas das comunidades



Fábio Guaraldo Almeida, Silvio Campos, Raimundo Conceição dos Santos. Etnoarqueologia da paisagem quilombola, sítio Iquira, ilha de Tinharé, Cairú, BA (Foto: cortesia Fábio Guaraldo Almeida).

estudadas. Cabe dizer que existem situações em que a própria comunidade pode se incumbir de definir quem serão as pessoas que atuarão como interlocutores e/ou assistentes da pesquisa (DAVID; KRAMER, 2001, p. 66-75).

Analogia etnográfica, modelos, leis e teorias de médio-alcance

Ao longo dos anos, tem havido um permanente debate sobre os objetivos da etnoarqueologia, ou melhor dizendo, sobre o modo como deveriam ser utilizados os dados etnográficos obtidos a partir dela, na construção do conhecimento arqueológico. As posições de pesquisadora(e)s sobre o tema são bastante discordantes, e traduzem os seus diferentes entendimentos sobre as bases epistemológicas da arqueologia, a natureza do registro arqueológico e a relação entre passado e presente e, finalmente, sobre a própria etnoarqueologia.

Analogia etnográfica

Na década de 1970, Richard Gould (1974, 1977, 1978b, 1978c) defendia que não se poderia pretender que a pesquisa etnoarqueológica possibilitasse a formulação de analogias concretas e diretas para interpretar o registro arqueológico na medida em que os dados etnográficos nem sempre têm correlatos arqueológicos, ou ainda, que a própria visibilidade arqueológica é, muitas vezes, precária. Portanto, ele defendia que as interpretações do registro arqueológico só poderiam ser feitas se embasadas em um conjunto de modelos interpretativos. A noção de modelo trazia subjacente a percepção de que se estaria utilizando um conjunto de hipóteses a serem testadas em relação aos dados arqueológicos, adotando uma perspectiva contrastiva que levaria em consideração tanto os comportamentos específicos observados em determinados contextos culturais, quanto as regularidades ou recorrências comportamentais constatadas a partir de uma perspectiva comparativa intercultural. Dois tipos de modelos poderiam ser formulados a partir da pesquisa etnoarqueológica: 1) *modelos contínuos*, nas situações em que se pudesse atestar uma continuidade histórica entre as populações comparadas; 2) *modelos descontínuos*, nos casos em que esta continuidade fosse inexistente ou não comprovada e, neste sentido, deveriam ser consideradas, preferencialmente, populações que ocupassem um mesmo tipo de ambiente e apresentassem sistemas tecnológicos semelhantes³⁷. Em um trabalho posterior Gould (1980) radicalizou ainda mais suas posições contra o que ele chamava de ‘argumento pela analogia’, passando a defender o chamado ‘argumento pela anomalia’, no sentido de que observar as diferenças entre os contextos etnográficos e arqueológicos seria tão importante quanto assumir as similaridades. Além disso, ele entendia que mesmo o uso da abordagem contrastiva era, em última instância, uma forma de analogia que deveria ser superada em favor da busca e compreensão de princípios gerais do comportamento humano, sendo os aspectos relacionados à adaptabilidade humana aqueles mais facilmente explicáveis em termos desses princípios gerais de comportamento. Neste trabalho ele estuda a relação de aborígenes australianos com o

³⁷ Como se pode constatar a formulação de modelos contínuos e descontínuos se assemelhava ao que havia sido proposto, no início dos anos sessenta, no artigo de Ascher (1961) com relação ao uso da analogia histórica-direta e da nova analogia. A diferença residia apenas na proposta de utilização da abordagem contrastiva a fim de identificar as semelhanças e diferenças entre os contextos arqueológicos e etnográficos.

meio ambiente no que se refere às suas estratégias de subsistência e produção de instrumental lítico. A partir desta observação ele enumerou alguns princípios gerais de comportamento: 1) um determinado local de habitação pode ser reocupado várias vezes em um ano na medida em que diferentes recursos são explorados numa mesma área; 2) este mesmo local pode não ser reocupado durante anos se não houver precipitação próxima aos poços durante aquele período. Ele então elabora um modelo interpretativo (contínuo) a fim de explicar a configuração dos registros arqueológicos encontrados na região, concluindo que apesar de algumas poucas mudanças, o padrão adaptativo das populações arqueológicas era muito semelhante ao padrão observado entre as atuais populações de aborígenes.

Além dele, H. Martin Wobst (1978) também defendeu um posicionamento crítico em relação ao uso do dado etnográfico para fins de analogia e, especificamente, nas interpretações sobre as populações caçadoras-coletoras. Segundo ele, o dado etnográfico exercia uma ‘tirania’ na construção das interpretações arqueológicas na medida em que limitava a compreensão da variabilidade dos comportamentos do passado. Ele ressaltou a necessidade de se questionar historicamente o presente etnográfico. Ou seja, para ele não se poderia desconhecer o fato de que o atual modo de vida das populações caçadoras-coletoras era o resultado de transformações culturais, ao longo do tempo. Inclusive, ele chamou a atenção para o possível impacto do colonialismo sobre essas populações.

Bruce Trigger (1978), irá retomar esta discussão, concordando com Wobst, de que há uma distância temporal e um longo processo histórico entre as populações etnográficas e aquelas que produziram os registros arqueológicos. Ele chamou a atenção para a especificidade do dado arqueológico e, ao mesmo tempo, defendeu o posicionamento de que a pesquisa arqueológica pode dar conta de explicar as variabilidades comportamentais e os processos culturais numa dimensão espacial e temporal de longa duração, indo muito além das possibilidades da observação etnográfica. Neste sentido, mesmo que as populações indígenas desaparecessem os arqueólogos continuariam com as suas interpretações sobre o passado.

John Yellen (1977) já havia antecipado essas preocupações, ao afirmar que nem todos os modos de vida caçador-coletor pré-históricos teriam sua

réplica nos modos de vida das sociedades caçadoras-coletoras atuais. Segundo ele, não se poderia esquecer que essas sociedades estariam vivendo, na atualidade, em áreas muito restritas e marginais, o que resultaria numa perda significativa da compreensão da variabilidade entre elas, uma situação distinta do passado arqueológico, quando elas ocupavam uma extensão territorial muito maior e interagiam com diferentes paisagens. Ele ressaltava ainda que algumas das atividades das comunidades pré-históricas não poderiam mais ser observadas – p. ex. a produção de arte rupestre – e, pelo fato de haver poucas populações caçadoras-coletoras existentes no presente, as análises interculturais se tornavam muito restritivas. No entanto, apesar disso ele entendia que a interpretação dos padrões observados no registro arqueológico necessitaria do recurso à analogia, dado o estado em que se encontrava o conhecimento, naquele momento, a respeito deste tipo de sociedade e do seu modo de vida. Porém, ele propunha que as analogias fossem realizadas com extremo cuidado, sugerindo quatro procedimentos distintos com relação ao uso do dado etnográfico: 1) *general model*, que implicaria na busca das regularidades do comportamento humano a partir da comparação intercultural, sendo que essas embasariam a formulação de modelos gerais ou hipóteses a serem testadas na interpretação dos registros arqueológicos; 2) *buckshot*, que seria a aplicação do dado etnográfico na resolução de problemas específicos observados no registro arqueológico; 3) *spoiler*, que corresponderia a utilização do dado etnográfico para checar e descartar interpretações preliminares a respeito dos vestígios arqueológicos; 4) *laboratory*, que visaria usar o presente etnográfico como um laboratório em que se poderia controlar as condições que geram a formação do registro arqueológico, ou seja, observar as populações humanas em suas atividades cotidianas, verificando o registro material resultante das mesmas.

Como exemplo de regularidade no comportamento caçador-coletor capaz de servir de base para elaborar *modelos gerais* de interpretação dos registros arqueológicos, o autor citou a importância dos recursos vegetais na dieta dessas populações e a ocorrência de um padrão de deslocamento territorial sazonal. No que se refere ao procedimento de *buckshot* o autor exemplificou a sua utilização na compreensão, por exemplo, do padrão de quebra de determinados ossos de animais empregados na dieta alimentar. Ele citou

o caso observado por ele entre os Kung, em que estes costumavam quebrar os ossos das mandíbulas dos grandes animais em toda a sua extensão a fim de retirar o tutano, gerando um contexto de deposição óssea semelhante ao encontrado em sítios musterienses. Quanto ao procedimento denominado de *spoiler* ele exemplifica sua utilização ao rechaçar a explicação de que a deposição quantitativamente maior de ossos com padrão de quebra regular, no sítio arqueológico *Makapansgat*³⁸ seria um indicativo do uso de instrumentos ósseos por aquela população de homínídeos. A partir de sua experiência etnográfica ele sugere que este padrão regular poderia ser resultante da extração do tutano dos ossos, com uma técnica cuidadosa, e não da fabricação e uso de instrumentos ósseos. Finalmente, o procedimento definido como *laboratory* é a própria pesquisa etnoarqueológica que permite presenciar *in loco* os comportamentos e suas decorrências materiais.

Diferentemente desses autores, Patty Jo Watson (1979), defendia que o uso da analogia é imprescindível na interpretação arqueológica, afirmando inclusive que “a base teórica para a etnoarqueologia é o uso de analogias derivadas das observações do presente para auxiliar a interpretação dos eventos e processos passados” (idem: 277); posição que continuou defendendo em texto publicado recentemente (WATSON 2010). Porém, do mesmo modo que Yellen, esta autora entendia que os dados etnográficos deveriam ser utilizados para fundamentar uma variedade de hipóteses comportamentais a serem testadas na interpretação do registro arqueológico, e não como um recurso para a proposição de analogias vis-à-vis entre o presente etnográfico e o passado arqueológico. Em sua revisão do trabalho de Gould (1980), esta autora salientou que embora ele fizesse uma crítica ao uso da analogia, na realidade, teria se utilizado dela, tanto para interpretar o uso de instrumentos, como para entender aspectos da adaptabilidade dos grupos arqueológicos e etnográficos que ele estava investigando. Para Watson (1982), a crítica de Gould se dirigia para um tipo de analogia na qual o dado etnográfico seria utilizado para interpretar os vestígios arqueológicos a partir de uma leitura direta do passado através do presente. Em outro trabalho (GOULD; WATSON, 1982), ela salienta que o equívoco de Gould estaria no seu

³⁸ Sítio arqueológico com registro de fósseis de homínídeos, localizado na província de Limpopo, no sul da África.

entendimento a respeito do emprego da analogia no processo interpretativo na medida em que ele entendia o raciocínio analógico como uma forma mecânica de igualar os materiais etnográficos e arqueológicos, ao invés de compreendê-lo como “a base conceitual de toda a interpretação arqueológica” (GOULD; WATSON, 1982, p. 363).

Este modo de entendimento do raciocínio analógico foi também criticado por Alison Wylie (1982, p. 393), pois o mesmo estaria embasado em uma noção de ‘falsa analogia’ ou ‘analogia perfeita’, ou seja, na falácia de que dois objetos ao serem comparados por analogia deveriam ser totalmente similares. Em outras palavras, que a analogia implicaria numa relação exclusiva de similaridade. Segundo ela, estabelecer uma analogia entre dois objetos é pressupor que eles podem apresentar similaridades em alguns aspectos e serem diferentes em outros, e isto é inerente ao raciocínio analógico. A questão fundamental que subjaz o problema e a força da analogia diz respeito à natureza da comparação que vem apresentada nas suas premissas.

Gould manteve sua posição, afirmando que a aplicação dos dados etnográficos obtidos através da pesquisa etnoarqueológica deveriam ser embasados no princípio do uniformitarismo mais do que no raciocínio analógico. Para ele, certos tipos de comportamentos adaptativos (p.ex. técnicas de procura, transporte, consumo e descarte de certos tipos de alimentos) podem ser encontrados de modo recorrente entre diferentes populações, apresentando características muito específicas de resíduos materiais. Tais características seriam como ‘assinaturas’, ou seja, ligações predizíveis e testáveis entre comportamento humano e resíduos materiais, sendo tais ‘assinaturas’ também passíveis de serem identificadas nos registros arqueológicos. Portanto, o que ele sugere é que as hipóteses interpretativas do registro arqueológico deveriam ser geradas a partir da identificação dessas ‘assinaturas’, dessas recorrências entre comportamento e registro material, ou ainda, do que ele definiu como ‘princípios gerais do comportamento humano’, e não a partir de analogias etnográficas. Segundo ele, as analogias incorrem sempre em três erros: 1) as analogias etnográficas são limitadas na medida em que só podem informar sobre tipos de comportamentos ainda existentes e, neste sentido, incorrem na falácia de afirmar o conseqüente; 2) nenhuma quantidade ou número de semelhanças pode confirmar um caso particular

tendo em vista não existir uma relação necessária entre um determinado tipo de comportamento e os resíduos materiais que possam surgir a partir dele; 3) as similaridades não podem ser uma explicação para variabilidade (GOULD; WATSON, 1982, p. 372-376).

Na continuidade deste debate, Alison Wylie (1985, 1988) procurou tratar do problema da analogia, destacando a história do uso da analogia na disciplina arqueológica e, também, tomando como referência alguns trabalhos desenvolvidos por arqueóloga(o)s processualistas³⁹. No que se refere à história do uso da analogia, ela destacou o uso e abuso da analogia feito pelos evolucionistas, ao comparar populações indígenas contemporâneas com as chamadas culturas pré-históricas, definindo as primeiras como remanescentes daquele modo de vida do passado, ou ainda, como testemunhos ou fósseis vivos de um estágio cultural primitivo de humanidade. Depois ela fez referência às primeiras críticas à analogia que caracterizavam a mesma como uma inferência falível, uma leitura arbitrária do passado a partir do presente, e cuja acurácia não poderia ser testada. Ela tratou dos desdobramentos desta crítica e do surgimento da proposição de colocar a analogia sob uma base firme e, neste caso, por definir as bases das chamadas analogia histórica-direta e analogia geral (WYLIE 1985:63-84); vide o capítulo anterior.

Um aspecto interessante desta sua reflexão é o que ela chamou de a ‘nova reação contra a analogia’, a partir do advento da arqueologia processualista que clamava pela objetividade do conhecimento arqueológico. Segundo ela, o que tal crítica trazia era uma afirmativa de que se deveria eliminar a subjetividade na interpretação arqueológica, e também, a analogia tendo em vista que esta trazia em si a possibilidade do erro, a incerteza. Naquele momento o que o processualismo pretendia era afirmar que a interpretação arqueológica deveria se embasar em leis que demonstrassem as uniformidades/generalidades do comportamento humano. Neste sentido, as hipóteses interpretativas sobre a relação *comportamento humano-registro material* deveriam ser formuladas e testadas a partir de um contexto de verificação dedutivo, ou seja, que a interpretação arqueológica deveria estar embasada

³⁹ Alison Wylie (1988) também faz uma explanação sobre o debate filosófico a respeito da lógica da analogia, mostrando a divergência das opiniões de certos autores sobre o uso da analogia na construção do conhecimento científico. Ou seja, entre os entusiastas da analogia e aqueles que veem a inferência analógica como irremediavelmente falsa.

em um raciocínio hipotético-dedutivo, conforme já tratei no capítulo anterior. Segundo a autora, porém, o teste hipotético-dedutivo não elimina completamente sua dependência nas formas de inferências indutivas, especialmente, em se tratando da investigação arqueológica na qual se tem acesso limitado aos dados do fenômeno que se pretende estudar – p.ex. comportamento humano. Assim, para se embasar uma hipótese interpretativa daquilo que é observável do registro arqueológico se faz necessário constituí-lo como evidência a partir de uma determinada estrutura teórica que, muitas vezes, precisa ser construída a partir de argumentos analógicos. Segundo Wylie, alguns processualistas reconheceram este dilema – i.e. entenderam que não se poderia eliminar totalmente a analogia do processo interpretativo – e, por isso, viram a necessidade de desenvolver estratégias de pesquisa (p.ex. etnoarqueologia, arqueologia experimental) para determinar como poderia ter se dado a formação do registro arqueológico⁴⁰.

Comentando, sobre os trabalhos e as argumentações de Gould (1980), por exemplo, ela diz que embora este autor tenha sido um crítico radical da analogia na interpretação arqueológica sobre o comportamento humano, e ter defendido o princípio do uniformitarismo, o eco-utilitarismo e o argumento da anomalia, suas explicações sobre o comportamento dos aborígenes australianos, no oeste australiano, que ele estudou arqueologicamente e etnoarqueologicamente não conseguiram obscurecer, completamente, um raciocínio analógico. Ela se refere ao modelo interpretativo de Gould (1971, 1980) sobre a persistência adaptativa das populações caçadoras-coletoras no deserto ocidental australiano, desde 12.000 anos, e que está embasado na comparação entre os dados arqueológicos e etnoarqueológicos. Esses dados se referem à tecnologia lítica, em termos de produção, morfologia e uso dos artefatos e, também, em termos da mobilidade e estratégias de subsistência.

Em seus trabalhos, Wylie (1985, 1988) faz uma defesa da legitimidade e do potencial construtivo que a analogia pode ter na interpretação

⁴⁰ Segundo Ann Stahl (1993), a crítica processualista teria sido dirigida ao que ela chamou de analogia ilustrativa, ou seja, para uma forma de analogia que buscava projetar o presente, no passado. Segundo esta autora, o processualismo teria efetivado, através dos estudos atualísticos, uma analogia comparativa que implicaria em mostrar não apenas as similaridades entre as realidades etnográfica e arqueológica, mas também, as diferenças entre elas. No processualismo, a consistência de uma analogia precisaria ser testada em relação à evidência arqueológica.

arqueológica. No entanto, ela faz tal defesa ressaltando a ambivalência da analogia – plausível e duvidosa – e, portanto, a necessidade de se buscar refinar a sua aplicabilidade, levando sempre em consideração os exemplos e as críticas que têm sido desenvolvidas concernentes ao uso do raciocínio analógico na arqueologia. Ela considera justificável a reação contra analogias ‘simples’ em que aspectos limitados dos modos de vida do passado são interpretados a partir de uma comparação limitada com a realidade etnográfica. Ela defende as chamadas analogias ‘relacionais’, ou seja, aquelas em que a comparação se dá em termos das relações entre as propriedades que são compartilhadas entre as partes, e não apenas pela presença ou ausência dessas propriedades.

O problema da analogia não foi debatido apenas no âmbito do processualismo, sendo que Ian Hodder (1982a), em seu trabalho intitulado “*The Present Past*”, dedica um capítulo ao tema, no qual explicita a diferença entre analogia ‘formal’ e analogia ‘relacional’. Segundo este autor, quando se emprega uma analogia ‘formal’ o que se faz é comparar dois objetos que compartilham um certo número de propriedades e, a partir disso, se pressupõem que se esses dois objetos apresentam uma similaridade em algumas de suas características, necessariamente, isso poderia implicar que eles seriam similares em outras. Ele exemplifica este tipo de procedimento citando a interpretação feita por Grahame Clark a respeito das evidências do trabalho com peles encontradas no assentamento *Star Carr*, na Inglaterra. Tomando como base os procedimentos empregados por populações de esquimós, nas quais as mulheres são responsáveis por estas atividades, esse autor teria sugerido que o mesmo teria ocorrido neste assentamento mesolítico. Ou seja, o fato de haver algumas semelhanças entre estes dois contextos do passado e do presente, no que se refere aos aspectos ambientais e econômicos, levou este autor a supor que haveria semelhanças também no que se refere aos aspectos da divisão social do trabalho (HODDER, 1982a:12). Este tipo de raciocínio analógico seria extremamente falho e fortuito e justificaria o rechaço do uso da analogia na interpretação arqueológica.

Por isso, Hodder defende a necessidade de se empregar analogias ‘relacionais’, ou seja, que se procure identificar um número crescente de similaridades entre diferentes aspectos dos materiais e contextos arqueológicos

e etnográficos. Neste caso, ele toma como exemplo a tecnologia cerâmica, mostrando que cada etapa do processo de produção de um pote cerâmico resulta em determinados vestígios (contextuais) e características materiais (no artefato). Assim, na comparação de potes etnográficos e arqueológicos, por exemplo, seria preciso considerar as relações entre as suas características materiais, em termos do modo com eles foram produzidos. Em suma, o autor tenta mostrar que as analogias ‘relacionais’ remetem aos processos de formação (natural e cultural) do registro arqueológico; isto é, elas buscam determinar as relações entre os termos da comparação, considerando processos naturais e culturais.

Para ele, a comparação intercultural também pode ser um recurso para reforçar o emprego de analogias, ou seja, é preciso identificar aspectos recorrentes no comportamento humano e os consequentes padrões de resíduos materiais que esses produzem. No entanto, ele finaliza sua exposição afirmando que é preciso ter presente que os contextos a serem investigados não são apenas funcionais, mas também ideacionais e, neste sentido, todo contexto tem uma dimensão particular. Assim, ao se empregar o raciocínio analógico seria necessário aceitar o fato de que “existirão algumas diferenças entre as coisas que estão sendo comparadas” (HODDER, 2012, p. 26), mas que isto não invalida a comparação. Para este autor, a etnoarqueologia seria uma “importante fonte de analogias” (idem: 28). Tal posição é semelhante àquela defendida por Miriam Stark (1993, p. 94), para quem a etnoarqueologia (processualista e pós-processualista) possibilita a construção de uma base de dados etnográficos para as interpretações arqueológicas.

Recentemente, Fahlander (2004) retomou a crítica sobre o uso da analogia, ressaltando uma pretensa dependência da arqueologia na teoria antropológica⁴¹. Ele começa o seu argumento usando expressões como “atitude estranha” ou “atitude não imaginativa”, para definir a prática de se buscar compreender o registro material do passado a partir de referenciais contemporâneos. Segundo ele, seria preciso “fazer melhor uso da informação social embebida no registro material” ao invés de embasar os modelos interpretativos da arqueologia em dados etnográficos interculturais (idem: 185-186). Em seu

⁴¹ É importante dizer que no seu texto ele faz uma crítica ao uso que ele chama de “tradicional” dos dados antropológicos/etnográficos na interpretação do registro arqueológico (FAHLANDER, 2004, p. 204).

argumento contra a analogia, ele recupera os argumentos de outros autores: as populações, no presente, não são exemplares fósseis das populações do passado; processos históricos resultaram em transformações ou hibridizações culturais; a busca por generalizações interculturais no comportamento humano não tem sido produtivas e, ao contrário, reforçam a diversidade das realidades culturais; práticas sociais do passado podem não estar representadas no presente; quanto mais complexo for o universo de comparação (p.ex. identidades, ideologias, cosmologias), maior é a probabilidade de diversidade e, portanto, de erro na analogia; atribuir a relevância ou irrelevância do dado comparativo implica em ambiguidade; os dados etnográficos podem ser inconsistentes dadas as circunstâncias de sua coleta. Assim, como alternativa ao uso da analogia na interpretação arqueológica ele defende uma microarqueologia que invista no estudo da materialidade, ou ainda, da evidência material no particular⁴². Fahlander defende que o registro arqueológico não fala por si mesmo, mas também, não pode ser decifrado através de analogias. Para o autor, é preciso criar novas estratégias para extrair informação social desta materialidade, é necessário se perguntar constantemente: “como conciliar o que eu vejo com o que eu sei?” (ibidem: 203). Na conclusão de seu artigo ele diz que insistir na etnoarqueologia como fonte de analogias é preservar uma visão enfadonha da pré-história.

Em contraposição a esta crítica, Brian Hayden (2017) escreveu que as suas experiências etnoarqueológicas afetaram profundamente o seu modo de interpretar os registros arqueológicos, os contextos culturais do passado, bem como as conjunturas políticas e econômicas contemporâneas. Além disso, para ele toda a interpretação arqueológica é aproximadamente ou, em última instância, baseada em analogias. No entanto, existiriam níveis diferentes para a sua aplicabilidade, e concordando com o argumento de Watson (2010), ele diz que todas as analogias sempre estão sujeitas ao

⁴² Para entender a proposta do autor sugiro a leitura de alguns de seus trabalhos nos quais ele analisa o material arqueológico em termos do que ele definiu como microarqueologia, ou seja, em seus diferentes aspectos contextuais e características. É interessante notar que a sua descrição apurada da materialidade vem acompanhada de uma interpretação que é baseada em referenciais teóricos como, por exemplo, da antropologia da arte, antropologia das ontologias e da antropologia ecológica que foram elaborados a partir de pesquisas etnográficas (p.ex. FAHLANDER 2019, 2018). Assim, lendo seu trabalho se percebe que a sua crítica se dirige, principalmente, às analogias diretas ou formais, bem como a uma suposta limitação interpretativa do registro arqueológico resultante do uso dos dados etnoarqueológicos por meio da analogia.

teste, revisão, avaliação e eventual descarte. Ele entende que a analogia está na base teórica a respeito do uso dos dados etnoarqueológicos.

Com esta mesma perspectiva, Chirikure (2016) acrescenta que seria ilusório pensar que os arqueólogos podem prescindir do raciocínio analógico em suas interpretações dos registros arqueológicos tendo em vista que o conhecimento do passado implica em tomar como referência o que se observa e conhece, no presente. Ele concorda que não existem paralelos vis-à-vis entre passado e presente, porém, a etnoarqueologia pode expor alguns paralelos que justamente evidenciam as continuidades e mudanças entre essas realidades. Ele mostra em seu argumento que é fundamental levar em consideração as circunstâncias e conjunturas históricas e científicas que implicaram na configuração da realidade cultural que nos serve de referência analógica.

Modelos, leis e teorias arqueológicas

Em seu texto “*Understanding the use of space: an ethnoarchaeological approach*”, Susan Kent (1987b) propôs uma definição de etnoarqueologia, afirmando que a mesma não deveria ser entendida como sinônimo de analogia. Assim, procurou estabelecer diferenças entre a abordagem que ela considerava como sendo de fato etnoarqueológica e aquelas cujo dado etnográfico era empregado a partir de um raciocínio analógico para a interpretação arqueológica: 1) *arqueologia antropológica* entendida como uma pesquisa que visa apreender uma população arqueológica da maneira mais completa possível e cujo objetivo é reconstruir uma história cultural utilizando-se para isso da analogia histórica-direta e da analogia geral⁴³; 2) *etnografia arqueológica* compreendida como uma estratégia que procura identificar aspectos do contexto etnográfico que possam servir de analogia para auxiliar na interpretação de aspectos específicos do registro arqueológico⁴⁴. Para a autora, a etnoarqueologia teria objetivos distintos das abordagens acima mencionadas na medida em que não seria utilizada

⁴³ Exemplo desta abordagem seria o trabalho de Hole (1979) junto às populações pastoras do Iran, no qual ele evidencia uma semelhança nas estratégias de pastoreio e utilização do espaço por parte das populações arqueológicas em comparação com as populações etnográficas.

⁴⁴ Exemplo desta abordagem seria o trabalho de DeBoer e Lathrap (1979) que estudaram os processos de produção, uso e descarte das vasilhas cerâmicas entre os Shipibo-Conibo a fim de entender as características de deposição dos materiais resultantes destas atividades no registro arqueológico.

para reconstruir uma história cultural e nem tampouco prover analogias de aspectos comportamentais específicos. A etnoarqueologia deveria ser desenvolvida no sentido de possibilitar ao arqueólogo vislumbrar os processos culturais relacionados com questões amplas (p.ex. organização tecnológica, uso do espaço e mudança cultural). Segundo ela, o etnoarqueólogo é aquele que desenvolve sua pesquisa a partir de uma problemática arqueológica e vai em busca do dado etnográfico “para formulação e teste de hipóteses, modelos e/ou teorias a respeito do seu interesse, e retorna ao registro arqueológico para implementar o conhecimento alcançado a partir do dado etnográfico” (KENT 1987:37). O etnoarqueólogo busca um entendimento mais amplo e comparativo sobre os fenômenos culturais e não informações particularistas do tipo “aquele objeto A ou sala B foi usado do modo C ou D” (idem: 42). Deste modo, ela entendia a etnoarqueologia como uma estratégia de pesquisa que visa identificar princípios gerais do comportamento humano com relação ao mundo material e, portanto, que contribui para as chamadas teorias de médio-alcance que procuram identificar os princípios dos processos de formação do registro arqueológico.

A sua pesquisa comparativa sobre o uso do espaço entre comunidades euroamericanas, hispano-americanas e navajos, intitulada “*Analyzing activity áreas: an ethnoarchaeological study of use of space*” (1984), exemplifica este tipo de entendimento da etnoarqueologia. A partir da sua pesquisa, ela procurou demonstrar que as áreas de atividades e seus registros materiais refletiam a segmentação/não-segmentação social, ou ainda, a divisão sexual das atividades em uma dada sociedade. Assim, ela elaborou um modelo etnoarqueológico, para orientar a interpretação da padronização espacial dos materiais arqueológicos observada em sítios residência arqueológicos, em termos sincrônicos e diacrônicos. Neste modelo, ela propôs que quanto maior a especialização sexual das atividades em uma dada sociedade, mais frequente seria a ocorrência de áreas de atividades monofuncionais, sexualmente específicas e com registros materiais (artefatos) monofuncionais. Concomitantemente, os sítios apresentariam maior variedade e frequência de tipos de artefatos e de áreas de atividades. Ao mesmo tempo, ela sugeriu que tais características também estariam relacionadas com aspectos mais gerais como densidade populacional, hierarquização



Juliana Freitas. Etnoarqueologia da paisagem e dos lugares significativos. Lugar de lavar roupa. Comunidade Cristina, sertão baiano, BA, 2018 (Foto: acervo pessoal Juliana Freitas)

social, especialização social do trabalho, sedentarismo e mobilidade (vide tabelas em KENT, 1987, p. 195, 205).

É importante lembrar que, desde os anos de 1960, Lewis Binford defendia que a pesquisa etnográfica deveria ser realizada com o objetivo de construir hipóteses e modelos interpretativos, e não para fazer analogias entre presente e passado. Para ele, o uso da analogia servia apenas como um possível complemento à interpretação arqueológica em situações muito específicas (p.ex. BINFORD, 1967a, 1967b, 1968, 1972c).

Em seu livro intitulado “*Em Busca do Passado*” (BINFORD, 1991, p. 32-36) ele novamente reiterou que o registro arqueológico deveria ser compreendido como um fenômeno contemporâneo e que para entender os materiais arqueológicos que o constituem era necessário lançar mão de ferramentas teóricas que permitissem estabelecer a relação entre a estática do registro, no presente, e a dinâmica dos comportamentos humanos, no passado. Assim, segundo ele, o objetivo da etnoarqueologia era o de definir as variáveis e/ou condições que teriam implicado na formação do registro arqueológico. Portanto, os dados etnográficos deveriam ser utilizados como um recurso para

a construção de modelos preditivos sobre as causas da variabilidade dos materiais arqueológicos. Ou ainda, para construir teorias de médio-alcance sobre as dinâmicas comportamentais humanas e suas consequências ou decorrências materiais (BINFORD, 1983a, p. 411-422). Neste livro, ele apresenta uma série de conceitos e de modelos interpretativos/preditivos sobre uso do espaço (intra e inter-sítios) e as estratégias de subsistência de populações caçadoras-coletoras, tomando os dados de suas pesquisas etnoarqueológicas. Em termos de conceitos se pode destacar o de *complexo de sítios* que seria “o conjunto de locais em que têm lugar as atividades integradas levadas a cabo no quadro de uma estratégia global que interliga uma série de acontecimentos distintos” (p.ex. sítios acampamento-base, de caça-temporário, emboscada, descarne, armazenamento); neste caso, para tratar do uso do espaço inter-sítios (BINFORD, 1991, p. 148, 147-175). No que se refere ao uso do espaço intra-sítio, ou ao que ele definiu como estruturação dos sítios, ele propôs o conceito de área de atividades que “são lugares, instalações ou superfícies em que ocorrem atividades tecnológicas, sociais ou rituais”, sendo que nelas podem ser realizadas atividades específicas e/ou especializadas (monofuncionais), ou atividades diversificadas (multifuncionais). As áreas de atividades, também podem ser restritas a um determinado local (p.ex. área de processamento de alimento, de dormir) ou extensivas (área de deposição de lixo) (BINFORD, 1991, p. 184, 179-238). Neste trabalho ele retoma algumas de suas observações etnográficas sobre o uso de estruturas de combustão (lareiras), e propõem um modelo preditivo/interpretativo para a identificação do modo de uso deste tipo de estrutura no registro arqueológico, considerando a configuração dos restos de alimentos (p.ex. ossos) nesta área de atividade.

Ele, também, propõe uma teoria de médio-alcance para compreender a estruturação dos sítios, levando em consideração fatores como: posicionamento geográfico (luz natural, variação de temperatura, regime de chuvas); mobilidade e organização social e tecnológica da população. Segundo ele, os lugares das áreas de atividades podem estar relacionados com fatores geográficos; a segregação espacial dos materiais em um sítio, coaduna com a segregação das atividades nele realizadas; quanto mais complexa a organização social e tecnológica dos ocupantes do sítio, mais complexa será a estruturação do mesmo; as características da variabilidade dos materiais em um

sítio corresponde à organização social e tecnológica de seus ocupantes, à funcionalidade e ao tempo de utilização do sítio.

Outro exemplo de formulação de teorias de médio alcance, a partir de pesquisas etnorqueológicas, podem ser vistos nos trabalhos de Binford (1979, 1980, 1983c) e de Wiessner (1982, 1984) sobre a relação entre sistema de assentamento, mobilidade, padrão de subsistência e organização tecnológica de populações caçadoras-coletoras. Binford enfatiza que a variabilidade do registro material intra e inter-sítios, em última instância, está diretamente relacionada à disponibilidade dos recursos no ambiente e às estratégias logísticas (coletora ou de forrageio) empregadas por essas populações para a sua obtenção. Segundo ele, grupos caçadores-forrageiros se movem ao longo do ano em direção aos recursos, enquanto grupos caçadores-coletores movem os recursos sazonais, de sítios específicos para os seus assentamentos-base, através dos seus grupos de tarefas.

Além disso, para ele, a variabilidade dos conjuntos artefatuais também precisa ser entendida em termos da organização tecnológica dessas populações para a obtenção de recursos tendo em vista que esta resulta na produção de diferentes tipos de artefatos (p.ex. curadoria e expediente). Os artefatos de curadoria seriam aqueles morfologicamente padronizados, sendo produzidos a partir de uma estratégia tecnológica que pressupõe planejamento na obtenção e preparo da matéria-prima – prevenindo problemas relativos à aquisição de recursos sazonais ou móveis – e uma cadeia operatória de produção, previamente sistematizada. Os artefatos de curadoria têm uma vida útil longa e podem ser usados para cumprir várias tarefas e, dado o esforço despendido na sua elaboração, costumam ser reciclados para serem usados em atividades diferentes daquelas planejadas para o seu uso inicial, bem como transportados de um local para outro, estocados e, normalmente, descartados em local distinto ao seu uso. Os artefatos expedientes cuja manufatura e uso são ditados de acordo com necessidades momentâneas são produzidos a partir de uma tecnologia expediente. Esta implica em pouco esforço e tempo de trabalho, inclusive no que se refere à aquisição da matéria-prima. Ela está intimamente relacionada com a disponibilidade de acesso aos recursos ambientais, pois as atividades de manufatura dos artefatos expedientes ocorrem nos locais onde

estes estão disponíveis não implicando em uma prévia sistematização dessas atividades. Além disso, os artefatos expedientes, normalmente, não são morfologicamente padronizados e estocados, sendo descartados logo após o seu uso (BINFORD 1979)⁴⁵.

Wiessner, por sua vez, entende que a variabilidade do registro material em sítios de populações caçadoras-coletoras precisa ser entendida levando-se em consideração as relações sociais de produção dessas populações e as suas estratégias de controle de risco. Assim, para ela, os sistemas de assentamento, mobilidade e padrões de subsistência das populações caçadoras-coletoras não se explicam apenas em termos da distribuição dos recursos e estratégias logísticas de obtenção dos mesmos, mas também, pelas formas de interação social e econômica intra e inter-grupos que permitem acessar diferentes recursos em termos regionais e sazonais, produzindo as diferentes configurações contextuais.

Richard Gould e John Yellen (1987), a partir de suas pesquisas com os Kung San e os Ngatatjara, e de outros trabalhos desenvolvidos entre populações caçadoras-coletoras, no continente africano, australiano e americano, desenvolveram um modelo etnoarqueológico sobre a espacialidade de sítios acampamentos de caçadores-coletores de ambiente tropical e desértico. Eles buscaram demonstrar, em termos comparativos, quais seriam os fatores que influenciam no espaçamento entre as unidades ocupadas pelos grupos domésticos nos sítios acampamento. As suas conclusões foram as seguintes: a distância entre as habitações dos grupos domésticos não é aleatória, mas varia de sociedade para sociedade; a proximidade espacial entre os grupos domésticos é diretamente relacionada com a interdependência entre eles no que se refere ao compartilhamento de atividades e alimentos; o tempo de permanência em um determinado local não resulta em maior espaçamento entre os grupos domésticos; o tamanho dos grupos domésticos não interfere no distanciamento das unidades domésticas; dependendo do tipo de caça (grande ou pequena) almejada, maior ou menor será a distância entre os grupos domésticos; o medo de predadores pode levar a uma maior proximidade espacial entre os grupos domésticos. *Ao fim e ao*

⁴⁵ Outras reflexões sobre organização tecnológica e tecnologias de curadoria e expediente podem ser encontradas nos trabalhos de Nelson (1991) e Franco (2013, p. 85-90).

cabo, o seu objetivo principal era contribuir para a construção de um modelo etnoarqueológico que ajudasse a explicar como a pressão e o medo da predação teriam influenciado o comportamento de nossos ancestrais hominídeos em relação ao controle das atividades das crianças, em ambientes com predadores, isto é, como isto teria sido um fator seletivo na evolução humana.

Quando se trata de falar de modelos, leis e teorias não se pode deixar de mencionar os trabalhos de Michael Schiffer e de seus colegas da arqueologia comportamental para quem a etnoarqueologia – juntamente com os estudos de arqueologia experimental – possibilita entender os processos de formação do registro arqueológico. Ou, em outras palavras, permite traduzir a estática do contexto arqueológico a partir da dinâmica observada no contexto sistêmico, em termos dos princípios identificados como *c-transforms* (pré-deposicionais e pós-deposicionais) e *n-transforms* (pós-deposicionais), já explicitados anteriormente no texto.

Os diagramas de fluxo proposto por Schiffer (1972) e o diagrama de tipos de descarte em seu texto intitulado “*Archaeological context and systemic context*”, que trata do ciclo de vida de bens duráveis e não-duráveis, podem ser vistos como representações gráficas de um modelo preditivo comportamentalista sobre determinados processos culturais de formação do registro arqueológico. Além disso, a chamada teoria do *design* do artefato que busca explicar a variabilidade artefactual em termos da relação entre escolhas técnicas e história de vida do artefato, pode ser considerada uma teoria de médio-alcance. A sua proposição se resume nos seguintes termos: 1) a variabilidade artefactual (formal/design) está diretamente relacionada com as escolhas técnicas feitas pelas pessoas durante o processo produtivo (sequência de atividades e interações entre pessoas-pessoas, pessoas-coisas, coisas-coisas), sendo essas motivadas pelos seus conhecimentos técnicos, pelas características de performance do artefato (uso, função, atividades) e por fatores situacionais⁴⁶ (SCHIFFER; SKIBO, 1997; SKIBO, 2009).

A arqueologia comportamental também investiu na identificação de correlatos (comportamento humano=registro material; ação do meio

⁴⁶ Fatores situacionais são “as externalidades comportamentais, sociais e ambientais que atuam sobre a cadeia comportamental de um artefato e são incorporadas em cada componente específico da atividade” (SCHIFFER; SKIBO, p. 1997, p. 34).

ambiente=registro material) e na elaboração de matrizes de correlatos. Continuando a explicação dada anteriormente no texto, os correlatos são entendidos enquanto leis experimentais de baixo-alcance que descrevem regularidades empíricas e/ou padrões estatisticamente relevantes no que se refere à relação causa-efeito. No caso dos correlatos (atividade/intencionalidade/comportamento humano=registro material) destacam-se aqueles que foram definidos a partir dos estudos sobre tecnologia cerâmica (p.ex. SKIBO 1992, 2013; SCHIFFER; SKIBO 1987, 1997).

1) sobre as recorrências ou regularidades nas escolhas técnicas para elaborar as pastas cerâmicas, a morfologia e os tratamentos de superfície das vasilhas (p.ex. argilas com alta plasticidade=adição de antiplástico mineral ou orgânico; vasilha de cozinhar=pasta com predominância de temperos minerais; tratamentos de superfície=diminuição da porosidade e impermeabilização das vasilhas, ou melhoria na transmissão e retenção do calor);

2) sobre a relação entre os tipos de uso das vasilhas e determinadas marcas de uso, nas suas superfícies interna e externa (p.ex. vasilha de cozinhar=deposição de fuligem na parte inferior do corpo; vasilha de servir e armazenar líquido=marcas de corrosão na superfície interna pela fermentação do líquido);

3) sobre a relação entre performance da vasilha e o uso de antiplásticos (p.ex. facilidade/dificuldade de transportar=antiplástico orgânico/mineral; maior efetividade de calor=antiplástico mineral; facilidade/dificuldade de manufaturar=antiplástico orgânico/mineral; resistência/vulnerabilidade ao impacto=antiplástico mineral/orgânico; resistência/fragilidade ao choque térmico=antiplástico mineral/orgânico; resistência/fragilidade à abrasão=antiplástico mineral/orgânico).

Valentine Roux (2007), dialogando com a arqueologia comportamental e a arqueologia evolutiva, defende a construção de correlatos a partir da conjunção da etnoarqueologia com outras disciplinas como, por exemplo, as ciências dos materiais, a psicologia comparada, a bio-mecânica e o campo da arqueologia experimental. Segundo ela, a etnoarqueologia pode contribuir na construção de dois tipos de correlatos que são inter-culturais e independentes dos contextos: correlatos simples e correlatos complexos. Os correlatos simples dizem respeito aos fenômenos estáticos que

envolvem os processos de transformação das matérias-primas em artefatos. Eles se referem às ações técnicas ou cadeia operatória, às habilidades dos sujeitos das ações técnicas e à interconexão das ações técnicas. Trata-se de correlatos que estabelecem, por exemplo, uma relação entre características da matéria-prima/técnicas e instrumentos de produção/tempo de manufatura. Ela exemplifica este tipo de correlato, tomando como exemplo a cadeia operatória de produção de contas de pedra em uma comunidade localizada na Índia (Khambhat), onde as características da matéria-prima determinam as técnicas de acabamento de superfície e cujas ações e instrumentos técnicos deixam determinadas marcas nesses artefatos. Ela então compara essas miçangas etnográficas com as contas arqueológicas Harappan (3.000 AC), identificando traços análogos em ambos os conjuntos. Assim, ela formula o seguinte correlato: “se a superfície apresenta característica *i*, então a técnica de produção é *j*” (ROUX, 2007, p. 157). Os correlatos complexos dizem respeito aos fenômenos dinâmicos que envolvem as interações entre as ações técnicas, o ambiente e a intenção dos sujeitos das ações. Esses correlatos estabelecem, por exemplo, uma relação entre interação social/empréstimo ou adoção de ações técnicas/transformação tecnológica: em contextos de produção (*C_p*) e contextos de transmissão (*C_t*), então cenário histórico *i* (mudança tecnológica caracterizada por *n* propriedades) (ROUX, 2007, p. 168-167). Segundo Roux, para estabelecer tais correlatos é necessário considerar as diferentes situações de interação entre comunidades ceramistas, e a complexidade das mesmas. Ela adverte que tais correlatos implicam em diferentes nuances, ou seja, que os contextos de produção (p.ex. especializado, doméstico, coletivo, independente, larga e baixa escala) e de transmissão (p.ex. horizontal, vertical, direta, indireta) podem ser diversos, resultando em cenários históricos diversos (*n* transformações tecnológicas). Para ela, portanto, ainda é necessário investir mais na pesquisa etnoarqueológica sobre a mudança tecnológica para se ter mais dados inferenciais sobre esta relação indicada acima.

É importante mencionar que Valentine Roux (2019) propôs um manual de análise para o estudo da cadeia operatória de produção cerâmica, baseado em estudos arqueológicos, etnoarqueológicos e experimentais. Neste manual ela apresenta um modelo explicativo sobre a diversidade e as possíveis

combinações de técnicas que seriam levadas a cabo por ceramistas durante a etapa de manufatura das vasilhas cerâmicas. Tal modelo seria aplicável aos estudos de tecnologias cerâmicas em diferentes contextos arqueológicos (vide Roux, 2019, p. 92).

Sobre o debate

É importante dizer, que este debate em torno da relação da etnoarqueologia com a noção de analogia etnográfica, modelos contínuos e descontínuos, leis comportamentais e teorias de médio-alcance está longe de chegar a um consenso. No entanto, a partir dele se pode constatar que a etnoarqueologia precisa ser entendida como uma abordagem que produz dados etnográficos a serem utilizados não apenas para correlacionar, em termos de semelhanças, as realidades etnográficas e arqueológicas, mas também, para identificar as diferenças entre essas realidades. Portanto, ela permite entender, também, as transformações e os abandonos, ao longo do tempo, de modos de vida e de atividades. Além disso, ela também pode contribuir para se entender como as populações humanas, no presente, apreendem a materialidade.

Apontamentos críticos e contribuições da etnoarqueologia

Independentemente da perspectiva (processualista ou pós-processualista), a etnoarqueologia é vista como uma fonte de dados etnográficos que contribuem, de diferentes maneiras, para o entendimento da materialidade. No entanto, ela não está isenta de críticas, sendo que essas se referem, por um lado, à validade, relevância e aplicabilidade dos dados por ela produzidos para a interpretação arqueológica. E, por outro, à sua origem e pressupostos teórico-metodológicos, em termos da ética da pesquisa, envolvendo populações vivas.

Algumas críticas recentes à etnoarqueologia

As críticas mais comuns dirigidas à etnoarqueologia se referem, principalmente, ao fato de que os dados etnoarqueológicos evidenciam muito mais a variabilidade e complexidade do comportamento humano, do que as suas regularidades e que, por isso, a etnoarqueologia (processual e pós-processual)

teria se convertido em uma coletânea de estudos de caso, em uma produtora de “*cautionary tales*”, ao invés de promover a constatação de correlatos (comportamento-material) universais, a produção de modelos interpretativos/preditivos ou a formulação de teorias para interpretar o registro arqueológico (p.ex. ARNOLD III, 2000; GOSSELAIN, 2016; POLITIS, 2015; SKIBO, 2009)⁴⁷. Por outro lado, quando os dados etnoarqueológicos são *usados para estabelecer matrizes de correlatos – como no âmbito da arqueologia comportamental – critica-se o fato de que, independentemente do contexto, se parte do pressuposto de que todas as pessoas são pragmáticas e mecanicistas na sua relação com o mundo material, seguindo sempre uma determinada cadeia comportamental. Isto, mais do que explicar o comportamento humano, estaria enfatizando os princípios do racionalismo ocidental, empobrecendo a complexidade dos dados contextuais e desconsiderando a particularidade de outros modos de conhecer e de agir, no mundo* (p.ex. CHIRIKURE 2016). Há críticas, inclusive, que desafiam a própria consistência dos dados etnoarqueológicos, no geral, chamando a atenção para o despreparo de arqueóloga(o)s, na prática etnográfica. Além disso, se critica a estratégia processualista de recortar e/ou direcionar as pesquisas para um aspecto cultural específico, afirmando que isto resultaria em imagens empobrecidas ou restritivas dos modos de vida das populações estudadas e, neste sentido, tornando as analogias entre as realidades do passado e do presente inconsistentes (p.ex. GOSSELAIN, 2016).

Alguns autores, criticam o modo como se deu a relação da etnoarqueologia processualista com a noção de teoria de médio-alcance, afirmando que esta última teria sido entendida, pela(o)s etnoarqueóloga(o)s, mais como uma estratégia metodológica do que, propriamente, como uma teoria explicativa. Para esses críticos, as relações entre os comportamentos dinâmicos e os seus resultados materiais – observados através dos estudos atualísticos – deveriam ser entendidos como fenômenos empíricos específicos. Do mesmo modo, as regularidades ou padrões comportamentais interculturais apontados pelos estudos etnoarqueológicos deveriam ser entendidas como generalizações empíricas não podendo ser consideradas *a priori* como leis

⁴⁷ Como mostrei em outras partes deste texto, esta crítica acompanha a etnoarqueologia, desde os anos de 1970 (p.ex. SCHIFFER, 1978).

gerais, pois as ‘assinaturas materiais’ dos comportamentos humanos são passíveis de coincidências, ou seja, dinâmicas distintas podem gerar registros materiais similares (p.ex. PIERCE, 2014)⁴⁸.

Outras críticas sugerem que a arqueologia experimental, a arqueometria e os estudos antropológicos de cultura material estariam, cada vez mais, superando os dados etnoarqueológicos no que se refere às demonstrações, explicações e explanações teóricas sobre as técnicas e os comportamentos relativos à produção e uso dos artefatos, pelos coletivos humanos (p.ex. GOSSELAIN, 2016; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009).

Como disse anteriormente, para além da consistência e validade dos dados, as críticas à etnoarqueologia também se direcionam para a origem desta sub-disciplina arqueológica, seus pressupostos teórico-metodológicos e ética da pesquisa. Não se pode esquecer que ela surgiu em consonância com os princípios fundadores da arqueologia processualista que, por sua vez, é positivista, preconiza uma temporalidade linear e uma perspectiva neo-evolucionista e determinista ambiental de desenvolvimento cultural. Por isso, para alguns autores, a etnoarqueologia tem estigmatizado as populações estudadas como relíquias locais de um passado fossilizado, negando a elas a sua contemporaneidade e trajetórias históricas específicas. Os contextos culturais são apreendidos como laboratórios e as pessoas vistas como objetos de observação, ao invés de agentes sociais que podem produzir suas próprias histórias, seus próprios discursos sobre a materialidade e a temporalidade, e se engajar em suas próprias arqueologias. As críticas mais radicais definem a etnoarqueologia como racista e etnocêntrica, uma sub-disciplina que preconiza uma perspectiva ocidental universal sobre as relações entre pessoas e coisas, e que reitera a separação entre passado e presente (p.ex. GOSSELAIN, 2016; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006, 2009, 2013; HAMILAKIS, 2016; HAMON, 2016). Cabe dizer que essas críticas não isentaram a etnoarqueologia *pós-processualista, apesar dela ter sido muito influenciada em suas práticas pelas críticas pós-coloniais e os processos de descolonização*. Desde sempre, a etnoarqueologia como sub-disciplina enfrenta um dilema ético, pois ela é praticada junto às populações vivas.

⁴⁸ Trata-se da retomada das críticas feitas por outros autores, desde os anos de 1970 (p.ex. GOODYEAR et al., 1978; RAAB et al., 1984).

Algumas contribuições da etnoarqueologia

Voltando à epígrafe deste capítulo se pode dizer que, de uma perspectiva processualista, a etnoarqueologia tem contribuído para o entendimento das variáveis que condicionam a formação do registro arqueológico⁴⁹. Diferentes trabalhos sobre o uso do espaço intra e inter-sítios estão mostrando as recorrências interculturais de determinadas áreas de atividades (p.ex. domésticas, públicas, rituais, funerárias, descarte) e estruturas (p.ex. processamento, consumo e armazenagem de recursos, sepultamentos, arquitetônicas) nos/dos sítios e de suas características materiais. Isso vem contribuindo para entender os processos de formação de determinados registros materiais (p.ex. montículos, lixeiras, marcas de esteio, fogueiras, feições estratigráficas, solos antropogênicos, vestígios orgânicos, remanescentes humanos), a diferenciação de áreas de atividades a partir da deposição desses materiais e, conseqüentemente, as possíveis causas da variabilidade (espacial e relacional) dos conjuntos artefatuais. Esta etnoarqueologia do uso do espaço também tem permitido compreender melhor a noção de padrão e sistema de assentamento, evidenciando diferentes tipos de sítios (p.ex. habitação, acampamento, matança, descarte, de atividade específica, ocasionais) e sua articulação sistêmica. Ela também propiciou a definição de escalas (p.ex. intra-sítios, inter-sítios, locais, regionais) e de processos (p.ex. graduais, episódicos, sazonais, permanentes) de abandono dos/nos sítios. Todos esses dados etnoarqueológicos propiciaram, ao longo dos anos, a construção de alguns modelos interpretativos e teorias de médio-alcance para melhor compreender a implantação dos sítios arqueológicos na paisagem, a sua funcionalidade e estruturação, a configuração e visibilidade dos seus registros materiais (p.ex. BINFORD, 1980, 1991; CAMERON; TOMKA (eds.), 1993; KENT (ed.), 1987a, 1993; SKIBO, 2010).

Outros trabalhos etnoarqueológicos estão contribuindo para o entendimento das causas da variabilidade artefactual (formal, quantitativa), trazendo dados sobre a relação entre matérias-primas, morfologia e performance dos artefatos, e entre a sua quantidade (no local de produção e/

⁴⁹ O livro de Michael B. Schiffer (1987) intitulado "*Formation Process of the Archaeological Record*" é uma demonstração das contribuições da etnoarqueologia para o entendimento dos processos culturais de formação do registro arqueológico.

ou uso) e o tipo, frequência, modo e contexto de uso (p.ex. ARNOLD, 1985; BINFORD, 1979; DEBOER; LATHRAP, 1979; MAYOR, 1994; SCHIFFER; SKIBO, 1997; SHOTT, 2018; SKIBO, 1992, 2013). Tais trabalhos possibilitam entender ainda melhor a dimensão espacial e relacional da variabilidade artefactual, evidenciando as características dos diferentes tipos de armazenagem (p.ex. *stockpiling*, *dead storage*), descarte (provisório, definitivo), refugos (p.ex. primário, secundário e de fato) e áreas de deposição (p.ex. extensiva, intensiva, doméstica, pública) dos artefatos (p.ex. BINFORD, 1991; DEAL, 1985; NELSON, 1991; SCHIFFER, 1987; SHOTT, 1996). Esses estudos etnoarqueológicos permitem dar mais consistência às inferências sobre as taxonomias artefatuais (p.ex. relação forma/função/tratamento de superfície) e desencadearam a construção de modelos preditivos sobre as cadeias comportamentais e os ciclos de vida dos artefatos (p.ex. SCHIFFER; SKIBO, 1997; SKIBO, 2009). Os estudos relativos à tecnologia cerâmica, têm propiciado entender a relação entre a variabilidade artefactual e a intensidade, escala, especialização e organização social da produção de artefatos (p.ex. *household*, *household industry*, *workshop industry*, *nucleated workshop e manufactory*) e, também, como as estruturas de ensino-aprendizagem estão implicadas na padronização, diferenciação e variação dos conjuntos artefatuais, no tempo (p.ex. ARNOLD III, 2000; COSTIN, 2000; ROUX, 2007, 2016; SILLAR; JOFRÉ 2016). Tais estudos também trazem subsídios à formulação de hipóteses sobre os processos tafonômicos de formação dos sítios arqueológicos de populações ceramistas (p.ex. DAVID; KRAMER, 2001, p. 138-167).

No que se refere à etnoarqueologia pós-processualista pode-se dizer que esta cumpriu o seu objetivo de mostrar os significados simbólicos da cultura material e o entrelaçamento entre pessoas e coisas. Diferentes trabalhos foram conduzidos no sentido de mostrar que artefatos, estruturas, sítios e lugares podem também comunicar, representar, materializar preceitos culturais e ontologias, e assumir um papel ativo na vida das pessoas, provocando ações e reações das/nas mesmas (p.ex. DAVID et al., 1988; HODDER, 1977, 1979, 1982a, 1982b). Desde o início, a etnoarqueologia pós-processualista se caracterizou pelas pesquisas particularistas que tinham o objetivo de mostrar a complexidade do comportamento humano em relação ao mundo material. Ela evidenciou que os indivíduos são atores sociais

e, portanto, responsáveis pelo desencadeamento de transformações culturais para além das circunstâncias ambientais e adaptativas nas quais estão inseridos. Ou ainda, que os coletivos humanos são diferenciados internamente em termos de sexo, gênero, idade, status, poder e interesses não se constituindo de conjuntos homogêneos de indivíduos, interagindo de modo apenas pragmático e adaptativo. Esta etnoarqueologia também contribuiu para os estudos da materialidade, no tempo presente, trazendo novos dados etnográficos sobre o universo simbólico das populações, contribuindo para o debate antropológico, em termos mais amplos (DAVID, 1992). Nos últimos anos, as pesquisas pós-processualistas têm privilegiado temas como, por exemplo: 1) gênero; 2) agência dos objetos; 3) objetificação do poder, da identidade social, das ontologias e da memória; 4) modos de transmissão inter-geracional dos conhecimentos técnicos; 5) corporalidade; 6) apreensão significativa de territórios e lugares.

As pesquisas pós-processualistas também têm mostrado que o uso do espaço intra e inter-sítios é carregado de significados (p.ex. sociais, políticos, identitários, religiosos, míticos), e, neste sentido, que as configurações materiais das áreas de atividades e das estruturas, bem como os sítios e lugares precisam ser entendidos para além dos aspectos comportamentais e de suas funcionalidades, em termos sistêmicos e adaptativos (p.ex. CARROLL et al., 2004; GONZÁLEZ-RUIBAL et al., 2011; LYONS, 2006; SNEAD, 2009; STEWART et al., 2004; WELCH, 2009; WITHRIDGE, 2000).

No que se refere ao tema da variabilidade artefactual esta etnoarqueologia tem contribuído sobremaneira no entendimento das variáveis (sociais, identitárias, políticas, ideológicas) que estão implicadas na configuração estilística (técnica, visual) dos artefatos e de como se dá a relação entre estilos e fronteiras sociais e/ou étnicas. No que se refere às pesquisas sobre tecnologias ela tem contribuído para identificar aqueles aspectos dos processos técnicos que mais frequentemente estão relacionados com princípios ontológicos (p.ex. transformação das matérias-primas), ou ainda, que mais contundentemente evidenciam as identidades sociais e culturais das pessoas que produzem os artefatos (p.ex. técnicas para a elaboração das morfologias de potes cerâmicos). Dentre esses estudos, destaco aqueles sobre os distintos modos e processos de transmissão dos conhecimentos

técnicos (intra e inter-geracionais) e que buscam explicar como esses modos e processos estão relacionados com a formação de comunidades de prática, a manutenção e transformação de estilos e tradições tecnológicas e, conseqüentemente, a variabilidade, variação e padronização dos conjuntos artefatuais cerâmicos sincrônica e diacronicamente. Esses estudos têm proporcionado interpretações mais complexas sobre a distribuição (local, regional) dos conjuntos artefatuais arqueológicos. Eles também procuram mostrar como esses princípios ontológicos relacionados aos processos técnicos, e os modos e processos de transmissão dos conhecimentos técnicos se materializam e poderiam ser identificados arqueologicamente (p.ex. GOSSELAIN, 1998, 2000, 2018; ROUX, 2011, 2015, 2016, 2019; STARK et al., 2008; WILEKE (ed.), 2012).

Em termos amplos a etnoarqueologia pós-processualista revalorizou e potencializou o uso da abordagem histórica-direta na construção do conhecimento arqueológico. Várias pesquisas foram desenvolvidas em locais onde uma relação de continuidade histórica entre as populações do passado e do presente era reconhecida, e esses trabalhos evidenciaram e permitiram entender as persistências e transformações nos modos de vida dessas populações, ao mesmo tempo, mostrando a inserção dessas populações na contemporaneidade e o quanto isto afeta diferentes aspectos da sua percepção e apreensão da materialidade (p.ex. BANKES, 1985; CUNNINGHAM; MACÉACHERN, 2016; MURTY, 1985; DEAL, 1998; GOSSELAIN, 2000; LYONS, 1998; MACÉACHERN, 1998; NICHOLSON; PATTERSON 1985; SHOTT, 2018). Destaco os estudos etnoarqueológicos realizados nos Andes a partir dos quais tem sido possível atentar para as persistências nas práticas sociais relativas às tecnologias (p.ex. cerâmica, têxtil, metalúrgica, arquitetônica) e que justificam o uso de analogias históricas diretas. Esses estudos também permitem identificar as diferenças locais e regionais das mesmas e os seus processos de transformação, ao longo do tempo, estimulando a(o)s arqueóloga(o)s a pesquisar as circunstâncias que facilitam tais persistências, no presente, e que levaram à sua emergência, no passado. Nos Andes, a etnoarqueologia tem sido muito consistente em se tratando de investigar os modos de adaptabilidade ao meio ambiente e os padrões de subsistência das diferentes populações locais (p.ex. pastoris, agrícolas). Além disso, é importante dizer que

esses estudos não ignoram a influência do colonialismo e do sistema capitalista nos modos de vida das populações andinas. Além disso, eles buscam se contrapor a uma visão etnocêntrica em relação ao passado andino, criticando as propostas de se construir um modelo uniforme para os Andes que torne homogêneos os cenários culturais diversos do presente etnográfico, do passado recente e do período pré-colonial, nesta região; conforme já salientei no capítulo anterior (p.ex. SILLAR; JOFFRÉ, 2016).

Além desses estudos se pode mencionar os estudos etnoarqueológicos sobre arte rupestre e, especialmente, aqueles que incorporam o conhecimento local sobre essas manifestações arqueológicas. Esses estudos permitem, por um lado, apreender os significados atribuídos pelas populações locais aos motivos rupestres e aos sítios onde eles aparecem e, por outro, constatar que a arte rupestre é um fenômeno complexo que não pertence apenas ao passado, e cujos significados precisam ser vistos como permanentes reapropriações e ressignificações, no presente (p.ex. BRADY; KEARNEY, 2016; CHIPPINDALE; TAÇON, 1998; LEWIS-WILLIAMS; CHALLIS, 2011; WITHLEY, 1998).

Fundamentalmente, a etnoarqueologia pós-processualista demonstrou a necessidade de se entender contextualmente o que as pessoas fazem, e não de prever o que elas devem fazer a partir de pressupostos evolutivos ou adaptativos. Além disso, por ter incorporado uma perspectiva pós-moderna e ter se deixado afetar pela crítica pós-colonial, a etnoarqueologia pós-processualista incorporou uma outra perspectiva ética em relação aos povos estudados, buscando negociar sua prática com as comunidades locais e considerando as assimetrias econômicas e as transformações culturais resultantes do mundo globalizado. A etnoarqueologia pós-processual vem se dedicando, principalmente, em mostrar o engajamento das pessoas com o mundo material. Para algumas etnoarqueólogas pós-processualistas o objetivo tem sido fazer com que arqueólogos e arqueólogas olhem criticamente para a relação humanos/mundo material, e para além de suas próprias experiências e (pré)conceitos (p.ex. LYONS; CASEY, 2016).

Para além desses temas e questões mais específicas das etnoarqueologias processual e pós-processual, se pode dizer que a etnoarqueologia enquanto uma sub-disciplina da arqueologia tem contribuído para a reflexão de questões arqueológicas mais amplas sobre a materialidade.



Márcia Arcuri, Sílvia Cunha Lima, Cristiane Landi e eu. Huaca de las Ventanas
Departamento de Lambayeque, costa norte, Peru, 2015 (Foto: cortesia Márcia Arcuri)

Ela contribuiu, por exemplo, para o debate do *mousteriense* entre Lewis Binford e François Bordes, pois trouxe dados que possibilitaram reforçar a explicação funcional/contextual de Binford para a variabilidade regional e estratigráfica dos conjuntos artefatuais líticos, em oposição à explicação cultural/étnica que tradicionalmente era levada a cabo pela arqueologia francesa. Cabe lembrar que subjacente a este debate estava a questão da variabilidade estilística nas indústrias líticas, sendo este um tema de investigação e discussão que se faz presente na arqueologia, até os dias e hoje (p.ex. DIAS; SILVA, 2001; FRANCO, 2012).

Alguns campos de pesquisa também se beneficiaram com as pesquisas etnoarqueológicas como, por exemplo, a zooarqueologia, a tafonomia e a arqueobotânica, no sentido de mostrar como os comportamentos humanos teriam produzido a variabilidade nos registros arqueológicos faunísticos e botânicos. Com a pesquisa de Lewis Binford (1978a), por exemplo, foi possível visualizar que a variabilidade na distribuição dos restos faunísticos estava

relacionada com a funcionalidade dos sítios e as estratégias de esquarteramento, descarte, armazenagem e transporte dos animais caçados. Alguns trabalhos mostram, inclusive, que esses estudos permitiram compreender melhor as estratégias de subsistência das populações de homínidos (p.ex. DAVID; KRAMER, 2001, p. 130-135; FRANCO, 2012; LYMAN, 2012).

Particularmente, gostaria de destacar a contribuição mais ampla da etnoarqueologia para os estudos sobre tecnologia cerâmica – tema de pesquisa para o qual tenho me dedicado por quase duas décadas. Como diferentes sínteses têm mostrado a etnoarqueologia cerâmica, em parceria com a arqueologia experimental e a arqueometria, tem possibilitado compreender como se constituem os sistemas de produção dos artefatos cerâmicos, evidenciando certas recorrências inter-culturais⁵⁰ dos mesmos. Ou seja, ela gerou uma infinidade de dados comparativos para responder as seguintes questões: 1) por que e como as pessoas usam determinadas matérias-primas e técnicas?; 2) qual é a relação entre organização social da produção e padronização/variabilidade dos artefatos cerâmicos?; 3) qual é a relação entre organização social da produção e especialização da produção?; 4) qual a relação entre a organização social/econômica da produção e a demanda/intensidade da produção cerâmica?; 5) como se constituem as unidades de produção cerâmica e quem são a(o)s produtora(e)s de artefatos cerâmicos?; 6) como os mecanismos de ensino-aprendizagem atuam na padronização/variabilidade dos artefatos cerâmicos em termos contextuais?; 7) quais são os mecanismos de consumo e de distribuição da produção cerâmica? 8) qual a relação entre estilos (técnicos e visuais) cerâmicos e fronteiras sociais e linguísticas?; 9) qual a relação entre cadeia operatória e tradição tecnológica?; 10) quais são os fatores (sócio-culturais, históricos, econômicos, políticos) que levam às transformações das tecnologias cerâmicas? (p.ex. COSTIN, 2000; HEGMON, 2000; ROUX, 2017; SKIBO, 2009; STARK, 2003).

Observando as experiências de vida de diferentes povos e dando ênfase para a sua cultura material, a etnoarqueologia (processualista e pós-processualista) tem possibilitado a(o)s arqueólogo(a)s pensarem mais amplamente

⁵⁰ Vide alguns trabalhos que tratam de algumas dessas recorrências inter-culturais identificadas a partir de trabalhos de etnoarqueologia cerâmica (p.ex. RICE, 1987; ROUX, 2019:1-14; ROUX et al., 2017; SILVA, 2016; SKIBO, 2013).

a respeito dos possíveis contextos sócio-culturais a partir dos quais se originaram os dados arqueológicos e, inclusive, sobre a qualidade desses dados. Ela também tem feito com que as analogias etnográficas e os modelos preditivos/interpretativos da arqueologia sejam aperfeiçoados, pois tem gerado um entendimento mais complexo sobre o modo como se dão as relações entre pessoas e coisas. Inclusive, problematizando as dicotomias entre o tangível e o intangível, na pesquisa arqueológica. Não se pode negligenciar o fato de que sem os estudos etnoarqueológicos muitas questões concernentes à vida econômica, social, política, ritual e estética das populações do passado poderiam ser sequer cogitadas pelos arqueólogos e, portanto, consideradas em suas reflexões sobre os contextos arqueológicos. A etnoarqueologia tem dado a conhecer uma infinidade de modos de vida que são muito distintos daqueles do mundo ocidental. Além disso, muita(o)s etnoarqueóloga(o)s têm se engajado ética e politicamente com as populações estudadas e, por causa disso, esses trabalhos têm contribuído para que a arqueologia não construa histórias (do presente e do passado) apenas como reflexos das representações, dos interesses e dos valores ocidentais hegemônicos (p.ex. BRADY; KEARNEY, 2016; CHIRIKURE, 2016; CUNNIGHAM; MACÉACHERN, 2016; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016; KAMP; WHITTAKER, 2016; LYONS; CASEY, 2016, LYONS; DAVID, 2019; POLITIS, 2016; PRATAP, 2016).

Etnoarqueologia no Brasil

A etnoarqueologia no Brasil tem uma história recente⁵¹ e ainda são, relativamente poucos, os trabalhos etnoarqueológicos, apesar de haver um contexto de diversidade cultural extremamente profícuo para este tipo de pesquisa, em nosso país. Penso que isto se explica, em parte, pelos rumos que a arqueologia brasileira tomou a partir dos anos de 1950, especialmente, a partir da influência das missões científicas, francesa (Missão Franco-Brasileira) e norte-americana (PRONAPA), que não privilegiaram o diálogo da arqueologia com a antropologia e, tampouco, deram à prática etnográfica e/ou

⁵¹ Em realidade, este não é só o caso do Brasil tendo em vista que na América Latina, de modo geral, a etnoarqueologia tem uma história recente e uma produção menos expresiva em comparação com a etnoarqueologia norte-americana e europeia (POLITIS, 2003).

aos dados etnográficos uma importância destacada para a interpretação das evidências arqueológicas⁵².

Como ressaltai no capítulo anterior, em alguns trabalhos, este momento da história da arqueologia em nosso país é descrito como sendo um período no qual foi conduzida uma prática arqueológica bastante distanciada da realidade das populações indígenas e, também, pouco afeita ao entendimento de suas trajetórias históricas e culturais na longa duração (p.ex. BARRETO, 1999/2000; NOELLI, 1999). Cenário que, como vimos, se transformou a partir dos anos de 1980, quando o diálogo com a antropologia foi de fato retomado por alguns arqueólogos e arqueólogas. Rita Poloni (2008) sugere que o desenvolvimento da etnoarqueologia no Brasil acompanhou o processo de democratização tendo em vista que a abertura política facilitou a pesquisa sobre e com os coletivos indígenas, e reacendeu o interesse pelo debate a respeito do patrimônio cultural brasileiro.

No início dos anos de 1980, Tom Miller (1981/1982) escreveu um artigo ressaltando o potencial para a pesquisa etnoarqueológica não apenas no Brasil, mas também, em outros países da América Latina, enfatizando a sua pertinência e importância diante da diversidade de povos indígenas vivendo neste continente. No artigo, Miller destaca alguns trabalhos que haviam sido realizados no país, nos anos de 1970, e dentre eles, os seus próprios trabalhos junto ao povo Xetá, sobre artefatos líticos, e entre o povo Kaingang, sobre artefatos cerâmicos (p.ex. MILLER, 1975, 1978, 1979), os de Irmhild Wüst (1975, 1981/1982; WÜST; MUCILLO 1981/1982), sobre o processo de produção da cerâmica Karajá, e o de José Brochado (1977), sobre a relação entre a funcionalidade cerâmica e a subsistência de povos Tupi-Guarani; todos esses trabalhos já citados no capítulo anterior.

De fato, a etnoarqueologia começou a emergir na América Latina, nos anos de 1970, e para além desses trabalhos produzidos no Brasil, se pode citar outras pesquisas como, por exemplo: de Lyon (1970), em uma aldeia da Amazonia peruana, sobre a ação de animais em contextos de deposição de alimentos; de Carneiro (1979), entre os Yanomami, na Amazônia venezuelana, sobre o uso de machados de pedra; de Lathrap e DeBoer sobre a tecnologia

⁵² Obviamente, sem esquecer dos trabalhos de Beltrão e Laraia (1969), Frickel (1961, 1964) e Laming-Emperaire et al. (1978) mencionados no capítulo anterior.

cerâmica dos Shipibo-Conibo, no alto Ucayali (p.ex. DEBOER, 1974; DEBOER; LATHRAP, 1979; LATHRAP, 1983).

A meu ver, dentre esses trabalhos, alguns exemplificam a transição de uma abordagem analógica (analogia geral, analogia histórica-direta) para uma abordagem etnoarqueológica (p.ex. CARNEIRO, 1979; MILLER, 1975, 1979; WÜST, 1975), pois já tratavam de modo implícito dos processos de formação do registro arqueológico.

No início dos anos de 1980, a pesquisa etnoarqueológica latino-americana estava alinhada de modo explícito ao arcabouço teórico do processualismo. Os trabalhos contemplavam temas como o uso do espaço, processos de formação do registro arqueológico, padrões de assentamento, produção, uso e descarte de conjuntos artefatuais cerâmicos, e a maioria desses trabalhos buscava evidenciar princípios comportamentais gerais que pudessem explicar as configurações dos registros arqueológicos (POLITIS, 2003, 2015).

No Brasil, Irmhild Wüst defendia a sua dissertação de mestrado intitulada “*Padrões de Assentamento de Horticultores Pré-Coloniais em uma Área do Mato Grosso de Goiás*” ([1983] 2019)⁵³. Trata-se de um trabalho emblemático para se entender os inícios da etnoarqueologia brasileira. Influenciada pela escola processualista, e com o embasamento teórico-metodológico da análise espacial, esta arqueóloga buscou contribuir para o entendimento da ocupação humana no centro-sul e sudoeste de Goiás. Ela investigou arqueologicamente a ocupação espacial indígena, tratando da implantação dos sítios no meio-ambiente e de sua configuração (p.ex. dimensão, morfologia, distribuição dos vestígios materiais). Ela analisou os materiais arqueológicos (líticos e cerâmicos), estabeleceu cronologias para essas ocupações pré-coloniais e definiu seus padrões de assentamento. Finalmente, conjugando dados arqueológicos e etnohistóricos, de desde o século XVII, relativos aos povos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, ela propôs algumas

⁵³ Este trabalho foi publicado, recentemente, pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), na Coleção Clássicos da Arqueologia Brasileira. É importante dizer que Irmhild Wüst ministrou o primeiro curso de etnoarqueologia, no Brasil, e os seus trabalhos influenciaram toda uma geração de arqueóloga(o)s que vieram a se dedicar a este tipo de pesquisa, na década de 1990. Particularmente, no início da minha trajetória como etnoarqueóloga, a influência de Irmhild Wüst foi absolutamente fundamental.

interpretações sobre a dinâmica espacial e os processos de ocupação indígena nesta área do Brasil Central.

Em 1991, ela defendeu a sua tese de doutorado, intitulada “*Continuidade e Mudança: Para uma Interpretação dos Grupos Ceramistas Pré-Coloniais na Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso*” (WÜST, 1991). Este trabalho também é emblemático, pois inaugurou o modo particular como a pesquisa etnoarqueológica passou a ser, preferencialmente, conduzida no Brasil, ou seja, como uma pesquisa que buscava contribuir para o entendimento da história indígena. Unindo dados arqueológicos, históricos e etnoarqueológicos, esta arqueóloga buscou compreender a trajetória histórica e cultural do povo Bororo e de populações ceramistas pré-coloniais desta região – em termos das continuidades e descontinuidades sócio-culturais – e, novamente, privilegiando a análise espacial, na pesquisa (etno)arqueológica. Ela se debruçou sobre os sistemas e os padrões de assentamento, os processos de formação e morfologia das aldeias, e a relação desses aspectos com a demografia. Ao mesmo tempo, ela estudou as tecnologias cerâmicas (etnográficas e arqueológicas) e refletiu sobre as estratégias adaptativas, considerando os padrões de subsistência das populações, naquela região. A partir de toda essa pesquisa e dados (etno)arqueológicos, ela buscou entender a história da organização sócio-política e das interações, desde o período pré-colonial, da população que ficou conhecida, historicamente, como Bororo (p.ex. WÜST, 1983/1984, 1991, 1999).

A partir dos anos de 1990, se pode perceber uma diversidade teórica na etnoarqueologia latino-americana e, no Brasil, as pesquisas se desenvolveram dialogando tanto com as premissas processualistas como com as pós-processualistas (POLITIS, 2015; ROBRAHN, 2004). Os trabalhos mostravam uma continuidade da pesquisa etnoarqueológica sobre temas como tecnologias líticas e cerâmicas, uso do espaço, mobilidade, padrão de assentamento e de subsistência. Tais estudos evidenciavam os aspectos técnicos e funcionais dos conjuntos artefatuais, a espacialidade intra e inter-sítios e as estratégias adaptativas das populações, em diferentes ambientes e com diferentes padrões de assentamento, mobilidade e subsistência (p.ex. EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, 2002; HECKENBERGER, 1996; MOI, 2003; NEVES, 1998; NOELLI, 1993; SILVA, 2000). Ou ainda, traziam dados e reflexões sobre os

significados (p.ex. sociais, políticos, ideológicos) dos conjuntos artefatuais, do espaço intra-sítio e dos assentamentos (p.ex. BAPTISTA DA SILVA, 2001; HECKENBERGER, 1996; OLIVEIRA, 1999; SILVA, 2000). Esses estudos contribuíram para a construção e teste de modelos etnoarqueológicos que, por um lado, estavam embasados em variáveis (adaptativas, técnicas, funcionais) mais controláveis do ponto de vista da dinâmica comportamental humana e de suas assinaturas materiais. E, por outro, mostravam as possibilidades de se inferir as consequências materiais resultantes das apropriações simbólicas do mundo material (p.ex. SILVA 2000). Destaco os modelos etnoarqueológicos de Michael Heckenberger (modelo galáctico) sobre a relação entre poder político e espacialidade no Alto Xingu; de Francisco Noelli⁵⁴ (modelo ecológico), sobre sistema e padrão de assentamento e subsistência Guarani; de Sérgio Baptista sobre organização social e arte gráfica Kaingang; de Jorge Eremites de Oliveira sobre a formação de aterros, no Pantanal. Para além das questões específicas sobre as populações estudadas e das histórias indígenas regionais, alguns desses trabalhos contribuíram para a reflexão de problemas arqueológicos mais amplos, como os processos de dispersão (diáspora, expansão, migração), dos povos Arawak, Tukano e Tupi, nas terras baixas da América do Sul (p.ex. HECKENBERGER, 1996; NEVES, 1998; NOELLI, 1993).

É importante destacar que a maioria desses trabalhos buscava produzir uma narrativa histórica sobre as populações indígenas, para além (ou ao invés) de testar ou produzir modelos preditivos/interpretativos sobre a relação entre comportamento humano e registro material, tendo conciliado a pesquisa etnoarqueológica, com a pesquisa arqueológica e histórica. Dentre as exceções, destaco o trabalho de Flávia Moi (2003), sobre o uso do espaço pelo povo Xerente, e o meu próprio trabalho, sobre os significados da variabilidade dos artefatos trançados do povo Xikrin-Kayapó e das vasilhas cerâmicas do povo Asurini do Xingu (SILVA, 2000, 2008). Neles, foi privilegiado o entendimento dos processos culturais de formação do registro

⁵⁴ O trabalho de Noelli (1993) não se enquadra numa definição *stricto sensu* de etnoarqueologia, pois o mesmo se baseia, eminentemente, em fontes documentais e bibliográficas sobre os povos Guarani e Tupi-Guarani, no geral. No entanto, *ao fim e ao cabo* ele apresenta um modelo etnoarqueológico que concilia dados etnográficos, históricos e arqueológicos, sendo que o mesmo vem sendo testado, referendado e criticado por arqueólogo(a)s até hoje, especialmente, no âmbito do que se convencionou chamar de arqueologia Guarani.

arqueológico. Inclusive, são trabalhos que mostram uma grande influência da abordagem processualista⁵⁵.

Pode-se dizer que a etnoarqueologia desenvolvida em nosso país, nos anos de 1980-1990, estava atualizando o uso de uma abordagem histórica direta, ou ainda, desenvolvendo os chamados modelos contínuos (GOULD, 1978b), para interrelacionar historicamente populações indígenas do passado e do presente e, por isso, eu discordo da avaliação de Gustavo Politis (2003, p. 127) de que tais trabalhos não se enquadrariam como etnoarqueológicos. Ao mesmo tempo, tratava-se de evidenciar a arqueologia como uma ciência histórica e, neste contexto específico das Américas, como sinônimo de história indígena de longa duração (p.ex. NEVES 1998, 1999). Para alguns desses arqueólogos, a continuidade e/ou relação histórica e cultural entre as populações indígenas pré-coloniais e as contemporâneas estaria embasada no pressuposto de uma persistência estrutural nos modos de vida dessas populações, estando esta materializada nos estilos técnicos, nas morfologias das vasilhas cerâmicas, nos sistemas e padrões de assentamento, no uso do espaço, nos padrões de subsistência, nos sistemas simbólicos (p.ex. BAPTISTA DA SILVA 2001; HECKENBERGER 2001; NEVES 2006, 2008; NOELLI 1998, 1999).

A meu ver, esses trabalhos etnoarqueológicos se alinhavam com os trabalhos produzidos pela chamada ‘nova história indígena’ e pela antropologia histórica, e que buscavam repensar as histórias das populações indígenas, no Brasil, bem como a ideia de resistência e de agentividade das mesmas, no que se refere às consequências do colonialismo, nesta região das Américas (p.ex. ALBERT; RAMOS, 2002; CARNEIRO da CUNHA (ed.), 1992; MONTEIRO, 1994; PORRO, 1995). Cabe lembrar, mais uma vez, que todos esses trabalhos históricos, antropológicos e (etno)arqueológicos estavam sendo desenvolvidos em consonância com o fortalecimento dos movimentos indígenas, desde os anos de 1980.

⁵⁵ De minha parte posso dizer que estava muito motivada pelas proposições processualistas quando iniciei minha pesquisa junto aos povos indígenas Asurini do Xingu e Xikrin-Kayapó. Porém, ao longo do tempo, fui me deixando afetar pelo pós-processualismo e, também, pela antropologia das técnicas. Assim, minha tese é o resultado de uma apropriação diversificada da teoria arqueológica e do diálogo entre a etnoarqueologia cerâmica e a antropologia da tecnologia. Na realidade, acompanhei uma tendência que estava acontecendo na pesquisa etnoarqueológica, em outros círculos acadêmicos como, por exemplo, nos Andes, nos EUA e na Europa.

A perspectiva de compreender e fazer a pesquisa etnoarqueológica como uma contribuição para a história indígena extrapolou a década de 1990, e vários trabalhos com este objetivo vêm sendo desenvolvidos, até os dias de hoje, entre diferentes povos: Arawak (p.ex. BESPÁLEZ, 2009, 2014; HECKENBERGER, 2002; SCHMIDT 2010; SILVA et. al. 2010); Tupi (p.ex. EREMITES DE OLIVEIRA, 2016; GARCIA, 2017; RODRIGUES, 2001; SILVA; NOELLI, 2015, 2016; SILVA et al. 2010; STUCHI, 2010); Jê Meridional (p.ex. MACHADO, 2016, 2017; RODRIGUES 2007); Karib (GASPAR, 201956; XAMÉN WAI WAI, 2017); Guató (EREMITES DE OLIVEIRA; MILHEIRA, 2020)⁵⁷. Essas pesquisas etnoarqueológicas junto às populações indígenas têm sido diversas teoricamente, e vêm mostrando as particularidades e complexidades das histórias dessas populações, nas diferentes regiões do nosso país.

Lendo esses trabalhos fica evidente que esses povos perderam ou tiveram seus territórios diminuídos, ao longo dos processos de colonização (colonialismo português e colonialismo interno), e que tal situação persiste, nos tempos contemporâneos, para vários deles. Este é o caso da T.I. Lalima, no Mato Grosso do Sul, ocupada por indígenas Terena, Kinikinau, Guaikuru e Laiana que vem sendo usurpada, há décadas, pelos fazendeiros locais que empurram as suas cercas, mais e mais, para dentro dos limites demarcados desta Terra Indígena (p.ex. BESPÁLEZ, 2014; SILVA et al. 2010). Situações territoriais conturbadas também viveram, e ainda vivem, os Xoklém/Laklãnõ, no sul do Brasil, e os Kayabi, no Mato Grosso/Pará. Os Xoklém/Laklãnõ foram desterritorializados pelos colonizadores não-indígenas e, nos últimos anos, pelos empreendimentos hidrelétricos, sendo que lutam, permanentemente, pela recuperação de seus territórios (p.ex. MACHADO, 2016). Os Kayabi sofreram constantes ameaças dos fazendeiros que, por muito tempo, atuaram de forma violenta para atrapalhar o processo de demarcação da

⁵⁶ Cabe dizer que o trabalho de Meliam Viganó Gaspar não se enquadra em uma definição *stricto sensu* de etnoarqueologia, pois ele foi realizado eminentemente a partir de coleções etnográficas e da revisão da bibliografia sobre os conjuntos cerâmicos arqueológicos. Porém, nas suas análises a autora contribui para o teste e aperfeiçoamento de um modelo etnoarqueológico sobre tecnologia cerâmica. Este tipo de trabalho já foi realizado por outras arqueólogas (p.ex. HARDIN, 1979; HARDIN; MILLS, 2000), sendo ora conceituado como etnoarqueologia (p.ex. KRAMER, 1979a:282-83), ora como arqueologia etno-histórica (p.ex. HEGMON, 2000:134).

⁵⁷ Gostaria de mencionar outros trabalhos que vêm sendo realizados, em outros países sul-americanos, a partir desta mesma perspectiva de contribuir para a história indígena, e que dialogam com algumas dessas pesquisas sobre os povos Karib (p.ex. MANS, 2012; DUIN, 2014, 2015) e Arawak (VAN DEN BEL, 2009).



Juliana Salles Machado. Etnoarqueologia do território e da memória do povo Xoklég/Laklãnõ.
T.I. Xoklég/Laklãnõ, SC, 2013-2016 (Foto: cortesia Juliana Salles Machado)

T.I. Kayabi que, na realidade, constitui parte do território tradicional, ancestral deste povo desde, pelo menos, os primeiros registros históricos sobre esta região banhada pelos afluentes do rio Tapajós (p.ex. SILVA et al. 2010; STUCHI, 2010). Na região sudeste, os povos Guarani e Kaingáng também sofreram perdas territoriais, e ambos ainda lutam pelo reconhecimento e/ou manutenção de suas terras indígenas (RODRIGUES, 2001, 2007). Os trabalhos também mostram como determinados territórios foram apropriados a partir de processos expansionistas, e como sistemas regionais (multiétnicos e multilinguísticos) contemporâneos se formaram e se mantêm, desde o período pré-colonial, a partir das interações entre diferentes populações indígenas (p.ex. HECKENBERGER, 2002). Para além das histórias de formação dos territórios e dos processos de desterritorialização, esses trabalhos também evidenciam as diferenças entre as realidades etnográfica e arqueológica no que se refere, por exemplo, à quantidade, distribuição e tamanho dos assentamentos, denunciando as perdas demográficas vivenciadas

pelas populações indígenas, especialmente, no período pós-contato (p.ex. EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, 2002; GARCIA, 2017; HECKENBERGER, 2002; SILVA; NOELLI, 2015). Finalmente, esses trabalhos demonstram, ainda, as continuidades e transformações, ao longo do tempo, de aspectos como o sistema e o padrão de assentamento, as formas de subsistência, e a produção e uso dos conjuntos artefatuais indígenas (p.ex. GASPAR, 2019; J. WAI WAI, 2017).

A essas pesquisas etnoarqueológicas se somam uma infinidade de outros trabalhos, e toda essa produção etnoarqueológica brasileira tem contribuído na produção de dados para subsidiar analogias e a construção de modelos interpretativos e/ou preditivos sobre temas como, por exemplo: 1) história das paisagens, formação de territórios e territorialidade; 2) sistemas de assentamento, estratégias de subsistência e mobilidade; 3) espacialidade inter e intra-sítios; 4) organização tecnológica e variabilidade artefactual.

Sobre história das paisagens, formação de territórios e territorialidade, esses trabalhos etnoarqueológicos produziram dados sobre as formas de manejo e de exploração dos recursos, e os resultados dessas ações na configuração das paisagens (p.ex. CAROMANO, 2018; CASCON, 2017; EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, 2002; HECHT, 2003; NOELLI, 1993); a construção de trincheiras, barreiras, plataformas de terra e redes de caminhos (p.ex. EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, 2002; HECKENBERGER, 1996, 2005; LOPES MAZZ, 2010; NEVES, 1998); e os modos como as populações, a partir das suas vivências e ontologias, atribuem significado às paisagens e aos lugares, e constituem territórios de pertencimento (p.ex. ANDRADE, 2014; BESPALAZ, 2013; GARCIA, 2017; HECKENBERGER, 2007; MACHADO, 2016; SILVA 2013a; SILVA et al. 2010).

Os estudos sobre sistemas de assentamento, estratégias de subsistência e de mobilidade registraram dados sobre a correlação espacial e os modos de interconecção (p.ex. caminhos fluviais, terrestres) dos diferentes tipos de sítios (p.ex. assentamentos e de atividades específicas), e a sua distribuição em relação aos recursos ambientais (p.ex. EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, 2002; NOELLI, 1993; SILVA, 2009a); a diversidade na constituição material dos diferentes tipos de sítios (p.ex. assentamentos, pesqueiros, locais de extração e processamento de recursos vegetais e matérias-primas, roças, locais de caça) (p.ex. SCHMIDT, 2010; NOELLI, 1993; RODRIGUES, 2007; SILVA, 2000, 2008, 2009a; SILVA; NOELLI, 1996; SILVA; STUCHI 2010; STUCHI, 2010);

e os comportamentos relacionados ao manejo, cultivo, obtenção e descarte de recursos alimentares (p.ex. CASCON, 2017; NOELLI, 1993).

Sobre a espacialidade inter e intra-sítios os estudos evidenciaram dados sobre a diversidade material das áreas de atividades (p.ex. públicas, domésticas, de atividades específicas, de deposição); das morfologias dos assentamentos (p.ex. circular, linear, irregular e dispersa); e da distribuição das estruturas intra-sítios (p.ex. moradia, processamento e estocagem de recursos ambientais, ritual, enterramento) (p.ex. SCHMIDT, 2010, 2013; SILVA, 2003; SILVA; REBELATTO, 2003).

No que se refere ao tema da variabilidade artefactual, a pesquisa etnoarqueológica tem demonstrado, por exemplo: 1) que as populações com proximidade geográfica e/ou linguística podem apresentar diferenças nos estilos técnicos dos conjuntos artefatuais, constituindo diferentes micro-estilos (p.ex. cerâmicos) (p.ex. GASPAS, 2019; GASPAS; RODRIGUES, 2020; RODRIGUES, 2020); 2) que as populações com afinidade linguística podem apresentar semelhanças estruturais em seus conjuntos artefatuais (p.ex. cerâmica) (p.ex. CORRÊA, 2014; NOELLI, 1993, 1999/2000; SILVA; NOELLI, 2017); 3) que os processos de ensino-aprendizagem resultam em conjuntos de artefatos de aprendizes (p.ex. SILVA, 2010); 4) que os processos de endoculturação e de organização social da produção podem resultar em alta homogeneidade dos conjuntos artefatuais intra-sítio (p.ex. SILVA, 2003, 2009b); 5) que os atributos de um mesmo objeto apresentam diferentes significados funcionais, identitários e étnicos (p.ex. SILVA, 2007, 2009c); 6) que os processos técnicos e de inovação técnica se materializam nos diferentes atributos (visíveis e não visíveis) dos objetos (p.ex. CAROMANO, 2018; CUNHA LIMA; SILVA, 2015; MANGUEIRA et al., 2016; SILVA, 2013b; SILVA; CUNHA LIMA, 2015); 7) que o estudo da cadeia operatória é fundamental para se compreender a relação entre identidades sociais, fronteiras etno-linguísticas e a constituição de comunidades de prática (p.ex. GASPAS, 2019; SILVA, 2000, 2007, 2008, 2010; SILVA; NOELLI 2017; VAN DEN BEL, 2009).

Todos esses estudos etnoarqueológicos tratam de modo implícito ou explícito dos processos de formação do registro arqueológico. Demonstram, por exemplo, quais seriam os comportamentos e as variáveis responsáveis pela formação de determinadas evidências arqueológicas

(p.ex. Terra Preta Antropogênica (TPA), estruturas de combustão, marcas de esteio, concentrações de resíduos orgânicos e não-orgânicos, distribuição espacial dos tipos de artefatos, etc). As pesquisas também têm mostrado como é dinâmico o uso e a transformação do espaço intra-sítios. Além disso, elas contribuem para refinar os parâmetros utilizados na classificação e tipologia dos artefatos, mostrando a importância de se considerar as diferentes dimensões (formal, quantitativa, espacial, relacional) da variabilidade artefactual. Tais estudos mostram que os artefatos são sempre índices e referentes de um universo de práticas sociais, conhecimentos, relações e histórias.

Alguns desses trabalhos, em diálogo com a chamada ‘virada ontológica na arqueologia’, também têm contemplado aspectos das ontologias ameríndias. Um exemplo, é o trabalho etnoarqueológico realizado sobre pontas de flecha, entre os Awá, um povo Tupi-Guarani que vive no Maranhão. Nele, foi mostrado como as percepções dos homens Awá do seu *self* estão entremeadas nas ações do fazer e usar arcos e flechas, sendo que isto explicaria a persistência desses objetos na vida deste povo, apesar das transformações dos seus conjuntos artefatuais, devido ao seu contato crescente com os não-indígenas (p.ex. GONZALEZ-RUIBAL et al., 2011). Outro exemplo são as minhas próprias pesquisas junto ao povo Asurini do Xingu a respeito dos significados que ele atribui aos vestígios arqueológicos encontrados nas suas terras, bem como à sua tecnologia cerâmica. Tenho mostrado que, para este povo, as oficinas líticas e cerâmicas arqueológicas são materialidades que remetem às diferentes narrativas asurini sobre o fim e o recomeço do mundo, nos tempos primevos. Além disso, descrevendo a cadeia operatória de produção das suas vasilhas cerâmicas tenho evidenciado como as suas ações e escolhas técnicas atualizam determinados princípios ontológicos relacionados com a aquisição dos materiais e dos conhecimentos técnicos (p.ex. SILVA, 2002, 2019a).

Para além dos povos indígenas, a pesquisa etnoarqueológica também têm se debruçado sobre as comunidades afrodiáspóricas, camponesas, sertanejas, ribeirinhas e outras. Os trabalhos versam sobre a materialidade e as trajetórias históricas desses coletivos e contribuem para as interpretações arqueológicas de contextos relacionados a eles. Além disso, esses

trabalhos também mostram o modo como esses diferentes coletivos se apropriam dos sítios e materiais arqueológicos que estão em seus territórios e de como, na maioria dos casos, isso tem a ver com questões muito complexas relativas às suas lutas pela inclusão social, em nosso país.

A etnoarqueologia de comunidades afrodiáspóricas vem se desenvolvendo a partir de um diálogo afinado com os estudos da arqueologia histórica. É importante lembrar que na história da disciplina, em nosso país, a arqueologia histórica deu seus primeiros passos estudando a cultura material dos colonizadores e as relações – a partir da noção de aculturação – entre indígenas e europeus, no âmbito das missões jesuíticas. Porém, a partir da década de 1970, ela passa a se dedicar, mais intensamente, ao estudo da diáspora africana e da resistência dos escravizados, em consonância com o que vinha acontecendo, em termos teórico-metodológicos, na arqueologia histórica, em outros países do continente americano, especialmente, nos Estados Unidos. Nas últimas décadas, ela complexificou e diversificou seu escopo teórico-metodológico e seus temas de pesquisa, investindo mais sistematicamente, nos estudos sobre etnicidade, etnogênese, identidade e gênero, ampliando a sua reflexão sobre esses coletivos afrodiáspóricos vulnerabilizados em nossa sociedade, buscando contribuir para as suas lutas sociais e políticas em termos da gestão de seus territórios e patrimônios culturais – em especial, no que se refere às populações quilombolas. Além disso, tem lançado um olhar para as relações entre as populações afrodiáspóricas e indígenas, mostrando, também, a importância de uma arqueologia do colonialismo e de uma arqueologia histórica das populações indígenas (p.ex. ALLEN, 2000; FERREIRA, 2009; FUNARI; FERREIRA, 2016; NOELLI; SALLUM 2019; SOUZA 2017; SYMANSKI, 2014; SYMANSKI; ZANETTINI, 2010).

Os estudos etnoarqueológicos sobre as populações afrodiáspóricas vêm sendo desenvolvidos, principalmente, nos contextos quilombolas. Os estudos trazem dados sobre o modo como essas populações se apropriam, significam e constroem paisagens e dão significado aos lugares, acionando conhecimentos ancestrais e memórias. Ou ainda, como elas definem seus territórios de pertencimento, incluindo marcos paisagísticos e a apropriação e ressignificação de materiais e sítios arqueológicos. Além disso, tais estudos também tratam da espacialidade quilombola, observando o modo como essas

peças, em diferentes regiões, distribuem suas estruturas de moradia em termos do parentesco e da sociabilidade, e realizam e organizam, contextualmente, as suas atividades cotidianas. Ou seja, onde elas produzem, usam, armazenam e descartam artefatos. Quais são os locais em que elas produzem e processam alimentos. Como elas vivem a sua religiosidade e realizam as suas festas e rituais. O modo como essas populações produzem seus alimentos e conjuntos artefatuais, especialmente a cerâmica, e quais são as estruturas de ensino e aprendizagem desses conhecimentos (p.ex. ALMEIDA, 2012, 2021; CARVALHO, 2012, 2018; FREITAS, 2019; NASCIMENTO, 2011).

Recentemente, foi desenvolvido um trabalho de etnorqueologia do abandono, em um contexto de ocupação local e territorial de uma população quilombola, mostrando como este processo está relacionado com as representações das pessoas sobre os lugares, com as suas memórias, sociabilidade e com as conjunturas históricas e econômicas nas quais elas ficam envolvidas, no decorrer de suas existências. Trata-se de um estudo muito interessante para se compreender os processos de formação do registro arqueológico em termos do abandono intra-sítio e de sítios, mas principalmente, para entender o modo como essas pessoas refazem seus modos de vida diante das mais diversas conjunturas históricas, sociais e ambientais (p.ex. CARVALHO, 2018). Cabe dizer que todos esses estudos etnoarqueológicos têm conseguido mostrar de forma muito consistente a importância dos territórios para as comunidades quilombolas.

Outros estudos etnoarqueológicos têm sido desenvolvidos com comunidades afrodiáspóricas urbanas, no âmbito, por exemplo, dos terreiros de candomblé (extintos e/ou abandonados), e com o objetivo de compreender o uso desses espaços em termos das atividades nele desenvolvidas. Associando a pesquisa documental, de história oral e etnográfica tem se procurado mostrar como as práticas das religiões de matriz africana se materializam nesses lugares. *Ao fim e ao cabo* essa etnoarqueologia busca contribuir para a elaboração de políticas públicas em defesa dessa religiosidade que vem sendo bastante atacada, nesses tempos, em várias cidades do país (p.ex. PEREIRA, 2015, 2017a, 2017b).

Os estudos etnoarqueológicos sobre comunidades tradicionais (p.ex. camponesas, sertanejas, ribeirinhas, de pescadores) ainda são pouco



Paty Marinho. Etnoarqueologia do abandono. Comunidade quilombola do Boqueirão, Vila Bela da Santíssima Trindade, MT, 2014-2018 (Foto: cortesia Paty Marinho)

numerosos em nosso país, mas eles têm produzido dados muito interessantes para a reflexão arqueológica e, especialmente, no âmbito da arqueologia histórica. Trabalhos sobre os conjuntos artefatuais dessas comunidades têm produzido dados relevantes sobre as causas da variabilidade artefactual em termos da produção, uso e distribuição dos artefatos. Ou seja, eles mostram a relação entre morfologia e performance do artefato e o tipo de alimento ou recurso processado e/ou consumido (p.ex. panelas de cozinhar, quartinhas para água); a relação entre tipo de vasilha e a sua quantidade de produção e modo de distribuição (p.ex. panelas para o comércio nas feiras locais) (p.ex. AMARAL, 2012; MOURA; ALLEN, 2015). Além disso, resgatam a genealogia e a persistência de determinadas técnicas e artefatos (p.ex. quartinhas, panelas de pedra sabão), e a relação disso com as dinâmicas da vida cotidiana dessas comunidades (p.ex. armazenagem e consumo de água, processamento de alimento), bem como com as suas histórias de interações com outras populações (p.ex. indígenas), memórias afetivas, representações sobre o seu modo de vida e inserção no sistema econômico local, nacional,

global (p.ex. AMARAL, 2019; MELQUÍADES, 2014; SANTOS et al., 2017). Os trabalhos com essas comunidades também têm mostrado os seus modos de vivência, apropriação e construção de paisagens e de atribuição de significado aos lugares e, ainda, como se estabelecem as relações entre pessoas e coisas, e entre as coisas. Neste caso, alguns trabalhos são uma contribuição para as discussões no âmbito da arqueologia simétrica e da arqueologia da paisagem (p.ex. MELQUÍADES, 2014, 2017; L. SILVA, 2015).

As pesquisas com comunidades ribeirinhas, em especial, têm gerado dados muito interessantes sobre como se dá a significação das paisagens e dos lugares. Há trabalhos que mostram as formas de socialização do espaço doméstico e áreas do entorno através, por exemplo, do cultivo e/ou manejo de plantas, do seu compartilhamento entre pessoas e da transmissão inter-geracional desses conhecimentos, da familiarização das plantas (p.ex. MACHADO, 2012). Ao mesmo tempo, esses estudos mostram como as formas de engajamento dessas comunidades com as paisagens estão entremeadas pelas suas ontologias, sendo que essas também explicam os modos de relações dessas comunidades com a materialidade arqueológica (p.ex. GOMES, 2016, 2018; MACHADO, 2010, 2014). Tais trabalhos, em consonância com os trabalhos que estão sendo realizados com povos indígenas (p.ex. CASCON, 2017; NOELLI, 1993), são importantes para se pensar questões relacionadas à história das paisagens, e com as proposições da ecologia histórica. Eles também contribuem para uma reflexão antropológica e arqueológica sobre a familiarização de plantas e trazem questões fundamentais para subsidiar debates mais amplos como, por exemplo, se houve ou não um processo de neolitização, na Amazônia (p.ex. FAUSTO; NEVES, 2018)

Dentre as peculiaridades da pesquisa etnoarqueológica, no Brasil, está o fato de que ela vem sendo realizada no âmbito dos processos de demarcação de territórios indígenas e quilombolas, bem como no contexto da legislação ambiental sobre os empreendimentos econômicos. Nestes casos, pesquisadora(s) têm se utilizado das fontes bibliográficas (históricas e etnológicas) para compreender as trajetórias históricas dessas populações e os processos de expropriação territorial por elas sofridos, ao longo do tempo. A partir da prática etnográfica buscam registrar, por exemplo, as histórias de vida, as relações de parentesco, as memórias sobre



Juliana Salles Machado. Etnoarqueologia dos espaços antropizados e da familiarização das plantas. Ilha Caviana, PA, 2007-2012 (Foto: cortesia Juliana Machado)

antigos lugares de moradia. Buscam compreender os modos específicos como essas populações se utilizam dos territórios que ocupam e/ou reivindicam, ou ainda, como elas atribuem significado a determinados lugares e sítios arqueológicos. A pesquisa etnoarqueológica visa mostrar a relação entre cultura material e comportamento humano, bem como identificar as formas de (re)organização sócio-espacial dessas populações diante das ações do Estado e/ou das frentes de expansão da sociedade nacional, sobre os seus territórios tradicionalmente/historicamente ocupados. Trata-se de entender as permanências e transformações nos padrões de assentamento, nas estratégias de subsistência, nas tecnologias de produção, processamento e uso de bens e recursos duráveis e perecíveis. Utilizando-se de metodologia arqueológica se busca identificar paisagens antropizadas, lugares significativos, assentamentos e estruturas (em uso ou abandonados), sítios e ocorrências arqueológicas. Através da pesquisa etnoarqueológica, portanto, tem sido possível registrar e entender as relações entre essas

peças e a materialidade – do presente e do passado – e, a partir disso, elaborar os laudos que são acessados nos processos judiciais sobre os direitos territoriais desses coletivos, ou ainda, redigir os relatórios técnicos que serão agregados aos EIA-RIMA e servirão para definir as medidas compensatórias resultantes dos empreendimentos (p.ex. EREMITES DE OLIVEIRA, 2011, 2012, 2015, 2016; SOUZA; EREMITES DE OLIVEIRA, 2019). No âmbito do licenciamento ambiental, as pesquisas etnoarqueológicas, para além do que foi explicitado acima, também têm buscado denunciar as mazelas causadas pelos empreendimentos econômicos, aos modos de vida das populações indígenas, bem como o cinismo e a omissão dos órgãos de Governo no que se refere à garantia de manifestação e ingerência dos povos indígenas sobre os empreendimentos a serem realizados em seus territórios, ou próximos a eles; voltarei a este tema no próximo capítulo (p.ex. PUGLIESI JR.; VALLE, 2015; STUCHI, 2011).

Algumas reflexões sobre a etnoarqueologia no Brasil

Nesta síntese da produção etnoarqueológica não se pode deixar de mencionar que muitas dessas pesquisas foram realizadas a partir de uma postura dialógica para com os povos indígenas e outros coletivos, evitando tratá-las como meros objetos de observação, ou entendendo os contextos etnográficos como se fossem um laboratório de pesquisa. Muita(o)s etnoarqueóloga(o)s que atuam, no Brasil, foram e estão sendo atingidos pelas reflexões produzidas no âmbito da crítica pós-colonial e, também, pela força dos movimentos sociais que têm buscado garantir a manutenção dos direitos individuais e coletivos que estão postos na Constituição de 1988, e que foram arduamente conquistados, mas que estão continuamente ameaçados.

Esta transformação no modo de conceber e conduzir as pesquisas etnoarqueológicas entre esses diferentes coletivos de pessoas, faz com que a(o)s pesquisadora(e)s busquem sempre contextualizar os seus trabalhos, em termos dos diversos cenários políticos, sociais e econômicos (locais e internacionais) nos quais atuam. Além disso, vária(o)s pesquisadora(e)s têm dado às suas pesquisas etnoarqueológicas uma dimensão colaborativa, reconhecendo as pessoas com as quais estão interagindo, como interlocutores e agentes capazes de produzir suas próprias histórias e discursos sobre a materialidade, e de realizar

suas próprias (etno)arqueologias (p.ex. CARVALHO, 2018; GREEN et al., 2003; HECKENBERGER, 2008; MACHADO, 2017; SILVA, 2019b; SILVA et al., 2010)⁵⁸. Estetipo de procedimento também pode ser observado em outras pesquisas etnoarqueológicas que vem sendo desenvolvidas em diferentes países da América Latina (p.ex. DUIN, 2014, 2015).

Neste sentido, a prática da etnoarqueologia que está sendo realizada por vária(o)s pesquisadore(a)s, no Brasil e em outros países latino-americanos, poderia ser incluída na reflexão realizada por Alejandro Haber (2016), a respeito do cenário pós-colonial do pensamento arqueológico na América do Sul. Como argumenta o autor, neste continente, as práticas arqueológicas que incluem os povos originários e outros coletivos vulnerabilizados/subalternizados estão abrindo caminhos para a construção de uma (meta) teoria arqueológica – i.e. uma crítica a um determinado modo de conhecer – que contempla as ontologias e epistemologias desses coletivos. Neste cenário, e considerando vários dos trabalhos citados acima, se poderia falar de um processo de construção de uma etnoarqueologia pós-colonial, em nosso país, uma etnoarqueologia que tem buscado a descolonização do pensamento arqueológico em torno de temas como a terra, a memória e o conhecimento da materialidade arqueológica.

O futuro da etnoarqueologia

A etnoarqueologia ainda tem muito a contribuir para a construção do conhecimento arqueológico. Há vários contextos sócio-culturais e registros materiais a serem estudados e compreendidos, sendo que ela ainda se constitui em uma possibilidade para se estabelecer estruturas comparativas sobre as diferenças e similaridades das relações entre os coletivos humanos, o meio ambiente e as coisas. Para alguns autores, ela continua sendo uma fonte de dados etnográficos fundamentais para a reflexão arqueológica

⁵⁸ A meu ver, a colaboração entre arqueóloga(o)s e indígenas, em nosso país, tem se dado desde os anos de 1980, no âmbito de pesquisas etnoarqueológicas e de arqueologia pública. Pode-se dizer, inclusive, que uma das primeiras experiências de arqueologia colaborativa tenha ocorrido durante as pesquisas de Irmhild Wüst (1983, 1991) junto aos Bororo. Apesar da autora definir seu trabalho como etnoarqueológico, ele também se desenvolveu a partir do interesse e da participação deste povo indígena na investigação de sua história de ocupação territorial.

e, ao mesmo tempo, um instrumento para inspirar e direcionar a pesquisa arqueológica (p.ex. HAMON, 2016; LANE, 2006, 2016; POLITIS, 2015, 2016).

Quando se trata de preconizar o futuro da etnoarqueologia, alguns trabalhos defendem que se deve investir na pesquisa das evidências materiais e não das ideologias, ou ainda, continuar investindo na descoberta das regularidades e correlatos comportamentais, nas estruturas universais que subjazem a diversidade das relações entre pessoas e o mundo material (p.ex. GOULD, 1989, 2011; ROUX, 2007, 2017). Nesta mesma direção, há pesquisadores que afirmam ser necessário continuar se dedicando à coleta de dados quantitativos e espaciais detalhados a fim de que se possa persistir na busca pelo conhecimento dos processos de formação do registro arqueológico (p.ex. SKIBO, 2009). Ao mesmo tempo, que se deve atentar para os contextos sociais e políticos onde se está trabalhando, e deixar claro nas pesquisas como os Estados-Nação, as economias de mercado e a globalização influenciam os modos de vida correntes tendo em vista que conjunturas análogas poderiam ter influenciado os modos de vida, no passado (p.ex. SILLAR; JOFFRÉ, 2016).

Na contramão dessas proposições, há aquela(e)s que pensam que se deve prosseguir investigando os aspectos intangíveis da vida humana e que não deixam rastros materiais, ou seja, aquilo que permite refletir sobre os *off-sites*. A proposta é que a etnoarqueologia se debruce mais intensamente no entendimento das ontologias não-ocidentais, ou ainda, nos modos não-ocidentais de compreender a materialidade. Ou ainda, que a etnoarqueologia busque compreender como diferentes povos se engajam com as paisagens, os lugares e a materialidade arqueológica, e como a partir disso constroem uma memória social e constituem seus passados (p.ex. GONZÁLEZ-RUIBAL et al., 2011; LYONS; DAVID, 2019; McNIVEN, 2016). Essas pesquisas são cruciais para que a arqueologia possa melhor compreender a relação entre pessoas e coisas, no passado e no presente e, ao mesmo tempo, fomentar um debate, para além da disciplina, sobre a gestão do que se convencionou chamar de patrimônio arqueológico.

Cunningham e MacEachern (2016, p. 633), propõem que o futuro da etnoarqueologia está no seu enquadramento no âmbito das *slow sciences* que teriam como características: “1) o reconhecimento das consequências éticas e humanas da pesquisa científica e das relações humanas



Dona Leo dando acabamento no pote. Pesquisa de Daniella Magri Amaral sobre etnoarqueologia cerâmica. Altinho, PE, 2008-2018 (Foto: cortesia Daniella Magri Amaral)

envolvidas na pesquisa; 2) o reconhecimento da necessidade de contemplação, aprendizagem colaborativa e pensamento cuidadoso ao longo da pesquisa; 3) a preocupação com os aspectos comunitários da pesquisa, cooperação mútua e suporte por parte dos colegas e estudantes; 4) uma crítica à burocratização e à intrusão inapropriada de práticas e conceitos de negociação e controle na academia, tanto no âmbito da pesquisa como do ensino”. A partir disso, a etnoarqueologia poderia contribuir para além da disciplina arqueológica, assumindo também o compromisso de denunciar as desigualdades sociais no mundo, mostrando como vivem as populações não-industrializadas e inseridas na ordem global como subalternas (p.ex. GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006).

Nestes tempos de crítica pós-colonial, alguns autores clamam pela descolonização da etnoarqueologia. Neste caso, pela redefinição da postura de etnoarqueóloga(o)s frente aos povos e comunidades que estudam, no sentido de que esta(e)s assumam uma perspectiva menos de observadora(e)s e mais dialógica, tratando as pessoas não como informantes, mas como produtoras de conhecimento. Em outras palavras, que busquem produzir conhecimento etnoarqueológico informado pelo conhecimento local. Assim, existe um movimento em prol do desenvolvimento de uma ‘etnoarqueologia pós-colonial’ que se dedique a realizar pesquisas contextualmente relevantes, contribuindo para empoderar as comunidades locais e com o objetivo de atender às suas aspirações, no presente e para o futuro. Pesquisas que assumam, também, uma perspectiva colaborativa (p.ex. CHIRIKURE, 2016; CUNNINGHAM; MACEachern, 2016; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016). Cabe dizer que, nos últimos anos, os dados etnoarqueológicos têm sido usados para subsidiar as reivindicações (políticas, territoriais, sociais) de povos e comunidades tradicionais.

A dúvida que se coloca diante desta proposta de uma ‘etnoarqueologia pós-colonial’ é se isto não implicará em colocar sob um mesmo rótulo perspectivas de pesquisas muito distintas, e que têm em comum apenas o fato de envolverem a prática etnográfica. Alguns autores entendem que a noção de etnoarqueologia não pode ser desassociada de seu pressuposto fundamental, ou seja, produzir dados para a interpretação do registro arqueológico. Estes se perguntam, inclusive, em que medida se deve atribuir o adjetivo de etnoarqueológicas às pesquisas que buscam compreender as relações das

peças com a materialidade, na contemporaneidade, que reconhecem os direitos das populações locais e promovem a sua participação em todo o processo de construção do conhecimento arqueológico, e que contribuem para a reconstrução e valorização do próprio passado dessas populações (p.ex. GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016; HAMILAKIS, 2016; HAMON, 2016). Trata-se de uma questão que só o tempo poderá responder à medida do desenvolvimento das reflexões sobre este problema. Particularmente, eu tenho percebido que muitas pesquisas etnoarqueológicas têm sido conduzidas com uma perspectiva etnográfica mais acurada, e com uma preocupação mais evidente para com as pessoas que estão sendo estudadas, em termos das suas realidades históricas específicas e do seu lugar no mundo. E, na maioria das vezes, isto vem em consonância com uma preocupação arqueológica pelo entendimento da materialidade.

Entre críticas e defesas, parece que a etnoarqueologia *não perdeu a sua vitalidade e ainda tem futuro haja vista o debate que ela suscita e a quantidade de trabalhos, com diferentes perspectivas teórico-metodológicas que ainda vêm sendo produzidos, no âmbito deste campo de pesquisa da arqueologia*⁵⁹.

Minhas pesquisas etnoarqueológicas se iniciaram na década de 1990, entre povos indígenas das regiões sul, centro-oeste e amazônica. Ao longo desses muitos anos, acompanhei as vicissitudes, críticas e contra-críticas de arqueólogos e arqueólogas sobre esta prática arqueológica. Neste ínterim, transformei o meu modo de fazer etnoarqueologia. Ou seja, me ocupei menos em fazer uma etnoarqueologia que buscava testar modelos interpretativos sobre a relação comportamento humano/registro material e passei a realizar uma etnoarqueologia mais preocupada em compreender a relação entre pessoas, coisas e lugares, nos contextos específicos em que estava trabalhando (p.ex. SILVA 2013a, 2013b, 2019a, 2019b; SILVA et al 2010)⁶⁰. Penso que minha mais profunda imersão nas realidades dos povos indígenas, a apropriação e/

⁵⁹ Nos últimos vinte anos, estudos etnoarqueológicos continuaram a ser realizados em diferentes regiões do mundo e, especialmente, na América do Sul e na África; vide levantamento realizado por Lyons e David (2019). Inclusive, foi inaugurado um periódico específico para o tema intitulado “*Ethnoarchaeology. Journal of Archaeological Ethnographic and Experimental Studies*”, e cujo primeiro volume data de 2009.

⁶⁰ Isto não significa que eu tenha abandonado por completo a preocupação em refletir sobre os processos de formação do registro arqueológico (p.ex. SILVA, 2013b, 2016; SILVA; NOELLI 2017; MANGUEIRA et al. 2016, 2018; CUNHA LIMA; SILVA 2015; SILVA; CUNHA LIMA 2015).

ou crítica que esses fizeram do meu trabalho, o acolhimento e a rejeição que eu experimentei junto deles, e uma permanente auto-crítica, ao longo dos anos, foram as razões desta transformação de perspectiva de pesquisa. Assim, *ao fim e ao cabo*, dada a minha trajetória neste campo, eu ainda aposto no futuro da etnoarqueologia, pois concordo com Catherine Costin (2000, p. 399) de que “a etnoarqueologia é boa para pensar”. Porém, diferentemente desta etnoarqueóloga entendo que ela é boa para pensar não apenas sobre a relação entre o comportamento humano e o mundo material, ou sobre os processos de formação do registro arqueológico. A meu ver, a etnoarqueologia também é boa para se pensar sobre a própria arqueologia e sobre a nossa responsabilidade em mostrar as contradições sociais que se vive no presente, as contradições deste mundo regido pela lógica do capitalismo e da colonialidade.

Arqueologias, Prática Etnográfica e Colaboração

*“Penso que colaboração significa uma parceria igualitária e também de reciprocidade. É nisso que penso quando essa palavra surge. Penso que a colaboração percorre ambos caminhos, profissionalmente e eticamente. É uma relação que deve ser de igualdade, mas ainda de reciprocidade”
(Leigh J. Kuwanwisiwma, 2008:154).*

NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX, DESPONTOU NO MEIO ACADÊMICO E, ESPECIALMENTE, nas Humanidades a chamada ‘crítica pós-colonial’ que agregava intelectuais preocupada(o)s em descolonizar o pensamento científico ocidental a respeito do não-ocidental. Neste sentido, os estudos pós-coloniais buscavam desafiar as epistemologias colonialistas, questionando os conhecimentos por elas produzidos a respeito daqueles sujeitos ‘outros’ que haviam sido posicionados como colonizados, nos contextos da expansão colonialista e imperialista do Ocidente. A reflexão teórica, nesses estudos, se voltava para o entendimento dos efeitos complexos dos processos de colonização e descolonização e, ao mesmo tempo, buscavam produzir um novo conhecimento sobre as experiências do colonialismo.

Esses estudos ressaltavam a agentividade das populações locais (não-ocidentais), tratando das suas formas de transgressão, resistência e resiliência diante da empreitada colonialista e imperialista, bem como os

seus modos específicos de transformação cultural, nos diversos cenários dos (des)encontros e confrontos coloniais. Enfim, esses estudos pós-coloniais visavam fazer uma reflexão crítica das representações, discursos e ideologias próprias do colonialismo. Cabe lembrar que o pós-colonialismo, veio na esteira do anticolonialismo que caracterizou as reflexões intelectuais nos vários movimentos pela descolonização política, na África, Ásia, Oriente Médio e Caribe, na segunda metade do século xx. O pós-colonialismo, enquanto período histórico, remete à descolonização do que veio a ser chamado de ‘terceiro mundo’, um período em que aqueles sujeitos subalternizados, de quem se ocupava a antropologia, se transformaram em cidadã(o)s de Estados-Nação¹, pós-independências (BALLESTRIN, 2013; LIEBMANN, 2008; LYDON; RIZVI (eds), 2010).

Na atualidade, a ‘crítica pós-colonial’ vem se desdobrando como, por exemplo, no contexto latino-americano, a partir do chamado ‘giro decolonial’, com os trabalhos sobre a colonialidade e a decolonialidade. A colonialidade entendida como a lógica constitutiva da modernidade, das políticas do capitalismo e da globalização, e a decolonialidade como o esforço analítico de entender e atuar para superar a lógica da colonialidade, no mundo contemporâneo. Nesses estudos se busca mostrar que apesar do final do colonialismo, a dominação colonial se mantém na colonialidade do poder, do saber e do ser. Ou seja, no controle e na hierarquização racial, de gênero/sexual, étnica, espiritual/religiosa, estética, epistemológica/teórica, linguística, de organização política, da apropriação da natureza/recursos naturais, sendo todas essas hierarquias fundadas na noção de ‘homem moderno’. A proposta decolonial defende a necessidade de se dismantelar tais hierarquias, mostrando que no mundo há trajetórias (culturais, políticas, econômicas, sociais, religiosas, epistêmicas) distintas sendo traçadas e que essas coexistem e coexistirão tanto de modo diplomático, como conflituoso. A proposta decolonial coloca a necessidade de se oferecerem opções de ação no mundo, de se aceitar a pluriversalidade, ao invés, da universalidade

¹ Autora(e)s referências na produção intelectual sobre o anticolonialismo e o pós-colonialismo são, por exemplo, Aimé Césaire, Albert Memmi, Frantz Fanon, Edward Said, Gayatri Spivak, Ranajit Guha, Dipesh Chakrabarty, Hommi Bhabha.

para se pensar e construir um futuro global (p.ex. MIGNOLO, 2014, 2017; PATERSON, 2008; QUIJANO, 2000).

No que se refere à antropologia, o anticolonialismo e os movimentos de descolonização política, a partir das décadas de 1950 e 1960, conduziram a uma mudança nas relações entre etnógrafa(o) e ‘nativo(a)’, e na percepção da(o) antropóloga(o) como conhecedor(a) das culturas. Em seu livro “*Obras e Vidas. O Antropólogo como Autor*”, Clifford Geertz escreveu que a “entrada de povos antes colonizados ou proscritos (usando suas próprias máscaras e falando suas próprias palavras) no palco da economia global, da política de cúpula internacional e da cultura mundial tornou cada vez mais difícil sustentar a afirmação do antropólogo de que ele é uma tribuna para os não-ouvidos, um representante dos não-vistos, um conhecedor dos mal-interpretados” (GEERTZ [1988], 2005, p. 174).

Em alguns trabalhos tem sido argumentado que esta mudança de cenário teria mobilizado o surgimento da ‘crítica pós-moderna na antropologia’ que conforme mostrei, no capítulo anterior, trouxe com ela o questionamento da autoridade etnográfica e da objetividade das descrições totalizantes das culturas, bem como uma (auto)crítica das relações de poder implícitas na prática antropológica. Desdobramentos importantes desta ‘crítica pós-moderna na antropologia’ foi o entendimento de que a(o) etnógrafa(o) está sempre imersa(o) em uma teia de relações intersubjetivas, sendo que não existe neutralidade na experiência do campo que, por sua vez, tem matizes contextuais específicos. Além disso, que a etnografia é um processo dialógico entre interlocutores que negociam ativamente uma visão compartilhada da realidade e constroem, a respeito dela, um saber etnográfico negociado. Se reconhece as individualidades envolvidas no ‘encontro/confronto’ etnográfico, a historicidade desta experiência e, finalmente, a reflexividade inerente à prática etnográfica. Este novo momento da antropologia também trouxe consigo o surgimento da(o) etnógrafa(o) ‘nativa(o)’, daquela(e) que estuda a sua própria cultura e que oferece outros modos de entendimento da mesma, visto que tem um outro tipo de envolvimento sensório e emocional em relação aos comportamentos culturais e às pessoas com as quais interage na prática etnográfica (p.ex. CALDEIRA, 1988; CLIFFORD, 1986, [1983] 1998; MARCUS; FISCHER, 1986; REINHARDT; CESARINO, 2017; OHNUKI-TIERNEY, 1984).



Arqueologia indígena e colaborativa com o povo Asurini do Xingu. Igarapé Piranhaquara
T.I. Koatinemo, PA, 2013 (Foto: acervo LINTT/MAE-USP)

No que se refere à arqueologia, a ‘crítica pós-colonial’ só atingiu de fato a disciplina, a partir da primeira década do século XXI, caracterizando o que veio a ser definido como o ‘movimento de descolonização da arqueologia’. A influência do pensamento pós-colonial se fez sentir, especialmente, no âmbito da arqueologia do colonialismo, nas reflexões sobre a historicidade da produção do conhecimento arqueológico e nas proposições de novas práticas arqueológicas mais éticas e inclusivas. A partir da influência do pós-colonialismo se iniciou um processo de desconstrução do discurso arqueológico positivista, bem como o exame de categorias analíticas e estruturas conceituais, no contexto de diferentes tradições arqueológicas nacionais, considerando os diversos pontos de vista de pessoas que faziam parte dessas tradições. Além disso, se buscou deslocar a ênfase da reflexão sobre o registro arqueológico, em si, para o contexto da prática arqueológica, no sentido de ressaltar o modo como a(o)s arqueóloga(o)s produzem os seus dados e interpretações e, paralelamente, tentando

contextualizar a prática e interpretação arqueológicas em termos sociais, políticos e discursivos. Nas últimas décadas, a arqueologia vem assumindo uma postura mais autocrítica quanto às assimetrias de poder que envolvem a pesquisa arqueológica e a atribuição de autoridade na produção dos conhecimentos sobre o passado. Ao mesmo tempo, ela redefiniu as suas fronteiras disciplinares, e viu emergir as chamadas arqueologias pós-coloniais (p.ex. HABU et al. (eds.), 2008; LIEBMANN; RIZVI (eds.), 2008; LYDON; RIZVI (eds.), 2010).

Neste ínterim, foi se transformando o modo de conceber e realizar as pesquisas etnográficas junto às diferentes populações, ao redor do mundo, sendo que as etnoarqueologias processualista e pós-processualista foram criticadas pelas arqueologias pós-coloniais de estarem reiterando, em suas práticas e objetivos, a herança colonialista da arqueologia. Assim, a prática etnográfica deixou de ser realizada apenas para observar a relação entre comportamento humano e resíduo material, ou ainda, para entender a dimensão significativa da cultura material para as populações indígenas e/ou não-industrializadas, e com o objetivo de produzir modelos interpretativos/preditivos, teorias de médio-alcance ou fomentar analogias para interpretar as evidências arqueológicas.

Arqueóloga(o)s passaram a desenvolver pesquisas etnográficas, também, com o intuito de compreender o modo como as pessoas se engajam com a materialidade arqueológica e com o passado. Ou ainda, para compreender a relação das pessoas com o mundo material, no presente, em termos contextuais, e considerando a sua inserção nos processos históricos locais e globais. Ao mesmo tempo, práticas etnográficas têm sido conduzidas com o intuito de realizar uma crítica da própria disciplina e das ações da(o)s arqueóloga(o)s, nas pesquisas de campo. A pesquisa etnográfica se tornou mais reflexiva, sendo que várias(o)s arqueóloga(o)s têm buscado apreender as subjetividades e as posicionalidades da(o)s vários agentes envolvidos nas práticas arqueológicas e na produção dos conhecimentos sobre a materialidade arqueológica. Nos últimos anos, novas práticas arqueológicas envolvendo a pesquisa etnográfica foram sendo propostas, e foi se construindo uma perspectiva de arqueologia no plural, ou seja, de ‘arqueologias’.

Arqueologias e prática etnográfica

Nessas últimas décadas, a arqueologia experimentou o que se convencionou chamar de ‘virada etnográfica’ (CASTAÑEDA, 2008), a partir da qual têm surgido diferentes práticas arqueológicas. Essas diferentes práticas têm desafiado visões hegemônicas, na disciplina, sobre quem tem a autoridade de estudar, conhecer e estabelecer os parâmetros de gestão do que se convencionou chamar de patrimônio (ou herança) arqueológico(a). Trata-se de práticas arqueológicas que integram de modo sistemático a pesquisa etnográfica nas estratégias de investigar e manipular a materialidade arqueológica, e que se ocupam dos dilemas enfrentados pela disciplina, em sua conexão com várias questões da contemporaneidade (p.ex. políticas colonialistas dos Estados-Nação, disputas territoriais, pedidos de repatriamento de bens arqueológicos e remanescentes humanos, desenvolvimento do turismo arqueológico e de políticas culturais da herança, desigualdades sociais e reivindicações identitárias, crise ambiental).

Na atualidade, a arqueologia ocidental está sendo desafiada, por diferentes coletivos sociais, que reclamam da sua objetificação, bem como de seus patrimônios culturais, nas pesquisas arqueológicas. Além disso, no interior da disciplina, crescem as críticas a respeito do colonialismo, eurocentrismo, anglicismo, sexismo e androcentrismo que tem caracterizado a produção científica arqueológica, desde o século XIX. Assim, essas práticas têm desencadeado uma crítica dos princípios ontológicos e epistemológicos da disciplina, a afirmação do caráter social e político da prática arqueológica e da gestão do patrimônio arqueológico, e a emergência de uma perspectiva (auto)reflexiva do ‘fazer arqueologia’, e uma busca pela descolonização da disciplina.

Arqueologias do/no presente

A proposta de uma arqueologia do presente surgiu em consonância com as críticas feitas à etnoarqueologia (processual e pós-processual) e, ao mesmo tempo, alinhada com as críticas pós-coloniais relativas à pesquisa arqueológica. Trata-se de uma proposta que busca romper com o caráter a-histórico, funcionalista e universalista que caracteriza um determinado tipo de

pesquisa etnoarqueológica. Ou seja, uma pesquisa que desconsidera as circunstâncias conjunturais e as temporalidades nas quais estão inseridas as populações que estuda, tendo como objetivo estrito produzir dados para a proposição de analogias e/ou para a formulação de modelos interpretativos/preditivos de interesse arqueológico. A arqueologia do presente visa romper com uma perspectiva de pesquisa etnoarqueológica que se caracteriza como colonialista e usurpadora dos conhecimentos e bens culturais das populações estudadas, e que implica no apagamento de suas histórias, na medida em que não busca entender de forma crítica a sua inserção no mundo². Neste sentido, a arqueologia do presente se caracteriza pelos estudos particularistas, e que visam compreender as histórias culturais específicas e únicas das populações estudadas. Ou seja, ela busca estudar os modos de vida das populações “como um fim em si mesmo, mais do que como uma mera fonte de analogias” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009a:19).

A arqueologia do presente prioriza o entendimento do entrelaçamento de pessoas e coisas³, e pretende ser um ‘tipo de etnoarqueologia’ mais comprometida com as populações que estuda (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009). Ela tem sido definida como sendo o estudo da materialidade, nos mais diversos contextos socioculturais do mundo contemporâneo, a partir dos métodos e teorias arqueológicas. Ao contrário de uma etnoarqueologia ‘convencional’, ela não tem como objetivo último produzir dados etnográficos úteis à interpretação dos registros arqueológicos, ou seja, ela não está voltada para o passado. Além disso, ela não busca registrar apenas a biografia dos objetos – i.e. produção, uso, armazenagem, circulação, descarte – mas também, a sua genealogia – i.e. origens, usos ao longo do tempo, transformações nas técnicas, abandonos e substituições. Um dos interesses desta arqueologia do presente é investigar as dinâmicas do entrelaçamento entre as populações

² Essa crítica formulada a partir da arqueologia do presente tem inspiração no argumento desenvolvido por Johannes Fabian – no livro *The Time and the Other: how anthropology makes its object* (1983) – de que a construção do ‘Outro’ e do seu estranhamento, por parte da antropologia, foi realizada a partir da manipulação da temporalidade; ao ‘objeto’ investigado foi negada a coetaneidade temporal com o ‘sujeito’ que investiga. Assim, ela se contrapõe a uma perspectiva de etnoarqueologia que visa produzir um ‘Outro’ duas vezes – o ‘Outro’ observado no presente que possibilita visionar um ‘Outro’ no passado – e que busca situar as sociedades ditas ‘primitivas’, em um não-tempo, ou ainda, como a-históricas (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006a).

³ A arqueologia do presente também tem sua inspiração teórica no trabalho de Bruno Latour (Teoria do Ator-Rede), trazendo para a prática arqueológica a reflexão deste autor sobre a noção de rede – agregado de diferentes atores humanos e não-humanos – e sobre o caráter distribuído e relacional da agência desses diferentes atores (p.ex. GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006a).

ditas tradicionais e a ordem econômica capitalista, assumindo uma preocupação histórica. Neste sentido, ela tenta entender os processos de contato e transformação sociocultural, de intercâmbio de conhecimentos e bens, de hibridização e de inserção político-econômica das populações estudadas. Ela tem como proposta romper com a dicotomia passado/presente e com a dualidade material/imaterial, considerando a temporalidade das realidades investigadas, e o modo como esta transparece na materialidade; em outras palavras, como passado, presente e futuro são nela evocados (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006a, 2006b, 2009a, 2016, 2017).

Alfredo González-Ruibal exemplifica esta ideia a partir de sua experiência de pesquisa entre povos agricultores, na Etiópia ocidental. Segundo ele, ao adentrar em uma aldeia ele se depara com a coexistência entre objetos e tecnologias que têm muitos séculos de existência (p.ex. machados de pedra, cerâmica), e objetos e tecnologias do século XIX e do século XX (p.ex. rifles, maquinário agrícola e sacos plásticos). Na arqueologia do presente todos esses objetos e tecnologias são de interesse para a pesquisa e, especialmente, o modo como todos esses presentes estão emaranhados com diversos passados “em uma percolação do tempo”⁴; nesta arqueologia “o passado é amanhã”, sendo que o que ela busca apreender é o presente que está desaparecendo (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006a: 122).

Alguns autores, entendem a arqueologia do presente como uma arqueologia de prevenção e salvaguarda dos conhecimentos e tecnologias (arquitetura, cerâmica, metalurgia, vestimenta, medicina) de populações tradicionais como, por exemplo, Kienon-Kabore (2005) que estuda povos tradicionais, na África sub-sahariana. Segundo ele, não existe uma ruptura entre as tradições técnicas do passado e do presente, mas antes, uma falta de conhecimento e uma desvalorização desses conhecimentos, na atualidade, podendo a arqueologia do presente dar a conhecer esses conhecimentos e ajudar a preservá-los. Nos Andes, alguns arqueólogo(a)s também têm pesquisado etnograficamente tecnologias tradicionais (p.ex. cerâmica, metalurgia, trançados) tanto para obter subsídios para a interpretação dos contextos

⁴ Para González-Ruibal (2006a, 2006b), esta ideia de percolação do tempo significa que o passado está no presente assim como as coisas do presente se tornam coisas do passado. Por exemplo: os Gumuz da Etiópia se utilizam do pau cavador – um implemento agrícola tradicional de tecnologia milenar – nos campos onde está depositado um maquinário agrícola em desuso que data do regime comunista (1974-1991).

arqueológicos locais, como para revigorar e/ou preservar, junto com as comunidades andinas, técnicas milenares e sustentáveis para a obtenção de recursos do meio-ambiente. Ao mesmo tempo, têm estudado as sofisticadas técnicas de manejo ambiental e de criação de animais (p.ex. camelídeos) dessas populações, desde um ponto de vista local, como também, interregional e comparativo (p.ex. WASSIŁOWSKI, 2011). Os objetivos desses trabalhos é diminuir a distância entre os saberes e as cosmovisões das populações locais e da(os) arqueóloga(o)s e, também, contribuir para dirimir as consequências nefastas do colonialismo/colonialidade sobre essas populações.

Afinada com os pressupostos da crítica pós-colonial, a arqueologia do presente se qualifica como uma arqueologia política no sentido de que problematiza aspectos relativos ao colonialismo, à globalização, à violência política, aos projetos estatais de desenvolvimento e à ocidentalização do mundo. Ela se interessa pelas populações locais em termos da sua materialidade, trajetória histórica e problemas políticos e econômicos. Neste sentido, ela rompe com o pressuposto de que a arqueologia é uma ciência que estuda apenas o que aconteceu no passado (p.ex. GONZÁLEZ-RUIBAL 2003: 157-158, 2009; HERNANDO et al., 2006).

Esta perspectiva de compreender a arqueologia para além do ‘arqueo’, também se faz presente na chamada arqueologia do mundo contemporâneo que, igualmente, é definida como sendo uma arqueologia no/do presente⁵. Neste caso, trata-se de uma arqueologia ‘do nós’ (p.ex. contextos industriais e pós-industriais) que tem como objetivo tornar aquilo que é ‘familiar’ em algo ‘não familiar’, ou ainda, que busca apreender com ‘outros olhos’ as coisas que são conhecidas, provocando ‘o estranhamento do presente’ para melhor observá-lo e compreendê-lo (GRAVES-BROWN et al., 2013)⁶.

A pesquisa arqueológica está voltada para uma infinidade de materiais (p.ex. lixo, máquinas, cartões postais, garrafas, embalagens, edificações, grafites, automóveis, containers) e temas de estudo (p.ex. tempo, memória, poder,

⁵ A arqueologia do mundo contemporâneo também engloba o que se chama de arqueologia do passado recente e, portanto, a sua periodização é definida de modo impreciso, entre os inícios do século XX, até os dias atuais. Por causa disso, esta arqueologia tem pontos de contato com a arqueologia histórica (p.ex. temas, reflexões teóricas e metodologia) (HARRISON; BREITHOFF, 2017).

⁶ Alguns autores sugerem que este campo de pesquisa tem sua gênese nas propostas do *Garbage Project*, coordenado por William Rathje, e em publicações como a de Gould e Schiffer (1981) intitulada *Modern Material Culture: the Archaeology of Us*.

modernidade, herança cultural, sectarismo, segregação social, migração, desastre, protesto, violência, conflito, mudança climática), e o que ela busca mostrar é a heterogeneidade do que se chama de ‘mundo ocidental’, observando as coisas em ação ou as coisas recém-descartadas (p.ex. EDGEWORTH et al., 2014; FOWLES; HEUPEL, 2013; HARRISON; BREITHOFF, 2017; LUCAS, 2013; MCATACKNEY, 2013; RENO, 2013; ZARANKIN; SALERNO, 2016). A arqueologia do mundo contemporâneo, ou arqueologia no/do presente tem um olhar para as coisas do presente que, no futuro, nos contarão sobre o passado (GRAVES, et al. 2013:12).

Esta arqueologia do mundo contemporâneo tem se engajado em compreender questões sociais, econômicas, políticas e ecológicas cruciais da contemporaneidade. Ela visa ressaltar e avaliar criticamente os problemas do presente, buscando contribuir para as suas soluções, e tratando de mostrar a infinitude e as falhas do projeto da modernidade. Ela desafia o capitalismo tendo em vista que seu objeto de investigação, majoritariamente, são os produtos das economias capitalistas e as próprias sociedades capitalistas, ou ainda, aquelas que estão emaranhadas na rede do sistema capitalista. Ela tenta ressaltar o potencial criativo das mudanças na vida contemporânea e, ao mesmo tempo, compreender como os valores das coisas emergem na relação entre diferentes atores humanos e não-humanos (p.ex. GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, 2009b; GRAVES-BROWN et al., 2013:5-17; HARRISON 2016; HARRISON; BREITHOFF, 2017).

No âmbito deste campo da pesquisa arqueológica, destaco os estudos sobre as migrações forçadas de pessoas oriundas de países do Oriente-Médio, da África, da Ásia e da América, nessas últimas décadas. Neles, se discute os conceitos de pessoa migrante e refugiada e se mostra as conotações racistas e xenofóbicas que os mesmos carregam em distintas situações. Além disso, são analisadas as motivações das migrações e as formas como as pessoas migrantes e refugiadas são recebidas e tratadas em termos dos dois princípios dominantes, ou seja, a vitimização/humanitarismo, e a criminalização/segurança e militarização. Esses trabalhos também buscam compreender o papel ativo, a agência política e social dessas pessoas migrantes e refugiadas frente às dificuldades e os preconceitos que elas enfrentam ao longo de suas jornadas e, finalmente, os desdobramentos econômicos,

políticos, culturais, ideológicos e científicos deste processo migratório, ou de deslocamentos forçados. Todas essas questões são tratadas a partir da materialidade deste processo/deslocamento, ou seja, do estudo das paisagens das migrações/deslocamentos (p.ex. terrestres, marítimas, fluviais) e dos seus materiais (p.ex. documentos pessoais, equipamentos de viagem, vestuário, edificações, túmulos, etc), bem como da sua dimensão sensorial e mnemônica (p.ex. HAMILAKIS, 2016).

Destaco, também, a pesquisa sobre o antropoceno que têm trabalhos que focam nos processos, dinâmicas e padrões de consumo, acumulação, distribuição e descarte de bens e mercadorias, no mundo contemporâneo. Esses estudos se ocupam, por exemplo, com os depósitos de lixo urbano, analisando (quantitativamente e qualitativamente) quais são os tipos de materiais descartados, e o percentual e o ritmo deste descarte, e como tudo isso se relaciona com o consumo de energia, a poluição e o esgotamento de recursos ambientais. Os chamados hiperobjetos, que têm uma massiva distribuição no tempo e no espaço, também são foco desses estudos e, especialmente, aqueles que têm o potencial de danificar o meio ambiente (p.ex. plásticos). Um aspecto importante desta pesquisa sobre o antropoceno é a noção de *off-sites*, ou seja, de sítios de fronteiras fluidas, permeáveis e indefinidas (p.ex. GRAVES-BROWN, 2014; HUDSON, 2014).

Uma peculiaridade da arqueologia do mundo contemporâneo é a sua intenção de desenvolver uma ‘arqueologia como *survey* de superfície’, ao invés de dar preeminência para uma ‘arqueologia como escavação’. Portanto, mais do que uma arqueologia que busca desvelar um passado escondido ou soterrado, ela se propõe a olhar para os processos em andamento nas superfícies, os presentes que entrecruzam os passados e os potenciais futuros (HARRISON, 2011, 2018). Por causa dos seus objetos e temas de estudo (p.ex. telefones celulares, cartazes, grafites, fitas VHS, paisagens urbanas, cemitérios, postos de checagem, estradas, zoológicos, cidades olímpicas, matérias-primas industriais, mídia digital), a sua proposta metodológica agrega estratégias tradicionais da pesquisa arqueológica de campo e laboratório (p.ex. mapeamento e topografia de sítios⁷, elaboração de croquis e plan-

⁷ É importante dizer que a arqueologia do mundo contemporâneo também estuda coisas que são fluidas em termos da sua distribuição/dispersão no espaço, portanto não necessariamente são



Lorena Gomes Garcia e jovem Asurini, aldeia Tapipiri.
 Igarapé Piranhaquara, PA, 2013 (Foto: acervo LINTT/MAE-USP)

tas baixas de áreas de estruturas e áreas de atividades, coletas de materiais, pesquisa documental, escavação, catalogação) e da pesquisa etnográfica e de história oral. Ela dá uma notável relevância ao registro audiovisual (gravação de sons, fotografia, vídeo), em termos de técnica de pesquisa e fonte de pesquisa; inclusive entende ensaios fotográficos como resultados de pesquisa. Além disso, valoriza a experimentação sensorial da realidade pesquisada (p.ex. GRAVES-BROWN, et al. (eds.), 2013).

Etnografia arqueológica

A etnografia arqueológica pode ser definida, em termos amplos, como sendo um campo de investigação transdisciplinar e transcultural que possibilita o surgimento de um espaço de engajamento crítico, de conversações, de trocas

passíveis de serem circunscritas a determinados 'sítios'. Este é o caso, por exemplo, dos estudos da aluminologia (p.ex. SHELLER, 2013); da exploração espacial (p.ex. GORMAN; O'LEARY, 2013); da automobildade (p.ex. MERRIMAN, 2013); da mídia global e das tecnologias de rede (p.ex. CUBBIT, 2013); do antropoceno (GRAVES-BROWN, 2014; ZARANKIN, 2014).

e intervenções mútuas entre pesquisadora(e)s de diferentes disciplinas (p.ex. arqueologia, antropologia, arte, história social, geografia humana) e outros agentes sociais (p.ex. indivíduos e comunidades locais, gestora(e)s oficiais do patrimônio, financiadora(e)s privados, estudantes, turistas, associações). As evidências materiais é que ficam no centro deste espaço, provocando uma interação dialógica entre esses diferentes agentes. Trata-se de um espaço onde se rompem as bases ontológicas e epistemológicas da disciplina arqueológica tendo em vista que nele surgem outras ontologias, epistemologias, discursividades e práticas relativas aos materiais arqueológicos; em outras palavras, é um espaço onde surgem arqueologias alternativas (HAMILAKIS, 2011, 2016).

A etnografia arqueológica apresenta algumas características fundamentais. Ela é *criticamente reflexiva*, no sentido de que a(o) investigada(o)r, constantemente, reflete sobre o seu modo de olhar para a realidade que está investigando, considerando a sua posição/participação em determinados coletivos (p.ex. classe social, gênero, categoria profissional), o seu posicionamento político e o sentido da sua proposta de pesquisa em termos das demandas do contexto local e do campo disciplinar. Trata-se de uma *etnografia total*, visto que o(a) pesquisador(a) não privilegia um determinado universo de pesquisa, ou tipo de dado, mas sim, busca compreender de modo abrangente o contexto que está sendo pesquisado, tentando imergir nesta dada realidade. Ela é *multisituada* tendo em vista que pressupõe que os materiais e sítios arqueológicos, bem como as comunidades com quem o(a) pesquisador(a) interage não são entidades delimitadas, espacialmente e culturalmente, mas antes, apresentam um caráter fluido, se inserem em redes de relações, tem uma espacialidade diversa (local, regional, global) e são apropriadas e significadas de diferentes formas. Ela envolve um *conhecimento sensitivo*, tendo em vista que a prática etnográfica aciona os sentidos (toque, olfato, visão, audição, paladar), fazendo com que a experiência etnográfica seja também uma experiência corporal dos sítios e materiais arqueológicos. Esta experiência, que tem um efeito mnemônico, permite o(a) pesquisador(a) compreender melhor como as pessoas interagem e dão significado e valor às evidências arqueológicas e como se constroem as expectativas, proposições e contestações com relação ao que se define como

patrimônio arqueológico. Ela é *multitemporal*, pois tem como premissa que a duração da matéria possibilita que ela retenha múltiplos tempos e experiências sensoriais de modo coexistente. Ou seja, ela entende que as coisas materiais que foram criadas em outros tempos são constantemente recriadas e, assim, um artefato arqueológico pode reter múltiplas temporalidades que são reativadas pelos sentidos e práticas humanas. Neste sentido, a etnografia arqueológica busca romper como uma noção de tempo linear, sucessivo, cronométrico para compreender as evidências arqueológicas. Produz um *conhecimento politicamente sensível*, pois permite compreender as diferentes dinâmicas de poder que estão envolvidas nas políticas de intervenção, apropriação e gestão dos materiais arqueológicos. Ela busca observar e analisar como interesses e poderes diversos (estatais, econômicos, científicos, comunitários) atuam e se contradizem no que se refere às narrativas sobre os materiais do passado. Entende a *etnografia como prática coletiva* que faz transcender as fronteiras entre arqueóloga(o)s e demais agentes que se engajam com a realidade arqueológica. Assim, ela visa reunir pessoas com diferentes especialidades, incluindo como etnógrafa(o)s as pessoas supostas ‘informantes’. Para os seus proponentes, a etnografia arqueológica vem ao encontro de um crescente interesse de diferentes ‘públicos’ pelas coisas arqueológicas⁸ (HAMILAKIS, 2011; HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009, p. 74-82).

Esta prática arqueológica tem contribuído nas reflexões sobre ‘as políticas do passado ou da herança’, bem como no estudo de problemas, eventos e práticas sociais contemporâneos que envolvem diferentes modos de compreender a materialidade. Ela tem possibilitado acessar diferentes concepções locais, regionais e globais para o uso do patrimônio arqueológico e, também, do que vem a ser a herança cultural. Ao mesmo tempo, vem mostrando o modo como memórias e esquecimentos são evocados na preservação e destruição dos materiais e sítios arqueológicos e, também, como se articulam, a partir da materialidade arqueológica, os modos de vida do presente

⁸ Como se pode perceber esses autores redefiniram a noção de arqueologia etnográfica, pois no âmbito da arqueologia processual ela foi definida como um campo de pesquisa onde a prática etnográfica é entendida como um método para adquirir dados que auxiliem nas explicações sobre o registro material do passado (p.ex. Watson, 1979).

e do passado, em termos das ontologias, das práticas sociais e da memória social. Alguns exemplos desta contribuição são, por exemplo:

1) Estudos sobre o paradoxo da preservação e destruição de materiais arqueológicos, envolvendo disputas entre órgãos oficiais de gestão do patrimônio e diferentes populações locais. Esses estudos mostram que a importância simbólica e significativa de uma evidência arqueológica pode implicar na sua não-preservação e/ou na intervenção sobre ela. Este é o caso de petroglifos localizados nas terras Navajo (sudoeste dos EUA) que são desfigurados, intencionalmente, por este povo por ocasião dos seus rituais de cura. Esses petroglifos, no entanto, são considerados sagrados pelo povo Hopi, pois são marcas deixadas pelo seu ancestral *Hisatsinom* como um testemunho da história e da tradição deste povo (p.ex. COLWELL-CHANTHAPHONH, 2009a).

2) Estudos sobre as distintas representações (locais, regionais, globais) atribuídas a determinados monumentos e parques arqueológicos que são visitados e apropriados por diferentes públicos. Este é o caso, por exemplo, dos sítios arqueológicos de Stonehenge, na Inglaterra, de Çatalhöyük, na Turquia e de parques arqueológicos, de Porto Rico. Esses sítios são apropriados e/ou reclamados por diferentes grupos de interesse (p.ex. *new agers*, adoradoras da Grande Deusa, indígenas neo-Taínos) que se veem de diferentes modos ligados aos mesmos e, portanto, implicados na sua gestão e/ou de acesso privilegiado a eles (p.ex. BENDER, 1998; HODDER, 2000; MICKEL et al., 2020; OTERO; VIDAL, 2014).

3) Estudos sobre os distintos significados atribuídos pelas populações indígenas locais a determinados lugares e paisagens arqueológicas. Este é o caso do complexo arqueológico Anasazi, no Colorado (EUA) e das paisagens do Vale de San Pedro, no Arizona (EUA), que são reclamados como lugares e paisagens ancestrais e históricas por diferentes povos como os Hopi, Zuni, Tohono O'odham e Navajo (p.ex. COLWELL-CHANTHAPHONH, 2009b; FERGUSON; COLWELL-CHANTHAPHONH, 2006);

4) Estudos sobre as tensões entre os interesses de gestores governamentais do turismo local e internacional e das populações locais sobre determinados lugares e paisagens arqueológicas. Este é o caso do sítio Chichén Itzá, no México, das 'Ruínas Quilmes', na Argentina e do Krueger National Park, na África, que são lugares reclamados por comunidades locais que

se declaram descendentes daqueles que ocuparam esses sítios e paisagens arqueológicas como, por exemplo, as comunidades que se autodeclararam descendentes dos Maias e dos Quilmes, e povos sul-africanos, como os Maladji, que reivindicam o território do Kruger National Park como o seu lugar de ocupação ancestral (p.ex. BREGLIA, 2009; CASTAÑEDA, 2004; MESKELL, 2009; MESKELL; DAMME, 2008; POUGET, 2012).

5) Estudos sobre os modos de utilização do patrimônio arqueológico para a afirmação de identidades nacionais e de como isso pode contribuir para amenizar ou escamotear conflitos sociais e políticos históricos. Este é o caso dos sítios Tiahuanaco, na Bolívia, e o complexo arqueológico do Senhor de Sipán, no Peru, que foram ambos apropriados pelos governos desses países como símbolos de identidade nacional. Na apropriação oficial desses sítios foram evidenciados aspectos como a monumentalidade, riqueza e pujança das estruturas e dos materiais arqueológicos neles encontrados e construída uma narrativa de que essas antigas ‘civilizações’ representariam as raízes desses atuais Estados-Nação (p.ex. KOJAN, 2008; SILVERMAN, 2009).

6) Estudos sobre a apropriação ‘ilegal’ de materiais arqueológicos e sítios por indivíduos e comunidades locais. Este é o caso do estudo sobre as várias invasões que vendedores de *souvenirs* e de artesanato fizeram no sítio de Chichén Itza, no México, contrariando e desafiando a legislação nacional que impõe regras aos comerciantes quanto ao modo de proceder na comercialização de seus produtos, especialmente, no que se refere ao uso do espaço do sítio para esta atividade. Ou ainda, do estudo sobre o ‘roubo’ de antiguidades clássicas, na Grécia, que busca mostrar como as práticas de ‘caça ao tesouro’ e de escavações não oficiais precisam ser melhor entendidas em termos das diferentes formas de engajamento das pessoas com a materialidade arqueológica e, em certos casos, como uma forma de resistência à colonização da arqueologia oficial em relação à herança cultural (p.ex. ANTONIADOU, 2009; CASTAÑEDA, 2009a).

Do que foi exposto acima se pode dizer que a etnografia arqueológica possibilita uma experiência multissensorial e transcóporal que mobiliza os (des)afetos de arqueóloga(o)s e demais interlocutores para com a materialidade arqueológica. Para arqueólogas e arqueólogos a etnografia arqueológica é uma prática de pesquisa que pressupõe o abandono de quaisquer

definições ou planos *a priori* sobre como entender ou agir sobre a realidade arqueológica. Ao mesmo tempo, ela se configura como um campo de entrelaçamento da matéria e do tempo e, também, como um espaço de diálogo (cacofônico e/ou polifônico) e de reflexão onde a materialidade e a temporalidade são os temas fundamentais.

Etnografia da arqueologia

A etnografia da arqueologia começou a ser desenvolvida no final dos anos de 1980, no âmbito das críticas pós-processualistas à arqueologia processualista, e inspirada pelos trabalhos sobre a construção social do conhecimento científico⁹. Um trabalho emblemático deste período inicial é o de Matt Edgeworth ([1991] 2003) intitulado “*Acts of discovery. An Ethnography of Archaeological Practice*”. Nele, este autor procura demonstrar que a base ontológica do conhecimento arqueológico está nas ações corporais e nas experiências perceptivas e intelectuais daqueles que se engajam com o registro arqueológico. Através da observação etnográfica de uma escavação de um sítio cemitério datado da Idade do Bronze, na Inglaterra, o autor busca registrar o que ele definiu como o ‘ato da descoberta’, ou seja, a relação – em um determinado tempo – entre um sujeito (arqueóloga/arqueólogo) e um objeto emergente (evidência material) que é mediada pelo uso de instrumentos (pás, cavadeiras, pincéis, etc). Nesta relação entre sujeito e objetos todos exercem uma ação¹⁰, sendo o conhecimento arqueológico o resultado desta trans(ação).

Desde os anos de 1990, vários outros trabalhos têm surgido buscando compreender, através da observação etnográfica, as nuances da prática arqueológica.

⁹ Cabe dizer, no entanto, que a gênese deste campo de pesquisa pode ser encontrada no trabalho de Wall (1968) intitulado “*The Connection between Sociometric Choice and Interaction in an Archaeological Excavation Team*” que trata do modo de cooperação entre os integrantes de uma equipe arqueológica, durante as escavações de um sítio na Suécia e, também, no trabalho de Louis Dupree intitulado “*The Artificial Small Group and Archaeological Excavation*” (1995) que trata da conceituação do que seria um grupo de pesquisadora(e)s/trabalhadora(e)s em arqueologia, ou ainda, como ele se formaria, configuraria e duraria no tempo. Esses trabalhos já mostravam o quão interessante poderia ser a pesquisa etnográfica para se compreender o modo de construção do conhecimento na arqueologia (EDGEWORTH, 2006).

¹⁰ Segundo Edgeworth (2003), o arqueólogo através das ações corporais e das experiências perceptivas e intelectuais dá forma e significado a determinados materiais, e os materiais, por sua vez, oferecem resistência à sua descoberta e interpretação. É importante dizer que neste trabalho já se observa a influência do pensamento de Latour no que se refere à sociologia/antropologia da ciência.

Alguns autores têm investigado os processos de aquisição das evidências materiais do passado e o modo como, por um lado, arqueóloga(o)s criam a objetividade dessas evidências que escavam e, por outro, como essas evidências alteram ou determinam as ações e os pensamentos dessa(e)s arqueóloga(o)s. Nesses trabalhos, os autores tratam dos eventos, protocolos e convenções das atividades, na pesquisa de campo arqueológica: p.ex. delimitar as quadrículas de escavação, escavar e deixar em pedestal as evidências arqueológicas, etiquetar e embalar os materiais encontrados durante a escavação. Eles mostram como tudo isso, por um lado, constrói uma separação entre a subjetividade da(o) arqueóloga(o) e a objetividade que se pretende dar às evidências descobertas e, por outro, objetifica a(o) arqueóloga(o), ou seja, o transforma em uma pessoa-artefato que escava e que pode ser intercambiada por outrem. Em outras palavras, no processo de escavação as pessoas corporificam os protocolos e convenções, ou ainda, disciplinam seus corpos, mentes e ações e, a partir disso, produzem e regulam o dado arqueológico. Nesses trabalhos também se procura mostrar o modo como a(o)s arqueóloga(o)s apuram suas habilidades e conhecimentos como escavadora(e)s e intérpretes das evidências arqueológicas. Neste caso, demonstrando que as habilidades e os seus conhecimentos prévios atuam para dar significado às evidências arqueológicas e, ao mesmo tempo, que as evidências materiais contribuem para redefinir essas habilidades e conhecimentos. Em outras palavras, esses autores procuram demonstrar que a competência para a prática arqueológica é adquirida, principalmente, na atividade de pesquisa. Ou seja, as habilidades são corporificadas pela(o) arqueóloga(o) na prática, através da sua interrelação com os instrumentos de trabalho e os materiais arqueológicos. Ao mesmo tempo, os conhecimentos sobre os materiais arqueológicos podem surgir no ato da escavação ‘na ponta da pá’. Portanto, na construção do conhecimento arqueológico não há distinção entre um sujeito (arqueólogo ou arqueóloga) que interpreta e um objeto (evidência arqueológica) que é interpretado, pois é a relação entre estes actantes que produz entendimento (p.ex. EDGEWORTH, 2003; HODDER, 1999; HOLTORF, 2002; YARROW, 2003).

Alguns autores também buscam refletir sobre os princípios ontológicos e epistemológicos que regem a arqueologia, mostrando, por exemplo, como a



Dé Soares Leonel. Etnografia arqueológica sobre 'huacos' e curandeirismo.
Limpia, encontro de curandeiros, Túcume, Perú, 2017 (Foto: cortesia Débora Leonel)

importância da escavação na prática arqueológica está relacionada com a ideia de que o passado está enterrado e precisa ser desvelado e, também, com uma percepção de tempo linear cuja profundidade somente a arqueologia – dentre as disciplinas humanistas – pode alcançar e explicar (p.ex. GNECCO, 2012).

No âmbito deste campo de investigação também se busca mostrar que as coisas arqueológicas têm histórias de vida para além do contexto arqueológico, propriamente dito, adentrando no universo dos laboratórios e das reservas técnicas institucionais. A história de uma coisa arqueológica (p.ex. fragmento cerâmico) começa no seu contexto de produção, uso e descarte, e continua durante o tempo de sua deposição, quando fica sujeita a diferentes processos pós-deposicionais que podem alterar as suas características. No tempo presente, a sua história segue a partir da sua 'descoberta arqueológica' e, posterior, identificação e conceituação como dado, análise, interpretação, arquivamento e exposição. Além disso, também se busca demonstrar que as propriedades e características das coisas arqueológicas não são imanentes, mas sim, resultam de relações específicas entre coisas e pessoas. Neste sentido, as classificações e tipologias arqueológicas precisam

ser vistas sempre como construções subjetivas, fluidas, instáveis, flexíveis e momentâneas. Ou ainda, que a(o)s arqueóloga(o)s criam os sítios que escavam tendo em vista que é através da sua ação que determinadas evidências e contextos arqueológicos são trazidos à luz. Ao mesmo tempo, ela(e)s são criada(o)s pelos sítios na medida em que é este engajamento com as coisas arqueológicas que a(o)s constitui como arqueóloga(o)s, ou ainda, faz com que pensem arqueologicamente. A conclusão deste tipo de estudo é que a materialidade é sempre múltipla e comporta diferentes trajetórias e histórias (p.ex. HOLTORF 2002; YARROW 2003).

Outro tema investigado no âmbito da etnografia da arqueologia diz respeito ao modo como se estabelecem as relações entre as pessoas (p.ex. arqueóloga(o)s, trabalhadora(e)s, estudantes) que participam dos trabalhos de campo, e como isto afeta ou determina a produção e divulgação do conhecimento arqueológico e, ao mesmo tempo, escancara as bases colonialistas da disciplina. Alguns trabalhos mostram que vários indivíduos que exerceram atividades cruciais na logística da pesquisa de campo e no ambiente da escavação (p.ex. negociar com moradores e comunidades locais a permissão da pesquisa, localizar sítios e ocorrências arqueológicas, limpar as áreas a serem escavadas, peneirar, escavar, cozinhar) são pouco reconhecidos ou invisibilizados no processo de construção do conhecimento arqueológico (p.ex. SHEPHERD, 2003). Outros, tratam do modo como algumas pesquisas arqueológicas vêm sendo conduzidas sem um diálogo efetivo com as populações que vivem nas áreas onde se localizam os sítios arqueológicos, e que estão sendo diretamente impactadas por essas pesquisas (p.ex. MEHARI; RYANO). Há trabalhos, no entanto, que buscam exatamente visibilizar essas populações, mostrando como sua participação no ambiente da escavação desencadeia reflexões muito inusitadas e importantes sobre os sítios, a prática arqueológica e a(o) arqueóloga(o), no contexto geográfico e social da pesquisa (p.ex. HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009). No que tange às relações entre arqueóloga(o)s, em campo, alguns trabalhos se dedicam a investigar o modo como se dão as relações de gênero e de poder durante as pesquisas, e como isso afeta a produção do conhecimento arqueológico. Esses trabalhos mostram que as diferenças de gênero podem se traduzir nos diferentes modos de abordar a evidência arqueológica (p.ex. na evidenciação

e descrição dos materiais arqueológicos). Ou ainda, que as diferenças de gênero na pesquisa arqueológica se revelam, por exemplo, na divisão do trabalho arqueológico (p.ex. coordenação da escavação) no qual às mulheres costumam ocupar posições mais subalternas – em termos de poder – do que os homens (p.ex. GERO, 1996). Há trabalhos, também, que buscam identificar, quantitativamente e qualitativamente, quem são o(a)s profissionais e estudantes de arqueologia, ou seja, qual é o perfil demográfico, sociocultural, físico-mental e identitário da arqueologia (p.ex. sexo, gênero, cor, idade, etnicidade). A partir disso, denunciam, por exemplo, o binarismo e a heteronormatividade que caracterizam a academia e desenvolvem uma reflexão crítica sobre como isto influencia a prática, a produção de conhecimento e o ensino da arqueologia (p.ex. COBB; CRUCHER, 2016)¹¹.

Alguns autores também têm se dedicado a refletir sobre como ocorre e o que revela a documentação (visual, gráfica) dos cenários de escavação, e também, sobre a escrita arqueológica *a posteriori* em termos de relatórios, artigos, livros, etc. Eles têm mostrado que os diferentes estilos de escrita se relacionam com os distintos momentos históricos da pesquisa arqueológica, as diferentes posturas teóricas da(o)s pesquisadora(e)s, também, com os diversos entendimentos sobre o que vem a ser a autoridade científica na disciplina. Tais trabalhos demonstram que, em determinados momentos da história da arqueologia se prezou pelo uso da voz passiva no texto, pelo relato distanciado e abstrato do contexto da pesquisa. Em outros, se deu importância para a contextualização da pesquisa, ou seja, para o cenário local, político, social e econômico. Neste caso, o(a) autor(a) se coloca no texto e usa o pronome pessoal na sua narrativa da experiência de campo. Com relação ao registro visual, os autores demonstram que este pode excluir, neutralizar ou destacar a presença das pessoas e os seus modos de relação umas com as outras. Ou ainda, evidenciar um determinado modo de representação da realidade de pesquisa como, por exemplo, mostrar uma imagem higienizada da escavação, ressaltar determinadas evidências no contexto arqueológico, ou ainda, evidenciar a relação da(o)s arqueóloga(o)s com as coisas

¹¹ Este tipo de pesquisa também é identificada em alguns trabalhos como sendo uma antropologia da arqueologia (p.ex. CASTAÑEDA, 2008, p. 30).

arqueológicas (p.ex. HODDER 1989, 2003; SHANKS 1997; SHEPHERD 2003; YARROW 2003).

Para aquela(e)s que têm atuado neste campo de investigações, essas pesquisas têm o potencial de promover modos alternativos de olhar para a prática da arqueologia. A etnografia da arqueologia provoca uma reflexão (auto)crítica da disciplina, ou seja, obriga a pensar criticamente sobre nós mesma(o)s e sobre o que e como fazemos arqueologia.

Arqueologia etnográfica

Nos diferentes capítulos do livro intitulado “*Ethnographic Archaeologies: Reflections on Stakeholders and Archaeological Practices*”, editado por Quetzil Castañeda e Christopher Matthews, se pode observar que esta prática arqueológica está voltada para as interações entre a arqueologia (prática e praticantes) e as outras diversas pessoas relacionadas com os materiais arqueológicos e, especialmente, com aquelas coisas que foram qualificadas como patrimônios culturais. Assim, são desenvolvidos trabalhos que buscam compreender o que é a disciplina arqueológica e como ela atua na construção do passado e, também, como a prática e a materialidade arqueológicas são apropriadas e significadas por diferentes agentes sociais. Neste sentido, ela se aproxima da etnografia arqueológica e da etnografia da arqueologia, no entanto, seus proponentes entendem que a arqueologia etnográfica apresenta uma diferença em relação a essas outras práticas arqueológicas. Ou seja, na arqueologia etnográfica, a prática etnográfica é constitutiva da pesquisa arqueológica, e se busca olhar, concomitantemente, para a prática arqueológica, a materialidade arqueológica e os diversos públicos envolvidos com o patrimônio arqueológico (CASTAÑEDA; MATHEWS, 2008).

No âmbito da arqueologia etnográfica se inserem os trabalhos que tratam do modo como a prática arqueológica impacta os contextos locais nos quais ela se insere, sendo que se busca apreender as representações que as pessoas e comunidades locais têm sobre a arqueologia, o fazer arqueológico, a(o)s arqueóloga(o)s e as coisas arqueológicas. Em outras palavras, esses trabalhos investigam como os diversos públicos (p.ex. indivíduos, comunidades locais, turistas, gestora(e)s oficiais) se engajam com as evidências arqueológicas, a partir da prática de arqueóloga(o)s, bem como em função



Kwain Asurini, Leandro Cascon, Meliam Gaspar, Caroline Caromano. Arqueologia indígena e colaborativa. Sítio Yvytirapitera, aldeia Itaaka, T.I. Koatinemo, PA, 2014 (Foto: acervo LINTT/MAE-USP)

de outros aspectos (afirmação de identidades, direitos territoriais, memória, propriedade e gestão da herança, comercialização de bens e serviços, etc). Esses trabalhos partem da premissa de que a materialidade arqueológica sempre é apreendida de diferentes maneiras e adquire diferentes significados ou, em outras palavras, que aquilo que arqueólogo(a)s chamam de material, registro, vestígio ou materialidade arqueológica é uma entidade plurissemântica. Além disso, que a prática arqueológica também pode adquirir significações diversas para aqueles que não são arqueólogo(a)s como, por exemplo, ser vista como uma aventura e/ou busca de tesouros (p.ex. CASTAÑEDA, 2004, 2009a, 2009b; HODDER, 2000, 2003).

A importância dada à prática etnográfica na arqueologia etnográfica se traduz naquilo que Castañeda (2008:50) descreveu como sendo sua 'agenda', ou seja: 1) realizar a etnografia das práticas e da produção do conhecimento da arqueologia, considerando o posicionamento da(o)s participantes do projeto de pesquisa em termos da dinâmica das relações sociais, dos processos interativos e dos diálogos; 2) produzir uma etnografia do projeto de pesquisa em termos do seu posicionamento em relação aos contextos,

universos e processos sociais nos quais ele se insere; 3) fazer uma etnografia das interações e trocas transculturais (de arqueóloga(o)s e do projeto de pesquisa) com os diversos públicos e interlocutores, se utilizando para isso de exposições, tours, workshops, fóruns, etc. Assim, dentre os objetivos da arqueologia etnográfica está a preocupação com a ‘descrição densa’ e a produção de uma documentação etnográfica das práticas e dos processos levados a cabo durante a realização de um projeto de pesquisa. Esta documentação é vista como complementar às evidências arqueológicas, fazendo parte do conhecimento arqueológico produzido. Para além disso, a arqueologia etnográfica visa promover o surgimento de audiências locais e o empoderamento de diferentes gestora(e)s engajada(o)s com a arqueologia e empoderada(o)s como ‘dona(o)s’ do passado e de uma herança própria.

Um trabalho que exemplifica esta prática é o de Castañeda (2009) que através de uma pesquisa de registros escritos e visuais e de uma instalação etnográfica – definida pelo autor de sítio de trabalho de campo etnográfico – buscou fazer uma reflexão, junto com a comunidade Maia de Pisté, sobre a pesquisa arqueológica no sítio de Chichén Itzá, no México. Ao longo da pesquisa os materiais relativos às pesquisas arqueológicas que haviam sido realizadas nesta comunidade, desde o século XIX, foram sendo apresentados para a comunidade a fim de permitir que ela se reapropriasse de uma história que ela havia compartilhado com a arqueologia.

A arqueologia etnográfica ensina que passado e presente estão interconectados na prática arqueológica ou, em outras palavras, que a prática arqueológica não desvela o passado, mas sim, constrói ‘múltiplos passados’, no presente. Ela mostra *ao fim e ao cabo* que a prática arqueológica e a materialidade podem transformar pessoas e coisas.

Pontos em comum e modos de fazer

Pode-se dizer que o objetivo dessas arqueologias é promover diálogos e construir um conhecimento arqueológico multivocal. Essas práticas sacodem as velhas certezas da arqueologia sobre o que são as coisas arqueológicas, sendo que elas desnaturalizam as formas de produção do conhecimento e a autoridade da(o)s arqueóloga(o)s sobre o que se convencionou chamar de patrimônio arqueológico. Elas rompem com a noção de tempo linear e

a separação entre passado e presente, e rechaçam o senso comum de que a arqueologia não lida com pessoas, mas apenas com coisas materiais, afirmando a dimensão social e política da arqueologia.

Nesses campos da pesquisa arqueológica, a prática etnográfica é fundamental tendo em vista que a(o)s interlocutores da(o)s arqueóloga(o)s se tornam muito diversos (p.ex. comunidades locais, povos indígenas, profissionais do patrimônio, empresas, turistas, frequentadora(e)s locais dos sítios, associações, trabalhadora(e)s, pesquisadora(e)s, estudantes, internautas). Nas pesquisas são usados recursos visuais e escritos (p.ex. fotos, croquis, cartazes, mapas, questionários) para dialogar com as pessoas sobre os materiais, sítios e paisagens, ou ainda, são realizadas excursões *in situ*, desenvolvidos workshops, produzidas instalações interativas, promovidas exposições de vídeo, palestras, fóruns e exposições. Todos esses recursos audiovisuais e interações são usados para promover um debate crítico sobre as práticas, produção e comunicação do conhecimento arqueológico, bem como a respeito da gestão das heranças culturais. Além disso, são realizadas pesquisas documentais (p.ex. arquivos, jornais, fotos, filmes) e de história oral (entrevistas estruturadas, semi-estruturadas, formais e informais, registro audiovisual de relatos orais) para tratar da memória e das percepções das pessoas em relação aos materiais e contextos arqueológicos. Vários desses trabalhos lançam mão da etnografia visual, sendo que as imagens produzidas são tratadas como hipertextos que se somam à produção escrita sobre as realidades estudadas. Para além disso, são também empregados os métodos e as técnicas próprios da pesquisa arqueológica (p.ex. *survey*, escavação, coleta de superfície e estratigráfica, descrição, documentação e análise de materiais) (p.ex. CASTAÑEDA, 2008; GOULD, 2013; POWERS; SIBUN, 2013).

Arqueóloga(o)s que se dedicam a essas práticas arqueológicas procuram assumir uma postura crítica sobre as suas propostas de pesquisa e sobre a sua posição no campo etnográfico/arqueológico, reconhecendo a importância do diálogo com os sujeitos que fazem parte da cena arqueológica e que, de algum modo, interagem com a materialidade arqueológica. Tais profissionais da arqueologia entendem a necessidade de um comprometimento e de uma atuação prolongados nos contextos que estão sendo investigados. Neste contexto de pesquisas também é comum que pesquisadora(e)s, ao invés

de apenas observarem as atividades de outrem, se engajem em auto-etnografias, ou seja, realizem uma descrição e reflexão da sua própria prática. Neste caso, a elaboração de diários de campo por parte de pesquisadora(e)s passa a ser entendida como uma metodologia de campo arqueológica, sendo esses diários incorporados na documentação da pesquisa, fazendo parte do processo de construção do conhecimento arqueológico (p.ex. HODDER, 2000).

A partir de seus trabalhos, essa(e)s arqueóloga(o)s têm procurado evidenciar que o contexto arqueológico resulta do entrelaçamento dos materiais e sítios arqueológicos, das atividades de pesquisa e das ações de diferentes agentes. Ou ainda, que a prática arqueológica estabelece e organiza uma relação entre pessoas e coisas arqueológicas. Ela abre a possibilidade de encontros e desencontros entre diferentes agentes que, de uma maneira ou outra, estão em contato com a materialidade arqueológica, no presente.

Arqueologia e colaboração

Alguns arqueólogos e arqueólogas têm mostrado a partir de suas reflexões que o futuro da arqueologia irá depender da sua capacidade de, efetivamente, envolver diferentes coletivos nos projetos de pesquisa arqueológica. Ou ainda, de tornar o trabalho da arqueologia mais relevante para aqueles que identificam os materiais arqueológicos como algo que é parte de sua história e herança cultural. De fato, nas últimas décadas a arqueologia presenciou o surgimento de diferentes abordagens envolvendo a ideia de colaboração, sendo que essas chamadas ‘arqueologias colaborativas’ têm como característica fundamental promover o envolvimento de diferentes sujeitos e coletivos (p.ex. comunidades urbanas e rurais, povos indígenas, comunidades afrodiáspóricas) na realização de projetos de pesquisa arqueológica (p.ex. ATALAY, 2012; HABER, 2016).

É importante ter claro que a noção de colaboração pode assumir diferentes significados nessas arqueologias e isso vem sendo debatido em diferentes trabalhos. Sonya Atalay (2012, p. 49-50), propôs uma terminologia para diferenciar as abordagens de colaboração em arqueologia: 1) *arqueologia colaborativa*, que enfatiza uma perspectiva de investigação colaborativa que tem como objetivo fundir distintos modos de conhecimento do mundo;

2) *arqueologia cooperativa*, que reúne arqueólogo(a)s e comunidades para desenvolver pesquisas com objetivos de interesse mútuo, porém nesta abordagem a comunidade não necessariamente atua na tomada de decisões sobre o desenvolvimento das pesquisas; 3) *arqueologia acordada*, que implica em acordos prévios entre comunidades e arqueólogo(a)s para o desenvolvimento das pesquisas; 4) *arqueologia comunitária*, que agrega um amplo conjunto de práticas de engajamento com comunidades em termos de trabalho de campo e gestão da herança cultural; 5) *arqueologia pública*, que diz respeito ao compartilhamento do conhecimento arqueológico com os diversos públicos; 6) *arqueologia de engajamento cívico*, que envolve o trabalho com as comunidades, mas não implica no engajamento das mesmas nas tomadas de decisão sobre as pesquisas, sendo o seu objetivo último o engajamento cívico; 7) *arqueologia a serviço do ensino*, que se ocupa de ensinar arqueologia para as comunidades e que trabalha em prol dos interesses das mesmas¹².

Essas arqueologias são muito diversas em termos dos contextos, estratégias e do modo como são compreendidas pela(o)s arqueólogo(a)s e demais pessoas envolvidas nas pesquisas. Como sugerem alguns autores, cada experiência é única e, por isso, seria mais adequado falar em um “*collaborative continuum*” que tem impulsionado a disciplina em direção a práticas mais inclusivas, éticas e acuradas (COLWELL-CHANTHAPHONH; FERGUSON, 2008, p. 1-2). Em sua diversidade, as arqueologias colaborativas têm desencadeado novas formas de pensar e de fazer arqueologia, sendo que neste universo de pesquisas, a multivocalidade e a reflexividade, também são aspectos fundamentais para a produção do conhecimento. Na concepção dos projetos, construção do conhecimento arqueológico e divulgação dos dados dessas pesquisas, arqueólogo(a)s têm buscado incorporar e desenvolver teorias, métodos e ações que promovam um ambiente de interlocução sobre os diferentes modos de conhecer o passado (p.ex. LIEBMANN, 2008; RIZVI, 2008; LILLEY, 2009); considerem a diversidade, confluência e divergência dos pontos de vista das várias pessoas envolvidas na apropriação e manejo da materialidade arqueológica (p.ex. LIEBMANN; RIZVI (eds.), 2008;

¹² É preciso dizer que alguns trabalhos realizados no âmbito da arqueologia etnográfica, etnografia arqueológica, etnografia da arqueologia e arqueologias do/no presente também podem envolver a colaboração em suas diferentes perspectivas.

HABU; FAWCET; MATSUNAGA (eds.), 2008; MESKELL (ed.), 2009; FAIRCLOUGH; HARRISON; JAMESON JR.; SCHOFIELD (eds.), 2008; COLWELL-CHANTHAPHON, 2009a; LYDON, 2009); permitam compreender a complexidade dos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e ideológicos que subjazem as relações entre sujeitos e materialidade arqueológica em escala local, regional, nacional e global (p.ex. LYDON, 2009; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009b; BENAVIDES, 2009; LILLEY, 2009; HODDER, 2008; TRIGGER, 2008).

Finalmente, é preciso dizer que essas práticas colaborativas também problematizam o conceito de ‘comunidade’. Elas evidenciam que não se trata de um conceito auto-explicativo, acrítico e cujo significado é de senso comum, pois ao falarmos de ‘comunidade’ estamos falando de algo que apresenta uma série de nuances que dizem respeito ao domínio da sociabilidade humana e, ao mesmo tempo, - no caso da pesquisa arqueológica - remete a diferentes interesses e expectativas sobre a materialidade arqueológica. Algumas autoras que têm refletido sobre essa questão, na arqueologia, têm ressaltado que as comunidades não se constituem de agregados homogêneos de pessoas e, nem tampouco, estão circunscritas geograficamente. Uma comunidade pode estar interligada a outra, indivíduos podem pertencer a mais de uma comunidade e diferentes comunidades podem coexistir em um mesmo contexto. Uma comunidade pode ser constituída pelo agregado de pessoas que compartilham experiências, valores, afetos, necessidades e aspirações, podendo tudo isso estar relacionado à aspectos como, por exemplo, etnicidade, gênero, idade, religião, orientação sexual, tradição oral, ancestralidade, herança cultural, e outras infinitudes de razões. Por outro lado, ela também pode se caracterizar por apresentar contradições internas, conflitos e relações de poder e interesses desiguais entre indivíduos que dela fazem parte. Comunidades não podem ser essencializadas ou reificadas, pois elas são complexas, instáveis, fluidas, irreduzíveis. Elas vão se (re)construindo a partir das experiências dinâmicas das pessoas, e de seus engajamentos - consensuais ou não - umas com as outras, e com a realidade que as circunda. Para essas autoras, antes de constituir as comunidades como objeto analítico é fundamental que a(o)s arqueóloga(o)s apreendam, em cada contexto em que venham a trabalhar, o modo como as diferentes comunidades se auto-definem e se (re)criam a partir das

suas ações. Diferentes comunidades podem ser constituídas em termos dos seus interesses sobre a materialidade arqueológica e os projetos de pesquisa; ou seja, um mesmo sítio arqueológico pode ser apropriado de modos diferentes por diferentes comunidades. Finalmente, é preciso que a(o)s arqueóloga(o)s fiquem atenta(o)s para o modo como se inserem e interagem nas comunidades e, também, como ela(e)s própria(o)s formam comunidades de interesses (AGNES-DAVIES, 2010a, 2011; ATALAY, 2012, p. 90-95; MARSHALL, 2002; SMITH; WATERTON, 2009)¹³.

A colaboração pressupõem a relação entre arqueóloga(o)s e comunidades, e isto pode implicar em múltiplos encontros, mas também, em desencontros, conflitos, tensões e diferenças de interesses. A ideia defendida pelas arqueologias positivistas de que as comunidades deveriam ser tratadas apenas como audiências que precisam ser esclarecidas sobre a importância da preservação do patrimônio arqueológico não tem lugar nas arqueologias colaborativas.

Nessas últimas décadas, diferentes coletivos sociais têm buscado reconhecimento no que se refere ao seu papel como protagonistas na gestão dos bens arqueológicos, seja em parceria, seja em oposição aos arqueólogos e arqueólogas, legislador(a)es e administradora(e)s oficiais desses bens culturais. Inclusive, vários estudos sobre o tema da herança cultural relacionada aos materiais arqueológicos têm respondido a esta agenda oriunda desses coletivos, tratando deste tema a partir de reflexões sobre poder, ética, simetrização de conhecimentos e não-universalização dos significados das coisas arqueológicas. Eles mostram que, muitas vezes, **há uma ruptura entre os discursos ‘cientificamente autorizados’ ou ‘oficiais’ sobre esta materialidade e as falas daquela(e)s que se posicionam fora do universo científico ocidental e do Estado** (p.ex. SMITH et al., 2010; FAIRCLOUGH et al., 2008). Portanto, assim como as comunidades, as evidências arqueológicas e a noção de herança cultural, também não podem ser essencializados. Neste sentido, as práticas colaborativas são um desafio para arqueóloga(o)s que, por sua vez, precisam desenvolver sua sensibilidade a

¹³ É importante lembrar que esta reflexão sobre as comunidades, também é essencial no âmbito da etnografia arqueológica, conforme demonstrei mais acima no texto quando tratei das características desta prática arqueológica.

fim de melhor compreender os contextos onde estão trabalhando e, também, as conexões políticas, econômicas, sociais e simbólicas das ‘comunidades’ com a materialidade arqueológica; é por isso que a prática etnográfica se torna tão fundamental nessas pesquisas.

As arqueologias indígenas e colaboração

As chamadas ‘arqueologias indígenas’ são comumente levadas a cabo por arqueólogos indígenas, e/ou a partir da colaboração entre arqueólogo(a)s não-indígenas e coletivos indígenas, e elas se apresentam como uma alternativa crítica às tradicionais práticas arqueológicas realizadas junto às populações originárias. Elas têm variadas formas de realização, sendo definidas como práticas arqueológicas que tem como objetivo promover a produção do conhecimento arqueológico *com, para e pelos* indígenas e não simplesmente *sobre* os indígenas (ATALAY, 2008; COLWELL, 2016). Elas são conduzidas, levando-se em consideração os seguintes aspectos: 1) diálogo efetivo com a(o)s indígenas, buscando o seu engajamento e interação durante todo o processo de construção e divulgação do conhecimento arqueológico, sem para isso utilizar de estratégias de convencimento alheias aos interesses dessas pessoas sobre a importância da pesquisa (p.ex. GREER et al, 2002; SMITH; JACKSON, 2008); 2) desenvolvimento de problemas e agendas de pesquisa que venham ao encontro dos anseios da(o)s indígenas e que possam beneficiá-la(o)s em suas demandas relacionadas com a apropriação e gestão da sua herança cultural (p.ex. FERGUSON; COLWELL-CHANTHAPHONH, 2006); 3) incorporação das prerrogativas culturais locais para a investigação e interpretação da materialidade arqueológica a fim de diversificar as vozes interpretativas sobre o passado, bem como sobre a noção de patrimônio arqueológico (p.ex. SILLIMAN; DRING, 2008); 4) combinação de metodologias indígenas e não-indígenas no desenvolvimento dos projetos de pesquisa com vistas a promover uma educação mútua entre arqueólogo(a)s não-indígenas e coletivos indígenas (p.ex. SMITH; JACKSON, 2008; TULLY, 2007); 6) compreensão dos regimes de historicidade indígenas em termos das conexões que essas pessoas fazem entre o passado, o presente e o futuro (p.ex. COLWELL-CHANTHAPHONH et al, 2010; CROES, 2010; SILLIMAN, 2010; WILCOX, 2010); 7) flexibilização



Diego Teixeira Mendes, Kasiru Karajá, Dibexia Karajá. Arqueologia indígena e colaborativa.
Aldeia Hawalò, ilha do Bananal, TO (Foto: cortesia Diego Mendes)

metodológica da pesquisa e protocolos previamente acordados para a divulgação dos resultados da pesquisa, neste caso, visando o benefício de pesquisadora(s) (indígenas e não-indígenas) e dos coletivos indígenas com a pesquisa (p.ex. SMITH; JACKSON, 2008); 8) preocupação em unir etnografia e arqueologia, no sentido de apreender a significância local das coisas arqueológicas e, ainda, de entender o modo como a prática arqueológica afeta as dinâmicas sociais locais (p.ex. HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS (eds.) 2009; COLWELL-CHANTHAPHONH, 2009b).

Assim, ao contrário da pesquisa arqueológica realizada sem interlocução com as pessoas locais, as chamadas ‘arqueologias indígenas’ buscam redefinir os parâmetros tradicionais da pesquisa, da interpretação e do gerenciamento dos materiais arqueológicos. Essas arqueologias mostram a diversidade de entendimentos do que se convencionou chamar de ‘registro arqueológico’, desde o processualismo, mostrando que as coisas arqueológicas não remetem exclusivamente ao passado, mas se conectam com o presente e o futuro dos mais diversos coletivos humanos (COLWELL-CHANTHAPHONH, 2009a, 2009b; PYBURN, 2009).

Essas práticas arqueológicas vêm mostrando que não é fácil se contrapor ao *establishment* da disciplina, buscar um conhecimento multivocal e reflexivo sobre os materiais arqueológicos, ou ainda, tornar as políticas de gestão desses bens culturais mais inclusivas e democráticas. Apesar disso, há uma proliferação dessas experiências no mundo todo, sendo que elas vêm transformando a face da arqueologia no século XXI, reforçando cada vez mais o seu papel social e político.

A diversidade das arqueologias indígenas e das formas de colaboração

A diversidade das arqueologias indígenas e das formas de colaboração entre indígenas e não-indígenas emerge dos desafios que cada contexto local oferece à sua realização. Em outras palavras, as prerrogativas dessas práticas arqueológicas precisam sempre ser transformadas e adaptadas situacionalmente, considerando que são múltiplas as razões e percepções para investigar, registrar e preservar os testemunhos arqueológicos. Como já foi dito anteriormente, este tipo de materialidade pode ter características e significações distintas para as diferentes pessoas e/ou comunidades. Nos últimos anos, vários artigos e coletâneas sobre essas pesquisas têm mostrado que as arqueologias indígenas e as colaborações entre indígenas e arqueólogos não-indígenas se constituem a partir de diferentes iniciativas, e que elas enfrentam muitos desafios para asseverar a preeminência da diversidade de percepções sobre as práticas e os materiais arqueológicos (p.ex. BRUCHAC; HART; WOBST (eds.), 2010; COLWELL-CHANTHAPHONH; FERGUSON (eds.), 2008; GNECCO; ROCABADO AYALA (eds.), 2010; HABU; FAWCETT; MATSUNAGA (eds.), 2008; PHILLIPS; ALLEN (eds.), 2010; SILLIMAN (ed.), 2008; SMITH; WOBST (eds.), 2005). As iniciativas para desenvolver essas pesquisas podem partir de arqueóloga(o)s (indígenas e não-indígenas) e/ou de coletivos indígenas, sendo que em alguns casos, se firmam colaborações contínuas e duradouras entre arqueóloga(o)s, arqueóloga(o)s indígenas e coletivos indígenas.

Algumas pesquisas e colaborações surgem do desejo de pessoas e/ou coletivos indígenas de serem protagonistas na investigação das suas histórias (pré-coloniais, coloniais, do passado recente). Ela(e)s se engajam com/como arqueóloga(o)s na investigação dos materiais e sítios arqueológicos e na preservação dos conhecimentos a eles relacionados, inclusive,

contrastando e/ou contrapondo os seus conhecimentos com aqueles produzidos pela arqueologia e história ocidentais. Muita(o)s dessa(e)s indígenas entendem a pesquisa arqueológica como uma contribuição para a sua sobrevivência cultural, especialmente, porque as gerações mais jovens acabam sendo mobilizadas a participar desses projetos de pesquisa e a interagir, mais intensamente, com os sábios indígenas para ouvir e aprender sobre as suas memórias e histórias. Essas pesquisas possibilitam o fortalecimento das histórias, memórias e tradições orais indígenas, em contraposição às histórias oficiais de viés colonialista que promovem a preeminência da história da colonização/invasão europeia (p.ex. BENDREMER; THOMAS, 2008; FOANA'OTA, 2010; LONDOÑO, 2010; LOPEZ, 2010; HABER et al., 2010; SILLIMAN; DRING, 2008).

Tais pesquisas também acontecem por causa de questões relativas ao modo como a(o)s indígenas entendem o seu pertencimento a determinados territórios e atribuem significados às paisagens e aos lugares. Normalmente, os territórios por ela(e)s ocupados são repletos de histórias que conjugam os tempos das memórias, das histórias e dos tempos míticos. O acesso, bem como a preservação de sítios, lugares e paisagens significativos se tornam cruciais para a manutenção de seus modos de vida e conhecimentos tradicionais. Assim, os processos de desterritorialização, ou mesmo, a perda de parte de seus antigos territórios têm levado algumas pessoas indígenas a buscarem, através da arqueologia, formas de visitar esses territórios perdidos, de reviver seus processos históricos de deslocamento, ou ainda, de reivindicar a reapropriação de determinados lugares e paisagens (p.ex. ATALAY, 2012:17-18, 20-21; DUIN et al., 2014; FERGUSON; COLWELL-CHANTHAPHONH, 2006; GNECCO, HERNÁNDEZ, 2008; KUWANWISIWMA et al., 2018; LALUK, 2017; SOLOMON; FORBES, 2010).

Cabe dizer que arqueóloga(o)s não-indígenas e povos indígenas têm firmado várias colaborações para proporcionar o ensino de arqueologia (teoria, métodos e técnicas) para jovens indígenas a fim de que esses possam identificar, escavar e interpretar sítios e materiais arqueológicos de diferentes períodos. Este tipo de aprendizagem que pode acontecer através de sítios-escola, cursos e programas de treinamento interessa aos povos indígenas, pois os habilita a realizarem de forma autônoma os projetos de pesquisa

arqueológica, em seus territórios. A partir disso, eles podem elaborar a sua própria versão da sua história cultural e assumir o controle sobre as suas heranças culturais, determinando as formas de proteção e de gestão dos materiais arqueológicos, dos sítios e dos lugares significativos em suas terras. Vária(o)s jovens indígenas, a partir dessas experiências, ingressam em cursos de Graduação e Pós-Graduação, nas universidades, para se tornarem arqueóloga(o)s e levarem a cabo, com mais autonomia, essas ações (p.ex. MILLS et al., 2008; NICHOLAS, 2008, 2014; SMITH; JACKSON, 2008; TWO BEARS, 2008).

Colaborações também são motivadas pelo interesse de arqueóloga(o)s não-indígenas em analisar os diferentes modos de produção do passado e as formas de apropriação de paisagens e sítios (sob a proteção de órgãos governamentais) pelos povos indígenas. Ou ainda, pelo interesse de indígenas em acessar essas paisagens e sítios (reivindicadas como sendo dos seus ancestrais) e de participar da gestão deste patrimônio cultural. Isto tem sido comum em lugares como, por exemplo, o continente africano onde paisagens culturais foram transformadas em parques nacionais, e cujo acesso é controlado pelos órgãos governamentais e/ou organismos mundiais (p.ex. MESKELL, 2009; MESKELL; MASUKO van DAMME, 2008; PIKIRAY, 2007; SHEPHERD, 2003; SHETLER, 2007).

Nos últimos anos, a necessidade de relocar ou de garantir a integridade de remanescentes humanos de/em áreas de ocupação ancestral afetadas por empreendimentos econômicos, ou processos de degradação natural, também tem levado à colaboração entre arqueóloga(o)s não-indígenas e coletivos indígenas. Da mesma forma, o repatriamento de remanescentes humanos de instituições museológicas de volta para os territórios e cemitérios indígenas. É importante dizer que obras de infraestrutura, no mundo todo, têm afetado os materiais e sítios arqueológicos em áreas de ocupação ancestral indígena, e isto tem levado à realização de projetos colaborativos, inclusive, no âmbito da arqueologia de contrato (p.ex. ATALAY, 2012, p. 17-20; PHILLIPS, 2010; KERBER, 2006, p. 3-128).

Diferentes estratégias são levadas a cabo no desenvolvimento dessas pesquisas como, por exemplo, a parceria entre estudantes universitária(o)s, coletivos indígenas e arqueóloga(o)s não-indígenas na realização de workshops, palestras, trabalhos de campo, rituais, atividades recreativas e visitas aos



Arqueologia indígena e colaborativa, equipe de pesquisa, aldeia Itaaka.
T.I. Koatinemo, PA, 2014 (Foto: acervo LINTT/MAE-USP)

sítios arqueológicos (p.ex. FOANA'OTA, 2010; LIGHTFOOT, 2008); a realização de sítios-escola sob a orientação das comunidades locais, especialmente, de seus anciãos, tendo como objetivo proporcionar experiências práticas em arqueologia colaborativa para estudantes universitária(o)s de diferentes instituições (p.ex. SMITH; JACKSON, 2008); a mobilização de organizações locais para a designação de representantes que atuem no acompanhamento das pesquisas arqueológicas com autoridade, inclusive, para a sua suspensão e redefinição dos trabalhos da(o)s arqueóloga(o)s não-indígenas (p.ex. PHILLIPS, 2010); a consulta intensiva às populações locais no sentido de explicar os objetivos da pesquisa e ouvir as suas demandas com relação a ela (p.ex. SILLIMAN; DRING, 2008); a devolução, por parte da(o)s arqueóloga(o)s não-indígenas, dos resultados das pesquisas às populações locais através de relatórios, material didático para as escolas, vídeos, fotografias e publicações que tenham sido negociadas com os membros das comunidades (FOANA'OTA, 2010); conjugar os conhecimentos das populações locais com aqueles produzidos pela etnografia, etnohistória e arqueologia (LOPES, 2010);

realizar pesquisa etnográfica e etnoarqueológica (p.ex. FERGUSON; COLWELL-CHANTHAPHONH, 2006); realizar levantamento, mapeamento, escavação e coleta de dados arqueológicos (p.ex. COLWELL-CHANTHAPHONH; FERGUSON (eds.), 2008; PHILLIPS; ALLEN (ed.), 2010; SILLIMAN (ed.), 2008).

Essas arqueologias indígenas e práticas colaborativas têm possibilitado, de diferentes maneiras, o envolvimento dos coletivos indígenas no processo de construção e divulgação do conhecimento arqueológico. Em algumas situações, inclusive, essas pesquisas têm contribuído para ampliar o alcance da arqueologia, tornando a disciplina mais interessante para a(o)s indígenas. Elas provocam o surgimento de novos desafios para o ensino-aprendizagem da arqueologia, pois a experiência prática de campo passa a agregar os valores, perspectivas e conhecimentos indígenas. Ao mesmo tempo, elas vêm promovendo o surgimento de perspectivas alternativas e mais inclusivas de gestão das heranças culturais. Além disso, essas arqueologias deixam evidente que a noção de colaboração remete a formas diferenciadas de interação entre arqueóloga(o)s não-indígenas, arqueólogos indígenas e coletivos indígenas, estando de acordo com os contextos, as expectativas, objetivos e desejos de todas essas pessoas. Todas as formas de arqueologia indígena e colaboração, porém, demandam desafios e para que elas surtam efeitos positivos é necessário uma relação e um comprometimento, de preferência duradouros, entre arqueóloga(o)s (indígenas e não-indígenas) e os coletivos indígenas (NICHOLAS, 2008; NICHOLAS et al., 2011).

A meu ver, essas práticas arqueológicas também põem a descoberto as formas colonialistas de apropriação científica do passado indígena; as representações que as pessoas não-indígenas elaboram sobre as trajetórias históricas e culturais dos povos indígenas; os interesses econômicos, políticos e científicos que expropriam ou ameaçam os territórios e lugares significativos dos povos indígenas, e que desrespeitam os materiais remanescentes dos ancestrais desses povos; à desconexão da arqueologia com as necessidades e lutas dos povos indígenas, na contemporaneidade.

Finalmente, é preciso dizer que esses exemplos de arqueologias indígenas e formas de colaboração elencados acima são apenas um recorte em um amplo universo de iniciativas que estão sendo realizadas mundo afora; a literatura sobre essas práticas cresce ano a ano.

Conexões entre as arqueologias indígenas e colaborativas

Sem dúvida, as arqueologias indígenas estão no bojo das lutas dos povos indígenas pelos seus direitos à autodeterminação e domínio sobre seus bens arqueológicos e herança cultural. Cabe dizer que essas práticas arqueológicas têm sua motivação e origem nos movimentos sociais e políticos levados a cabo pela(o)s indígenas. Movimentos esses que resultaram na formulação de uma ampla legislação, e que possibilitou a essas pessoas que suas prerrogativas culturais pudessem e devessem ser ouvidas e atendidas, no que se refere à pesquisa arqueológica em seus territórios. O *Native American Graves Protection and Repatriation Act (NAGPRA)*, o *National Museum of the American Indian Act* e o *National Historic Preservation Act*, nos Estados Unidos, o *Native Title Legislation*, na Austrália, o *Historic Places Act* e o *Resource Management Act*, na Nova Zelândia, são alguns exemplos do esforço de indígenas pela definição de diretrizes para a efetivação de práticas arqueológicas não colonialistas, sendo todos datados da década de 1990 (SILLIMAN, 2010; COLWELL-CHANTHAPHON et al., 2010). Afirmado isso, não quero menosprezar ou desmerecer o engajamento de arqueólogos e arqueólogas não-indígenas – dentre a(o)s quais me incluo – que vêm se dedicando à realização deste tipo de pesquisa e colaboração junto com indígenas, apoiando suas reivindicações. Ao contrário, acredito que este esforço de pesquisadora(e)s está contribuindo, ainda que timidamente, para uma mudança epistemológica na disciplina.

É preciso dizer que essas arqueologias estão revendo a história da pesquisa arqueológica e provocando um novo olhar sobre os dados arqueológicos. De um modo muito sutil, elas estão começando a desconstruir a descontinuidade que foi construída, por uma arqueologia colonialista, entre as populações indígenas e os seus bens arqueológicos (p.ex. GNECCO; ROCABADO AYALA, 2010). O conhecimento produzido por essas arqueologias indígenas coloca a descoberto que a materialidade arqueológica remete à memória, à ancestralidade e à tradição oral das populações indígenas. Porém, não em termos de um passado encapsulado em um tempo linear e distante, mas em termos de um passado vivo, no presente, e que se projeta para o futuro dessas populações.

Ian Hodder (1999) certa vez escreveu que a fluidez e instabilidade da chamada pós-modernidade faz com que, muitas vezes, a sociedade ocidental busque no passado uma possível alternativa às inconstâncias cotidianas, sendo esta talvez a razão de tantos debates sobre a investigação, gestão e preservação do patrimônio arqueológico, na atualidade. Neste cenário, me parece que os coletivos indígenas estão se valendo da arqueologia para afirmar a particularidade de seus passados, presentes e futuros, usando de uma estratégia sempre muito própria para driblar – como há séculos vêm fazendo – as mazelas da colonialidade e a monotonia cultural que o Ocidente insiste em lhes oferecer.

Algumas críticas e contra-críticas às arqueologias indígenas e colaborativas

No ano de 2008, o arqueólogo Robert McGhee escreveu um polêmico artigo intitulado “*Aboriginalism and the problems of indigenous archaeology*”, no qual ele fazia várias críticas às arqueologias indígenas. Ele iniciou o seu artigo dizendo que a arqueologia deveria ser entendida como um empreendimento científico que visa construir o conhecimento sobre a história humana e, neste caso, dando conta de estudar as trajetórias históricas de todos os povos, indistintamente. Para ele, portanto, não se justificariam as arqueologias indígenas, pois estas estariam respaldando um tipo de excepcionalidade dos povos indígenas, em comparação com outras populações humanas não-indígenas; a isso ele chamou de *aboriginalismo*. Ele seguiu suas críticas, afirmando que essas práticas estariam promovendo a essencialização dos povos indígenas, e uma ressurgência da figura do ‘bom selvagem’ elaborada pela perspectiva humanista e romântica, no século XIX. Em termos científicos, segundo ele, essas arqueologias seriam falhas em demonstrar evidências empíricas da distinção entre indígenas e não-indígenas, no que se refere à visão de mundo e formas de pensamento. Para ele, as arqueologias indígenas estariam apenas acomodando os inquéritos científicos às demandas das populações indígenas, enfraquecendo a autoridade científica da(o)s arqueóloga(o)s e da própria disciplina. Ele concluiu seu texto, afirmando que as arqueologias indígenas somente perduravam devido ao seu compromisso teórico com as agendas pós-modernistas e, também, por causa do oportunismo acadêmico de certa(o)s arqueóloga(o)s de poder continuar a pesquisar



Kwain Asurini e eu identificando um sítio arqueológico com cerâmica, igarapé Lajes. Arqueologia indígena e colaborativa, T.I. Koatinemo, PA, 2018 (Foto: acervo LINTT/MAE-USP)

em territórios indígenas. Para ele, o problema não estaria na colaboração em si, mas na falta de uma apresentação rigorosa e reflexiva, por parte da(o)s arqueóloga(o)s, dos argumentos indígenas sobre a sua preeminência na construção do conhecimento arqueológico relacionado com a sua herança cultural. As arqueologias indígenas deveriam ser apenas mais um campo da etnologia e não uma proposta de prática arqueológica.

Recentemente, outras críticas vêm sendo formuladas às arqueologias indígenas e, especialmente, no que se refere à efetivação da ‘colaboração’ entre arqueóloga(o)s e indígenas, e aos benefícios desta ‘colaboração’ para a arqueologia e os povos indígenas. Essas críticas apontam que há uma diferença entre o discurso e a prática, no âmbito das pesquisas indígenas e colaborativas, e que essas arqueologias não têm de fato rompido com as assimetrias de poder que sempre definiram a relação entre pesquisador(a) e pesquisado(a). Ou seja, que elas não abalam a autoridade da(o)s arqueóloga(o)s não-indígenas como locutora(e)s do conhecimento arqueológico, e nem tampouco, abalam o status da disciplina como o *locus* da produção deste conhecimento. Para reforçar tais afirmações a(o)s autora(e)s dessas críticas fazem os seguintes questionamentos: 1) quem está envolvido na estruturação dos projetos de pesquisa? 2) quem define o que será pesquisado e por que? 3) quem tem o recurso para financiar as pesquisas? 4) quem se beneficia com as pesquisas? 5) quem analisa e faz a interpretação dos materiais arqueológicos? quem assina as publicações? Neste sentido, para essa(e)s crítica(o)s, a ‘colaboração’ seria apenas uma desculpa para a(o)s arqueóloga(o)s não-indígenas continuarem a fazer o que eles sempre fizeram, ‘arqueologia’. As arqueologias indígenas e colaborativas, portanto, beneficiariam a(o)s arqueóloga(o)s não-indígenas em termos dos seus interesses acadêmicos, no que se refere à economia de produção de conhecimento científico. Ao avaliar algumas produções científicas sobre essas práticas – dominada pela(o)s arqueóloga(o)s não-indígenas –, essa(e)s autora(o)s afirmam que o relato costuma enfatizar o que a colaboração com as populações indígenas tem feito pela arqueologia, deixando menos explícito aquilo que a arqueologia faz por essas populações. Em outras palavras, que os artigos são escritos pela(o)s arqueóloga(o)s não-indígenas e a respeito dela(e)s. Por causa disso, parece a essa(e)s autora(e)s que as arqueologias indígenas

e colaborativas mais beneficiam a disciplina arqueológica do que às populações indígenas. Elas seriam assim um projeto intelectual e não uma proposta de prática arqueológica respaldada por questões éticas e políticas. Neste sentido, a defesa das arqueologias indígenas e colaborativas como sendo a alternativa melhor em comparação às práticas tradicionais, pois pautadas na igualdade e equidade, pareceria ilusória. *Ao fim e ao cabo* essas arqueologias beneficiariam um certo oportunismo acadêmico tendo em vista que a(o)s arqueóloga(o)s que trabalham junto com essas populações teriam seus trabalhos validados e melhor blindados contra a crítica científica (p.ex. LA SALLE, 2010; LA SALLE; HUTCHINGS, 2016).

Quero destacar, ainda, a crítica que se faz a um certo consenso acadêmico de que essas arqueologias são um tipo alternativo de prática arqueológica. Alguns trabalhos têm buscado mostrar que essas arqueologias indígenas, em realidade, retêm os princípios modernos da prática disciplinar. Ou seja, elas não rejeitam a base filosófica da arqueologia (tradicional) de que o passado está materializado e enterrado na forma de registro arqueológico, sendo a sua descoberta realizada a partir da escavação, princípio ontológico da disciplina arqueológica. Estas arqueologias seriam, portanto, meramente reformistas, compartilhando com sujeitos anteriormente marginalizados aquilo que a arqueologia tradicional mais preza, ou seja, a coerência epistêmica disciplinar. Em resumo, essas arqueologias indígenas e colaborativas seriam a mesma velha prática arqueológica travestida de prática alternativa (p.ex. GNECCO, 2012).

Em resposta a essas críticas, alguns arqueólogos e arqueólogas que praticam e defendem essas arqueologias indígenas e colaborativas afirmam que essas práticas são um caminho para se construir um contra-discurso às interpretações colonialistas e etnocêntricas sobre o passado indígena na medida em que elas combatem o pressuposto da preeminência da ciência ocidental para explicar este passado. Além disso, elas não buscam afirmar uma imagem de indígenas autênticos e atemporais cujas identidades são imutáveis e que, por isso, interligam passado e presente. Ao contrário, elas pretendem mostrar as dinâmicas identitárias, focando nos processos históricos e trajetórias culturais locais e contextuais. Não se trata de buscar as raízes históricas e culturais perpetuadas no tempo, mas sim, de reforçar a noção de

indigenidade que, por sua vez, se contrapõe a uma perspectiva de essencialização do indígena como um indivíduo puro, nobre ou eterno, pois a indigenidade resulta das experiências vividas por essas pessoas. Essas arqueologias também pretendem mostrar a vulnerabilidade e a luta dessas pessoas contra os projetos civilizatórios universalistas, reforçando a necessidade de que se criem mecanismos (p.ex. jurídicos, científicos, políticos) para que suas vozes sejam ouvidas na gestão das suas heranças culturais (p.ex. COLWELL-CHANTHAPHONH, 2010; SILLIMAN, 2010). Outra(o)s arqueóloga(o)s dizem, ainda, que essas práticas não são apenas um exercício acadêmico que beneficia a(o)s arqueóloga(o)s, pois elas têm tido consequências para a(o)s indígenas em suas demandas relativas ao patrimônio arqueológico em seus territórios e à manutenção dos mesmos. Elas denunciam o papel histórico que teve a disciplina arqueológica para tirar o protagonismo dos povos indígenas, no que tange à posse e gestão dos bens arqueológicos e, especialmente, porque a expertise arqueológica passou a ser apropriada pelo Estado e pelo poder econômico, no pós-Guerras. Elas se contrapõem à ideia de objetividade e neutralidade da ciência arqueológica, mostrando que o(a) pesquisador(a) sempre está posicionado em relação ao seu discurso e prática científica. Além disso, que este seu posicionamento também o(a) faz enxergar a realidade de uma determinada maneira, fazendo com que ele(a) contribua, muitas vezes, para a reprodução das assimetrias de poder. Essas arqueologias indígenas e colaborativas, portanto, obrigam arqueóloga(o)s não-indígenas e indígenas a refletirem sobre o seu papel no projeto colonialista. Elas mostram que as estruturas e os processos colonialistas de poder continuam presentes e afetam a arqueologia, e que sem uma constante (auto)crítica, mesmo as arqueologias ditas alternativas podem acabar servindo à manutenção do *status quo*. As práticas colaborativas mostram ainda que a arqueologia trata do passado e do presente, pois quando a arqueologia acessa as histórias indígenas ela também põem a descoberto a história dos não-indígenas e que, portanto, ela é uma prática (auto)reflexiva. Neste sentido, se reconhece que a inclusão das vozes indígenas no discurso arqueológico tem enriquecido a disciplina, pois se trata de um outro olhar sobre os materiais arqueológicos (p.ex. MARTINDALE et al., 2016).

Neste emaranhado de críticas e contra-críticas, determinada(o)s arqueóloga(o)s indígenas propõem que a apropriação da arqueologia pela(o)s indígenas, bem como o desenvolvimento das arqueologias indígenas e colaborativas não deve ser realizado com o intuito de desfazer os princípios epistemológicos da disciplina. Segundo essa(e)s arqueóloga(s), essas práticas devem ser desenvolvidas para confrontar as interpretações colonialistas sobre as histórias dos povos indígenas. No entanto, ela(e)s reconhecem que ainda há poucos arqueóloga(o)s indígenas desenvolvendo suas próprias pesquisas, e que este é o verdadeiro impedimento para que o conhecimento hegemônico produzido pelas arqueologias não-indígenas seja criticado e transformado (p.ex. KUWANWISIWMA, 2008; WATKINS, 2010; ATALAY, 2010).

Penso que as críticas e, especialmente, as mais radicais devem sempre ser acolhidas, pois elas nos desestabilizam e nos obrigam a refletir, permanentemente, sobre nossas práticas arqueológicas, e é isso que poderá resultar em uma prática decolonial, na disciplina. No entanto, penso que também é preciso temporizar as críticas, lembrando que as arqueologias colaborativas não surgiram de uma iniciativa benevolente de arqueóloga(o)s e, nem tampouco, podem ser vistas como uma espécie de concessão que a arqueologia faz às populações indígenas. Seria muita arrogância nossa achar que essas pessoas não têm alguma agência sobre o desenvolvimento dessas práticas, ou ainda, que elas não têm efeitos em suas vidas, ou nas suas lutas por autodeterminação. Além disso, é preciso considerar que nem todo(a)s o(a)s indígenas estão interessados em integrar suas arqueologias ao *mainstream* da disciplina, ou mesmo, transformar a arqueologia ocidental. Particularmente, conheço indígenas que querem se utilizar da arqueologia e da pareceria com arqueóloga(o)s não-indígenas para explorar e contar os seus passados à sua maneira, ou ainda, para dar conta de suas próprias demandas sociais, políticas e econômicas que não tem a ver, necessariamente, com as nossas preocupações com os rumos teórico-metodológicos da disciplina arqueológica (p.ex. SILVA 2019).

Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que as arqueologias indígenas e colaborativas são práticas que estão sendo realizadas, principalmente, em decorrência dos movimentos indígenas que se colocam em contraposição às posturas colonialistas de alienação dos seus direitos à soberania territorial e gestão dos

bens culturais. Nessas últimas décadas, diferentes coletivos indígenas estiveram cada vez mais envolvidos em situações de conflito e/ou de parceria com a(o)s arqueóloga(o)s não-indígenas, corroborando ou questionando as suas práticas e propondo novas prerrogativas investigativas. Alguns desses coletivos têm buscado assumir um protagonismo tanto na pesquisa de campo quanto na interpretação e divulgação dos dados arqueológicos, bem como na gestão e preservação desses bens culturais em seus territórios (p.ex. MESKELL, 2009; STEWART et al., 2004; WHITRIDGE, 2004). Cada vez mais, indígenas têm buscado uma formação acadêmica e estão se tornando pesquisadora(e)s das suas próprias histórias, contribuindo para diversificar as narrativas sobre o passado, transformando os métodos e as técnicas arqueológicas de campo, bem como as formas de armazenagem, documentação e interpretação dos dados arqueológicos (p.ex. MILLION, 2005; NICHOLAS (ed.), 2010). A tradição oral, a memória, os valores e modos de conhecer indígenas norteiam essas pesquisas e são defendidos como formas legítimas de produção de conhecimento sobre o passado arqueológico (p.ex. Anawak, 1996; HARRIS, 2005; LIGHTFOOT, 2008; NICHOLAS (ed.), 2010; SMITH; WOBST (eds), 2005). Inclusive, há indígenas que escolhem atuar como profissionais da arqueologia não apenas para pesquisar e contar as suas próprias histórias, mas também, como um ato de auto-determinação e ativismo; em termos de uma indigenização da arqueologia (p.ex. ATALAY, 2010; BRUCHAC, 2010; GEORGE, 2010). Cabe dizer que alguns povos indígenas estão fazendo este mesmo movimento no que se refere a instituição museu e à museologia. Ou seja, através de museus indígenas que reproduzem, em grande parte, a estruturação dos museus ocidentais, esses povos têm elaborado narrativas alternativas de suas histórias e memórias, bem como redefinido os princípios da curadoria e da exibição de seus bens culturais. Além disso, têm impulsionado o crescimento das práticas colaborativas na curadoria de seus acervos, nos museus ocidentais; ou seja, promovido uma indigenização dos museus (p.ex. CURY, 2016a, 2016b; Roca, 2015; Vidal, 2013).

Como disse Joe Watkins¹⁴, um arqueólogo indígena estadunidense: “embora o desenvolvimento de uma verdadeira arqueologia indígena nunca aconteça até que as populações indígenas controlem a qualidade e a

¹⁴ Ele descende dos Choctaw que ocupavam originalmente o sudeste dos EUA (Mississippi, Alabama e Louisiana) e, atualmente, ocupam uma Reserva Indígena no Oklahoma.



Cristiane Landi, Silvia Cunha Lima e Mirá Asurini, conservação colaborativa da cerâmica Asurini MAE/USP, São Paulo, 2018 (Foto: acervo LINTT-MAE/USP)

quantidade da arqueologia realizada em seus territórios, a arqueologia tem dado alguns passos para avançar nesta direção” (2000: 177).

Outras arqueologias colaborativas

Neste item pretendo tratar, principalmente, de trabalhos que se identificam como colaborativos no âmbito da chamada ‘arqueologia comunitária’. Esta abordagem de pesquisa arqueológica pressupõe o diálogo com as comunidades locais, em diferentes contextos urbanos e não-urbanos. Ela apresenta metodologias e modos de ação flexíveis, ou seja, que estão sujeitos às particularidades das situações e contextos de pesquisa, sendo por esta razão que ela agrega uma diversidade de experiências. Uma das questões fundamentais nesta prática arqueológica é a identificação das comunidades em termos das suas características multifacetadas e complexas, considerando os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, sendo que o seu principal objetivo é promover a colaboração entre arqueólogo(a)s e comunidades

em todas as fases dos projetos de pesquisas. A partir disso, a arqueologia comunitária pretende promover uma educação mútua entre arqueólogo(a)s e comunidades sobre o patrimônio arqueológico (p.ex. MARSHALL, 2002; TULLY, 2007).

Um projeto considerado emblemático desta prática arqueológica, nos primeiros anos de sua proposição, é o “*Community Archaeology Project at Quseir*” (1998), desenvolvido no sítio *Quseir al-Quadim*, na costa do Mar Vermelho, no Egito. Este projeto foi considerado precursor na sistematização de uma metodologia para o desenvolvimento de uma arqueologia comunitária: 1) comunicação e colaboração entre arqueólogo(a)s e comunidade (p.ex. lideranças, representantes, organizações, conselhos, grupos de interesse) durante todos os estágios da pesquisa; 2) emprego e treinamento das pessoas locais em todas as áreas de atividades do projeto; 3) informação ampla e irrestrita para toda a comunidade durante todas as etapas do projeto; 4) realização de entrevistas e estudos de história oral com a comunidade; 5) produção de recursos educacionais/didáticos sobre a pesquisa e seus resultados, para as crianças e jovens da comunidade; 6) documentação escrita e audiovisual sobre todas as atividades do projeto e experiências de colaboração com a comunidade; 7) controle do *marketing* e dos produtos comerciais resultantes da pesquisa pela comunidade. O objetivo desta proposta metodológica era garantir o constante contato entre arqueólogo(a)s e as pessoas da comunidade, mantendo um canal permanente de informações esclarecedoras sobre o andamento do projeto. Ao mesmo tempo, se pretendia desenvolver as habilidades de pessoas da comunidade para o trabalho arqueológico e, a partir disso, reforçar o seu engajamento com o projeto. As entrevistas e a pesquisa da história oral objetivavam conhecer melhor as pessoas da comunidade, em termos dos seus interesses, vivências, percepções da pesquisa e da materialidade arqueológica. No que se refere às estratégias educacionais, essas visavam despertar, nas novas gerações, o interesse pela materialidade arqueológica e a sua preservação. Finalmente, se considerava que a comunidade deveria ter um retorno econômico com a pesquisa e com o gerenciamento do patrimônio arqueológico (MOSER et al. 2002, p. 229-242).

Ao longo do tempo, esta metodologia foi sendo adotada, mas também, transformada, problematizada e acrescida de novas propostas, no âmbito

de vários outros projetos desenvolvidos junto às comunidades, em diferentes lugares do mundo. De fato, a arqueologia comunitária tem se desenvolvido a partir de diferentes experiências de colaboração entre arqueólogos e comunidades locais, sendo que as próprias motivações para essa colaboração são muito diversificadas, resultantes de diversos fatores situacionais e conjunturais.

Alguns trabalhos mostram que a colaboração pode ser motivada pelo desejo de uma comunidade de entender melhor o seu passado, de retomar suas memórias e de reviver as suas histórias em determinados lugares (p.ex. bairros urbanos, localidades rurais), e essas pesquisas podem ter diferentes objetivos, dependendo dos contextos, das situações de pesquisa e dos coletivos envolvidos. Elas podem ter o objetivo de refazer as discursividades sobre raça e poder, buscando construir uma outra versão da história de um lugar (p.ex. Timbuctoo, New Jersey, EUA), em oposição a uma versão oficial que ignora e/ou oculta as experiências passadas de escravização e violência racial e, ao mesmo tempo, subestima as formas de resistência e de busca pela liberdade engendradas pelas pessoas escravizadas, sobrevalorizando as ações de determinados coletivos de pessoas brancas (p.ex. BARTON; MARKERT, 2012); rever as versões oficiais e hegemônicas da história sobre a escravização e sobre a vida e as ações dos coletivos afro-americanos escravizados em determinados lugares (p.ex. Louisville, Kentucky, EUA), buscando recontar essas histórias a partir de uma perspectiva crítica que defende a existência de múltiplas versões da história e de múltiplos passados (p.ex. STAHLGREN, 2010); tirar da invisibilidade as histórias de pioneiro(a)s afro-americano(a)s que se fixaram em determinados lugares (p.ex. Lawrence County, Illinois, EUA), mostrando como essas pessoas viveram no seu dia-a-dia e como atuaram frente aos processos de racialização e segregação, priorizando as percepções sobre o passado das comunidades de descendentes e, ao mesmo tempo, tornar mais acessíveis e inclusivas as práticas da arqueologia histórica para contribuir na descolonização da disciplina (p.ex. MORRIS, 2014); preservar uma determinada paisagem urbana, seus lugares e edificações (p.ex. *Black Metropolis*, Chicago, EUA) a fim de afirmar histórias pessoais e coletivas de contestação e de luta por igualdade racial, social e de gênero e, ao mesmo tempo, de denunciar

e combater processos de gentrificação que podem apagar essas histórias e, também, ocultar a persistência dessas contestações e lutas, no presente (p.ex. AGBE-DAVIES, 2010b); controlar os efeitos da gentrificação e da exploração turística de bairros (p.ex. Hampden, Baltimore, EUA) cuja origem está relacionada com processos de industrialização e que foram historicamente ocupados por trabalhadores, buscando preservar a história desses lugares e, também, mostrando as lutas e a agentividade das classes trabalhadoras, no passado e no presente (p.ex. GADSBY; BARNES, 2010); revitalizar e proteger espaços e edificações urbanos com os quais as comunidades locais tem uma conexão histórica e de memória, buscando usar o passado para reafirmar uma identidade comunitária em termos de pertencimento a um determinado lugar (p.ex. Portland, Louisville, Kentucky, EUA) e, também, melhorar a vida das pessoas no presente através, por exemplo, do turismo cultural (p.ex. PRYBYLSKI; STOTTMAN, 2010).

A colaboração também pode ser buscada para dirimir as consequências de políticas colonialistas, ou ainda, pela insatisfação das comunidades locais com os órgãos oficiais de gestão do patrimônio arqueológico, e alguns exemplos disso são relatados em trabalhos sobre a arqueologia comunitária desenvolvida em diferentes países do continente africano. Neles se argumenta que a herança do colonialismo ainda está muito presente, em alguns países, apesar do processo de descolonização e, na África do Sul, esta herança ainda é agravada pelos anos do *apartheid*. Várias populações foram deslocadas de seus territórios ancestrais pelas políticas colonialistas, sendo que neles foram assentados colonos e/ou outras populações africanas que não tinham relação histórica ou vínculos culturais com esses territórios. Por causa disso, determinados lugares e sítios arqueológicos são esvaziados de significação para as comunidades locais que não atuam na sua proteção e, ao mesmo tempo, são reclamados pelas comunidades de descendentes que vivem em territórios distantes. O colonialismo também destruiu muitos dos direitos tradicionais de proteção da herança cultural, e a legislação atual continua afrontando esses direitos, ao dificultar o acesso das comunidades a determinados sítios arqueológicos considerados, por elas, lugares significativos e/ou de sua propriedade ancestral (p.ex. CHIRIKURE; PWITI, 2008; CHIRIKURE et al., 2010; MESKELL, 2008, 2009; PIKIRAYI, 2016; PIKIRAYI;

SCHMIDT, 2016). O sítio Mapungubwe, situado no vale Limpopo, região norte da África do Sul, é um exemplo de sítio arqueológico que não é apropriado significativamente pela comunidade local tendo em vista que ela não tem um vínculo histórico e/ou cultural com o mesmo, pois essa se constitui de colonos fazendeiros que para ali vieram nos tempos coloniais. No entanto, ele é reclamado pelos Vhangona, Twanamba, Leshiba, Machete e Lemba que afirmam terem vivido nesta região antes de serem deslocados para áreas distantes muitos quilômetros do sítio, onde vivem na atualidade. Há alguns anos, uma colaboração foi instituída entre essas comunidades e profissionais da arqueologia e do patrimônio para levar a cabo o retorno de remanescentes humanos, ao sítio Mapungubwe, que estavam sob a guarda da Universidade de Pretoria. Os enterramentos dos mesmos foram acompanhados por essas comunidades de descendentes do povo de Mapungubwe que realizaram suas cerimônias fúnebres tradicionais (CHIRIKURE; PWITI, 2008; CHIRIKURE et al., 2010; PIKIRAYI, 2016). O sítio de arte rupestre Dombashava, patrimônio nacional do Zimbabwe, por sua vez, é um exemplo de sítio arqueológico que tem uma significação para a comunidade local que dele se utiliza para a realização de seus rituais. Há alguns anos, porém, ele foi depredado por esta mesma comunidade em protesto à proibição instituída pelos órgãos governamentais, de seu uso ritual. A justificativa para a proibição era a de que as performances rituais geravam a degradação das pinturas. A comunidade local entendeu que estava sendo alijada de levar a cabo suas práticas tradicionais, enquanto o governo explorava economicamente o sítio através do turismo, e reagiu a isso depredando parte dos grafismos rupestres. Para contornar os conflitos foi definido um programa de arqueologia comunitária com o objetivo de possibilitar o uso do sítio por parte da comunidade local que, também, passou a atuar na gestão do sítio, usufruindo dos benefícios econômicos da sua exploração turística (CHIRIKURE; PWITI, 2008; CHIRIKURE et al., 2010).

Colaborações também ocorrem porque as comunidades locais querem ter ingerência sobre paisagens culturais que incluem lugares significativos e sítios arqueológicos com os quais elas se identificam em termos culturais ou históricos. Na África do Sul, o *Living Landscape Project* (Clanwilliam), tem possibilitado que comunidades de descendentes do povo Khoi – pastores que

foram desterritorializados pela colonização no século XVII – explorem a paisagem local como um recurso para afirmação da sua identidade e do seu pertencimento a este território. Os seus conhecimentos da paisagem e a sua tradição oral são usados nos programas de proteção do ambiente e do patrimônio arqueológico (p.ex. CHIRIKURE; PWITI, 2008). Nos Estados Unidos, o *Appalachian Trail Archaeological Heritage Project* (Amrest County, Virginia, EUA) também tem procurado evidenciar que áreas consideradas ‘selvagens’ podem conter histórias de ocupação e de deslocamento de comunidades e, neste caso, de pessoas afro-americanas, ex-escravizadas, que ali se instalaram para viver como pequenos fazendeiros, desde o século XIX. Assim, através da colaboração com as comunidades de descendentes ele tem possibilitado resgatar as histórias dessas pessoas que ocuparam esta área no passado, mostrando as conexões entre os usos da terra no passado e no presente, bem como promovendo reflexões sobre a proteção desta paisagem natural/cultural. Este projeto colaborativo tem como foco estabelecer uma relação entre herança cultural e proteção ambiental, nesta área de exploração turística (p.ex. GADSBY; BARNES, 2010).

Os trabalhos também mostram que as comunidades locais estabelecem vínculos (p.ex. históricos, culturais, religiosos, afetivos) com determinados sítios arqueológicos e, neste caso, as colaborações se efetivam pelo interesse das mesmas em participar na investigação, preservação, utilização e exploração turística desses sítios. Destaco alguns exemplos: o sítio *Grande Zimbabwe*, no Zimbabwe, tem a sua gestão compartilhada com pessoas descendentes do clã Mugabe que teria ocupado historicamente o local, desde o século XIX, sendo que elas preservam as ruínas se utilizando do seu conhecimento das técnicas tradicionais de cantaria; o sítio *Velho Bulawayo*, capital do Estado Ndebele, no Zimbabwe, teve suas edificações reconstruídas em parceria com descendentes dos Ndebele (clã Khumalo), na década de 1990, sendo que este sítio foi transformado em um parque para educação e visitação turística; o sítio Forte Jesus, no Quênia, é apropriado e gerenciado por diferentes comunidades (p.ex. swahli, mijikenda, árabes, católicos, portugueses, goanos) residentes na cidade de Mombasa que se utilizam do sítio para realizar cerimônias religiosas, eventos artísticos, mostras de culinária tradicional, casamentos; o sítio *Palácio de*

Kanaze, na Tanzânia, foi reconstruído em colaboração com a comunidade local e descendentes desta família real; as cavernas de *Shimoni*, no Quênia, usadas no período colonial para alojar pessoas escravizadas foram apropriadas pela comunidade local como lugares da memória da escravização, sendo por elas pesquisadas e exploradas turisticamente (p.ex. G. ABUNGU, 2016; P. ABUNGU, 2016; CHIRIKURE; PWITI, 2008; MAKUVAZA; BURRET, 2011; SCHMIDT, 2016); o sítio *Stonehedge*, na Inglaterra, vem sendo apropriado, dentre outras, pela comunidade de druidas modernos que o veem como tendo sido construído pelos ancestrais druidas bretões, sendo que o sítio tem sido liberado pelas autoridades inglesas de gestão do patrimônio arqueológico para a realização de festivais e rituais, no solstício de verão (p.ex. CUSACK, 2012; ENGLISH, 2002); o sítio Çatalhöyük, na Turquia, tem sido apropriado de diferentes maneiras por diversas comunidades (locais, regionais, nacionais) que não necessariamente se identificam em termos de uma filiação histórica/cultural com as pessoas que ocuparam este sítio no período neolítico e, por isso, diferentes iniciativas de colaboração (p.ex. trabalho de campo e laboratório, oficinas experimentais, interpretação do registro arqueológico, planejamento de projetos de pesquisa, elaboração de currículo escolar, exposições, festivais comunitários) foram levadas a cabo na investigação, utilização e divulgação deste sítio (p.ex. ATALAY, 2012; MICKEL et al.; 2020).

Desafios e aprendizados da arqueologia comunitária

O que se apreende a partir dos exemplos apresentados ao longo deste item é que a colaboração entre diferentes grupos de interesses (p.ex. comunidades locais, arqueólogo(a)s, órgãos públicos, classes sociais) se efetiva na prática na medida em que as expectativas das pessoas vão se afinando e convergindo para um propósito comum ou complementar, sem isso, a colaboração tende ao fracasso. Além disso, se compreende que a colaboração para a gestão da herança cultural – i.e. do patrimônio arqueológico – demanda desafios que precisam ser enfrentados não apenas para a proposição e execução dos projetos, mas também, para a sua manutenção, ao longo do tempo. Autore(a)s mostram que quando um mesmo sítio é apropriado e contestado por distintas comunidades, isso pode resultar em desavenças políticas e administrativas que, com o tempo, podem afetar a continuidade dos

projetos colaborativos. Exemplo disso é o que acontece com o sítio *Velho Bulawayo*, no Zimbábue, que vem sofrendo com problemas de conservação que, por sua vez, resultam da carência de diálogo e planejamento com as comunidades locais e, também, da falta de coordenação institucional e de financiamento para gerenciar o sítio; em 2010, ele sofreu um incêndio que afetou a maior parte de suas estruturas (p.ex. MAKUVAZA; BURRET, 2011). Há situações, também, em que a colaboração pode ser enfraquecida por questões conjunturais mais amplas. Isso é o que acontece com relação à gestão do patrimônio arqueológico em alguns Parques Nacionais (p.ex. Krueger National Park, na África do Sul; Serengeti National Park, na Tanzânia) nos quais se situam sítios arqueológicos que estão incluídos na lista do patrimônio mundial da UNESCO (p.ex. Thulamela, na África do Sul; Olduvai, na Tanzânia). As comunidades locais veem o seu acesso restringido, pois se privilegia a preservação ambiental, a pesquisa arqueológica e o acesso de turistas. As comunidades são tratadas como parceiras passivas, embora elas queiram ter um papel ativo nas ações por se considerarem donas e/ou beneficiárias desses patrimônios (p.ex. CHIRIKURE; PWITI, 2008; MEHARI; RYANO 2016; MESKELL, 2008, 2009; SHETLER, 2007). Esses problemas vivenciados no continente africano põem a descoberto as contradições sobre o valor universal da herança, seja ela cultural, arqueológica ou ambiental, mostrando o quanto esta sua universalidade pode assumir uma conotação neocolonialista e etnocêntrica, ou referendar um imperialismo cultural ocidental.

A colaboração com comunidades locais implica que o(a)s pesquisadore(a)s se mantenham muito atentos ao que está sendo dito por elas sobre a materialidade arqueológica, pois as narrativas (oficiais, científicas) sobre os sítios e materiais arqueológicos são desafiados por essas outras narrativas que agregam novos significados a essa materialidade. Como tenho dito ao longo deste texto, as pessoas estabelecem vínculos com os sítios e materiais arqueológicos pelas mais diversas razões, dando a eles significados diversos. Assim, um mesmo sítio pode ter muitos significados para diferentes pessoas, ou seja, ter camadas de significados, memórias e histórias. Portanto, o(as) arqueólogo(a)s precisam entender o modo como as pessoas se conectam com a materialidade arqueológica e, também, quais são as relações de poder que



Cátia Tupinambá e Lorena Gomes Garcia, sítio aldeia Patiburi. Arqueologia indígena e colaborativa T.I.Tupinambá de Belmonte, BA, 2018 (Foto: cortesia Lorena Garcia)

se manifestam nas tramas da gestão dos patrimônios culturais, em cada contexto. Além disso, é preciso compreender que a conservação dos sítios e materiais arqueológicos é paradoxal, pois as pessoas não entendem a preservação e o uso dos sítios da mesma forma. Enfim, que toda situação de colaboração é particular e implica estratégias distintas, pois a vontade de colaboração das comunidades resulta de especificidades situacionais e conjunturais.

A arqueologia comunitária, com todos os seus desafios e conflitos tem contribuído para transformar as mentalidades hegemônicas de que as comunidades locais atrapalham a preservação da herança arqueológica. Ela tem reforçado as proposições decoloniais de que a autenticidade do patrimônio arqueológico é situacional e cambiante e que se engajar com as comunidades na pesquisa e preservação do mesmo pode reforçar os laços das pessoas com esta herança cultural (p.ex. P. ABUNGU, 2016). Para alguns autores, a colaboração tem permitido que pessoas preservem e/ou desenvolvam habilidades (p.ex. artesanais, artísticas, educacionais, administrativas), proporcionando, inclusive, a manutenção de tradições tecnológicas e culturais locais (p.ex. G. ABUNGU, 2016; CHIRIKURE; PWITI, 2008; SCHMIDT, 2016).

A arqueologia comunitária tem ensinado que o acesso e a gestão da herança cultural não é um problema científico apenas, pois envolve política, economia e demandas sociais, e que o(a)s arqueólogo(a)s não podem se alienar delas. Vários trabalhos colaborativos ocorreram e foram mantidos pelas comunidades locais porque também geraram benefícios econômicos, segurança pública, melhorias na educação e no saneamento básico das localidades (p.ex. P. ABUNGU, 2016; CHIRIKURE ET AL. 2010; PRYBYLSKI; STOTTMAN, 2010). Segundo arqueólogo(a)s que têm se empenhado na prática da arqueologia comunitária, esta tem possibilitado tornar a gestão dos patrimônios arqueológicos mais inclusiva e os sítios arqueológicos mais acessíveis aos públicos. Para eles, a arqueologia comunitária promove um diálogo entre arqueologia e comunidades sobre o passado e a conservação da herança arqueológica, sendo um caminho possível em direção a uma maior simetria nas relações de poder que subjazem a política da herança, no mundo (p.ex. MORRIS, 2014; PIKIRAYI; SCHMIDT, 2016).

Sobre arqueologias, prática etnográfica e colaboração

Essas práticas arqueológicas surgem de demandas não apenas epistemológicas, mas principalmente, de demandas políticas, éticas, sociais e de reciprocidade. Apesar das críticas que a elas são dirigidas no que se refere, por um lado, ao seu suposto descompromisso com a arqueologia científica e, por outro, ao seu alegado oportunismo acadêmico e/ou político, vários(a)s daquele(a)s que se engajam nessas práticas dizem que a etnografia e a colaboração enriquecem suas pesquisas de diferentes formas e têm contribuído para as demandas das comunidade locais e povos originários; pessoalmente, me sinto identificada com esse grupo de arqueóloga(o)s.

Para esse(a)s pesquisadore(a)s essas práticas adicionam novos tipos de dados à sua pesquisa arqueológica e novas formas de conhecimento, elas enriquecem a arqueologia em termos de métodos, conceitos e (auto)reflexão crítica. Elas também têm gerado uma reconfiguração na arqueologia em termos dos seus objetos de estudo e temporalidade e, em alguma medida, na dispersão da autoridade no que se refere ao conhecimento daquilo que se convencionou chamar de patrimônio arqueológico. Essas práticas nos fazem

compreender que o ‘nosso’ objeto de estudo não nos pertence e que ele é volátil, sendo que isso tem nos obrigado a negociar, relativizar nossas perspectivas e expectativas disciplinares, escutar as outras pessoas envolvidas com as coisas arqueológicas e, também, atentar para outras formas de conhecimento sobre ‘o arqueológico’.

Segundo Alison Wylie (2015, p. 13), essas práticas colaborativas reiteram que o conhecimento é sempre situado e condicionado pelas nossas experiências sociais, elas evidenciam a contingência de nossos objetivos e princípios epistemológicos, expondo os mesmos as mais diferentes críticas. Para esta autora, essas práticas seriam um alerta de que nós precisamos constantemente estar dispostos a aprender com o desenvolvimento de nossas práticas arqueológicas.

Arqueologias, prática etnográfica e colaboração no Brasil

Nas últimas décadas, têm sido desenvolvidas inúmeras propostas de pesquisa arqueológica, envolvendo a pesquisa etnográfica e a parceria entre arqueóloga(o)s, coletivos indígenas, comunidades tradicionais e outros coletivos sociais, no Brasil. Essas arqueologias e colaborações, em sua maioria, tem se caracterizado pelo diálogo entre esses coletivos e a(o)s arqueóloga(o)s para a formulação das propostas de trabalho, a definição dos parâmetros e da logística das pesquisas, e a construção e divulgação do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico existente, nos mais diferentes lugares do Brasil. Isso é o resultado, a meu ver, da ampliação no número de profissionais da arqueologia com posicionamentos teórico-metodológicos alinhados com a crítica pós-colonial, e que têm buscado fazer uma reflexão crítica de suas próprias práticas científicas.

As propostas de colaboração entre indígenas e arqueóloga(o)s

Cada vez mais, povos indígenas têm buscado se aproximar da arqueologia em função das suas lutas pela soberania sobre seus bens culturais e pelo reconhecimento e manutenção de seus territórios. Além disso, nos últimos anos, indígenas têm se empenhado em buscar uma formação acadêmica a fim de se tornarem protagonistas nas pesquisas arqueológicas sobre as

trajetórias históricas e culturais de seu próprio povo, e ainda, tem se contraposto às narrativas hegemônicas sobre a história dos povos indígenas e do colonialismo, no Brasil (p.ex. ALMEIDA, 2021; JÁCOME; J. WAI WAI, 2020; J. MUNDURUKU et al., 2021; J. WAI WAI, 2017;).

As pesquisas envolvendo arqueóloga(o)s não-indígenas e povos indígenas foram pouco frequentes, no Brasil, até a última década, sendo que elas ocorreram mais por iniciativa da(o)s pesquisadora(e)s e menos por iniciativa dos povos indígenas. Normalmente, tais pesquisas foram realizadas pelos seguintes interesses: 1) investigar (etno)arqueologicamente os modos de vida e as histórias indígenas (p.ex. BESPALÉZ, 2009; EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, 2002; HECKENBERGER, 1996; NEVES, 1998; RODRIGUES, 2001, 2007; SILVA et al. 2010; STUCHI, 2010); 2) pesquisar etnorqueologicamente os processos culturais de formação do registro arqueológico (p.ex. MOI, 2003; SILVA, 2000); 3) atender demandas referentes à demarcação, manutenção ou reivindicação de territórios tradicionais por parte dos povos indígenas (p.ex. EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA 2009, 2010); 4) cumprir a legislação referente à realização de empreendimentos e que demandam trabalhos de arqueologia preventiva e etnoarqueologia (p.ex. FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ 2007); 5) desenvolver projetos no âmbito da arqueologia pública (p.ex. FUNARI; OLIVEIRA; TAMANINI, 2005; GREEN; GREEN; NEVES, 2003; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2005); 6) refletir sobre a prática arqueológica em terras indígenas (p.ex. POUGET, 2010)¹⁵.

Nesta última década, as pesquisas arqueológicas colaborativas se tornaram mais frequentes em nosso país, sendo que essas têm procurado conciliar as demandas de arqueóloga(o)s não-indígenas e de povos indígenas em relação à investigação dos vestígios arqueológicos existentes nas terras indígenas. Algumas dessas pesquisas estão se desenvolvendo assumindo a perspectiva das ‘arqueologias indígenas’, em sua concepção mais estrita, ou seja, “*com, para e pelos povos indígenas*” e, assim como em outros países, elas têm sido concebidas a partir de diferentes motivações.

Alguns povos indígenas têm desenvolvido parcerias com arqueóloga(o)s motivados pelo seu interesse em investigar arqueologicamente

¹⁵ Lamentavelmente, algumas dessas pesquisas arqueológicas envolvendo arqueólogos e indígenas geraram conflitos e oposições entre os arqueóloga(o)s, antropóloga(o)s, indígenas e poder público – relatos das situações e os posicionamentos dos pesquisadores podem ser vistos em Eremites de Oliveira (2007, 2016b), Fausto (2015), Moi e Morales (2010), Robhran-González (2006), Silva (2015b, 2015c, 2017), dentre outros.

suas histórias e seus lugares significativos, em um determinado território. Assim, eles buscam (re)ver paisagens, lugares e antigos assentamentos, entrando em contato com os sítios e materiais arqueológicos. Neste ínterim, são acionadas memórias, histórias e narrativas sobre ancestrais e personagens míticos, eventos e (des)encontros com outros povos indígenas. A materialidade arqueológica provoca inúmeras reações na(o)s indígenas, sendo que são produzidas diferentes percepções a medida que ela(e) s dela se apropriam. Para essas pessoas, os materiais arqueológicos objetivam diferentes agências humanas e não-humanas e remetem a diferentes temporalidades, do mesmo modo como os lugares e as paisagens onde eles estão depositados. Essas pesquisas têm permitido compreender a história de formação dos territórios indígenas, as suas formas de ocupação, manejo e apropriação de seus recursos pela(o)s indígenas. Elas têm mostrado o modo como a(o)s indígenas dão significado e elaboram formas de pertencimento a esses territórios, ou ainda, o palimpsesto de ocupações e reocupações dos territórios indígenas, e a coexistência de trajetórias históricas e culturais particulares. Ao mesmo tempo, elas permitem vislumbrar as percepções indígenas sobre as noções de tempo e espaço, história e memória. Em alguns contextos, essas arqueologias vêm ao encontro das demandas indígenas de afirmação de sua soberania sobre determinadas terras, sendo também apropriadas como uma forma de afirmar as histórias dos indígenas. E, finalmente, elas têm possibilitado compreender o modo como se entrelaçam as paisagens, os lugares, os materiais arqueológicos e as ontologias indígenas (p.ex. BESPALÉZ, 2013; CABRAL, 2014a, 2014b, 2015; GARCIA, 2017; GREEN et al., 2003; HECKENBERGER, 2001, 2003, 2005, 2008; JÁCOME; J. WAI WAI, 2020; MACHADO, 2013, 2016, 2017; J. MUNDURUKU et al., 2021; ROCHA, 2017; SILVA, 2013, 2014, 2015a; SILVA; GARCIA, 2015; SILVA; NOELLI, 2015, 2018; SILVA et al., 2010; WANDERLEY, 2016).

Povos indígenas que enfrentaram ou enfrentam processos de desterritorialização e invasão de suas terras veem na arqueologia uma aliada em suas demandas pelo reconhecimento e/ou (re)apropriação de seus territórios. Neste caso, eles se apropriam dos sítios e materiais arqueológicos e de lugares e marcos na paisagem, como testemunhos da sua ocupação histórica dos territórios, ou ainda, como índices da presença de seus antepassados, para a

reivindicação daqueles que foram perdidos. Essas pesquisas colaborativas mostram que a apropriação indígena desses elementos, frequentemente, é acompanhada de uma discursividade sobre o passado, a sua identidade indígena e o seu domínio ou pertencimento sobre/a determinadas regiões. Em alguns desses contextos de apropriação, inclusive, nem sempre os materiais encontrados nos contextos arqueológicos têm correspondência com aquilo que os povos indígenas ainda produzem, ou produziam, no passado. No entanto, ainda assim, eles são vistos por eles como coisas que dizem respeito à sua história e à sua herança cultural (p.ex. BESPÁLEZ, 2010, 2013, 2017; BORGES et al., 2016; MACHADO, 2017; RODRIGUES, 2013; SILVA et al., 2011; SILVA et al., 2010; WANDERLEY, 2013).

Nos processos de identificação, delimitação, (auto)demarcação e reclamação de terras indígenas, a colaboração entre indígenas e arqueóloga(o)s se torna, muitas vezes, crucial para se obter elementos que subsidiem as reivindicações dos povos indígenas¹⁶. Neste caso, as experiências colaborativas mostram que é muito importante o levantamento de evidências arqueológicas (do passado pré-colonial, histórico e recente), de lugares significativos e de paisagens culturais que atestem a presença indígena na área que está sendo reivindicada como um território de ocupação tradicional. Arqueóloga(o)s e indígenas se empenham em mostrar os marcos desta ocupação territorial e as formas tradicionais de uso do espaço e de exploração de recursos para a subsistência e produção da cultura material. Nestas pesquisas colaborativas, também são acionadas a memória e a tradição oral que têm um papel fundamental para que se possa compreender o modo como um povo indígena constrói o seu sentimento de pertencimento a um determinado território ou Terra Indígena. Além disso, se busca evidenciar como as coisas arqueológicas são apropriadas a partir dos regimes de historicidade e de conhecimento indígenas, para além das categorias analíticas dos arqueólogos a respeito dos conjuntos artefatuais arqueológicos (p.ex. DIAS; BAPTISTA da SILVA 2013; EREMITES de OLIVEIRA, 2007, 2013, 2016b; GARCIA, 2020; MACHADO, 2017; SILVA, 2013; SILVA et al., 2010).

¹⁶ É importante dizer que vivenciamos situações de demarcação ou de invasão de terras indígenas, em nosso país, nas quais a colaboração foi estabelecida entre os interesses privados (p.ex. fazendeiros, grileiros) e os arqueólogos; isto foi denunciado por alguns pesquisadores (p.ex. EREMITES de OLIVEIRA, 2013)

As experiências colaborativas que subsidiaram o texto acima foram ou vem sendo desenvolvidas por arqueóloga(o)s inserida(o)s, principalmente, no âmbito da arqueologia acadêmica. Elas contemplam diferentes realidades e povos indígenas, tendo sido conduzidas nas mais diferentes regiões do país. O que se pode depreender dessas experiências é que os agentes – arqueóloga(o)s e indígenas – envolvidos nessas práticas definiram, situacionalmente, o que pretendiam com a pesquisa e a experiência colaborativa. Inclusive, em alguns casos, a colaboração de fato só aconteceu quando a(o)s indígenas passaram a vislumbrar na pesquisa arqueológica um caminho possível de enfrentamento de suas demandas específicas. Em outras palavras, quando a pesquisa arqueológica passou a fazer sentido para as suas vidas.

Um exemplo disso foi o que aconteceu na T.I. Lalima, município de Miranda, no Mato Grosso do Sul, durante a realização de uma pesquisa arqueológica que eu estava desenvolvendo junto com um grupo de aluna(o)s e indígenas, no ano de 2007. A partir de um certo momento, as atividades de campo foram redirecionadas para dar conta de demandas específicas do coletivo indígena de Lalima, e que era formado por pessoas dos povos Terena, Guaikuru, Kinikinau e Laiana. Algumas pessoas pediram que os marcos de suas antigas ocupações, localizadas fora dos limites da Terra Indígena, fossem identificados e georreferenciados pela equipe de arqueóloga(o)s, pois isto traria subsídios para as suas reivindicações territoriais¹⁷. Situação semelhante aconteceu na T.I. Kaiabi, nos municípios de Apiacás e Jacareacanga, no Mato Grosso, quando lideranças Kaiabi solicitaram que fossem pesquisadas, arqueologicamente, algumas das aldeias que constavam do laudo antropológico que havia sido realizado, nos anos de 1990, como subsídio do processo de delimitação da T.I. Kaiabi. Eles entendiam que isto reforçaria as suas demandas, naquele momento, pela demarcação definitiva da

¹⁷ É importante mencionar que enquanto realizávamos a pesquisa, o povo da T.I. Lalima começou a se organizar para solicitar à FUNAI a formação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de rever e ampliar os limites desta terra indígena. A mesma havia sido reduzida, desde a sua delimitação, no início do século xx, pelas investidas dos fazendeiros. Inclusive, anos antes do início de nossa pesquisa uma área de terra, denominada de Potreiro já havia sido retomada com a retirada de assentados do INCRA; detalhes desta história podem ser encontrados nos trabalhos de Bepalez (2010, 2017).

Terra Indígena (p.ex. BESPÁLEZ, 2010, 2017; SILVA, 2012; SILVA et al., 2010; STUCHI, 2010)¹⁸.

A partir das minhas experiências colaborativas com diferentes povos indígenas eu aprendi que a importância atribuída ao trabalho arqueológico e o interesse na colaboração, por parte desses povos, estava condicionada à apropriação que eles faziam dos dados arqueológicos e de nossas práticas na elaboração das suas traduções e significações do passado, no presente, e para o futuro (p.ex. SILVA, 2014, 2019; SILVA et al., 2010)¹⁹.

Na maioria das pesquisas elencadas acima, a arqueologia se tornou uma ferramenta nas lutas pela posse e soberania territorial de povos indígenas. A meu ver isso é mais uma demonstração de que esses povos se encontram em permanente estado de vulnerabilidade e sempre ameaçados de perder algo que lhes é fundamental: a terra.

Práticas ‘colaborativas’ no âmbito da arqueologia preventiva ou de contrato²⁰

No âmbito da arqueologia de contrato, as pesquisas colaborativas assumem uma conotação muito específica tendo em vista que neste contexto a identificação da(o) pesquisador(a) com o Estado e empreendedores afeta a disposição das comunidades e povos tradicionais no que se refere à colaboração. No geral, elas se caracterizam por situações de conflitos e de desencontros entre os interesses de empreendedores, órgãos governamentais, arqueólogo(a)s e povos indígenas e comunidades tradicionais.

Um caso que exemplifica esta situação foi o que ocorreu em 2004, quando 14 povos indígenas do Parque Indígena do Xingu invadiram e paralisaram as pesquisas relacionadas com os estudos de impacto ambiental

¹⁸ Tanto na T.I. Lalima, quanto na T.I. Kaiabi, os dados das pesquisas (etno)arqueológicas serviram de subsídio para os laudos antropológicos relativos aos pedidos desses povos indígenas pela ampliação e demarcação, respectivamente, dessas terras indígenas.

¹⁹ Trabalhos não colaborativos, e que poderiam ser mais bem definidos como etnografias arqueológicas, vêm sendo desenvolvidos no sentido de entender como determinados povos indígenas se relacionam com sítios e paisagens arqueológicas. Esses trabalhos mostram que determinados monumentos e paisagens (p.ex. missões jesuítas, Parque Nacional Bento Gonçalves) são apropriados por esses povos como lugares de histórias e memórias que, por sua vez, estão entremeadas por suas ontologias (p.ex. MARCHI; SILVA; DEZORDI, 2015; MEGA, 2015). Cabe lembrar que alguns antropólogos também desenvolveram reflexões sobre esses modos de apropriação indígena dos materiais e sítios arqueológicos (p.ex. ANDRELLO, 2005; GALLOIS, 1994; OLIVEIRA; FREIRE, 2005; VELDEN, 2018).

²⁰ Neste item eu reproduzo, adapto ou amplio vários trechos de artigos que já foram por mim publicados (p.ex. SILVA 2011, 2015b, 2015c, 2017).

para a construção da *PCH Paranatinga II*, no rio Culuene, alegando que estava sendo destruído o lugar sagrado onde havia ocorrido o primeiro *quarup*, nos tempos imemoriais. A pesquisa arqueológica conduzida pela empresa de consultoria arqueológica havia determinado que o empreendimento não afetaria este lugar significativo, pois o mesmo estaria localizado em área distante do empreendimento, uma informação que os povos indígenas contestavam e que gerou polêmicas entre indígenas, empreendedores e pesquisadora(e)s. Ou seja, a colaboração neste caso não foi efetivada, pois os povos indígenas se colocaram em franca oposição a(o)s pesquisadora(e)s e, por fim, obrigaram os empreendedores a subsidiar o “*Programa de Patrimônio Cultural da PCH Paranatinga II, Arqueologia Colaborativa/MT*” para a definição e delimitação das paisagens onde se encontram os lugares significativos conhecidos como *sagihengu* e *kamukuwaká* (MOI; MORALES, 2010; SILVA 2015b, 2015c, 2017).

Outro episódio envolveu os povos Mundurucu, Kaiabi e Apiaká atingidos pelo projeto do “*Complexo Hidrelétrico do Tapajós (PA/MT)*”, e que foi relatado pela imprensa, em abril de 2013. Segundo os relatos, a empresa de consultoria arqueológica que realizava, desde 2011, e a pedido dos povos indígenas, o projeto de pesquisa colaborativa com os povos Kaiabi e Apiaká, na área do canteiro de obras da (UHE) Teles Pires realizou uma intervenção arqueológica em um lugar considerado sagrado por esses povos indígenas. Nesta intervenção foram escavadas urnas funerárias que foram reclamadas pelo povo Mundurucu como parte de seu patrimônio cultural. Em carta enviada ao IPHAN, este povo indígena solicitou a imediata interrupção das pesquisas arqueológicas, pedindo ao Ministério Público que apurasse os fatos. Segundo relato da arqueóloga responsável pela pesquisa, as urnas se encontravam intactas e devidamente acondicionadas no Laboratório de Arqueologia da (UHE) Teles Pires, e o programa de pesquisa colaborativa estava aberto à participação dos Mundurucu tendo em vista que ela reconhecia que o “conhecimento tradicional da etnia certamente é fundamental para o encaminhamento de diversas questões aqui apresentadas” (www.sabnet.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=760, p. 6). Cabe destacar que os Mundurucu se recusavam a participar dos estudos de impacto ambiental e da pesquisa arqueológica colaborativa, por serem contra

o empreendimento. Para eles, participar da pesquisa, no âmbito dos estudos de impacto ambiental, poderia ser interpretado como a sua concordância com o empreendimento²¹. A FUNAI e o IPHAN reconheceram, em prol do direito democrático de manifestação indígena, a negativa do povo Mundurucu de participar da pesquisa arqueológica (Ofício nº 251/2013 DPDS-FUNAI-MJ e Ofício nº 0278-79-80/2013/CNA/Depam/IPHAN), e os empreendedores foram dispensados de realizar os estudos com este povo indígena (SILVA, 2015b, 2015c, 2017).

Ambos os acontecimentos geraram muitas controvérsias, manifestos e foram escritos vários trabalhos para relatar as circunstâncias que envolveram os mesmos e, também, para refletir criticamente sobre os procedimentos que foram adotados por pesquisadora(es), empreendedores e pelos órgãos governamentais de proteção aos povos indígenas e do patrimônio arqueológico para dar conta desta situação e protestos indígenas (FAUSTO, 2015; MOI; MORALES, 2010; PUGLIESI; VALLE, 2015). Na ocasião, me posicionei, dizendo que apesar dos órgãos públicos terem cumprido a legislação havia sido aberto um precedente para a alienabilidade das populações indígenas, no âmbito da legislação do licenciamento ambiental. A meu ver, em situações semelhantes outros povos indígenas poderiam ser simplesmente ignorados no seu direito de se posicionar contra empreendimentos que viessem a afetar as suas terras, ou ainda, de verem a sua vontade de não realização desses empreendimentos ser, de fato, desconsiderada no âmbito da legislação. Além disso, aponte a apropriação oportunista, por parte do Estado e dos empreendedores, sobre a ideia de ‘democratização’ do processo de licenciamento ambiental (SILVA, 2015b, 2015c). Cabe dizer que o contexto da (UHE) Teles Pires é um dos exemplos emblemáticos das políticas autoritárias governamentais em defesa de interesses econômicos e em detrimento dos direitos indígenas. Algumas das etapas das pesquisas relativas aos estudos de impacto ambiental foram realizadas sob a vigilância de escolta armada para conter os protestos de indígenas (p.ex. PUGLIESI; VALLE, 2015).

²¹ O povo Mundurucu desejava desenvolver uma pesquisa arqueológica colaborativa para acessar os lugares significativos relacionados com a sua trajetória histórica e cultural, mas não naquele contexto do empreendimento. Alguns indígenas manifestaram este desejo para mim e para meus alunos, na época em que realizávamos o projeto de pesquisa colaborativa na T.I. Kaiabi, limítrofe da T.I. Mundurucu (SILVA et al., 2010).



Francisco Stuchi, Capitão, Daeit Kaban Cinta Larga, Maria Inês Hargreaves. Etnoarqueologia no âmbito do licenciamento ambiental, T.I. Cinta Larga, 2011 (Foto: cortesia Francisco Stuchi)

Em ambos os casos, a colaboração se transfigurou em uma oposição entre arqueólogo(a)s, empreendedores e indígenas, certamente, porque a(o)s arqueólogo(a)s não estavam ali realizando uma pesquisa “*com, para e pelos povos indígenas*”, mas em última instância, para que a legislação fosse cumprida pelos empreendedores. Esta é a contradição absoluta da arqueologia colaborativa no âmbito do licenciamento ambiental e da arqueologia de contrato/preventiva.

Nos últimos tempos, algo importante que vem se configurando neste cenário que interliga empreendedores, arqueólogo(a)s e povos indígenas é o fato de que os últimos estão cada vez mais mobilizados para fazer valer os seus direitos, no âmbito dos procedimentos da legislação do licenciamento ambiental.

Em 2010, os povos Arara e Cinta Larga exigiram da FUNAI e do IPHAN a complementação dos estudos (etno)arqueológicos preventivos do projeto de “*Arqueologia Preventiva na Área de Influência Direta do Aproveitamento*

Hidrelétrico Dardanelos”, iniciado em 2007. A complementação dos estudos foi pedida depois que a empresa de consultoria arqueológica pôs à mostra determinados sítios e materiais arqueológicos (Dardanelos 1, 2 e 3) que foram reconhecidos por esses povos como sendo parte de seu patrimônio cultural. Assim, foi realizada uma pesquisa etnoarqueológica colaborativa junto com eles, sendo esta entendida pelos povos Arara e Cinta Larga como uma atividade de ‘resgate cultural’, de obtenção de dados fundamentais sobre a sua história de ocupação territorial e cultura material. Esses povos se utilizaram da pesquisa e da expertise do arqueólogo como meios para fortalecer a sua interlocução com os órgãos governamentais e os empreendedores, expondo as suas divergências e as consequências nefastas daquele empreendimento, nas suas vidas. Ao mesmo tempo, utilizaram os dados da pesquisa para subsidiar, na FUNAI, as suas reivindicações para ampliar os limites das suas terras. No entanto, mesmo em situações como esta, onde a proposta de pesquisa surgiu de uma demanda dos próprios indígenas, as contradições não deixaram de existir. Cabe dizer que enquanto a pesquisa estava em andamento, a (UHE) Dardanelos operava sem a licença ambiental de operação, pois ainda existiam pendências, por parte do empreendimento, no cumprimento das condicionantes do Plano Básico Ambiental (PBA). Cabe dizer que esta situação persistia até recentemente, por causa de pendências nos estudos arqueológicos e etnoarqueológicos (STUCHI, 2012; com. pessoal Francisco Stuchi, 2021).

Outro caso mais recente se refere às ações que estão sendo conduzidas pelo povo Wauja, em protesto aos impactos que as obras da BR-242/MT e da FICO²² (ferrovia transcontinental) terão sobre a região das nascentes do rio Xingu, território ancestral e paisagem cultural dos povos xinguanos. Trata-se da região onde estão localizados importantes lugares significativos denominados *kamukuwaká* e *sagihengu*, ambos tombados pela União, em 2015; trata-se de um desdobramento do fato que relatei acima. Esse povo indígena está solicitando o desenvolvimento de novos trabalhos de arqueologia, no âmbito

²² A ferrovia transcontinental está programada para atravessar a região das nascentes dos rios Xingu e Batovi. Os dois empreendimentos (BR-242/MT e FICO) estão sendo planejados para trazer o desenvolvimento de pólos agrários regionais (p.ex. Santiago do Norte, na região do rio Batovi), no entanto, eles irão acirrar o uso indevido das paisagens e dos recursos hídricos, nesta região (com. pessoal Patrícia Rodrigues-Niu, 2021).

dos processos de licenciamento ambiental da BR-242 e da FICO, e que incluam a pesquisa etnoarqueológica, sendo esta conduzida a partir do protagonismo indígena. Ele pede que, além do desvio do percurso da rodovia em relação à área tombada, se considere também outros lugares significativos que fazem parte da sua paisagem cultural, e que foram excluídos do processo de tombamento em 2010 – homologado em 2015 – estando, inclusive, localizados fora dos limites da Terra Indígena. Trata-se, por exemplo, dos lugares conhecidos como ‘aldeia das onças’, entre os rios Kuluene e Kurisevo e ‘pedra da anta’ e, também, os lugares de coleta de recursos naturais como, por exemplo, das conchas (*itywí*) empregadas na confecção de colares que são usados nos rituais de iniciação. Segundo o povo Wauja, esses lugares estão demasiadamente sujeitos às ações predatórias de não-indígenas (com. pessoal Patrícia Rodrigues-Niu, 2021)²³.

A perversão nesta conjuntura da legislação brasileira do patrimônio arqueológico e, mais especificamente, no âmbito do licenciamento ambiental, está no fato de que esta *ao fim e ao cabo* reforça uma assimetria de forças entre os povos indígenas que são afetados pelos empreendimentos e os demais agentes participantes nesta trama que envolve interesses econômicos, sociais, políticos e científicos (governos, pesquisadore(a)s, empreendimentos). Os povos indígenas, de fato, não são considerados como sendo a voz fundamental na tomada de decisões sobre a gestão do patrimônio cultural em suas terras. Os principais agentes citados nos textos referentes a esta legislação são o poder público, empreendedores e cientistas e, de forma coadjuvante, os povos indígenas; e nesta legislação são também incluídas as comunidades quilombolas (SILVA, 2011). No âmbito das políticas normativas para o Licenciamento Ambiental nas terras indígenas e quilombolas estão em vigor a Instrução Normativa FUNAI nº 02, de 27/03/2015 e a Portaria Interministerial nº 60, de 24/03/2015 que determinam os procedimentos administrativos a serem seguidos pelos órgãos governamentais no que se refere aos estudos a serem realizados nos processos de Licenciamento Ambiental. Essa legislação determina as ações e obrigações que devem ser

²³ Patrícia Rodrigues-Niu está desenvolvendo uma pesquisa de doutorado colaborativa com o povo Wauja sobre a sua paisagem cultural, no alto-Xingu. Esta tese está sendo desenvolvida, sob a orientação do Prof. Dr. Christopher Ball e minha co-orientação, no Departamento de Antropologia, da University of Notre Dame, EUA.

cumpridas por empreendedores e profissionais técnicos no que se refere aos estudos relativos aos impactos ambiental, social e cultural, nas áreas dos empreendimentos, bem como define a sistemática de apresentação dos resultados desses estudos às populações afetadas pelos empreendimentos e aos órgãos governamentais de fiscalização dos empreendimentos e de proteção dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Os estudos dos quais participei como consultora científica, nos anos de 2012-2014 foram disciplinados pelas diretrizes da Instrução Normativa FUNAI nº 01, de 09/01/2012 e pela Portaria IPHAN 230, de 17/12/2002, que estavam em vigor à época, sendo realizados a partir de Termos de Referência que estabeleciam as diretrizes das pesquisas, sendo que essas foram específicas para cada contexto. A competência para formular as diretrizes da pesquisa (etno)arqueológica era do IPHAN, que podia transferir esta responsabilidade para o empreendedor²⁴. Assim, na maioria das vezes, elas foram formuladas sem a participação dos povos indígenas, sendo aprovadas, unilateralmente, pelo IPHAN e pela FUNAI. Portanto, era subvertida a possibilidade de participação dos indígenas, no processo de licenciamento ambiental, pois o órgão governamental assumia uma postura autoritária e tutorial. Neste sentido, minhas poucas experiências como consultora de projetos de arqueologia preventiva, em terras indígenas, me deixaram cética quanto à possibilidade de se fazer arqueologia colaborativa nesses contextos. No entanto, me deixaram convicta de que se deve fazer ‘etnografias arqueológicas’ (HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009; HAMILAKIS, 2011) dedicadas à compreensão dos significados que essas populações atribuem, no presente, aos sítios e materiais arqueológicos. Este tipo de pesquisa é para mim crucial para se evidenciar os conflitos de representações sobre a materialidade arqueológica e sobre os ‘benefícios’ dos empreendimentos que perpassam todo e qualquer processo de Licenciamento Ambiental.

As pesquisas arqueológicas colaborativas que têm sido realizadas sejam para cumprir a legislação ambiental, sejam para atender as demandas dos povos indígenas, estão revelando as contradições que estamos vivendo no que

²⁴ Nestes dois casos coube a mim como consultora científica definir as diretrizes da pesquisa e redigir os Termos de Referência, sendo que eu procurei reproduzir o mesmo protocolo metodológico de minhas pesquisas acadêmicas. Tanto a FUNAI como o IPHAN aprovaram este protocolo e os empreendedores foram obrigados a atender minhas demandas de pesquisa.

se refere à gestão do patrimônio arqueológico, no âmbito do Licenciamento Ambiental. Por um lado, se mercantiliza o patrimônio arqueológico que, por pressuposto, está relacionado às trajetórias históricas e culturais dos povos indígenas e, por outro, se aliena esses povos das decisões sobre os empreendimentos econômicos que serão realizados em suas terras e que irão afetar este patrimônio arqueológico. Assim, eles acabam tendo de se apropriar de um instrumento definido pelo Estado, e levado a cabo pela(o)s arqueólogos financiados pelo empreendedor – i.e. os estudos de arqueologia preventiva – para fazerem valer os seus direitos ao acesso e proteção deste seu patrimônio cultural (p.ex. FERREIRA, 2013; SILVA, 2015b, 2015c; 2017).

Reflexões sobre as práticas colaborativas com povos indígenas e outras questões

Na atualidade, cada vez mais, os povos indígenas estão se mobilizando para a realização de pesquisas arqueológicas colaborativas em suas terras. Neste sentido, cabe a nós arqueóloga(o)s nos dedicarmos para que elas não se tornem apenas mais um jargão arqueológico, no âmbito das pesquisas acadêmicas, ou uma expertise arqueológica, a serviço da lógica desenvolvimentista capitalista, no âmbito da arqueologia de contrato/preventiva. É preciso que elas sirvam, de fato, para compreender as relações, no presente, que esses povos estabelecem com o que se convencionou chamar de patrimônio arqueológico. Ao mesmo tempo, que essas arqueologias possibilitem entender como essas relações se traduzem nas suas trajetórias históricas e nos seus processos de continuidade e transformação social e cultural. É necessário fazer uma reflexão crítica permanente sobre as conjunturas em que tais práticas são conduzidas pela(o)s arqueóloga(o)s no sentido de denunciar as assimetrias e contradições inerentes à gestão do patrimônio arqueológico, na contemporaneidade, em nosso país e, espacialmente, nas terras indígenas.

No Brasil de hoje, diante da conjuntura que estamos vivendo, no âmbito das políticas econômicas e ambientais e dos trâmites da legislação sobre as terras indígenas e do patrimônio arqueológico, é urgente esta reflexão e, também, uma ação efetiva. Os pronunciamentos de diferentes lideranças políticas dão a entender que os povos indígenas não precisam de mais terras, mas sim, devem ser incentivados a produzir economicamente naquelas que já possuem

para, paulatinamente, se integrarem como mais uma força de trabalho produtiva, na sociedade nacional. Em 2017, no governo de Michel Temer, o então Ministro da Justiça, Torquato Jardim ao se encontrar com lideranças indígenas Terena, Kinikinau e Kadiwéu fez o seguinte comentário:

“É preciso estabelecer uma relação econômica de custo benefício com a terra que justifique vocês indígenas permanecerem nela. Será que é só terras que vocês precisam? A solução pode ser não mais terras no sentido físico. Pode ser bolsa de estudos em escolas técnicas, inseri-los no mercado de trabalho para serem parte do século XXI. Precisamos parar de pensar a terra pela terra. A negociação de vocês com o Congresso Nacional e com o orçamento sempre muito apertado do Ministério da Justiça pode não estar mais baseado na terra física, mas em grãos para a produção agrícola de grande escala, em implementos agrícolas, em agroindústrias” (agosto de 2017)²⁵.

Lembremos que este projeto assimilacionista para os povos indígenas vem de longa data na história do Brasil, sendo a política indigenista um exemplo de operacionalização do mesmo (p.ex. SOUZA LIMA, 1992). Em alguns de meus trabalhos tenho salientado que as políticas desenvolvimentistas dos governos republicanos sempre defenderam a interiorização do país e a anexação dos territórios indígenas e, por isso, as terras indígenas e os seus processos demarcatórios sempre se constituíram um problema para o Estado brasileiro (p.ex. Silva 2015b, 2015c, 2021). Neste sentido, penso que é importante reforçar o termo território ao se tratar das terras indígenas, pois não se trata de “terras no sentido físico” como disse o ex-Ministro, mas de espaços construídos e significativos com os quais os povos indígenas têm laços de pertencimento, sendo esses construídos ao longo de uma vivência nessas terras. Nos últimos anos, não foram poucos os esforços de segmentos dos poderes estatais e/ou da sociedade civil para questionar e deslegitimar a preeminência dos direitos indígenas sobre essas terras. A ‘tese do marco temporal’²⁶ que impõe limites temporais para a

²⁵ Lembremos, também, do discurso do presidente Jair Messias Bolsonaro, na Assembleia da ONU, em 24/09/2020, quando ele afirmou que não haveria aumento nas demarcações de terras indígenas, no Brasil.

²⁶ Tese que limita a demarcação de terras indígenas àquelas áreas que estariam ocupadas pelos coletivos indígenas, em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal; para mais explicações vide os trabalhos de Lewandowski et al. (2017) e Carneiro da Cunha; Barbosa (orgs.) (2018).

demarcação de novas terras indígenas é um exemplo de até onde pode chegar a cobiça econômica e o desrespeito aos direitos dos povos indígenas, e à própria Constituição.

Temos visto políticos reacionários e representantes de interesses econômicos privados se fortalecerem e se empenharem em elaborar propostas revisionistas do texto constitucional, numa tentativa escancarada de alijar os coletivos indígenas e outros coletivos vulnerabilizados deste país, de seus direitos adquiridos, a partir da Constituição de 1988. Neste contexto, se inserem o desmantelamento da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), a tolerância para com o ingresso de missões religiosas e catequistas nas terras indígenas, as tentativas de tirar de ação as ONGS que atuam junto aos povos indígenas e os confrontos entre indígenas e Governo por causa do Projeto de Lei nº490, e de outros Projetos de Lei a ele apensados, que buscam rever as competências e critérios a serem adotados no âmbito das identificações e demarcações das terras indígenas, bem como da exploração das mesmas, em termos de atividades florestais e agropecuárias – todos eventos que ocorreram durante o governo de Jair Messias Bolsonaro.

Crescem a cada dia os conflitos nas terras indígenas e áreas de entorno. Conflitos que se traduzem na violência da prática de grilagem, no crescimento ilegal da exploração de madeira e do garimpo, bem como no avanço desenfreado do agronegócio para dentro dos limites dos territórios indígenas. Neste cenário, o ataque ao meio ambiente é notório e se torna ainda mais evidente quando se considera os grandes empreendimentos hidrelétricos e a mineração (em grande e pequena escala), nos limites e/ou interior das terras indígenas e das áreas de proteção ambiental (p.ex. ZHOURI (ed.), 2011).

Penso que os avanços da Constituição, de 1988, e a consolidação do Estatuto do Índio (1973) foram decisivos para a garantia de direitos indígenas. No entanto, penso que ainda precisamos aprimorar uma legislação mais específica e que defina de forma mais adequada – i.e. em termos contextuais – os parâmetros das práticas arqueológicas e da proteção do patrimônio arqueológico em territórios indígenas. Inclusive, para elaborar tal legislação deveríamos refletir melhor sobre a própria noção de patrimônio

arqueológico e, principalmente, ouvindo os povos indígenas²⁷ (p.ex. BEZERRA, 2012; SILVA, 2011).

Como mostrei anteriormente, a mobilização dos povos indígenas já se fez sentir nos contextos dos empreendimentos da (PCH) Paranatinga II (MT), da (AHE) Dardanelos (MT), do Complexo Hidrelétrico do Tapajós (PA/MT), de construção do complexo de usinas hidrelétricas no rio Teles Pires (MT) e da BR-242. Acrescento a esta lista, o empreendimento da (UHE) Belo Monte (PA) que gerou muitas críticas e mobilização dos povos indígenas que vivem nas terras localizadas nos municípios de Altamira e Senador José Porfírio²⁸. Além disso, nos últimos anos, tem crescido a participação indígena em diferentes eventos científicos de arqueologia realizados em nosso país: 1) no *xiii Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira* realizado na cidade de Campo Grande, em setembro de 2005, onde lideranças e intelectuais indígenas palestraram no *Fórum Indígena*; 2) no *I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico* realizado na cidade de Manaus, em novembro de 2007, no qual lideranças e intelectuais indígenas dos povos Mehinaku, Kuikuro e Baniwa expuseram suas reivindicações na mesa temática *Preservação do Patrimônio Arqueológico em Terras Indígenas*; 3) no *xv Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira* realizado na cidade de Belém, em setembro de 2009, onde uma liderança do povo Kaiabi foi debatedor no painel *Arqueologia, Multiculturalismo e Multivocalidade: Desafios para o Século XXI*; 4) no *I e II Seminário Internacional da Temática Indígena* realizados, respectivamente, em Porto Alegre e Pelotas, nos anos de 2010 e 2012, para os quais foram convidados vários intelectuais indígenas como palestrantes e debatedores nas diferentes mesas temáticas sobre arqueologia, antropologia, educação e legislação;

²⁷ O Centro Nacional de Arqueologia (CNA), na gestão da Dr^a Maria Clara Migliaccio, implementou algumas medidas, no âmbito da Arqueologia Preventiva, para a realização de pesquisas etnoarqueológicas e colaborativas em contextos de empreendimentos econômicos que afetam territórios indígenas; no ano de 2007. Atualmente, Francisco Forte Stuchi, funcionário do IPHAN, está desenvolvendo a tese de doutorado intitulada *“Licenciamento Ambiental, Arqueologia e Territórios Indígenas em Mato Grosso: Patrimônio Cultural ou Despojos de Guerra”*, com o objetivo de fazer uma análise detalhada da legislação sobre o licenciamento ambiental, bem como de avaliar criticamente a sua aplicabilidade e eficácia no âmbito dos atuais processos de licenciamento ambiental em terras indígenas. Esta tese está sendo desenvolvida, sob minha orientação, no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

²⁸ É importante dizer que para a realização deste empreendimento não foi exigido, por parte do IPHAN, a realização de pesquisas (etno)arqueológicas colaborativas com nenhuma das populações indígenas, direta ou indiretamente, afetadas pelas obras da (UHE) Belo Monte.

5) no *Simpósio Arqueologia, Memória e História Indígena* realizado em Florianópolis, em 2012, onde representantes indígenas participaram dos debates nas mesas redondas e conferências; 6) em *Congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira* (2013, 2017, 2019) nos quais intelectuais indígenas foram convidados como palestrantes, ou se inscreveram para a apresentação de trabalhos²⁹. Cabe lembrar, ainda, que nos últimos anos, indígenas têm ingressado nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Arqueologia, buscando uma formação acadêmica e profissional.

Tais ações e participações evidenciam que os povos indígenas estão cada vez mais preocupados com o destino de suas terras e com o futuro das próximas gerações. Neste contexto de incertezas, eles têm vislumbrado na arqueologia e, especialmente, nas pesquisas colaborativas mais um caminho para reafirmar a sua autodeterminação e garantir a soberania sobre os seus territórios.

Outras arqueologias, práticas etnográficas e colaborações

No Brasil, arqueóloga(o) também têm desenvolvido pesquisas com outras populações ou comunidades (p.ex. quilombolas/afrodiáspóricas, camponesas, sertanejas, ribeirinhas, caiçaras, caboclas, pescadoras), nas mais diferentes regiões, e a partir de distintas práticas arqueológicas (p.ex. etnografia arqueológica, arqueologia etnográfica, arqueologia do presente, arqueologia pública, arqueologia comunitária, arqueologia colaborativa) que envolvem a prática etnográfica e/ou uma relação de interlocução e colaboração com as pessoas do lugar. Algumas dessas pesquisas investem na observação e imersão etnográficas, enquanto outras se dedicam à pesquisa da história oral e da memória social, utilizando estratégias metodológicas quantitativas e qualitativas de investigação (p.ex. questionários, entrevistas estruturadas ou semi-estruturadas, pesquisa documental e audiovisual).

Alguns projetos desenvolvidos por equipes de pesquisadora(e)s têm como pressuposto a interlocução com as pessoas que vivem nos lugares onde as

²⁹ Tais eventos científicos foram citados porque eu deles participei como palestrante e/ou ouvinte, sendo que eles representam apenas uma mostra da atuação dos indígenas, no meio científico-acadêmico, no que se refere à produção de conhecimento e gestão sobre/do patrimônio arqueológico em suas terras.

pesquisas arqueológicas estão sendo conduzidas e, em alguns casos, esta interlocução é determinante do modo de conduzir tais pesquisas. Outros, também se empenham na realização de atividades educativas e interativas (p.ex. sítios-escola, oficinas, exposições), em parceria com as pessoas das comunidades, tratando de diferentes questões da arqueologia. Essas pesquisas têm gerado interessantes dados contextuais e uma reflexão crítica sobre diferentes temas de interesse arqueológico como, por exemplo: a relação das pessoas com as paisagens, lugares significativos, materiais e sítios arqueológicos; os diferentes modos de apropriação das coisas arqueológicas pelas pessoas, no presente; os distintos modos de conhecer o passado, no presente; as várias possibilidades de gestão do que se convencionou chamar de patrimônio arqueológico.

Sobre pessoas e coisas arqueológicas

Alguns trabalhos têm mostrado como as pessoas colecionam, guardam e/ou utilizam determinados materiais arqueológicos que se encontram nos sítios arqueológicos (p.ex. moedas, fragmentos e apêndices cerâmicos, lâminas de machados). Ou seja, como fragmentos e apêndices cerâmicos se tornam brinquedos para as crianças, lâminas de machados são utilizadas como peso de porta, papel ou balança, vasilhas e urnas cerâmicas se tornam vasos de flores ou recipientes para conter diferentes substâncias. Além disso, como essas coisas que são guardadas ou colecionadas passam por um verdadeiro processo de curadoria, sendo higienizadas, organizadas e expostas com destaque e reverência pelas pessoas nas casas, escolas, associações, museus comunitários. Esses trabalhos mostram que tais práticas de guardar ou de reutilizar as coisas arqueológicas podem ser compreendidas enquanto formas específicas (locais) de preservar e de atribuir significado aos materiais arqueológicos. Como esse colecionamento e uso está relacionado com os processos de aferição de identidades e de percepção de alteridades (p.ex. indígena, não-indígena; do lugar, forasteiro, de outro lugar). Como essas práticas sociais evidenciam as representações que as pessoas têm sobre esses materiais e sobre aqueles que os produziram e utilizaram, no passado (p.ex. moedas dos portugueses, moedas dos índios, cerâmicas dos índios, cerâmica quilombola), e a agência que essas coisas exercem sobre as pessoas,

acionando histórias e memórias. Ao mesmo tempo, como elas revelam as sensibilidades das pessoas, na contemporaneidade, sobre as coisas do passado, ou ainda, como se processa a experiência sensorial (p.ex. tato) das pessoas, com as coisas do passado. E, finalmente, como essas práticas de guardar, colecionar e usar as coisas arqueológicas revelam o tipo de valor que as pessoas atribuem a essas coisas (p.ex. turístico, econômico, artístico, memorial, afetivo) e, até mesmo, de não-valor (p.ex. BEZERRA, 2011, 2013, 2017, p. 49-68; CARNEIRO, 2014; JACQUES, 2013).

Outros trabalham com as apropriações da arqueologia no cotidiano das pessoas, por um lado, evidenciando os modos e os estilos de representação do conhecimento que é produzido pela disciplina e, por outro, mostrando a incorporação da iconografia e dos objetos arqueológicos nos objetos mundanos (p.ex. cabines telefônicas, calçamentos) e artesanatos locais. Eles tratam das formas de comodificação do passado arqueológico e, neste caso, buscam mostrar quais são os signos arqueológicos que são, preferencialmente, apropriados pelas pessoas (p.ex. cerâmica e iconografia marajoara) para se tornarem mercadorias, bem como a diversidade de suportes e técnicas que são usados na sua (re)produção (p.ex. BARRETO, 2013; SCHAAN, 2013). Alguns desses trabalhos trazem reflexões sobre a agência dos objetos artesanais, mostrando que eles encantam suas audiências, se tornam objetos mnemônicos e reúnem pessoas em torno de si (p.ex. comerciantes e artesãos). Além disso, eles mostram como os artesãos, através dessas suas produções e recriações dos materiais arqueológicos criam conexões entre o passado e o presente (p.ex. BEZERRA, 2014, 2020).

O que se depreende das contribuições de todos esses trabalhos é que essas diferentes apropriações das coisas arqueológicas, em última instância, dizem respeito aos modos como as pessoas dão 'outros' significados a esses índices do passado, no presente, e de como eles atuam no estabelecimento de relações, entre este passado e o presente, de cada pessoa. Um aspecto interessante desses trabalhos é que eles evidenciam que as coisas arqueológicas são entremeadas entre si e com outras coisas não-arqueológicas e, portanto, com outras histórias, memórias, sentidos e significados. Esses trabalhos ensinam que o que se chama de patrimônio arqueológico são coisas que acumulam significados e que atizam os sentidos, que elas são – como

diria Ingold (2014) – agregados de emoções, feixes de relações e de experiências vividas. Além disso, eles chamam a atenção para a normatização e o conservadorismo do “discurso autorizado do patrimônio” que esvazia esses significados e sentidos e não reconhece essas outras formas de relações com as coisas arqueológicas, e também, adjetiva como ilegítimos esses outros modos de se conhecer essas coisas (p.ex. BEZERRA, 2017, p. 12-14).

Sobre paisagens, lugares, estruturas e edificações

Outros trabalhos tratam do modo como paisagens, lugares, estruturas e edificações ocupados e/ou manejados no passado são reocupados e ressignificados pelas pessoas, no presente. Eles mostram, por exemplo, que as pessoas dão continuidade aos processos de manejo de espécies vegetais nas matas antropogênicas, estabelecem seus assentamentos e fazem suas roças sobre sítios arqueológicos e/ou áreas de terra preta antropogênica, se apropriam de edificações e estruturas arqueológicas e exploram recursos nos lugares de atividades e ocupação de populações arqueológicas (p.ex. AGOSTINI, 2019; ALMEIDA 2012, 2021; CARVALHO, 2012, 2018; FREITAS, 2019; JACQUES, 2015; MACHADO, 2009, 2010). Eles exploram o modo como novos significados são atribuídos a determinadas edificações e estruturas, fazendo com que seus espaços sirvam a outras atividades (p.ex. práticas religiosas, visitação turística) não relacionadas com a sua função original e, às vezes, tentando produzir um esquecimento do seu uso de outrora (p.ex. AGOSTINI, 2019; LOPES; PORTAL, 2018). Ou ainda, mostram que nem sempre aquelas pessoas que reocupam essas paisagens, lugares, estruturas e edificações arqueológicas têm ou estabelecem uma relação histórica ou cultural com os seus antigos habitantes e usuários, mas apesar disso, essas materialidades são uma referência para as suas vivências, no presente, elas adentram em suas vidas (BEZERRA, 2011, 2017, p. 16-42). Eles evidenciam, também, como as pessoas estabelecem relações de (não)pertencimento às paisagens, lugares, estruturas e edificações arqueológicas e, a partir disso, constituem territórios de memórias, de vivências, ou até mesmo de evitação, no presente. Ou seja, como (des)afetos, histórias e memórias são acionados a partir da relação das pessoas com essas paisagens, lugares estruturas e edificações, e como isso as conecta com pessoas de outras gerações, outros tempos (ALMEIDA 2012,

2021; ARCURI; COSTA 2020; CARVALHO, 2012, 2018; FREITAS, 2019; JACQUES, 2015; MELLO; CASTRO, 2016). Eles tratam dos modos de habitar as paisagens, os lugares, as estruturas e as edificações, pelas pessoas, no presente, mostrando como esses modos são entremeados pelas suas ontologias e histórias, colocando em relação diferentes tipos de pessoas e, também, diferentes temporalidades e espacialidades (p.ex. GOMES, 2020; HARTEMANN, 2019; HARTEMANN; MORAES, 2018; MACHADO, 2012, 2014; POUGET; RAMOS, 2014).

Todos esses trabalhos me fazem lembrar que uma paisagem tem temporalidade, pois é uma construção em movimento (*taskscape*) e, ao mesmo tempo, um registro e testemunho de vidas e atividades de gerações passadas que tenham vivido nela e, assim fazendo, tenham deixado alguma coisa de si nesta paisagem (p.ex. INGOLD, 2000, p. 189-208). Ao mesmo tempo, eles mostram que lugares, estruturas e edificações podem ter diferentes significados e biografias e que eles podem conter muitas histórias e memórias. Ou ainda, que os lugares são espaços de pertencimento, são significativos e persistentes e, também, são constituídos de temporalidade. E, finalmente, que paisagens, lugares, estruturas e edificações tornam tangíveis e/ou sensíveis, as ontologias e sabedorias ancestrais (p.ex. BOWSER; ZEDEÑO (eds.), 2009).

Sobre as coisas do presente

Trabalhos vêm sendo realizados no sentido de compreender a relação entre pessoas e coisas, no presente. Assim, são estudados como se produzem, usam e comercializam determinados artefatos (p.ex. vasilhas cerâmicas, panelas de pedra sabão), mostrando os seus ciclos de vida e genealogia. Além disso, são evidenciados os mecanismos e as razões (p.ex. sociais, econômicas, identitárias) que estão imbricados nas permanências e transformações desses saberes e usos locais. Esses trabalhos mostram como os processos técnicos e os artefatos que deles resultam são índices de modos de vida e de relações entre pessoas, tanto no passado, como no presente. Ou ainda, como as técnicas e os objetos corporificam identidades, histórias e memórias e são referências, para as pessoas, de seu lugar no mundo (p.ex. AMARAL, 2018; BANDEIRA 2018; MELQUÍADES DE SOUZA 2012, 2017). Nesta perspectiva de estudar as coisas no presente, também são

desenvolvidos trabalhos que se dedicam a compreender os modos de apropriação e uso de coisas industrializadas. Neste caso, o foco da investigação está no uso, na reciclagem e no reuso dessas coisas e, também, na compreensão dos padrões de consumo, em escala local e no contexto da globalização (p.ex. ABREU e SOUZA, 2015). Outros trabalhos se dedicam a entender a fluidez da vida e das relações entre pessoas, coisas, materiais e outros seres vivos e, neste caso, buscando compreender como todos esses entes atuam neste processo relacional. Nesses trabalhos se dá destaque aos materiais, às suas características e ao modo como essas características são apreendidas pelas pessoas nesse processo relacional e, também, como elas interferem nas relações entre as pessoas e os demais entes, isto é, quais são os seus efeitos nesse processo relacional (p.ex. L. SILVA, 2015, 2017, 2019).

Esses trabalhos se debruçam sobre as histórias de vida e a vida social das coisas (comercializadas, comercializáveis e de uso próprio) e, também, sobre os diferentes aspectos contextuais e situacionais que estão implicados na atribuição de significados, pelas pessoas, às coisas e, especialmente, às coisas ditas mundanas (p.ex. APPADURAI, 1986; LEMONNIER, 2013). Alguns, dão ênfase à agência das coisas e argumentam pela simetria entre pessoas e coisas, concordando com as proposições da arqueologia simétrica (p.ex. WITTMORE, 2018). Aqueles trabalhos que dão relevância aos materiais enfatizam uma arqueologia sensorial e reconhecem a habilidade da matéria de atuar e de ativar outras ações (p.ex. HAMILAKIS, 2015; INGOLD, 2012). A meu ver, todos esses trabalhos redefinem a arqueologia como uma ciência que estuda a materialidade em diferentes tempos e lugares.

Sobre as colaborações

Os trabalhos que envolvem a colaboração com as comunidades (p.ex. ribeirinhas, afrodiáspóricas/quilombolas, camponesas) têm uma preocupação de sensibilizar as pessoas para a preservação do patrimônio arqueológico. Em alguns desses trabalhos se utiliza a prática etnográfica para acessar os saberes locais (p.ex. modos de ocupação do espaço, formas de produção e manejo de recursos, tecnologias de produção e uso da cultura material) e as representações das pessoas sobre os materiais e sítios arqueológicos e sobre aqueles que os produziram e utilizaram. Outros, buscam

desenvolver uma pesquisa arqueológica embasada nas comunidades, realizando atividades coletivas e colaborativas (p.ex. oficinas, sítios-escola, debates, seminários, exposições, *surveys*), dando atenção às demandas sociais, econômicas e políticas elencadas pelas pessoas e, em alguns casos, lançando mão das estratégias da educação patrimonial para dialogar sobre as questões relativas ao patrimônio arqueológico; essas pesquisas são realizadas a partir de diferentes perspectivas de colaboração (p.ex. ATALAY 2012:49-50).

Essas pesquisas mostram que a relação das comunidades com os sítios e os materiais arqueológicos é extremamente diversificada, sendo fundamental a interlocução com as pessoas. Algumas comunidades se apropriam dos materiais arqueológicos como mediadores na construção das relações de identidade e alteridade, sendo que os mesmos acionam memórias e histórias sobre pessoas e lugares (p.ex. GOMES et al., 2014; LIMA et al., 2020; MAGESTE et al., 2018). Em alguns casos, os vestígios arqueológicos se tornam referências de saberes e fazeres tradicionais, e os sítios e as paisagens acionam nas pessoas sentimentos de pertencimento a um determinado lugar ou território (p.ex. BANDEIRA, 2018; JACQUES, 2013). Outras comunidades veem os materiais arqueológicos como índices da presença ancestral de outrem (p.ex. indígenas, visagens). Isto, por um lado, pode resultar em curiosidade e na elaboração de histórias sobre tais materiais e sobre aqueles aos quais eles se referem, ou por outro, pode levar ao distanciamento, pouco interesse ou uma convivência naturalizada com os mesmos (GOMES et al., 2014; ROCHA et al., 2014). Alguns trabalhos mostram que há populações que vivem em situação de insegurança fundiária e invisibilidade social em determinadas áreas e que, por isso, veem nos materiais arqueológicos uma ameaça à sua posse da terra. Algumas vezes, tais materiais acionam memórias que remetem às relações de conflitos dessas comunidades com povos indígenas, no passado. Neste caso, pesquisadora(e)s sugerem substituir o termo ‘registro’ arqueológico por ‘recurso’ arqueológico na medida em que a pesquisa arqueológica pode contribuir na garantia da manutenção dos territórios das comunidades tradicionais (ROCHA et al., 2014).

Nas comunidades, é comum as pessoas coletarem e guardarem os materiais arqueológicos, sendo que muitas delas veem neles um potencial

turístico e, em parte, a formação de coleções e a sua guarda em diferentes locais (p.ex. museus, associações, escolas, casas) estão relacionadas com esta perspectiva de aproveitamento do patrimônio arqueológico; há situações, inclusive, de venda de materiais arqueológicos (p.ex. LIMA et al., 2013). Em vários desses trabalhos, se observa que o conhecimento arqueológico é apropriado pelas comunidades como ferramenta nas suas lutas políticas e, também, como estratégia para dar conta das suas demandas sociais e econômicas (MAGESTE et al., 2018; LIMA et al., 2013; LIMA et al., 2017; LIMA et al., 2020; GOMES et al., 2014).

Um aspecto que considero importante sobre esses trabalhos é que eles trazem não apenas uma perspectiva de arqueologia colaborativa, mas também, de arqueologia ativista – algo que também está sendo defendido por arqueóloga(o)s, em outros países, e que está se tornando um campo de ação na disciplina (p.ex. ATALAY et al., 2014; STOTTMAN, 2010).

Uma breve reflexão:

A meu ver todos esses trabalhos que vêm sendo realizados no âmbito dessas arqueologias colaborativas, e que envolvem práticas de escuta/observação etnográfica trazem de forma explícita ou implícita questionamentos importantes sobre a gestão do patrimônio arqueológico, em nosso país: *preservar o que? preservar para quem? preservar por que? preservar como? quem deve preservar?* Eles mostram que é preciso tratar com mais acuidade a oposição entre a apropriação e/ou o colecionamento dos materiais arqueológicos, por parte das comunidades locais, e a preservação oficial do patrimônio arqueológico. Ou seja, que é preciso vislumbrar as muitas outras formas de fruição com o passado, para além da norma da preservação definida pelo Estado e pela expertise arqueológica. Esses trabalhos também mostram que o conhecimento (do) arqueológico não pressupõe, necessariamente, o seu desvelamento a partir da investigação e interpretação realizada pelo(a) especialista e, nem tampouco, implica sempre na escavação e nos tratamentos curatoriais próprios da disciplina. Afinal, os materiais arqueológicos, enterrados ou não, são significativos para várias outras pessoas, cuja apropriação implica em outras formas de conhecer, imaginar e experienciar o mundo e as coisas materiais.

Esses trabalhos também apontam para a importância da prática etnográfica e/ou do diálogo com diferentes coletivos de não-arqueólogos para a produção do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico e sua gestão. A interação da(o)s arqueóloga(o)s com as pessoas do lugar permite expandir os olhares sobre as coisas arqueológicas, pois chama a atenção para aspectos da realidade que não poderiam ser contemplados sem esta prática, e estabelece uma outra dinâmica para o processo interpretativo. A prática etnográfica e a colaboração permitem avançar na direção de uma prática arqueológica multivocal, relativizando, desestabilizando e ‘colocando em xeque’ a preeminência da(o)s arqueóloga(o)s no que se refere ao conhecimento sobre o passado e, também, do Estado no que tange à implementação de políticas públicas sobre as heranças do passado. Além disso, as arqueologias do presente e do mundo contemporâneo esgarçam o universo de investigação e a capacidade de reflexão da disciplina sobre a materialidade, pois possibilitam que arqueólogo(a)s possam pensar sobre o entrelaçamento entre as pessoas, as coisas, os materiais e as substâncias, no presente, e a partir de um universo muito amplo de conexões e sensações; e isso, certamente, permite que agucemos ainda mais a nossa sensibilidade arqueológica para a materialidade.

Todas essas pesquisas, mais uma vez, confirmam que aquilo que nós arqueólogo(a)s definimos como ‘arqueológico’ pode ser muitas outras coisas e ter significados muito diversos para outras pessoas, em outros tempos e lugares. Elas mostram, *ao fim e ao cabo*, que a arqueologia, no Brasil, é uma arqueologia de pessoas indígenas, afrodiáspóricas, sertanejas, ribeirinhas, pescadoras e de outros tantos coletivos que quase sempre são desrespeitados e, especialmente, por aquelas pessoas que promovem a retórica do multiculturalismo.

Arqueologias, pessoas, coisas arqueológicas

Essas arqueologias que se valem da prática etnográfica e da colaboração com outros coletivos de ‘não-arqueólogos’ nos permitem compreender que as ‘coisas arqueológicas’ não são ‘resíduos’ de um tempo, ou de uma história e que foram ‘depositados’, no passado, mas antes, são ‘coisas

persistentes’ que *‘continuum*’, no presente, se constituindo de distintas temporalidades e relacionadas com diversas historicidades (p.ex. HAMILAKIS, 2011; INGOLD 2000, 2010).

É justamente essa persistência das coisas arqueológicas que tem levado à necessidade de se estabelecer o diálogo entre arqueólogo(a)s e outros coletivos interessados nessas materialidades, bem como tem motivado arqueólogo(a)s a se dedicarem à realização de uma ‘observação-escuta’ etnográfica. Cada vez mais essas diferentes vozes interessadas no ‘patrimônio arqueológico’ têm trazido demandas para a disciplina arqueológica, e provocado disputas no que se refere a preeminência e autoridade de um único discurso (científico) sobre todos os demais, a respeito dessas ‘coisas do passado’. Assim, nesses tempos, a arqueologia começa a ser definida não apenas “como o estudo dos remanescentes materiais do passado, mas como um modo particular de investigação sobre as relações entre as pessoas e os seus passados” (HODDER, 2003, p. 62).

Há mais de trinta anos, o arqueólogo Robert Layton editou um livro intitulado “*Who Needs the Past? Indigenous Values and Archaeology*”. Nesta coletânea de artigos já se buscava mostrar que o conhecimento sobre o passado não é uma preocupação exclusiva de arqueóloga(o)s, e que as razões para registrar e preservar o que chamamos de ‘patrimônio arqueológico’ são múltiplas. Obviamente, a proposição deste livro continua atual haja vista que tem se tornado cada vez mais premente que se compreenda que a materialidade arqueológica é algo transformável, de dimensão tangível e intangível, relacional, plurissemântica e valorável.

Como vimos ao longo deste capítulo, para diferentes pessoas, mundo afora, as coisas arqueológicas possuem uma importância fundamental na afirmação e negociação de identidades, construção de memórias e na identificação de pertencimento a determinados contextos socioculturais, lugares e paisagens. Além disso, a conexão das pessoas com essas coisas ocorre de maneiras distintas, tanto em termos da sua apropriação como da sua interpretação que, na maioria das vezes, são distintas das perspectivas das pessoas identificadas no *establishment* como as profissionais do patrimônio e/ou que atuam nas políticas da herança cultural (p.ex. arqueólogos, museólogos, conservadores, gestores, administradores, legisladores). Por isso, vária(o)s

arqueóloga(o)s têm defendido a premissa de que a pesquisa, interpretação e preservação do ‘patrimônio arqueológico’ devem levar em conta as múltiplas apropriações dessas diferentes pessoas, e que as políticas públicas para o seu gerenciamento precisam ser conduzidas a partir de posturas de respeito à(s) diversidade(s) e em prol da inclusão social.

As principais demandas que estão sendo trazidas para o âmbito da disciplina arqueológica dizem respeito, por exemplo, à afirmação da soberania territorial de povos e comunidades tradicionais, à repatriação de remanescentes humanos e bens culturais às comunidades de descendentes, ao compartilhamento da autoridade e dos benefícios econômicos na gestão das heranças culturais do passado, à construção de contra-narrativas sobre o passado histórico e pré-colonial, às reivindicações para poder ser e viver das pessoas subalternizadas e vulnerabilizadas pelo projeto colonialista da modernidade, ao reconhecimento do protagonismo das ‘outras’ pessoas na construção das suas próprias histórias e determinação de seus futuros. Todas essas demandas são motivadas por questões que ultrapassam as fronteiras da disciplina arqueológica, estando em consonância com outras questões de ordem social, política, econômica, ideológica, científica e ambiental.

Neste sentido, tenho como premissa de que para se fazer uma arqueologia socialmente comprometida e que se pretenda decolonial é fundamental estar sempre ciente dos contextos (sociais, econômicos, políticos, ideológicos, culturais, científicos) nos quais nós atuamos como pesquisadora(e)s e, também, de quem nós somos como pesquisadora(e)s.



Arqueologia indígena e colaborativa. Planejamento da expedição pelo igarapé Ipiaçava em busca das aldeias antigas Asurini, aldeia Kwatinema, T.I. Koatinemo, PA, 2010 (Foto: acervo LINTT/MAE-USP)

Conclusão

“...o reconhecimento de que o passado não está morto e de que os vestígios arqueológicos estão igualmente envolvidos na construção de identidades potencialmente diversas e fluidas, facilitará o desenvolvimento de relações dinâmicas e engajadas entre a arqueologia e as comunidades vivas” (Sian Jones, 1997, p.141).

NO ATUAL MOMENTO DA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA, É EVIDENTE QUE A DISCIPLINA ESTÁ vivenciando uma ebulição de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, a tal ponto, que a própria definição do que vem a ser o objeto da arqueologia é controversa entre a(o)s arqueólogos (p.ex. EDGEWORTH, 2018; LUCAS, 2018; NATIV, 2018; WITMORE, 2018). Além disso, tem sido possível constatar que tal diversidade teórica, por um lado, tem tornado a pesquisa arqueológica mais plural e criativa em termos da temporalidade e modo de abordar a realidade arqueológica e, por outro, tem promovido a fragmentação da teoria arqueológica que, por sua vez, resulta no antagonismo entre pesquisadores identificados com as diferentes escolas de pensamento (ABADIA, 2017; HODDER, 2002; KRISTIANSEN, 2004; OLIVER et al., 2017).

Buscando entender este efeito específico da diversidade teórica, alguns trabalhos sugerem que os dois extremos desta fragmentação estariam representados, no geral, pelas arqueologias positivistas (p.ex. arqueologia processualista, arqueologia evolutiva ou darwinista) e pelas arqueologias

interpretativistas e relativistas (arqueologia pós-processualista, arqueologias pós-coloniais). As primeiras, entendendo que a arqueologia é uma ciência relacionada com as *hard sciences* e cujo objeto de investigação é o registro arqueológico, e que tem como pressuposto desvelar o passado do modo mais objetivo possível. As segundas, definindo a arqueologia como uma ciência interpretativa relacionada com as *humanidades*, e tendo como objeto de investigação a materialidade e os modos de relação entre pessoas e coisas, se propondo a produzir interpretações subjetivas sobre o passado e sobre o presente. Além disso, enquanto as arqueologias positivistas atribuiriam, exclusivamente, para arqueólogas e arqueólogos a expertise para gerir o que se convencionou chamar de patrimônio arqueológico, as arqueologias interpretativistas ou relativistas reconheceriam outras expertises e outros modos de dar significado ao mesmo. O antagonismo que disso resulta se caracterizaria pela carência de um debate profícuo e desafiante entre essas arqueologias, a polarização dos posicionamentos científicos e a consolidação de estereótipos negativos e/ou pejorativos a respeito dos trabalhos alheios (ABADIA, 2017; GARDNER; COCHRANE, 2011; HODDER; HUTSON, 2003; HODDER et al., 2008; KRISTIANSEN, 2004; THOMAS, 2015)³⁰.

Concordando com esta proposição de um antagonismo e fragmentação teórica, na disciplina arqueológica, autora(s) têm defendido a possibilidade e a necessidade de se construir pontes entre essas distintas arqueologias e de se promover o diálogo entre a(o)s pesquisadora(e)s. Afinal, existiriam temas de pesquisa e problemas epistemológicos que não necessariamente estariam circunscritos a uma ou outra vertente teórica, ou poderiam ser esgotados, em termos interpretativos, por apenas uma delas. Ao mesmo tempo, nem toda(o)s arqueóloga(o)s se posicionam de forma monolítica, em termos teóricos e metodológicos, na sua prática arqueológica, se colocando ‘no meio do caminho’ entre essas posições antagônicas, ou antes, adotando posturas mais ecléticas e que não implicam na desqualificação de seus trabalhos (p.ex. HEGMON, 2003; KRISTIANSEN, 2004; PEARCE, 2011).

³⁰ Diferentes tipos de publicações teriam surgido para dar conta desta dicotomia de pensamento teórico na arqueologia. Por exemplo, o *Journal of Social Archaeology* e o *Archaeological Dialogues* mostrariam o universo de pesquisa da arqueologia relativista, enquanto o *Journal of Archaeological Science* e o *Journal of Human Evolution*, da arqueologia positivista (ABADIA, 2017:272).

Além disso, mesmo no interior dessas distintas arqueologias (positivistas e interpretativistas), há diversidade no que se refere às influências e posicionamentos teóricos nas pesquisas. Os arqueólogos interpretativistas (p.ex. pós-processualistas) compartilham o interesse em pesquisar determinados temas (p.ex. poder, simbolismo, identidade) a partir de uma abordagem contextual. Porém, adotam diversas perspectivas teóricas em seus trabalhos (p.ex. marxismo, feminismo, estruturalismo, fenomenologia). Os arqueólogos positivistas (p.ex. evolutivos), por sua vez, adotam as ideias darwinistas de variação, transmissão e seleção para explicar a diversidade humana. Porém, assumem distintas perspectivas para explicar os princípios da variação comportamental (p.ex. herança cognitiva, adaptabilidade comportamental) (GARDNER; COCHRANE, 2011, p. 13).

Alguns utores defendem, ainda, que a fragmentação da teoria arqueológica poderia ser vista como algo essencial para manter a vivacidade da disciplina, especialmente, se houver um debate instruído entre pesquisadores. Ou seja, um debate no qual a(o)s arqueóloga(o)s (re)conheçam as diferenças entre as abordagens teóricas e possam, de fato, elaborar críticas e argumentações construtivas sobre as contribuições de uma e outra para a disciplina arqueológica (p.ex. GARDNER; COCHRANE, 2011; KRISTIENSEN, 2004).

Neste debate sobre a diversidade teórica na arqueologia, também se argumenta em termos do fim de uma teoria arqueológica. Neste caso, se clama pelo fortalecimento de uma arqueologia mais pragmática, menos ocupada com abstrações teóricas e devotada ao que, objetivamente, mostram os dados e contextos arqueológicos, do passado. É dito, também, que a arqueologia sempre foi influenciada teoricamente por outras disciplinas (p.ex. antropologia, história), mas nunca exerceu sobre elas este mesmo tipo de ingerência ou atração teórica, ou mesmo produziu uma teoria própria (HODDER et al., 2008; KRISTIENSEN, 2004; PEARCE, 2011). Autores que se pronunciam sobre tais colocações dizem que a argumentação pelo fim da teoria arqueológica trata-se de ‘um rumor exagerado’. Ou ainda, que ela é motivada, em grande parte, pelo crescimento da arqueologia de contrato que é tida, erroneamente, como a-teórica tendo em vista ser realizada fora do

âmbito acadêmico e com objetivos muito pragmáticos³¹. Ao mesmo tempo, argumentam que cada vez mais a arqueologia tem despertado o interesse de outras disciplinas, no que se refere às suas proposições teórico-metodológicas para o estudo da materialidade e da diversidade das práticas sociais (p.ex. HODDER et al., 2008; PEARCE, 2011).

Não se pode esquecer que na história da arqueologia antagonismos entre escolas teóricas e arqueólogo(o)s sempre existiram, e os capítulos que precedem esta conclusão demonstram isto claramente: arqueologia evolucionista *versus* arqueologia histórico-cultural; arqueologia histórico-cultural *versus* arqueologia processualista; arqueologia processualista *versus* arqueologia pós-processualista; arqueologias pós-coloniais *versus* arqueologias colonialistas. Nessas últimas décadas, a arqueologia vem sendo definida no plural (arqueologias) e a partir de várias adjetivações.

No contexto dessas reflexões sobre a história da arqueologia e de sua diversidade teórica, me alinho com as proposições de que o debate e a produção teórica na arqueologia nunca estiveram tão intensos, e a disciplina tão reflexiva no que se refere às suas perspectivas interpretativas, agendas de investigação e interdisciplinaridade (p.ex. HODDER, 2002; MIZOGUCHI 2015; OLIVER et al., 2017; THOMAS, 2015). Além disso, concordo que a arqueologia tem reforçado a sua aproximação com as humanidades e, mais fortemente, com as ciências sociais, afirmando a necessidade do seu comprometimento com o social, e assumindo compromissos políticos no que diz respeito à produção do conhecimento e gestão do patrimônio arqueológico (p.ex. SMITH, 2017).

Como ficou demonstrado no capítulo anterior, o número de pesquisas arqueológicas colaborativas tem crescido, assumindo as mais diversas perspectivas, sendo levadas a cabo com/por diferentes coletivos, pelo mundo afora. Essas práticas arqueológicas podem transformar os modos de construção do conhecimento, pois dão a conhecer diversas formas de apropriação da materialidade arqueológica. Neste cenário, se começa a questionar o papel preponderante da expertise arqueológica no embasamento das diferentes políticas públicas sobre o que se convencionou chamar de

³¹ Não se pode esquecer que qualquer prática arqueológica está embasada teoricamente, pois os dados não falam por si mesmos e os métodos não são neutros. Uma reflexão interessante sobre as bases epistemológicas da arqueologia de contrato pode ser encontrada no trabalho de Cristóbal Gnecco e Adriana Schmidt Dias (2015).



Moaiva Asurini e eu, sítio Yvytirapitera, aldeia Itaaka,
T.I. Koatinemo, PA, 2014

patrimônio arqueológico (p.ex. COLWELL-CHANTHAPHON, 2009; THOMAS, 2008; SMITH, 2008; SMITH et al., 2010)³². Em outras palavras, se pode dizer que no século XXI estamos testemunhando a problematização e a auto-reflexão da *práxis* arqueológica, a apropriação multifacetada do conhecimento produzido pela arqueologia, e uma crítica à hegemonia da ciência e do Estado ocidentais na gestão da herança cultural.

Autora(e)s engajada(o)s nessa crítica têm buscado mostrar a violência epistêmica que a arqueologia ocidental tem exercido sobre ‘outras’ formas de conhecer o passado e de fazer história. Em seus trabalhos apontam que a “arqueologia oficial ocidental” produz uma “fetichização” do chamado “registro arqueológico”, ignorando que ele é um constructo, contingente e relacionado com determinadas pessoas (HABER; SHEPHERD, 2016, p. 2), ou seja, que ela promove “uma naturalização da distância” entre o objeto da arqueologia e seu sujeito (HABER, 2010); e, em termos mais específicos, que ela promove a ruptura entre um passado ameríndio e as existências dos povos indígenas, no presente (GNECCO, 2009; GNECCO; AYALA ROCABADO (eds.), 2010).

Para além disso, autora(e)s têm chamado a atenção para a impermeabilidade da arqueologia às diferentes críticas que vem sendo feitas à disciplina, nas últimas décadas. Ou seja, argumentam em seus trabalhos que a arqueologia continua ineficiente no que se refere à preservação do patrimônio arqueológico, em promover a justiça e o bem-estar social para as comunidades relacionadas com os bens arqueológicos, em contribuir para o debate sobre a crise ambiental, em conduzir suas práticas de modo a não violar princípios e normas culturais de outrem. Afirmam, ainda, que o surgimento das chamadas arqueologias alternativas (pública, comunitária, indígena, feminista), em última instância, não transformou o *mainstream* arqueológico que continua reproduzindo as políticas colonialistas da modernidade e vem contribuindo para os efeitos nefastos do capitalismo (p.ex. GNECCO 2012; HUTCHINGS; LA SALLE, 2021).

³² É sempre bom lembrar que desde o seu surgimento como disciplina a arqueologia está, de alguma forma, institucionalizada no discurso e aparato de Estado, participando no delineamento da gestão dos bens culturais. Durante o século XX, a associação entre arqueologia e Estado se manifestou, por um lado, com o Estado investindo nas políticas de proteção do patrimônio cultural e, por outro, com os arqueólogos assegurando sua primazia intelectual e de conhecimento para a resolução das questões concernentes ao patrimônio arqueológico (Silva, 2011, 2018).

Neste cenário de críticas, há quem proponha uma arqueologia que busque a descolonização do pensamento arqueológico, que exponha as assimetrias do poder/saber próprias da ciência ocidental positivista, e que vá mais além dos muros da academia. Uma arqueologia que procure atuar pela transformação nas relações sociais e nas diferenças coloniais. Em outras palavras, uma arqueologia relacional que se proponha a estabelecer um diálogo – não multicultural – franco e contestador com os movimentos sociais, uma arqueologia que se envolva e atue nos conflitos sociais, uma arqueologia “(que se relaciona com outras visões, outras histórias, outros mundos)” e que aposta “na transformação da disciplina e de sua maneira de enredar-se com as gentes e de comprometer-se com lutas por um mundo mais justo” (GNECCO, 2009; GNECCO; AYALA ROCABADO, 2010, p. 45).

Posturas mais radicais propõe a busca de caminhos para o surgimento de uma (in)disciplina arqueológica que subverta as bases ontológicas e epistemológicas da disciplina arqueológica (i.e. mudez das coisas arqueológicas, tempo linear e unidirecional, passado enterrado, escavação, conhecimento autorizado). Uma arqueologia (in)disciplinada que seja insubordinada e localizada em termos de teorias e interesses, um tipo de conhecimento que busca articular e entrelaçar diferentes tipos de conhecimentos e temporalidades, que busca uma conversação, um processo aberto de aprendizagem, e que está aberta a ser transformada pelo mundo (p.ex. HABER 2016a; 2016b)³³.

Arqueologia brasileira

No início da década de 1990, no livro “*Arqueologia Brasileira*”, André Prous (1992, p. 563-576) fez um ‘balanço da arqueologia brasileira’, onde ele procurou refletir: 1) sobre os resultados obtidos com as pesquisas arqueológicas realizadas até a década de 1980; 2) sobre os problemas de pesquisa que ainda precisavam ser aprofundados pelos arqueólogos; 3) e sobre os impactos da pesquisa arqueológica na população do país. Ele procurou enfatizar que ainda existiam muitas regiões a serem pesquisadas e que a

³³ Destaquei esses trabalhos, principalmente, para evidenciar o pensamento teórico latino-americano na arqueologia, pois acredito que ele assume uma perspectiva contextual que se coloca de um modo original no amplo debate teórico, na disciplina. Aproveito para lembrar da contraproposta teórica que a arqueologia social latino-americana engendrou, décadas atrás, no cenário de debates da disciplina arqueológica, desejando que os efeitos desta nova proposta consigam ser tão, e mais efetivos, que a ‘arqueologia como ciência social’ (BENAVIDES, 2001; TANTALÉAN, 2004, 2010).

extroversão do conhecimento arqueológico aqui produzido ainda era insuficiente, o que permitia a formação de visões equivocadas sobre a disciplina e seus objetos de estudo e facilitava a absorção da arqueologia produzida em outros países – como se aquela fosse mais interessante que a arqueologia produzida no Brasil. Ao mesmo tempo, ele chamou a atenção para a necessidade de uma reflexão sobre a relevância social da pesquisa arqueológica no país, considerando-se, inclusive, a disponibilização de recursos para a efetivação da mesma.

Neste balanço, ele também procurou fazer uma reflexão sintética e comparativa entre o Velho e o Novo Mundo, sobre temas como: 1) a evolução humana e o povoamento da América e do território brasileiro; 2) o uso, a domesticação e o cultivo de plantas e a relação disso com a variabilidade dos conjuntos artefatuais e com o surgimento da complexidade social, econômica e política das populações ameríndias; 3) o impacto da colonização na história das populações indígenas americanas. Ele fez todas estas considerações e reflexões, defendendo a posição de que “a arqueologia é, antes de tudo, um trabalho minucioso de coleta e interpretação dos documentos em seu contexto imediato, e que as sínteses só são possíveis depois de longos esforços em pesquisas de alcance limitado. Caso contrário, corre-se o risco de obrigar os documentos a entrar, previamente, na camisa de força de ‘modelos’ nem sempre adequados, utilizados por estarem na ‘onda’ e não por explicarem as realidades locais” (PROUS, 1992, p. 565).

Em 2015, Eduardo Neves publicou um artigo intitulado: “*Existe algo que se possa chamar de ‘arqueologia brasileira’?*” Nele, o autor sugere que se poderia falar de uma arqueologia do Brasil em termos institucionais, ou seja, do ensino de arqueologia e da legislação sobre o patrimônio arqueológico em território brasileiro. Ao mesmo tempo, ele procura demonstrar que haveria “um corpo de problemas ou mesmo categorias de vestígios” que somente a arqueologia brasileira teria a capacidade de estudar (NEVES, 2015, p. 8). Ele constrói esta argumentação chamando a atenção para a diversidade e particularidade dos contextos arqueológicos sul-americanos, explorando temas como a antiguidade do povoamento da América do Sul, a diferença entre domesticação e manejo de plantas e agricultura, a antiguidade e diversidade dos conjuntos artefatuais cerâmicos, a diversidade e

complexidade dos processos de transformação econômica, política, social e cultural das populações ameríndias e o debate sobre os cacicados e o surgimento do Estado. Também adotando uma perspectiva comparativa entre o Velho e o Novo Mundo, Neves argumenta que no continente americano ocorreram processos diversificados no que se refere à relação entre domesticação e manejo de plantas, e a adoção de modos de vida agropastoris. Ele argumenta que a invenção da cerâmica ocorreu de forma concomitante, em diferentes regiões, sendo que nem sempre esse processo esteve associado à agricultura, e que a complexificação social e política dos povos ameríndios nem sempre conduziu à formação de Estados, mas sim, a movimentos de estruturação e desestruturação de formações políticas e sociais hierarquizadas.

Para Neves (2015, p.9), pode ser que “tenha chegado o momento, na América do Sul em geral e em sua porção tropical em particular, de olhar menos para fora do continente em busca de referências teóricas e, ao contrário, de se fazer o movimento inverso: o de um mergulho profundo nas evidências que se têm construído que, aliado à dificuldade em se aplicar os conceitos produzidos em outros contextos, possa contribuir para a elaboração de um quadro teórico mais rico e menos artificial, e que, paradoxalmente, possa ter uma relevância conceitual que vá além do continente”.

Recentemente, André Prous (2019) produziu uma nova síntese da arqueologia brasileira, e em suas reflexões finais ele ressalta que a mesma está em uma fase de grande dinamismo, tendo um crescente número de estudantes e profissionais e se fazendo reconhecer internacionalmente. Colocando a “arqueologia brasileira em perspectiva” ele procurou tratar: 1) da expansão da arqueologia preventiva ou de contrato, ressaltando o modo como ela teria proporcionado que áreas antes desconhecidas pudessem ser incluídas no quadro de conhecimentos da arqueologia brasileira, e criticando os problemas que ela teria em termos de sua execução e da divulgação dos seus dados; 2) da situação da divulgação da pesquisa arqueológica para o público, afirmando que esta tem melhorado nos últimos anos, e que dada a sua importância deveria ser entendida como uma responsabilidade social de arqueólogas e arqueólogos; 3) da atuação dos órgãos de gestão do patrimônio arqueológico que, segundo ele, ainda apresentam falhas administrativas que precisam ser sanadas para uma melhor

gestão desses bens, em nosso país; 4) do modo diferenciado como os povos tradicionais veem o patrimônio arqueológico e, para isso, fazendo referência a trabalhos arqueológicos que estão sendo desenvolvidos com eles; 5) do conhecimento arqueológico produzido, nos últimos trinta anos, sobre os modos de vida das populações arqueológicas, suas diferenças culturais e adaptativas, ressaltando a contribuição da arqueologia brasileira para o estudo de temas de importância internacional (p.ex. neolitização, adaptabilidade humana, evolução humana); 6) do legado dos povos indígenas para a sociedade brasileira em termos, por exemplo, dos seus conhecimentos sobre os recursos destas terras brasileiras. Ao final desta reflexão ele reitera sua posição, de 1992, de que os dados arqueológicos precisam ser contextualizados, do mesmo modo que os modelos teóricos ‘da onda’ precisam sempre ser criticamente avaliados antes de serem adotados por pesquisadores, no Brasil (PROUS, 2019, p. 811-831).

Apesar das distintas formações teóricas, André Prous e Eduardo Neves, defendem em suas publicações argumentos muito semelhantes sobre o que seria e/ou deveria ser a arqueologia no Brasil. Eles elencaram os mesmos temas relevantes de pesquisa e, cada um a sua maneira, procurou ressaltar a especificidade dos contextos arqueológicos em nosso país, e a possibilidade dos mesmos de oferecerem uma contribuição original para a ciência arqueológica. Para eles, a contribuição original parece estar em mostrar as particularidades e a riqueza da experiência humana no continente americano e em não se deixar conduzir acriticamente pelos modelos e referências teóricas alheias aos contextos brasileiro e sul-americano.

Particularmente, eu concordo, em linhas gerais, com as proposições de Prous (1992, 2019) e Neves (2015). De fato, os dados arqueológicos em contexto são fundamentais para a construção do conhecimento arqueológico e, portanto, os contextos arqueológicos no território brasileiro podem dar uma contribuição única no que diz respeito a alguns temas relevantes da pesquisa arqueológica, na contemporaneidade. Além disso, é sempre fundamental ter uma postura crítica e reflexiva sobre os modelos teóricos construídos em outros contextos e a partir de outros dados arqueológicos. Particularmente, não tenho dúvidas de que se possa falar de uma ‘arqueologia brasileira’, enquanto uma prática da arqueologia contextualizada

histórica e socialmente, tanto que procurei tratar desta arqueologia ao longo da tese³⁴.

Dito isto, gostaria de enfatizar que a especificidade dos dados arqueológicos com os quais trabalhamos, e a possibilidade de se reconhecer uma ‘arqueologia brasileira’ não implica que o conhecimento arqueológico produzido a partir das realidades locais deixe de estar relacionado, de algum modo, à produção da disciplina, em esfera mundial; afinal a arqueologia é uma ciência ocidental com os pés cravados no terreno da modernidade. Neste sentido, a meu ver, conhecer, dialogar e/ou se apropriar criticamente de modelos e referências teóricas produzidas em (ou para) outros contextos é algo produtivo, pois pode inspirar as reflexões teóricas desenvolvidas pela arqueologia, em nosso país. Aliás, considero que esta postura científica pode promover e/ou fortalecer a relevância da arqueologia brasileira, para além das fronteiras do país. Não se pode ignorar que, desde os anos de 1970, o esforço de arqueóloga(o)s brasileira(o)s em obter uma formação teórica mais sintonizada com o que se produzia na arqueologia do resto do mundo possibilitou à arqueologia brasileira, cada vez mais, participar do debate arqueológico internacional. Obviamente, levando-se em consideração as assimetrias que caracterizam a produção, enunciação e apropriação do conhecimento arqueológico no mundo acadêmico (p.ex. HUTCHINGS; LA SALLE 2015; MISOGUCHI, 2015)³⁵.

Considerando as publicações dos últimos 10 anos (2010-2020) na Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), é possível constatar que o maior número de artigos versa sobre temas relacionados à arqueologia pré-colonial³⁶, sendo a arqueologia histórica e do mundo con-

³⁴ Esta questão me faz lembrar do debate que foi levado a cabo por antropóloga(o)s, sobre os ‘estilos de antropologia’ e o ‘plural das antropologias’, para se pensar a respeito da antropologia que se fazia, no Brasil (p.ex. CARDOSO DE OLIVEIRA; RUBEN, 1995; PEIRANO, 1992).

³⁵ É preciso lembrar que este debate não diz respeito exclusivamente à disciplina arqueológica tendo em vista a vasta produção bibliográfica sobre a formação das ciências no mundo ocidental e as relações de poder no campo científico (p.ex. SANTOS; MENESES, 2010; HARAWAY, 1995).

³⁶ Segundo Lúcio M. Ferreira (com. pessoal, 2017) isto estaria relacionado ao processo de institucionalização da disciplina em nosso país, ao menor número de professores e pesquisadores em arqueologia histórica, bem como a ainda permanente visão de que arqueologia estuda o antigo e que, a rigor, a arqueologia não estuda “nós mesmos”. Comentar esta afirmação daria um texto à parte e, portanto, deixarei a mesma como uma provocação.

temporâneo pouco representada em termos de publicações³⁷. Nos últimos 7 anos, foram organizados 9 números temáticos: *Arqueologia, memória e história indígena: uma introdução* (2013), *Musealização da arqueologia e produção acadêmica: novos problemas, novos desafios* (2013), *Arqueologia de contrato, empresarial, de desenvolvimento, preventiva, de salvamento, comercial* (2015), *Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina* (2016), *Arqueologia feminista* (2017), *Arqueologia da infância* (2018), *Museu Nacional I e II* (2019). Ao mesmo tempo, os últimos Congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira se ocuparam em debater os seguintes temas: *Arqueologia e compromisso social: construindo arqueologias multiculturais e multivocais* (2009); *Arqueologia sem fronteiras: repensando espaço, tempo e agentes* (2013); *Arqueologia para quem?* (2015); *Arqueologia na trincheira: o papel do arqueólogo no mundo contemporâneo* (2017); *Memória, patrimônio cultural e direitos humanos* (2019)³⁸. Esses temas destacados na Revista de Arqueologia e nos Congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira vêm sendo tratados por outras arqueologias, mundo afora, evidenciando uma consonância entre essas arqueologias e a arqueologia produzida, no Brasil³⁹.

A meu ver é preciso que a arqueologia brasileira continue atenta ao debate teórico internacional, se empenhando em forçar um diálogo simétrico com as outras arqueologias do mundo, refletindo criticamente sobre o que elas dizem, pois isto também pode possibilitar o surgimento de novas

³⁷ Existe uma revista especializada sobre o tema chamada *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* que concentra grande parte da produção de arqueóloga(o)s brasileira(o)s neste campo de estudo da arqueologia. Além disso, a *Revista de Arqueologia Pública*, tem se especializado na publicação de artigos sobre temas como colaboração, gênero, gestão do patrimônio arqueológico e extroversão do conhecimento arqueológico.

³⁸ No ano de 2011, o Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira aconteceu em parceria com o XVI Congresso da UISPP (Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques) com um eixo temático bastante abrangente: Proto e Pré-História, Arqueologia e Ambiente (Paisagens, Espaços e Lugares); Teoria, método e inovações aplicadas; Arqueologia Transoceânica, Interação Cultural e Capitalismo; Arqueologia Pública na América Latina e Mais Além: o relacionamento entre a Arqueologia e as Comunidades Tradicionais; As Origens da Humanidade e os Primeiros Americanos; Preservação e Gestão do Patrimônio Arqueológico; Regulamentação e Organização da Prática da Arqueologia; Desenvolvimento Científico e Profissional, Ensino e Formação de Arqueólogos; Arqueologia das Identidades e Arqueologia do Simbólico; Disponibilização e Extroversão do Conhecimento; Arqueologia dos Trópicos; Cultura Material, Tecnologia e seus significados.

³⁹ A realização deste breve levantamento me fez lembrar das reflexões feitas por José Alberione dos Reis (2004), há alguns anos, sobre a deficiência de um debate teórico explícito na arqueologia brasileira. É interessante ver como as novas gerações de arqueóloga(o)s se empenharam em transformar aquele quadro apresentado por Reis tendo em vista que, na atualidade, o debate teórico é intenso na arqueologia.

proposições teóricas capazes de transformar ou tornar mais fecundas as já existentes, fazendo com que a arqueologia realizada, no Brasil, se torne cada vez mais atuante e relevante no debate arqueológico internacional. Esta tarefa, no entanto, não é fácil tendo em vista as relações de poder no campo científico, como já salientei acima.

Um parêntese: Em 2012, no 54º Congresso de Americanistas que tinha como tema “*Diálogos nas Américas*” participei de um simpósio que pretendia discutir sobre as possibilidades de ‘*um novo americanismo*’; ele foi organizado por dois antropólogos, de origem francesa e inglesa. Em minha apresentação defendi que um ‘*novo americanismo*’, necessariamente, implicaria em assumir o compromisso ético de acabar com as assimetrias entre o conhecimento disciplinar e os conhecimentos locais. Infelizmente, o meu argumento não foi suficientemente convincente, tanto que o meu texto nem sequer foi comentado. Assim, pareceu a mim que, para a maioria dos participantes daquele simpósio, o que se entendia como ‘novo’ era a discussão sobre as ‘velhas’ teorias, a partir de dados novos. Portanto, nem sempre dados novos são sinônimo de renovação nas disciplinas, às vezes, trata-se apenas de ‘vinho novo em pipa velha’.

Nas últimas frases de seu artigo, Neves (2015, p.15) propõe que uma contribuição teórica original que a arqueologia brasileira poderia trazer para a disciplina passaria “por uma aproximação dos conceitos de história e temporalidade das sociedades indígenas sul-americanas”. Concordo com ele, e foi isto que tentei dizer para a(o)s colegas americanistas. Penso, inclusive, que já estamos neste caminho, pois as arqueologias indígenas e colaborativas que estão sendo levadas a cabo no Brasil e, também, em outros países latino-americanos estão evidenciando os modos culturalmente particulares dos povos originários, desta parte das Américas, de atribuir significado e expressar o passado. Essas arqueologias têm mostrado, ainda, as formas específicas desses povos de se relacionarem com a materialidade arqueológica, bem como as suas estratégias de se contrapor à colonialidade. (p.ex. BESPALÉZ, 2013; CABRAL, 2015; GNECCO; HERNANDEZ, 2008; HABER, 2016a; JÁCOME; J. WAI WAI, 2020; MACHADO, 2017; SILVA, 2014, 2019; apenas para citar alguns trabalhos).

Para além dessas arqueologias, outras contribuições também se mostram originais na arqueologia brasileira e, neste caso, me refiro as arqueologias afrocentrada, griótica afrodecolonial que têm mostrado um olhar ‘de dentro’ e afetado sobre/pelas questões que envolvem as trajetórias históricas e culturais de pessoas afrodiáspóricas, neste continente (p.ex. CARVALHO, 2012, 2018; HARTEMANN 2019; HARTEMANN; MORAES, 2018). Ambas as arqueologias têm contribuído para o amplo debate teórico sobre a descolonização do pensamento arqueológico. Poderia citar, ainda, muitas outras contribuições teóricas importantes no cenário da arqueologia brasileira, mas me deterei nesses exemplos.

O que quero salientar, *ao fim e ao cabo*, pensando na inserção da arqueologia brasileira no cenário dos debates teóricos da arqueologia no mundo é que, a meu ver, a sua contribuição teórica original também pode estar em tratar, criticamente, e a partir de seus dados específicos, as referências teóricas que ‘vem de fora’ e, a partir disso, propor alternativas ao modelo hegemônico da disciplina.

Um futuro para a arqueologia

Lendo alguns trabalhos reflexivos sobre a disciplina, me parece que um futuro possível para a arqueologia, no século XXI, está em promover uma arqueologia multitemporal que invista no entendimento das temporalidades e historicidades das coisas. Uma arqueologia que duvide da objetividade positivista e encare a condição subjetiva e situada do conhecimento arqueológico, que seja participativa, comprometida socialmente, que opte pelo confronto de ideias, ao invés da suposta neutralidade e autoridade científica, e que assuma posições científicas e políticas explícitas na sua *práxis*. Uma arqueologia crítica e reflexiva, que se abra ao diálogo com outras disciplinas acadêmicas e, principalmente, com outras pessoas e outras formas (ontologias e epistemologias) de conhecer o mundo (p.ex. GNECCO; AYALA ROCA BADO, 2010; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012; HAMILAKIS, 2011, 2018; REIS, 2017; RIBEIRO, 2017). Uma arqueologia que não se preocupe em ser útil – i.e. utilitária e instrumental –, mas efetiva, no sentido de estar atenta para o modo como as suas narrativas afetam as pessoas, como elas (re)produzem passados e, também, legitimam e (in)viabilizam presentes e futuros (p.ex. STAHL, 2020; WICHERS, 2017).

No entanto, para alcançar este futuro me parece necessário promover um ensino de arqueologia que seja condizente com essa prática arqueológica. Em alguns trabalhos críticos sobre pedagogia arqueológica tem sido dito que o ensino da disciplina (i.e. história, teoria e método) e de seus resultados ainda reproduz, em grande parte, os princípios da neutralidade e objetividade científica, se ocupando apenas em entregar conteúdos e instrumentalizar, do ponto de vista teórico-metodológico, a(o)s estudantes. Em tais trabalhos se reivindica um ensino de arqueologia que seja um espaço de reflexão crítica, de conexão de subjetividades e de experiências com o conhecimento (p.ex. HAMILAKIS, 2014; HUTCHINGS; LA SALLE, 2014).



Kwain Asurini, Ativa Asurini, Parajuá Asurini e Tukura Asurini, conversando com professores e alunos de uma turma de Graduação. Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, São Paulo, 2007

Há alguns anos, escrevi um verbete na *Encyclopedia of Global Archaeology*, sobre arqueologias indígenas e o ensino da arqueologia no qual afirmei que essas práticas afetariam sobremaneira o ensino da disciplina, sendo que este teria de ser redefinido em termos teórico-metodológicos, no século XXI (SILVA, 2018). A meu ver, essas arqueologias e outras que são conduzidas a partir de uma interlocução com as pessoas de um determinado lugar, necessariamente, obrigam que o ensino de arqueologia passe a contemplar reflexões sobre a prática etnográfica e sobre outras formas de conhecer a materialidade, para além do que vem sendo tratado nos manuais

de arqueologia. Acredito, também, que tais práticas deveriam ser mais incentivadas nos cursos de arqueologia na medida em que elas possibilitam outras vivências com a materialidade arqueológica e, também, promovem uma aprendizagem da arqueologia mais colaborativa, social e culturalmente informada; isso já acontece, formalmente, em alguns cursos de arqueologia (p.ex. MAY et al. 2018). Além disso, concordo com Cristóbal Gnecco (2009) quando ele diz que é necessário, na formação de estudantes, trazer para a reflexão teórico-metodológica questões mais contextuais e politicamente responsáveis, incentivando a construção de uma crítica epistêmica e social da disciplina arqueológica, bem como o aprendizado de outros conhecimentos.

No Brasil, a reflexão sobre pedagogia e arqueologia ainda não é substancial, apesar do crescimento no número de cursos de Graduação e Pós-Graduação, nesta última década (p.ex. BEZERRA, 2008; CAROMANO et al., 2014; CAROMANO et al., 2017; PASSOS, 2017; RIBEIRO et al., 2017; ZANETTINI; WICHERS, 2014).

Márcia Bezerra (2008), ao refletir sobre este tema, há alguns anos, sugeriu que possíveis causas desse desinteresse seriam a desvalorização da atividade docente em comparação com a pesquisa, o incremento da prática arqueológica no âmbito empresarial em detrimento da pesquisa acadêmica e, em decorrência disso, uma tecnização da pesquisa arqueológica e do perfil profissional. Diante deste cenário, ela se perguntou sobre as razões deste incremento nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Arqueologia, e fez uma digressão sobre os currículos de alguns desses cursos. Ao final de sua reflexão, a autora chamou a atenção para os significados sociais, políticos e econômicos que sempre estão subjacentes nas configurações curriculares de ensino de uma disciplina, e ressaltou as transformações contextuais que vinham sendo sentidas pela comunidade arqueológica brasileira, em relação às demandas de diferentes coletivos sobre o patrimônio arqueológico. Em 2008, Márcia Bezerra já dizia que o cenário arqueológico e de disputas sobre as heranças culturais estava mudando e que nossos currículos também precisavam mudar, sendo necessário fazer uma reflexão crítica e construtiva sobre os cursos de arqueologia.

Contribuições mais recentes sobre o tema têm buscado mostrar que, para além dos currículos dos cursos, o ensino das disciplinas de

arqueologia, nesses cursos, também precisa sofrer um escrutínio crítico. Alguns trabalhos mostram que determinadas escolhas pedagógicas podem reproduzir assimetrias acadêmicas, promover o apagamento do trabalho de certas pessoas, resultar na omissão de certos conteúdos, legitimar formas de opressão, perpetuar a reprodução acrítica de conhecimentos hegemônicos, desvalorizar conhecimentos locais e depreciar determinados problemas de pesquisa (p.ex. CAROMANO et al., 2017; PASSOS, 2017; RIBEIRO et al., 2017; ZANETTINI; WICHERS, 2014).

A meu ver, todas essas importantes reflexões e indagações mereceriam mais atenção por parte da comunidade brasileira de docentes e pesquisadora(e)s de arqueologia, tendo em vista que elas são cruciais para se pensar no futuro da disciplina, em nosso país.

Epílogo

Numa noite, na aldeia *Kwatinema*, quando eu estava rememorando com jovens asurinís as nossas experiências arqueológicas pelas suas terras, e contando a ela(e)s como a linguística, a antropologia, a história e a arqueologia tentavam explicar a origem e a expansão dos povos Tupi-Guarani, incluindo a região do médio-baixo Xingu, um deles fez a seguinte colocação:

“Sabe Fabíola, esta explicação pode estar certa para os outros índios, mas não para os Asurini. Eu confio na nossa explicação. Eu acredito que nós nascemos de Uirá e Ajaré. Eu acredito nesta história porque ela vem de muito tempo... e contada de pai para filho... não se perde... não se esquece... por isso que ela é a mais certa... mas pode ser que algumas cerâmicas, aquelas que estão mais embaixo não sejam de Anumai, mas de outros índios mais antigos, como você falou” (Kwain Asurini, aldeia Kwatinema, maio de 2010).

Esta fala evidenciou, em primeiro lugar, que para o povo Asurini a aquisição do conhecimento não só passa pela experiência vivida, mas que a autoridade e veracidade conferida a ele não está no saber em si, mas no modo como este saber foi elaborado e transmitido. Além disso, ela demonstra que a explicação da diferença e, neste caso, de construção de conhecimento é moldada na relação interpessoal e de forma contextual. As palavras deste jovem também mostram que o diálogo entre arqueóloga(o)s e indígenas nem sempre

produz discursos híbridos ou complementares, ou ainda, o rompimento da dicotomia entre indígenas e arqueólogos. Ao contrário, ele pode ressaltar a diferença entre os regimes de conhecimento e verdade desses interlocutores e evidenciar uma impossibilidade de conciliação (SILVA, 2014, 2019).

Tal fala também mostra que as estratégias de resistência e resiliência Asurini não se constituem apenas de uma reação contrária a uma ordem hegemônica, em prol da sua sobrevivência, mas também, de uma forma de agência, de engajamento seletivo, de ocupação de novos espaços, de apreensão de outras formas de conhecimento, de auto-reflexão sobre as suas persistências e transformações culturais e, no diálogo intercultural, de fixação e manipulação de posições de fala e de detenção de conhecimentos.

Acima de tudo, as palavras de Kwain, um amigo de longa data, são repletas de sabedoria, respeito e tolerância, e elas me levam a pensar que se quisermos um futuro para a arqueologia precisamos buscar compreender os modos a partir dos quais diferentes pessoas estão reivindicando e definindo seu lugar no mundo, e como a arqueologia pode e deve fazer parte disso, afinal.



O falecido pajé Moreyra Asurini, Kwain Asurini e Meliam Viganó Gapar, aldeia Tapipiri.
Igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo, PA, 2013

Referências Bibliográficas

UMA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA

- ABREU, Regina. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, p. 101-125, 2005.
- ABREU e SOUZA, Rafael. Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob a ótica arqueológica. *Vestígios*, Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 9, n. 2, p. 38-62, 2015.
- ALBERTI, Benjamin. Archaeologies of ontology. *Annual Review of Anthropology*, n. 45, p. 163-79, 2016.
- ALBERTI, Benjamin; FOWLES, Severin; HOLBRAAD, Martin; MARSHALL, Yvonne; WITMORE, Christopher. Worlds otherwise, archaeology, anthropology and ontological difference. *Current Anthropology*, v. 52, n. 6, p. 896-912, 2011.
- ANDRELLO, Geraldo (org.). *Rotas de Criação e Transformação. Narrativas de origem dos povos indígenas do rio Negro*. São Paulo : Instituto Socioambiental/FOIRN, 2012.
- ATALAY, Sonya. Raise your head and be proud Ojibwekwe. In: NICHOLAS, George (ed.). *Being and Becoming Indigenous Archaeologists*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010. p. 45-54.
- AUGUSTAT, Claudia. Beyond Brazil. Johann Natterer and the Ethnographic Collections from the Austrian expedition to Brazil (1817-1835). Viena: Museum für Völkerkunde, 2013.
- BALÉE, William. The four-field model of Anthropology in the United States. *Amazônica. Revista de Antropologia*, n.1, p. 28-53, 2009.
- BALFET, Hélène. Observations ethnographiques en Afrique du Nord et interprétation archéologique. In: MATSON, Frederick R. (ed.). *Ceramics and Man*. Chicago: Aldine, 1965. p. 161-177.
- BAPTISTA da SILVA, Sergio. *Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades proto-Jê meridionais*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BARRETO, Cristina. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul, Suplemento 3*, p. 201-212, 1999.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, v. 44, p. 32-51, 1999/2000.
- BARRETO, Cristiana. Modos de figurar o corpo na Amazônia pré-colonial. In: ROSTAIN, Stéphen (ed.). *Antes de Orellana. Actas del 3er Encuentro Internacional de*

- Arqueología Amazónica*. Quito: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2014. v. 1. p. 123-132.
- BEZERRA, Márcia. *Teto e Afeto. Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GKNORONHA, 2017.
- BINFORD, Lewis. Archaeology as anthropology. In: LEONE, Mark (ed.). *Contemporary Archaeology. A guide to theory and contributions*. Carbondale/ Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1972. p. 93-101.
- BINFORD, Lewis R. *Em Busca do Passado*. Mira/Sintra: Publicações Europa-América, 1991.
- BOYD, Brian. Archaeology and human–animal relations: thinking through anthropocentrism. *Annual Review of Anthropology*, v. 46, p. 299–316, 2017.
- BROCHADO, José J. J. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America*. Tese (Doutorado em Antropologia). University of Illinois, Urbana-Champaign, 1984.
- BRUCHAC, Margaret M.; HART, Siobhan M.; WOBST, H. Martin. *Indigenous Archaeologies: a reader on descolonization*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.
- BRUNO, Maria C. de O. Arqueologia e antropofagia: a musealização dos sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, p. 235-247, 2005
- CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. O que é isso que chamamos de antropologia brasileira? In: CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988. p. 109-128.
- CARNEIRO de CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CASTAÑEDA, Quetzil; MATTHEWS, Christopher (eds.). *Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices*. Lanham: AltaMira Press, 2008. p. 1-23.
- CLARKE, David. *Analytical Archaeology*. London: Methuen, 1968
- COLWELL, Chip. Collaborative archaeologies and descendant communities. *Annual Review of Anthropology*, v. 45, p. 113–27, 2016.
- CORRÊA, Mariza. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*. v. 40 n.1, p. 11-54, 1997.
- CORRÊA, Mariza. Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, p. 79-98, 1988.
- COELHO dos SANTOS, Silvio, Notas sobre a construção da antropologia no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, v. 3, n. 7, p. 62-69, 1997.
- DANIEL, Glyn. *A Hundred and Fifty Years of Archaeology*. Cambridge: Duckworth, 1975.
- DELAGE, Christophe. Once upon a time...the (hi)story of the concept of the chaîne opératoire in French prehistory. *World Archaeology*, v. 49, n. 2, p. 158–173, 2017.
- DIAS, Adriana S. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). *Revista do CEPA*, v. 19, n. 22, p. 25-39, 1995.
- DOMINGUEZ, Lurdes; FUNARI, Pedro. P. A.; CARVALHO, Aline V.; RODRIGUES, Gabriella B. (orgs.). *Desafios da Arqueologia. Depoimentos*. Erechim: Habilis, 2009.
- EREMITES de OLIVEIRA, Jorge. *Guató - Argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.
- EREMITES de OLIVEIRA, Jorge. *Da Pré-história à História Indígena: (re)pensando a Arqueologia e os Povos Canoeiros do Pantanal*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

- FAHLANDER, Frederik. Archaeology and anthropology – brothers in arms? on analogies in 21st-century archaeology. In: FAHLANDER, Frederik; OESTIGAARD, Terje (eds.). *Material Culture and Other Things: Post-disciplinary studies in the 21st century*, V. 61. Gothenburg: Gotarc, 2004. p. 185-211.
- FAUSTO, Carlos. Os Índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FERREIRA, Lucio M. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. *Manguinhos. História, Ciências, Saúde*, v.13, n. 2, p. 271-292, 2006.
- FERREIRA, Lucio M. “Ordenar o caos”: Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v.4, n.1, p 71-94, 2009.
- FERREIRA, Lucio M. *Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2010.
- FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (orgs.). *Os Povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- FRANÇOZO, Mariana. O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 2, p. 587-612, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo A. A history of archaeology in Brazil. In: MURRAY, Tim; Evans, Christopher (eds). *Histories of Archaeology. A reader in the history of archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 328-345.
- FUNARI, Pedro Paulo A. e FERREIRA, Lucio M. Historical archaeology outlook: a Latin American perspective. *Historical Archaeology*, v. 50, n. 3, p. 100-110, 2016.
- GASPAR, Maria D. História da construção da arqueologia histórica brasileira. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 13, p. 269-301, 2003.
- GARROW, Duncan; YARROW, Thomas. Introduction: archaeological anthropology. In: Garrow, Duncan; Yarrow, Thomas (eds.). *Archaeology and Anthropology: understanding similarity, exploring difference*. Oxford: Oxbow Books, 2010. p. 1-12.
- GIFFORD-GONZÁLEZ, Diane. Just methodology? A review of archaeology’s debts to Michael Schiffer. *Journal of Archaeological Method Theory*, v.18, p. 299–308, 2011.
- GILLESPIE, Susan D.; JOYCE, Rosemary A.; NICHOLS, D. Deborah L. Archaeology is anthropology. *Archaeological Papers of the American Anthropological Association*, v.13, n.1, p. 155-169, 2003.
- GNECCO, Cristóbal. Caminos de la arqueologia: de la violència epistémica a la relacionalidad. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2009.
- GNECCO, Cristóbal; HERNANDEZ, Carolina. History and its discontents: stone statues, native histories, and archaeologists. *Current Anthropology*, v.49, n. 3, p. 439-466, 2008.
- GOMES, Denise M. C. Perspectivismo ameríndio e a ideia de uma estética americana. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 1, p. 133-159, 2012.
- GOSDEN, Chris. *Anthropology and Archaeology: a changing relationship*. London/New York: Routledge, 1999.
- GRAVES, Michael W.; SKIBO, James M.; STARK, Miriam; SCHIFFER, Michael B. An anthropological archaeologist: the contributions of William A. Longacre to archaeological theory, method, and practice. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 23, n. 4, p. 990-1022, 2016.
- GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney e PICCINI, Angela. *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

- GRUPIONI, Luis D. B. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1998.
- HABER, Alejandro. Decolonizing archaeological thought in South America. *Annual Review Anthropology*, v. 45, p. 469–85, 2016.
- HARTMANN, Günther. As coleções de Karl von den Steinen no Museu Etnológico de Berlim. In: COELHO, Vera P. (org.). *Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 153-179.
- HECKENBERGER, Michael. *War and Peace in the Shadow of Empire: sociopolitical change in the Upper Xingu of Southeastern Amazonia, A. D. 1400-2000*. Tese (Doutorado em Antropologia). University of Pittsburgh, Ann Arbor, 1996.
- HECKENBERGER, Michael. Deep history, cultural identities, and ethnogenesis in the Southern Amazon. In: Hornborg, Alf; Hill, Jonathan (eds.). *Ethnicity in Ancient Amazonia. Reconstructing past identities from archaeology, linguistics, and ethnohistory*. Boulder: University Press of Colorado, 2011. p. 57-74.
- HILBERT, Klaus. “Cave canem”! cuidado com os “Pronapianos”! Em busca dos jovens da arqueologia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 2, n. 1, p. 117-130, 2007.
- HODDER, Ian (ed.). *Towards Reflexive Method in Archaeology: the example at Çatalhöyük*. Cambridge: McDonald Institute Monographs, 2000.
- HODDER, Ian. Post-processual archaeology. In: HODDER, Ian; HUDSON, Scott (eds.). *Reading the Past. Current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 206-235.
- HODDER, Ian; OLSEN, Bjornar; KARLSSON, Hakan. 40 years of theoretical engagement: a conversation with Ian Hodder. *Norwegian Archaeological Review*, v. 41, n. 1, p. 26-42, 2008.
- HOLTORF, Cornelius. Notes on the life history of a potsherd. *Journal of Material Culture*, v. 7, n. 1, p. 49-71, 2002.
- INGOLD, Tim. Editorial. *Man*, v. 27, n. 4, p. 3-696, 1992.
- INGOLD, Tim. Toward an ecology of materials. *Annual Reviews of Anthropology*, v. 41, p. 427-442, 2011.
- JAMESON Jr., John H. Cultural heritage in the United States: past, present, and future. In: FAIRCLOUGH, Graham; HARRISON, Rodney; JAMESON Jr., John H. e SCHOFIELD, John (eds.). *The Heritage Reader*. London: Routledge, 2008. p. 42-61.
- KEULLER, Adriana T. do A. M. *Os Estudos Físicos de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)*. São Paulo: Humanitas, 2012.
- KRAUS, Michael. Beyond the mainstream: Max Schmidt’s research on “The Arawak” in the context of contemporary German ethnology. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 1, p. 166-195, 2019.
- KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *Manguinhos. História, Ciências, Saúde, Suplemento VIII*, p. 863-880, 2001.
- LEACH, Edmund R. Concluding address. In: Renfrew, Colin (ed.). *The Explanation of Culture Change: models in prehistory*. Pittsburgh: The University of Pittsburgh Press, 1973. p. 761-771.
- LIMA, Tânia A. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista*, v.1, p. 225-262, 1993.

- LYDON, Jane; Rizvi, Uzma Z. (eds.). *Handbook of Postcolonial Archaeology*. London: Routledge, 2010.
- LEROI-GOURHAN, Andre. *Préhistoire de l'Art Occidental*. Paris: Mazenod, 1965.
- LEROI-GOURHAN, Andre. *Os Caçadores da Pré-História*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- LEROI-GOURHAN, Andre. *As Religiões da Pré-História*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- LEROI-GOURHAN, Andre; BREZILLION, Michel. *Fouilles de Pincevat. Essai d'Analyse Ethnographique d'un Habitat Magdalénien*. Paris: CNRS, 2v. (VIIème Supplément), 1972.
- LUCAS, Gavin. Triangulating absence: exploring the fault-lines between archaeology and anthropology. In: Garrow, Duncan; Yarrow, Thomas (eds.). *Archaeology and Anthropology: understanding similarity, exploring difference*. Oxford: Oxbow Books, 2010. p. 28-39.
- LUNA FILHO, Pedro E. de. *Peter Wilhelm Lund: o auge das suas Investigações científicas e a razão para o êrmino das pesquisas*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- LYDON, Jane e RIZVI, Uzma Z. (eds.). *Handbook of Postcolonial Archaeology*. Walnut Creek: Left Coast Press INC, 2010. p. 17-33.
- MARCINIAK, Arkadiusz; YALMAN, Nurcan. *Contesting Ethnoarchaeologies: traditions, theories, prospects*. New York: Springer, 2013.
- MARTIN, Paul S. The revolution in archaeology. In: Leone, Mark (ed.). *Contemporary Archaeology. A guide to theory and contributions*. Carbondale/ Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1972. p. 5-13.
- MAYNE, Alan. On the edges of history: reflections on historical archaeology. *The American Historical Review*, v. 113, n. 1, p. 93-118, 2008.
- MELATTI, Julio C. A antropologia no Brasil: um roteiro. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, v. 17, p. 1-92, 1984.
- MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. *História da Arqueologia Brasileira*. Pesquisas, Instituto Anchietano de Pesquisas, 1991.
- MILISAUKAS, Sarunas. Historical observations on European archaeology. In: Milisauskas, Sarunas (ed.). *European Prehistory: a survey*. New York: Springer. 2011. p. 7-21.
- MOSHENSKA, Gabriel. Performance and display at the first meeting of the British Archaeological Association, Canterbury, 1844. *World Archaeology*, v. 49, n. 2, p. 226-236, 2017.
- MURRAY, Tim. The origins of culture history in prehistoric archaeology: rethinking plausibility and disciplinary tradition. *World Archaeology*, v. 49, n. 2, p. 187-197, 2017.
- MURRAY, Tim e SPRIGGS, Matthew. The historiography of archaeology: exploring theory, contingency and rationality. *World Archaeology*, v. 49, n. 2, p. 151-157, 2017.
- NATIV, Assaf. The object of archaeology. *Archaeological Dialogues*, v. 25, n. 1, p. 1-21, 2018.
- NEVES, Eduardo G. *Paths in the Dark Waters: archaeology as indigenous history in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon*. Tese (Doutorado em Antropologia). Indiana University, Bloomington, 1998.
- NEVES, Eduardo G. Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto rio Negro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul, Suplemento 3, p. 319-330, 1999.
- NEVES, Eduardo G. Archaeological cultures and past identities in the Pre-Colonial Central Amazon. In: Hornborg, Alf; Hill, Jonathan (eds.). *Ethnicity in Ancient Amazonia*.

- Reconstructing past identities from archaeology, linguistics, and ethnohistory.* Boulder: University Press of Colorado, 2011. p. 31-56.
- NICHOLAS, George (ed.). *Being and Becoming Indigenous Archaeologists.* Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.
- NOELLI, Francisco S. *Sem tekohá não há tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí, RS.* Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- NOELLI, Francisco. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3, p. 285-302, 1999.
- NOELLI, Francisco S.; FERREIRA, Lucio M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *Manguinhos, História, Ciências, Saúde*, v. 14, n. 4, p. 1239-1264, 2007.
- O'BRIEN, Michael J.; LYMAN, R. Lee; SCHIFFER, Michael. *Archaeology as Process. Processualism and its progeny.* Salt Lake City: The University of Utah Press, 2005.
- OLSEN, Bjornar. After interpretation: remembering archaeology. *Current Swedish Archaeology*, v. 20, p. 11-34, 2012.
- PAPAVERO, Nelson; OVERAL, Willian L. *Taperinha: histórico das pesquisas de história natural realizadas em uma fazenda da região de Santarém, no Pará, nos séculos XIX e XX.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.
- PETSCHELIES, Erik. Theodor Koch-Grünberg (1872-1924): A "field ethnologist" and his contacts with Brazilian intellectuals. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 1, p. 196-216, 2019.
- PLOG, Stephen. The contribution of behavioral archaeology and research of Michael B. Schiffer to the discipline. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 18, p. 278-283, 2011.
- POLITIS, Gustavo. The theoretical landscape and methodological development of archaeology in Latin America. *Latin American Antiquity*, v. 14, n. 2, p. 115-142, 2003.
- POUGET, Frederic M.C. *Práticas Arqueológicas e Alteridades Indígenas.* Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira. A pré-história e os verdadeiros colonizadores.* Cuiabá: Carlini e Caniato, 2019.
- RAMOS, Alcida R. e CAYÓN, Luis. Apresentação. *Anuário Antropológico*, v. 39, n. 2, 2014.
- REID, Jeff e SKIBO, James. Introduction to assessing Michael Brian Schiffer and his behavioral archaeology. *Journal of Archaeological Theory and Method*, v. 18, n.4, p. 273-277, 2011.
- RENFREW, Colin. (ed.). *The Explanation of Culture Change: models in Prehistory.* Pittsburgh: The University of Pittsburgh Press. 1973a.
- RENFREW, Colin. Monuments, mobilization and social organization in Neolithic Wessex. In: RENFREW, Colin (ed.). *The Explanation of Culture Change: models in Prehistory.* Pittsburgh: The University of Pittsburgh Press, 1973b. p. 539-558.
- RIBEIRO, Berta; VELTHEM, Lucia H. van. Coleções etnográficas: documentos materiais para a história e etnologia. In: M. Carneiro da Cunha (Org.). *História dos Índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 103-112.
- RODRIGUES, Igor M.M. Por uma etnoarqueologia dos trançados ameríndios. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 34, p. 87-110, 2020.

- SALLAS, Ana Luísa F. Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação. *Manguinhos. História, Ciências, Saúde*, v. 17, n.2, p. 415-435, 2010.
- SCHADEN, Egon. Pioneiros alemães da exploração etnológica do Alto Xingu. In: COELHO, Vera P. (org.). *Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 111-129.
- SCHIFFER, Michael. A personal history of behavioral archaeology. In: Schiffer, Michael (ed.) *Behavioral Archaeology: first principles*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1995. p. 1-24.
- SCHNAPP, Alain. Introduction: the roots of antiquarianism. In: Schnapp, Alain (ed). *World Antiquarianism. Comparative perspectives*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2013, p. 1-10.
- SCHRÖDER, Peter. “Three long rows of empty shelves” to fill: Curt Nimuendajú as collector and researcher for ethnological museums in Germany, 1928-1930. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 1, p. 217-240, 2019.
- SCHWARTZ, Lilian. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Fabíola A. *As Tecnologias e seus Significados. Um estudo da cerâmica dos Asurini do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica*. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SILVA, Fabíola A. Patrimônio arqueológico em terras indígenas: considerações sobre o tema no Brasil. In: FERREIRA, Lúcio M.; FERREIRA, Maria L.M.; ROTMAN, Mónica (orgs.). *Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina: estudos de caso*. São Paulo: ANNABLUME, 2011. p. 193-218.
- SILVA, Lucas A. da. A fluidez das relações materiais: uma arqueologia com os pés na água. *Revista de Arqueologia*, v.32, n.1, p.108-128, 2019.
- SMITH, George S.; MESSENGER, Phyllis M. e SODERLAND, Hilary A. (eds). *Heritage Values in Contemporary Society*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.
- SOUZA, Marcos A. T. Introdução: arqueologia da diáspora africana no Brasil. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 7, n. 1, p. 9-19, 2013.
- SOUZA, Vanderlei S. Ciência e miscigenação racial no início do século XX: debates e controvérsias de Edgard Roquette-Pinto com a antropologia física norte-americana. *Manguinhos, História, Ciências, Saúde*, v. 23, n. 3, p. 597-614, 2016.
- STOCKING Jr., George W. *Race, Culture and Evolution: essays in the history of anthropology*. New York: Free Press, 1968.
- STOCKING Jr., George W. The ethnographer’s magic: fieldwork in British anthropology from Tylor to Malinowski. In: G. Stocking (ed.). *Observers Observed. Essays on ethnographic fieldwork*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983. p. 70-120.
- STOCKING Jr., George W. (ed.). *Malinowski, Rivers, Benedict and others. Essays on culture and personality*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986.
- STOCKING Jr., George W. *After Tylor. British social anthropology 1888-1951*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.
- SYMANSKI, Luis C. P. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, Walter; MOI, Flavia (eds.). *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 279-310.
- SYMANSKI, Luis Claudio P. Arqueologia – antropologia ou história? Origens e tendências de um debate epistemológico. *Tessituras*, v. 2, n. 1, p. 10-39, 2014.

- THIEME, Inge. Karl von den Steinen: vida e obra. In: COELLHO, Vera P. (org.). *Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. São Paulo: EDUSP, 1993. p.37-108.
- THOMAS, Julian. Archaeology and anthropology. In: FARDON, Richard; HARRIS, Olivia; MARCHAND, Trevor H.J.; NUTALL, Mark; SHORE, Cris; STRANG, Veronica; WILSON, Richard A. (eds.). *Handbook of Social Archaeology*. London: SAGE Publications, 2012. p. 138-153.
- THOMAS, Julian. The future of archaeological theory. *Antiquity*, v. 89, n. 348, p. 1287–1296, 2015.
- TRIGGER, Bruce. *Historia del Pensamiento Arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.
- VELTHEM, Lucia H. V. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n.1, p. 51-66, 2012.
- VERMEULEN, Han. F. PINHEIRO, CLAUDIO C. e SCHRÖDER, Peter. Introduction: the German tradition in Latin American anthropology. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 1, p.64-96, 2019.
- VIERTLER, Renate. Karl von den Steinen's ethnographic research among indigenous peoples in Brazil, 1884-1888. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 1, p. 97-117, 2019.
- VIDAL, Lux. *Grafismo Indígena*. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Studio Nobel, 1992.
- WAGNER, Roy. *The Invention of Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- WATKINS, Joe. *Indigenous Archaeology: American Indian values and scientific practice*. Walnut Creek, AltaMira Press, 2000.
- WATSON, Patty J. Archaeology and anthropology: a personal overview of the past half-century. *Annual Review of Anthropology*, v. 38, 2009, p. 1-15.
- WILLEY, Gordon R.; Phillips, Philip. *Method and Theory in American Archaeology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- WILLEY, Gordon R. e SABLOFF, Jeremy A. *A History of American Archaeology*. New York: W.H. Freeman and Company, 1980.
- WÜST, Irmhild. *Aspectos da Ocupação Pré-colonial em uma Área do Mato Grosso de Goiás: tentativa de análise espacial*. Criciúma: UNESC, 2019.
- WÜST, Irmhild. *Continuidade e Mudança: para uma interpretação dos grupos pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Antropologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- YARROW, Thomas. Not knowing as knowledge: asymmetry between archaeology and anthropology. In: Garrow, Duncan; Yarrow, Thomas (eds.). *Archaeology and Anthropology: understanding similarity, exploring difference*. Oxford: Oxbow Books, 2010. p. 13-39.

ANALOGIA ETNOGRÁFICA

- AFONSO, Marisa C.; SILVA, Fabíola A. (orgs.). O simpósio “Arqueologia dos Povos Jê no Sul e Sudeste do Brasil, MAE-USP”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 27, p. 3-4, 2016.
- ALLEN, Catherine J. The Incas have gone inside: pattern and persistence in Andean iconography. *RES: Anthropology and Aesthetics*, v. 42, p. 180-203, 2002.
- ALMEIDA, Fernando O. A arqueologia dos fermentados: a etílica história dos Tupi-Guarani. *Estudos Avanços*, v. 29, n. 83, p. 87-118, 2015.

- ALMEIDA, Fernando O.; GARCIA, Lorena G. Aspectos do espaço Tupinambá no leste amazônico. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, p. 97-119, 2008.
- ALMEIDA, Fernando O.; NEVES, Eduardo G. Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 499-525, 2015.
- ALMEIDA, Fernando. *O complexo Tupi da Amazônia oriental*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ALMEIDA, Walderes C.P. de *Lugares de Acampamento e Memória do Povo Laklânô/Xoklég, Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- ALVES, Marcony L. *Objetos distribuídos do Baixo Amazonas: um estudo da cerâmica Konduri*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- ALVES, Marcony L. Revisitando os *alter egos*: figuras sobrepostas na iconografia Konduri e sua relação com o xamanismo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 15, n. 3, p. 1-29, 2020.
- ANDRADE CIUDAD, Luis; RAMÓN JOFFRÉ, Gabriel. Toolkits and cultural lexicon: an ethnographic comparison of pottery and weaving in the Northern Peruvian Andes. *INDIANA*, v. 31, p. 291-320, 2014.
- ARNOLD, Bettina. The past as propaganda: totalitarian archaeology in Nazi Germany. In: MURRAY, Tim; EVANS, Christopher (eds.). *Histories of Archaeology. A reader in the history of archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 121-144.
- ARNOLD, Dean. *Social Change and Evolution of Ceramic Production and Distribution in a Maya Community*. Boulder: University Press of Colorado, 2008.
- ASCHER, Robert. Analogy in archaeological interpretation. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 17, p. 317-325, 1961.
- ASSIS, Valéria S. *Da espacialidade Tupinambá*. 1996. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- BANDEIRA, Arkley. Os Tupis na ilha de São Luís – Maranhão: fontes históricas e a pesquisa arqueológica. *História Unicap*, v. 2, n. 3. p. 79-98, 2015.
- BANDEIRA, Dione. Taquara/Itararé, proto-Jê, Jê, Kaingang ou Xoklég. Quem eram os povos produtores de cerâmica não Guarani das terras altas e do litoral sul do Brasil. In: DeMASI, Marco (org.). *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do Sul do Brasil. Transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória*. Tubarão: Editora Unisul, 2006. p. 166-168.
- BAPTISTA da SILVA, Sérgio. *Etnoarqueologia dos grafismos Kaingáng: um modelo para a compreensão das sociedades proto-Jê meridionais*. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BARATA, Frederico. *As Artes Plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- BARBOSA RODRIGUES, João. Antiguidades do Amazonas. Armas e instrumentos de pedra. *Ensaio de Sciencia por Diversos Amadores*, v. 1, p. 91-125, 1876a.
- BARBOSA RODRIGUES, João. Antiguidades do Amazonas. Arte cerâmica. *Ensaio de Sciencia por Diversos Amadores*, v. 2, p. 3-23, 1876b.
- BARNARD, Alan. Nothing wrong with reasoned speculation. *Antiquity*, v. 90, n. 352, p. 1084-1085, 2016.
- BARRETO, Cristiana. Brazilian archaeology from a Brazilian perspective. *Antiquity*, v. 72, n. 277, p. 573-582, 1998.

- BARRETO, Cristiana. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3, p. 201-212, 1999.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, v. 44, p. 32-51, 1999/2000.
- BARRETO, Cristiana. Cerâmica e complexidade social na Amazônia antiga: uma perspectiva a partir de Marajó. In: PEREIRA, Edith; GUAPINDAIA, Vera (org.). *Arqueologia amazônica*, v.1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/IPHAN/SECUP, 2010. p. 193-212.
- BARRETO, Cristiana. Modos de figurar o corpo na Amazônia pré-colonial. In: ROSTAIN, Stéphen (ed.). *Antes de Orellana: Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*. Quito: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2014. v. 1. p. 123-132.
- BEBER, Macos V. A pesquisa arqueológica no planalto sulbrasileiro e o caso da tradição Taquara/Itararé. In: DeMASI, Marco (org.). *Xokleng 2860 a.C. As terras altas do sul do Brasil: transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória*. Tubarão: Editora Unisul, 2006. p. 107-113.
- BEDNARIK, Robert G. Ethnographic analogy in rock art interpretation. *Man in India*, v. 91, n. 2, p. 223-234, 2011.
- BEHAR, Ruth; GORDON, Deborah A. (eds.). *Women Writing Culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- BELTRÃO, Maria C.; LARAIA, Roque. O método arqueológico e a interpretação etnológica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 17, p. 203-217, 1969.
- BENNETT, John W. Recent developments in the functional interpretation of archaeological data. *American Antiquity*, v. 9, n. 2, p. 208-219, 1943/1944.
- BERNARDINI, Wesley. Identity as history. Hopi clans and the curation of oral tradition. *Journal of Anthropological Research*, v. 64, p. 483-509, 2008.
- BESPALEZ, Eduardo. *As Formações Territoriais na Terra Indígena Lalima, Miranda/MS: os significados históricos e culturais da fase Jacadigo da tradição Pantanal*. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BINFORD, Lewis R. Smudge pits and hide smoking: the role of analogy in archaeological reasoning. *American antiquity*, v. 32, n. 2, p. 203-210, 1967a.
- BINFORD, Lewis R. Comment on K. Chang's "Major aspects of the interrelationship of archaeology and ethnology". *Current Anthropology*, v. 8, n. 3, p. 234-35, 1967b.
- BINFORD, Lewis R. Some comments on historical versus processual archaeology. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 24, n. 3, p. 267-275, 1968.
- BINFORD, Lewis R. Archaeology as Anthropology. In: LEONE, Mark P. (ed.). *Contemporary Archaeology. A guide to theory and contributions*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press. 1972a. p. 93-101.
- BINFORD, Lewis R. A consideration of archaeological research design. In: LEONE, Mark P. (ed.). *Contemporary Archaeology. A guide to theory and contributions*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press. 1972b. p. 158-177.
- BINFORD, Lewis R. Archaeological systematics and the study of culture process. In: LEONE, Mark P. (ed.). *Contemporary Archaeology. A guide to theory and contributions*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press. 1972c. pp. 125-132.

- BINFORD, Lewis R. Archaeological perspectives. In: BINFORD, Sally R.; BINFORD, Lewis R. (ed.). *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1972d. p. 5-32.
- BINFORD, Sally. Variability and change in the near eastern Mousterian of Levallois facies. In: BINFORD, Sally R.; BINFORD, Lewis R. (eds.). *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1972. p. 49-60.
- BOAS, Franz. Some problems in North American archaeology. *American Journal of Archaeology*, v. 6, p. 1-6, 1902.
- BOAS, Franz. The methods of ethnology. *American Anthropologist*, v. 22, n. 4, p. 311-321, 1920.
- BOAS, Franz. Evolution or diffusion? *American Anthropologist*, v. 26, n. 3, p. 340-344, 1924.
- BOAS, Franz. The limitations of the method comparative of anthropology. In: BOAS, Franz. *Race, Language, and Culture*. New York: The Macmillan Company, 1940. p. 270-280.
- BORGSTEDT, Greg; YAEGER, Jason. Notions of cultural continuity and disjunction in maya social movements and maya archaeology. In: LIEBMANN, Matthew; RIZVI, Uzma Z. (eds.). *Archaeology and the Postcolonial Critique*. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 91-107.
- BROCHADO, José J. J. P. *Alimentação na Floresta Tropical. Analogia etnográfica na reconstrução da alimentação por meio de evidências indiretas*. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, n. 2. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1977.
- BROCHADO, José J. J. P. What did the Tupinambá cook in their vessels? *Revista de Arqueologia*, v. 6, p. 40-90, 1991.
- BROCHADO, José J. J. P.; LA SALVIA, Fernando. A cerâmica Guarani: análise e interpretação. *Anais do Simpósio Nacional de Estudos Missionários*, n. 6, p. 193-215, 1986.
- BROCHADO, José J. J. P.; MONTICELLI, Gislene. Regras práticas para a reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica Guarani a partir do fragmento. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 20, n. 2, p. 107-118, 1994.
- BROCHADO, José J. J. P.; MONTICELLI, Gislene; NEUMANN, Eduardo. Analogia etnográfica na reconstrução gráfica das vasilhas Guarani arqueológicas. *Veritas*, v. 35, n. 140, p. 727-743, 1990.
- BUENO, Lucas de M. R. Estilo, forma e função: das flechas Xikrin aos artefatos líticos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 13, p. 211-226, 2003.
- BUENO, Lucas de M. R. Um estudo da variabilidade formal das flechas Xikrin a partir de uma perspectiva arqueológica. In: SILVA, Fabiola Andrea; GORDON, Cesar (org.). *Xikrin. Uma coleção etnográfica*. São Paulo: Edusp, 2011. p. 151-172.
- BUSHNELL, David I. Virginia before Jamestown. *Smithsonian Miscellaneous Collections*, v. 100, p. 125-158, 1940.
- CARNEIRO, Robert. Structure, function and equilibrium in the evolutionism of Herbert Spencer. *Journal of Anthropological Research*, v. 29, n. 2, p. 77-95, 1973.
- CARNEIRO, Robert. The history of ecological interpretations in Amazonia: does Roosevelt have it right? In: SPONSEL, L. *Indigenous peoples and the future of Amazonia. An ecological anthropology of an endangered world*. Tucson: University of Arizona Press, 1995. p.45-65.
- CARROLL, Alex K.; ZEDENO, Maria N.; STOFFLE, Richard W. Landscapes of the ghost dance: a cartography of Numic ritual. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 11, n. 2, p. 127-156, 2004.

- CESERANI, Giovanna. Antiquarian transformations in eighteenth-century Europe. In: SCHNAPP, Alain (ed.). *World Antiquarianism. Comparative perspectives*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2013. p. 317-342.
- CHANG, Kwang C. Major aspects of the interrelationship of archaeology and ethnology”. *Current Anthropology*, v. 8, n. 3, p. 227-243, 1967.
- CHARLINA, Judith; GONZÁLEZ-JOSÉB, Rolando. Testing an ethnographic analogy through geometric morphometrics: A comparison between ethnographic arrows and archaeological projectile points from Late Holocene Fuego-Patagonia. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 51, p. 159-172, 2018.
- CHARLTON, Thomas H. Archaeology, ethnohistory, and ethnology: interpretative interfaces. *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 4, p. 129-176, 1981.
- CHRISTIE, Jessica J. Origin narratives, places, and concepts among the ‘Namgis, a Kwakwaka’wakw group in British Columbia, Canada. In: CHRISTIE, Jessica J. (ed.). *Landscapes of Origin in the Americas. Creation narratives linking ancient places and present communities*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2009. p. 45-54.
- CHRISTENSON, Allen J. Ancestral presence at the Navel of the world: Francisco Sojuel and Santiago Atitlán. In: CHRISTIE, Jessica J. (ed.). *Landscapes of Origin in the Americas. Creation narratives linking ancient places and present communities*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2009. p. 98-119.
- CLARK, John Grahame D. Archaeology. In: TAX, Sol; EISELEY, Loren C.; ROUSE, Irving; VOEGELIN, Carl F. (eds.). *An Appraisal of Anthropology Today*. Chicago: The University of Chicago Press, 1953. p. 235-258.
- CLARK, John Grahame D. Archaeological theories and interpretations: Old World. In: TAX, Sol (ed.). *Anthropology Today. Selections*. Chicago: The University of Chicago Press, 1962. p. 104-121.
- CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica*. Antropologia e literatura no século xx. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
- CLOTTE, Jean; LEWIS-WILLIAMS, David. *Les Chamanes de la Préhistoire. Transe et magie dans les grottes ornées*. Paris: Seuil. 1996.
- COE, Michael; FLANNERY, Kent V. Microenvironments and Mesoamerican prehistory. *Science*, v. 143, n. 3607, p. 650-654, 1964.
- COLE, Douglas. “The value of a person lies in his herzensbildung”. Franz Boas’ Baffin Island letter-diary, 1883-1884. In: STOCKING, George. (ed.). *Observers Observed. Essays on ethnographic fieldwork*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983. p. 13-52.
- COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip. *Living Histories. Native Americans and Southwestern Archaeology*. Lanham: AltaMira Press, 2010.
- CONKEY, Margareth; HASTORF, Christine (eds.). *The Uses of Style in Archaeology*. New York: Cambridge University Press, 1993.
- CORRÊA, Ângelo A. *Pindorama de Mboíã e Îakaré. Continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CORRÊA, Ângelo A. *Tetama na Matas Mineiras: sítios Tupi na microrregião de Juiz de Fora – MG*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CORRÊA, Ângelo A. Tupi-Guarani nas matas mineiras: estudo de cerâmica Tupinambá. *Habitus*, v. 18, n. 2, p. 472-500, 2020.

- CORTELETTI, Rafael; DeBLASIS, Paulo. Arqueologia Jê do sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici, Santa Catarina. *Memorare*, v. 5, n. 2, p. 132-164, 2018.
- CORTELETTI, Rafael; DICKAU, Ruth; DeBLASIS, Paulo; IRIARTE, Jose. Revisiting the economy and mobility of Southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the southern Brazilian highlands: starch grain and phytoliths analyses from the Bonin site, Urubici, Brazil. *Journal of Archaeological Science*, n. 58, p. 46-61, 2015.
- COSTA, Angyone. *Introdução à Arqueologia Brasileira*. Brasileira, v.34. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1934] 1980.
- COSTA, Rodrigo L.; LIMA, Tania A. A arte e a técnica de trançar na pré-história de Pernambuco: a cestaria dos sítios Alcobaça e Furna do Estrago. *Clio Arqueológica*, v. 31, n. 2, p. 102-152, 2016.
- CRISTANTE, Mariana A. P. Arqueologia das práticas mortuárias de grupos Tupinambá e Guarani. *Clio Arqueológica*, v. 33, n. 2, p. 184-245, 2018.
- CRULS, Gastão. *Hiléia amazônica. Aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígenas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- Currie, Adrian. Ethnographic analogy, the comparative method, and archaeological special pleading. *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 55, p. 84-94, 2016.
- CUSHING, Frank H. Preliminary notes on the origin, working hypothesis, and primary researches of the Hemenway Southwestern Archaeological Expedition. *Proceedings of the International Congress of the Americanists*, v. 7, p. 151-194, 1888.
- D'ANGELIS, Wilmar da R. O Xokleng, o Kaingáng e sua filiação ao Proto-Jê: antecedentes para uma reflexão. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 1, n. 2, p. 117-148, 2009.
- DANIEL, Glyn. *The Origins and Growth of Archaeology*. Middlesex: Penguin Books, 1967.
- DANIEL, Glyn. *El Concepto de Prehistoria*. Barcelona: Editorial Labor, 1968.
- DANIEL, Glyn. *A Hundred and Fifty Years of Archaeology*. Cambridge: Duckworth, 1975.
- DEAL, Michael. *Pottery Ethnoarchaeology in the Central Maya Highlands*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 1998.
- DEBRET, Jean B. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1965. (Tomo 1, 2).
- D'ERRICO, Francesco; BACKWELL LUCINDA; VILLA, Paola; DEGANO, ILARIA, LUCEJKO, JEANETTE; BAMFORD, MARION; HIGHAM, Thomas F. G.; COLOMBINI, Maria P.; BEAUMONT, Peter B. Early evidence of San material culture represented by organic artifacts from Border Cave, South Africa. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the USA*, v. 109, p. 13214–13219, 2012.
- DELANNOY, Jean-Jacques; DAVID, Bruno; GENESTE, Jean-Michel; KATHERINE, Margaret; SADIÉ, Benjamin; GUNN, Robert. Engineers of the Arnhem Land plateau: evidence for the origins and transformation of sheltered spaces at Nawarla Gabarnmang. In: DAVID, Bruno; TAÇON, Paul S. C.; DELANNOY, Jean-Jacques; GENESTE, Jean-Michel (eds.). *The Archaeology of Rock Art in Western Arnhem Land, Australia* (Terra Australis 47). Australia: Australian National University Press, 2017. p. 197-243.
- DeMASI, Marco A. (org.). *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do Sul do Brasil. Transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória*. Tubarão: Editora Unisul, 2006.
- DeMASI, Marco A. Arqueologia das terras altas do Sul do Brasil: o baixo vale do rio Canoas, RS. In: DeMASI, Marco (org.). *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do Sul do Brasil*.

- Transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória*. Tubarão: Editora Unisul, 2006. p. 47-75.
- DeMASI, Marco A. Centros cerimoniais do planalto meridional: uma análise intrasítio. *Revista de Arqueologia*, v. 22, n. 1, p. 99-113, 2009.
- D'ERRICO, Francesco; VILLA, Paola; DEGANO, Ilaria; LUCEJKO, Jeanette; COLOMBINI, Maria P.; BEAUMONT, Peter. The 'to be or not to be' of archaeological enquiry. *Antiquity*, v. 90, n. 352, p. 1079-1082, 2016.
- DEETZ, James F. Archaeology as a social science. In: LEONE, Mark (ed). *Contemporary Archaeology. A guide to theory and contributions*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1972a. p. 108-117.
- DEETZ, James F. The inference of residence and descent rules from archaeological data. In: BINFORD, Sally R.; BINFORD, Lewis R. (eds.). *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1972b. p. 41-48.
- DENBOW, James. Analogy and the danger of over-simplifying the past. *Antiquity*, v. 90, n. 352, p. 1086, 2016.
- DENHAM, Tim; GOLSON, Jack; HUGHES, Philip. Phase 3: The Emergence of Ditches. In: GOLSON, Jack; DENHAM, Tim; HUGHES, Philip; SWADLING, Pamela; MUKE, John (eds.). *Ten Thousand Years of Cultivation at Kuk Swamp in the Highlands of Papua New Guinea* (Terra Australis 46). Australia: Australian National University Press, 2017. p. 221-237.
- DIAS, Adriana S. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do Pronapa. *Revista do Cepa*, v. 19, n. 22, p. 25-39, 1995.
- DIAS, Adriana S.; Hoeltz, Sirlei E. Dentro da casa/fora da casa: ariabilidade lítica e sistema de assentamento para a tradição Guarani. *Habitus*, v. 9, n. 2, p. 289-305, 2011.
- DIAS, Adriana S. Indústrias líticas da Tradição Taquara no alto vale do rio dos Sinos. In: DeMASI, Marco (org.). *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do Sul do Brasil*. *Transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória*. Tubarão: Editora Unisul, 2006. p. 178-210.
- DIAS, Adriana. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices par o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 2, n. 1, p. 59-76, 2007.
- DIAS, Adriana S.; SILVA, Fabíola A. Sistema Tecnológico e Estilo: as implicações desta interrelação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 11, p. 95-108, 2001.
- DIETLER, Michael. 'Our ancestors the Gauls': archaeology, ethnic nationalism, and the manipulation of Celtic identity in modern Europe. In: MURRAY, Tim; EVANS, Christopher (eds.). *Histories of Archaeology. A reader in the history of archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p 194-221.
- DIXON, Roland B. Some aspects of North American archaeology. *American Anthropologist*, v. 15, n. 4, p. 549-577, 1913.
- DOMÍNGUEZ-Rodrigo, Manuel. Conceptual premises in experimental design and their bearing on the use of analogy: an example from experiments on cut marks. *World Archaeology*, v. 40, n. 1, p. 67-82, 2008.
- DUNNELL, Robert C. Evolutionary theory and archaeology. *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 3, p. 38-99, 1980.
- EHRENREICH, Paul. Contribuições para a etnologia do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v. 2, p. 7-135, 1948.

- EPPICH, Keith. Analogy as theory and method. *The SAA Archaeological Record*, p. 31-34, 2020.
- FAHLANDER, Fredrik. Archaeology and anthropology – brothers in arms? on analogies in 21st-century archaeology. In: FAHLANDER, Fredrik; OESTIGAARD, Terje (ed.). *Material Culture and Other Things. Post-disciplinary studies in the 21st century*. Gothenburg: Gotarc, 2004. p. 185-211.
- FARMER, Malcolm F. Navaho archaeology of upper blanco and largo canyons, northern New Mexico. *American Antiquity*, v. 8, n. 1, p. 65-79, 1942/1943.
- FAULKNER, Patrick. The potential for change in late holocene economic and social systems. *Terra Australis Series*, v. 38, p. 1-14, 2013.
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 381-396.
- FAUSTO, Carlos. *Os índios Antes de Cabral*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FENTON, William H. Problems arising from the historic northeastern position of the Iroquois. *Smithsonian Miscellaneous Collections*, v. 100, p. 159-251, 1940.
- FERREIRA, Lúcio M. *Território Primitivo. A institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- FERREIRA, Lúcio M. História petrificada: a arqueologia nobiliárquica e o império brasileiro. *Cadernos do CEOM*, v. 17, n. 18, p. 12-40, 2014.
- FERREIRA, Lúcio M. “Ordenar o caos”: Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 4, n. 1, p. 71-91, 2009.
- FERREIRA, Lúcio M.; NOELLI, Francisco S. Richard Francis Burton, os sambaquis e a arqueologia no Brasil Imperial (com tradução de textos de Burton). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 17, p. 149-168, 2007.
- FERREIRA, Lúcio M.; NOELLI, Francisco S. João Barbosa Rodrigues: precursor da etno-classificação na arqueologia amazônica. *Amazônica. Revista de Antropologia*, v. 1, p. 68-95, 2009.
- FEWKES, J. Walter. The prehistoric culture of Tusayan. *American Anthropologist*, v. 9, n. 5, p. 151-173, 1896.
- FLANNERY, Kent V. Culture history vs. cultural process: a debate in American archaeology. In: LEONE, Mark (ed.). *Contemporary Archaeology. A guide to theory and contributions*. Southern Illinois University Press: Carbondale/Edwardsville, 1972. p. 102-107.
- FLANNERY, Kent V.; COE, Michael D. Social and economic systems in Formative Mesoamerica. In: BINFORD, Sally R.; BINFORD, Lewis R. (eds.). *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1972. p. 267- 283.
- FOWLER, Don D. Archaeology in the service of the state. In: MURRAY, Tim; EVANS, Christopher (eds.). *Histories of Archaeology. A reader in the history of archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 93-119.
- FREEMAN, Dereck. The evolutionary theories of Charles Darwin and Herbert Spencer. *Current Anthropology*, v. 15, n. 3, p. 211-237, 1974.
- FRICKEL, Protásio. Fases culturais e aculturação intertribal no Tumucumaque. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n. 16, p. 1-18, 1961.
- FRICKEL, Protásio. Tradição Tribal e Arqueologia no Tumucumaque. *Revista do Museu Paulista*, N.S., v. XIV, p. 471-491, 1964.

- FRIEDRICH, Margareth H. Design structure and social interaction: archaeological implications of an ethnographic analysis. *American Antiquity*, v. 35, n. 3, p. 332-343, 1970.
- FRISEN, T. Max. Alaskan analogues and eastern uncertainties: reconstructing Thule inuit interaction networks in the eastern North American Arctic. In: DAMM, Charlotte; SAARIKIVI, Janne (eds.). *Networks, Interactions and Emerging Identities in Fennoscandia and Beyond*. Helsinki: Mémoires de la Société Finno-Ougrienne n° 265, 2012. p. 3-26.
- FRITZ, John M.; PLOG, Fred. The nature of archaeological explanation. *American Antiquity*, v. 35, n. 4, p. 405-412, 1970.
- FUNARI, Pedro P. Brazilian archaeology: a reappraisal. In: POLITIS, Gustavo G.; ALBERTI, Benjamin (eds.). *Archaeology in Latin America*. London/New York: Routledge, 1999. p. 15-35.
- GARCIA, Lorena L. W. G. *Paisagens do Médio-Baixo Xingu: arqueologia, temporalidade e historicidade*. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- GARDIMAN, Gilberto G.; RODRIGUES, Igor M. M.; CASCON, Leandro M.; ISNARDIS, Andrei. A morfologia dos vasos Jê na produção de cauim de milho em Vereda III: uma proposição. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 27, p. 111-120, 2016.
- GASPAR, Madu. *A Arte Rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- GASPAR, Meliam V. *Arqueologia e História dos Povos de Línguas Karib. Um estudo da tecnologia cerâmica*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- GASPAR, Meliam V.; RODRIGUES, Igor M. M. Coleções etnográficas e arqueologia: uma relação pouco explorada. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 15, n. 1, p. 1-19, 2020.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma Polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOELDI, Emílio. Cavernas funerárias artificiais de índios hoje extintos no sul da Guiana e a cerâmica ali encontrada. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 1, p. 101-103, 2009a.
- GOELDI, Emílio. Urnas funerárias de povos indígenas extintos e curiosos ídolos de barro e pedra da região amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 1, p. 105-129, 2009b.
- GOELDI, Emílio. Sobre o uso dos machados de pedra de índios sul-americanos, especialmente amazônicos, atualmente existentes. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 1, p. 131-133. 2009c.
- GOLSON, Jack. Houses in and out of the Swamp. In: GOLSON, Jack; DENHAM, Tim; HUGHES, Philip; SWADLING, Pamela; MUKE, John (eds.). *Ten Thousand Years of Cultivation at Kuk Swamp in the Highlands of Papua New Guinea* (Terra Australis 46). Australia: Australian National University Press, 2017a. p. 325-350.
- GOLSON, Jack. Artefacts of Wood. In: GOLSON, Jack; DENHAM, Tim; HUGHES, Philip; SWADLING, Pamela; MUKE, John (eds.). *Ten Thousand Years of Cultivation at Kuk Swamp in the Highlands of Papua New Guinea* (Terra Australis 46). Australia: Australian National University Press, 2017b. p. 359-372.
- GOLSON, Jack; DENHAM, Tim; HUGHES, Philip; SWADLING, Pamela; MUKE, John (eds.). *Ten Thousand Years of Cultivation at Kuk Swamp in the Highlands of Papua*

- New Guinea* (Terra Australis 46). Australia: Australian National University Press, 2017.
- GOMES, Denise M. C. O lugar dos grafismos e das representações na arte pré-colonial amazônica. *Mana*, v. 22, n. 3, p. 671-703, 2016.
- GOMES, Denise M. C. Perspectivismo ameríndio e a ideia de uma estética americana. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 1, p. 133-159, 2012.
- GOSDEN, Chris. *Anthropology and Archaeology: A changing relationship*. London/New York: Routledge, 1999.
- GOULD, Richard A. Living archaeology: the Ngatatjara of western Australia. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 24, n. 2, p. 101-122, 1968.
- GRIER, Colin; SAVELLE, James M. Intrasite special patterning and Thule Eskimo social organization. *Artic Anthropology*, v. 31, n. 2, p. 95-107, 1994.
- GRIFFIN, James B. The archaeological remains of the Chiwere Sioux. *American Antiquity*, v. 2, n. 3, p. 180-181, 1936/1937.
- GOECKI, Paul. Kuk phase 7, 1969–1990, the Kuk research station: a colonial interlude. In: GOLSON, Jack; DENHAM, Tim; HUGHES, Philip; SWADLING, Pamela; MUKE, John (eds.). *Ten Thousand Years of Cultivation at Kuk Swamp in the Highlands of Papua New Guinea* (Terra Australis 46). Australia: Australian National University Press, 2017. p. 437-447.
- GUNN, Robert; DAVID, Bruno; WHEAR, Ray; JAMES, Daniel; PETCHEY, Fiona; CHALMIN, Emilie; CASTETS, Géraldine; BRAKER, Bryce; GENESTE, Jean-Michel e DELANNOY, Jean-Jacques. Postcards from the outside: European-contact rock art imagery and occupation on the southern Arnhem Land, plateau, Jawoyn lands. In: DAVID, Bruno; TAÇON, Paul S.C.; DELANNOY, Jean-Jacques; GENESTE, Jean-Michel (eds.). *The Archaeology of Rock Art in Western Arnhem Land, Australia* (Terra Australis 47). Australia: Australian National University Press, 2017. p. 165-195.
- GUNN, Robert; DAVID, Bruno; DELANNOY, Jean-Jacques; KATHERINE, Margaret. The past 500 years of rock art at Nawarla Gabarnmang, central-western Arnhem Land. In: DAVID, Bruno; TAÇON, Paul S.C.; DELANNOY, Jean-Jacques; GENESTE, Jean-Michel (eds.). *The Archaeology of Rock Art in Western Arnhem Land, Australia* (Terra Australis 47). Australia: Australian National University Press, 2017. p. 303-328.
- HARDIN, Margareth A. Sources of ceramic variability at Zuni Pueblo. In: LONGACRE, William A. (ed.). *Ceramic Ethnoarchaeology*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 40-70.
- HARDIN, Margareth A.; MILLS, Barbara J. The social and historical context of short-term stylistic replacement: a Zuni case study. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 7, n. 3, p. 139-163, 2000.
- HARRIS, David R. *The Archaeology of V. Gordon Childe*. Chicago: The University Chicago Press, 1994.
- HARRIS, Marvin. *El Desarrollo de la Teoría Antropológica*. Una historia de las teorías de la cultura. Madrid: Siglo XXI, 1988.
- HART, C. 1871. The ancient Indian pottery of Marajó, Brazil. *American Naturalist*, v. 5, n. 5, p. 259-271.
- HAYWARD, John A. The agency of artefacts: Socio-ideological functionality and the long-necked spearthrowers of Mirarr Country, northern Australia. In: DAVID, Bruno; TAÇON, Paul S.C.; DELANNOY, Jean-Jacques; GENESTE, Jean-Michel

- (eds.). *The Archaeology of Rock Art in Western Arnhem Land, Australia* (Terra Australis 47). Australia: Australian National University Press, 2017. p. 69-85.
- HEBERTS, Ana L. Arqueologia do planalto catarinense: os vales dos rios Chapecó e Pelotas. In: DeMASI, Marco (org.). *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do Sul do Brasil. Transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória*. Tubarão: Editora Unisul, 2006. p. 155-165.
- HECKENBERGER, Michael J. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na longue durée, 1000-2000 d.c. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (ed.). *Os Povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p. 21-62.
- HECKENBERGER, Michael J. *War and Peace in the Shadow Empire. Sociopolitical change in the Upper Xingu region of Southeastern Amazonia, A.D. 1400-2000*. Ann Arbor, MI: University Microfilms, 1996.
- HECKENBERGER, Michael J. Xinguano heroes, ancestors, and others: materializing the past in chiefly bodies, ritual space, and landscape. In: FAUSTO, Carlos; HECKENBERGER, Michael (eds). *Time and Memory in Indigenous Amazonia. Anthropological perspectives*. Gainesville: University Press of Florida, 2007.
- HECKENBERGER, Michael J.; NEVES, Eduardo G.; PETERSEN, James B. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia central. *Revista de Arqueologia*, v. 41, n. 1, p. 69-96, 1998.
- HEGMON, Michelle. Archaeological Research on Style. *Annual Review of Anthropology*, v. 21, p. 517-536, 1992.
- HEIDER, Karl G. Archaeological Assumptions and Ethnographical Facts: A Cautionary tale from New Guinea. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 23, p. 52-64, 1967.
- HEIZER, Robert F. The direct-historical approach in California archaeology. *American Antiquity*, v. 7, n. 2 (parte1), p. 98-122, 1941-42.
- HEIZER, Robert F.; COOK, Sherburne F. Some aspects of the quantitative approach in archaeology. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 12, n. 3, p. 229-248, 1956.
- HILBERT, Klaus. 'Cave canem!': cuidado com os 'Pronapianos!': Em busca dos jovens da arqueologia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 2, n.1, p. 117-130, 2007.
- HILL, James N. A prehistoric community in eastern Arizona. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 22, n. 1, p. 9-30, 1966.
- HILL, James N. Broken K Pueblo: patterns of form and function. In: BINFORD, Sally R.; BINFORD, Lewis R. (eds.). *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1972. p. 103-142.
- HINSLEY, Curtis. Ethnographic charisma and scientific routine: Cushing and Fewkes in the American Southwest 1879-1893. In: STOCKING, George (ed.). *Observers Observed. Essays on ethnographic fieldwork*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983. p. 53-69.
- HISCOCK, Peter. *Archaeology of Ancient Australia*. London/New York: Routledge, 2008.
- HODDER, Ian. *The Present Past. An introduction to anthropology for archaeologists*. South Yorkshire: Pen & Sword Books Ltd, 2012.
- HOROWITZ, Rachel A. Between rocks and the Maya. The necessity of comparative approaches with respect to lithics, methodologies, and theoretical frameworks. *The SAA Archaeological Record*, v. 20, n. 1, p. 18-21, 2020.
- IHERING, Hermann von. A civilização pré-histórica no Brasil meridional. *Revista do Museu Paulista*, n. 1, p. 33-159, 1895.

- IRIARTE, Jose; MOEHLECKE, Silvia C.; FRADLEY, Michael; LOCKHART, Jami J.; GILLAM, J. Christopher. Sacred landscapes of the Southern Brazilian highlands: understanding Southern proto-Jê mound and enclosure complexes. *Journal of Anthropological Archaeology*, n. 32, p. 74-96, 2013.
- JOLKESKY, Marcelo P. V. *Reconstrução Fonológica e Lexical do Proto-Jê Meridional*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- JONES, Sian. *The Archaeology of Ethnicity*. Constructing identities in the past and present. Londres: Routledge, 1997.
- JUSTAMAND, Michel; MARTINELLI, Suely A.; OLIVEIRA, Gabriel F.; BRITO e SILVA, SORAIA DIAS de. A arte rupestre em perspectiva histórica: uma história escrita nas rochas. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 1, p. 130-172, 2017.
- KATER, Thiago; LOPES, Rafael de A. Braudel nas Terras Baixas: caminhos da arqueologia na construção de histórias indígenas de longa duração. *Revista de História*, n. 180, p.1-35, 2021
- KIDDER, Madeleine A.; KIDDER, Alfred V. Notes on the pottery of Pecos. *American Anthropologist*, v. 19, n. 3, p. 325-360, 1917.
- KING, Eleanor M.; BRADY, James E.; SHAW, Leslie C.; COBB, Allan B.; KIEFFER, C. L.; BRENNAN, Michael L. Brennan; HARRIS, Chandra L. Small caves and sacred geography: a case study from the prehispanic maya site of Maax na, Belize. *Latin American Antiquity*, v. 23, n. 4, p. 611-628, 2012.
- Kleindienst, Maxine R; Watson, Patty J. Action archaeology: the archaeological inventory of a living community. *Anthropology Tomorrow*, v. 5, n. 1, p. 75-78, 1956.
- KLEJN, Leo. Gustaf Kossina (1858-1931). In: MURRAY, Tim; EVANS, Christopher (ed.). *Histories of Archaeology. A reader in the history of archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 312-327.
- KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Dois Anos Entre os Indígenas. Viagens no noroeste do Brasil (1903-1905)*. Manaus: EDUA/FSDB, 2005.
- KORSMAN, Shirley A.; Plug, Ina. Archaeological evidence and ethnographic analogy: interpreting prehistoric social behaviour at Honingklip in the Eastern Transvaal. *South African Journal of Ethnology*, v. 15, n. 4, p. 120-26, 1992.
- KROEBER, Alfred L. Zuñi potsherds. *Anthropological Papers of the American Museum of Natural History*, v. XVIII (Part 1), p. 3-37, 1916.
- KROEBER, Alfred L. On the principle of order in civilization as exemplified by changes of fashion. *American Anthropologist*, v. 21, n. 3, p. 235-263, 1919.
- KROEBER, Alfred L. Historical reconstruction of culture growth and organic evolution. *American Anthropologist*, v. 33, n. 2, p. 149-156, 1931.
- KROEBER, Alfred L. History and evolution. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 2, n. 1, p. 1-15, 1946.
- KUZNAR, Lawrence A. (ed.) *Ethnoarchaeology of Andean South America: contributions to archaeological method and theory*. International Monographs in Prehistory. Ann Arbor: Michigan, 2001.
- LAMING-EMPERAIRE, Annette; MENEZES, Maria J.; ANDREATTA, Margarida D. O trabalho da pedra entre os Xetá. Serra do Dourados, estado do Paraná. *Coleção Museu Paulista, série ensaios*, v.2, p. 11-82, 1978.
- LAMOUREUX-ST-HILAIRE, Maxime. Comparative approaches and analogical reasoning for mayanists. Where to go? *The SAA Archaeological Record*, v. 20, n. 1, p. 8-13, 2020.

- LANDA, Beatriz S. *A Mulher Guarani. Atividades e cultura material*. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
- LANDA, Beatriz S.; NOELLI, Francisco S. As receitas culinárias Guarani como base para análise da dieta do grupo. *Histórica*, v. 2, p. 163-172, 1997.
- LANGER, Johnni. Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista. *Anos 90*, n. 9, p. 165-185, 1998.
- LANGER, Johnni. Expondo o passado: as pesquisas arqueológicas do Museu Nacional durante o Brasil império (1876 a 1889). *Cadernos do CEOM*, v.18, n. 21, p. 91-109, 2005.
- LA SALVIA, Fernanda; BROCHADO, José J. J. P. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.
- LAVINA, Rodrigo. A cultura material Xokleng para a compreensão da pré-história do interior catarinense. In: DeMASI, Marco (org.). *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do Sul do Brasil. Transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória*. Tubarão: Editora Unisul, 2006. p. 169-172.
- LAVINA, Rodrigo. *Os Xokleng de Santa Catarina. Uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1994.
- LAYTON, Robert. Shamanism, totemism and rock art: Les chamanes de la pré-histoire in the context of rock art research. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 10, n. 1, p. 169-186, 2000.
- LEE, Richard B. What Hunters do for a Living, or, How to Make Out on Scarce Resources. In: LEE, Richard B.; DEVORE, Irving (eds.). *Man the Hunter*. New York, Aldine, 1968. p. 30-48.
- LEONE, Mark. Issues in anthropological archaeology. In: LEONE, Mark (ed.). *Contemporary Archaeology. A guide to theory and contributions*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1972. p. 14-27.
- LEWIS-WILLIAMS, David; CHALLIS, Sam. *Deciphering Ancient Minds. The mystery of San bushman rock art*. London: Thames & Hudson, 2011.
- LINTON, Ralph. North American cooking pots. *American Antiquity*, v. 9, n. 4, p. 369-380, 1944.
- LONGACRE, William A. Changing patterns of social integration: a prehistoric example from American Southwest. *American Anthropologist*, v. 68, n. 1, p. 94-102, 1966.
- LONGACRE, William A. Some aspects of pre-historic society in east-central Arizona. In: BINFORD, Sally R.; BINFORD, Lewis R. (eds.). *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1972. p. 89-102.
- LONGACRE, William A.; AYRES, James E. Archaeological lessons from an Apache Wickiup. In: BINFORD, Sally R.; BINFORD, Lewis R. (ed.). *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1972. p. 151-159.
- LOWIE, Robert H. *Primitive Society*. New York: Boni & Liveright, 1920.
- LYMAN, R. Lee; O'BRIEN, Michael J. The direct historical approach, analogical reasoning and theory in American archaeology. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 8, n. 4, p. 303-342, 2001.
- LYNCH, Barbara D.; LYNCH, Thomas F. The beginnings of a scientific approach to prehistoric archaeology in 17th and 18th century Britain. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 24, n. 1, p. 33-65, 1968.

- MACA, Allan. Ethnographic Analogy and the Archaeological Construction of Maya Identity at Copan, Honduras. In: METZ, Brent; MCNEILL, Cameron L.; HULL, Kerry M. (eds.). *The Ch'orti' Maya Area. Past and present*. Gainesville: University of Florida, 2009. p. 90-107.
- MACHADO, Juliana S. Ilha Caviana: sobre as suas paisagens, tempos e transformações. *Amazônica. Revista de Antropologia*, v. 6, n. 2, p. 283-313, 2014.
- MCANANY, Patricia A.; WOODFILL, Brent K. S. Ontology and analogy thoughts on comparative approaches to archaeological interpretation. *The SAA Archaeological Record*, v. 20, n. 1, p. 14-17, 2020.
- MAGALHÃES, Wagner. *Continuidade e Mudança dos Povos Jê. Um estudo acerca da paisagem arqueológica, cultura material e padrão de assentamento dos sítios arqueológicos Inhazinha/MG e Água Limpa/SP*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- MARCUS, Joyce. Maya commoners: the stereotype and the reality. In: LOHSE, Jon C.; VALDEZ, Fred (eds.). *Ancient Maya Commoners*. Austin: University of Texas Press, 2004. p. 255-283.
- MARTIN, Gabriela. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. Recife: Editora UFPE, 1997.
- MARTIN, Paul S. The revolution in archaeology. In: LEONE, Mark (ed.). *Contemporary Archaeology. A guide to theory and contributions*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1972. p. 5-13.
- MARTIUS, Karl von. A ethnographia da America, especialmente do Brazil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 9, p. 534-562, 1904.
- MARTIUS, Karl von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 6, p. 389-411, 1844.
- MAY, Sally K.; SHINE, Denis; WRIGHT, Duncan; DENHAM, Tim; TAÇON, Paul S.C., MARSHALL, Melissa; SANZ, Inés Domingo; PRIDEAUX, Faye; STEPHENS, Sean P. The rock art of Ingaanjawurr, western Arnhem Land, Australia. In: DAVID, Bruno; TAÇON, Paul S.C.; DELANNOY, Jean-Jacques; GENESTE, Jean-Michel (eds.). *The Archaeology of Rock Art in Western Arnhem Land, Australia* (Terra Australis 47). Australia: Australian National University Press, 2017. p. 51-68.
- McGUIRE, Randall H. Archaeology and the first Americans. *American Anthropologist*, v. 93, n. 3, p. 816-836, 1992.
- MELTZER, David J. Paradigms and the nature of change in American archaeology. *American Antiquity*, v. 44, n. 4, p. 644-657, 1979.
- MELTZER, David J. The antiquity of man and the development of American archaeology. *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 6, p. 1-51, 1983.
- MELTZER, David J. North American archaeology and archaeologists 1879-1934. *American Antiquity*, v. 50, n.2, p. 249-260, 1985.
- MÉTRAUX, Alfred. *La Civilisation Matérielle des Tribos Tupi-Guarani*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1928.
- MÉTRAUX, Alfred. Migrations historiques des Tupi-Guarani. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 19, p. 1-45, 1927.
- MÉTRAUX, Alfred. The Guaraní. In: STEWARD, Julian (ed.). *Handbook of South American Indians. The tropical forest tribes*, v. 3. Washington, DC: United States Government Printing Office, 1948a. p. 69-94.
- MÉTRAUX, Alfred. The Tupinamba. In: STEWARD, Julian (ed.). *Handbook of South American Indians. The tropical forest tribes*, v. 3. Washington, DC: United States Government Printing Office, 1948a. p. 95-133.

- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Revisitando o Museu Nacional e a história da antropologia no Brasil pelas mãos de Heloísa Alberto Torres. *Política e Sociedade*, v. 18, n. 41, p. 27-59, 2019.
- MILHEIRA, Rafael G. Áreas de descarte em sítios arqueológicos Guarani: o caso das lixeiras. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 24, p. 3-23, 2014.
- MILHEIRA, Rafael G. Os Guarani e seus artefatos líticos: um estudo tecnológico no sul do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 21, p. 129-152, 2011.
- MILHEIRA, Rafael G.; SANTOS, Josiel dos. Dos potes ao território: o desafio metodológico brochadiano em dois contextos Guarani. *Habitus*, v. 18, n. 2, p. 450-471, 2020.
- MILLER, Darlis A.; HIEB, Louis A. *Matilda Coxe Stevenson. Pioneering anthropologist*. Norman: University of Oklahoma Press, 2007.
- MILLER, Peter N. A tentative morphology of European antiquarianism. In: SCHNAPP, Alain (ed.). *World Antiquarianism. Comparative perspectives*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2013. p. 67-87.
- MILLER, Tom. Tecnologia lítica arqueológica. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, n. 8, p. 7-124, 1975.
- MILLER, Tom. Tecnologia cerâmica dos Caingang paulistas. *Arquivos do Museu Paranaense*, N.S., Etnologia, v. 2, p. 1-51, 1978.
- MILLER, Tom. Stone work of the Xetá Indians of Brazil. In: HAIDEN, Brian (ed.). *Lithic Use-Wear Analysis*. New York, Academic Press, 1979. p. 401-407.
- MILLS, Barbara; FOWLES, Severin (eds.). *The Oxford Handbook of Southwest Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- MONTARDO, Deise L.; NOELLI, Francisco S. Sugestões para o estudo dos enterramentos Guarani. *Anais da Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 491-501.
- MONTICELLI, Gislene. O céu é o limite: como extrapolar as normas rígidas da cerâmica Guarani. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 2, n. 1, p. 105-115, 2007.
- MORAES, Claide de P.; NEVES, Eduardo G. O ano 1000: adensamento populacional, intração e conflito na Amazônia. *Amazônica. Revista de Antropologia*, v. 4, n. 1. p. 122-148, 2012.
- MORAES, Claide; LIMA, Anderson M.A.; SANTOS, Rogério dos. Os artesãos das Amazonas: a diversidade da indústria lítica dos Tapajó e o muiraquitã. In: ROSTAIN, Stéphen (ed.). *Antes de Orellana. Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*. Quito: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2014. v. 1. p. 133-140.
- MOTA, Lúcio T.; NOELLI, Francisco S.; TOMMASINO, Kimiye (org.). *Uri e Wäxi. Estudos interdisciplinares dos Kaingáng*. Londrina: Eduel, 2000.
- MOTA, Lúcio, T.; NOELLI, Francisco S.; SILVA, Fabíola A. Pãri: armadilha de pesca utilizada pelos índios Kaingang no sul do Brasil. *Universidade e Sociedade*, v. 15, p. 21-25, 1996.
- MUCCILLO, Regina; WÜST, Irmhild. Aspectos da tecnologia cerâmica Bororo. *Arquivos do Museu de História Natural*, v. 6-7, p. 323-328, 1981/1982.
- MURRAY, Tim. The origins of culture history in prehistoric archaeology: rethinking plausibility and disciplinary tradition. *World Archaeology*, v. 49, n. 2, p. 187-197, 2017.
- NASH, Donna. Household archaeology in the Andes. *Journal of Archaeological Research*, v. 17, p. 205-261, 2009.
- NETHERLY, Patricia J. Landscapes as metaphor: resources, language, and myths of dynastic origin on the Pacific coast from Santa Valley (Peru) to Manabí (Equador).

- CHRISTE, Jessica J. (ed.). *Landscapes of Origin in the Americas. Creation narratives linking ancient places and present communities*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2009. p. 123-152.
- NEVES, Eduardo G. Archaeological cultures and past identities in precolonial Central Amazon. In: Hornborg, Alf; Hill, Jonathan (orgs.). *Ethnicity in Ancient Amazonia. Reconstructing past identities from Archaeology, Linguistics, and Ethnohistory*. Boulder: University of Colorado Press, 2011. p. 31-56.
- NEVES, Eduardo G. Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto rio Negro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia: Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul, São Paulo, (Suplemento 3)*, p. 319-330, 1999.
- NEVES, Eduardo G. Ecology, ceramic chronology and distribution, long-term history, and political change in the Amazonian floodplain. In: SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William (ed.). *Handbook of South American Archaeology*. New York: Springer, 2008. p. 359-379.
- NEVES, Eduardo G. Introduction: the relevance of Curt Nimuendajú's archaeological work. In: Stenborg, Perp. *In Pursuit of a Past Amazon: archaeological researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon region by Curt Nimuendajú*. Göteborg: Elanders Infologistik, 2004. p. 2-8. (Ethnological Studies, n. 45).
- NEVES, Eduardo G. O velho e o novo na arqueologia amazônica. *Revista USP*, n. 44, p. 86-111, 1999/2000.
- NEVES, Eduardo G. Twenty years of Amazonian archaeology in Brazil (1977-1997). *Antiquity*, v. 72, n. 277, p. 625-632, 1998.
- Newbury, Diane K. *Andean Archaeological Featherwork at the Milwaukee Public Museum: a case study in researching potential context for limited provenience*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia). University of Wisconsin. Milwaukee, 2014.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *As Lendas da Criação e Destruição do Mundo Como Fundamentos da Religião dos Apapocuva-Guarani*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1987.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Tribes of the Lower and Middle Xingu River. In: STEWARD, J. (ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington, DC: Smithsonian Institution, 1948. v. 3. p. 213-242.
- NOELLI, Francisco S. *Sem Tekohá não há Tekó. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS*. 1993. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- NOELLI, Francisco S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, v. 39, n. 2, p. 7-53, 1996a.
- NOELLI, Francisco S. Os Jê do Brasil meridional e a antiguidade da agricultura: elementos da linguística, arqueologia e etnografia. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 22, n. 1, p. 13, 1996b.
- NOELLI, Francisco S. Distâncias entre as áreas de captação de recursos líticos e o sítio arqueológico do Arroio do Conde, Rio Grande do Sul. *Revista do Cepa*, v. 21, n. 26, p. 113-131, 1997.
- NOELLI, Francisco S. The Tupi: explaining origin and expansions in terms of archaeology and of historical linguistics. *Antiquity*, v. 72, n. 277, p. 648-663, 1998.

- NOELLI, Francisco S. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento, v. 3, p. 285-306, 1999.
- NOELLI, Francisco S. A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas: 1872-2000. *Revista USP*, v. 2, p. 218-269, 1999/2000.
- NOELLI, Francisco S. José Proenza Brochado: vida acadêmica e arqueologia Tupi. In: PROUS, André; LIMA, Tânia Andrade (org.). *Os Ceramistas Tupiguarani. Sínteses regionais*. Belo Horizonte: Sigma/Sociedade de Arqueologia Brasileira/Iphan, 2008a. v. 1. p. 17-47.
- NOELLI, Francisco S. The Tupi expansion. In: SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William H. (orgs.). *The Handbook of South American Archaeology*. Nova York: Springer New York, 2008b. p. 659-670.
- NOELLI, Francisco S. Piratýpe: uma linguagem da pesca e do consumo de peixes entre os Guaraní. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 16, p. 30-54, 2019.
- NOELLI, Francisco S.; BROCHADO, José J. J. P. The cauim and the beverages among the Guaraní and the Tupinambá: equipments, preparation techniques and consumption. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 8, p. 117-128, 1998.
- NOELLI, Francisco S.; BROCHADO, José J. J. P.; CORRÊA, Ângelo A. A linguagem da cerâmica Guaraní: sobre a persistência das práticas e materialidade (parte 1). *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 10, p. 167-200, 2018.
- NOELLI, Francisco S.; CORRÊA, Ângelo A.; SALLUM, Marianne. Dossiê: 30 anos do Manual Cerâmica Guaraní. *Habitus*, v. 18, p. 344-349, 2020.
- NOELLI, Francisco S.; DIAS, Adriana S. Complementos históricos ao estudo funcional da indústria lítica Guaraní. *Revista do CEPA*, v. 19, n. 22, p. 7-24, 1995.
- NOELLI, Francisco S.; FERREIRA, Lúcio M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, v. 14, p. 1239-1264, 2007.
- NOELLI, Francisco S.; SOARES, André L. Efeitos da conquista europeia na terminologia e organização social Guaraní. *Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa*, v. 8, p. 383-397, 1997.
- NOELLI, Francisco S.; SOUZA, Jonas G. de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 12, p. 57-84, 2017.
- NOELLI, Francisco S.; VEIGA, J.; TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; D'ANGELIS, W. R. (org.). *Bibliografia Kaingang. Referências sobre um povo do sul do Brasil*. Londrina: Eduel, 1998.
- Norman, Lauren E. Y. *Ethnography, Analogy, and Arctic Archaeofaunas: assessing the limits of zooarchaeological interpretation*. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia). Departamento de Antropologia. University of Toronto. Toronto, 2015.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A utilização da analogia etnográfica no estudos dos aterros da região pantaneira de Corumbá, MS. *Revista de Arqueologia*, v. 8, n. 2, p. 159-167, 1994.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y. *Sociedade e Cultura*, v. 10, n. 1, p. 95-113, 2007.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Guató. Argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

- OLIVEIRA, Jorge Eremites de; MILHEIRA, Rafael G. Etnoarqueologia de dois aterros Guató no Pantanal: dinâmica construtiva e história de lugares persistentes. *Mana*, v. 26, n. 3, p. 1-39, 2020.
- OLIVEIRA, Erêndira. Corpo de barro, corpo de gente: metáfora na iconografia das urnas funerárias policromas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 15, n. 3, p. 1-22, 2020.
- OLIVEIRA, Erêndira; NOBRE, Emerson; BARRETO, Cristiana. Arte, arqueologia e agência na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 15, n. 3, p. 1-9. 2020.
- ORME, Bryone. Archaeology and ethnography. In: RENFREW, Colin (ed.). *The Explanation of Culture Change: models in prehistory*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1973. p. 481-492.
- PAISLEY, Susanna; Saunders, Nicholas J. A god forsaken: the sacred bear in Andean iconography and cosmology. *World Archaeology*, v. 42, n. 2, p. 245-260, 2010.
- PANACHUK, Lilian. A ciência do barro e os sentidos: percepções sobre experimentos cerâmicos arqueológicos em Juruti, Pará, baixo Amazonas. *Teoria & Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 31-54, 2016.
- PANEK JR.; CARLOS, A.; NOELLI, Francisco S. A distribuição geográfica do sítios arqueológicos Jê com estruturas semi-subterrâneas no Sul do Brasil. In: DeMASI, Marco (org.). *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do Sul do Brasil. Transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória*. Tubarão: Editora Unisul, 2006. p. 114-123.
- PARELLADA, Cláudia I. Plumária, peles, lascas e cerume de abelha: diálogos entre arqueologia Guarani e povos Xetá. *Pesquisas. Antropologia*, n. 73, p. 213-234, 2017.
- PAREZO, Nancy J. (ed). *Hidden Scholars: women anthropologists and the Native American Southwest*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993.
- PARGETER, Justin; MACKAY, Alex; MITCHELL, Peter; SHEA, John; STEWART, Brian A. Primordialism and the 'Pleistocene San' of southern Africa. *Antiquity*, v. 90, n. 352, p. 1072-1079, 2016a.
- PARGETER, Justin; MACKAY, Alex; MITCHELL, Peter; SHEA, John; STEWART, Brian A. Primordialism and the 'Pleistocene San' of southern Africa: final reply. *Antiquity*, v. 90, n. 352, p. 1087-1089, 2016b.
- PARSONS, Elsie C. Relation between ethnology and archaeology in the southwest. *American Antiquity*, v. 5, p. 214-220, 1939/1940.
- PATTON, Katherine A.; SVELLE, James M. The symbolic dimensions of whale bone use in Thule winter dwellings. *Études/Inuit/Studies*, v. 30, n. 2, p. 137-161, 2006.
- PATTERSON, Thomas C.; ORSER Jr, Charles E. (eds.). *Foundations of Social Archaeology. Selected Writings of V. Gordon Childe*. Walnut Creek: Altamira Press, 2004.
- PEREGRINE, Peter N. Ethnology versus ethnographic analogy: a common confusion in archaeological interpretation. *Cross-Cultural Research*, v. 30, n. 4, p. 316-329, 1996.
- PEREGRINE, Peter N. Cross-cultural approaches in archaeology: comparative ethnology, comparative archaeology, and archaeoethnology. *Journal of Archaeological Research*, v. 12, n. 3, p. 281-309, 2004.
- PHILLIPS, Phillip; WILLEY, Gordon R. Method and theory in American archaeology: an operational basis for culture-historical integration. *American Anthropologist*, v. 5 (Part 1), p. 615-633, 1953.
- POLITIS, Gustavo G. Reflections on contemporary ethnoarchaeology. *PYRENAE*, v. 46, n.1, p. 41-83, 2015.

- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira. A pré-história e os verdadeiros colonizadores*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2019.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, DF: Editora UNB, 1992.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira. A pré-história e os verdadeiros colonizadores*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2019.
- PY-DANIEL, Anne R. *Os Contextos Funerários na Arqueologia da Calha do Amazonas*. 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- QUILTER, Jeffrey. Continuity and Disjunction in Pre-Columbian Art and Culture. *RES: Anthropology and Aesthetics*, v. 29/30, p. 303-317, 1996.
- RASTEIRO, Renan P. Arqueologia Jê no sertão paulista: os Kayapó meridionais na bacia do rio Grande – SP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 27, p. 90-102, 2016.
- Ravn, Mads. Ethnographic analogy from the Pacific: just as analogical as any other analogy. *World Archaeology*, v. 43, n. 4, p. 716–725, 2011.
- REDMAN, Charles L.; WATSON, Patty J. Systematic, intensive surface collection. *American Antiquity*, v. 35, n. 3, p. 279-291, 1970.
- REIS, José A. Guaianá, buraco de bugre, Kaingang/Xoklêng: qual ancestralidade? Qual analogia? De que campo pode-se falar? *Revista do CEPA*, v. 21, n. 26, p. 35-90, 1997.
- ROBINSON, Mark; IRIARTE, José; SOUZA, Jonas G. de; CORTELETTI, Rafael; ULGUIM, Priscilla; FRADLEY, Michael; CÁRDENAS, Macarena; DeBLASIS, Paulo; MAYLE, Francis; SCUNDERLICK, Deise. Moieties and mortuary mounds: dualism at mound and enclosure complex in the Southern Brazilian highlands. *Latin American Antiquity*, v. 28, n. 2, p. 1-20, 2017.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika. O acervo etnológico do MAE/USP: o estudo do vasilhame cerâmico Kaingáng. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 7, p. 133-141, 1997.
- ROCHA, Luiz C. M. da. Dos cronistas às pesquisas científicas: algumas informações sobre materiais líticos polidos do Rio Grande do Norte. *Revista Sertões*, v. 1, n. 2, p. 33-52, 2011.
- RODRIGUES, Robson A. *Os Caçadores-Ceramistas do Sertão Paulista. Um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no vale do rio Feio/Aguapei*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- RODRIGUES, Robson. A compreensão do território Kaingang no oeste paulista a partir da cultura material: possibilidades interpretativas na análise arqueológica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 27, p. 44-54, 2016.
- ROOSEVELT, Anna C. Arqueologia amazônica. In: CARNEIRO da CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 53-86.
- ROOSEVELT, Anna C. *Moundbuilders of the Amazon. Geophysical archaeology on Marajo Island., Brazil*. New York: Academic Press, 1991.
- ROSCOE, P. On the “pacification” of the European Neolithic: ethnographic analogy and the neglect of history. *World Archaeology*, v. 41, n. 4, p. 578-88, 2009.
- ROUSE, Irving. The strategy of culture-history. In: KROEBER, Alfred L. (ed.). *Anthropology Today*. Chicago: The University of Chicago Press, 1953. p. 57-76.
- ROUSE, Irving. On the correlations of phases of culture. *American Anthropologist*, v. 57, p. 713-722, 1955.

- SACHAAN, Denise. A ceramista, seu pote e sua tanga: identidade e papéis sociais em um cacicado marajoara. *Revista de Arqueologia*, n. 16, p. 31-43, 2003.
- SANJAD, Nelson. Três contribuições de Emílio Goeldi (1859-1917) à arqueologia amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 4, n. 1, p. 95-99, 2009.
- SAVELLE, James M. The Umialiit-Kariyit whaling complex and prehistoric Thule eskimo social relations in the eastern Canadian Arctic. *Bulletin of National Museum of Ethnology*, v. 27, n. 1, p. 159– 188, 2002.
- SCHAAFSMA, Polly; TSOSIE, Will. Xeroxed on stone: times of origin and the Navajo holy people in canyon landscape. In: CHRISTE, Jessica J. (ed.). *Landscapes of Origin in the Americas. Creation narratives linking ancient places and present communities*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2009. p. 15-31.
- SCHAAN, Denise. *A Linguagem Iconográfica da Cerâmica Marajoara*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SCHERER, Joanna C.; DeMALLIE, Raymond J. (ed.). FLETCHER, Alice C. (autor). *Life Among the Indians: first fieldwork among the Sioux and Omahas*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2013.
- SCHMIDT, Max. *Estudos de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- SCHMITZ, Pedro I. As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro. In: SCHMITZ, Pedro I. (ed.). *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1988. p. 75-130. (Documentos 02).
- SCHMITZ, Pedro I. Falando sobre casas subterrâneas no Rio Grande do Sul. In: DeMASI, Marco (org.). *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do Sul do Brasil. Transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória*. Tubarão: Editora Unisul, 2006. p. 14-46.
- SCHMITZ, Pedro I.; ROGGE, Jairo. Pesquisando a trajetória do Jê meridional. *Pesquisas, Antropologia*, n. 70, p. 7-33, 2013.
- SCHMITZ, Pedro I.; BECKER, Itala. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. In: SCHMITZ, Pedro I. (ed.). *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*. 2. ed. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991. p. 67-105. (Documentos 05).
- SCHMITZ, Pedro I. Grandes complexos de cerâmica indígena no sul do Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, n. 18, p. 127-140, 1968.
- SCHNAPP, Alain. *Discovery of the past*. London: British Museum Press, 1996.
- SCHNAPP, Alain. Between antiquarians and archaeologists. Continuities and ruptures. In: MURRAY, Tim; EVANS, Christopher (eds.). *Histories of Archaeology. A reader in the history of archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 392-407.
- SCHNAPP, Alain. Introduction: the roots of antiquarianism. In: SCHNAPP, Alain (ed.). *World Antiquarianism. Comparative perspectives*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2013, p. 1-10.
- SCHNEIDER, Fernanda; MACHADO, Neli T. G. Organização regional dos assentamentos Guarani: uma proposta interpretativa a partir da cerâmica arqueológica. *Habitus*, v. 18, n. 2, p. 393-420, 2020.
- Schroder, Whittaker. Interpreting cultura and landscape resilience through comparative approaches. *The SAA Archaeological Record*, v. 20, n. 1, p. 26-30, 2020.
- SHELLEY, Cameron. Multiple analogies in archaeology. *Philosophy of Science*, v. 66, n. 4, p. 579-605, 1999.

- SHENNAN, Stephen J. Introduction: archaeological approaches to cultural identity. In: SHENNAN, Stephen J. (ed). *Archaeological Approaches to Cultural Identity*. London: Routledge, 1989. p. 1-32.
- SHIMADA, Izumi; CRAIG, Alan K. The style, technology and organization of Sicán mining and metallurgy, Northern Peru: insights from holistic study. *Chungara, Revista de Antropología Chilena*, v. 45, n. 1, p. 3-31, 2013.
- SILLAR, Bill; JOFFRÉ, Gabriel R. Using the present to interpret the past: the role of ethnographic studies in Andean archaeology. *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 656-673, 2016.
- SILVA, Emerson N. da. A sintaxe dos corpos compósitos: agência e transformação na iconografia das tangas cerâmicas marajoara. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 15, n. 3, p. 1-27, 2020.
- SILVA, Fabíola A. As cerâmicas dos Jê do sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. In: MOTA, Lúcio T.; NOELLI, Francisco S.; TOMMASINO, Kimiye (org.). *Uri e Wãxi. Estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Editora UEL, 2000. p. 59-80.
- SILVA, Fabíola A. Etnoarqueologia: o estudo da cerâmica. In: DeMASI, Marco (org.). *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do Sul do Brasil. Transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória*. Tubarão: Editora Unisul, 2006. p. 76-89.
- SILVA, Fabíola A. O patrimônio arqueológico em terras indígenas: algumas considerações sobre o tema no Brasil. In: FERREIRA, Lúcio Menezes; FERREIRA, Maria Letícia M.; ROTMAN, Mónica B. (orgs.). *Patrimônio cultural no Brasil e na Argentina. Estudos de caso*. São Paulo: Annablume, 2011. p. 193-219.
- SILVA, Fabíola A. O significado da variabilidade artefactual: a cerâmica dos Asurini do Xingu e a plumária dos Kayapó-Xikrin do Cateté. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 2, p. 91-103, 2007.
- SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. A ocupação dos espaço na Terra Indígena Apucarana - Paraná: elementos para uma reflexão interdisciplinar. *Revista do CEPA*, v. 20, n. 24, p. 27-36, 1996.
- SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. Para uma síntese dos Jê do Sul: igualdades, diferenças e dúvidas para a etnografia, etno-história e arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 22, p. 5-12, 1996.
- SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. Arqueologia e linguística: construindo as trajetórias histórico-culturais dos povos Tupí. *Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política*, v. 7, p. 55-87, 2017.
- SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. História indígena e arqueologia: uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 27, p. 5-20, 2016.
- SOARES, André. Arqueologia, história e etnografia: o denominador Guarani. *Fronteiras, Revista de História*, v. 7, n. 13, p. 31-61, 2003.
- SOARES, André. *Guarani. Organização social e arqueologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. História da arqueologia brasileira. *Pesquisas*, n. 46, p. 11-136, 1991.
- SOUZA LIMA, Antônio C. de. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CARNEIRO da CUNHA, Manuela. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 155-172.

- SOUZA, Gustavo N. de. Cronistas, arqueólogos e seu distanciamento desnecessário: as ricas informações dos cronistas sobre os artefatos polidos. *Revista de Arqueologia*, v. 24, n. 2, p. 102-123, 2012.
- SOUZA, Jonas G. de. Áreas de atividade em dois centros cerimoniais Jê do sul: relações entre arquitetura e função. *Revista de Arqueologia*, v. 25, n. 2, p. 120-138, 2012.
- SOUZA, Jonas G. de. Linguistics, archaeology, and the histories of language spread: the case of the Southern Jê languages, Brazil. *Cadernos de Etnolinguística*, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2011.
- SOUZA, Jonas G. de; CORTELETTI, Rafael; ROBINSON, Mark; IRIARTE, José. The genesis of monuments: resisting outsiders in contested landscapes of Southern Brazil. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 41, p. 196-212, 2016.
- SPAULDING, Albert B. Explanation in Archaeology. In: BINFORD, Sally R.; BINFORD, Lewis R. (ed.). *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1972. p. 33-39.
- Spriggs, Matthews. Ethnographie parallels and the denial of history. *World Archaeology*, v. 40, n. 4, p. 538-552, 2008.
- STAHL, Ann B. Concepts of time and approaches to an analogical reasoning in historical perspective. *American Antiquity*, v. 58, n. 2, p. 235-260, 1993.
- STEINEN, Karl von Den. *O Brasil Central*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- STENBORG, Per. *In Pursuit of a Past Amazon. Archaeological researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon region*. Gotenborg: Elanders Infologistik, 2004. (Ethnological Studies 45).
- STENHOUSE, William. The Renaissance foundations of European antiquarianism. In: SCHNAPP, Alain (ed). *World Antiquarianism. Comparative perspectives*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2013. p. 295-316.
- STEWART, Julian H. Diffusion and independent invention: a critique of logic. *American Anthropologist*, N.S., v. 31, n. 3, p. 491-495, 1929.
- STEWART, Julian H. Ecological aspects of southwestern society. *Anthropos*, v. 32, p. 87-104, 1937.
- STEWART, Julian H. The direct historical approach in archaeology. *American Antiquity*, v. 7, n. 4, p. 337-343, 1942.
- STEWART, Julian H. American culture history in the light of South America. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 3, n. 2, p. 85-107, 1947.
- STEWART, Julian H. (ed.). *Handbook of South American Indians. The marginal tribes*. Washington, DC: Government Publishing Office, 1946. v. 1. (Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143).
- STEWART, Julian H. (ed.). *Handbook of South American Indians. The tropical forest tribes*. Washington, DC: Government Publishing Office, 1948. v. 3 (Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143).
- STEWART, Julian H. The comparative ethnology of South American Indians. In: STEWART, Julian H. (ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington, DC: Government Publishing Office, 1949. p. 669-782. v. 5 (Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143).
- STEWART, Julian H.; SETZLER, Frank M. Function and configuration in archaeology. *American Antiquity*, v. 4, n. 1, p. 4-10, 1938.
- STILES, Daniel. Ethnoarchaeology: a Discussion of Methods and Applications. *Man*, v. 12, p. 87-103, 1977.

- STOCKING, George. The ethnographer's magic: fieldwork in British anthropology from Tylor to Malinowski. In: STOCKING, George (ed.). *Observers Observed. Essays on ethnographic fieldwork*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983. p. 70-120.
- STOCKING, George. *After Tylor. British social anthropology 1888-1951*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.
- STOCKING, George. *Franz Boas. A formação da antropologia americana 1883-1911*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da UFRJ, 2004.
- STRONG, William D. The plains culture area in the light of archaeology. *American Anthropologist*, v. 35, n. 2, p. 271-287, 1933.
- STRONG, William D. An introduction to Nebraska culture. *Smithsonian Miscellaneous Collections*, v. 93, n. 10, 1935.
- STRONG, William D. Anthropological theory and archaeological fact. In: KROEBER, Alfred L. (ed.). *Essays in Anthropology*. Berkeley: University of California Press, 1936. p. 359-370.
- STRONG, William D. From history to prehistory in the northern Great Plains. *Smithsonian Miscellaneous Collections*, v. 100, p. 353-394, 1940.
- STRONG, William D. Historical approach in Anthropology. In: KROEBER, Alfred L. (ed.). *Anthropology Today*. Chicago: The University of Chicago Press, 1953. p. 386-397.
- STRUEVER, Stuart. Woodland subsistence-settlement systems in the lower Illinois valley. In: BINFORD, Sally R.; BINFORD, Lewis R. (eds.). *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine Publishing Company. 1972. p. 285-312.
- SULLIVAN, Marjorie; BURTON, John; ELLIS, David; GOLSON, Jack; HUGHES, Philip. Stone sources and petrology of Kuk swamp artefacts. In: GOLSON, Jack; DENHAM, Tim; HUGHES, Philip; SWADLING, Pamela; MUKE, John (eds.). *Ten Thousand Years of Cultivation at Kuk Swamp in the Highlands of Papua New Guinea* (Terra Australis 46). Australia: Australian National University Press, 2017. p. 403-421.
- TAX, Sol; EISELEY, Loren C. ROUSE, Irving; VOEGELIN, Carl F. (ed.). *An Appraisal of Anthropology Today*. Chicago: The University of Chicago Press. 1953.
- TAYLOR, Walter W. *A Study of Archaeology*. Carbondale/Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1967.
- TAYLOR, Walter W. Old wine and new skins: a contemporary parable. In: LEONE Mark P. (ed.). *Contemporary Archaeology. A guide to theory and contributions*. Carbondale/Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1972. p. 28-33.
- TERMINOLOGIA arqueológica brasileira para a cerâmica (Parte II). Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, 1969. (Manuais de Arqueologia, n. 1).
- THOMAS, Julian. *Archaeology and Modernity*. London: Routledge, 2004.
- THOMPSON, Raymond H. The subjective element in archaeological inference. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 12, p. 327-332, 1956.
- TOCCHETTO, Fernanda B. Possibilidades de interpretação do conteúdo simbólico da arte gráfica Guarani. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 6, p. 33-45, 1996.
- TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio T.; NOELLI, Francisco S. *Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingáng*. Londrina: Eduel, 2004.
- TRIGGER, Bruce. *Historia del Pensamiento Arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.
- TRIGGER, Bruce. Childe's relevance to the 1990. In: HARRIS, David R. (ed.). *The Archaeology of V. Gordon Childe*. Chicago: The University Chicago Press, 1994. p. 9-34

- TRINGHAM, Ruth V. Gordon Childe 25 years after: his relevance for the archaeology of the eighties. *Journal of Field Archaeology*, v. 10, n. 1, p. 85-100, 1983.
- VANPOOL, Christine S. The signs of the sacred: Identifying shamans using archaeological evidence. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 28, p. 177-190, 2009.
- VEIGA, Juracilda. Contribuição da etnografia dos Jê meridionais à arqueologia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 27, p. 21-29, 2016.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Imagens da natureza e da sociedade. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 317-344.
- WADLEY, Lyn; TROWER, Gary; BACKWELL, Lucinda; D'ERRICO, Francesco. Traditional glue, adhesive and poison used for composite weapons by Ju/'hoan San in Nyae Nyae, Namibia. Implications for the evolution of hunting equipment in prehistory. *PLOS ONE*, v. 10, n. 10, p. 1-27, 2015.
- WAGNER, Gustavo P.; SILVA, Lucas A. da; HILBERT, Lautaro M. O sambaqui do recreio: geoarqueologia, ictiologia e etnoarqueologia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 15, p. 1-12, 2020.
- WASSILOWSKI, Alexander Herrera. *La Recuperación de las Tecnologías Indígenas. Arqueología, tecnología y desarrollo en los Andes*. Lima: IEP/Universidad de los Andes/ Facultad de Ciencias Sociales/ CLACSO/ Centro de Investigación Andina/ PUNKU, 2011.
- WATSON, Patty J. Processualism and after. In: BENTLEY, R. Alexander; MASCHNER, Herbert D. G.; CHIPPINDALE, Christopher (eds.). *Handbook of Archaeological Theories*. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 29-38.
- WATSON, Patty J.; LeBLANC, Steven A.; REDMAN, Charles L. *Explanation in Archaeology: an explicitly scientific approach*. Columbia University Press: New York, 1971.
- WEBSTER, Gary S. Culture history: a culture-historical approach. In: BENTLEY, R. Alexander; MASCHNER, Herbert D. G.; CHIPPINDALE, Christopher (ed.). *Handbook of Archaeological Theories*. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 11-27.
- WEDEL, Waldo. The direct-historical approach in Pawnee archaeology. *Smithsonian Miscellaneous Collections*, v. 97, n. 7, p. 1-21. 1938.
- WEDEL, Waldo. Culture sequences in the Central Great Plains. *Smithsonian Miscellaneous Collections*, v. 100, p. 291-352, 1940.
- WHITRIDGE, Peter. Landscapes, houses, bodies, things: place and the archaeology of Inuit imaginaries. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 11, n. 2, p. 213-250, 2004.
- WHITE, Leslie a. Evolutionary stages, progress and evaluation of cultures. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 3, n. 3, p. 165-193, 1947.
- WHITE, Leslie A. The concept of culture. *American Anthropologist*, v. 61, n. 2, p. 227-251, 1959.
- WHITE, J. Peter. Ethno-archaeology in New Guinea: Two Examples. *Mankind*, v. 6, p. 409-14, 1967.
- WHITLEY, David. Finding rain in the desert: landscape, gender and far western North American rock-art. In: CHIPPINDALE, Christopher; TAÇON, Paul S.C. (eds.). *The Archaeology of Rock-Art*. Cambridge: Cambridge University Press. 1998. p. 11-29.
- WILLEY, Gordon R. Archaeological theories and interpretation: New World. In: KROEBER, Alfred L. (ed.). *Anthropology Today*. Chicago: The University of Chicago Press, 1953a. p. 361-385.

- WILLEY, Gordon R. What archaeologist want. In: TAX, Sol; EISLEY, Loren C.; ROUSE, Irving; VOEGELIN, Carl F. (eds). *An Appraisal of Anthropology Today*. Chicago: University of Chicago Press, 1953b. p. 229-230.
- WILLEY, Gordon R; Phillips, Philip. *Method and Theory in American Archaeology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- WILLEY, Gordon R.; SABLOFF, Jeremy A. *A History of American Archaeology*. San Francisco: W.H. Freeman and Company, 1980.
- WOBST, H. Martin. The analogy generation game. *Antiquity*, v. 90, n. 352, p. 1083-1084, 1978.
- WISSLER, Clark. 1914. Influence of the horse in the development of Plains Culture. *American Anthropology*, v. 16, n. 1, p. 1-25, 1914.
- WÜST, Irmhild. A cerâmica Carajá de Aruanã. *Anuário de Divulgação Científica*. Goiânia, Universidade Católica de Goiás, v.2, p. 91-165, 1975.
- WÜST, Irmhild. Observações sobre a tecnologia Karajá de Aruanã. *Arquivos do Museu de História Natural*, v. 6-7, p. 311-322, 1981/1982.
- WÜST, Irmhild. *Aspectos da Ocupação Pré-Colonial em uma Área do Mato Grosso de Goiás. Tentativa de análise espacial*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- WÜST, Irmhild. *Continuidade e Mudança. Para uma interpretação dos grupos pré-coloniais da Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- WÜST, Irmhild. Conitnuities and discontinuities: archaeology and ethnoarchaeology in the heart of the Eastern Bororo territory, Mato Grosso, Brazil. *Antiquity*, v. 72, n. 277, p. 663-675, 1998
- WÜST, Irmhild; BARRETO, Cristiana. The ring villages of Central Brazil: a challenge for Amazonian archaeology. *Latin American Antiquity*, v. 10, n. 1, p. 3-23, 1999.
- WYLIE, Alison. An analogy by any other name is just as analogical: a commentary on the Gould-Watson dialogue. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 1, p. 382-401, 1982.
- WYLIE, Alison. The reaction against analogy. *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 8, p. 63-111, 1985.
- WYLIE, Alison. "Simple" analogy and the role of relevance assumptions: implications of archaeological practice. *International Studies in the Philosophy of Science*, v. 2, n. 2, p. 134-150, 1988.
- ZEDEÑO, María N. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from Puebloan southwest. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 4, n. 1, p. 63-103, 1997.
- ZUBROW, Ezra; AUDOUZE, Françoise e ENLOE, James G. (eds.). *The Magdalenian Household. Unraveling domesticity*. Albany: New York Press. 2010.

ETNOARQUEOLOGIA

- ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida (orgs.). *Pacificando o Branco. Cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- ALLEN, Scott J. Identidades em jogo: negros, índios e a arqueologia da Serra da Barriga. In: ALMEIDA, Luiz S. de; GALINDO, Marcos; ELIAS, Juliana L. (eds.). *Índios do Nordeste: temas e problemas 2*. Maceió: EDUFAL, 2000. p. 245-275.

- ALLEN-WHEELER, Jane. A herbalist's shop in Honolulu: traditional merchandising in a modern setting. In: GOULD, Richard A.; SCHIFFER, Michael B. (eds). *Modern Material Culture: the archaeology of us*. New York: Academic Press, 1981. p. 101-112.
- ALMEIDA, Fabio G. *Terra de Quilombo: arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira, baixo vale Ribeira*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ALMEIDA, Fábio G. *Passado e Presente. Temporalidades da paisagem quilombola na ilha de Tinharé, Cairu (BA)*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- AMARAL, Daniella M. *Loiça de Barro do Agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- AMARAL, Daniella M. *Loiceiras, Potes e Sertões: um estudo etnoarqueológico de comunidades ceramistas no agreste central pernambucano*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2019.
- ANAWAK, Jack. Inuit perceptions of the past. In: LAYTON, Robert (ed.). *Who needs the past? Indigenous values and archaeology*. London: Routledge, 1994. p. 45-50.
- ANDRADE, Sabrina de A. Uma proposta etnoarqueológica sobre a concepção do território: os Mbyá Guarani e o tekoa Pindoty. *Cadernos do LEEPARQ*, v. 11, n. 21, p. 64-77, 2014.
- ANNIS, M. Beatrice. Resistance and change: pottery manufacture in Sardinia. *World Archaeology*, v. 17, n. 2, p. 240-255, 1985.
- ARGOSAH, E. Kofi. Archaeological implications of traditional house construction among the Nchumuru of northern Ghana. *Current Anthropology*, v. 26, n. 1, p. 103-115, 1985.
- ARNOLD, Dean E. Ethnominalogy of Ticul, Yucatan potters: etics and emics. *American Antiquity*, v. 36, n. 1, p. 20-40, 1971.
- ARNOLD, Dean. E. *Ceramic Theory and Cultural Process*. New York: Cambridge University Press, 1985.
- ARNOLD, Dean. E. Patterns of learning, residence and descent among potters in Ticul, Yucatan, Mexico. In: SHENNAN, Stephen (ed.). *Archaeological Approaches to Cultural Identity*. London: Unwin Hyman, 1989. p. 174-184.
- ARNOLD, Dean. E. *Ecology and Ceramic Production in an Andean Community*. New York: Cambridge University Press, 1993.
- ARNOLD, Dean. E. *Social Change and the Evolution of Ceramic Production and Distribution in a Maya Community*. Boulder: University Press of Colorado, 2008.
- ARNOLD, Dean. E. Ceramic theory and cultural process after 25 years. *Ethnoarchaeology*, v. 3, n. 1, p. 63-98, 2011.
- ARNOLD, Dean. *Maya Potters' Indigenous Knowledge. Cognition, engagement, and practice*. Boulder: University Press of Colorado, 2018.
- ARNOLD III, Philip J. *Domestic Ceramic Production and Spatial Organization. A Mexican case study in ethnoarchaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- ARNOLD III, Philip J. Working without a net: recent trends in ceramic ethnoarchaeology. *Journal of Archaeological Research*, v. 8, n. 2, p.105-133, 2000.
- ARTHUR, John W. *Living with Pottery. Ethnoarchaeology among the Gamo of Southwest Ethiopia*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2006.
- ASCHER, Robert. Analogy in archaeological interpretation. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 17, n. 4, p. 317-325, 1961.

- ASCHER, Robert. Ethnography for archaeology: a case from Seri Indians. *Ethnology*, v. 1, n. 3, p.360-309, 1962.
- BANK, Andrew. *Pioneers of the Field. South Africa's women anthropologists*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- BANKES, George H. The manufacture and circulation of paddle and anvil pottery on the north coast of Peru. *World Archaeology*, v. 17, n. 2, p. 269-277, 1985.
- BAPTISTA da SILVA, Sergio. *Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades proto-Jê meridionais*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BARNARD, Hans; WENDRICH, Willeke (eds). *The Archaeology of Mobility. Old World and New World nomadism*. Cotsen Advanced Seminars, v. 4, Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology/University of California, 2008.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, v. 44, p. 32-51, 1999/2000.
- BAILLY, Anatole. *Dictionnaire Grec Français*. Paris: Hachette, 1990.
- BEAR, Ruth; GORDON, Deborah A. (eds). *Women Writing Culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- BEAVITT, Paul. The ethnoarcheology of sacrifice: some comments on the visible and invisible with respect to human contact with spirit world in Borneo. *Anthropozoologica, L'Animal dans les pratiques religieuses: les manifestations materielles*, Troisième, Numéro Special, Paris, p. 173-180, 1989.
- BEL, Martin van den. As oleiras Palikur: um estudo de caso etnoarqueológico sobre a tradição cerâmica dos Palikur na Guiana Francesa e no Amapá, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 4, n. 1, p. 39-56, 2009.
- BELTRÃO, Maria C.; LARAIA, Roque. O método arqueológico e a interpretação etnológica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 17, p. 203-217, 1969.
- BENNET, John W; Nagai, Michio. The Japanese critique of the methodology of Benedict's "the chrysanthemum and the sword". *American Anthropologist*, v. 55, n. 3, p. 404-410, 1953.
- BESPALEZ, Eduardo. *Levantamento Arqueológico e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima, Miranda/MS: um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BESPALEZ, Eduardo. Arqueologia e etno-história na Terra Indígena Lalima, Miranda/MS. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 86-94, 2013.
- BESPALEZ, Eduardo. *As formações Territoriais na Terra Indígena Lalima, Miranda/MS: os significados históricos e culturais da Fase Jacadigo da Tradição Pantanal*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BIENKOWSKI, Piotr. New caves for old: Beduin architecture in Petra. *World Archaeology*, v. 17, n. 2, p. 149-160, 1985.
- BINFORD, Lewis R. Smudge pits and hide smoking: the role of analogy in archaeological reasoning. *American Antiquity*, v. 32, n. 2, p. 203-210, 1967a.
- BINFORD, Lewis R. Comment on K. Chang's "Major aspects of the interrelationship of archaeology and ethnology". *Current Anthropology*, v. 8, n. 3, p.234-35, 1967b.

- BINFORD, Lewis R. Archaeology as Anthropology. In: LEONE, Mark P. (ed.). *Contemporary Archaeology. A guide to theory and contributions*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1972a. p. 93-101.
- BINFORD, Lewis R. A consideration of archaeological research design. In: LEONE, Mark P. (ed.). *Contemporary Archaeology. A guide to theory and contributions*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1972b. p. 158-177.
- BINFORD, Lewis R. Methodological considerations of the archaeological use of ethnographic data. In: LEE, Richard B.; DeVORE, Irven (eds.). *Man the Hunter*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1972c. p. 268-273.
- BINFORD, Lewis R. Archaeological perspectives. In: BINFORD, Lewis R.; BINFORD, Sally R. (eds.). *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1972d. p. 5-32.
- BINFORD, Lewis R. *Nunamiut Ethnoarchaeology*. New York: Academic Press, 1978a.
- BINFORD, Lewis R. Dimensional analysis of behavior and site structure: learning from an Eskimo hunting stand. *American Antiquity*, v. 43, n. 3, p.330-361, 1978b.
- BINFORD, Lewis R. Organization and formation processes: looking at curated technologies. *Journal of Anthropological Research*, v. 35, n. 3, p.255-273, 1979.
- BINFORD, Lewis R. Willow smoke and dogs' tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. *American Antiquity*, v. 45, n. 1, p. 4-25. 1980.
- BINFORD, Lewis R. Behavioral archaeology and the "Pompeii premise". *Journal of Anthropological Research*, v. 37, n. 3, p. 195-208. 1981.
- BINFORD, Lewis R. *Working at Archaeology*. New York Academic Press, 1983a.
- BINFORD, Lewis R. Forty-seven trips: a case study in the character of archaeological formation processes. In: BINFORD, Lewis R. *Working at Archaeology*. New York Academic Press, 1983b. p. 243-268.
- BINFORD, Lewis R. The archaeology of place. In: BINFORD, Lewis R. *Working at Archaeology*. New York, Academic Press, 1983c. p. 357-378.
- BINFORD, Lewis R. An Alyawara day: making men's knives and beyond. *American Antiquity*, v. 51, n. 3, p. 547-562, 1986.
- BINFORD, Lewis R. Researching ambiguity: frames of reference and site structure. In: KENT, Susan (ed.). *Method and Theory for Activity Area Research. An ethnoarchaeological approach*. New York: Columbia University Press, 1987. p. 449-512.
- BINFORD, Lewis R. *Em Busca do Passado*. Mira/Sintra: Publicações Europa-América, 1991.
- BINFORD, Lewis R.; BINFORD, Sally. A preliminary analysis of functional variability in the Mousterian of *Levallois facies*. In: BINFORD, Lewis R. *Working at Archaeology*. New York Academic Press, 1983. p. 71-124.
- BINFORD, Lewis R.; O'CONNELL, James F. An Alyawara day: the stone quarry. *Journal of Anthropological Research*, v. 40, n. 3, p. 406-432, 1984.
- BLAIR, Mary E. *A Life Well Led. The biography of Barbara Freire-Marreco*. Aitken. British Anthropologist. Santa Fé: Sunstone press, 2008.
- BORDES, Francois; SONEVILLE-BORDES, Denise de. The significance of variability in Paleolithic assemblages. *World Archaeology*, v. 2, n. 1, p. 61-73, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- BOWSER, Brenda J. From pottery to politics: an ethnoarchaeological study of political factionalism, ethnicity and domestic pottery style in the Ecuadorian Amazon. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 7, n. 3, p. 219-248, 2000.

- BOWSER, Brenda J.; ZEDEÑO, María N. (eds.). *The Archaeology of Meaningful Places*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2009.
- BRADY, Liam; M. e KEARNEY, Amanda. Sitting in the gap: ethnoarchaeology, rock art and methodological openness. *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 642-655, 2016.
- BROCHADO, José P. *Alimentação na Floresta Tropical*. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, n. 2. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1977.
- BROOKS, Alison S.; YELLEN, John. The preservation of activity areas in the archaeological record: ethnoarchaeological and archaeological work in northwest Ngamiland, Botswana. In: KENT, Susan (ed). *Method and Theory for Activity Area Research: an ethnoarchaeological approach*. New York: Columbia University Press, 1987. p. 63-110.
- BROWN, Linda A. Dangerous places and wild spaces: creating meaning with materials and space at contemporary Maya shrines on El Duende Mountain. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 11, n. 1, p. 31-58, 2004.
- BUNN, Henry T.; BARTRAM Jr., Laurence E.; KROLL, Ellen M. Variability in bone assemblage formation from Hadza hunting, scavenging, and carcass processing. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 7, n. 4, p. 412-457, 1988.
- CAMERON, Catherine M.; TOMKA, Steve A. (eds.). *Abandonment of Settlements and Regions. Ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- CARNEIRO, Robert L. Tree felling with stone ax: an experiment carried out among Yanomamö Indians of Venezuela. In: KRAMER, Carol (ed.). *Ethnoarchaeology. Implications of ethnography for archaeology*. New York: Columbia University Press, 1979. p. 21-58.
- CARNEIRO da CUNHA, Manuela (ed.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARR, Christopher; NEITZEL, Jill E. (eds.). *Style, Society, and Person. Archaeological and ethnological perspectives*. New York/London: Plenum Press, 1995.
- CARRER, Francesco. Interpreting intra-site spatial patterns in seasonal contexts: an ethnoarchaeological case study from the Western Alps. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 24, n. 2, p. 303-327, 2015.
- CARROLL, Alex K.; ZEDEÑO, María N.; STOFFLE, Richard W. Landscapes of the ghost dance: a cartography of Numic ritual. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 11, n. 2, p. 127-156, 2004.
- CAROMANO, Caroline F. *Botando Lenha na Fogueira: um estudo etnoarqueológico do fogo na Amazônia*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CARVALHO, Patrícia M. de. *A Travessia Atlântica de Árvores Sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT (e sua Interface com a religiosidade afro-brasileira)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CARVALHO, Patrícia M. de. *Visibilidade do Negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão – Vila Bela/MT*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CASCON, Leandro M. *Indo à Raiz da Questão: repensando o papel de plantas cultivadas no passado amazônico através da etnoarqueologia entre os Asurini do Rio Xingu*.

- Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- CASEY, Joanna. Fearless Archaeologist: Susan Kent's vision for ethnoarchaeology. *Ethnoarchaeology*, v. 5, n. 2, p. 119-139, 2013.
- CHILDS, S. Terry. Style, technology, and iron smelting furnaces in Bantu speaking Africa. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 10, n. 4, p.332-359, 1991.
- CHIPPINDALE, Christopher; TAÇON, Paul. The many ways of dating Arnhem Land rock-art, north Australia. In: CHIPPINDALE, Christopher; TAÇON, Paul (eds.). *The Archaeology of Rock-Art*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 90-111.
- CHIRIKURE, Shadrek. 'Ethno' plus 'archaeology': what's in there for Africa(ns)? *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p.693-699, 2016.
- CLARK, J. Desmond; KURASHINA, Hiro. A study of the work of a modern tanner in Ethiopia and its relevance for archaeological interpretation. In: GOULD, Richard A.; SCHIFFER, Michael B. (eds.). *Modern Material Culture: the archaeology of us*. New York: Academic Press, 1981. p. 303-321.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica. Antropologia e literatura no século xx*. 1998a. p. 17-62.
- CLIFFORD, James. Sobre a alegoria etnográfica. In: CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica. Antropologia e literatura no século xx*. 1998b. p. 63-99.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George (eds.). *Writing Culture. The poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press. 1986
- CLOTTE, Jean; LEWIS-WILLIAMS, J. David. *Les Chamanes de la Préhistoire. Transe et magie dans les grottes ornées*. Paris: Seuil, 1996.
- CORRÊA, Ângelo A. *Pindorama de Mboia e Îkaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- COSTIN, Cathy L. Craft specialization: issues in defining, documenting, and explaining the organization of production. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 3, p.1-56, 1991.
- COSTIN, Cathy L. The use of ethnoarchaeology for the archaeological study of ceramic production. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 7, n. 4, p.377-403, 2000.
- CRANSTONE, Bryan Allan L. The Tifalmin: a "neolithic" people in New Guinea. *World Archaeology*, v. 3, p. 2, p. 132-142, 1971.
- CRESWELL, Robert. *Prométhée ou Pandore? Propos de technologie culturelle*. Paris: Éditions Kimé, 1996.
- CUNHA LIMA, Silvia; SILVA, Fabíola A. Etnoarqueologia cerâmica e arqueometria: radiografia de raios X na análise de objetos cerâmicos dos Asurini do Xingu. *Cadernos do CEOM*, v. 28, n. 43, p. 31-40, 2015.
- CUNNINGHAM, Jerimy J.; MacEACHERN, Scott. Ethnoarchaeology as slow science. *World Archaeology*, v.48, n. 5, p.628-641, 2016.
- DARLING, J. Andrew. O'odham trails and the archaeology of space. In: SNEAD, James E.; ERICKSON, Clark L.; DARLING, J. Andrew (eds.). *Landscapes of Movement. Trails, paths and roads in anthropological perspectives*. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2009. p. 61-83.
- DAVID, Nicholas. The Fulani compound and the archaeologist. *World Archaeology*, v. 3, n. 2, p.111-131, 1971.

- DAVID, Nicholas. Integrating ethnoarchaeology: a subtle realist perspective. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 11, n. 4, p. 330-359, 1992.
- DAVID, Nicholas; KRAMER, Carol. *Ethnoarchaeology in Action*. New York: Cambridge University Press, 2001.
- DAVID, Nicholas; STERNER, Judy; GAVUA, Kodzo. Why pots are decorated? *Current Anthropology*, v. 29, n. 3, p.365-389, 1988.
- DEAL, Michael. Household pottery disposal in the Mayan highlands: an ethnoarchaeological interpretation. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 4, n.4, p. 243-291, 1985.
- DEAL, Michael. *Pottery Ethnoarchaeology in the Central Maya Highlands*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 1998.
- DEAL, Michael. The role of the direct historical approach in North American ethnoarchaeology. *Ethnoarchaeology*, v. 9, n.1, p. 30-52, 2017.
- DeBOER, Warren. Ceramic longevity and archaeological interpretation: an example from the Upper Ucayali, Peru. *American Antiquity*, v. 39, n. 2, p.335-44, 1974.
- DeBOER, Warren. The decorative burden: design, medium, and change. In: LONGACRE, William A. (ed.). *Ceramic Ethnoarchaeology*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 144-161.
- DeBOER, Warren; LATHRAP, Donald. The making and breaking of Shipibo-Conibo ceramics. In: KRAMER, Carol (ed.). *Ethnoarchaeology. Implications of ethnography for archaeology*. New York: Columbia University Press, 1979. p. 102-138.
- DIAS, Adriana S.; SILVA, Fabíola A. Sistemas tecnológicos e estilo: implicações desta interrelação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v.11, p. 95-108, 2001.
- DIETLER, Michael; HERBICH, Ingrid. *Habitus*, techniques, style: an integrated approach to the social understanding of material culture and boundaries. In: STARK, Miriam (ed.). *The Archaeology of Social Boundaries*. Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 223-244.
- DILLON, Bryan D. Island building and villages of the dead: living archaeology in Comarca de San Blas, Panama. *Journal of New World Archaeology*, v. 6, n. 2, p. 49-65, 1984.
- DI PIAZZA, Anne. Jardins enfouis de Futuna: une ethno-archéologie de l'horticulture. *Journal de la Société des Océanistes*, v. 91, n. 2, p. 151-162, 1990.
- DONLEY, Linda W. House power: Swahili space and symbolic markers. In: HODDER, Ian (ed.). *Symbolic and Structural Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 63-73.
- DONNAN, Christopher B.; CLEWLOW, C. William (eds.). *Ethnoarchaeology*. Monograph IV, Archaeological Survey, Los Angeles: Institute of Archaeology, University of California, 1974.
- DUIN, Renzo. Ethnographic and archaeological “cultures” in Guiana, Northern Amazonia. In: ROSTAIN, Stéphan (ed.). *Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*. Quito: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2014. p. 89-96.
- DUIN, Renzo. Archaeology of engagement: indigenous people, social memory, and making history in the upper Maroni basin (Northern Amazonia). *Current Anthropology*, v. 56, n. 5, p. 753-761, 2015.
- EBERT, James I. An ethnoarchaeological approach to reassessing the meaning of variability in stone tool assemblages. In: KRAMER, Carol (ed.). *Ethnoarchaeology. Implications of ethnography for archaeology*. New York: Columbia University Press, 1979. p. 59-74.

- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *Guató. Argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.
- EREMITES de OLIVEIRA, Jorge. *Da Pré-História à História Indígena: (Re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- EREMITES de OLIVEIRA, Jorge. Sistema de assentamento e processo de territorialização entre os Terena da T.I. Buriti, MS, Brasil. *Habitus*, v. 9, n. 1, p. 169-199, 2011.
- EREMITES de OLIVEIRA, Jorge. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em MS, Brasil. *Revista Tellus*, v. 12, n. 22, p. 27-48, 2012.
- EREMITES de OLIVEIRA, Jorge. Arqueologia de contrato, colonialismo interno e povos indígenas no Brasil. Amazônia. *Revista de Antropologia*, v. 7, n. 2, p. 354-374, 2015.
- EREMITES de OLIVEIRA, Jorge. Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitérios Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 29, n. 1, p. 136-160, 2016.
- EREMITES de OLIVEIRA, Jorge; MILHEIRA, Rafael G. Etnoarqueologia de dois aterros Guató no Pantanal: dinâmica construtiva e história de lugares persistentes. *Mana*, v. 26, n.3, p. 1-39, 2020.
- ERICKSON, Clark L. Applications of prehistoric Andean technology: experiments in raised field agriculture, Huatta, Lake Titicaca, Peru 1981-83. In: FARRINGTON, Ian S. (ed.). *Prehistoric Intensive Agriculture in the Tropics*. British Archaeological Reports, International Series, n. 232, p. 209-232, 1985.
- FAHLANDER, Frederik. The Relational life of trees. Ontological aspects of “tree-ness” in the early Bronze Age of Northern Europe. *Open Archaeology*, v.4, n. 1, p. 373–385, 2019.
- FAHLANDER, Frederik. Petroglyphs as ‘contraptions’ – animacy and vitalist technologies in a Bronze Age archipelago. *Time and Mind*, v. 12, n. 2, p. 109–120, 2018.
- FAHLANDER, Frederik. Archaeology and anthropology – brothers in arms? on analogies in 21st-century archaeology. In: FAHLANDER, Frederik; OESTIGAARD, Terje (eds.). *Material Culture and Other Things: Post-disciplinary studies in the 21st century*, V. 61. Gothenburg: Gotarc, 2004. p. 185-211.
- FAUSTO, Carlos. Da responsabilidade social de antropólogos e arqueólogos. Sobre contratos, barragens e outras coisas mais. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 2, p. 202-215, 2015.
- FAUSTO, Carlos; NEVES, Eduardo G. Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plant familiarisation and biodiversity in the Amazon. *Antiquity*, v. 92, n. 366, p. 1604–1618, 2018.
- FERGUSON, Thomas J.; COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip. Landscapes of a living past. In: *History is in the land. Multivocal tradition in Arizona’s San Pedro Valley*. Tucson: University of Arizona Press, 2006. p. 189-227.
- FERGUSON, Thomas J.; BERLIN, G. Lennis; KUWANWISIWMA, Leigh J. Kukhepya: searching for Hopi trails. In: SNEAD, James E.; ERICKSON, Clark L.; DARLING, J. Andrew. *Landscapes of Movement. Trails, paths and roads in anthropological perspectives*. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2009. p. 20-41.

- FERREIRA, Lucio M. Arqueologia da escravidão e arqueologia pública: algumas interfaces. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 3, n. 1, p. 8-23, 2009.
- FEWKES, Jesse W. Tusayan migration traditions. *Bureau of American Ethnology*, v. 19, n. 1, p. 577-633, 1900.
- FISCHER, Michael M. J. Da antropologia interpretativa à antropologia crítica. *Anuário Antropológico*, v. 8, n. 1, p. 55-72, 1984.
- FRANCO, Nora. Binford and ethnoarchaeology, a view from the South. *Ethnoarchaeology*, v. 4, n. 1, p. 79-100, 2012.
- FREITAS, Juliana. *O Lugar Certo é Aqui: paisagem e território no Alto Sertão Baiano, comunidade Cristina*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- FRICKEL, Protásio. *Ometanímpe, os transformados*. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, N. S., Antropologia, n. 17. p.1-15, 1961.
- FRICKEL, Protásio. Tradição oral e arqueologia no Tumucumaque. *Revista do Museu Paulista*, n. 14, p. 471-491, 1964.
- FRIEDRICH, Margaret H. Design structure and social interaction: archaeological implications of an ethnographic analysis. *American Antiquity*, v. 35, p. 332-343, 1970.
- FUNARI, Pedro P.A.; FERREIRA, Lucio M. Historical archaeology outlook: a Latin American perspective. *Historical Archaeology*, v. 50, p. 100-110, 2016.
- GARCIA, Lorena Luana W. G. *Paisagens do Médio-Baixo Xingu: arqueologia, temporalidade e historicidade*. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- GALLAY, Alain. L' ethnoarchéologie, science de référence de l'archéologie. In: GAMITO, Maria Teresa J. (ed). *Arqueologia Hoje 1: Etno-arqueologia*. Faro: Universidade do Algarve, 1990. p. 282-302.
- GANDON, Enora; ROUX, Valentine. Cost of motor skill adaptation to new craft traits: experiments with expert potters facing unfamiliar vessel shapes and wheels. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 53, p.229-239, 2019.
- GASPAR, Meliam V. *Arqueologia e História dos Povos de Línguas Karib: um estudo da tecnologia cerâmica*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- GASPAR, Meliam V.; RODRIGUES, Igor M. M. Coleções etnográficas e arqueologia: uma relação pouco explorada. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 15, n.1, 2020.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- Geertz, Clifford. *Obras e Vidas. O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- Geertz, Clifford. *Margaret Mead 1901–1978. A biographical memoir by Clifford Geertz*. Washington D.C.: National Academy of Sciences, 1989. p. 329-354.
- GIFFORD, Diane P. Ethnoarchaeological observation of natural processes affecting cultural materials. In: GOULD, Richard A. (ed.). *Explorations in Ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978. p. 77-101.
- GIFFORD-GONZÁLEZ, Diane. Just methodology? A review of archaeology's debts to Michael Schiffer. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 18, n. 4, p. 299-308, 2011.
- GOMES, Jaqueline. Alteridades e paisagens na comunidade Boa Esperança, RDS Amanã (AM). *Revista Teoria & Sociedade*, v.24, n.2, p. 92-114, 2016.

- GOMES, Jaqueline. Uma perspectiva ontológica para uma análise etnoarqueológica das paisagens do lago Amanã, baixo Japurá, AM. *Vestígios. Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 2, p. 59-81, 2018.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *La Experiencia del Otro. Una introducción a la etnoarqueología*. Madrid: Akal Ediciones, 2003.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. The past is tomorrow. Towards an archaeology of the vanishing present. *Norwegian Archaeological Review*, v. 39, n. 2, p. 110-125, 2006.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, Juan; DOMINGO, Inés; AZKÁRRAGA, José M.; BONET, Helena (coords.). *Mundos Tribales. Una vision etnoarqueológica*. Museu de Prehistória de Valência, 2009. p. 16-27.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Malos Nativos. Una crítica de las arqueologías indígenas y poscoloniales. *Revista de Arqueologia*, v. 27, n. 2, p. 47-63, 2014.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Ethnoarchaeology or simply archaeology? *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 687-692, 2016.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; HERNANDO, Almudena; POLITIS, Gustavo. Ontology of the self and material culture: arrow-making among Awá hunter-gatherers. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 30, n. 1, p.1-16, 2011.
- GOODYEAR, Albert C.; RAAB, L. Mark; KLINGER, Timothy C. The status of archaeological research design in cultural resource management. *American Antiquity*, v. 43, n. 2, p. 159-73, 1978.
- GORECKI, Pawel. Ethnoarchaeology: the need for a post-mortem enquiry. *World Archaeology*, v. 17, n. 2, p. 175-191, 1985.
- GOSELAIN, Olivier. Technology and Style: Potters and Pottery among Bafia of Camerron. *Man*, v. 27, n. 3, p. 559-585, 1992.
- GOSELAIN, Olivier. Social and technical identity in a clay crystal ball. In: STARK, Miriam (ed.). *The Archaeology of Social Boundaries*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 78-106.
- GOSELAIN, Olivier. Materializing identities: an African perspective. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 7, n. 3, p. 187-218, 2000.
- GOSELAIN, Olivier. *Poteries du Cameroun Méridional: styles techniques et rapports à l'identité*. Paris: CNRS Editions, 2002.
- GOSELAIN, Olivier. Mother Bella was not a Bella. Inherited and transformed traditions in Southwestern Niger. In: STARK, Miriam; BOWSER, Brenda; HORNE, Lee (eds.). *Cultural Transmission and Material Culture. Breaking down boundaries*. Tucson: The University of Arizona Press, 2008. p. 150-177.
- GOSELAIN, Olivier. To hell with ethnoarchaeology. *Archaeological Dialogues*, v. 23, n. 2, p. 215-228, 2016.
- GOSELAIN, Olivier. Pottery chaînes opératoires as historical documents. In: SPEAR, Thomas (ed.). *Oxford Research Encyclopedia of African History*. Oxford: Oxford University Press, 2018. (Online). Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190277734.013.208>.
- GOULD, Richard A. Living archaeology: the Ngatatjara of Western Australia. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 24, n. 2, p. 101-122, 1968.
- GOULD, Richard A. The archaeologist as ethnographer: a case study from the Western Desert of Australia. *World Archaeology*, v. 3, n. 2, p. 143-177, 1971.
- GOULD, Richard A. Some current problems in ethnoarchaeology. In: DONNAN, Christopher B.; CLEWLOW, C. William (eds.). *Ethnoarchaeology*. (Monograph

- IV, Archaeological Survey), Los Angeles: Institute of Archaeology, University of California, 1974. p. 29-48.
- GOULD, Richard A. Some current problems in ethnoarchaeology. In: INGERSOLL, Daniel; YELLEN, John E.; MacDONALD, William (eds.). *Experimental Archaeology*. New York: Columbia University Press, 1977. p. 358-377.
- GOULD, Richard A. (ed.). *Explorations in Ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978a.
- GOULD, Richard A. From Tasmania to Tucson: new directions in ethnoarchaeology. In: GOULD, Richard A. (ed.). *Explorations in Ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978b. p. 1-10.
- GOULD, Richard A. The anthropology of human residues. *American Anthropologist*, v. 8, n. 4, p. 815-35, 1978c.
- GOULD, Richard A. *Living Archaeology*. New York: Cambridge University Press, 1980.
- GOULD, Richard A. Ethnoarchaeology and the past: our search for the “real thing”. *Fennoscandia Archaeologica*, v. 6, p. 3-22, 1989.
- GOULD, Richard A. *Recovering the Past*. Albuquerque: University of New Mexico, 1990.
- GOULD, Richard A. From living archaeology to disaster archaeology, *Ethnoarchaeology*, v. 3, n. 2, p. 187-202, 2011.
- GOULD, Richard A.; KOSTER, Dorothy A.; SONTZ, Ann H. L. The lithic assemblage of western desert aborigines of Australia. *American Antiquity*, v. 36, n. 2, p. 149-169, 1971.
- GOULD, Richard A.; WATSON, Patty J. A dialogue on the meaning and use of analogy in ethnoarchaeological reasoning. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 1, n. 4, p.355-381, 1982.
- GOULD, Richard A.; yellen, john. Man the hunted: determinants of household spacing in desert and tropical foraging societies. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 6, n. 1, p. 77-103, 1987.
- GRAVES, Michael W. Pottery and distribution among the Kalinga: a study of household and regional organization and differentiation. In: LONGACRE, William A. (ed.). *Ceramic Ethnoarchaeology*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 112-143.
- GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela (eds.). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- GREEN, Lesley F.; GREEN, David R.; NEVES, Eduardo. G. indigenous knowledge and archaeological science: the challenges of public archaeology in the Reserva Uaçá. *Journal of Social Archaeology*, v. 3, n. 3, p.366-398, 2003.
- HABER, Alejandro. Decolonizing archaeological thought in South America. *Annual Review of Anthropology*, v. 45, p. 469–85, 2016.
- HAMILAKIS, Yannis. Decolonial archaeologies: from ethnoarchaeology to archaeological ethnography. *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p.678-682, 2016.
- HAMON, Caroline. Debates in ethnoarchaeology today: a new crisis of identity or the expression of a vibrant research strategy? *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 700-704, 2016.
- HAOUR, Anne.; MANNING, Katie; ARAZI, Noemi; GOSSELAIN, Olivier; GUÈYE, Ndèye S.; KEITA, Daouda; LIVINGSTONE SMITH, Alexandre; MACDONALD, Kevin; MAYOR, Anne; MCINTOSH, Susan; VERNET, Robert (eds.). *African Pottery Roulettes Past and Present: techniques, identification and distribution*. Oxford: Oxbow Books, 2010.

- HARDIN, Margaret A. The cognitive basis of productivity in a decorative art style: implications of an ethnographic study for archaeologists' taxonomies. In: KRAMER, Carol (ed.). *Ethnoarchaeology. Implications of ethnography for archaeology*. New York: Columbia University Press, 1979. p. 75-101.
- HARDIN, Margaret A. The structure of Tarascan pottery painting. In: WASHBURN, Dorothy K. (ed.). *Structure and Cognition in Art*. New York: Columbia University Press, 1983. p. 8-24.
- HARDIN, Margaret A. Sources of ceramic variability at Zuni Pueblo. In: LONGACRE, William A. (ed.). *Ceramic Ethnoarchaeology*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 40-70.
- HARDIN, Margaret A.; MILLS, Barbara J. The social and historical context of short-term stylistic replacement: a Zuni case study. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 7, n. 3, p. 139-163, 2000.
- HARRIS, Marvin. *El Desarrollo de la Teoría Antropológica. Una historia de las teorías da cultura*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1988.
- HARRIS, Oliver J. T.; cipolla, Craig n. *Archaeological Theory in the New Millennium. Introducing current perspectives*. London/New York: Routledge, 2017.
- HAYDEN, Brian. An ethnoarchaeological odyssey: or, how ethnoarchaeology changed my perspective on life. *Ethnoarchaeology*, v. 9, n. 1, p. 81-104, 2017.
- HAYDEN, Brian; Cannon, aubrey. Where the garbage goes: refuse disposal in the Maya highlands. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 2, n. 2, p.117-163, 1983.
- HAYDEN, Brian; CANNON, aubrey. *The structure of material systems: ethnoarchaeology in the Maya Highlands*. SAA papers n°3, Washington, DC: Society for American Archaeology, 1984a.
- HAYDEN, Brian; Cannon, aubrey. Interaction inferences in archaeology and learning frameworks of the Maya. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 3, n. 4, p. 325-367, 1984b.
- hayden, brian; nelson, margaret c. The use of chipped lithic material in the contemporary Maya highlands. *American Antiquity*, v. 46, n.4, p. 885-898, 1981.
- HECHT, Susanna. B. Indigenous soil management and creation of Amazonian dark earths: implications of Kayapó practices. In: LEHMANN, Johannes; KERN, Dirse C.; GLASER, Bruno; WOODS, William (eds.). *Amazonian Dark Earths: origin, properties, management*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 355-372.
- HECKENBERGER, Michael J. *War and Peace in the Shadow Empire: sociopolitical change in the Upper Xingu region of Southeastern Amazonia, A.D. 1400-2000*. Ann Arbor, Michigan: University Microfilms, 1996.
- HECKENBERGER, Michael. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na longue *durée*, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (eds.). *Os Povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2001. p. 21-62.
- HECKENBERGER, Michael. Rethinking the Arawakan diaspora: hierarchy, regionality, and Amazonian Formative. In: HILL, Jonathan D.; SANTOS-GRANERO, Fernando (ed.). *Comparative Arawakan Histories. Rethinking language family and culture area in Amazonia*. Urban: University of Illinois Press, 2002. p. 99-122.
- HECKENBERGER, Michael. *The Ecology of Power: culture, place, and personhood in Southern Amazon, A.D. 1000-2000*. New York, Routledge, 2005.
- HECKENBERGER, Michael. Xinguano heroes, ancestors, and others: materializing the past in chiefly bodies, ritual space, and landscape. In: FAUSTO, Carlos; HECKENBERGER,

- Michael (eds.). *Time and Memory in Indigenous Amazonia. Anthropological perspectives*. Gainesville: University Press of Florida, 2007. p. 284-311.
- HECKENBERGER, Michael. Entering the Agora: archaeology, conservation, and indigenous peoples in the Amazon. In: COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip; FERGUSON, Thomas J. (eds.). *Collaboration in Archaeological Practice. Engaging descendent communities*. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 243-272.
- HEIDER, Karl G. Archaeological assumptions and ethnographic fact: a cautionary tale from New Guinea. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 23, n. 1, p. 52-64, 1961.
- HEGMON, Michelle. Advances in ceramic ethnoarchaeology. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 7, n. 3, p.129-137, 2000.
- HERBICH, Ingrid; DIETLER, Michael. The long arm of the mother-in-law: learning, post-marital resocialization of women, and material culture style. In: STARK, Miriam T.; BOWSER, Brenda J.; HORNE, Lee (eds.). *Cultural Transmission and Material Culture. Breaking down boundaries*. Tucson: The University of Arizona Press, 2008, p. 223-244.
- HITCHCOCK, Robert K. Sedentism and site structure: organization changes in Kalahari Basarwa residential locations. In: KENT, Susan (ed.). *Method and Theory for Activity Area Research: an ethnoarchaeological approach*. New York: Columbia University Press, 1987. p. 374-423.
- HITCHCOCK, Robert K. The contributions of Richard Lee to anthropology, ethnoarchaeology, and indigenous peoples' studies. *Ethnoarchaeology*, v. 4, n. 2, p. 226-260, 2012.
- HODDER, Ian. The distribution of material culture items in the Baringo district, western Kenya. *Man*, v. 12, n. 2, p. 239-269, 1977.
- HODDER, Ian. Economic and Social Stress and material Culture Patterning. *American Antiquity*, v. 44, n. 3, p. 446-454, 1979.
- HODDER, Ian (ed.). *Symbols in Action. Ethnoarchaeological studies of material culture*. New York: Cambridge University Press, 1982a.
- HODDER, Ian (ed.). *Symbolic and Structural Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982b.
- HODDER, Ian. Post-Processual Archaeology. In: SCHIFFER, Michael B. (ed.). *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 8, New York: Academic Press, 1985. p. 1-25.
- HODDER, Ian (ed.). *Archaeology as Long-Term History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987a.
- HODDER, Ian (ed.). *The Archaeology of Contextual Meanings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987b.
- HODDER, Ian. *Interpretación en Arqueología. Corrientes actuales*. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.
- HODDER, Ian. Writing archaeology: site reports in context. *Antiquity*, v. 63, n. 239, p. 268-274. 1989.
- HODDER, Ian. Interpretative archaeology and its role. *American Antiquity*, v. 56, n. 1, p. 7-18. 1991a.
- HODDER, Ian. The decoration of containers: an ethnographic and historical study. In: LONGACRE, William A. (ed.). *Ceramic Ethnoarchaeology*. Tucson: The Arizona University Press, 1991b. p. 71-94.
- HODDER, Ian. *Present Past. An introduction to anthropology for archaeologists*. South Yorkshire: Pen and Sword Archaeology, 2012.

- HOLE, Frank. Pastoral nomadism in western Iran. In: Gould, Richard A. (ed.). *Explorations in Ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978. p. 127-167.
- HOLE, Frank. Rediscovering the past in the present: ethnoarchaeology in Luristan, Iran. In: KRAMER, Carol (ed.). *Ethnoarchaeology. Implications of ethnography for archaeology*. New York: Columbia University Press, 1979. p. 192-218.
- HORNE, Lee. Recycling in an Iranian village: ethnoarchaeology in Baghestan. *Archaeology*, v. 36, n.4, p. 16-21, 1983.
- HAUOR, Anne; MANNING, Matthew K.; ARAZI, Noemie; GOSSELAIN, Olivier; GUÉYE, Ndèye S.; KEITA, Daouda; LIVINGSTONE SMITH, Alexandre; MacDONALD, Katharine; MAYOR, Anne; McINTOSCH, Susan; VERNET, Robert. *African Pottery Roulettes Past and Present. Techniques, identification and distribution*. Oxford: Oxbow Books, 2010.
- INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.
- JARVENPA, Robert; BRUMBACH, Hetty Jo (eds.). *Circumpolar Lives and Livelihood. A comparative ethnoarchaeology of gender and subsistence*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2006.
- JOHNSON, Matthew. *Archaeological Theory. An introduction*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.
- JONES, Glynis. The ethnoarchaeology of crop processing: seeds of a middle-range methodology. *Archaeological Review from Cambridge*, v. 2, n. 2, p. 17-26, 1983.
- JONES, Sharyn. *Food and Gender in Fiji. Ethnoarchaeological explorations*. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2009.
- KAMP, Kathryn. The impact of Patty Jo Watson's Ethnography. *Ethnoarchaeology*, v. 2, n. 2, p. 248-254, 2010.
- KAMP, Kathryn; WHITAKER, John C. Ethnoarchaeology: critic, consolidator and contributor. *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 674-677, 2016.
- KENOYER, Jonathan M.; VIDALE, Massimo; BHAN, Kuldeep K. Contemporary stone beadmaking in Khambat, India: patterns of craft specialization and organization of production as reflected in the archaeological record. *World Archaeology*, v. 23, n. 1, p. 44-63, 1991.
- KIRCH, Patrick V. Ethnoarchaeology and the study of agricultural adaptation in the humid tropics. In: Gould, Richard A. (ed.). *Explorations in Ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978. p. 103-125.
- KENT, Susan. *Analyzing Activity Areas*. Albuquerque: University of New Mexico, 1984.
- KENT, Susan (ed.). *Method and Theory for Activity Area Research. An ethnoarchaeological approach*. New York: Columbia University Press, 1987a.
- KENT, Susan. Understanding the use of space: an ethnoarchaeological approach. In: KENT, Susan (ed.). *Method and Theory for Activity Area Research. An ethnoarchaeological approach*. New York: Columbia University Press, 1987b. p. 1-60.
- KENT, Susan (ed.). *Domestic Architecture and the Use of Space. An interdisciplinary cross-cultural study*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- KLEINDIENST, Maxine R; WATSON, Patty J. Action archaeology: the archaeological inventory of a living community. *Anthropology Tomorrow*, v. 5(1) p. 75-78, 1956.
- KOBAYASHI, Masashi. Expanding Archaeological Method and Theory. In: Longacre, William A.; Skibo, James M. (eds.). *Kalinga Ethnoarchaeology*. Washington/London: Smithsonian Institution Press. p. 127-168, 1994.

- KRAMER, Carol. *Ethnoarchaeology. Implications of ethnography for archaeology*. New York: Columbia University Press, 1979a.
- KRAMER, Carol. Introduction. Implications of Ethnography for Archaeology. In: KRAMER, Carol (ed.). *Ethnoarchaeology. Implications of ethnography for archaeology*. Columbia University Press. p. 1-20, 1979b.
- KRAMER, Carol. An archaeological view of a contemporary Kurdish village: domestic architecture, household size, and village wealth. In: *Ethnoarchaeology. Implications of ethnography for archaeology*. New York: Columbia University Press. p. 139-163, 1979c.
- KRAMER, Carol. Village *Ethnoarchaeology: rural Iran in archaeological perspective*. New York: Academic Press, 1982.
- KRAMER, Carol. Ceramic ethnoarchaeology. *Annual Review of Anthropology*, v. 14, p. 77-102, 1985
- KRAMER, Carol. Ceramics in two Indian cities. In: LONGACRE, William A. (ed.). *Ceramic Ethnoarchaeology*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 205-230.
- KRAMER, Carol. *Pottery in Rajasthan. Ethnoarchaeology in two Indian cities*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1997.
- KUBICA, Grazyna. *Maria Czaplicka. Gender, shamanism, race. An anthropological biography*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2020
- KUPER, Adam. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1978.
- KUS, Susan. Archaeologist as anthropologist: much ado about something after all. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 4, n. 3/4, p. 199-213, 1997.
- LAMING-EMPERAIRE, Annette; MENEZES, Maria J.; ANDREATTA, Margarida D. O trabalho da pedra entre os Xetá da Serra de Dourados, Estado do Paraná. *Coleção Museu Paulista, Série Ensaio*, n. 2 p. 19-82, 1978.
- LANE, Paul. Present to past. Ethnoarchaeology. In: TILLEY, Christopher; KEANE, Webb; Küchler, Susanne; Rowlands, Michael; Spyer, Patricia (eds.). *Handbook of Material Culture*. London: SAGE, 2006. p. 402-424.
- LANE, Paul (ed.). Debates in world archaeology. *World Archaeology*, v. 48, n. 5, 2016.
- LANGE, Frederick W.; RYDBERG, Charles R. Abandonment and post-abandonment behavior at a rural Central American house-site. *American Antiquity*, v. 37, n. 3, p. 419-32, 1972.
- LANNA, Marcos. Apresentando Raymond Firth. In: FIRTH, Raymond. *Nós os Tikopias. Um estudo sociológico do parentesco na Polinésia primitiva*. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 21-74.
- LATHRAP, Donald. Recent Shipibo-Conibo ceramics and their implications for archaeological interpretation. Structure and cognition. In: WASHBURN, Dorothy K. (ed.). *Structure and Cognition in Art*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 25-39.
- LAUER, Peter K. Changing patterns of pottery trade to the Trobriand Islands. *World Archaeology*, v. 3, n. 2, p. 197-209, 1971.
- LAVINA, Rodrigo. *Os Xoklêng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1994.
- LEE, Robert B. Kung and I: reflections on my life and times with the Ju/'Hoansi. *Ethnoarchaeology*, v. 4, n. 2, p. 199-225, 2012.

- LEE, Robert B.; DEVORE, Irven (eds.). *Man the Hunter*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1968.
- LEMONNIER, Pierre. The Study of Material Culture Today: Toward an Anthropology of Technical Systems. *Journal of Anthropological Archaeology*, n. 5, p. 147-186, 1986.
- LEMONNIER, Pierre. *Elements for an Anthropology of Technology*. Michigan: Museum of Anthropological Research, University of Michigan, n. 88, 1992.
- LEMONNIER, Pierre (ed.). *Technological Choices. Transformation in material cultures since the Neolithic*. London: Routledge, 1993.
- LEROI-GOURHAN, Andre. *Le Gest et la Parole. Techniques et langage*. Paris: Editions Albin Michel, 1964.
- LEROI-GOURHAN, Andre. *Le Gest et la Parole. La mémoire et les rythmes*. Paris: Editions Albin Michel, 1965.
- LEROI-GOURHAN, Andre. *Evolução e Técnicas. O Homem e a matéria*. Lisboa: Edições 70, 1984a.
- LEROI-GOURHAN, Andre. *Evolução e Técnicas. O Meio e as técnicas*. Lisboa, Edições 70, 1984b.
- LEWIS-WILLIAMS, David; CHALLIS, Sam. *Deciphering Ancient Minds. The mystery of San bushman rock art*. Londres: Thames & Hudson, 2011.
- LYON, Patricia. Differential bone destruction: an ethnographic example. *American Antiquity*, v. 35, n. 2, p. 213-215, 1970.
- LONDON, Gloria A. Standardization and variation in the work of craft specialists. In: LONGACRE, William A. (ed.). *Ceramic Ethnoarchaeology*. A. Tucson: The University of Arizona Press, 2014, p. 182-204.
- LONGACRE, William A. Sources of ceramic variability among the Kalinga of Northern Luzon. In: LONGACRE, William A. (ed.). *Ceramic Ethnoarchaeology*. Tucson: The University of Arizona Press, 2014, p. 95-111, 1991.
- LONGACRE, William A.; AYRES, J.E. Archaeological lessons from an Apache Wickiup. In: Binford, Sally R.; Binford, Lewis R. (eds.). *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1972. p. 151-159.
- LONGACRE, William A.; SKIBO, James M. (eds.). *Kalinga Ethnoarchaeology. Expanding archaeological method and theory*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1994.
- LOPEZ MAZZ, José M. Aldeas Matis y palealdeas de las tierras bajas. In: PEREIRA, Edith; GUAPINDAIA, Vera (orgs.). *Arqueologia Amazônica*, v. 2. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. p. 825-851.
- LYMAN, R. Lee. Lewis R. Binford's impact on zooarchaeology. *Ethnoarchaeology*, v. 4, n. 1, p. 55-78, 2012.
- LYON, Patricia. Differential bone destruction: An ethnographic example. *American Antiquity*, v. 35, n. 2, p. 213-215, 1970.
- LYONS, Diane E. Witchcraft, gender, power and intimate relations in Mura compounds in Déla, Northern Cameroon. *World Archaeology*, v. 29, n. 3, p. 344-362, 1998.
- LYONS, Diane E. Building power in rural hinterlands: an ethnoarchaeological study of vernacular architecture in Tigray, Ethiopia. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 14, n. 2, p. 179-207, 2007.
- LYONS, Diane E.; CASEY, Joanna. It's a material world: the critical and on-going value of ethnoarchaeology in understanding variation, change and materiality. *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 609-627, 2016.

- LYONS, Diane E.; DAVID, Nicholas. To hell with ethnoarchaeology ... and back! *Ethnoarchaeology*, v. 11, n. 2, p. 99-133, 2019.
- MacEACHERN, Scott. Scale, style, and cultural variation: technological traditions in the Northern Mandara mountains. In: STARK, Miriam (ed.). *The Archaeology of Social Boundaries*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 107-131.
- MACHADO, Juliana S. Espaços antropizados: entendendo os processos de reocupação a partir de uma visão etnoarqueológica. In: PEREIRA, Edithe; GUAPINDAIA, Vera (orgs). *Arqueologia Amazônica*, v.1. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. p. 343-364.
- MACHADO, Juliana S. *Lugares de Gente: Mulheres, Plantas e Redes de Troca no Delta Amazônico*. Tese (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2012.
- MACHADO, Juliana S. Ilha Caviana: sobre as suas paisagens, tempos e transformações. *Amazônica. Revista de Antropologia*, n. 6, p. 283-313, 2014.
- MACHADO, Juliana S. Caminhos e paradas. Perspectivas sobre o território Laklãnõ (Xokleng). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 27, p. 179-196, 2016.
- MACHADO, Juliana S. Arqueologias indígenas, os Laklãnõ Xokleng e os objetos do pensar. *Revista de Arqueologia*, v. 30, 89-119, 2017.
- Marcus, Georg; Cushman, Dick. Ethnographies as text. *Annual Review of Anthropology*, v.11, p. 25-69. 1982.
- Marcus, George; Fischer, Michael. *Anthropology as Cultural Critique*. Chicago: University of Chicago Press. 1986.
- McINTOSH, Roderick J. Archaeology and mud wall decay in West African village. *World Archaeology*, v. 6, p. 154-171, 1974.
- McINTOSH, Roderick J. The excavation of mud structures: an experiment from West Africa. *World Archaeology*, v. 9, p. 185-199, 1977.
- McNIVEN, Ian J. Ethnoarchaeology, epistemology, ethics. *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 683-686, 2016.
- MANGUEIRA, Giovana M.; TEIXEIRA, Simone; SILVA, Fabíola A.; FRANCO, Roberto W.A. Fe³⁺ in pottery: distinction of the use for cooking and production parameters. *Applied Clay Science*, v. 129, p. 88-91, 2016.
- MANS, Jimmy. *Amotopoan Trails. A recent archaeology of Trio movements*. Leiden: Sidestone Press, 2012.
- MASCHNER, Herbert D. G. Middle range theory. In: FAGAN, Brian (ed.). *The Oxford Companion to Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 469.
- MAUSS, Marcel. Técnicas y Movimientos Corporales. In: MAUSS, Marcel. *Sociología e Antropología*, Madrid: Tecnos, 1991.
- MAYOR, Anne. Durées de vie des céramiques africaines: facteurs responsables et implications archéologiques. In: COURTIN, Jean; BINDER, Didier (eds.). *Terre Cuite et Société. La céramique, document technique, économique, culturel*. XIV Rencontres Internationales d'Archéologie et d'Histoire d'Antibes. Juan-les-Pins: Editions APDCA, 1994. p. 179-198.
- MELQUÍADES, Vinícius. Arqueologia vai à feira: por uma etnoarqueologia da paisagem com perspectivas simétricas. *Vestígios. Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica*, v. 8, n. 1, p. 161-200, 2014.
- MELQUÍADES, Vinícius. *Pedras Artesãs: Materialidade, Tecnologias e Mobilidades das Panelas de Pedra-Sabão em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

- MERWE, Nicolaas J.; SCULLY, Robert T.K. The Phalaborwa story: an archaeological and ethnographic investigation of a South African Iron Age group. *World Archaeology*, v. 3, n. 2, p. 178-196, 1971.
- MILLER, Daniel. *Artefacts as Categories. A study of ceramic variability in Central India*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- MILLER, Tom. Tecnologia lítica arqueológica. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 8, p. 7-124, 1975.
- MILLER, Tom. Tecnologia Cerâmica dos Kaingang Paulista. *Arquivos do Museu Paranaense*, Etnologia 2, 1978.
- MILLER, Tom Stone work of the Xetá indians of Brazil. In: HAYDEN, Brian. *Lithic Use-Wear Analysis*. New York: Academic Press, 1979. p. 401-407.
- MILLER, Tom. Etnoarqueologia: implicações para o Brasil. *Arquivos do Museu de História Natural*, v. VI-VII, p. 293-310, 1981/1982.
- MOI, Flavia. *Organização e Uso do Espaço em Duas Aldeias Xerente. Uma abordagem etnoarqueológica*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- MONTEIRO, J.M. *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOORE, Henrieta L. The interpretation of spatial patterning in settlement residues. In: HODDER, Ian. *Symbolic and Structural Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 74-79.
- MOURA, Herbert; ALLEN, S.J. O gosto do barro: memória culinária e morfologia das cerâmicas utilitárias de Pernambuco. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 9, n. 2, p. 9-32, 2015.
- MURTY, Malladi L.K. Ethnoarchaeology of the Kurnool cave areas, south India. *World Archaeology*, v. 17, n. 2, p. 192-205, 1985.
- NANDRIS, John G. The Stina and the Katun: foundations of a research design in European highland zone ethnoarchaeology. *World Archaeology*, v. 17, n. 2, p. 256-268, 1985.
- NASCIMENTO, Evelyn L.M. *A Textura da Vida Diária: Materialidade e paisagem no cotidiano do quilombo de Marques (Vale do Mucuri/MG)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- NELSON, Brian A. Ceramic frequency and use-life: a highland Mayan case in cross-culture perspective. In: LONGACRE, W. A. (ed.). *Ceramic Ethnoarchaeology*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991, p. 162-181.
- NEUPERT, Mark A.; LONGACRE, William A. Informant accuracy in pottery use-life studies: a Kalinga example. In: LONGACRE, W.A.; SKIBO, James M. (eds.). *Kalinga Ethnoarchaeology. Expanding archaeological method and theory*. Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1994. p. 71-82.
- NEVES, Eduardo G. *Paths in Dark Waters: Archaeology as indigenous history in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon*. (PhD Dissertation), Department of Anthropology. Indiana University. Bloomington, 1998.
- NEVES, Eduardo G. Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto rio Negro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul, Suplemento 3, p. 319-330, 1999.
- NEVES, Eduardo G. Tradição oral e arqueologia na história indígena no Alto Rio Negro. In: FORLINE, Louis C.; MURRIETA, Rui S.S. Murrieta; VIEIRA, Ima C.G.

- Amazônia. Além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006. p. 71-108.
- NEVES, Eduardo G. Ecology, Ceramic chronology and distribution, long-term history, and political change in the Amazonian. In: SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William (eds.). *Handbook of South American Archaeology*. New York: Springer, 2008. p. 359-379.
- NICHOLSON, Paul; PATTERSON, Helen. Pottery making in Upper Egypt: an ethnoarchaeological study. *World Archaeology*, v. 17, n. 2, p. 222-239, 1985.
- NOELLI, Francisco S. *Sem Tekohá não há Tekó. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS*. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 1993.
- NOELLI, Francisco S. The Tupi: explaining origin and expansions in terms of archaeology and of historical linguistics. *Antiquity*, v. 72, n. 277, p. 648-663, 1998.
- NOELLI, Francisco S. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento, v. 3, p. 285-306, 1999.
- NOELLI, Francisco S. *A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas (1872-2000)*. *Revista USP*, v. 2, p. 218-269, 1999/2000.
- NOELLI, Francisco; SALLUM, Marianne. A cerâmica paulista: cinco séculos de persistência de práticas Tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil. *Mana*, v. 25, n.3, p. 701-742, 2019.
- O'CONNELL, James F. Spoons, knives, and scrapers: the function of yilugwa in Central Australia. *Mankind*, v. 9, p. 189-194, 1974.
- O'CONNELL, James F. Alyawara site structure and its archaeological implications. *American Antiquity*, v. 52, n.1, p. 74-108, 1987.
- O'CONNELL, James F; HAWKES, Kristen; JONES, Nicholas G.B. Hadza scavenging: implications for Plio-Pleistocene hominid subsistence. *Current Anthropology*, v. 29, n. 3, p. 356-363, 1988a.
- O'CONNELL, James F; HAWKES, Kristen; JONES, Nicholas G.B. Hadza hunting, butchering, and bone transport and their archaeological implications. *Journal of Anthropological Research*, 44, n. 2, p. 113-62, 1988b.
- OLIVEIRA, Luciane. M. *A Produção Cerâmica como Reafirmação de Identidade Étnica Maxakali: um estudo etnoarqueológico*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- PASTRON, Allen. G. Preliminary ethnoarchaeological investigation among the Tarahumara. In: DONNAN, C.B.; CLEWLOW, C.W. (eds.). *Ethnoarchaeology*. (Monograph IV, Archaeological Survey), Los Angeles: Institute of Archaeology, University of California, 1974. p. 93-114.
- PAREZO, Nancy. J. *Hidden Scholars: Women anthropologists and the Native American Southwest*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993.
- PEARSON, Mike P. Mortuary practices, society and ideology: an ethnoarchaeological study. In: HODDER, Ian (ed.). *Symbolic and Structural Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 99-113.
- PEIRANO, Marisa. *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1995.
- PEIRANO, Marisa. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, 42, p. 377-391, 2014.

- PEREIRA, Rodrigo. Análise do espaço e da cultura material no extinto Terreiro da Gomeia (Duque de Caxias/RJ): um estudo etnoarqueológico. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 9, n. 11, p. 220-230, 2015.
- PEREIRA, Rodrigo. Como a arqueologia pode auxiliar na reconstituição da memória, na defesa da tolerância religiosa e nas políticas culturais. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 1, p. 18-34, 2017a.
- PEREIRA, Rodrigo. Como a arqueologia pode auxiliar na reconstituição da memória, na defesa da tolerância religiosa e nas políticas culturais. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 1, p. 18-34, 2017b.
- PÉTREQUIN, Pierre; PÉTREQUIN, Anne-Marie. *Ecologie d'un outil. La hache de pierre em Irian Jaya (Indonésie)*. Paris: CNRS, 1993.
- PÉTREQUIN, Pierre; PÉTREQUIN, Anne-Marie. La poterie em Nouvelle Guinée: savoir-faire et transmission des techniques. *Journal de la Société des Océanistes*, v. 108, n. 1, p. 71-101, 1999.
- PIERCE, Charles D. A critique of middle-range theory in archaeology. Manuscrito, 1989. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/257066746> A Critique of Middle-Range Theory in Archaeology.
- PFaffenberger, Bryan. Fetishised objects and humanised nature: towards an anthropology of technology. *Man*, v. 23, n. 2, p. 236-52, 1988.
- PFaffenberger, Bryan. Social anthropology of technology. *Annual Review of Anthropology*, v. 21, p. 491-516, 1992.
- POOKAJORN, Surin. Ethnoarchaeology with the Phi Tong Luang (Mlabrai): forest hunters of northern Thailand. *World Archaeology*, v. 17, n. 2, p. 206-221, 1985.
- POLITIS, Gustavo G. The theoretical landscape and the methodological development of archaeology in Latin America. *Latin American Antiquity*, v.14, n. 2, p. 115-142, 2003.
- POLITIS, Gustavo G. *Nukak. Ethnoarchaeology of an Amazonian People*. Londres/California: University College London/ Institute of Archaeology Publications/ Left Coast Press, 2007.
- POLITIS, Gustavo G. Reflections on contemporary ethnoarchaeology. *Pyrenae*, v. 46, n. 1, p. 41-83, 2015.
- POLITIS, Gustavo G. The role and place of ethnoarchaeology in current archaeological debate. *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 705-709, 2016.
- POLONI, Rita J. S. A Etnoarqueologia brasileira no contexto da redemocratização. *Promontoria*, v. 6, n. 6, p. 361-380, 2008.
- PORRO, Antônio. *O Povo das Águas. Ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.
- PRATAP, Ajay. Ethnoarchaeology, epistemology, ethics. *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 710-713, 2016.
- PUGLIESI Jr., Francisco; VALLE, Raoni. A gestão do patrimônio arqueológico em territórios indígenas: a resistência Munduruku e a preservação do patrimônio cultural frente ao licenciamento ambiental de empreendimentos em territórios tradicionalmente ocupados. *Revista de Arqueologia*, v.28, n.1, p. 30-51, 2015.
- RAAB, L. Mark.; GOODYEAR, Albert C. Middle range theory in archaeology: a critical review of origins and application. *American Antiquity*, v. 49, p. 55-58, 1984.
- RATHJE, William L. Archaeological ethnography... because sometimes it is better to give than to receive. In: GOULD, Richard. *Explorations in Ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1980, p. 49-75.

- REID, Andrew; MacLEAN, Rachel. Symbolism and the social contexts of iron production in Karagwe. *World Archaeology*, n. 2, p. 144-61, 1995.
- REID, Jefferson J.; SCHIFFER, Michael B.; RATHJE, William L. Behavioral archaeology: four strategies. *American Anthropologist*, v. 77, n.4, p. 836-848, 1975.
- RICE, Prudence. *Pottery Analysis. A sourcebook*. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.
- ROBBINS, Lawrence H. Turkana material culture viewed from archaeological perspective. *World Archaeology*, v. 5, p. 209-214, 1973.
- ROBRAHN-GONZALEZ, Erika. El uso de la analogía en la etnoarqueología brasileña. In: POLITIS, Gustavo G.; PERETTI, Roberto (eds.). *Teoría Arqueológica em América del Sur*, Série Teórica, Olavarría: INCUAPA, 2004. p. 167-183.
- RODRIGUES, Igor M.M. Por uma etnoarqueologia dos trançados ameríndios. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 34, p. 87-110, 2020.
- RODRIGUES, Robson A. *Cenários da Ocupação Guarani na Calha do Alto Paraná: um Estudo Etnoarqueológico*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- RODRIGUES, Robson A. *Os Caçadores-Ceramistas do Sertão Paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no Vale do Rio Feio/Aguapei*. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ROE, Peter G.; SIEGEL, Peter .E. The life history of a Shipibo compound: ethnoarchaeology in the Peruvian Montaña. *Archaeology and Anthropology*, v. 5, n. 2, p. 94-118, 1982.
- ROUX, Valentine. The psychological analysis of technical activities: a contribution to the study of craft specialization. *Archaeological Review from Cambridge*, v. 9, p. 142-153, 1990.
- ROUX, Valentine. Ceramic standardization and intensity of production: quantifying degrees of specialization. *American Antiquity*, 68, n.4, p.768-782, 2003.
- ROUX, Valentine. Ethnoarchaeology: a non-historical science of reference necessary for interpreting the past. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 14, n.2, p. 153-178, 2007.
- ROUX, Valentine. Anthropological interpretation of ceramic assemblages: foundations and implementations of technological analysis. In: Scarcella, Simona (ed.). *Archaeological Ceramics: a review of current research*. BAR International. Oxford: Archeopress, Series 2193, 2011, p. 80-88.
- ROUX, Valentine. Ethnoarchaeology in France: trends and perspectives. In: Marciniak, Arcadiusz; Yalman, Nurcan. *Contesting Ethnoarchaeologies. Traditions, theories, prospects*. New York: Springer, 2013a, p. 17-34.
- ROUX, Valentine. Spreading of innovative technical traits and cumulative technical evolution: continuity or discontinuity. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 20, n. 2, p. 312-320, 2013b.
- ROUX, Valentine. Standardization of ceramic assemblages: transmission mechanisms and diffusion of morpho-functional traits across social boundaries. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 40, p. 1-9, 2015.
- ROUX, Valentine. Ceramic manufacture: the chaîne opératoire approach. In: Hunt, Alice (ed.). *The Oxford Handbook of Archaeological Ceramic Analysis*. Oxford: Oxford University Press. 2016.

- ROUX, Valentine. Not to throw the baby out with the bathwater. A response to Gosselain's. *Archaeological Dialogues*, v. 24, n. 2, p. 225-229, 2017.
- ROUX, Valentine. *Ceramics and Society. A technological approach to archaeological assemblages*. Cham: Springer, 2019.
- ROUX, Valentine; BRIL, Blandine; CAULIEZ, Jessie; GOUJON, Anne-Lise.; LARA, Catherine; MANEN, Claire.; SAULIEV, Geoffroy.; ZANGATO, Etienne. Persisting technological boundaries: social interaction, cognitive correlations, and polarization. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 48, p. 320-335, 2017.
- ROWLANDS, Michael J. The archaeological interpretation of prehistoric metalworking. *World Archaeology*, v. 3, n. 2, p. 210-224, 1971.
- SANTOS, Ronaldo J.; MEDEIROS, Ricardo P.; CASTRO, Viviane M. C. Estudo etnoarqueológico da cerâmica utilitária do município de Tracunhaém, Pernambuco. *Fundamentos*, v. XIX, p. 100-129, 2017.
- SCHIFFER, Michael B. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, v. 37, n. 2, p. 156-65, 1972.
- SCHIFFER, Michael B. Archaeology as behavioral science. *American Anthropologist*, v. 77, n. 4, p. 836-48, 1975.
- SCHIFFER, Michael B. *Behavioral Archaeology*. New York: Academic Press, 1976.
- SCHIFFER, Michael B. Methodological issues in ethnoarchaeology. In: GOULD, Richard (ed.). *Explorations in Ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978. p. 229-247.
- SCHIFFER, Michael B. Some issues in the philosophy of archaeology. *American Antiquity*, v. 46, p. 899-908, 1981.
- SCHIFFER, Michael B. Is there a "Pompeii" premise in archaeology? *Journal of Anthropological Research*, v. 41, n. 1, p. 18-41, 1985.
- SCHIFFER, Michael B. *Formation Processes of the Archaeological Record*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.
- SCHIFFER, Michael B. The structure of archaeological theory. *American Antiquity*, v. 53, n. 3, p. 461-485, 1988.
- SCHIFFER, Michael B. A personal history of behavioral archaeology. In: SCHIFFER, Michael B. *Behavioral Archaeology. First Principles*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1995a. p. 1-24.
- SCHIFFER, Michael B. Four strategies of behavioral archaeology. In: SCHIFFER, Michael B. *Behavioral Archaeology. First Principles*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1995b. p. 67-73.
- SCHIFFER, Michael B. Ethnoarchaeology, experimental archaeology, and the "American School". *Ethnoarchaeology*, v. 1, n. 1, p. 7-26, 2009.
- SCHIFFER, M.B. 2015. William Laurens Rathje: the garbage project and beyond. *Ethnoarchaeology*, v. 7, n. 2, p. 179-184, 2015.
- SCHIFFER, Michael B.; DOWNING, Theodore E.; McCARTHY, Mike. Waste not, want not: an ethnoarchaeological study of reuse in Tucson, Arizona. In: GOULD, Richard A; SCHIFFER, Michael B. (eds.). *Modern Material Culture: The archaeology of us*. New York: Academic Press, 1981. p. 67-86.
- SCHIFFER, Michael B.; SKIBO, James M. The explanation of artifact variability. *American Antiquity*, v. 62, n. 1, p. 27-50, 1997.
- SCHMIDT, Morgan. Historical landscapes in the neotropics: a model for prehistoric anthrosol (terra preta) formation in the upper Xingu. In: Pereira, Edithe; Guapindaia,

- Vera (orgs). *Arqueologia Amazônica*, v.2. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. p. 853-878.
- SCHMIDT, Morgan. Amazonian dark earths: pathways to sustainable development in tropical rainforests. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 8, n. 1, p. 11-38, 2013.
- SELLET, Frédéric; GREAVES, Russel; PEI-LIN, Yu. *Archaeology and Ethnoarchaeology of Mobility*. Gainesville: University Press of Florida, 2006.
- SHOTT, Michael. Mortal pots: on use life and vessel size in the formation of ceramic assemblages. *American Antiquity*, v. 61, n. 3, p. 463-482, 1996.
- SHOTT, Michael. *Pottery Ethnoarchaeology in the Michoacán Sierra*. Salt Lake City: University of Utah Press, 2018.
- SIGAUT, Lígia. Apresentação. In: LEACH, Edmund. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 9-43.
- SILLAR, Bill; JOFFRÉ, Gabriel R. Using the present to interpret the past: the role of ethnographic studies in Andean archaeology. *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 656-673, 2016.
- SILVA, Fabíola A. *As Tecnologias e seus Significados. Um estudo da cerâmica dos Asurini do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica*. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SILVA, Fabíola A. Mito e arqueologia: a interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu - Pará. *Horizontes Antropológicos*, v. 8, p. 175-187, 2002.
- SILVA, F.A. Cultural behaviors of indigenous populations and the formation of the archaeological record in Amazonian Dark Earth: The Asurini do Xingu case study. In: LEHMANN, Johannes; KERN, Dirce C.; GLASER, Bruno; WOODS, William (orgs.). *Amazonian Dark Earths. Origin, properties, management*. Norwell: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 373-385.
- SILVA, Fabíola A. O significado da variabilidade artefactual: a cerâmica dos Asurini do Xingu e a plumária dos Kayapó-Xikrin do Cateté. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 2, n.1, p. 91-103, 2007.
- SILVA, Fabíola A. Ceramic technology of the Asurini do Xingu, Brazil: an ethnoarchaeological study of artifact variability. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 15, p. 217-265, 2008.
- SILVA, Fabíola A. As atividades econômicas das populações indígenas amazônicas e a formação das terras pretas: o exemplo dos Asurini do Xingu. In: TEIXEIRA, Wenceslau G.; KERN, Dirce C.; MADARI, Beáta E.; LIMA, Hedinaldo N.; WOODS, William (eds.). *As Terras Pretas de Índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas*. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2009a. p. 54-61.
- SILVA, Fabíola A. A organização da produção cerâmica dos Asurini do Xingu: uma reflexão etnoarqueológica sobre variabilidade e padronização artefactual. *Arqueologia Suramericana*, v. 5 p. 121-137, 2009b.
- SILVA, F.A. A variabilidade dos trançados dos Asurini do Xingu. *Revista de Arqueologia*, v. 22, p. 17-34, 2009c.
- SILVA, Fabíola A. A aprendizagem da tecnologia cerâmica entre os Asurini do Xingu. In: PROUS, André; LIMA, Tânia A. (orgs.). *Os Ceramistas Tupiguarani: eixos temáticos*, v.3. Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN de Minas Gerais, 2010. p. 7-26.

- SILVA, Fabíola A. Território, lugares e memória dos Asurini do Xingu. *Revista de Arqueologia*, v. 26, p. 28-41, 2013a.
- SILVA, Fabíola A. Tecnologias em transformação: inovação e (re)produção dos objetos entre os Asurini do Xingu. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 8, p. 729-744, 2013b.
- SILVA, Fabíola A. Arqueologia de contrato e povos indígenas. Reflexões sobre o contexto brasileiro. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 2, p. 187-201, 2015.
- SILVA, Fabíola A. Tipos cerâmicos ou modos de vida? Etnoarqueologia e as tradições arqueológicas cerâmicas na Amazônia. In: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena P.; BETANCOURT, Carla J. (orgs.). *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia. Rumo a uma Nova Síntese*. Belém: IPHAN/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016. p. 40-49.
- SILVA, Fabíola A. Ceramic production technology among the Asurini of Xingu: technical choices, transformations and enchantment. *Vibrant*, 16, p. 1-29, 2019a.
- SILVA, Fabíola A. La cerámica de Anuma'í y las marcas del fin del mundo. In: Gnecco, Cristobal; Tantaléan, Henry (orgs.). *Arqueologías Vitales*, Madrid: JAS Arqueología, 2019b. p. 123-149.
- SILVA, Fabíola A.; CUNHA LIMA, Silvia. Etnoarqueologia, conservação arqueológica e a compreensão dos processos de formação do registro arqueológico na Amazônia. *Revista de Arqueologia*, v. 28, p. 123-142, 2015.
- SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. Para uma síntese dos Jê do Sul: igualdades, diferenças e dúvidas para a Etnografia, Etno-História e Arqueologia. *Estudos Ibero Americanos*, v. xxii, n.1, p. 5-12, 1996.
- SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. Mobility and territorial occupation of the Asurini do Xingu, Pará, Brazil: an archaeology of the recent past in the Amazon. *Latin American Antiquity*, v. 26, p. 493-511, 2015.
- SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. História indígena e arqueologia: Uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 27, p. 5-20, 2016.
- SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. Arqueologia e linguística: Construindo as trajetórias histórico-culturais dos povos Tupi. *Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política*, v. 7, p. 55-87, 2017.
- SILVA, Fabíola A.; REBELATTO, Lilian. Use space and formation of Terra Preta: the Asurini do Xingu case study. In: LEHMANN, Johannes; KERN, Dirce; GLASER, Bruno; WOODS, William I. (orgs.). *Amazonian Dark Earths: Explorations in space and time*. New York: Springer. p. 159-168, 2003.
- SILVA, Fabíola A.; STUCHI, Francisco F. Evidências e significados da mobilidade territorial: A Terra Indígena Kaiabi (Mato Grosso/Pará). *Amazônica. Revista de Antropologia*, v. 2, p. 46-70, 2010.
- SILVA, Fabíola A. STUCHI, Francisco F.; BESPALÉZ, Eduardo; POUGET, Frederic C. Arqueologia em terra indígena: uma reflexão teórico-metodológica sobre as experiências de pesquisa na Aldeia Lalima (MS) e na Terra Indígena Kaiabi (MT\PA). In: PEREIRA, Edith; GUAPINDAIA, Vera (orgs.). *Arqueologia Amazônica*, v.2. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. p. 775-794.
- SILVA, Lucas A. Com o vento a lagoa vira mar: uma etnoarqueologia da pesca no litoral norte do RS. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 10, n. 2, p. 537-547, 2015.
- SILVESTRE, Ramon E. J. *The Typology of Philippine Basketry*. Master Thesis, Department of Anthropology, University of Arizona, Tucson, 1986.

- SILVESTRE, Ramon E. J. The ethnoarchaeology of Kalinga basketry: a preliminary investigation. In: LONGACRE, William; SKIBO, James M. (eds.). *Kalinga Ethnoarchaeology. Expanding archaeological method and theory* Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1994. p. 199-207.
- SKIBO, James M. *Pottery Function. A use alteration perspective*. New York/London: Plenum Press, 1992.
- SKIBO, James M. The Kalinga cooking pot: an ethnoarchaeological and experimental study of technological change. In: LONGACRE, William; SKIBO, James (eds.). *Kalinga Ethnoarchaeology. Expanding archaeological method and theory* Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1994. p. 113-126.
- SKIBO, James M. Archaeological theory and snake-oil peddling: the role of ethnoarchaeology in archaeology. *Ethnoarchaeology*, v. 1, n. 1, p. 27-56, 2009.
- SKIBO, James M. Village ethnoarchaeology: rural Iran in archaeological perspective. *Ethnoarchaeology*, v. 2, n. 2, p. 255-258, 2010.
- SKIBO, James M. *Understanding Pottery Function*. New York: Springer, 2013.
- SNEAD, James E.; ERICKSON, Clark L.; DARLING, J. Andrew (eds.). *Landscape of Movement. Trails, paths, and roads in anthropological perspectives*. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2009.
- SNEAD, James E. Trails of tradition: movement, meaning and place. In: SNEAD, James E.; ERICKSON, Clark L.; DARLING, Andrew J. (eds.). *Landscapes of movement. Trails, paths and roads in anthropological perspectives*. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2009. p. 42-60.
- SOUZA, Marcos A. T. de. A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. *Revista de Arqueologia*, v.30, n.1, p. 144-153, 2017.
- SOUZA, Rafael L.; EREMITES, J. S. Etnoarqueologia e processo de territorialização entre os indígenas Wasusu do vale do rio Guaporé, estado de Mato Grosso, Brasil. *Revista Tellus*, v. 19, n. 39, p. 105-138, 2019.
- STAHL, Ann. Concepts of time and approaches to an analogical reasoning in historical perspective. *American Antiquity*, v.58, n. 2, p. 235-260, 1993.
- STANISLAWSKI, Michael B. What good is a broken pot? An experiment in Hopi-Tewa etho-archaeology. *Southwestern Lore*, v. 35, n. 1, p. 11-18, 1969.
- STANISLAWSKI, Michael B. The relationships of ethnoarchaeology, traditional, and systems archaeology. In: DONNAN, Christopher B.; CLEWLOW, C. William (eds.). *Ethnoarchaeology*. (Monograph IV, Archaeological Survey), Los Angeles: Institute of Archaeology, University of California, 1974. p. 15-26.
- STANISLAWSKI, Michael B. If pots were mortal. In: GOULD, Richard (ed.). *Explorations in Ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978. p. 201-227.
- STARK, Miriam. Re-fitting the “cracked and brooked façade”: the case for empiricism in post-processual ethnoarchaeology. In: YOFFE, Norman; SHERRAT, Andrew. (eds.). *Archaeological Theory: who sets the agenda?* Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 93-104.
- STARK, Miriam. Pottery exchange and the regional system: a Dalupa case study. In: LONGACRE, William A.; SKIBO, James M. (eds.). *Kalinga Ethnoarchaeology. Expanding archaeological method and theory* Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1994.
- STARK, Miriam (ed.). *The Archaeology of Social Boundaries*. Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1998.

- STARK, Miriam. Current issues in ceramic ethnoarchaeology. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 11, n. 3, p. 193-242, 2003.
- STARK, Miriam; SKIBO, James M. A history of the Kalinga Ethnoarchaeological Project. In: SKIBO, James M.; GRAVES, Michael W.; STARK, Miriam (eds.). *Archaeological Anthropology. Perspectives on method and theory*. Tucson: The University of Arizona Press, 2007. p. 93-110.
- STARK, Miriam; BISHOP, Ronald L.; MIKSA, Elizabeth. Ceramic technology and social boundaries: cultural practices in Kalinga clay selection and use. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 7, n. 4, p. 295-331, 2000.
- STARK, Miriam; BOWSER, Brenda; HORNE, Lee. *Cultural Transmission and Material Culture. Breaking down boundaries*. Tucson: The University of Arizona Press, 2008.
- STEWART, Andrew. M.; KEITH, Darren SCOTTIE, Joan. Caribou crossings and cultural meanings: placing traditional knowledge and archaeology in context in an Inuit landscape. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 11, n. 2, p. 183-2, 2004.
- STOCKING Jr., George W. *After Tylor. British social anthropology 1888-1951*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.
- STUCHI, Francisco F. *A Ocupação da Terra Indígena Kaiabi. História indígena e etnoarqueologia*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- STUCHI, Francisco F. Estudos etnohistóricos, arqueológicos e etnoarqueológicos das comunidades indígenas na região de Aripuanã/MT. *Relatório de Pesquisa* (manuscrito), 2011.
- SYMANSKI, Luiz C. P. A arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. *Afro-Ásia*, v. 49, p. 159-198, 2014.
- SYMANSKI, Luiz C. P.; ZANETTINI, Paulo. Encontros culturais e etnogênese: o caso das comunidades afro-brasileiras do vale do Guaporé. *Vestígios. Revista de Arqueologia Histórica*, v. 4, n. 2, p. 91-123, 2010.
- TANNER, Nancy; ZIHLMAN, Adrienne. Women in evolution, part 1: innovation and selection in human origins. *Signs*, v. 1, n. 3, p. 585-608, 1975.
- TAVEIRA, Teresa P. do R. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 21, p. 133-157. 1988.
- THOMSON, Donald F. The seasonal factor in human culture, illustrated from the life of a contemporary nomadic group. *Proceedings of the Prehistoric Society*, v. 5, p. 209-221, 1939.
- TRAJANO, Wilson. Que barulho é esse? O dos pós-modernos? *Anuário Antropológico*, v.11, n.1, p. 133-151, 1987.
- TRIGGER, Bruce. Ethnoarchaeology: some cautionary considerations. In: CONKLIN, Harold (ed.). *Ethnology by Archaeologist*. Washington D.C.: American Ethnological Society, 1978. p. 19-41.
- TRIGGER, Bruce. *Historia del Pensamiento Arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.
- TRIGGER, Bruce. Expanding middle-range theory. *Antiquity*, v. 69, n. 264, p. 449-458, 1995.
- TSCHAUNER, Hartmut. Middle-range theory, behavioral archaeology and post-empiricism philosophy of science in archaeology. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 3, n. 1, p. 1-30, 1996.
- TILLEY, Christopher. *Material Culture and Text. The art of ambiguity*. London: Routledge, 1991.

- VINCENT, Anne S. Plant foods in savanna environments: a preliminary report of tubers eaten by Hadza of northern Tanzania. *World Archaeology*, v. 17, n. 2, p. 131-148, 1985.
- WAGNER, Roy. *The Invention of Culture*. Chicago: Chicago University Press, 1975.
- WATSON, Patty J. Archaeological ethnography in Western Iran. *Viking Fund Publications in Anthropology*, v. 57. Tucson: University of Arizona Press, 1979a.
- WATSON, Patty J. The idea of ethnoarchaeology: notes and comments. In: KRAMER, Carol (ed.). *Ethnoarchaeology. Implications of ethnography for archaeology*. New York: Columbia University Press, 1979b. p. 277-287.
- WATSON, Patty J. Review of Richard Gould, Living Archaeology. *American Antiquity*, v. 47, p. 445-448, 1982.
- WATSON, Patty J. Archaeological ethnography in Western Iran. *Ethnoarchaeology*, v. 2, n. 2, p. 235-248, 2010.
- WATSON, Patty J. Processualism and after. In: BENTLEY, Alexander; MASCHNER, Herbert D.G; CHIPPINDALE, Christopher (eds.). *Handbook of Archaeological Theories*. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 29-38.
- WATSON, Patty J.; FOTIADIS, Michael The razor´s edge: symbolic-structuralist archaeology and the expansion of archaeological inference. *American Anthropologist*, v. 92, n. 3, p. 613-629, 1990.
- WELCH, John R. Reconstructing an Ndee sense of place. In: BOWSER, Brenda J.; ZEDEÑO, María N. (eds.). *The Archaeology of Meaningful Places*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2009. p. 149-162.
- WENDRICH, Willeke. *Archaeology and Apprenticeship. Body knowledge, identity, and communities of practice*. Tucson: The University of Arizona Press, 2012.
- WHITE, Peter. Ethno-archaeology in New Guinea: two examples. *Mankind*, v. 6, n. 9, p. 409-414, 1967.
- WHITLEY, David. Finding rain in the desert: landscape, gender and far western North American rock art. In: CHIPPINDALE, Christopher; TAÇON, Paul S. C. (eds.). *The Archaeology of Rock-Art*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 11-29.
- WHITRIDGE, Paul. Landscapes, houses, bodies, things: place and the archaeology of Inuit imaginaries. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 11, n. 2, p. 213-250, 2004.
- WIESSNER, Polly. A functional estimator at population from floor area. *American Antiquity*, v. 39, n. 2, p. 343-350, 1974.
- WIESSNER, Polly. Beyond willow smoke and dog's tails: A comment on Binford's analysis of hunter-gatherer settlement systems. *American Antiquity*, v. 47, n. 1, p. 171-179, 1974.
- WIESSNER, Polly. Style and social information in Kalahari San projectile points. *American Antiquity*, v. 48, n. 2, p. 253-276, 1983.
- WIESSNER, Polly. Reconsidering the behavioral basis for style: a case among the Kalahari San. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 3, n. 3, p. 190-234, 1984.
- WILK, Richard R. Little house in the jungle: the causes of variation in house size among modern Kekchi Maya. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 2, n. 2, p. 99-116, 1983.
- WILLEY, Gordon R.; SABLOFF, James A. *A History of American Archaeology*. New York: W.H. Freeman and Company, 1980.

- WOBST, H. Martin. Stylistic behavior and information exchange. In: CLELAND, Charles (ed.). *For the Director: research essays in honor of James B. Griffin*. Museum of Anthropology, Anthropological Papers, 61. Ann Arbor: University of Michigan, 1977. p. 317-342.
- WOBST, H. Martin. The archaeo-ethnology of hunter-gatherers or the tyranny of the ethnographic record in archaeology. *American Antiquity*, v. 43, n. 2, p. 303-309, 1978.
- WYLIE, Alison. An analogy by any other name is just as analogical: a commentary on the Gould-Watson dialogue. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 1, p. 382-401, 1982.
- WYLIE, Alison. The reaction against analogy. *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 8, p. 63-111, 1985.
- WYLIE, Alison. 'Simple' analogy and the role of relevance assumptions: implications of archaeological practice. *International Studies in the Philosophy of Science*, v. 2, n.2, p. 134-150, 1988.
- WÜST, Irmhild. A cerâmica Carajá de Aruanã. *Anuário de Divulgação Científica*, 2. Goiânia: Gabinete de Arqueologia da Universidade Católica de Goiás, 1975.
- WÜST, Irmhild. Observações sobre a tecnologia Karajá de Aruanã. *Arquivos do Museu de História Natural*, v. VI-VII, p. 311-322, 1981/1982
- WÜST, Irmhild. A pesquisa etnoarqueológica entre os Bororo do Mato Grosso. *Arquivos do Museu de História Natural*, v. VIII-IX, p. 285-296, 1983/1984.
- WÜST, I. *Continuidade e Mudança: Para uma Interpretação dos Grupos Pré-Coloniais da Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Antropologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- WÜST, Irmhild. Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo de Mato Grosso. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento, v. 3, p. 303-317, 1999.
- WÜST, Irmhild. *Aspectos da Ocupação Pré-colonial em uma Área do Mato Grosso de Goiás: tentativa de análise espacial*. Criciúma: UNESC, 2019.
- WÜST, Irmhild; MUCILLO, Regina Aspectos da tecnologia cerâmica Karajá de Aruanã. *Arquivos do Museu de História Natural*, v. VI-VII, p. 323-328, 1981/1982.
- YELLEN, John E. *Archaeological Approaches to the Present*. New York: Academic Press, 1977.
- YOFFE, Norman; SHERRAT, Andrew. Introduction: the sources of archaeological theory. In: YOFFE, Norman; SHERRAT, Andrew. *Archaeological Theory: who sets the agenda?* New York: Cambridge University Press, 1993. p. 1-9.
- ZEDEÑO, Maria N. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from Puebloan Southwest. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 4, n. 1, p. 63-103, 1997.
- ZEDEÑO, Maria N.; HOLLENBACK, Kacy; GRINNELL, Calvin. From path to myth: journeys and the naturalization of territorial identity along the Missouri river. In: SNEAD, James E.; ERICKSON, Clark L.; DARLING, J. Andrew (eds.). *Landscapes of Movement. Trails, paths and roads in anthropological perspectives*. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2009. p. 106-132.
- ZIMRING, Carl A. The happiest of finds: William I. Rathje's influence on the field of discard studies. *Ethnoarchaeology*, v. 7, n. 2, p. 173-178, 2015.

ARQUEOLOGIAS, PRÁTICA ETNOGRÁFICA E COLABORAÇÃO

- ABREU e SOUZA, Rafael. Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob a ótica arqueológica. *Vestígios*, Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 9, n. 2, p. 38-62, 2015.
- ABUNGU, George. Walking the long path to partnership: archaeology and communities in Eastern Africa – relevance, access, and ownership. In: SCHMIDT, Peter R.; PIKIRAYI, Innocent (eds.). *Community Archaeology and Heritage in Africa. Decolonizing practice*. London: Routledge, 2016. p. 46-69.
- ABUNGU, Patrick O. Heritage, memories, and community development: the case Shimoni slave caves heritage site, Kenya. In: SCHMIDT, Peter R.; PIKIRAYI, Innocent (eds.). *Community Archaeology and Heritage in Africa. Decolonizing practice*. London: Routledge, 2016. p. 91-111.
- AGBE-DAVIES, Anna S. Concepts of community in the pursuit of an inclusive archaeology. *International Journal of Heritage Studies*, v. 16, n. 6, p. 373-389, 2010a.
- AGBE-DAVIES, Anna. Archaeology as a tool to illuminate and support community struggles in the Black Metropolis of the twentieth and twenty-first centuries. *Public Archaeology*, v. 9, n. 4, p. 171-93, 2010b.
- AGBE-DAVIES, Anna. Inside/outside, upside down: including archaeologists in communities. *Archaeologies*, v.7, n.3, p. 574-595, 2011.
- AGOSTINI, Camilla. Temporalidades e saberes inscritos em ruínas e memórias. *Vestígios*. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 13, n. 1, p. 29-50, 2019.
- ALMEIDA, Fábio G. *Terra de Quilombo: arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira, Baixo Vale Ribeira*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ALMEIDA, Fábio G. *Passado no Presente na Paisagem: Temporalidades da paisagem quilombola na ilha de Tinharé, Cairu (BA)*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- ALMEIDA, Walderes C.P. de *Lugares de Acampamento e Memória do Povo Laklânô/Xoklég, Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- AMARAL, Daniella M. *Loiceiras, Potes e Sertões: um estudo etnoarqueológico de comunidades ceramistas no agreste central pernambucano*. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- ANAWAK, Jack. Inuit perceptions of the past. In: PREUCCEL, Robert W.; HODDER, Ian. (orgs.). *Contemporary Archaeology in Theory (a reader)*. Cambridge: Blackwell, 1996. p. 649-651.
- ANDRELLO, Geraldo. Nossa história está escrita nas pedras: conversando sobre cultura e patrimônio cultural com os índios do Uaupés. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Patrimônio Imaterial e Biodiversidade, n. 32, p. 131-151, 2005.
- ANTONIADOU, Ionna. Archaeology, nationalism, and “looting”: lessons from Greece. In: FIELD, Les; GNECCO, Cristóbal; WATKINS, Joe (eds.). *Challenging the Dichotomy. The licit and the illicit in archaeological and heritage discourses*. Tucson: The University of Arizona Press, 2016. p. 91-105.
- APPADURAI, Arjun. *The Social Life of Things*. Commodities in cultural perspectives. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- ARCURI, Márcia; COSTA, Jemina R. Repensando as velhas práticas: transversalidade e os papéis da arqueologia e museologia na preservação do patrimônio do

- Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada – Ouro Preto, MG. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 124-145, 2020.
- ATALAY, Sonya. Raise your head and be proud Ojibwekwe. In: NICHOLAS, George P. (ed.). *Being and Becoming Indigenous Archaeologists*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010. p. 45-54.
- ATALAY, Sonya. *Community-Based Archaeology. Research with, by, and for Indigenous and Local Communities*. Berkely: University of California Press, 2012. P. 328.
- ATALAY, Sonya; CLAUSS, Lee Rains; McGUIRE, Randall; WELCH, John (eds.). *Transforming Archaeology. Activist practices and prospects*. London/New York: Routledge, 2014.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013
- BANDEIRA, Arkley. Aproximações entre a etnografia arqueológica e os modos de fazer na comunidade quilombola de Itamatatuiá, Alacântara – Maranhão. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 12, n.1, p. 30-46, 2018.
- BAPTISTA da SILVA, Sérgio Cosmo-ontológica Mbyá-Guarani: discutindo o estatuto de “objetos” e “recursos naturais”. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 42-54, 2013.
- BARTON, Christopher P.; MARKERT, Patricia G. Collaborative archaeology, oral history, and social memory at Timbuctoo, New Jersey. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, v.1, n.1, p. 79-102, 2012.
- BARRETO, Cristiana. Corpo, comunicação e conhecimento: reflexões para a socialização da herança arqueológica na Amazônia. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 112-128, 2013.
- BENAVIDES, Hugo O. Translating Ecuadorian modernities: Pre-Hispanic archaeology and the reproduction of global difference. In: MESKELL, Lynn. (ed.). *Cosmopolitan archaeologies*. Durham: Duke University Press, 2009. p. 228-248.
- BENDER, Barbara. *Stonehenge: Making space*. Oxford/New York: Berg, 1998.
- BENDREMER, Jeffrey. C.; THOMAS, Elaine. L. The tribe and the trowel: an indigenous archaeology and the Mohegan Archaeological Field School. In: SILLIMAN, Stephen W. (ed.). *Collaborating at the Trowel's Edge: teaching and learning in indigenous archaeology*. Tucson: Amerind Foundation/University of Arizona Press, 2008. p. 50-66.
- BESPALEZ, Eduardo. Levantamento arqueológico na Aldeia Lalima, Miranda/MS: uma contribuição ao estudo da trajetória histórica da ocupação indígena regional. *Revista de Arqueologia*, v. 23, n. 2, p. 112–135, 2010.
- BESPALEZ, Eduardo. Arqueologia e etno-história na Terra Indígena Lalima, Miranda/MS. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 86–94, 2013.
- BESPALEZ, Eduardo. ‘Era tudo nosso’: arqueologia do colonialismo e da resistência na Terra Indígena Lalima, Miranda/MS. *Albuquerque: Revista de História*, v. 9, n.18. p. 110-132, 2017.
- BEZERRA, Márcia. 2011. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 57-70, 2011.
- BEZERRA, Márcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, São Paulo, v. 7, n. 1[7], p. 107–122, 2013.

- BEZERRA, Márcia. As Cores do Passado na Amazônia: o patrimônio arqueológico no artesanato da Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Brasil. *Amazônica. Revista de Antropologia*, v. 6, n. 2, p. 418-441, 2014.
- BEZERRA, Márcia. *Teto e Afeto. Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GKNORONHA, 2017.
- BEZERRA, Márcia. O machado que vaza ou algumas notas sobre as superfícies do passado presente na Amazônia. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 2, p. 51-58, 2018.
- BEZERRA, Márcia. A urna bordada: artesanato e arqueologia na Amazônia contemporânea. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 15, n.3, p. 1-17, 2020.
- BORGES, Jóina F.; VILELA, Ludiane das C.; SILVA, Tailine R. V. da. História e arqueologia na construção da interculturalidade: construindo saberes plurais com os Tremembés de Almofala-CE. *Fronteiras: Revista de História*, v. 18, n. 32, p. 178-196, 2016.
- BOWSER, Brenda; ZEDEÑO, Maria N. (eds.). *The Archaeology of Meaningful Places*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2009.
- BREGLIA, Lisa. “Walking around like they own the place”. Quotidian cosmopolitan at a Maya and world heritage archaeological site. In: MESKELL, Lynn. (ed.). *Cosmopolitan Archaeologies*. Durham: Duke University Press, 2009. p. 205-227.
- BRUCHAC, Margaret. Indigenous journeys – Splinterville, Drenthe, Amherst. In: NICHOLAS, George (ed.). *Being and Becoming Indigenous Archaeology*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010. p. 66-75.
- BRUCHAC, Margaret; HART, Siobhan M.; WOBST, H. Martin. (eds.). *Indigenous Archaeologies. A reader on decolonization*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.
- CABRAL, Mariana P. De cacos, pedras moles e outras marcas: percursos de uma arqueologia não-qualificada. *Amazônica. Revista de Antropologia*, v. 6, n. 2, p. 314-331, 2014a.
- CABRAL, Mariana P. “E se todos fossem arqueólogos?": experiências na Terra Indígena Wajãpi. *Anuário Antropológico*, v. 39, n.2, p. 115-132, 2014b.
- CABRAL, Mariana P. Traces of past subjects: experiencing indigenous thought as an archaeological mode of knowledge. *Journal of Contemporary Archaeology*, v. 2, n. 2, p. S4-S7, 2015.
- CALDEIRA, Teresa P. do R. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 21, p. 133-157, 1988.
- CARNEIRO, Carla. G. Educação patrimonial e arqueologia: alguns aspectos desta interface. *Amazônica. Revista de Antropologia*, v. 6, n. 2, p. 442-458, 2014.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; BARBOSA, Samuel (orgs.). *Direitos dos Povos Indígenas em Disputa*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.
- CARVALHO, Patrícia M. de. *A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT? (e sua interface com a religiosidade afro-brasileira)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.
- CARVALHO, Patrícia M. de. *Visibilidade do Negro: Arqueologia do Abandono na comunidade quilombola do Boqueirão - Vila Bela/MT*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2018.
- CASTAÑEDA, Quetzil E. Art-writing in the modern Maya art world of Chichén Itzá: trans-cultural ethnography and experimental fieldwork. *American Ethnologist*, v. 31, n. 1, p. 21-42, 2004.

- CASTAÑEDA, Quetzil E. The “ethnographic turn” in archaeology: research positioning and reflexivity in ethnographic archaeologies. In: CASTAÑEDA, Quetzil E.; MATTHEWS, Christopher N. (eds.). *Ethnographic Archaeologies: reflection on stakeholders and archaeological practices*. Lanham: AltaMira Press, 2008. p. 25-61.
- CASTAÑEDA, Quetzil E. Heritage and indigeneity: transformations in the politics of tourism. In: BAUD, Michiel; YPEIJ, Annelou (eds.). *Cultural Tourism in Latin America*. Leiden/Boston: Brill, 2009a. p. 263-295.
- CASTAÑEDA, Quetzil E. The ‘past’ as a transcultural space: using ethnographic installation in the study of archaeology. *Public Archaeology, Archaeological Ethnographies*, v. 8, n. 2-3, p. 262-282, 2009b.
- CASTAÑEDA, Quetzil E.; MATTHEWS, Christopher N. Introduction. In: CASTAÑEDA, Quetzil E.; MATTHEWS, Christopher N. (eds.). *Ethnographic Archaeologies: reflection on stakeholders and archaeological practices*. Lanham: AltaMira Press, 2008. p. 1-23.
- CHIRIKURE, Shadreck; PWITI, Gilbert. Community involvement in archaeology and cultural heritage management. *Current Anthropology*, v. 49, n. 3, p. 467-485, 2008.
- CHIRIKURE, Shadreck; MANYANGAB, Munyaradzi; NDOROC, Webber; PWITI, Gilbert. Unfulfilled promises? Heritage management and community participation at some of Africa’s cultural heritage sites. *International Journal of Heritage Studies*, v. 16, n. 1-2, p. 30-44, 2010.
- CLIFFORD, James. Introduction: partial truths. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (eds.). *Writing Culture. The poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press. 1986. p. 1-26.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica. Antropologia e literatura no século XXI*. GONÇALVES, Marco A. (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p. 17-62.
- COBB, Hannah; COUCHER, Karina. Personal, political, pedagogic: challenging the binary bind in archaeological teaching, learning and fieldwork. *Journal of Archaeological method and Theory*, v. 23, n. 3, p. 949-969, 2016.
- COLWELL, Chip. Collaborative archaeologies and descendant communities. *Annual Review of Anthropology*, v. 45, p. 113-27, 2016.
- COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip. The archaeologist as a world citizen: on morals of heritage preservation and destruction. In: MESKELL, Lynn. (ed.). *Cosmopolitan Archaeologies*. Durham: Duke University Press, 2009a. p. 140-165.
- COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip. Myth of the Anasazi: archaeological language, collaborative communities, and the contested past. *Public Archaeology, Archaeological Ethnographies*, v. 8, n. 2-3, p. 191-207, 2009b.
- COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip; FERGUSON, Thomas J. (eds.). *Collaboration in Archaeological Practice. Engaging descendent communities*. Lanham: Altamira Press, 2008.
- COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip; FERGUSON, Thomas J. Introduction: the collaborative continuum. In: COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip; FERGUSON, T. J. (eds.). *Collaboration in Archaeological Practice. Engaging descendent communities*. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 1-32.
- COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip; FERGUSON, Thomas J.; ANYON, Roger. Always multivocal and multivalent: conceptualizing archaeological landscapes in Arizona’s San Pedro Valley. In: RUBERTONE, Patricia (ed.). *Archaeologies of Placemaking*.

- Monuments, Memories, and Engagement in Native North America*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008. p. 59-80.
- COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip; FERGUSON, Thomas J.; LIPPERT, Dorothy; MCGUIRE, Randall. H.; NICHOLAS, George. P.; WATKINS, Joe. E.; ZIMMERMAN, Larry. The Premise and promise of indigenous archaeology. *American Antiquity*, v. 75 n. 2, p. 228-238, 2010.
- CROES, Dale. R. Courage and thoughtful scholarship: indigenous archaeology partnerships. *American Antiquity*, v. 75, n. 2, p. 211-216, 2010.
- CUBBIT, Sean. Global media and archaeologies of network technologies. In: GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela (eds.). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 135-148.
- CURY, Marília X. (org.). *Museus e Indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate*. São Paulo: SEcretaria de Cultura/ACAM Portinari? Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016a.
- CURY, Marília X. (org.). *Direitos Indígenas em Museus. Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão*. São Paulo: Secretaria de Cultura/ACAM Portinari? Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016b.
- CUSACK, Carole M. Charmed circle: Stonehenge, contemporary paganism, and alternative archaeology. *NUMEN*, n. 59, p. 138-155, 2012.
- DIAS, Adriana Schmidt; BAPTISTA DA SILVA, Sérgio. Seguindo o fluxo do tempo, trilhando o caminho das águas: territorialidade Guarani na região do lago Guaíba. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 56-70, 2013.
- DUIN, Renzo S.; TOINAIKE, Killian.; ALUPKI, Tasikale; OPOYA, Aimawale. Engaged archaeology: participatory mapping with the indigenous people of the upper Maroni River basin, Northern Amazonia. *Amazônica*. Revista de Antropologia, v. 6, n. 2, p. 332-357, 2014.
- EDGEWORTH, Matt. *Acts of Discovery. An Ethnography of Archaeological Practice*. BAR International Series 1131. Oxford: Archaeopress, 2003.
- EDGEWORTH, Matt. Multiple Origins, Development, and Potential of Ethnographies of Archaeology. In: EDGEWORTH, Matt. (ed.) *Ethnographies of Archaeological Practice: cultural encounters, material transformations*. Lanham: Altamira Press, 2006. p. 1-19.
- EDGEWORTH, Matt. Archaeology of the anthropocene. *Journal of Contemporary Archaeology*, v. 1, n. 1, p. 73-132, 2014.
- ENGLISH, Penny. Disputing Stonehenge: law and access to a national symbol. *Entertainment Law*, v.1, n.2, p. 1-22, 2002.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *Guató - Argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Tese (Doutorado de História). Pontifícia Universidade Católica (PUCRS-RS), 2002.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuriy. *Sociedade e Cultura*, v. 10, n. 1, p. 95-113, 2007.

- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. *Tellus* (UCDB), Ano 12, n. 22, p. 27-48, 2013.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Arqueologia de contrato, colonialismo interno e povos indígenas no Brasil. *Amazônica*. Revista de Antropologia, v. 7, n. 2, p. 354-374, 2015 2016a.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitérios Kaiowá no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista de Arqueologia (SAB)*, v. 29, n. 1, p. 136-160, 2016b.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi M. *Ñande Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora UFGD, 2009.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi M. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In: AGUIAR, Rodrigo Luiz Simas; EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi M. (orgs.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-História em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação*. Dourados: Editora UFGD, 2010. p. 185-208
- FAIRCLOUGH, Graham; HARRISON, Rodney; JAMESON Jr., John H.; SCHOFIELD, John. (ed.). *The Heritage Reader*. London: Routledge, 2008.
- FAUSTO, Carlos. Da responsabilidade social de antropólogos e arqueólogos: sobre contratos, barragens e outras coisas. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 2, p. 202-215, 2015.
- FERGUSON, Thomas J.; COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip. *History is in the Land. Multivocal tribal traditions in Arizona's San Pedro Valley*. Tucson: The University of Arizona Press, 2006.
- FERREIRA, Lúcio M. Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. *Revista de Arqueologia Pública*, n. 7, p. 87-106, 2013.
- FOANA´OTA, Lawrence. A. The indigenous peoples' views of archaeology in Solomon Islands. In: PHILLIPS, Caroline; ALLEN, Harry (eds.). *Bridging to Divide: indigenous communities and archaeology into the 21st century*. Walnut Creek, Left Coast Press, 2010. p. 181-196.
- FOWLES, Serevin; HEUPEL, Kaet. Absence. In: GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela (eds.). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 178-191.
- FREITAS, Juliana. "O Lugar Certo é Aqui?": paisagem e território no alto sertão baiano, comunidade Cristina. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika. Ethics, capitalism, and public archaeology in Brazil. In: HAMILAKIS, Yannis; DUKE, Philip (eds.). *Archaeology and Capitalism*. London: Routledge, 2007. p. 137-149.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; OLIVEIRA, Nanci Vieira; TAMMANINI, Elizabete. Arqueologia para o público leigo no Brasil: três experiências. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; ORSER Jr., Charlie; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (orgs.). *Identidades, Discurso e Poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 105-116.

- GADSBY, David A.; BARNES, Jodi A. In: SOTTMAN, M. Jay (ed.). *Archaeologists as Activists. Can archaeologists change the world*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press. 2010. p. 48-62.
- GARCIA, Lorena W.L.G. *Paisagens do médio-baixo Xingu: Arqueologia, temporalidade, historicidade*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- GARCIA, Lorena W.L.G. Arqueologia e histórias de vida: uma experiência com os Tupinambá de Belmonte, BA. *Brasiliانا, Journal for Brazilian Studies*, v. 9, n. 2, p. 52-71, 2020.
- GALLOIS, Dominique T. *Mairi Revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi*. São Paulo: NHII/USP, 1994.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas. O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2005.
- GEORGE, Brandy E. Who am I and how did I get here? In: NICHOLAS, George (ed.). *Being and Becoming Indigenous Archaeology*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010. p. 101-106.
- GERO, Joan. Archaeological practice and gendered encounters with field data. In: GERO, Joan; CONKEY, Margaret (eds.). *Engendering Archaeology: women and prehistory*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996. p. 257-280.
- GNECCO, Cristóbal. “Escavando” arqueologias alternativas. *Revista de Arqueologia*, v. 25, n. 2, p. 8–22, 2012.
- GNECCO, Cristóbal; HERNÁNDEZ, Carolina. History and its discontents: stone statues, native histories, and archaeologists. *Current Anthropology*, v. 49, n. 3, p. 439-466, 2008.
- GneCco, Cristóbal; Rocabado AYALA, Patricia. A. (eds.). *Pueblos Indígenas y Arqueologías en América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2010.
- GneCco, Cristóbal; Rocabado AYALA, Patricia. A. Que hacer? Elementos para una discusión. In: GNECCO, Cristóbal; Rocabado AYALA, Patricia. A. (eds.). *Pueblos Indígenas y Arqueologías en América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2010. p. 23-47.
- GREER, Shelley; HARRISON, Rodney; McINTYRE-TAMWOY, Susan. Community-based Archaeology in Australia. *World Archaeology, Community archaeology*, v. 34, n. 2, p. 265-287, 2002.
- GOMES, Jaqueline; COSTA e SANTOS, Rafael B.; COSTA, B. L. Silva da. Arqueologia comunitária na Reserva Amanã: história, alteridade e patrimônio arqueológico. *Amazônica. Revista de Antropologia*, v. 6, n. 2, p. 385-417, 2014.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. The past is tomorrow. Towards an archaeology of the vanishing present. *Norwegian Archaeological Review*, v. 39, n. 2, p. 110-125, 2006a.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. The dream of reason: An archaeology of the failures of modernity in Ethiopia. *Journal of Social Archaeology*, v.6, n. 2, p. 175-201, 2006b.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to destroy. An archaeology of supermodernity. *Current Anthropology*, v. 49, n. 2, p. 247-278, 2008.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, Juan; DOMINGO, Inés; AZKÁRRAGA, José M.; BONET, Helena. *Mundos Tribales. Una visión etnoarqueológica*. Valencia: Museu de Prehistoria de Valencia, 2009a. p. 16-27.

- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Vernacular cosmopolitanism: an archaeological critique of universalistic reason. In: MESKELL, Lynn. (ed.). *Cosmopolitan Archaeologies*. Durham: Duke University Press, 2009b. p. 113-139.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Ethnoarchaeology or simply archaeology? *World Archaeology*, v. 48, n. 5, p. 687-692, 2016.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Etnoarqueología, arqueología etnográfica y cultura material. *Complutum*, v.28, n. 2, p. 267-283, 2017.
- GORMAN, Alice C.; O'Leary, Beth L. The archaeology of space exploration. In: GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela (eds.). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 409-424.
- GOULD, Richard; SCHIFFER, Michael B. *Modern Material Culture: the archaeology of us*. London: Academic Press, 1981.
- GOULD, Richard. Disaster. In: GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela (eds.). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 364-378.
- GRAVES-BROWN, Paul. When was the Anthropocene? (and why?). *Journal of Contemporary Archaeology*, v. 1.1, p. 77-81, 2014.
- GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela. Introduction. In: GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela (eds.). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 1-23.
- GREEN, Lesley Fordred; GREEN, David R.; NEVES, Eduardo Góes. Indigenous knowledge and archaeological science. *Journal of Social Archaeology*, v. 3, n. 3, p. 366-398, 2003.
- HABER, Alejandro. Decolonizing Archaeological Thought in South America. *Annual Review of Anthropology*, v. 45, p. 469-85, 2016.
- HABER, Alejandro. Arqueología indígena y poder campesino. In: GneCco, Cristóbal; Rocabado AYALA, Patricia. A. (eds.). 2010. *Pueblos Indígenas y Arqueologías en América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2010. p. 51-61.
- HABER, Alejandro; SHEPHERD, Nick. Ancestral voices and post-disciplinary worlds in archaeology: an introduction. In: HABER, Alejandro; SHEPHERD, Nick (eds.) *After Ethics. Ancestral Voices and Post-Disciplinary Worlds in Archaeology*. London: Springer, 2016. p.1-10.
- HABER, Alejandro; LONDOÑO, Wilhelm; MAMANÍ, Ernestina; RODA, Laura. Part of the conversation: Archaeology and locality. In: PHILLIPS, Caroline; ALLEN, Harry (eds.). *Bridging to Divide: indigenous communities and archaeology into the 21st century*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010. p. 81-92.
- HABU, Junko; FAWCETT, Clare; MATSUNAGA, John M. (eds.). *Evaluating Multiple Narratives. Beyond nationalist, colonialist, imperialist archaeologies*. New York: Springer, 2008.
- HAMILAKIS, Yannis. Archaeological ethnography: a multitemporal meeting ground for archaeology and anthropology. *Annual Review of Anthropology*, v. 40, p. 399-414, 2011.
- HAMILAKIS, Yannis. Decolonial archaeologies: from ethnoarchaeology to archaeological ethnography. *World Archaeology, Debates*, v. 48, n. 5, p. 678-682, 2016.

- HAMILAKIS, Yannis. Arqueología y sensorialidad. Hacia una ontología de afectos y flujos. *Vestígios*, Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 9, n. 1, p. 30-53, 2015.
- HAMILAKIS, Yannis. Archaeologies of forced and undocumented migration. *Journal of Contemporary Archaeology*, v.3, n. 2, p. 121- 139, 2016.
- HAMILAKIS, Yannis; ANAGNOSTOPOULOS, Aris. What is Archaeological Ethnography? *Public Archaeology*, Archaeological ethnographies, v. 8, n. 2-3, p. 65–87, 2009.
- HARRIS, Heather. Indigenous worldviews and ways of knowing as theoretical and methodological foundations for archaeological resource. In: SMITH, Claire; WOBST, Martin (eds.). *Indigenous archaeologies*. London: Routledge, 2005. p. 33-41.
- HARRISON, Rodney. Surface assemblages: towards an archaeology in and of present. *Archaeological Dialogues*, v. 18, n. 2, p. 141-161, 2011.
- HARRISON, Rodney; BREITHOFF, Esther. Archaeologies of the contemporary world. *Annual Review of Anthropology*, v. 46, p. 203–21, 2017.
- HARRISON, Rodney. Arqueologias de futuros e presentes emergentes. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v.12, n. 2, p. 84-104, 2018.
- HARTEMANN, Gabby. *Voltar, Contar e Lembrar de Gangan: por uma arqueologia griótica afrodecolonial em Mana, Guiana*. Dissertação (Mestrado em Antropologia com área de concentração em Arqueologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- HARTEMANN, Gabby; MORAES, Irislane P. Contar Histórias e Caminhar com Ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 2, p. 9-34, 2018.
- HECKENBERGER, Michael J. *War and Peace in the Shadow Empire: sociopolitical change in the Upper Xingu region of Southeastern Amazonia, A.D. 1400-2000*. Ann Arbor, Michigan: University Microfilms, 1996.
- HECKENBERGER, Michael J. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na longuê durée, 1000-2000 d.c. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael J. (orgs.). *Os povos do Alto Xingu. História e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p. 21-62.
- HECKENBERGER, Michael J. *The Ecology of Power: culture, place, and personhood in Southern Amazon, A.D. 1000-2000*. New York: Routledge, 2005.
- HECKENBERGER, Michael J. Entering the agora: archaeology, conservation, and indigenous peoples in the Amazon. In: COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip; FERGUSON, Thomas J. (ed.). *Collaboration in Archaeological Practice. Engaging descendent communities*. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 243-272.
- HECKENBERGER, M.J.; KUIKURO Afukaka; KUIKURO, Urissapá Tabata.; RUSSELL, J. Christian; SCHMIDT, Morgan; FAUSTO, Carlos; FRANCHETTO, Bruna. Amazonia 1492: pristine forest or cultural parkland? *Science*, v. 301, p. 1710-1714, 2003.
- HERNANDO, Almudena; COELHO, Elizabeth M. B.; POLITIS, Gustavo; O'DWEYER, Eliane C.; GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Historia reciente y situación actual de los Awá-Guajá (Maranhao, Brasil). *Anales del Museo Nacional de Antropología*, n. XII, p. 9-24, 2006.
- HODDER, Ian. Writing archaeology: site reports in contexto. *Antiquity*, v. 63, p. 268–74 1989.
- HODDER, Ian. *The Archaeological Process*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1999.
- HODDER, Ian (ed.). *Towards Reflexive Method in Archaeology: the example at Çatalhöyük*. Cambridge: McDonald Institute Monographs, 2000.

- HODDER, Ian. Multivocality and social archaeology. In: HABU, Junko; FAWCETT, Clare; MATSUNAGA, John M. (eds.). *Evaluating Multiple Narratives. Beyond nationalist, colonialist, imperialist archaeologies*. New York: Springer, 2008. p. 196-200.
- HUDSON, Mark J. Dark artifacts: hyperobjects and the archaeology of the Anthropocene. *Journal of Contemporary Archaeology*, v. 1.1, p. 82-86, 2014.
- INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. In: INGOLD, Tim. *The Perception of Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000. p. 189-208.
- INGOLD, Tim. No more ancient; no more human: the future past of archaeology and anthropology. In: GARROW, Duncan; YARROW, Thomas (eds.). *Archaeology & Anthropology. Understanding similarity, exploring difference*. Oxford: Oxbow Books, 2010. p. 160-170.
- INGOLD, Tim. Toward an ecology of materials. *Annual Review of Anthropology*, n. 41, p. 427-442, 2012.
- INGOLD, Tim. Resonators uncased: mundane objects or bundles of affect? *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, v. 4, n. 1, p. 517-521, 2014.
- JÁCOME, Camila P. *Dos Waiwai aos Pooco. Fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrî), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu)*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- JÁCOME, Camila P.; XAMÉN WAI WAI, Jaime. A paisagem e as cerâmicas arqueológicas na bacia Trombetas: uma discussão da arqueologia Karaiwa e Wai Wai. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 15, n.3, p. 1-25, 2020.
- JACQUES, Clarisse C. Os sentidos da cultura material no cotidiano e na memória das famílias da comunidade quilombola de Cinco Chagas do Matapi. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 7, n. 2[8], p. 7-21, 2013.
- JACQUES, Clarisse C. «Aqui já morou muita gente». *Arqueologia e prática de pesquisa na Comunidade Quilombola de Cinco Chagas do Matapi, Amapá*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- KERBER, Jordan (ed.). *Cross-Cultural Collaboration. Native peoples and archaeology in the Northeastern United States*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2006.
- KIENON-KABARE, Timpoko. Archéologie du présent et développement en Afrique SubSaharienne. *Nyame Akuna*, n. 63, p. 36-42, 2005.
- KOJAN, David. Paths of power and politics historical narratives at the Bolivian site of Tiwanaku. In: HABU, Junko; FAWCETT, Clare; MATSUNAGA, John M. (eds.). *Evaluating Multiple Narratives. Beyond nationalist, colonialist, imperialist archaeologies*. New York: Springer, 2008. p. 69-90.
- KUWANWISIWMA, Leigh J. Collaboration means equality, respect, and reciprocity: a conversation about archaeology and the Hopi tribe. In: COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip; FERGUSON, Thomas J. (eds.). *Collaboration in Archaeological Practice. Engaging descendent communities*. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 151-169.
- KUWANWISIWMA, Leigh J.; FERGUSON, Thomas J.; COLWELL, Chip (eds.). *Footprints of Hopi History. Hphiniwtiput Kukveni'at*. Tucson: The University of Arizona Press, 2018.
- LALUK, Nicholas C. The indivisibility of land and mind: Indigenous knowledge and collaborative archaeology within Apache contexts. *Journal of Social Archaeology*, v. 17, n. 1, 92-112, 2017.

- LA SALLE, Mariana. Community collaboration and other good intentions. *Archaeologies*, v. 6, p. 401–422, 2010.
- LA SALLE, Mariana; HUTCHINGS, Richard. What makes us squirm—a critical assessment of community-oriented archaeology. *Canadian Journal of Archaeology/ Journal Canadien d'Archéologie*, v. 40, p. 164–180, 2016.
- LEMONNIER, Pierre. *Mundane Objects. Materiality and non-verbal communication*. Walnut Creek: Left Coast Press. 2013
- LEWANDOWSKI, Andressa; MOLINA, Luísa; de SOUZA, Marcela C. A memória da terra: o que o marco temporal não pode apagar. *Diplomatique Brasil*. Agosto 2017. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-memoria-da-terra-o-que-o-marco-temporal-nao-pode-apagar/>.
- LIEBMANN, Matthew. Introduction: The intersections of archaeology and postcolonial studies. In: LIEBMANN, Matthew; Rizvi, Uzma Z. (eds.). *Archaeology and the Postcolonial Critique*. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 1-20.
- LIEBMANN, Matthew; Rizvi, Uzma Z. (eds.). *Archaeology and the Postcolonial Critique*. Lanham: Altamira Press, 2008. 276 p.
- LIGHTFOOT, Kent G. Collaborative research programs: Implications for the practice of North American Archaeology. In: SILLIMAN, Stephen W. (ed.). *Collaborating at the Trowel's Edge: teaching and learning in indigenous archaeology*. Tucson: Amerind Foundation/University of Arizona Press, 2008. p. 211-227.
- LILLEY, Ian. Strangers and brothers? Heritage, human rights, and cosmopolitan archaeology in Oceania. In: MESKELL, Lynn. (ed.). *Cosmopolitan Archaeologies*. Durham: Duke University Press, 2009. p. 48-67.
- LIMA, Helena Pinto; ANDRADE, Ellen B.; SILVA, Carlos A. da. Gestão do patrimônio arqueológico na Amazônia: desafios da curadoria compartilhada nas redes do Tupé, Manaus – Amazonas. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 114-137, 2017.
- LIMA, Helena Pinto; BARRETO, Cristina; BOTELHO, Gabriele; MARQUES, Fernando; BENATHAR, Cássia; ALHO, Fábio; SILVA, Ezequiel da; MORAES, Bruno; HARPE, Kyle; SHEPARD Jr., Glenn; PACE, Richard. OCA – Origens, cultura e ambiente: uma proposta de arqueologia colaborativa em Gurupá/PA. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 14, n. 1, p. 96-128, 2020.
- LIMA, Helena Pinto; MORAES, Bruno M.; PARENTE, Maria T. V.; “Tráfico” de material arqueológico, turismo e comunidades ribeirinhas: experiências de uma arqueologia participativa em Parintins, Amazonas. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 8, n. 2[8], p. 61-77, 2013.
- LONDOÑO, Wilhelm. Las arqueologías indígenas o la lucha contra la tercera transformación de Fausto: reflexiones desde comunidades de Colombia y Argentina. In: GNECCO, Cristóbal; ROCABADO AYALA, Patricia. A. (eds.). *Pueblos indígenas y arqueologías en América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2010. p. 373-397.
- LOPES, Rhuan C. S.; PORTAL, Vera L. M. Leprosários na Amazônia: reflexões entre arqueologia, patrimônio e memória. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 12, n. 2(21), p. 31–50, 2018.
- LÓPEZ, Fernando. Reivindicaciones de um grupo marginal mesoamericano. Los otomíes del Valle del Mezquital. In: GNECCO, Cristóbal; ROCABADO AYALA, Patricia. A. (eds.). *Pueblos indígenas y arqueologías en América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2010. p. 399-415.

- LUCAS, Gavin. Ruins. In: GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela (eds.). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 192-203.
- LYDON, Jane. Young and free. The Australian past in a global future. In: MESKELL, Lynn. (ed.). *Cosmopolitan archaeologies*. Durham: Duke University Press, 2009. p. 28-47.
- LYDON, Jane; Rizvi, Uzma z. Introduction: postcolonialism and archaeology. In: LYDON, Jane; RIZVI, Uzma Z. (eds.). *Handbook of Postcolonial Archaeology*. London: Routledge, 2010. p. 17-33.
- MACHADO, Juliana S. Arqueologia e História nas construções de continuidade na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 4, n. 1, p. 57-70, 2009.
- MACHADO, Juliana S. Espaços antropizados: entendendo os processos de reocupação de sítios arqueológicos a partir de uma visão etnoarqueológica. In: PEREIRA, Edith; GUAPINDAIA, Vera (orgs.). *Arqueologia Amazônica v. 1*, Belém: MPEG, IPHAN, SECULT, 2010. p. 343-364.
- MACHADO, Juliana S. *Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca no delta amazônico*. Tese (Doutorado em Antropologia), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- MACHADO, Juliana S. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 72-85, 2013.
- MACHADO, Juliana S. Ilha Caviana: sobre as suas paisagens, tempos e transformações. *Amazônica. Revista de Antropologia*, v. 6, n. 2, p. 283-313, 2014.
- MACHADO, Juliana S. Caminhos e Paradas. Perspectivas sobre o território Laklãñõ Xokleng. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 27, p. 179-196, 2016.
- MACHADO, Juliana S. Arqueologias indígenas, os Laklañõ Xokleng e os objetos de pensar. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 89-119, 2017.
- MAGESTE, Leandro E. C.; ASSIS, Nívia P.D. de; VIEIRA, Bruno V.F.; OLIVEIRA, João P.F.; MENDES, Patrícia M. Conexões entre arqueologia pública e museologia social: o centro museológico de experimentação comunitária do território quilombola de Lagoas, PI. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 12, n. 2[21], p. 161-180, 2018.
- MAKUVAZA, Simon; Burret, Rob S. Old Bulawayo (koBulawayo) — the failure of heritage renewed: public and state discourses. *Conservation and Management of Archaeological Sites*, v. 13, n. 2-3, p. 189-211, 2011.
- MARCHI, Darlan de M.; Silva, Juliani B. da; Dezordi, Estelamares. Patrimônio, turismo, práticas culturais e identidades na região das Missões no Rio Grande do Sul. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 9, v. 11, p.147-156, 2015.
- MARCUS, George E.; FISCHER, Michael M. J. *Anthropology as Cultural Critique. An experimental moment in the human sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- MARSHALL, Yvonne. What is community archaeology. *World Archaeology*, v. 34, n. 2, p. 211-219, 2002.
- MARTINDALE, Andrew; LYONS, Natasha; NICHOLAS George; ANGELBECK, Bill; CONNAUGHTON, Sean P.; GRIER, Colin; HERBERT, James; LEONE, Mike; MARSHALL, Yvonne; PICCINI, Angela; SCHAEPEV, David M.; SUPERNANT, Kisha; WARRICKZ, Gary. Archaeology as partnerships in practice: a reply to La Salle and Hutchings. *Canadian Journal of Archaeology/Journal Canadien d'Archéologie* v. 40, n. 1, p. 181-204, 2016.
- MCATACKNEY, Laura. Sectarism. In: GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela (eds.). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 232-246.

- McGHEE, Robert. Aboriginalism and the problems of indigenous archaeology. *American Antiquity*, v. 73, n. 4, p. 579-597, 2008.
- MEGA, Oreste J. Uma ruína, duas histórias: uma breve análise sobre a pequena ruína da TekoáTavaí. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 9, n. 3[13], p. 157-166, 2015.
- MEHARI, Asmeret G.; RYANO, Kokeli P. Maasai people and Oldupai (Olduvai) gorge: looking for sustainable people – centered approaches and practices. In: SCHMIDT, Peter R.; PIKIRAYI, Innocent (eds.). *Community Archaeology and Heritage in Africa. Decolonizing practice*. London: Routledge, 2016. p. 21-45.
- MELLO, Sabrina; CASTRO, Viviane M. C. Memória, identidade e patrimônio arqueológico: um estudo sobre as lembranças dos velhos da Vila do Catimbau, Buíque-PE. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 10, n. 3[17], p. 37-54, 2016.
- MELQUÍADES DE SOUZA, Vinícius. *Os Artesãos da Pedra: arqueologia e museologia das vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- MELQUÍADES DE SOUZA, Vinícius. *Pedras artesãs: materialidade, tecnologias e mobilidades das panelas de pedra-sabão em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MERRIMAN, Peter. Archaeologies of automobility. In: GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela (eds.). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 437-450.
- MESKELL, Lynn (ed.). *Cosmopolitan Archaeologies*. Durham: Duke University Press, 2009.
- MESKELL, Lynn. The nature of culture in Krueger National Park. In: MESKELL, Lynn (ed.). *Cosmopolitan Archaeologies*. Durham: Duke University Press, 2009. p. 89-112.
- MESKELL, Lynn; Masuko van Damme, Lynette. S. Heritage ethics and descendant communities. In: COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip; FERGUSON, Thomas J. (eds.). *Collaboration in Archaeological Practice. Engaging descendent communities*. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 131-150.
- Mickel, Allison; Filipowicz, Patrycja; Bennison-Chapman, Lucy. Ethnography, engagement, evaluations, and endings the achievements and limitations of community outreach at Çatalhöyük. *Near Eastern Archaeology*, v. 83, n.3, p. 182-190, 2020.
- MIGNOLO, Walter D. Democracia liberal, camino de la autoridad humana y transición al vivir bien. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 1, p. 21-44, 2014.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.
- Mills, Barbara; Altaha, Mark; Welch, John; Ferguson, Thomas J. Field Schools without trowels: teaching archaeological ethics and heritage preservation. In: SILLIMAN, Stephen W. (ed.). *Collaborating at the Trowel's Edge: teaching and learning in indigenous archaeology*. Tucson: Amerind Foundation/University of Arizona Press, 2008. p. 25-49.
- MILLION, Tara. Developing an aboriginal archaeology: receiving gifts from White Buffalo Calf Woman. In: SMITH, Claire; WOBST, Martin (eds.). *Indigenous archaeologies*. London: Routledge, 2005. p. 43-55.
- MOI, Flávia P. *Organização e uso do espaço em duas aldeias Xerente. Uma abordagem etnoarqueológica*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

- MOI, Flávia. P; MORALES, Walter F. Arqueologia y herencia cultural Paresi (Brazil). In: GNECCO, Cristóbal; ROCABADO AYALA, Patricia. A. (eds.). *Pueblos Indígenas y Arqueologías en América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2010. p. 513-550.
- MORRIS, Annelise. Public archaeology and critical histories: collaborative archaeology in Southern Illinois. *Journal of African Diaspora Archaeology & Heritage*, v. 3, n. 2, p. 159–174, 2014
- MOSER, Stephanie; GLAZIER, Darren; PHILIPS, James E.; EL NEMER, Lamyia N; MOUSA, Mohammed S.; AIESH, Rascha; RICHARDSON, Susan; CONNER, Andrew; SEYMOUR, Michael. Transforming archaeology through practice: strategies for collaborative practice in the Community Archaeology Project at Quseir, Egypt. *World Archaeology*, v. 34, n. 2, p. 220–248, 2002.
- MUNDURUKU, Jairo S.; MUNDURUKU, Eliano K.; VALLE, Raoni. *Muraycoko Wuyta'a Be Surabudodot/Ibararakat*. Rock art and territorialization in contemporary indigenous Amazonia: the case of the Munduruku people from the Tapajos River. *Visual Culture, Heritage and Identity*, *Archaeopress*, p. 106–119, 2021.
- NEVES, Eduardo G. *Paths in Dark Waters: Archaeology as indigenous history in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon*. (PhD Dissertation), Department of Anthropology, Indiana University, Bloomington, 1998.
- NICHOLAS, George. Melding science and community values: indigenous archaeology programs and the negotiation of cultural differences. In: SILLIMAN, Stephen W. (ed.). *Collaborating at the Trowel's Edge: teaching and learning in indigenous archaeology*. Tucson: Amerind Foundation/University of Arizona Press, 2008. p. 28-249.
- NICHOLAS, George (ed.). *Being and Becoming Indigenous Archaeologists*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.
- NICHOLAS, George. Seeking the end of indigenous archaeology. In: PHILLIPS, Caroline; ALLEN, Harry (eds.). *Bridging to Divide: indigenous communities and archaeology into the 21st century*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010. p. 233-252.
- NICHOLAS, George. Reconciling inequalities in archaeological practice and heritage research. In: ATALAY, Sonya; CLAUSS, Lee R.; MCGUIRE, Randall; WELCH, John (eds.). *Transforming Archaeology. Activist practices and prospects*. London/New York: Routledge, 2014. p. 133-155.
- NICHOLAS, George; ROBERTS, Amy R.; SCHAEPE, David M.; WATKINS, Joe; LEADER-ELLIOT, Lyan; ROWLEY, Susan. A consideration of theory, principles and practice in collaborative archaeology. *Archaeological Review from Cambridge*, v. 26, n. 2, p. 11-30, 2011.
- OLIVEIRA, Ana G.; Freire, Beatriz M. Nota sobre duas experiências patrimoniais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Patrimônio Imaterial e Biodiversidade, n. 32, p. 153-165, 2005.
- OTERO, Cristina B; VIDAL, VIVIANE P. Gestión del patrimonio arqueológico en Puerto Rico: el caso de los parques nacionales arqueológicos precoloniales y la construcción étnica de los “neo-Taíno”. *Revista de Arqueología Pública*, v. 8, n. 1[9], p. 79–94, 2014
- OHNUKI-TIERNEY, Emiko. Critical commentary. “Native” anthropologists. *American Ethnologist*, v., n.3, p. 584-586, 1984.
- PATERSON, Thomas. Brief history of postcolonial theory and implications for archaeology. In: LIEBMANN, Matthew; RIZVI, Uzma Z. (eds.). *Archaeology and the Postcolonial Critique*. Lanham: AltaMira Press, 2008. p. 21-34.

- PIKIRAYI, Innocent. Ceramics and group identities. Towards a social archaeology in southern African Iron Age ceramic studies. *Journal of Social Archaeology*, Thousand Oaks, v. 7, n. 3, p. 286-301, 2007.
- PIKIRAYI, Innocent. Archaeology, local knowledge, and tradition: the quest for relevant approaches to the study and use of the past in Southern Africa. In: SCHMIDT, Peter R.; PIKIRAYI, Innocent (eds.). *Community Archaeology and Heritage in Africa. Decolonizing practice*. London: Routledge, 2016. p. 112-135.
- PIKIRAYI, Innocent; Schmidt, Peter R. Introduction: community archaeology and heritage in Africa – decolonizing practice. In: SCHMIDT, Peter R.; PIKIRAYI, Innocent (eds.). *Community Archaeology and Heritage in Africa. Decolonizing practice*. London: Routledge, 2016. p. 1-20.
- PHILLIPS, Caroline; ALLEN, Harry (eds.). *Bridging to Divide: indigenous communities and archaeology into the 21st century*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.
- PHILLIPS, Caroline. Working together? Maori and archaeologists in Aotearoa/New Zealand today. In: PHILLIPS, Caroline; ALLEN, Harry (eds.). *Bridging to Divide: indigenous communities and archaeology into the 21st century*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010. p. 129-158.
- POUGET, Frederic M.C. *Práticas Arqueológicas e Alteridades Indígenas*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- POUGET, Frederic M. C. “Aqui não é Ruínas Quilmes, é a Cidade Sagrada Quilmes”: disputas patrimoniais em torno de um sítio arqueológico no noroeste argentino. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 6, n. 1(6), p. 54-67, 2012.
- POUGET, Frederic M. C.; RAMOS, Danilo P. Ancestrais, tartarugas e moisés – interface dialógica entre arqueologia e antropologia na etnografia dos Hupd’äh (rio Negro). *Revista de Arqueologia Pública*, v. 8, n. 1[9], p. 6–22, 2015.
- POWERS, Natasha; SIBUN, Lucy. Forensic Archaeology. In: GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela (eds.). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 40-53.
- PRYBYLSKI, Matthew; Stottman, M. Jay. Reconnecting community: archaeology and activism at the Portland Wharf. In: STOTTMAN, Jay M. (ed.). *Archaeologists as Activists. Can archaeologists change the world*. Tuscaloosa: The University of Alabama, 2010. p. 126-140.
- PUGLIESI, Francisco. A.; VALLE, Raoni. B. M. A gestão do patrimônio arqueológico em territórios indígenas: a resistência Munduruku e a preservação do patrimônio cultural frente ao licenciamento ambiental de empreendimentos em territórios tradicionalmente ocupados. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 1, p. 30-51, 2015.
- PYBURN, Anne K. Practicing Archaeology – As if it really matters. *Public Archaeology, Archaeological Ethnographies*, v. 8, n. 2-3, p. 161-175, 2009.
- QUIJANO, Anibal. Coloniality of power, eurocentrism, and Latin America. *Nepantla: Views from South*, v.1, n.3, p. 533-580, 2000.
- REINHARDT, Bruno; CESARINO, Letícia. Apresentação: antropologia e crítica pós-colonial. *ILHA*, v. 19, n. 2, p. 9-35, 2017.
- RENO, Joshua. Waste. In: GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela (eds.). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 261-272.

- RIZVI, Uzma. Z. Decolonizing methodologies as strategies of practice: operationalizing the postcolonial critique in the archaeology. In: LIEBMANN, Matthew; RIZVI, Uzma Z. (eds.). *Archaeology and the Postcolonial Critique*. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 109-127.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. *Sociedade e Arqueologia*. Tese de Livre Docência, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ROBRHAN-GONZALEZ, Erika M. *Nota de esclarecimento – Programa de diagnóstico antropológico e de patrimônio cultural da PCH Paranatinga II*. São Paulo: Documento Arqueologia e Antropologia, (texto impresso), 2006.
- ROCA, Andrea. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. *Mana*, v.21, n. 1, p. 123-155, 2015.
- ROCHA, Bruna C. *Ipi Ocemumuge: A Regional Archaeology of the Upper Tapajós River*. (PhD Tesis), Institute of Archaeology, University College London, Londres, 2017.
- ROCHA, Bruna C.; BELETTI, Jaqueline; PY-DANIEL, Anne R.; MORAES, Claide de P.; de OLIVEIRA, Vinícius. H. Na margem e à margem: arqueologia amazônica em territórios tradicionalmente ocupados. *Amazônica*. Revista de Antropologia, v. 6, n. 2, p. 358-384, 2014.
- ROCHA, Bruna C.; JÁCOME, Camila; STUCHI, Francisco F.; MONGELÓ, Guilherme Z.; VALLE, Raoni. Arqueologia pelas gentes: um manifesto, constatações e posicionamentos críticos sobre arqueologia brasileira em tempos de PAC. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 130-140, 2013.
- RODRIGUES, Robson A. *Cenários da ocupação Guarani na calha do Alto Paraná: um estudo etnoarqueológico*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- RODRIGUES, Robson. A. *Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação kaingang no vale do rio Feio/Aguapei*. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 211 p.
- RODRIGUES, Robson. A. Territórios em disputa: o papel da pesquisa etnoarqueológica nos estudos de identificação e delimitação das terras indígenas Guarani Nandeva no sudeste do estado de São Paulo. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 96-111, 2013.
- SCHMIDT, Peter, R. Collaborative archaeology and heritage in Africa: views from the trench and beyond. In: SCHMIDT, Peter R.; PIKIRAYI, Innocent (eds.). *Community Archaeology and Heritage in Africa. Decolonizing practice*. London: Routledge, 2016. p. 70-90.
- SCHAAN, Denise. P. Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura Marajoara. *Revista Arqueologia Pública*, v. 1, n. 1, p. 19-30, 2006.
- SHELLER, Mimi. Aluminology: an archaeology of mobile modernity. In: GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela (eds.). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 395-408.
- SHEPHERD, Nick. When the hand that holds the trowel is black... Disciplinary practices of self-representation and the issue of 'native' labour in Archaeology. *Journal of Social Archaeology*, v. 3, n. 3, p. 334-352, 2003.
- SHETLER, Jan b. *Imagining Serengeti. A history of landscape memory in Tanzanian from earliest times to the present*. Athens: Ohio University Press, 2007.

- SILLIMAN, Stephen W. (ed.). *Collaborating at the Trowel's Edge: teaching and learning in indigenous archaeology*. Tucson: Amerind Foundation/University of Arizona Press, 2008.
- SILLIMAN, Stephen W. The value and diversity of indigenous archaeology: a response to McGhee. *American Antiquity*, v. 75, n. 2, p. 217-220, 2010.
- SILLIMAN, Stephen W.; DING, Katherine H.S. Working on pasts for futures: eastern Pequot field school archaeology in Connecticut. In: SILLIMAN, Stephen W. (ed.). *Collaborating at the Trowel's Edge: teaching and learning in indigenous archaeology*. Tucson: Amerind Foundation/University of Arizona Press, 2008. p. 67-87.
- SHANKS, Michael. Photography and archaeology. In: MOLYNEAUX, Brian L. (ed.). *The Cultural Life of Images*. London: Routledge, 1997. p. 73-107.
- SILVA, Fabíola A. Patrimônio arqueológico em terras indígenas: considerações sobre o tema no Brasil. In: FERREIRA, Lúcio M.; FERREIRA, Maria L.M.; ROTMAN, Mónica (orgs.). *Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina: estudos de caso*. São Paulo: ANNABLUME, 2011. p. 193-218.
- SILVA, Fabíola A. O plural e o singular das arqueologias indígenas. *Revista de Arqueologia*, v. 25, n. 1, p. 24-42, 2012.
- SILVA, Fabíola A. Território, lugares e memória dos Asurini do Xingu. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 28-41, 2013.
- SILVA, Fabíola A. El pasado en el presente de los Asurini do Xingu: narrativas arqueológicas y narrativas indígenas. In: RIVOLTA, Mária C.; MONTENEGRO, Mónica; FERREIRA, Lúcio M.; NASTRI, Javier (eds.). *Multivocalidad y Activaciones Patrimoniales en Arqueología: perspectivas desde Sudamérica*. Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro de la Prov. de Buenos Aires/Fundación de História Natural, 2014. p. 35-59.
- SILVA, Fabíola A. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo. *Revista de Antropologia*, v. 58, n. 2, p. 143-172, 2015a.
- SILVA, Fabíola A. Contract Archaeology and Indigenous Peoples: reflections on the Brazilian Context. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 19, p. 832-842, 2015b.
- SILVA, Fabíola A. Arqueologia de Contrato e Povos Indígenas: reflexões sobre o contexto brasileiro. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 2, p. 187-201, 2015c.
- SILVA, Fabíola A. Arqueología de contrato y pueblos indígenas: reflexiones sobre el contexto brasileño. In: GNECCO, Cristóbal; DIAS, Adriana S. (Orgs.). *Crítica de la Razón Arqueológica: arqueología de contrato y capitalismo*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2017. p. 255-270.
- SILVA, Fabíola A. La cerámica de Anumá'y y las marcas del fin del mundo. In: GNECCO, Cristóbal; TANTALÉAN, Henry (eds.). *Arqueologías Vitales*. Madrid: JAS Arqueología, 2019. p. 123-149.
- SILVA, Fabíola A. Povos indígenas, colonialismo e meio-ambiente: arqueologia da contemporaneidade na Amazônia. *Revista Habitus*, v. 19, n. 1, 2021.
- SILVA, Fabíola A.; BESPALÉZ, Eduardo; STUCHI, Francisco F. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, rio Xingu, Pará. *Amazônica*. Revista de Antropologia, v. 3, n. 1, p. 32-59, 2011.

- SILVA, Fabíola A.; GARCIA, Lorena L. W. G. Território e memória dos Asurini do Xingu: Arqueologia Colaborativa na T.I. Kuatinemu, Pará. *Amazônica*. Revista de Antropologia, v. 7, n. 1, p. 74-99, 2015.
- SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. Mobility and Territorial Occupation of the Asurini do Xingu, Pará, Brazil: an archaeology of the recent past in the Amazon. *Latin American Antiquity*, v. 26, p. 493-511, 2015.
- SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. Sobre um (des)encontro colonial: uma arqueologia do passado recente dos Asurini do Xingu. In: CARNEIRO, Maria L.; ROSSI, Miriam S. (orgs.). *Índios no Brasil. Vida, cultura e morte*. São Paulo: Intermeios Casa de Artes e Livros, 2018. p. 77-98.
- SILVA, Fabíola A.; STUCHI, Francisco F.; BESPALÉZ, Eduardo; PONGET, Frederic. C. Arqueologia em terra indígena: uma reflexão teórico-metodológica sobre as experiências de pesquisa na Aldeia Lalima (MS) e na Terra Indígena Kaiabi (MT\PA). In: PEREIRA, Edith; GUAPINDAIA, Vera (org.). *Arqueologia Amazônica v. 1*, Belém: MPEG, IPHAN, SECULT, 2010. p. 775-794.
- SILVA, Lucas A. da. Com vento a lagoa vira mar: uma etnoarqueologia da pesca no litoral norte do RS. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, v. 10, n. 2, p. 537-547, 2015.
- SILVA, Lucas A. da. Nas cordas, anzóis, redes e gaiolas: seguindo os materiais na pesca artesanal. *Tessituras*, v.5, n.1, p. 115-128, 2017.
- SILVA, Lucas A. da. A fluidez das relações materiais: uma arqueologia com os pés na água. *Revista de Arqueologia*, v.32, n.1, p.108-128, 2019.
- Silverman, Helaine. Embodied heritage, identity politics and tourism. In: MORTENSEN, Lena.; HOLLOWELL, Julie (eds.). *Ethnographies and Archaeologies: iterations of the past*. Gainesville: University Press of Florida, 2009. p. 3-26.
- SMITH, Claire; JACKSON, Gary. The ethics of collaboration: whose culture? Whose intellectual property? Who benefits? In: COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip; FERGUSON, Thomas J. (eds.). *Collaboration in Archaeological Practice. Engaging descendent communities*. Lanham: Altamira Press, 2008. p. 171-199.
- SMITH, George S.; MESSENGER, Phyllis M.; SODERLAND, Hilary A. (eds.). *Heritage Values in Contemporary Society*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.
- SMITH, Laurajane; WATERTON, Emma. *Heritage, Communities and Archaeology*. London: Duckworth, 2009.
- SMITH, Claire; WOBST, Martin (eds.). *Indigenous Archaeologies*. London: Routledge, 2005.
- SOLOMON, Maui; FORBES, Susan. Indigenous archaeology: a Moriori case study. In: PHILLIPS, Caroline; ALLEN, Harry (eds.). *Bridging to Divide: indigenous communities and archaeology into the 21st century*. Walnut Creek, Left Coast Press, 2010. p. 213-232.
- Stahlgren, Lori C. Negotiating history, slavery, and the present: archaeology at Farmington Plantation. In: STOTTMAN, M. Jay (ed.). *Archaeologists as Activists. Can archaeologists change the world?* Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2010. p. 95-109.
- STEWART, Andrew M.; KEITH, Daren; SCOTTIE, Joan. Caribou crossings and cultural meanings: placing traditional knowledge and archaeology in context in an Inuit landscape. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 11, n. 2, p. 183-212, 2004.
- STOTTMAN, M. Jay. (ed.). *Archaeologists as Activists. Can archaeologists change the world?* Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2011.

- STUCHI, Francisco. F. *A ocupação da Terra Indígena Kaiabi: história indígena e etnoarqueologia*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- STUCHI, Francisco F. *Estudos etnohistóricos, arqueológicos e etnoarqueológicos das comunidades indígenas na região de Aripuanã, M.T.* São Paulo: Scientia Consultoria. (Relatório Científico), 2012.
- TRIGGER, Bruce. G. "Alternatives Archaeologies" in historical perspective. In: HABU, Junko; FAWCETT, Clare; MATSUNAGA, John M. (eds.). *Evaluating multiple narratives. Beyond nationalist, colonialist, imperialist archaeologies*. New York: Springer, 2008. p. 187-195.
- TULLY, Gemma. Community archaeology: general methods and standards of practice. *Public Archaeology*, v. 6, n. 3, p. 155-187, 2007.
- TWO BEARS, Davina. *Íhoosh'aah, learning by doing. The Navajo nation archaeology department student training program*. In: SILLIMAN, Stephen W. (ed.). *Collaborating at the Trowel's Edge: teaching and learning in indigenous archaeology*. Tucson: Amerind Foundation/University of Arizona Press, 2008. p. 188-207.
- VELDEN, Felipe V. Cacos de espíritos: aproximações entre antropologia e arqueologia no caso Karitiana em Rondônia. *Amazônica. Revista de Antropologia*, v. 10, n. 1, p. 182-208, 2018.
- VIDAL, Lux. Kuahí. The Indians of the lower Oiapoque and their museum. *Vibrant*, v. 10, n. 1, p. 387-423, 2013.
- WANDERLEY, Elaine C. G. *É Pote de Parente Antigo! A relação de indígenas Apurinã da Terra Indígena Caititu com os sítios e objetos arqueológicos*. Jundiá: PACO Editorial, 2016.
- WASSILOWSKI, Alexander Herrera. *La Recuperación de las Tecnologías Indígenas. Arqueología, tecnología y desarrollo en los Andes*. Lima: IEP/Universidad de los Andes/ Facultad de Ciencias Sociales/ CLACSO/ Centro de Investigación Andina/ PUNKU, 2011.
- WATKINS, Joe. *Indigenous Archaeology: American Indian values and scientific practice*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2000.
- WATKINS, Joe. "Wake up! Repatriation is not the only indigenous issue in archaeology!" In: PHILLIPS, Caroline; ALLEN, Harry (eds.). *Bridging to Divide: indigenous communities and archaeology into the 21st century*. Walnut Creek, Left Coast Press, 2010. p. 49-60.
- WATSON, Patty Jo. *Archaeological Ethnography in Western Iran*. Viking Fund Publications in Anthropology, 57. Tucson: University of Arizona Press, 1979.
- WAI WAI, Jaime X. *Levantamento etnoarqueológico sobre a cerâmica Konduri e ocupação dos Wai Wai na região da Terra Indígena Trombetas Mapuera (Pará, Brasil)*. Trabalho de Conclusão. Universidade Federal de Oeste do Pará, Santarém, 2017.
- WHITRIDGE, Peter. Landscapes, houses, bodies, things: place and the archaeology of Inuit imaginaries. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 11, n. 2, p. 213-250, 2004.
- WILCOX, Michael. Saving indigenous peoples from ourselves: separate but equal archaeology is not scientific archaeology. *American Antiquity*, v. 75, n. 2, p. 221-227, 2010.
- WITTMORE, Christopher. Symmetrical archaeology. In: SMITH, Claire (ed.). *Encyclopedia of Global Archaeology*. Cham: Springer, 2018. p. 1-15.
- WYLIE, Alison. A Plurality of Pluralisms: Collaborative Practice in Archaeology. In: PADOVANI, Flavia; RICHARDSON, Alan; TSOU, Jonathan Y. (eds.). *Objectivity in*

Science: new perspectives from science and technology studies. New York: Springer, 2015. p. 189-210.

ZARANKIN, Andrés. The “wild” continente? Some discussions on the Anthropocene in Antarctica. *Journal of Contemporary Archaeology*, 1.1., p. 114-118, 2014.

ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa A. Espacios para la memoria narrativas sobre la violència. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 10, n. 2, p. 3-28, 2016.

ZHOURI, Andréa (ed.). *As Tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

CONCLUSÃO

ABADÍA, Oscar M. Bridging the gap in archaeological theory: an alternative account of scientific “progress” in archaeology. *World Archaeology*, v. 49, n. 2, p. 271-280, 2017.

ALBERTI, Benjamin; FOWLES, Severin; HOLBRAAD, Martin; MARSHALL, Yvonne; WITMORE, Christopher. Worlds otherwise, archaeology, anthropology and ontological difference. *Current Anthropology*, v. 52, n. 6, p. 896-912, 2011.

BENAVIDES, H. O. Returning to the source: social archaeology as Latin American philosophy. *Latin American Antiquity*, v. 12, n. 4, p. 355-370, 2001.

BESPALEZ, Eduardo. Arqueologia e etnohistória na Terra Indígena Lalima, Miranda/MS. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 86-94, 2013.

CABRAL, Mariana P. Traces of past subjects: experiencing indigenous thought as an archaeological mode of knowledge. *Journal of Contemporary Archaeology*, v. 2, n. 2, p. S4-S7, 2015.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto; RUBEN, Guilherme R. *Estilos de Antropologia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

AROMANO, Caroline F.; TRINDADE, Thiago B.; CASCON, Leandro M. O ensino da arqueologia visto dos bancos da Pós-Graduação. *Habitus*, v. 12, n. 2, p. 205-220, 2014.

CAROMANO, Caroline F.; GASPAS, Meliam V.; PEREIRA, Ester R.; LIMA, Márjorie do N.; LIMA, Jaqueline C. F. de. Nem todas são Betty ou Anna: o lugar das arqueólogas no discurso da arqueologia amazônica. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 115-129, 2017.

CARVALHO, Patrícia M. de. *A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT? (e sua interface com a religiosidade afro-brasileira)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.

CARVALHO, Patrícia M. de. *Visibilidade do Negro: Arqueologia do Abandono na comunidade quilombola do Boqueirão - Vila Bela/MT*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2018.

COLWELL-CHANTHAPHON, C. The archaeologist as a world citizen. In: MESKELL, Lynn (ed.). *Cosmopolitan Archaeologies*. Durham/London: Duke University Press, 2009. p. 140-165.

EDGEWORTH, Matt. Further notes on the archaeological object. *Archaeological Dialogues*, v. 25, n. 1, p. 25-28, 2018.

FERREIRA, Lúcio M. *Território Primitivo. A institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2010.

GNECCO, Cristóbal. Caminos de la arqueologia: de la violència epistémica a la relación. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2009.

- GNECCO, Cristóbal. “Escavando” arqueologias alternativas. *Revista de Arqueologia*, v. 25, n. 2, p. 8–22, 2012.
- Gnecco, Cristóbal; AyAla Rocabado, Patrícia. ¿Qué hacer? Elementos para uma discussão. In: Gnecco, Cristóbal; AYALA Rocabado, Patrícia (eds.). *Pueblos Indígenas y Arqueologías en América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2010. p. 23-47.
- GNECCO, Cristóbal; DIAS, Adriana S. (orgs.). *Crítica de la Razón Arqueológica. Arqueología de contrato y capitalismo*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2015.
- GNECCO, Cristóbal; HERNANDEZ, Carolina. History and its discontents: stone statues, native histories, and archaeologists. *Current Anthropology*, v.49, n. 3, p. 439-466, 2008.
- GARDNER, Andrew; COCHRANE, Ethan E. Evolutionary and Interpretive Archaeologies: a Discussion. In: GARDNER, Andrew; COCHRANE, Ethan E. (eds.). *Evolutionary and Interpretive Archaeologies: a dialogue*, 2011, p. 11-29.
- HABER, Alejandro. Arqueología indígena y poder campesino. In: GNECCO, Cristóbal; Rocabado AYALA, Patricia. A. (eds.). 2010. *Pueblos Indígenas y Arqueologías en América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2010. p. 51-61.
- HABER, Alejandro. Decolonizing archaeological thought in South America. *Annual Review of Anthropology*, v. 45, p. 469-85, 2016a.
- HABER, Alejandro. Archaeology after archaeology. In: HABER, Alejandro; SHEPHERD, Nick (eds.) *After Ethics. Ancestral voices and post-disciplinary worlds in archaeology*. London: Springer, 2016. p. 127-137.
- HABER, Alejandro; SHEPHERD, Nick. Ancestral voices and post-disciplinary worlds in archaeology: an introduction. In: HABER, Alejandro; SHEPHERD, Nick (eds.) *After Ethics. Ancestral voices and post-disciplinary worlds in archaeology*. London: Springer, 2016. p. 1-10.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, p.07-41, 1995
- HARRIS, Oliver J.T.; CIPOLLA, Craig N. *Archaeological Theory in the New Millenium. Introducing current perspectives*. London: Routledge, 2017.
- HARRISON, Rodney; FAIRCLOUGH, Graham; JAMESON Jr, John H.; SCHOFIELD, John. Introduction: heritage, memory and modernity. In: FAIRCLOUGH, Graham; HARRISON, Rodney; JAMESON Jr., John H. e SCHOFIELD, John (eds). *The Heritage Reader*. London: Routledge, 2008. p. 1-12.
- HARTEMANN, Gabby. *Voltar, Contar e Lembrar de Gangan: por uma arqueologia griótica afrodecolonial em Mana, Guiana*. Dissertação (Mestrado em Antropologia com área de concentração em Arqueologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- HARTEMANN, Gabby; MORAES, Irislane P. Contar Histórias e Caminhar com Ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 2, p. 9-34, 2018.
- HEGMON, Michele. Setting theoretical egos aside: issues and theory in North American archaeology. *American Antiquity*, v. 68, n. 2, p. 213–43, 2003.
- HODDER, Ian. Archaeological theory. In: Cunliffe, Barry; DAVIES, W.; Renfrew, Colin (eds.). *Archaeology: the widening debate*. Oxford: O.U.P./The British Academy, 2002. p. 77-90.
- HODDER, Ian. 1999. *The Archaeological Process*. Oxford: Blackwell Publishers.

- HODDER, Ian; HUTSON, Scott. *Reading the Past*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- HODDER, Ian; OLSEN, Bjornar; KARLSSON, Hakan. 40 years of theoretical engagement: a conversation with Ian Hodder. *Norwegian Archaeological Review*, v. 41, n. 1, p. 26-42, 2008.
- HUTCHINGS, Richard; LA SALLE, Marina. Why archaeologists misrepresent their practice — a North American perspective. *Journal of Contemporary Archaeology*, v. 2, n. 2, p. 11-17, 2015.
- HUTCHINGS, Richard; LA SALLE, Marina. Endgame: contemplating archaeology's demise. *Revista de Arqueologia*, v. 34, n. 2, p. 02-22, 2021.
- INGOLD, Tim. No more ancient; no more human: the future past of archaeology and anthropology. In: GARROW, Duncan; YARROW, Thomas (eds.). *Archaeology and Anthropology: understanding similarity, exploring difference*. Oxford: Oxbow Books, 2010. p. 160-170.
- JÁCOME, Camila P.; XAMÉN WAI WAI, Jaime. A paisagem e as cerâmicas arqueológicas na bacia Trombetas: uma discussão da arqueologia Karaiwa e Wai Wai. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 15, n.3, p. 1-25, 2020.
- JONES, Siân. *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*. New York: Routledge, 1997.
- KRISTIANSEN, Kristian. Genes versus agents. A discussion of the widening theoretical gap in archaeology. *Archaeological Dialogues*, v. 11, n. 2, p. 77-99, 2004.
- LUCAS, Gavin. The unburied. On archaeological objects and objectives. *Archaeological Dialogues*, v. 25, n. 1, p. 21-25, 2018.
- LUCAS, Gavin. Triangulating absence: exploring the fault-lines between archaeology and anthropology. In: GARROW, Duncan; YARROW, Thomas (eds.). *Archaeology and Anthropology: understanding similarity, exploring difference*. Oxford: Oxbow Books, 2010. p. 28-39.
- MACHADO, Juliana. S. Arqueologias indígenas, os Laklaño Xokleng e os objetos de pensar. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 89-119, 2017.
- MAY, Sally K.; Marshall, Melissa; Domingo Sanz, Inés; Smith, Claire. Reflections on the pedagogy of archaeological field schools within indigenous community archaeology programmes in Australia. *Public Archaeology*, v. 16, n. 3-4, p. 1-19, 2018.
- MIZOGUCHI, Koji. A future of archaeology. *Antiquity*, v. 89, p. 12-22, 2015.
- NATIV, Assaf. The object of archaeology. *Archaeological Dialogues*, v. 25, n. 1, p. 1-21, 2018.
- NEVES, Eduardo G. Existe algo que se possa chamar de “arqueologia brasileira”? *Estudos Avançados*, 83:7-17. 2015.
- NOELLI, Francisco S.; FERREIRA, Lúcio M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *Manguinhos, História e Ciências da Saúde*, v. 14, n. 4, p. 1239-1264, 2007.
- PASSOS, Lara de P. Gotas de um oceano: uma análise bibliométrica feminista de um curso de Graduação. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 130-144, 2017.
- PEARCE, Mark. Have rumors of the ‘death of theory’ been exaggerated? In: Bintliff, John; Pearce, Mark (eds.). *The Death of Archaeological Theory?* Oxford: Oxbow Books, 2011. p. 80-89.
- PEIRANO, Mariza. *Antropologia no Plural. Três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora UNB. 1992.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora da UNB. 1992.

- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira. A pré-história e os verdadeiros colonizadores*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2019.
- REIS, José A. dos. *Não Pensa Muito que Dói: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Campinas, Campinas, 2004.
- REIS, José A. dos. Há uma condição de possibilidade de diálogo entre regimes de conversação e regimes de conhecimento: de um lado as cosmologias ameríndias e suas materialidades, e de outro, a arqueologia. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n.1, p. 120-143, 2017.
- SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Fabíola A. Patrimônio arqueológico em terras indígenas: considerações sobre o tema no Brasil. In: FERREIRA, Lúcio M.; FERREIRA, Maria L.M.; ROTMAN, Mónica (orgs.). *Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina: estudos de caso*. São Paulo: ANNABLUME, 2011. p. 193-218.
- SILVA, Fabíola A. El pasado en el presente de los Asurini do Xingu: narrativas arqueológicas y narrativas indígenas. In: RIVOLTA, Mária C.; MONTENEGRO, Mónica; FERREIRA, Lúcio M.; NASTRI, Javier (eds.). *Multivocalidad y Activaciones Patrimoniales en Arqueología: perspectivas desde Sudamérica*. Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro de la Prov. de Buenos Aires/Fundación de História Natural, 2014. p. 35-59.
- SILVA, Fabíola A. Arqueologia e gestão do patrimônio arqueológico: práxis arqueológica e o papel social do arqueólogo. In: FRAGA, Hilda J. de; SCHIAVON, Carmem G.B.; GASTAUD, Carla R. (orgs.). *Patrimônio no Plural: práticas e perspectivas investigativas*. Porto Alegre: Selbach & Autores Associados, 2018. p. 59-76.
- SILVA, Fabíola A. Indigenous collaboration in archaeology education. In: SMITH, Claire (ed.). *Encyclopedia of Global Archaeology*. Acesso: https://doi.org/10.1007/978-3-319-51726_2092-2.
- SILVA, Fabíola A. La cerámica de Anuma'í y las marcas del fin del mundo. In: GNECCO, Cristóbal; TANTALÉAN, Henry (eds.). *Arqueologías Vitales*. Madrid: JAS Arqueología, 2019. p. 123-149.
- SMITH, Michael E. Social science and archaeological enquiry. *Antiquity*, v. 91, n. 356, p. 520-528, 2017
- SMITH, Laurajane. Towards a theoretical framework for archaeological heritage management. In: FAIRCLOUGH, Graham; HARRISON, Rodney; JAMESON Jr., John H. e SCHOFIELD, John (eds.). *The Heritage Reader*. London: Routledge, 2008. p. 62-74.
- SMITH, George S.; MESSENGER, Phyllis M. e SODERLAND, Hilary A. (eds.). *Heritage Values in Contemporary Society*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.
- STAHL, Ann B. Assembling “effective archaeologies” toward equitable futures. *American Anthropologist*, v. 122, n. 1, p. 37-50, 2020.
- TANTALÉAN, Henry. La arqueología social peruana: ¿mito o realidad? *Cota Zero*, v. 19, p. 90-100, 2004.
- TANTALÉAN, Henry. El pasado tras del espejo: arqueología y nacionalismo en el Perú. In: NASTRI, Javier; FERREIRA, Lúcio M. (eds.). *Historias de Arqueología Sudamericana*. Buenos Aires: Fundación de Historia Natural Félix Azara, 2010. p. 137-166.

- THOMAS, Julian. The future of archaeological theory. *Antiquity*, 89, n. 348, p. 1287-1296, 2015.
- THOMAS, Roger M. Archaeology and authority in the twenty-first century. In: FAIRCLOUGH, Graham; HARRISON, Rodney; JAMESON Jr., John H. e SCHOFIELD, John (Eds). *The Heritage Reader*. London: Routledge, 2008. p. 139-148.
- TRIGGER, Bruce. *Historia del Pensamiento Arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.
- WICHERS, Camila A de M. Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: provocações feministas. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 35-50, 2017.
- WITMORE, Christopher. For the objects, archaeology and archaeological. *Archaeological Dialogues*, v. 25, n. 1, p. 28-34.
- ZANETTINI, Paulo; WICHERS, Camila A. de M. Arqueologia preventiva e o ensino de arqueologia no Brasil. *Revista Habitus*, v.12, n. 2, p. 239-256, 2014.

Título	Etnografando a Arqueologia: Dado Etnográfico, Prática Etnográfica e Conhecimento Arqueológico
Autora	Fabíola Andréa Silva
Fonte	Gelasio (miolo); Bell (miolo e capa);
Versão Online	434 páginas
Ano de Publicação	2024